



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Renato de Araújo Monteiro

Identidade, história de um conceito e o conceito de *história*:
uma arqueologia nos dicionários de língua portuguesa

Florianópolis
2024

Renato de Araújo Monteiro

Identidade, história de um conceito e o conceito de história:

uma arqueologia nos dicionários de língua portuguesa

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Rodrigo Bonaldo, Dr.

Coorientador: Prof. João Klug, Dr.

Florianópolis

2024

Monteiro, Renato de Araújo

Identidade, história de um conceito e o conceito de história : uma arqueologia nos dicionários de língua portuguesa / Renato de Araújo Monteiro ; orientador, Rodrigo Bonaldo, coorientador, João Klug, 2024.

306 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Identidade. 3. História dos Conceitos. 4. Lexicografia . 5. Epistemologia. I. Bonaldo, Rodrigo. II. Klug, João. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

Renato de Araújo Monteiro

Identidade, história de um conceito e o conceito de história:

uma arqueologia nos dicionários de língua portuguesa

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 27 de maio de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Valdei Lopes de Araujo, Dr.
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Profa. Bruna Soares Polachini, Dra.
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Temístocles Cezar, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Flávia Florentino Varella, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em História.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Rodrigo Bragio Bonaldo, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2024.

Olivinha,
papai estava fazendo isso aqui.

AGRADECIMENTOS

São vários os círculos, ou melhor, as esferas concêntricas, de pessoas e instituições que possibilitaram este trabalho. Começarei pelas mais nucleares e passarei às demais até o ponto em que elas não acabam, mas apenas deixam de ser mencionadas. Minha companheira, Camila Serafim Daminelli, com quem divido angústias, medos e conquistas. Nada menos do que uma vida. Que, por também ser historiadora, apresenta-se ainda como inspiração, como uma primeira e decisiva interlocutora. Minha Olivinha querida, como disse, era isso que o papai estava fazendo em todos aqueles momentos. Minha mãe, Dona Carmem, simplesmente responsável por tudo. Incluindo os esforços excepcionais para comprar o material escolar de cada ano letivo. Meu pai, Seu Dorneles, em memória, que estaria muito orgulhoso, eu sei.

O PPGH da UFSC e todos que dele fazem parte, professoras, professores, colegas e funcionários, especialmente aqueles e aquelas com quem tive um convívio mais direto, ainda que efêmero e, depois, remoto. Professor João Klug, que com a ternura que lhe é peculiar acolheu minha orientação em um período deveras turbulento, como se não bastasse, logo agravado por uma pandemia. Professor Rodrigo Bonaldo, que desde o início teve sensibilidade e me passou confiança para assumir coisas que eu ainda nem sabia que era, conhecimento para me orientar nas que eu sequer suspeitava, e autonomia para me deixar descobrir aquelas que nenhum de nós sabíamos, ainda. O Programa UNIEDU/FUMDES, da Secretaria de Educação do Governo do Estado de Santa Catarina, que a partir do segundo ano do curso me concedeu uma bolsa de Doutorado, indispensável para a realização da pesquisa. As professoras Flavia Varella e Bruna Polachini, assim como os professores Valdei Araujo e Temístocles Cezar, que, das próprias leituras de minha formação como estudante de história aos diálogos mais recentes, trouxeram contribuições fundamentais para o aprimoramento desta Tese. Valdei, Bruna e Flávia desde o exame de qualificação, Temístocles se juntando a nós na banca de defesa.

Alunas, alunos, alunes e colegas do Curso de História da UDESC, que neste último ano não apenas passaram a acompanhar a reta final dessa jornada de doutoramento, como participam do início de uma nova, como professor universitário. As funcionárias da biblioteca da UFSC, em Florianópolis, que me ajudaram a explorar as mais insólitas reservas técnicas. As da biblioteca da UNESC, em Criciúma, que nestes últimos dois anos sempre proporcionaram, para mim e para a minha família, um agradável lugar de estudo. E principalmente a amiga e colega Elisângela Machieski, que durante a sua residência em Lisboa pesquisou alguns dicionários disponíveis apenas na Biblioteca Nacional de Portugal. Sem esse auxílio, o último capítulo não poderia ter sido escrito. Pelo menos não da maneira que o foi. Muito obrigado!

Mares-algarismos
Onde um seu piloto
Rouba do ignoto
Almas e abismos

(Tom Zé, *Língua Brasileira*, 2022)

RESUMO

Pesquisa sobre a história do conceito de *identidade* realizada a partir dos registros dos dicionários de língua portuguesa. Inspirado na obra *As palavras e as coisas*, de Michel Foucault, seu procedimento arqueológico localiza, em primeiro lugar, os significados contidos nos verbetes dedicados às variantes desse lexema. Num segundo momento, passa da heurística à hermenêutica, descrevendo os principais sentidos de identidade que podem ser inferidos dessas acepções. Por último, insere tais resultados em seus respectivos regimes epistemológicos, articulando-os às condições mais decisivas que tornam possíveis o próprio ato lexicográfico, sua concepção de linguagem, temporalidade específica e relação com o conceito de história predominante em cada contexto. Também propõe uma aproximação com estudos recentes nas áreas de história da historiografia e historiografia linguística realizados no Brasil. A categorização epocal situa uma lexicografia latinoportuguesa, que recobre os séculos XVI, XVII e XVIII, detentora de um conceito metafísico de identidade, tributário de perspectivas escolástico-aristotélicas fundadas no *continuum* da *semelhança*. Uma lexicografia monolíngue-clássica, do final do século XVIII ao final do XIX, que registra e constitui um regime racionalista, fundamentado nos quadros taxonômicos das asserções absolutas de *identidade* e *diferença*. E uma lexicografia moderna, que emerge a partir do final de século XIX com o conceito aporético, reflexivo e temporalizado de uma identidade que concebe o *mesmo como outro*, configurando uma ontologia que se manifesta fundamentalmente na dimensão da *história*. Assim como Koselleck reconhece, no limiar da modernidade, uma inédita temporalização do próprio conceito de história, pode-se dizer que, destemporalizada e baseada em procedimentos lógico-comparativos estáticos e especializados, é como se até então a história não existisse, e o que existia, em seu lugar, era a identidade. Ao passo que, no advento da modernidade, é a identidade que deixa de existir para dar lugar à história. O historicismo moderno representa, portanto, o fim da *identidade*, e esta, quando retornar, já será *diferença*.

Palavras-chave: Identidade; História dos Conceitos; Lexicografia; Epistemologia.

ABSTRACT

Research on the history of the concept of *identity* conducted through the analysis of Portuguese language dictionaries. Inspired by Michel Foucault's work *The Order of Things*, its archaeological procedure first locates the meanings contained in entries dedicated to variants of this lexeme. Subsequently, it transitions from heuristic to hermeneutic, describing the main senses of identity that can be inferred from these acceptations. Finally, it situates these results within their respective epistemological frameworks, articulating them with the most decisive conditions that make the lexicographical act itself possible, its conception of language, specific temporality, and relationship with the predominant concept of history in each context. It also proposes an approach to recent studies in the areas of historiography history and linguistic historiography conducted in Brazil. The epochal categorization identifies a Latin-Portuguese lexicography, spanning the XVI, XVII, and XVIII centuries, characterized by a metaphysical concept of identity, indebted to scholastic-Aristotelian perspectives founded on the *continuum* of *similarity*. A monolingual-classical lexicography, from the late XVIII to the late XIX century, which records and constitutes a rationalist regime, based on the taxonomic frameworks of absolute assertions of *identity* and *difference*. And a modern lexicography, emerging from the late XIX century onwards, with the aporetic, reflexive, and temporalized concept of an identity that conceives the *same as other*, manifesting an ontology fundamentally in the dimension of *history*. Just as Koselleck recognizes, at the threshold of modernity, an unprecedented temporalization of the concept of history itself, it can be said that, detemporalized and based on static and spatialized logical-comparative procedures, until then history did not exist, and what existed, instead, was identity. Whereas, with the advent of modernity, it is identity that ceases to exist to give way to history. Modern historicism thus represents the end of *identity*, and when it returns, it will already be *difference*.

Keywords: Identity; History of Concepts; Lexicography; Epistemology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PRÓLOGO: TODA A TESE NA FONTE.....	17
1 NO CONTINUUM DA SEMELHANÇA: UMA IDENTIDADE ESCOLÁSTICA.....	21
1.1 OS DICIONÁRIOS LATINOPORTUGUES DOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII	21
1.2 SIGNIFICADOS DE <i>IDENTIDADE</i> NA LEXICOGRAFIA LATINOPORTUGUESA	27
1.3 SENTIDOS DE <i>IDENTIDADE</i> NA LEXICOGRAFIA LATINOPORTUGUESA	34
1.4 RAFAEL BLUTEAU: ENTRE A ANTIGUIDADE CLÁSSICA E A IDADE CLÁSSICA	39
2 NO QUADRO DAS DIFERENÇAS: O CONCEITO CLÁSSICO DE IDENTIDADE	54
2.1 OS DICIONÁRIOS MONOLÍNGUE-CLÁSSICOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX	54
2.2 SIGNIFICADOS DE <i>IDENTIDADE</i> NOS DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES	62
2.3 SENTIDOS DE <i>IDENTIDADE</i> NA LEXICOGRAFIA CLÁSSICA	71
2.4 A LEXICOGRAFIA, A IDADE CLÁSSICA E A EPISTEME CLÁSSICA	86
2.4.1 A temporalidade clássica e a percepção do caráter histórico da língua	86
2.4.2 O regime da representação e o privilégio semântico-lexical da gramática geral.....	95
2.4.3 Pinheiro Ferreira e os dicionários de sinônimos: a língua como filosofia	109
2.4.4 O Brasil representado: singularidade nacional e história destemporalizada.....	123
3 NAS APORIAS DA HISTÓRIA: O CONCEITO MODERNO DE IDENTIDADE	136
3.1 OS DICIONÁRIOS MODERNOS DOS SÉCULOS XIX E XX.....	136
3.2 SIGNIFICADOS DE IDENTIDADE NOS DICIONÁRIOS MODERNOS	154
3.3 SENTIDOS DE <i>IDENTIDADE</i> NA LEXICOGRAFIA MODERNA.....	177
3.4 O FATOR LINGUÍSTICO DA MODERNIDADE EPISTEMOLÓGICA	206
3.4.1 A historicidade moderna e a descoberta da dimensão temporal da língua	206
3.4.2 O fim da representação e a regularidade linguística das alterações sem sentido	222
3.4.3 Teófilo Braga, a filologia e a teoria da literatura: a língua como história.....	238
3.4.4 O Brasil narrado: temporalização da história e identidade nacional	248
CONCLUSÃO.....	260
REFERÊNCIAS.....	264
DICIONÁRIOS E GRAMÁTICAS CONSULTADOS.....	272
APÊNDICES.....	279

INTRODUÇÃO

Dizer que estou fazendo uma história do conceito de identidade foi a forma mais sintética e objetiva que encontrei para explicar, no meio acadêmico, o tema de minha pesquisa de doutorado, e fora dele, aquilo em que venho trabalhando nos últimos anos. Salvo alguns casos de maior interesse ou curiosidade, essa resposta costuma ser suficiente para que o diálogo avance para assuntos circunstancialmente mais descontraídos e relevantes. Para as pessoas menos familiarizadas com meu trabalho, a evidência do que seria uma “história”, associada a um termo de conotação teórica, como o de “conceito”, aplicado à sonoridade tautológica desse latinismo substantivado, “identidade”, costuma suscitar reações do tipo: “Nossa, parece ser difícil!” Para colegas de estudos e de profissão, prevalece a tendência de compreender mais ou menos o que seria esperado de uma história conceitual que tomasse *identidade* por objeto. Este é o espaço adequado para escrever sobre aquilo que nem sempre tenho feito questão de falar.

Assim como os adjetivos *igual*, *semelhante*, *diferente*, *parecido*, *distinto*, *diverso* etc., *idêntico* é um termo comparativo, e por assim ser, necessariamente refere-se a uma coisa em relação à outra. Partindo do pressuposto de que existem distintas formas de saber e que algumas delas desfrutam de certo predomínio em determinados períodos e contextos socioculturais, ou, em outras palavras, que diferentes regimes epistemológicos se sucedem, contrapõem e sobrepõem ao longo do tempo, infere-se que também há distintas modalidades de comparação, e que elas podem ser igualmente colocadas em perspectiva histórica. Logo, uma vez alterada a episteme, modificam-se os limites para se definir aquilo que seria admitido como igual, semelhante, idêntico e assim por diante. Retiro daqui o principal objetivo perseguido por esse estudo: compreender a modalidade de comparação mais decisiva em cada contexto linguístico, assim como os principais critérios que definem e classificam o *idêntico*, para, desse gesto, apreender uma história do conceito de *identidade*.

Valendo-me de uma proposta interdisciplinar e do uso um tanto heterodoxo – reconheço – de algumas ferramentas da linguística em geral e da lexicologia em particular, analiso todos os registros de *identidade* nos dicionários selecionados, não apenas em sua manifestação substantiva, mas igualmente nas formas adverbiais e adjetivas do *identicamente* e do *idêntico*, assim como nas diversas conjugações do verbo *identificar*, estas situadas dentro de um circuito terminológico geral de similitudes comparativas. Mas acontece que, neste caso, verifica-se uma diferença significativa em relação aos demais adjetivos citados. A origem direta no pronome latino *idem* confere a esse lexema a possibilidade de assumir cargas semânticas e funções gramaticais particulares, reminiscências linguísticas que sobreviveram à passagem gradual do

latim ao português. Por equivalência vocabular, *idem* significa “o mesmo”. Por etimologia, presume-se que o item *mesmo* derive de antigas combinações sintáticas de outro pronome latino, o *ipse*. Assim, pesquise também as principais ocorrências do *mesmo*, com suas eventuais variações substantivas da *mesmeidade*, *mesmidade*, *mesmice* e até da *ipseidade*, assim como o seu sistema terminológico de oposição ao *outro*, seu respectivo étimo latino, *alter*, e as possíveis formulações de alguma noção pregressa de *alteridade*.

Na intersecção de uma apresentação das escolhas teórico-metodológicas que orientam essa pesquisa e de uma descrição metafórica do procedimento analítico que ela opera, proponho uma arqueologia nos dicionários de língua portuguesa. Os registros de cada ocorrência das variantes desses lexemas são tomados como *arquivos* que, em seu conjunto, permitem acessar uma dada modalidade de comparação, assim como verificar seus limiares de identidade e de mesmeidade. Escavados na longa duração, eles permitem reconhecer, no nível sincrônico, a regularidade de certas “camadas” de significado, e no nível diacrônico, a sucessão de distintos períodos que podem ser determinados com alguma precisão. Concebidos em sua simultaneidade, estes cortes estratigráficos indicam e instituem alguns dos principais sentidos de *identidade* que, no jogo dialético de suas próprias mudanças e continuidades ao longo do tempo, resultam numa história de tais conceitos.

História que se demonstra ao mesmo tempo ampla e restrita. Que, por um lado, tem a seu favor o fato de adotar como fonte uma série pluricentenária de referências não especializadas, as quais, apesar das diferenças, guardam um núcleo de características e objetivos comuns que facilitam e enriquecem o cotejo analítico. Onde, em última instância, os consulentes dos mais variados tempos e lugares foram buscar o significado das palavras – seja lá o que isso viesse a significar em cada regime epistemológico e contexto lexicográfico. Registros que vão das escolhas mais conscientes das definições elaboradas para as próprias entradas, ao emprego mais desinteressado e irrefletido desses mesmos vocábulos na acepção de outros termos. A superficialidade destes enunciados, aliada à generalidade de seu escopo temático, que tem por horizonte nada menos do que o tesouro lexical da língua, faz dos dicionários, nessa perspectiva, um indicador privilegiado para captar a polissemia que conforma o vocabulário conceitual de uma determinada época.

Por outro lado, suas listas alfabéticas representam uma espécie de texto sem contexto – ou, na melhor das hipóteses, de contextualização muito vaga e limitada. Assim, fica sempre em aberto o questionamento sobre até que ponto tais registros estariam em acordo com as formulações mais teorizadas do período que recobrem. Procurei apontar em que medida cada

obra pesquisada optou ou não por adotar acepções de conotação normal, de uma língua supostamente praticada em seu cotidiano, ou de fundamentação mais especializada. Contudo, a passagem de uma à outra, que implicaria também uma alteração de fonte, só foi efetuada nos casos que julguei necessário para melhor compreender as obras expressamente citadas nos dicionários. Mesmo que eles possam ter mencionado o nominalismo de Ockham, o sensismo de Condillac e o idealismo de Schelling, correntes que procuro situar, para cada seção escolhi adentrar com maior afinco no pensamento escolástico de Bluteau, no empirismo filosófico de Pinheiro Ferreira e nas ideias positivistas de Teófilo Braga, autores mais fundamentais para cada regime lexicográfico. É por isso que, não raro, controlo minhas conclusões acautelado em expressões do tipo: “ao menos se considerarmos o âmbito dos registros lexicográficos de língua portuguesa...”. Do mais, contra pesquisas que adotam procedimento oposto, buscando uma história intelectual de tipo mais tradicional, pode-se levantar questionamento inverso acerca de sua real difusão em cenários mais abrangentes. Nesse aspecto metodológico, o conhecimento histórico parece estar fadado aos limites impostos de antemão pela seleção das fontes. As minhas são os dicionários. No prólogo que antecede esta tese, desenvolvi algumas reflexões sobre as possibilidades e os limites de tal escolha.

O que posso assegurar é que, salvo algumas propostas idiossincráticas, a natureza em si dos registros lexicográficos, enquanto ferramenta metalinguística privilegiada de controle da estabilidade semântica, impõe aos dicionários a necessidade de operar com certo atraso temporal em relação à dinâmica do próprio contexto lexical em que são veiculados. Desse modo, podemos dizer que o período que eles recobrem é sempre marcado por diferentes graus de anterioridade, que devem ser detectados pelo cotejo com os registros das obras precedentes, pela apuração do *corpus* documental de onde seus vocábulos foram recolhidos, pelas obras utilizadas para referendar suas abonações. No entanto, como a língua não costuma mudar de modo abrupto e caótico, sob o risco de perder a sua função comunicativa, os dicionários jamais carecem totalmente de atualidade. Atualidade que, aliás, eles mesmos, ao erigirem-se árbitros da mudança semântica, tanto refletem quanto atuam para moldar. Ao fazê-lo, carregam ainda certo grau de futuridade, interferindo com sua autoridade na admissão e na difusão de novos termos e significados. Esta constitui a estrutura básica a partir da qual procuro descrever a temporalidade específica de cada regime lexicográfico. A depender do ritmo das transformações linguísticas de um determinado período, a necessidade de atualização de seus dicionários coloca-se com maior ou menor urgência. A depender do posicionamento de seus dicionaristas, essas mesmas transformações buscam ser retardadas ou aceleradas.

Dessa forma, jamais perco de vista o questionamento sobre o quê, e a partir de quais condições linguísticas, extralinguísticas e epistemológicas de possibilidade, estavam fazendo, pensavam estar fazendo ou afirmavam estar fazendo os lexicógrafos quando dicionarizavam esses vocábulos do jeito que os dicionarizavam. Para tanto, encontrei na obra *As palavras e as coisas* (1999), de Michel Foucault, um referencial teórico fundamental. A partir das três epistemes que ela descreve, com suas respectivas categorias lógico-comparativas, organizo minha definição epocal do conceito de identidade. O primeiro capítulo, dedicado à lexicografia latinoportuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII, dialoga com a episteme renascentista e seu modo de saber baseado na *semelhança*. O segundo, que compreende aquilo que classifico como lexicografia monolíngue-clássica dos séculos XVIII e XIX, fundamenta-se pela episteme barroca, com seu racionalismo fundado nas relações de *identidade*. O terceiro, que aborda a lexicografia moderna dos séculos XIX e XX, corresponde ao advento da modernidade epistemológica, com suas formas de explicação voltadas para a *história*. No entanto, assim como o termo *identidade* e o princípio lógico por ele designado não se restringem a uma episteme particular, procuro concebê-las em simultâneo, desconectadas da dimensão excessivamente sincrônica que marca essa primeira fase arqueológica foucaultiana. Busquei, assim, uma periodização que se caracteriza mais pela noção genealógica de regime, de ênfase, do que por uma ideia de sucessão ou superação absoluta.

Cada um dos três capítulos inicia com uma breve apresentação das obras utilizadas como fonte e alguns dos seus critérios de escolha. Trata-se de uma simples cronologia dos dicionários de língua portuguesa, seus autores, abrangência da nomenclatura, justificativas de publicação, sequência editorial e outras informações básicas presentes nos elementos pré-textuais. O passo seguinte, à maneira de uma lexicologia, consiste no procedimento heurístico de acessar os principais *significados de identidade* – e, neste ponto, também do *mesmo*, seus respectivos étimos, variações e antonímias – registrados nas acepções diretas dos itens selecionados. A seguir, a análise avança da heurística à hermenêutica, com uma classificação dos principais *sentidos de identidade*. Esse gesto perpassa tanto os significados verificados na seção anterior, quanto a sua ocorrência nas definições, exemplificações, sinonímias e citações de outras entradas, delineando assim os campos semânticos por onde eles circulam, com suas possibilidades de composição mais recorrentes.

O que chamo de sentido é essa compreensão particular de dada experiência, e de sua realização linguística, não apenas como pretensamente o fora para seus contemporâneos, mas como ela pode estar disponível para nós, hoje. É dessa perspectiva que passo então a descrever

a temporalidade específica comportada e executada pelos dicionaristas daquele período. Somente depois disso retorno aos seus enunciados teóricos e concepções linguísticas para avaliá-los segundo os preceitos epistemológicos foucaultianos, definir contextos lexicográficos correlatos, contrapô-los novamente ao percurso dos registros de *identidade* e cotejá-los a uma formulação filosófica de caráter mais especializado. Em suma, cada regime epistemológico, com suas modalidades de comparação e sistema lógico-semântico predominantes, deverá formular diferentes conceitos de *identidade* e atuar como condição de possibilidade para as ideias linguísticas de seu tempo, determinando assim suas respectivas práticas lexicográficas e, por consequência, os registros do lexema *identidade* que elas realizam, mas que neste caso são ao mesmo tempo os seus próprios fatores de realização.

A esta altura, torna-se necessário evidenciar outra referência fundamental para este trabalho. Trata-se da modalidade de história conceitual tal qual sistematizada por Reinhart Koselleck, ainda que em relação a este estabeleça alguns pequenos deslocamentos. Para Koselleck, um conceito básico seria aquele que pertence necessariamente a um vocabulário de relevância política e social. Assim, a articulação entre tempo, linguagem e experiência, tão cara às abordagens dessa escola historiográfica, não deixa de operar um recorte específico da experiência humana, ele mesmo concebido e conceituado como *político e social*. Enquanto vocábulo singular utilizado para nomear toda uma coletividade de fenômenos e movimentos contemporâneos, manifestados nas mais diversas formas de classificação e sentimentos de pertença a certas comunidades de referência – a classe, a nação, o gênero, a raça, a etnia –, não há dúvidas de que *identidade* constitua, na atualidade, um conceito histórico. A saber, político e social. No entanto, esse uso é bastante recente. Antes de adentrar o campo sociopolítico, *identidade* possui uma longa e complexa história como termo que refere o princípio lógico mais fundamental da tradição filosófica ocidental. Não colocar essa carga semântica pregressa em suspenso, mas assumi-la como uma das condições de possibilidade para as variações de significado reconhecidas posteriormente em suas diferentes historicidades, com todas as consequências que disso resulta, constitui um dos fatores que distanciam essa pesquisa daquilo que poderia ser uma história dos conceitos mais convencional.

Dessa escolha advém um primeiro estranhamento metodológico. Claro está que essa pesquisa opera através de procedimentos mais semasiológicos do que onomasiológicos. Ou seja, ela parte prioritariamente da palavra, em busca de seus diferentes significados, e não de uma categorização analiticamente estável do que poderia ser “identidade”, para depois recuperar as designações que esses fenômenos análogos pudessem ter recebido em tempos e

lugares diversos. Da história conceitual, no entanto, retenho o pressuposto teórico de que os conceitos – e, por extensão, cada realização linguística – são ao mesmo tempo índices e fatores das experiências extralinguísticas que referem, atuando tanto na sua tentativa de representação, quanto contribuindo, a seu modo, para a conformação e projeção daquilo que evocam e constituem. Perante essa dupla inconstância, da polissemia do nome e da heteronomia do fenômeno, detenho-me na opção de fixar um signo linguístico desde o qual possa aferir esse jogo entre experiências e relatos, que nunca se equivalem em absoluto, mas de cujos desníveis representacionais, transbordamentos empíricos e variações diacrônicas podemos apreender uma história. Quem sabe, mais do que uma história do conceito propriamente dita, a perseguição do rastro de uma palavra: neste caso, *identidade*.

Contudo, a aproximação mais efetiva com os estudos de Koselleck se dá pela atenção ao período de limiar da modernidade, ocorrido entre os anos de 1750 e 1850. Sua descrição fenomenológica da formação do *Conceito de história* (2011) enquanto uma temporalidade especificamente moderna, constituída pelo crescente afastamento entre experiência e expectativa e associada à emergência de filosofias teleológicas da história, que no âmbito da língua alemã se realiza linguisticamente na substituição da pluralidade de relatos evocada pelo termo *histoire* por um novo singular-coletivo referido por *geschichte*, inspira o modelo a partir do qual busco descrever a formação de um conceito moderno e temporalizado de *identidade*. Em contrapartida, os resultados de minha análise acerca de seus principais procedimentos lógico-comparativos também têm se demonstrado relevantes para auxiliar na compreensão da emergência do conceito moderno de história. É importante observar que, com base em semelhantes preceitos teórico-metodológicos, o projeto coletivo Iberconcepts sugere que, para o âmbito das línguas portuguesa e espanhola, o processo de passagem para a modernidade se estenderia da década de 1770 até pelos menos 1870 (Sebastián, Torres, 2017, p. 163).

Por isso, como uma espécie de ponto avançado do segundo e do terceiro capítulo, procuro aplicar algumas de minhas conclusões aos estudos das distintas modalidades de historiografia praticadas ao longo do século XIX. Na verdade, tanto no âmbito de uma historiografia linguística, quanto no de uma história conceitual de língua portuguesa e, sobretudo, de uma história da historiografia, temos no Brasil e em Portugal a disponibilidade de uma produção madura e sofisticada que poderia acompanhar – e de certo modo acompanha – esse trabalho em toda a sua extensão. Muito mais do que citações pontuais seriam capazes de expressar. Desse modo, em detrimento de uma revisão de caráter mais panorâmica, por uma série de coincidências e afinidades temáticas, teóricas e metodológicas optei por estabelecer um

diálogo mais pontual e efetivo com as obras do historiador Valdeci Araujo e da linguista Olga Ferreira Coelho. Essa é certamente uma de minhas escolhas mais pessoais. Espero que não seja entendida como negligência, mas sim como uma tentativa de aproximação.

Até o século XIX, é como se a *história* não existisse. Destemporalizada e baseada em procedimentos lógico-comparativos fundamentalmente estáticos e espacializados, ela se limitava a classificar entidades metafísicas de natureza cronológica. O que existia então era a *identidade* em seu conceito clássico, com seu conhecimento objetivo dos fatos e a crença de poder representá-los de modo fidedigno. O desvanecimento desse regime representacional, a emergência da subjetividade no domínio epistemológico, o gesto de uma consciência que só pode conhecer ao conhecer a si mesma, que se projeta como outra (Ricoeur, 2014) para poder descortinar sua singularidade existencial na dialética de um antes e um depois, tudo isso conforma um conceito moderno de *identidade*: reflexivo, aporético e temporalizado. Se quisermos, a *identidade* não existe mais, o que existe, de agora em diante, é a *história*. A modernidade produz e é produzida, portanto, pela assimilação da *identidade* por um novo conceito de *história* com a qual ela mesma, enquanto experiência do tempo, passa e se confunde. O historicismo moderno representa o fim da *identidade*, e esta, quando retornar, já será, na verdade, *diferença*.

PRÓLOGO: TODA A TESE NA FONTE

Em uma publicação recente, apresentada como a primeira introdução à ciência da lexicografia em língua portuguesa, o linguista alemão radicado no Brasil, Herbert Andreas Welker (2004, p. 11-24), enreda-se em uma tarefa delicada: definir, dentre outras coisas, o que seria um *dicionário*. Depois de apresentar as origens etimológicas da palavra *léxico* – do grego *léxis* [λεξις] – e de equipará-la ao vocábulo português *palavra*, sem fazer qualquer referência à variante latina *dictio*, o autor transfere o significado do coletivo *lexikónn* [λεξικόν] para *dicionário*. Operação suficiente para explicar as duas acepções de *lexicografia* com as quais trabalha, uma de natureza “prática”, que remete à técnica de elaborar dicionários, outra de natureza “teórica”, também designada *metalexicografia*, que remete aos estudos e reflexões sobre dicionários. Mas sua explicação se desvanece quando, no capítulo seguinte, é estendida à polissemia da própria palavra *palavra*, assim como do vocábulo *vocábulo*. Em princípio esse gesto, de passar do singular ao coletivo via etimológica, serve não apenas para definir *léxico*, do grego *lexikónn*, como um repositório de *léxis*; mas também *glossário*, do latim *glossarium*,

como um repositório de *glossa* [do grego *γλῶσσα*]; *vocabulário*, do latim *vocabulatum*, como um repositório de *vocabulum*; *dicionário*, do latim *dictionarium*, como um repositório de *dictio*; e assim por diante. Contudo, revela-se ineficaz uma vez que voltemos para esses termos – e isso se aplicaria inclusive ao termo *termo* – todas as dificuldades e até impossibilidades de definição que a teoria linguística contemporânea pondera em relação ao conceito de *palavra*. Em outras palavras, se suspendermos o acordo tácito acerca do significado pretensamente denso e estável que constitui o ponto em torno do qual orbita todo um campo semântico mais rarefeito, perceberemos que essas mesmas definições se dilatam numa infinidade de outras significações possíveis.

Daí a dificuldade para determinar, conceitualmente, por mais evidente que isso possa se apresentar do ponto de vista empírico e pragmático, o que seria algo como um *dicionário*. A estratégia escolhida por Welker (2004, p. 24-26) parece simples e um tanto fugaz. Ele recorre à diferenciação entre três nomes amplamente utilizados, ao menos no estado atual da língua portuguesa, para designar coisas que compartilham entre si grandes similitudes: *dicionário*, *vocabulário* e *glossário*. Para tal, porém, não emite qualquer parecer fundamentado em opinião, critério ou lógica classificatória própria, mas se limita a contrapor aquelas presentes em dois tipos de obras de referência: as acepções registradas nos próprios dicionários e as recentes teorizações metalexigráficas. Assim mesmo, suas escolhas e disposição de informações não deixam de conduzir a uma diferenciação onde *dicionário* corresponde ao universo geral de uma língua, *vocabulário* ao âmbito de algum discurso delimitado no tempo e no espaço, e *glossário* à especificidade de um texto ou conjunto de textos.

Não há qualquer prejuízo em adotar as definições sugeridas por Welker, desde que tenhamos consciência de que elas só são válidas para um determinado estado de língua e de ciência, que por sua vez se conservam admissíveis apenas na medida em que continuarem sendo reconhecidos como sendo os “nossos”. Na verdade, o gesto que ele executa parte de três pressupostos básicos que, nesse regime, dificilmente poderiam ser evitados. Em primeiro lugar, a superação de uma percepção metafísica e nominalista que tenderia a restringir o ser de um dicionário com aquelas obras que de fato foram assim intituladas, ou que costumam ser assim designadas. Por outro lado, e em segundo lugar, existe a necessidade racional de formulação de uma nomenclatura mínima que seja capaz de representar, de modo inequívoco, os critérios e categorias utilizados neste recorte científico da realidade admitido por “obras lexicográficas”. Mas sem esquecer dos limites ontológicos implicados em tal procedimento, cujas definições existenciais não podem ser reduzidas a uma mera taxonomia de obras semelhantes. Este é o

terceiro pressuposto, que por sua vez nos devolve às polissemias e heteronomias evocadas pelo primeiro e postas temporariamente em suspenso pelo segundo.

São em particular seus objetivos científicos, mormente metalexigráficos, que levam Welker a priorizar o procedimento classificatório intermediário. Entretanto, a normatividade que sua nomenclatura poderia impor ao nosso estado de língua, e que deve ser evitada segundo nosso atual estado de ciência linguística, fazem com que sua atitude não se fundamente no puro racionalismo lógico. Quando Welker opta por enunciar uma série de classificações e critérios alheios, ainda que indiretamente esteja cumprindo a exigência metodológica da definição, na verdade está recorrendo à descrição de uma tradição que é necessariamente histórica e, assim, *in-definida*. Paradoxo quase imperceptível, dada a dimensão sincrônica e contemporânea a que sua operação se mantém astuciosamente delimitada, proporcionando a comunhão irrefletida de uma mesma linguagem e episteme. Mas que, assim como ocorrera no caso da reflexão sobre a acepção da palavra *palavra*, desvanece ao reconhecer que “na Idade Média, os dicionários eram também intitulados de *vocabulário, léxico, lexicon* ou *thesaurus*” (Welker, 2004, p. 26).

Em suma, as escolhas de Welker para definir o que é um dicionário estão baseadas nos mesmos pressupostos que adoto para definir quais são as fontes dessa pesquisa, para além do mero ato de anunciar que são *os dicionários*. A diferença é que meus objetivos, prioritariamente históricos, estão voltados de modo deliberado para essa tradição, numa perspectiva diacrônica e de longa duração, tanto em relação às linguagens e experiências mais imediatas que tais obras comportam, quanto aos diferentes regimes epistemológicos que lhes tornaram possíveis. É justamente das tentativas de mediação entre cada um desses passados e o nosso tempo presente que busco extrair e captar seus respectivos conceitos de *história*. Uma tradição que se constitui em seu devir, seja nas informações presentes nas próprias obras lexicográficas, onde predomina um caráter cumulativo que não raro evoca iniciativas predecessoras; seja nos estudos históricos e metalexigráficos em sentido lato, responsáveis pela constituição de um verdadeiro cânone dicionarístico; seja nas práticas de arquivamento e reprodução que as tornam disponíveis para a pesquisa. Contudo, sem deixar de observar alguns critérios mais básicos que nos possibilitam reconhecer um tipo ideal de dicionário, minimamente adequado ao nosso estado de língua e de ciência: um repositório impresso de palavras e acepções dispostas em ordem alfabética. Mas que prevê exceções para cada um destes critérios, ainda que sem grandes prejuízos para a definição mesma que lhe dera ensejo. Se considerarmos uma noção de regime epistemológico que nos permita escalonar no tempo certos períodos de predomínio de cada um desses procedimentos, qual seja um pensamento metafísico pré-moderno, um racionalismo clássico e

um historicismo moderno; se observarmos que as tentativas de definir o que *é* e o que *não é* um dicionário, na tensão entre nossa dupla perspectiva, heurística e hermenêutica, já recobra em si uma espécie de história aplicada do conceito de identidade; se estivermos conscientes, enfim, de que essa história não representa a narração objetiva de uma trajetória entre passado e presente, mas que se mantém irremediavelmente subordinada a uma historicidade moderna, que por sua vez perpassa uma episteme historicista que indica e ao mesmo tempo conforma um conceito temporalizado de *identidade*; então compreenderemos que, na circularidade entre experiência, tempo e linguagem que fundamenta esse estudo, onde cada um desses elementos só pode ser concebido em relação aos demais, o gesto inicial de escolha das fontes já comporta em si a tese em plenitude. Ela é a sua condição de possibilidade mais fundamental, seu ponto de chegada que é, ao mesmo tempo, o seu ponto mais básico de partida.

1 NO *CONTINUUM* DA SEMELHANÇA: UMA IDENTIDADE ESCOLÁSTICA

1.1 OS DICIONÁRIOS LATINOPORTUGUES DOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII

A necessidade pedagógica de estabelecer equivalências lexicais entre o latim e suas variações vernáculas, entre as quais se encontra a origem da língua portuguesa, pode ser apontada como uma das principais motivações que, durante o século XVI, influenciaram o desenvolvimento dos métodos de elaboração daqueles que hoje são reconhecidos como os primeiros dicionários. Na região compreendida pelos antigos domínios do Império Romano e da cristandade ocidental existiram práticas pré-dicionarísticas que remontam às escolas medievais, mas foi somente no contexto de difusão do humanismo renascentista europeu, em grande medida potencializado pela invenção das novas técnicas de imprensa, que a prática da lexicografia pôde se estruturar. A intensificação e o incremento dos registros escritos de um português falado foram, muito provavelmente, acompanhados da elaboração de vocabulários bilíngues, estes inspirados nos modelos de outros glossários que, desde o final do século XV, vinham traduzindo o latim para as demais línguas vulgares (Verdelho, 2002, p. 15-16; Almeida, 1959, p. 139-145).

Américo Machado Filho (2013, p. 62) observa que é no contexto das guerras de reconquista da Península Ibérica travadas mais decisivamente a partir do século VIII, responsáveis por algumas das principais condições de afirmação do Reino de Portugal, que ocorre a “estreia da escrita em língua portuguesa, que tímida e bruxuleante, começa a substituir o papel exclusivo que detinha o latim, mesmo ainda sob o jugo muçulmano, nas sociedades letradas de origem linguística românica, sobretudo nos mosteiros e nas chancelarias reais”. Rosa Virgínia Mattos e Silva (2002) assinala quatro aspectos de grande relevância na passagem dessa fase arcaico-medieval para a constituição, no século XVI, do que pode ser considerado um português moderno: a introdução da imprensa, encarregada de reconfigurar um panorama onde antes predominava a oralidade; a laicização da cultura letrada, que aos poucos faz o ensino do latim dividir espaço com uma pedagogia em idioma vernáculo; o alargamento do campo literário, com o surgimento da figura do autor e o estabelecimento dos primeiros cânones; e a inserção de novos mecanismos de controle e normalização, sobretudo através da sistematização das primeiras gramáticas da língua portuguesa.

Segundo Paul Teyssier (1980, p. 38), na esteira dessa cultura humanista, especificamente associada aos estudos gramaticais, surgem os primeiros dicionários bilíngues: latinos e portugueses. São essas obras que constituem o *corpus* documental analisado nessa

primeira fase do estudo, composta pelos trabalhos de Jerônimo Cardoso (1508-1569), Antônio Velez (1545-1609), Agostinho Barbosa (1590-1649), Amaro de Roboredo (?) e Bento Pereira (1605-1681). Juntas, elas recobrem um período que se estende de meados do século XVI ao final do XVII, mas com reedições e reimpressões que adentram o século XVIII. A obra de Rafael Bluteau (1638-1734), por sua vez, editada no início do século XVIII e gozando de uma influência que sobreviveria ao século XIX, representará uma ruptura em relação a essa tradição lexicográfica latinoportuguesa, mas ao mesmo tempo sem abandonar totalmente o seu caráter bilíngue, além de comportar uma concepção histórico-linguística complexa, que combina a referência e a dicionarização de tesouros lexicais e de autores antigos e modernos.

O humanista Jerônimo Cardoso (1508-1569) costuma ser apontado como o primeiro lexicógrafo português da língua latina (Almeida, 1959), cuja obra “deu assim origem, com maior ou menor interferência, a todos os subsequentes dicionários do português” (Verdelho, 2002, p. 18). Embora desde o século XVIII os compêndios bibliográficos apontem a existência de um léxico latino de sua autoria, intitulado *Dictionarium iuventuti studiosae admodum frugiferum*, datado de 1551 (Almeida, 1959, p. 139-140), a sua ordenação alfabética mais antiga que temos disponível, e possivelmente a primeira que contempla a língua portuguesa, é o *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*, de 1562, contendo pouco mais de 12 mil entradas.¹ Em 1570, uma edição póstuma intitulada *Dictionarium latino lusitanicum & vice versa lusitanico latinum*, organizada por Sebastião Stockammer (?) a partir do espólio deixado por Cardoso, passou a contar não apenas com uma segunda versão do formato português-latino, acrescida de mais 728 novos verbetes, mas também com outro dicionário no formato latino-português, este com quase 27 mil entradas.² Utilizada principalmente como manual escolar,

¹ Conforme catalogação da Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP), a edição de 1562 possui formato de 20x14 cm (Disponível em: <<https://purl.pt/15192/>>), somando 210 páginas de nomenclatura registradas em colunas duplas (numeradas, apenas na frente, até folha 105), sem a presença de elementos pré-textuais. De acordo com dados levantados pelo *Corpus Lexicográfico do Português* das universidades de Aveiro e de Lisboa (doravante CLP), essa obra contém 12.064 entradas (disponível em: <[CLP - Jerónimo Cardoso \(ua.pt\)](http://clp.dlc.ua.pt/)>).

² Conforme catalogação da BNP, a edição de 1570 possui formato de 21x15 cm (Disponível em: <<https://purl.pt/14265/>>), somando 544 páginas de nomenclatura no formato latino-lusitânico (numeradas – com alguns erros –, apenas na frente, até a folha 272), e 168 páginas no formato lusitânico-latino (numeradas, apenas na frente, até a folha 84), ambas organizadas em colunas duplas. A partir da contagem que pode ser realizada junto aos dados do CLP, o formato latino-lusitânico soma cerca de 27.000 entradas. Segundo informações do mesmo projeto, o formato lusitânico-latino recebeu nessa segunda edição um acréscimo de 728 itens, chegando ao total de 12.792 entradas (disponível em: <<http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/default.asp?url=Obras&Livro=5&Edicao=5>>). Esta edição conta ainda com um dicionário eclesiástico de 18 páginas, com mais de 640 entradas; uma espécie de lista de conversão de pesos e medidas de fontes antigas, de quatro páginas, com quase 200 itens; e um dicionário de nomes próprios de mais 108 páginas, contendo entre dois e três mil verbetes (estimados pela média de entradas em cada página). Nenhum desses anexos possui paginação.

esta obra teve mais de dez reedições até o final do século XVII. As obras de Jerônimo Cardoso analisadas nessa pesquisa são a primeira edição lusitânico-latina de 1562; a primeira edição dupla, latino-lusitânica e lusitânica-latina, de 1570; e uma das suas últimas *editio novissima*, de 1694. As poucas modificações de relevância observadas entre estas duas últimas, predominantemente constituídas por variações ortográficas, permitem inferir certa estabilidade semântica em seus itens lexicais, ainda que algumas alterações tenham sido verificadas.

Possivelmente em 1599 o jesuíta Antônio Velez (1545-1609) fez a primeira publicação do seu *Index totius artis*, contendo não mais do que 4 mil entradas. No início do século XVII essa obra foi reelaborada em sua estrutura, de modo a se converter em um pequeno dicionário escolar que vinha como complemento à gramática de Manuel Álvares (1526-1582), sucessivamente reeditada até 1755. O dicionário de Antônio Velez permaneceu sempre no formato latino-português e, ao que tudo indica, não teve grandes acréscimos na abrangência de sua nomenclatura, que nas últimas edições deveria superar em pouco a casa das 4 mil entradas. Essa pesquisa acessou uma das primeiras versões escolares, datada de 1608; outra publicada em anexo à gramática, de 1680; e uma das suas últimas publicações, de 1744, antes da expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759 e da interdição destas obras. No geral, as três edições estudadas apresentam alterações entre si, com destaque para a ampliação das acepções do exemplar que adentra o século XVIII.³

O *Dictionarium lusitanico latinum* de Agostinho Barbosa (1590-1649) possui edição única, de 1611, contendo cerca de 7300 entradas.⁴ Conforme inscrito no próprio nome, essa obra tem apenas o formato português-latino, sendo, portanto, a segunda deste tipo na história da lexicografia. A ausência de reedições impossibilita a procura por variações diacrônicas nos seus registros, mas se fizermos uma comparação com seu congêneres mais antigo, o *Dictionarium ex lusitanico in latinum* de Jerônimo Cardoso, podemos destacar em Agostinho Barbosa uma maior quantidade de sinonímias nos verbetes de língua portuguesa, geralmente indicadas pelo advérbio *alias*, pela abreviação *i.* – provavelmente significando *idem* ou *item* –, ou até pela expressão “*o mesmo que*”. No entanto, é importante salientar que Jerônimo Cardoso já recorria a esse expediente, ainda que de forma menos frequente e utilizando o indicador *s.*,

³ Os números de entradas dos dicionários de Antônio Velez foram estimados em função da média de itens por página. As demais informações relativas às diferentes edições provêm do projeto *Corpus Lexicográfico do Português*. Disponível em: <<http://clp.dlc.ua.pt/Corpus/AntonioVelez.aspx>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

⁴ O Agostinho Barbosa foi contabilizado a partir da transcrição do *Corpus Lexicográfico do Português*. Disponível em: <<http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/default.asp?url=Ler&tipo=formtexto>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

de sinônimo. Em Agostinho Barbosa também são mais comuns as classificações gramaticais, como de classe e gênero das palavras, extremamente raras nos registros anteriores. Além disso, Telmo Verdelho (2002, p. 19) destaca a sua compilação a partir de um *corpus* latino autorizado e a frequente presença de textualização em suas entradas.

Também idealizado como manual escolar e com edição única de 1621, o *Raizes da lingua latina*, compilado por Amaro de Roboredo (?), possui um extenso título que carrega, dentre outras coisas, o epíteto de ser um dicionário. Estruturado no formato latino-português, ele vem assim se somar ao *Dictionarium latino lusitanicum* de Jerônimo Cardoso e ao *Index totius artis* de Antônio Velez. Contudo, essa obra é, na verdade, trilingue, trazendo breves equivalências também para o espanhol. Para Telmo Verdelho (2002, p. 20), ela representa “o primeiro convívio lexicográfico entre o português e o castelhano, correspondendo certamente a uma conjuntura interlinguística de dominação por parte da monarquia dual”, referindo-se ao contexto da União Ibérica entre 1580 e 1640. Outra peculiaridade dos registros de Amaro de Roboredo é a composição dos verbetes com a inclusão de famílias de palavras agrupadas a partir de suas raízes latinas, cuja equivalência para o português muitas vezes se concentram em apenas uma acepção. Em contrapartida, suas definições costumam apresentar um significativo acúmulo sinonímico, sobretudo quando comparada aos demais dicionários do período. Por isso, revela-se extremamente difícil a contabilização do número de entradas nessa obra, embora possamos arriscar que deva conter entre cinco e seis mil dessas cabeças-de-verbete.⁵

Mas foi seguramente um outro jesuíta, Bento Pereira (1605-1681), que executou os trabalhos mais representativos no âmbito da lexicografia latinoportuguesa. Em 1634 foi lançada a primeira edição da sua *Prosodia in vocabularium*, um amplo dicionário com aproximadamente 50 mil entradas organizadas no formato latino-português, mas que, por também incluir algumas equivalências no espanhol, trazia a designação de ser trilingue. Em 1647, o mesmo dicionarista lançou o *Thesouro da lingoa portuguesa*, este bilíngue, lusitânico-latino, contendo cerca de 23 mil entradas. A partir da segunda edição, de 1653, estas duas obras passaram a ser comercializadas em volume único, composto basicamente por reimpressões das versões *princeps* originais. No entanto, a *Prosodia* foi precedida por uma errata de 290 verbetes latinos, replicada até a sexta edição de 1683, e o *Thesouro* teve um acréscimo de 1223 entradas portuguesas, incorporadas à listagem alfabética já na edição seguinte. De acordo com a linguista

⁵ O número de entradas do dicionário de Amaro de Roboredo foi estimado em função da média de itens principais por página – o que chamo de cabeça-de-verbete –, sem considerar as variações secundárias dos lexemas.

Helena Cameron (2012, p. 84), esse foi o maior aditamento realizado na nomenclatura lusitânico-latina em todo o percurso do *Thesouro*.⁶

Após a morte de Bento Pereira, um grupo de lexicógrafos da Academia de Évora, liderados por Matias de São Germano (?), encarregou-se de uma profunda reformulação na *Prosodia*. Lançada em 1697, a sétima edição, daí por diante bilíngue, atingiu o considerável número de 75.800 entradas no formato latino-português, abandonando de vez os vocábulos hispânicos. O *Thesouro*, por sua vez, não sofreu semelhante renovação em relação ao alcance de sua nomenclatura, ultrapassando em pouco a casa dos 24 mil itens lexicais. Ambas as obras seguiram sendo impressas em conjunto até o ano de 1750, sendo que suas últimas cinco edições consistiram em simples reimpressões da versão de 1697. Neste estudo, estabelecemos uma comparação entre a primeira edição do *Thesouro*, de 1647; a segunda edição da *Prosodia*, de 1653; e a sétima edição revisada de ambas, de 1697. Apesar do avanço temporal em direção ao século XVIII, o cotejo com a penúltima edição, de 1741, revelou-se de pouca utilidade em termos de registros diacrônicos, confirmando ser uma mera reprodução da obra de 1697.

A função principal destes dicionários, de estabelecer uma interface entre o latim e o português, faz com que a maior parte de suas informações seja de equivalências semânticas entre as duas línguas. A expulsão da Companhia de Jesus do Reino de Portugal, em 1759, representou um importante marco final para esse tipo de lexicografia. Seja pela vinculação autoral direta, seja pelo modelo de ensino que representavam, muitas dessas obras passaram a ser proibidas no contexto das reformas pombalinas. Luís António Verney (1713-1792), por exemplo, no *Verdadeiro método de estudar* (1746, v. 1, p. 83), criticava as informações equivocadas e a insuficiência dos métodos de registro da *Prosodia*. Os próprios lexicógrafos jesuítas já trabalhavam em uma grande reformulação que, uma vez interrompida pela expulsão, só viria a ser concluída com a publicação do *Magnum lexicon* em 1780. Para João Paulo Silvestre e Ana Margarida Borges (2012, p. 334), “ainda que sob um anonimato que rompeu a filiação jesuíta, o ciclo de renovação da *Prosodia* cumpriu-se, legando um dicionário tipologicamente modernizado, que ocupará um espaço privilegiado no ensino da língua latina”.

Restrita a esse uso escolar, a lexicografia latinoportuguesa assistiria ao surgimento, ainda no início do século XVIII, de um novo tipo de registro, no qual as informações bilíngues

⁶ Para conferir o número de entradas e demais informações acerca das diferentes edições dos dicionários de Bento Pereira, ver CAMERON, Helena Maria Serras Reis Silva Freire. *A Prosodia de Bento Pereira: contributos para o estudo lexicográfico e filológico*. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) - Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012.

ocupam um lugar diminuto frente às definições semânticas e aos comentários enciclopédicos. Publicados entre os anos de 1712 e 1728, os oito volumes principais e os dois números suplementares do *Vocabulario portuguez e latino* de Rafael Bluteau (1638-1734) atingiram cerca de 7.200 páginas de nomenclatura, todas no formato *in-quarto*.⁷ Se comparada aos números das obras anteriores, a quantidade de entradas, que reúne cerca de 42 mil itens,⁸ não se revela proporcional ao tamanho da obra, sobretudo pelo seu caráter enciclopédico, que dedica várias páginas a um só verbete. Assim mesmo, de acordo com Telmo Verdelho (2002, p. 23), “o *Vocabulario* atualizou e aumentou cinco vezes mais aproximadamente o ‘*corpus*’ lexical português até então dicionarizado, e passou a constituir uma referência obrigatória e quase definitiva para toda a lexicografia subsequente”. Segundo João Paulo Silvestre (2001, p. 03), “ao contrário dos dicionários que o antecederam, obras marcadas pelo intuito pedagógico da aprendizagem do latim, Bluteau [...] representa a transição para uma lexicografia monolíngue, uma vez que a informação latina [...] é geralmente reduzida ou mesmo inexistente”.

Mesmo que não viesse a contar com reedições, essa obra se tornaria praticamente dominante no cenário dicionarístico português do século XVIII, e até do XIX. Ela representa uma significativa ruptura com a tradição dos registros latinoportugueses que vinham sendo realizados até então, mas ainda sem marcar a passagem definitiva para uma lexicografia moderna. Situado a meio caminho entre uma prática tradicional, de origem humanista, e o limiar de uma modernidade constituída não apenas por experiências extralinguísticas inéditas e realizações linguísticas correlatas, mas igualmente acompanhada por novas teorizações acerca do funcionamento da linguagem em relação ao conhecimento, o caso de Bluteau se revela singular na história da lexicografia portuguesa. Quando, no emblemático ano de 1789, enfim vier à tona uma edição reformulada do seu *Vocabulario*, já tratar-se-á, na verdade, da primeira

⁷ As edições do Bluteau possuíam 31 cm. No primeiro volume, há um *Prólogo do autor a todo o gênero de leitores*, de 43 páginas; alguns catálogos de autores, que juntos somam mais 33 páginas; além de outros elementos pré-textuais. Ao final do oitavo volume, há um *Diccionario Castellano y Portuguez*, com uma *Prosopopeia* preliminar das duas línguas, de doze páginas; uma tabela de palavras remotas, de nove páginas; e uma nomenclatura de mais 164 páginas. O primeiro suplemento, dentre outros elementos pré-textuais, traz um *Prologo segundo*, de 29 páginas; uma lista de erratas, de 22 páginas; um catálogo dos 5 mil novos vocábulos acrescentados, de 59 páginas; e o início da nomenclatura suplementar, com 555 páginas. O segundo suplemento tem o restante da nomenclatura suplementar, com 325 páginas; e outros dez vocabulários especiais, que juntos somam mais 547 páginas, com destaque para o *Vocabulário de sinônimos e frases portuguesas*, que compreende 367 delas. Ao final, consta uma *Apologia do autor*, assim como a censura feita pelo Conde de Ericeira, que juntas ocupam as 43 páginas finais.

⁸ A quantidade de entradas e outras informações editoriais do Bluteau foram recolhidas junto ao *Corpus Lexicográfico do Português*. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/Corpus/RafaelBluteau_Vocabulario.aspx>. Acesso em: 14 nov. 2022.

edição do *Diccionario* de Morais Silva. Este sim, situado em outro contexto lexicográfico: monolíngue e, poderíamos dizer, *clássico*, na classificação que Foucault atribui à sua episteme.

1.2 SIGNIFICADOS DE *IDENTIDADE* NA LEXICOGRAFIA LATINOPORTUGUESA

Nos primeiros registros da lexicografia latinoportuguesa, não é difícil constatar a correspondência entre o pronome *idem* – e de suas declinações: *eodem*, *eadem*, *ibidem* – para com “o mesmo”, conforme as dicionarizações de Antônio Velez, Amaro de Roboredo e Bento Pereira. Nas obras em que tais vocábulos não chegam a ser lematizados, como no Jerônimo Cardoso e no Agostinho Barbosa, esse significado pode ser facilmente recuperado a partir de outras traduções e confrontações semânticas.⁹

A *Prosodia* de Bento Pereira foi a primeira a dicionarizar, muito provavelmente desde sua edição *princeps* de 1634,¹⁰ a forma substantiva *identitas* – com a variante *identitatis*. Nessa ocasião, o estabelecimento da equivalente portuguesa *identidade* foi complementado pelo significado de “*ser o mesmo*”. A ampliação de 1697 acrescentou uma entrada para o adjetivo *identicus*, mas ainda sem qualquer registro do português “idêntico”. Sua acepção repetia a definição de “*cousa a mesma*”, reforçada pela ausência de um oposto: “*sem diversidade*”.¹¹ Também nessa edição revisada, a entrada “*idem, eadem*” passou a contar, ao lado da definição “*essa mesma cousa*”, com o acréscimo de “*cousa igual*” ou de “*cousa semelhante*”. Ambos os termos, *identitas* e *identicus*, traziam a informação de pertencerem ao *Lexicon philologicum* (1623), um amplo dicionário latino escrito pelo teólogo Matthias Martinius (1572-1630).

Nessa obra, publicada no Sacro Império na virada para o século XVII e reeditada até o início do XVIII, não encontramos registros do adjetivo *identicus*, mas a forma substantiva da *identidade* consta na acepção de pelo menos três entradas. A que exige maior teorização é o traslado para o latim do grego *homousius* (p. 1147), equiparado a *coessentialis* e definido como aquilo que tem a mesma essência (“*eandem essentiam habens*”). Suas textualizações mais gerais apresentam um sentido difuso de *essência*, atribuindo-lhe uma *semelhança* que pode coexistir, inclusive, com um tipo de *diversidade* (“*similem essentiam, etsi diversam*”). A

⁹ Para os registros dos pronomes *mesmo/idem* na lexicografia latinoportuguesa, ver Apêndice [A](#).

¹⁰ Esta pesquisa não teve acesso à primeira edição da *Prosodia*. Contudo, conforme os estudos de Cameron (p. 75), “a edição de 1653 pode ser considerada uma reimpressão das edições *princeps* da *Prosodia* e do *Thesouro*”. CAMENRON. *A Prosodia de Bento Pereira: Contributos para o estudo lexicográfico e filológico*. Departamento de Línguas e Culturas. Universidade de Aveiro. Tese de Doutorado. 2012. 293 p.

¹¹ Para os registros do substantivo *identitas* e do adjetivo *identicus* na *Prosódia*, ver os Apêndices [D](#) e [E](#).

passagem para uma concepção teológica, contudo, restringe e especializa o significado. Entre as três pessoas divinas não há *distinção* de *essência* (“*essentia enim personarum divinarum non distinguitur*”), mas *homousius*, isto é, modos de *subsistência* (“*modus subsistendi*”). Logo passa-se da similitude comparativa para a unidade ôntica, já que, segundo Martinius, uma análise literal revela que, em grego, *substância* ou *essência* seria *ousia*, e *omos*, *um*. Outra citação trata de vincular *identidade* e *unidade*, justamente com uma função inversa à da *semelhança* (“*identitas maxima est unitas: minor unitas est Similitudo*”). Na afirmação do dogma da Santíssima Trindade, não poderia haver *semelhança*, senão *unidade*. Em latim, a estabilização semântica do paradoxo lógico dessa singularidade plural, dessa unidade-trina, perpassa o uso do termo *identitas*.

Esse constitui o contexto específico de onde o lexema fora recolhido, transladado e registrado pela primeira vez na lexicografia portuguesa. Porém, não era o único. Pelo visto, nada impedia que ele fosse associado a espectros sinonímicos mais amplos, em função mais de uma possibilidade de uso normal da língua do que de seu rigor conceitual. Na lista de acepções para a expressão latina “*sic ut*” (p. 3619), uma espécie de “assim como”, o *Lexicon philologicum* elenca, lado a lado, a *semelhança* (*similitudem*), a analogia (*analogiam*), o exemplo (*exemplum*), a paridade (*paritatem*) e, também, a *identidade* (*identitatem*). Uma terceira entrada abre espaço inclusive para uma possível contradição em relação ao rigor teológico. O significado de *simplicitas* (p. 3643) propunha uma oposição lógica entre *identidade* e *unidade*, assim como seria a oposição entre *simplicidade* e *composição* (“*unitati opponitur identitas, sed simplicitas compositioni*”).

No conjunto dos três registros, entre o rigor teológico e o uso normal, o significado de *identidade* transita assim de inverso a sinônimo de uma similitude comparativa, de condição constituinte à oposição da unidade numérica. A própria estabilidade da correspondência entre os pronomes *idem* e *mesmo*, que permitiria deduzir uma sinonímia da forma substantiva da *identidade* com uma noção – não registrada – de “mesmidade”, fora abalada pela inserção dos comparativos *igual* e *semelhante*, conforme a edição revisada da *Prosodia* de 1697.

O avanço da pesquisa em direção ao latino *ipse* não acrescenta conteúdos mais significativos. Assim como o *idem*, esse pronome também não foi contemplado com entradas particulares no Jerônimo Cardoso e no Agostinho Barbosa. Porém, suas traduções permitem inferir o caráter reflexivo do “*si mesmo*”, em textualizações geralmente utilizadas para marcar oposição a um *outro*. As dicionarizações de Amaro de Roboredo e Bento Pereira estabelecem

uma equivalência do *ipse* – e suas declinações – para com “*o mesmo*”. As sucessivas edições do Antônio Velez indicam a função gramatical que o *ipse* teria de se ligar a qualquer pessoa. No entanto, nem a lexicografia latinoportuguesa, nem o *Lexicon philologicum* de Martinius, captam qualquer variação substantiva do *ipse*, como uma “*ipseitas*” que, desde sua conotação reflexiva do *si* com o *mesmo*, pudesse assinalar uma modalidade de comparação temporalizada, algum tipo de *ipseidade*.¹²

Quanto ao pronome *outro*, que poderia então funcionar como um antônimo do *mesmo* – e do *si mesmo* –, os formatos português-latino, de modo geral, prescreviam o *alter* como correspondente ao “*outro de dous*”; ou o *alius* para o “*outro de muitos*”. Porém, os formatos latino-português tendem a suprimir o *outro* da acepção do *alter*, que refere apenas “*um de dous*” ou o *segundo*. As traduções não deixam dúvidas de que o principal substituto para “outra pessoa” seria a variante *alterius*. No geral, nas obras pesquisadas não consta qualquer variação do morfema *alter-* que pudesse ser contraposto à uma noção substantiva de *identidade*, como a palavra “alteridade”. Com exceção da *Prosodia* ampliada de 1697, que traz o latino *alteritas*, ou *alteritatis*. É sempre um fato linguístico notável quando um pronome se substantiva. E, especialmente neste caso, é muito significativo que sua única acepção seja *mudança*, portanto denotando uma modalidade temporalizada de comparação, e não alguma relação estática e simultânea de algum tipo – jamais registrado – de “outridade”.¹³

No Rafael Bluteau, com a referida transformação no tipo de dicionarização que sua obra empreende, há um significativo incremento dos registros do lexema *identidade*, seja contemplado com entradas particulares, seja constando nas acepções de outros vocábulos, ou utilizado textualmente nas definições de outros verbetes de caráter mais enciclopédico. No entanto, não é possível avaliar se isso resulta do mero crescimento da nomenclatura, que avança de modo cumulativo sobre o tesouro português, ou se indica de fato uma ampliação do uso desse termo a partir dos séculos XVII e XVIII, sobretudo nos campos filosófico e teológico.

O pronome *idem* – e seu variante de lugar, *ibidem* – continuam sendo amplamente utilizados, porém não mais para estabelecer correspondências semânticas. Ou eles aparecem naturalmente entre os excertos latinos, ou são empregados para referenciar citações. A entrada *mesmo*, por seu turno, foi definida como um “*pronome pessoal que individua ou particulariza*

¹² Embora a palavra *ipseitas* estivesse disponível no vocabulário escolástico. Para verificar os registros do pronome *ipse* na lexicografia latinoportuguesa, ver Apêndice [A](#).

¹³ Para os registros de *outro/alter/alteritas* na lexicografia latinoportuguesa, ver o Apêndice [C](#).

as cousas, & as diferença de todas as mais”. A rigor, sua ênfase no *individual*, no *particular* e na *diferença* desautorizaria, do ponto de vista lógico, qualquer abertura em direção aos adjetivos *igual* e *semelhante*, como havia feito a *Prosodia* há menos de duas décadas. A informação gramatical de que, quando precedida por artigos – *o, a, os, as* – utilizava-se as declinações do *idem*, mas quando seguia pronomes – *eu, tu, ele, eles, ela, elas, nós, vós, mi, si* – utilizava-se as declinações do *ipse*, corroborava o sentido reflexivo indicado nas obras de Antônio Velez. Contudo, a lexicografia latinoportuguesa seguia sem registrar qualquer variação substantiva de uma *ipseitas*, tampouco *ipseidade*.¹⁴

Por outro lado, a noção de “mesmidade”, apenas inferida dos trabalhos anteriores, com Bluteau fora efetivamente dicionarizada. Sob a forma substantiva da *mesmeidade*, ela trazia a inequívoca acepção de significar “*o mesmo que identidade*”.¹⁵ Porém não há qualquer outro registro dessa palavra. Sua única citação textual provinha de uma espécie de manual político, intitulado *Brachilogia de princepes* (1671). Nela, seu autor, Jacinto de Deus (1612-1681), depois de colocar aporias como a de que “*o pavão nunca é o mesmo, sempre outro, mas quando outro, é sempre o mesmo*”; ou de ilustrar que “*o ofício muda o traje, não muda natureza, nem pessoa*”; escrevia a frase replicada no dicionário: “*a fortuna troca o estado, retém a mesmeidade de pessoa*”. Na fonte original, ela era imediatamente complementada pela explicação: “*põem diferença nos acidentes, conserva a sustância a mesma*” (p. 262). Como na *alteritas* da *Prosodia*, todos os exemplos estabelecem uma modalidade temporalizada de comparação, seja pela presença dos advérbios *quando/sempre*; pela ênfase nas noções de *mudança, conservação, retenção, troca*; ou especialmente pelo devir evocado pela palavra *fortuna*. A conotação reflexiva, por sua vez, fica por conta do aparente paradoxo entre o *mesmo* e um *outro*, pensado sempre a partir de uma equação de *mudanças e permanências*, jamais ensejando algum tipo de diferença estática e espacializada entre entes plurais.

Também para o pronome *outro*, na designação de “*outra pessoa, ou outra cousa*”, Bluteau se limita a corroborar as equivalências latinas *alter* e *alius*, sem qualquer registro de uma forma substantiva de “alteridade”. Mas sua acepção dedica um aparte para a expressão “*outro diferente*”, definida como *diverso*. Algumas exemplificações são de enunciados singelos: “*outra cousa é a luz do sol, que a das candeias*”. Outras, contudo, assumem uma possibilidade de se opor à noção de *identidade*, sobretudo a partir de um deslocamento

¹⁴ Para o registro do pronome *mesmo* no Bluteau, ver Apêndice [A](#).

¹⁵ Para o registro do substantivo *mesmeidade* no Bluteau, ver Apêndice [B](#).

temporal. Como a indagação: “*cuidais que hoje sou outro, de quem algum dia fui?*”; a afirmação: “*não seria eu outro do que agora sou*”; ou a citação: “*outro no ofício, o mesmo no ser*”.¹⁶ Essa significativa temporalização da *mesmeidade* e do *mesmo* – como oposição ao “*outro diferente*”, ou *alteritas* – não se verifica nos itens derivados de *idem*.

A entrada *identidade* foi classificada por Bluteau como um *termo filosófico e teológico*, com a seguinte definição: “*qualidade com que duas cousas são da mesma natureza, ou uma mesma cousa com outra*”. Segundo a concepção escolástica a que Bluteau faz referência, *qualidade* poderia designar tanto uma similitude comparativa, um *acidente*, quanto uma propriedade entendida como *essência* ou *natureza*.¹⁷ Entretanto, seja no aspecto semântico mais geral, seja nas lições de lógica que influenciavam sua nomenclatura, essa divisão não era rígida em relação à *unidade*. A manutenção das “*duas cousas*” e da “*outra cousa*” nas proposições que definem *identidade*, sem que a presença do *mesmo* fosse suficiente para efetuar uma negação necessária da pluralidade que elas enunciam, reforça sua sobreposição para com a noção de *mesmeidade*, mas deixa em suspenso a reivindicação de uma singularidade ôntica.

Das três exemplificações que traz a entrada, duas não fazem o uso literal de *identidade*, mas a substituem pela noção de *união*: “*as águas de dois rios misturados fazem um só rio*”; “*a alma racional unida com o corpo humano faz um só homem*”. O próprio Bluteau (1721, v. 8, p. 551) trata de estabelecer uma diferenciação entre o que seria uma união simples, um “*ajuntamento de cousas diversas, do qual resulta uma só*”, e a *unidade* que representa a relação entre “*as Pessoas & a Essência Divina*”, definida pela “*indivisão & simplicidade do Ente em si mesmo*”. Como explica, essa “*negação de composição, ou indivisão de partes componentes de maneira que continuam uma única entidade, & não entidades*”, seria a propriedade divina que os escolásticos designavam por “*unidade afirmativa*”. Não por acaso, o terceiro exemplo, voltado justamente para o caso da Santíssima Trindade, era o único que aplicava expressamente a forma substantiva da *identidade*: “*nas três pessoas divinas há identidade de natureza*”. Especialmente no conceito teológico, *identidade/mesmeidade* requeria *unidade*.

Mas em qual metafísica ela se alojava? Onde se descobria? Por qual termo se expressava? Como vimos, a *identidade* entre as pessoas divinas era uma identidade de *natureza*. Na própria definição de *identidade*, duas coisas eram a mesma pela sua *natureza*. Também na

¹⁶ Para os registros do pronome *outro* no Bluteau, ver Apêndice [C](#).

¹⁷ Para o registro do substantivo *identidade* no Bluteau, ver Apêndice [D](#). Para a definição de *qualidade*, ver as entradas: *Calidade* (vol. 2, p. 60); *Qualidade* (vol. 7, p. 09); *Accidente* (vol. 1, p. 70); *Essencia* (vol. 3, p. 297).

textualização latina que a sucedia, duas ou mais coisas constituíam a mesma na sua unidade de natureza: “*duarum aut plurimum rerum natura una, eademque*”. Além disso, a ideia de *mesmeidade* já havia ensinado que o ofício mudava o traje de uma pessoa, mas não a *natureza*.

No verbete *natureza* (1716, vol. 5, p. 685), Bluteau destaca a polissemia que, desde a Antiguidade, poderia ser evocada pelo latino *natura*, e por extensão pelo seu equivalente português direto. Para nosso interesse, basta indicar que tais significados oscilavam entre o conjunto da ordem, dos movimentos e das disposições das “*cousas naturels*”, e a *essência* que definia cada uma dessas coisas, como na diferenciação entre a natureza divina – pela sua inacessibilidade e incompreensibilidade –, da natureza angelical – pela sua incorporeidade –, e da natureza humana – pela sua composição entre corpo e alma. Neste exemplo, a única entidade que não possuiria uma *natureza* comum a outros entes, mas necessariamente única, seria a divindade monoteísta. Nos demais casos, *natureza* poderia representar também a universalidade que abrange todas as naturezas singulares, ou uma propriedade coletiva que pode distingui-las, classificá-las e reagrupá-las, chegando a ser sinônimo de *casta*, *gênero* ou *sorte*, conforme Bluteau faz questão de assinalar.

Se compararmos essas noções de *natureza* com a de *essência*, priorizada por Martinius para transpor ao latim o conceito grego de *ousia*, chegaremos a um espectro de significados semelhantes, todos de conotação metafísica. Em princípio, *essência* pareceria ter uma capacidade mais proeminente de evocar uma singularidade ôntica. Bluteau a define (1713, vol. 3, p. 297) como aquilo “*que formalmente constitui uma cousa no predicamento de Ente, o que em primeiro lugar se entende no que tem ser, & finalmente o radical, & primeiro princípio das propriedades & ações*”. Mas logo o significado da universalidade compartilhada é recolocado. Se, por um lado, “*a infinidade é da essência de Deus*”, portanto individual, por outro “*a razão é da essência do homem*”, ou seja, comum a toda uma coletividade. Assim, segundo Bluteau, a equiparação entre “*a essência ou natureza de uma cousa*”, como faz Cícero, até pode ser admitida, porém com a advertência de que, entre o grego e o latim, “*natura não chega a significar tudo o que quer dizer essentia*”, como já observara Quintiliano.

A conclusão da acepção da entrada *identidade* é composta por duas abonações. Do livro *Numero vocal* (1702), de Sebastião Pacheco Varela (1671-1706), foi extraído o conselho dado ao príncipe D. João V sobre as conveniências do casamento: “*se a concórdia fraterna se*

exagera pela semelhança, esta união se define pela identidade” (p. 566).¹⁸ Uma contraposição entre *semelhança* e *identidade* que estava colocada também no contexto da outra citação, retirada da *Apologia* (1641) que João Soares de Brito (1611-1664) fazia a Camões. Para refutar a acusação de que uma passagem dos *Lusíadas* teria sido plagiada da *Eneida*, Brito recorre aos princípios e a uma terminologia de tradição escolástico-aristotélica para estabelecer uma definição de *imitação* que, ao contrário do *furto*, “*influi (a seu modo) novo ser ao efeito que se produz*”, sendo expressão de um objeto exemplar do qual em certa medida depende, mas sem fazê-lo “*perder coisa alguma de sua substância*”. É nesse contexto, com base nessa *mesmeidade* constituída na sobreposição entre *ser* e *substância*, que se dá a sentença copiada por Bluteau: “*a imitação diz semelhança, & não identidade*” (f. 8).

O adjetivo *idêntico*, que não havia sido registrado como equivalente ao *identicus* da *Prosodia*, no Bluteau foi contemplado com entrada própria, objetivamente classificada como *termo lógico*. Portanto, proposicional era a sua definição: “*proposição idêntica é a que é a mesma que outra*”. Como quase tudo o que já foi exposto fora do campo teológico, atesta-se a sobreposição entre *identidade* e *mesmeidade*, porém deixando inconclusa a questão da *unidade ôntica*. Sua textualização latina é a seguinte: “*Hae propositiones, quae diversae videntur, sunt eadem, ou sunt una, eademque propositio*”. Traduzida por: “*estas proposições que parecem diversas, são idênticas*”. No original, há uma sobreposição entre *mesmeidade* (*eadem, eademque*) e *unidade* (*una*), porém sem a ocorrência literal de *identidade* (*identitas*). Em português, o adjetivo *idêntico* assume, sozinho, os significados do *uno* e do *idem*. Pelo menos em termos proposicionais, *idêntico* seria não apenas o *mesmo*, mas *único*. Um dos exemplos indica isso: “*escrever livros idênticos, repisando argumentos*”. Outro, também oriundo do *Numero vocal* de Varella (1702, p. 560) possui um teor metalinguístico de designações diferentes para uma mesma propriedade genérica: “*no idioma Hebraico, são idênticos os nomes de Casto & de Santo*”. O terceiro, porém, trata de uma mera repetição: “*o mesmo caso em termos idênticos sucede duas vezes*”, segundo as *Observações medicas* (1707, p. 453) de João Curvo Semmedo.¹⁹

A julgar por esses registros, a função do *idêntico* oscila entre o termo de um percurso silogístico, de substituição racional de enunciados coerentes, e a designação de uma propriedade metafísica universal, compartilhada por uma coletividade. No entanto, parece encontrar

¹⁸ Apenas a segunda parte da sentença é citada por Bluteau: “*esta união se define pela identidade*”.

¹⁹ Para os registros do adjetivo *identico* no Bluteau, ver Apêndice E.

dificuldade para referir uma singularidade ôntica. Talvez a função comparativa do adjetivo, numa lógica concebida prioritariamente em função dos atributos de entes dispostos em simultaneidades espacializadas, impusesse obstáculos para que esse termo pudesse evocar uma modalidade reflexiva e temporalizada de comparação de um ente consigo, como era capaz de realizar a função pronominal do *mesmo*.

Rafael Bluteau também é responsável por dicionarizar, pela primeira vez, a forma verbal do *identificar*, definido como o ato de “*fazer de duas, ou mais cousas, uma*”. Em sua acepção, consta a seguinte textualização latina: “*Duo, vel plura interse ita copulare, ut unum idem que sunt. Ex duobus, vel ex pluribus unum constare*”. Não há tradução no corpo do verbete, mas podemos mais uma vez observar a correlação entre *unidade (unum)* e *mesmidade (idem)* de um lado, em contraposição à *duplicidade (duo, duobus)* e à *pluralidade (plura, pluribus)*, do outro, numa equação que envolve algum tipo de união (*copulare*), mas não faz referência literal a um verbo derivado do étimo *idem-*. Das citações autorizadas, uma parece consistir em um simples uso figurado de união: “*sendo o amor um ser lhe identifica*”, proveniente de um tratado sobre Demócrito e Heráclito (1693, p. 14), de Nuno Barreto Fuzeiro (?-1702).²⁰ Além disso, a conjugação do verbo *identificar* para expressar um tipo radical de união por sentimentos, mais particularmente pelo matrimônio, constitui algo recorrente, como visto no conselho dado por Varella ao príncipe. A outra citação devolve *identidade* ao âmbito religioso. Um dos sermões do Padre Antônio Vieira (1608-1697) pregava que: “*as pessoas Divinas se unem todas (não falo bem) porque se identificam todas em uma só essência*” (1692, p. 100). Dentre os exemplos citados, somente aqui, no campo teológico, volta a existir uma confluência entre *identidade/mesmidade* e *unidade*, fundamentadas pela noção metafísica de *essência*.²¹

1.3 SENTIDOS DE *IDENTIDADE* NA LEXICOGRAFIA LATINOPORTUGUESA

Além do étimo *idem-*, a análise da maioria das obras que compõem a lexicografia latinoportuguesa, ao não registrar o lexema *identidade* revela-se pouco instrutiva para os objetivos desse estudo. Exceção feita à *Prosodia* de Bento Pereira (1634), responsável por dicionarizar, pela primeira vez no âmbito da língua portuguesa, a forma substantiva da *identidade*. No entanto, o tipo de registro desses trabalhos, restrito ao estabelecimento de

²⁰ Infelizmente, não tivemos acesso a essa obra.

²¹ Para os registros do verbo *identificar* no Bluteau, ver Apêndice E.

equivalências lexicais bilíngues, contém informações limitadas. Foi a passagem para o *corpus* que indicava a recolha desse vocábulo, o *Lexicon philologicum* de Matthias Martinius (1623), que se demonstrou mais elucidativa. Nessa obra, o termo *identidade* consta na acepção de três outros verbetes, cada um apontando para distintos significados e possibilidades de uso. No entanto, para esse período, a fonte de maior relevância é mesmo o *Vocabulario portuguez e latino* de Raphael Bluteau (1712-1728). Sua mudança radical nos tipos de registros, que mais do que equivalentes lexicais passa a trazer definições e descrições semânticas, acompanhadas de exemplificações e abonações autorizadas, são fundamentais para a compreensão dos sentidos desse lexema. Não apenas nas três lematizações diretas – a forma substantiva da *identidade*, o adjetivo *idêntico* e o verbo *identificar* – mas igualmente a partir de sua presença nas acepções das demais entradas, sobretudo nos verbetes de caráter mais enciclopédico.

No conjunto dessas informações, um primeiro sentido que se sobressai é o lógico-filosófico. Nele, o significado de *identidade* equivale ao de *mesmeidade*, mas na maioria das vezes deixa em suspenso a questão da *unidade*, tanto na perspectiva *entre* entes, quanto *intra* ente. Ou seja, uma *unidade* que pode ser – e costuma ser – negada tanto por remeter a uma pluralidade ôntica ou uma categoria universal, quanto por conceber cisões no seio do próprio ente, neste caso desfazendo a concepção literal de *in-divíduo*. Talvez seja por essa dificuldade em designar a singularidade ôntica em termos de *identidade*, que Matthias Martinius chega a propor a sua oposição lógica à *unidade*. Assim como o *simples* seria oposto ao *composto*, o indivíduo particular se oporia à categorização universal. O primeiro definido preferencialmente pelas noções metafísicas de *substância*, *essência*, *natureza*; o segundo a partir de um conceito singular-coletivo que refere antes um atributo compartilhado: *qualidade*, *acidente*, *forma* etc. Nessa terminologia de tradição escolástica e aristotélica, o princípio da *identidade* era, de fato, um termo lógico, mas sua conotação metafísica parecia permanecer em suspenso, no lugar de um não refletido, de um truísmo que não necessitava ser enunciado.

No Bluteau, a entrada *abstracto* (1712, v. 1, p. 52), por exemplo, foi classificada como um “*termo lógico*” que indica um atributo do “*que com mental separação se põe de parte, & se considera sem a cousa com que está naturalmente unida*”. A exemplificação aponta que “*quando a Quantidade [& outras qualidades] se considera por si só, & sem o corpo sem o qual nem subsiste, nem pode subsistir naturalmente, a Quantidade é termo abstrato*”. O que de modo geral valeria para “*qualquer cousa mentalmente separada de outra, com que está como identificada*”. Também no adjetivo *intrínseco* (1713, v. 4, p. 178), ainda que Bluteau o indique

como um dos modos *filosoficamente* diferenciados para designar o “*que é da essência*”, ele só evoca o princípio da *identidade* ao estabelecer que “*nenhuma coisa pode constituir intrinsecamente uma coisa, que não seja **identificada** com ela, & assim a matéria & a forma são causas intrínsecas*”. Em ambos os casos, o particípio do verbo *identificar* executa a função de reunir algo que era *intrínseco* ao ente, mas que por um processo de *abstração* intelectual fora dele separado, cindido.

O segundo sentido é o metafísico-teológico, este sim responsável por conjugar *mesmeidade* e *unidade/indivisibilidade* sob um conceito teorizado de *identidade*. Ele se verifica principalmente nos debates em torno do credo da Santíssima Trindade, historicamente travados no âmago da cristandade ocidental. Nessas reflexões, suas tentativas de formulação lógica costumam recorrer a categorias escolásticas e termos metafísicos, como os de *substância*, *essência* e *natureza*. A *identidade*, por sua vez, surge como o conceito que estabiliza a paradoxal manifestação diversa de uma divindade que possui as propriedades de ser única e indivisa: necessariamente *mono-teísta*. No traslado que Martinius faz do grego *homousius* para o latino *coessentialis*, por exemplo, é o termo *identidade* que resolve, no campo teológico, a aparente contradição dessa singularidade-plural, dessa complexa e tão controversa unidade-trina.

Em seu extenso verbete, *Trindade* é definida por Bluteau (1721, v. 8, p. 289) como a “*unidade das três Pessoas Divinas, realmente distintas, na **identidade** da individua natureza Divina*”. Explicada em termos mais formais: “*uma natureza, & esta mesma, **identificada** com triplicada subsistência, sem detrimento da unidade*”. Uma passagem bíblica é utilizada para argumentar que, “*por esse um, adorado, se entende a Essência Divina, **idêntica** nos três*”. Merece destaque também a analogia matrimonial: “*assim como o pai, a mãe & o filho são uma natureza em três pessoas, & três pessoas em uma natureza; assim o Pai, o Filho & o Espírito Santo são uma eterna indivisível substância*”. Em outro lugar (1721, v. 8, p. 576), consta que, “*em Deus, o entendimento & a vontade são **identificados** com a Divina Essência*”. Nesse sentido, a relação do entendimento divino com todos os objetos seria de “*não só conformidade, mas **identidade***” (1721, v. 8, p. 419). Mas para explicar o termo *consustancial*, ao contrário de Matthias Martinius, Bluteau (1712, v. 2, p. 487) não usa a palavra *identidade*, preferindo um exemplo que recorre à noção de mesmeidade: “*filho substancial é aquele que é da mesma substância que o Pai*”. No entanto, reafirma a dimensão unitária explicitando que “*nas criaturas, por esta substância se entende a essência específica; nas pessoas Divinas se entende a essência numérica*”. Registra-se também que tal princípio teológico fora determinado no

Concílio de Niceia, no século IV, por ocasião da condenação do arianismo como heresia. Há ainda outros casos em que Bluteau usa o lexema *identidade* para explicar semelhantes universais de fundamento metafísico.²²

O terceiro sentido, normal-pragmático, caracterizado pelo uso não teorizado da palavra *identidade*, surge quase como que por oposição aos anteriores. Seu rigor lógico e semântico é contingente e varia de acordo com cada contexto de enunciação. Nesses casos, os significados atribuídos a esse lexema permitem inferir sua equivalência a um espectro relativamente amplo de sinônimos, que no Bluteau variam entre *proximidade*, *igualdade*, *unidade* ou *mesmidade*. A acepção da expressão latina “*sic ut*”, segundo Matthias Martinius (1623, p. 3619), coloca *identidade* ao lado de *semelhança*, *analogia*, *exemplo* e *paridade*. Contudo, o contexto de uso do sentido normal-pragmático raramente exprime uma fusão consciente de duas ou mais dessas noções. A relação entre *identidade* e *semelhança*, nessa ampla polissemia, pode ser ora de complementação, ora de contradição.

Nos registros de Bluteau, a palavra *cá* (1712, v. 2, p. 02), por exemplo, é descrita como um “advérbio que denota **identidade** ou vizinhança de lugar”. Adiante, discute-se a “**identidade**, ou *semelhança*” entre as formas do *bejante* e da *arruela* (1712, v. 1, p. 571), ou evoca-se a tese mecânica de que “a **identidade** da forma pode repugnar ao movimento da atração” (1712, v. 1, p. 649). Uma descrição anatômica do *olho* (1720, v. 6, p. 59) indica que a *túnica uvea* está “*imediate* ou **identificada** com a membrana coróide”. Em *talião* (1721, v. 8, p. 26) diferencia-se o “*talião idêntico*, ou Pitagórico, ao pé da letra, quando o delinquente padece própria & realmente o mesmo mal que ele fez”, do “*talião de semelhança*, ou Analógico, quando se multa o delinquente”. A entrada dedicada a letra *a* (1712, v. 1, p. 4) menciona “*dicções idênticas*” e “*vocábulos idênticos*”. Numa perspectiva metalinguística, adverte-se para “*se não inferir identidade na significação*” do latino *vacatio* com *vacaçãõ* (1721, v. 8, p. 343). O que se aplica também para *esquadrão* e *escadron*, “*duas palavras tão semelhantes, & quase idênticas na língua Portuguesa & Franceza*” (1712, v. 2, p. 67). A defesa da originalidade da língua portuguesa em relação à castelhana admite que elas “*andam tão unidas que quase se identificam*” (1712, v. 1, p. 37), mas em outro lugar observa que, “*si todas fueran idênticas, no serian dos lenguas*” (1721, v. 8, p. 06).

²² Ver as entradas: *espírito* (1713, v. 3, p. 282); e *philtro* (1720, v. 6, p. 484).

Podemos dizer que, a meio caminho entre o sentido normal-pragmático e o lógico-filosófico de *identidade*, insinua-se um uso de carácter mais nominativo, em que Bluteau reflete sobre os limites de identificação entre um dado referente extralinguístico e seu correspondente signo linguístico. Como no apontamento de que as *satyras* (1720, v. 7, p. 198), “*pela afinidade, ou identidade do nome*”, parecem ser as filhas ou as mulheres dos *satyros*. Ao buscar uma definição de *Philologia* (1720, v. 6, p. 482), comparando-a com a *Grammatica*, uma citação reconhece que “*o uso tem identificado estes dois nomes*”. Nesse contexto, identificar uma planta não representa o ato de seu reconhecimento e classificação em uma ordem científica, mas descobri-la a mesma com outro nome. Assim, a *língua de cavalo* (1727, sup. 1, p. 559) se apresenta como uma erva “*que alguns impropriamente querem identificar com o louro Alexandrino*”. Ainda que, no preâmbulo ao *Vocabulario de sinonimos e phrases portuguezas* Bluteau confesse: “*nesta obra, não me obrigo a dar sinônimos tão perfeitos, que debaixo de nomes diversos, sempre signifiquem a mesma cousa, porque duvido muito que em nenhuma língua se achem termos com esta idêntica semelhança*” (1728, supl. 2, p. 58).

Entre os sentidos mencionados, somente o metafísico-teológico se desdobra em uma conotação temporal como aquela que, até aqui, havia aparecido nas acepções do *mesmo*, da *mesmidade* e do latino *alteritas*. Os demais casos de *identidade* estabelecem sempre um tipo de comparação estática, simultânea e espacializada entre entes plurais. No entanto, na parte conclusiva do verbete *Trindade* (1721, v. 8, p. 293), Bluteau alega que “*Deus necessariamente é um, porque se houvesse mais de um, ficaria o Divino poder dividido & ocasionado a mudanças*”. A unidade divina demandaria, assim, não apenas o atributo da indivisibilidade ôntica em sua extensão espacial, mas igualmente o da imutabilidade ontológica em sua dilatação temporal. Se, “*desde a Eternidade gera este Deus um*”, então a própria definição de *geração* (1713, v. 4, p. 61), como “*a ação de produzir o animal seu semelhante*”, necessita de uma diferenciação adicional entre o caso particular das pessoas divinas e o princípio que Bluteau classifica como “*rigor filosófico*”. Neste, “*a geração de uma cousa é corrupção da outra*”; naquele, ao contrário, ocorre “*a processão de uma pessoa da outra, por meio do Entendimento com perfeita & numérica identidade da natureza*”.

Na confluência da rigorosidade filosófica com a concepção teológica, emerge um sentido de *identidade* que, uma vez inserido no circuito de similitudes comparativas, ocuparia o lugar de uma *semelhança perfeita*. Ainda sobre a *geração* (1713, v. 4, p. 61), conclui Bluteau: “*mais perfeita In Divinis a geração do que nas criaturas mais perfeitas, porque quanto mais*

se assemelha a natureza do gerado com a do que gera, é mais perfeita a geração". Mas um tipo radical de *semelhança* que, justamente em função da sua perfectibilidade, teria a dimensão comparativa anulada pela revelação de uma *mesmeidade*. Em tese, uma semelhança perfeita seria impossível, já que não consistiria em semelhança, mas *identidade*. E a única modalidade comparativa cuja manutenção da *identidade* se demonstra independente ao grau de similitude aferida, seria a reflexão de um ente para consigo mesmo. Óbvia e autoevidente no plano lógico das simultaneidades espacializadas, ela se torna tão complexa quanto necessária no âmbito de um deslocamento temporal que enseja uma percepção aporética do *mesmo-como-outro*.

Para finalizar, especialmente no *Vocabulario de sinonimos* que Bluteau anexa ao último volume de sua obra, destaca-se a reincidência do lexema *identidade* na descrição de alguns sentimentos. Em *misericórdia* (1728, sup. 2, p. 243): “*a própria justiça de Deus é a sua misericórdia e a sua justiça substancial, e idêntica*”; *caridade* (1728, supl. 2, p. 94): “*virtude que com ela se identifica*”; *inveja* (1728, supl. 2, p. 165): “*com a melhor cousa desta vida fica como identificada a pior cousa deste mundo*”; *amizade* (1728, supl. 2, p. 70): “*de dois corações, idênticos alentos*”; *veracidade* (1728, supl. 2, p. 416): “*quem familiarmente fala com [...] o amigo, fala consigo mesmo, & só neste caso [...] pode a veracidade com prudente confiança identificar-se com a verdade*”. É certo que o teor religioso de alguns sentimentos mencionados permite situá-los como uma derivação do sentido metafísico-teológico de *identidade*. Do mesmo modo, outros equivalem a sinônimos figurados de uma *união*, que a depender do rigor poderiam ser classificados como tributários do sentido lógico-filosófico ou do normal-pragmático. Entretanto, chama atenção essa capacidade que os sentimentos teriam de *identificar* uma coisa, ou pessoa, com outra, assim como a recorrência do uso deliberado desse verbo para designar tais relações, independente do seu nível de teorização ou metáforização.

1.4 RAFAEL BLUTEAU: ENTRE A ANTIGUIDADE CLÁSSICA E A IDADE CLÁSSICA

Havia uma historicidade complexa que, de modo geral, envolvia a prática lexicográfica latinoportuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII. Ela instituíra e era constituída por pelo menos duas temporalidades básicas. A primeira voltada para o passado, que principalmente para o ensino do latim e para fins de erudição, registrava palavras e significados extraídos de obras clássicas, sobretudo romanas. Às vezes, muitos desses latinismos – e grecismos, em menor medida – não se faziam reconhecer nos usos linguísticos do contexto em que estavam sendo

registrados, parecendo ter apenas um valor histórico, possibilitado pela busca crescente de ampliação da nomenclatura. A *Prosodia* de Bento Pereira, por exemplo, costumava trazer o indicador “*não se usa*” em algumas entradas. Outras vezes, tratava-se de neolatinismos e neogrecismos emergidos no âmago de uma cultura que, por mais disruptiva que buscasse ser para com o passado “gótico-medieval” mais imediato, entre o Renascimento e o Barroco continuava a ter no classicismo um dos seus aspectos fundantes (Maravall, 2009).

A outra temporalidade estava voltada para o presente. Mesmo podendo conter certo atraso em relação às experiências extralinguísticas e suas respectivas realizações linguísticas, ela dicionarizava os neologismos e outras novidades semânticas provenientes da constituição não só de um novo vocabulário, mas de um novo contexto histórico-cultural que estava a ele associado. Estes usos podiam ser extraídos tanto da literatura mais recente, quanto transferidos de outras iniciativas lexicográficas, inclusive das demais línguas românicas que já haviam realizado trabalhos semelhantes. Diante da falta de registros escritos, podiam ser recolhidos ainda junto à oralidade: “assim tivera eu achado autores portugueses em todas as artes liberais e mecânicas para alegar com eles? Por falta deste subsídio, corri as mais humildes oficinas da República (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*). A depender do momento de cada atualização, ela deveria não necessariamente efetuar o registro lexical de um item de uso consolidado, mas em vias de se consolidar, contendo assim certo grau de atraso, mas também algum teor de futuridade que a prática lexicográfica, a seu modo, atuava para projetar.

Do ponto de vista puramente lexicológico, Telmo Verdelho (2002, p. 22) aponta que a obra de Bluteau estaria situada a meio caminho “entre os vocabulários bilíngues de origem renascentista e os dicionários monolíngues modernos”. Por um lado, como indica o próprio título dado ao seu *Vocabulario portuguez e latino*, ele ainda se dedica a estabelecer equivalências bilíngues, inclusive referindo-se aos demais dicionaristas latinoportugueses, reconhecendo seguir “os Barbosas, os Cardosos, os Pereiras” (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*). Por outro lado, em termos mais pragmáticos, João Paulo Silvestre (2001, p. 03) destaca que a “intenção explícita da monumentalidade distingue o *Vocabulario* das obras precedentes, [...] uma vez que não se impunham condicionalismos como a facilidade de manuseamento, o uso pedagógico ou o preço, sendo antes destinado à biblioteca do homem culto”. Além disso, por questões linguísticas e históricas, muitas entradas sequer trazem correspondências latinas: “a todas as artes, engenhos, instrumentos que se inventaram de mais de mil anos a esta parte, faltou a língua latina, porque era morta” (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*).

Existe, portanto, o imbricamento de uma tripla confrontação – de experiências extralinguísticas, de realizações linguísticas e de registros lexicográficos –, cada qual atuando como fator de possibilidade e ao mesmo tempo de limitação para as demais, que aos nossos olhos insiste em cindir a obra de Bluteau entre passado e futuro. Ela figura como uma espécie de lado mais complexo da metonímia entre antigos e modernos, querela típica do cenário intelectual ao qual Bluteau reagia (Dejean, 2005). Novas experiências que não encontravam precedentes em qualquer passado que as pudesse espelhar, ou que com grande dificuldade poderiam sugerir o ponto inicial de uma certa genealogia, mas que, apesar disso, eram insistentemente buscadas nos autores clássicos:

Em vários lugares desta obra tomei o trabalho de exprimir com perífrases e circunlocuções latinas, os nomes portugueses de várias artes liberais e mecânicas que não têm latim próprio, mas conhecendo por experiência a inutilidade deste trabalho, por serem matérias que raríssimas vezes correm em discursos latinos, resolvi-me a deixar o latim delas em branco; quanto mais que muitos destes circunlóquios, sobre tediosos, se fazem ridículos (Bluteau, 1712, v. 1, s/p).

Cláudia Beatriz Heynemann (2011, p. 193-194) cita Francisco José Falcon (1982), e a aproximação deste a leituras como as de José da Silva Dias (2006) e Hernani Cidade (1975), para criticar a tendência da história intelectual em situar o francês Rafael Bluteau basicamente como um divulgador das academias científicas europeias, um predecessor das reformas pombalinas, um crítico da filosofia escolástica, em suma, “um moderno em vários sentidos”. No entanto, compartilhando das ponderações de Antônio Camões Gouveia (1993) a respeito da complexa relação entre as continuidades e as rupturas que marcam a passagem do século XVII para o XVIII, a historiadora recorre às definições de José Antônio Maravall (2009) para defender uma compreensão positivamente dúbia: “analisar o lugar de Bluteau na cultura portuguesa implica enfrentarmos a imagem de um século barroco e de uma época clássica” (Heynemann, 2011, p. 195). Seja na perspectiva de uma história geral da filosofia e da ciência, com Koyré e Châtelet, seja atentando ao caso particular de Portugal, como faz Eduardo d’Oliveira França (1997), Heynemann busca referenciar e descrever essa ambiguidade que então dividia os pensadores entre antigos e modernos, entre “castiços” e “estrangeirados”, entre a matriz aristotélica da segunda escolástica e o método cartesiano, entre os pressupostos metafísicos da *historia naturalis* e os novos experimentos da física galilaico-newtoniana.

Destacando a participação de Bluteau em algumas das mais influentes academias literárias e circuitos intelectuais portugueses do período, José da Silva Dias (2006, p. 157) observa que sua orientação filosófica “era aquela mesma que dominava entre os sábios e

filósofos europeus opostos à Escolástica, [...] um espírito eclético, cujas afeições peripatéticas cediam facilmente a influência dos cartesianos e cientistas coevos”. O autor chega a utilizar algumas obras de referência do *Vocabulário* para reforçar seu argumento, mas sua principal fonte são as *Prosas académicas*, outra obra de Bluteau composta por lições sobre os mais variados temas históricos, artísticos, científicos e teológicos. Heynemann (2011, p. 202-203), por sua vez, insiste que “a temporalidade que o *Vocabulário* exhibe é múltipla, comportando a tensão e a complexidade histórica dos sistemas de pensamento que estão aqui investidos”. Ou seja, que a orientação gassendo-cartesiana moderna apontada por Dias não seria a única, e que os registros de Bluteau “localizam-se, filosoficamente, em Aristóteles, como nos conduzem, também, à tradição nominalista pela qual Bluteau parece haver se decidido”.

Ainda que Bluteau negue adesão a tal corrente, Heynemann (2011, p. 202), defende que sua concepção linguística parece ser “produto da ‘questão dos universais’”, onde a disputa entre nominalistas e realistas ocorre no âmbito da “crítica ao caráter especulativo do Renascimento e, também, ao racionalismo seiscentista, em favor da eleição dos sentidos como meio para percepção do real”. Ao mesmo tempo, reconhece influências dos gramáticos de Port-Royal, o que “associa, sob esse aspecto, o padre Bluteau a uma tradição gramática racionalista, compatível mesmo com sua formação”. Compara, por exemplo, a definição dos representantes de Port-Royal, Arnauld e Lancelot, dada à palavra *palavra*: “uma das grandes provas da razão é o uso que dela fazemos para expressar nossos pensamentos”; com a dicionarização de Bluteau: “a palavra foi dada ao homem para intérprete de seus pensamentos, imagem de sua alma e espelho de seu espírito” (Heynemann, 2011, p. 204). Compartilhando da descrição foucaultiana sobre o papel desempenhado pela linguagem na episteme clássica, Heynemann concorda que “compreender a obra de Bluteau significa compreender o lugar das palavras no século XVII e início do XVIII, fundando uma epistemologia própria, uma representação pelas palavras e pelo nome, marcando uma profunda relação entre a linguagem analítica e a classificação”. Contra Foucault, porém, conclui que “Bluteau traça a dupla dimensão da história portuguesa e da relação entre ciência, política e cultura na época moderna”, quando “dialoga-se com a tradição, retomando os temas do Renascimento, da Antiguidade” (Heynemann, 2011, p. 20).

O que pretendo demonstrar é que, mesmo no âmbito desse paradigma representacional, a concepção de linguagem que orienta os registros dos vocábulos dicionarizados, e aquilo que eles referenciam nas acepções que lhes são atribuídas, deixa entrever outro fator que faz Bluteau parecer, enquanto representante último de uma tradição lexicográfica latinoportuguesa, esse

Janus de dupla face, que olha ao mesmo tempo para o passado e para o futuro. Que o coloca ora como um *quase*, ora como *ainda não* representante do pensamento clássico-barroco. Trata-se de uma resposta que surge da seguinte pergunta: para além do trabalho aparentemente eficaz – ao menos para fins pedagógicos – de estabelecer correspondências semânticas entre o português e o latim, que pareceu limitar os objetivos dos lexicógrafos anteriores; o que fazia, pretendia fazer ou pensava estar fazendo Bluteau quando definia, descrevia, exemplificava e citava uma palavra, que só depois era submetida à tarefa inglória da equiparação a outro signo que referia um mundo igualmente distinto, tanto histórica quanto linguisticamente?

Em primeiro lugar, o caráter não propriamente epistemológico de um dicionário torna muito difícil sua associação direta a uma das epistemes descritas por Foucault. No entanto, o papel fundamental desempenhado pela linguagem no processo de produção do conhecimento faz com que possamos, sim, acessá-las, não só pela estrutura dos próprios registros, como por meio de outras informações espalhadas nos elementos pré-textuais ou nos seus verbetes enciclopédicos. Assim, a dimensão compilatória e não sistemática da lexicografia latinoportuguesa dificulta a avaliação do “grau de modernidade intelectual” de seus autores em função da predominância da *semelhança*, da *identidade* ou da *história* como modalidade de ordenação ou índice de positividade do saber. Contudo, não deixa de ser elucidativo que, em seu registro da entrada *lógica* (1716, v. 5, p. 173), Bluteau tenha recorrido preferencialmente a uma concepção escolástico-aristotélica, mediada pelas traduções e adaptações da *Isagoge* de Porfírio: “as regras certas para bem definir, dividir e argumentar [...], reduzindo a dez cabeças, ou predicamentos, toda a variedade de cousas que Deus tem obrado e descobrindo os gêneros, espécies e diferenças, substâncias e acidentes”.

Por outro lado, o tipo de relação que Bluteau concebe entre as palavras e as coisas parece colocá-lo um tanto mais próximo do racionalismo clássico dos séculos XVII e XVIII. Segundo Foucault (1999, p. 36), a função epistêmica desempenhada pela *semelhança* ao longo do século XVI, e até no início do XVII, integrava um contínuo desdobramento de assinalações, que se estendia dos seres aos signos e à linguagem: “o grande espelho calmo, no fundo do qual as coisas se mirariam e remeteriam umas às outras suas imagens, é, na realidade, todo buliçoso de palavras. Os reflexos mudos são duplicados por palavras que os indicam”. Mas para Bluteau, a linguagem já não se tratava do que ele mesmo chamava de “teatro da vida” ou de “espelho do mundo”, tal qual concebida pelos renascentistas, mas pura e simples *representação*:

As palavras são espelhos do pensamento e imagens do conceito; toda a sua excelência é representação. Em todas as linguagens têm qualquer vocábulo esta excelência. Representa o que quer dizer a pessoa que fala: nas letras da escritura, representa aos olhos, com o som da fala, representa aos ouvidos (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*).

Como no regime epistemológico clássico que emerge e passa a predominar nos séculos XVII e XVIII, em Bluteau a superposição entre semiologia e hermenêutica deixa de se aplicar. Em outras palavras, perde-se o entrelaçamento entre signo e sentido baseado na universalidade da similitude: “a linguagem, em vez de existir como escrita material das coisas, não achará mais seu espaço senão no regime geral dos signos representativos” (Foucault, 1999, p. 58).

No *Prologo* que abre o primeiro volume do *Vocabulário*, Bluteau (1712, v. 1, *s/p*) defende que “os nomes das mais línguas não são os próprios nomes do que por eles se significa, porque não declaram o constitutivo e essência do significado”. Assim relegada à condição de mera instituição, a origem da linguagem se manifesta artificial e arbitrária: “o que digo, e torno a dizer, é que para o efeito de sua instituição todos os vocábulos são igualmente bons” (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*). Uma vez desalojado do mundo e liberado da condição de *semelhança*, o signo passa a ser definido por outras variáveis. Sua ligação com o que refere é de uma impressão pré-linguística com outra linguística, uma relação de signo a significado que estaria livre para se alvorar, não apenas como resultado, mas também como instrumento de análise do pensamento: “na sua perfeição, o sistema dos signos é essa língua simples, absolutamente transparente, que é capaz de nomear o elementar; é também esse conjunto de operações que define todas as conjunções possíveis” (Foucault, 1999, p. 85). No entanto, ao contrário do que já era de certo modo insinuado pelos gramáticos de Port-Royal desde meados do século XVII, ou como viria a fazer especialmente Condillac no século XVIII, o horizonte de Bluteau ainda não era o da fabricação de uma língua analiticamente bem-feita, capaz de colocar, de modo representativo, porém transparente, a natureza numa ordenação científica e racional.

Entre os 57 epítetos inseridos no título do *Vocabulário*, com o objetivo de especificar a origem das vozes que ele abrange, consta o termo *quiditativo*. Bluteau (1712, v. 1, p. *s/p*) explica que, assim como *qualitativo* denota qualidade e *quantitativo* denota quantidade, *quiditativo* denotaria a *essência* das coisas que nomeia. De acordo com Foucault (1999, p. 166), “o nome é o *termo* do discurso clássico”, que é esse “encaminhar-se em direção ao ato soberano de nomeação, é ir, através da linguagem, até o lugar onde as coisas e as palavras se ligam em sua essência comum, e que permite dar-lhes um nome”. A língua universal que a idade clássica almeja “não é o falar primitivo, intato e puro, capaz de restaurar, se fosse reencontrado para

além dos castigos do esquecimento, o entendimento anterior a Babel”, mas sim “suscetível de atribuir a cada representação e a cada elemento de cada representação o signo pelo qual podem ser marcados de um modo unívoco” (Foucault, 1999, p. 116-117). O sentido de *quiditativo* que Bluteau mobiliza, entretanto, tem justamente uma língua adâmica por horizonte:

Aos animais da Terra e aves do Céu pôs Adão os nomes, e cada nome foi uma definição das propriedades essenciais dos animais e das aves. [...] Só Adão, com a luz da Filosofia infusa, acertou com a propriedade dos nomes, porque o conhecimento da essência foi o artífice do apelido. Ainda hoje, depois de tantos séculos, o nome que deu Adão a cada um dos viventes é o seu próprio nome; *Ipsum est nomen ejus*. Outro nome da própria criatura não o pode haver, porque é nome definitivo do ser; e como o ser não se muda, não se pode mudar este nome. *Ipsum est nomen ejus*. Poderia suceder que com as letras e virtude de alguns nomes de outro idioma se declarasse o ser dos ditos viventes; mas que é do filósofo capaz para a formação e aprovação destes nomes. Perdeu-se com Adão esta Filosofia nominal, e com ela se perderam os nomes quiditativos e expressivos das ciências na primeira linguagem do mundo. Só eles escaparam do Dilúvio Universal e persistiram até o tempo dos temerários arquitetos da Torre de Babel, todos no calor de aquela turbulenta empresa se misturaram e os que desta mistura resultaram são partos abortivos da confusão (Bluteau, 1712, v. 1, s/p).

Há uma série de querelas e teorizações acerca de concepções realistas e nominalistas que perpassa pensadores antigos e modernos, ou, mais precisamente, agita tanto os filósofos escolásticos quanto os gramáticos da idade clássica. Mas quando Bluteau (1712, v. 1, s/p) necessita mencionar esse debate, apesar de estar também ele cronologicamente situado entre os séculos XVII e XVIII, é aquele contexto histórico anterior que ele evoca, e no qual acaba por se inserir: “com este tão copioso ajuntamento de nomes não pretendo introduzir-te na seita ou escola dos Nominais, discípulos de Ockham, que na sua filosofia só faziam caso dos nomes, sem atender à essência”. O que volta a ser desenvolvido e reafirmado no segundo *Prologo*, escrito na edição suplementar do *Vocabulario*:

Tudo o que nesta minha obra te poderei ensinar são nomes. Todos os leitores que quiserem revolver as folhas dos oito volumes do *Vocabulario* e do seu *Suplemento* se poderão propriamente chamar Nominais, não já Nominais da escola de Guilherme Ockham e de Roscelino, que contra os Tomistas, Scotistas e outros filósofos queriam que tudo no mundo fossem nomes e não cousas e realidades, e a que, por serem autores desta falsa doutrina, Anselmo Cantuariense chamou Hereges da Dialética; mas Nominais indagadores de substâncias; Nominais investigadores de realidades; Nominais intérpretes de cousas existentes; Nominais de tudo o que veem os olhos, ouvem os ouvidos, conhecem os mais sentidos e percebem os entendimentos; Nominais finalmente de todas as invisíveis e visíveis criaturas (Bluteau, 1727, supl. 1, s/p).

Para além desse âmbito específico da linguagem, em termos intelectuais mais gerais Bluteau parecia demonstrar maior conhecimento, e até sentir a necessidade de situar, antes o sistema filosófico dos antigos e escolásticos do que os modernos que lhe seriam coetâneos:

Se repartem os críticos em bandos; Críticos Scotistas, contra a doutrina da Escola Angélica; contra os dogmas da Seráfica Escola, Críticos Tomistas. Para criticarem Filosofias modernas,

se ajuntam os sequazes de Aristóteles; a criticar novos teoremas de Geometria se convidam os discípulos de Euclides (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*).

Em contrapartida, tais explanações costumavam ser utilizadas como preâmbulo para enunciar preceitos que aparentavam certo racionalismo epistêmico, sobretudo se considerarmos apenas o caráter representativo desempenhado pela linguagem:

Na mente humana, toda a notícia supõe noção ou ela própria é a noção, quero dizer, a ideia geral ou particular que formou o homem do que lhe veio ao conhecimento; [...] enquanto não sabes o que estes nomes significam, fica o teu entendimento sem noção do significado; isto mesmo te sucederá em todas as palavras de que tiveres notícia sem noção ou imagem e ideia do que elas significam (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*).

Apesar disso, Bluteau parece hesitar em dar esse último passo na direção daquilo que a idade clássica descobrira sob a designação de *gramática geral*, cuja generalidade residia na capacidade que a linguagem tinha não apenas de *representar*, mas de *analisar* o pensamento: “se ela é geral, é na medida em que pretende fazer surgir, por sob as regras da gramática, mas ao nível do seu fundamento, a função representativa do discurso — quer seja a função vertical que designa um representado, ou a horizontal que o liga do mesmo modo que o pensamento” (Foucault, 1999, p. 127). A face clássica de Bluteau reside, portanto, nesse movimento representativo vertical de relacionar palavras e coisas: “para cada nação as suas palavras nacionais são as melhores, porque respondem ao conceito e ideia de quem usa delas, e nos limites da sua esfera não correm tanto risco de afrontosas equívocas” (1712, v. 1, *s/p*). Sua face escolástica, contudo, consiste nessa hesitação horizontal que não desdobra seu sistema de signos em uma língua bem-feita, fundamentada em operações de natureza lógica. Pode-se argumentar que o caráter não epistemológico de um dicionário responde por essa ausência, de cuja negatividade não se poderia inferir uma concepção necessária. Pode-se buscar, porém, a positividade daquilo que Bluteau diz sobre seus próprios registros.

Em primeiro lugar, o fundamento lógico-filosófico deliberadamente não é, como se esperaria no horizonte utópico de uma língua perfeitamente analítica, o norteador principal de suas definições. Além disso, quando é lógico-filosófico — ou nas vezes que o é — é a tradição escolástica que Bluteau novamente tem como principal referência. Quiçá como única referência. A ponto de que as opções sejam as de usá-la ou não usá-la, jamais de pensar em utilizar outra, cartesiana:

As definições que trago não são todas lógicas, e muitas vezes mais são descrições que definições, porque de ordinário seria mais dificultosa de entender a definição que o definido, e assim, se eu definira lógica e dialeticamente plantas, animais instrumentos e artefatos, mais facilmente os havias de conhecer pelo nome que pela definição, e como não és versado na

frase Escolástica, outro vocabulário te seria necessário para entenderes o meu (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*).

Também para os gramáticos gerais, jazia o princípio de uma nomeação primeira que, a seu modo, não deixava de manter certo vínculo com as coisas designadas, ainda que tal ligação não se desse por uma similitude com o signo, mas sim por um tipo de acordo inicial e voluntário: “como se, de um lado e outro da linguagem, desdobrada em todas as suas articulações, houvesse o ser em seu papel verbal de atribuição e a origem no seu papel de designação primeira. Esta permite substituir por um signo aquilo que é indicado, aquele, ligar um conteúdo a outro” (Foucault, 1999, p. 146). Nomeação que funciona como uma espécie de contrapartida metafísica a uma teoria do juízo que, através do primado da medida e da ordem, estabelece que “o caráter absoluto que se reconhece ao que é simples não concerne ao ser das coisas, mas, sim, à maneira como elas podem ser conhecidas” (Foucault, 1999, p. 74). Daí que, na idade clássica, as origens das palavras poderiam ser buscadas em dois movimentos combinados: esse momento primitivo de instituição por ação, e o percurso de sua capacidade designativa ao longo do tempo: “quanto mais nos afastássemos das raízes primitivas, mais complicadas e, sem dúvida, mais recentes, seriam as línguas [...], mas, ao mesmo tempo, mais eficácia e finura teriam as palavras para a análise das representações” (Foucault, 1999, p. 153).

Assim, de acordo com Foucault (1999, p. 154-155), nas etimologias do século XVIII “não se tomava como fio condutor o estudo das transformações materiais da palavra, mas a constância das significações”, acreditando-se no pressuposto derivacional de que “as modificações de forma não têm regra”, mas “as alterações de sentido [...] obedecem a princípios que se podem assinalar”. Da mesma forma, podemos dizer, Bluteau pensava uma etimologia que visava antes as variações de um *sema*, ou seja, de um significado básico, do que as repetições de um *étimo* morfológicamente indicado: “porque o caso mais que a razão ajuntou as sílabas e formou as palavras para declarar o conceito” (1712, v. 1, *s/p*). Igualmente associada a uma dupla configuração semântica e temporal: uma que fundava o signo no início, outra que discorria seu significado até uma *de-finição* – redundantemente – final:

De dois princípios pode proceder a noção de uma palavra; da sua etimologia e da sua definição. A etimologia abre o caminho, a definição o corre todo até o cabo; faz a etimologia o primeiro risco, dá a definição os últimos toques e aperfeiçoa a pintura, ou imagem, que se forma no entendimento (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*).

O que afastava Bluteau da gramática geral não era, portanto, a concepção do caminho percorrido pela linguagem no tempo, que lhe era muito familiar, mas a crença no que era de

fato deslocado entre seus pontos de partida e de chegada. A gramática geral apontava na direção da definição futura, num discorrer etimológico que tinha por horizonte utópico a construção progressiva de uma língua analiticamente bem-feita; Bluteau procurava o passado, porém desconfiando de toda especulação etimológica e tendo como referente quimérico uma língua adâmica, tão sagrada e perfeita quanto humanamente inacessível e irrecuperável:

O descobrimento da origem das palavras é tão infrutuoso, como trabalhoso estudo. [...] Com a nobreza das famílias se parece a prosápia dos vocábulos. Brevemente se decifra toda a descendência de uma palavra; da quarta, ou quinta geração não passam as notícias de seus princípios. Só da palavra e Verbo Divino, que do Eterno Pai por via de geração se deriva, é infinitamente excelsa a nobreza. De todos os mais verbos, nomes e palavras é tão breve como incerta a descendência: em chegando a certa altura perde a etimologia o tino [...], mas com esta falta não perdem a sua estimação, porque como o principal ministério da palavra é significar; o porque foi instituída, mais se atende à sua significação que à sua origem (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*).

A tarefa de *nomear* e *definir*, principal expediente lexicográfico reivindicado tanto nos registros gerais de Bluteau quanto os que seriam colocados em prática pelos dicionários de sinônimos comparados do século XIX, estes sim tributários do modelo racional da gramática geral, realizavam coisas diferentes quando de fato nomeavam e definiam. Estes buscando indicar, de modo unívoco e inequívoco, a ideia precisa de uma coisa e a palavra que a representa, estabelecer uma relação de identidade definitiva entre elas dentro de uma ordenação científica delimitada: “nomear é, ao mesmo tempo, dar a representação verbal de uma representação e colocá-la num quadro geral” (Foucault, 1999, p. 164). Aquele buscando operar um recorte metafísico que revela a essência da coisa em si, da qual pode ser percorrida toda a variação da palavra que lhe nomeia, algumas relativas e contingentes – “claramente vê-se que as notícias dependem das nações, e que para as ter é necessário derivar e definir” (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*) – outras de natureza lógica, mas inseridas numa ordem natural que oscila, indefinidamente, entre o simples e o complexo, o universal e o particular. E quando essa lógica é evocada, trata-se mais uma vez da ênfase na tradição escolástica e aristotélica:

Segundo os Peripatéticos, dos modos de saber demonstrativos do que se ignora o primeiro é a definição; e esta é uma oração que explica a natureza da coisa, qualidade que ajuda muito a adquirir ciências, porque conhecida pela definição a natureza, ou essência de uma coisa, se vem em conhecimento das propriedades, e virtudes que dela emanam [...]. A isto se acrescenta que sempre a definição é fundamento e princípio da conclusão científica para a qual (segundo as leis da Dialética) é preciso conhecer a qualidade da coisa que é o que a definição declara. A razão disto é manifesta, e é que como se não pode demonstrar *a priori* a essência do subjecto, mas da essência se procede à demonstração das propriedades, convém que antecipadamente se conheça a essência, ou a questão *quid fit* (Bluteau, 1727, sup. 1, *s/p*).

É a esse latinismo – *quid fit* –, para a nossa língua e para a nossa ciência tão aporético quanto intraduzível, que remonta o termo escolástico utilizado por Bluteau: *quiditativo*. Ele aloja esse *quê* daquilo que está no início e ao mesmo tempo no final do discurso percorrido para se chegar a uma *definição*. Ele constitui o recorte essencial que possibilita o desencadeamento de um percurso racional de predicções que, só ao final, consegue ser capaz de demonstrar sua essencialidade original. Não há uma linguagem que o desenrola e analisa, mas sim um núcleo metafísico que o acompanha de ponta a ponta. Assim como a coisa designada, a palavra que lhe empresta nome permanece a *mesma*, ainda que seja reconhecidamente instituída por arbítrio e convenção. É a esse caráter *quiditativo*, e não outro, que Bluteau preferencialmente recorre para estabelecer a diferença fundamental entre o seu trabalho e o dos outros lexicógrafos:

Uso dos termos da escola porque suponho que o leitor é homem douto e capaz para conhecer a diferença dos vocabulários que definem daqueles que sem definir, nem dar notícia alguma quiditativa, amontoam palavras sem dar conhecimento algum das cousas de que tratam e sem outro trabalho que de colocar as dicções segundo a ordem do alfabeto (Bluteau, 1727, supl. 1, s/p).

No geral, o princípio da *identidade* poderia estar associado ao ato de nomeação de, pelo menos, três coisas distintas: o indivíduo em si, literalmente indivisível, e único; uma de suas qualidades, fossem elas acidentais ou substanciais; ou a categoria universal que classifica um grupo de indivíduos com qualidades comuns. Apenas o primeiro evoca singularidade ôntica. O segundo divide o indivíduo em predicados espalhados pelos vários entes que compartilham essas qualidades. O terceiro reúne indivíduos plurais sob o signo de um termo singular-coletivo. Enquanto adjetivo de significado justaposto ao pronome *mesmo*, o termo *idêntico* denota a repetição de um *mesmo* atributo. Enquanto significado justaposto à forma substantiva de *mesmeidade*, *identidade* é sobretudo o quadro que dispõe limiares de *identidade* – e de *diferença* – numa dada ordem. Enquanto referência ao si mesmo, a *identidade* é demasiadamente imediata e evidente para surgir como uma questão lógico-comparativa. A solidez de seu recorte metafísico dificulta a emergência de um tipo de *ipseidade*, portanto reflexiva. A modalidade comparativa que *identifica* um indivíduo consigo mesmo, na verdade descobre uma *identidade*, mas no pensamento pré-moderno, essa *mesmeidade* raramente era colocada em questão. Ela se mostrava disponível o tempo todo, evidente como *essência*, *natureza*, *substância*.

A própria querela medieval acerca do *problema dos universais*, frequentemente considerada por Bluteau, embora possa desdobrar-se em questões lógicas e linguísticas,

constituía um debate predominantemente ontológico: “de maneira direta e objetiva, poderíamos dizer que o conteúdo central do problema gira em torno dos debates acerca de qual é o estatuto ontológico dos universais” (Leite Junior, 2001, p. 15). Seja na predicabilidade dos atributos, seja na comunidade da categoria, o que estava em jogo era se as palavras que significavam tais universalidades referiam-se a coisas que de fato existiam para além do nome, tal como ocorria de modo inquestionável nas designações dos indivíduos particulares, para as quais o problema não se estendia. Contrapondo-se a um tipo de nominalismo radical representado, ao seu ver, por Roscelino e Ockham, a faceta realista de Bluteau vislumbrava um modelo de definição que, ao menos em termos teóricos e ideais, concebia uma correlação estável entre o signo linguístico que era dicionarizado (*nome*) e seu referente extralinguístico (*ser*): “outro nome da própria criatura não o pode haver, porque é nome definitivo do ser; e como o ser não se muda, não se pode mudar este nome. *Ipsum est nomen ejus*” (Bluteau, 1712, v. 1, p. 41). E este núcleo metafísico particular entre coisa, palavra e noção, que estava na origem e no destino do procedimento definidor, deveria ser sólido demais para emergir como uma reflexão lógico-comparativa. As relações de identidade restringiam-se aos predicamentos e às categorizações que lhe percorriam entre uma ponta e outra do procedimento definidor.

É claro que, do ponto de vista mais pragmático dos trabalhos de registro lexicográfico, a influência das acepções transpostas de outros dicionários e os diferentes significados que os vocábulos poderiam assumir no âmbito de cada obra de referência, estas oriundas de distintas experiências e contextos linguísticos, colocavam problemas de natureza histórica e semântica que desafiavam algumas das concepções apontadas. Em muitos casos, como reconhecera Bluteau, as descrições prevaleciam sobre as definições, não raro comportando certa polissemia. A entrada *identidade* (1713, v. 4, p. 29), no entanto, filosoficamente definida como a “qualidade com que duas cousas são da mesma natureza, ou uma mesma cousa com outra”, indica uma concepção e uma terminologia escolástica que sobrepõem *mesmeidade*, mas não necessariamente *unidade*. Que refere certos universais lógico-comparativos *abstratos*, sejam *substanciais* ou *acidentais*, mas não costuma enunciar uma entidade metafísica particular.

Somente nas exemplificações que buscavam definir a Santíssima Trindade costumava ser enunciada, de forma objetiva, uma conjugação necessária entre *identidade/mesmeidade* e *unidade/indivisibilidade*. Era no âmbito de um pensamento cristão e monoteísta que, baseado em interpretações nem sempre ortodoxas das escrituras, precisava-se recorrentemente afirmar o dogma teológico que desdobrava o paradoxo lógico de uma entidade singular que era, na

verdade, plural; que se manifestava em três pessoas que eram, ao mesmo tempo, distintas e a mesma. Era nesse domínio que a noção de uma *identidade numérica* emergia enquanto conceito teorizado de estabilização lógico-semântica.

As polêmicas entre triteísmo e monoteísmo eram o ponto fulcral dos debates não apenas no domínio religioso, mas também filosófico. No século XI, as condenações de Santo Anselmo aos “hereses da dialética”, nomeadamente Roscelino, giravam em torno de argumentações tanto teológicas quanto de fundamentação lógica e linguística, tributárias das querelas entre nominalistas e realistas que dividiam os escolásticos (Vasconcellos, 2004). Um *topos* que também tematizaria as acusações contra Abelardo, e ao qual Bluteau, no alvorecer das luzes do século XVIII, se voltava e fazia perpassar a história da filosofia medieval, opondo Guilherme de Ockham a São Tomás de Aquino e Duns Scotus. Todo esse pensamento era orientado por um princípio metafísico, devidamente nomeado e passível de uma sequência de predicacões que, ao final, demonstravam nada mais que a essencialidade original daquilo que fora inicialmente designado. Mas o único caso em que esse ser individual, que era o início e o fim, o alfa e o ômega, precisava ser enunciado numa relação de *identidade* consigo mesmo, era o caso do Deus uno que se manifestava em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. Em suma, na tradição escolástica evocada por Bluteau, toda atribuição de *identidade individual* possui um fundamento metafísico, mas somente no campo teológico essa “quiditatividade” é literalmente apresentada em termos literais de *identidade*.

O sentido metafísico-teológico também será o único a assumir, de modo consciente e teorizado, uma conotação temporalizada. Não que os questionamentos acerca das transformações de um indivíduo ao longo do tempo, de sua *alteritas* enquanto sujeição à *mudança*, não fossem levantados em relação aos demais entes. Isso era obviamente pensado, percebido e enunciado. Mas não em termos lógicos de *identidade*, e sim na forma de aporias que colocavam os paradoxos dos limites e limiares entre o *mesmo* e o *outro*. Podemos dizê-la uma questão de *mesmeidade* que, na perspectiva linguística e terminológica, não sobrepunha *identidade*. A concepção de *geração* (Bluteau, 1713, v. 4, p. 61) demonstra que, para o “rigor filosófico”, que se aplica aos entes em geral, a mudança ocorreria entre indivíduos que se sucedem no tempo, e não ao longo de sua própria existência: “a geração de uma coisa é corrupção da outra”. Para dar conta do atributo singular e especial da unidade divina, no entanto, que requer também imutabilidade, ocorreria “a processão de uma pessoa da outra, por meio do Entendimento com perfeita e numérica identidade da natureza”.

Se contrapusermos uma noção de metafísica como essa *essência*, essa *natureza*, essa *substância* fundamental e imutável do ser, a uma concepção heideggeriana de ontologia enquanto reflexividade temporalizada, mais de existência do que de essência, então poderíamos dizer que, na tradição escolástico-aristotélica, o predomínio do pensamento metafísico dificulta a emergência de uma ontologia propriamente dita. Na realização linguística dessa experiência, o *conceito de identidade* indica e conforma um procedimento lógico entre entes distintos que estão sempre disponíveis para uma comparação imediata que afere o índice de similitudes compartilhadas. Raramente é utilizado para referir uma modalidade comparativa do ente consigo mesmo, ensejada na perda da imediaticidade provocada por um necessário deslocamento temporal. De um ponto de vista epistemológico mais amplo, o *princípio da identidade* organiza antes um sistema de simultaneidades estáticas e espacializadas, que dispõe e classifica categorias de indivíduos em função de similitudes comparativas.

Essa gaiola metafísica constitui um fator a ser considerado nos estudos sobre o sentido pré-moderno de *história*, que antes do final do século XVIII não consistia em um processo em si, que se desenvolve ao longo do tempo, mas sim no resultado de seu encadeamento: “a expressão ‘uma história’ não constitui qualquer conceito básico, no máximo aquilo que, como um somatório de uma narrativa, pode, ao seu final, ser subsumido num conceito” (Koselleck, 2019, p. 37-38). A *história* era então esse nome que define e reúne uma sequência de acontecimentos individuais, os quais possuem em comum apenas o fato de estar associados a um mesmo referente – uma igreja, uma cidade, uma nação, uma pessoa, um reino – ele sim passível de ser concebido como uma entidade única, mas a “história propriamente dita”, como algo dele separado, não. Na dimensão temporal, *história* estava para os acontecimentos como *identidade* estava para os atributos dos entes distribuídos no espaço. Ela narrava a particularidade daquilo mesmo que lhe tornava possível, mas a partir de tipos suficientemente universais para permitir sua repetição: “existia uma multiplicidade de Histórias, que em geral apresentavam similitudes entre si ou que até se repetiam” (Koselleck, 2019, p. 39).

Plural e destemporalizado, como era o *princípio de identidade* na lógica da tradição escolástico-aristotélica, o antigo conceito de *história* estava para os acontecimentos assim atomizados, ainda que escalonados no tempo, como era o contínuo encadeamento para os entes naturais, não por acaso designado *historia naturalis*: não mais do que a disposição comparada de simultaneidades espacializadas. A famosa fórmula ciceroniana da *historia magistra vitae*, o caráter exemplar da história, pode ser entendida pela metáfora geométrica de uma imagem

cíclica do tempo, mas igualmente como a contrapartida temporal da relação modelar entre os *indivíduos* que, na natureza, pertencem a uma mesma *espécie*. Para Rafael Bluteau, assim como para seus interlocutores tanto da *Antiguidade Clássica* quanto da *Idade Clássica*, o historiador poderia ser também, e sem contradições, esse mero classificador das criaturas divinas:

Nestas primeiras e poucas palavras do Gênesis, *In principio creavit Deus Celum & Terram*, tinha Moisés dito quanto se contém nas obras da criação; porém, como esta notícia universal era tão confusa como o primeiro caos do mundo, desceu o historiador sagrado aos particulares, e com títulos genéricos foi dividindo em seis classes a inumerável multidão das criaturas. A imitação de tão grande Autor, procedem os bons autores, do geral para o particular [...] (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p*).

2 NO QUADRO DAS DIFERENÇAS: O CONCEITO CLÁSSICO DE IDENTIDADE

2.1 OS DICIONÁRIOS MONOLÍNGUE-CLÁSSICOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Praticamente dominante no cenário dicionarístico português do século XVIII, o *Vocabulario portuguez e latino* de Rafael Bluteau (1638-1734) corresponde a um momento particular da história da lexicografia portuguesa. Por um lado, nele ainda remanesce a busca pelo estabelecimento de equivalências bilíngues – além das referências a um arcabouço teórico-filosófico escolástico – que o vinculam à tradição latinoportuguesa dos séculos XVI e XVII. Não sem deixar de apresentar idiossincrasias, como o seu caráter enciclopédico, que não estava presente nas obras anteriores e tampouco seria retomado nas seguintes. Por outro lado, o expediente da definição geral, complementada pelo registro de variações semânticas, com exemplificações e citações autorizadas, compõe uma base mínima de microestrutura que liga Bluteau aos lexicógrafos modernos. Os quais, por sua vez, diferenciam-se dele – para além das questões teórico-filosóficas – em um ponto fundamental: o abandono das referências ao latim.

Se é fato que os léxicos latinoportugueses seguem sendo reeditados ao longo de todo o século XVIII e XIX, porém com um uso cada vez mais restrito ao ensino específico de uma língua morta, é igualmente verdadeiro que esse período vê nascer um novo tipo de dicionário. Trata-se dos dicionários de língua, de uma língua portuguesa crescentemente valorizada e idealizada enquanto legitimadora e promotora do progresso nacional. São esses dicionários que acabam por se transformar nos dicionários por excelência. Nos estudos lexicológicos de perspectiva histórica, a virada do século XVIII para o XIX costuma ser descrita como o início de uma fase “decisivamente moderna” (Verdelho, 2002, p. 25). Na perspectiva epistemológica, porém, representa a entrada das reflexões metalinguísticas do português naquilo que Foucault designa pela particularidade de uma *idade clássica*, com seus modos de saber particulares, nem pré, nem estritamente modernos.

Para os registros do lexema *identidade*, mas que seguramente possui uma validade mais ampla, esse contexto é marcado pela presença de duas obras tutelares. A principal delas é a sequência editorial do Moraes Silva (1755-1824), cujas sete primeiras edições, de 1789, 1813, 1823, 1831, 1844, 1858 e 1878, constituem a principal referência tanto para os registros do dicionário anônimo de 1806, quanto para os trabalhos de José da Fonseca (1788-1866), publicados a partir de 1829, e para as revisões de José Inácio Roquete (1801-1870), realizadas em 1848. A outra referência é a obra de Francisco Solano Constâncio (1777-1846), originalmente editada em 1836, com grande parte de suas entradas reproduzidas nas edições e

reedições do Eduardo de Faria (1823-1860), de 1849, 1858 e 1859. O dicionário de Miguel Martins Dantas (1823-1910), por sua vez, veiculado em 1858, costuma combinar acepções oriundas de ambas as linhas em acepções sucintas. Além delas, houve uma iniciativa pioneira em 1783, porém de menor repercussão, realizada por Bernardo Bacellar (1736-?); e o audacioso, porém jamais concluído, projeto da Real Academia de Ciências de Lisboa, de 1793. Em simultâneo, essa época presencia uma significativa proliferação de dicionários especializados: de termos comerciais, de nomenclaturas científicas, de conceitos jurídicos, de arcaísmos e arabismos da língua portuguesa etc. Com destaque para um novo tipo de dicionário de sinônimos, cujo tempo de existência não por acaso coincide com o advento desses mesmos dicionários monolíngues, assim como da episteme clássica que eles recobrem.

Se quisermos um marco cronológico inicial para essa fase clássica da lexicografia portuguesa, ele seria o ano de 1783, com a publicação do *Diccionario da lingua portuguesa* de Bernardo Bacellar (1736-?). Além de mais barato, ele trazia a promessa ambiciosa, estampada logo no frontispício, de entregar “dobradas palavras do que traz Bluteau”, ainda que organizado em volume único e impresso em formato menor, *in-quarto*. Isso seria possível porque as suas 565 páginas de nomenclatura, definida como “filósofa e etimologista” (p. IV), recorrem a um método especial de compactar radicais e variações em um mesmo verbete, quase sempre com uma definição concisa para o respectivo lexema. Isso dificulta a contabilização de suas entradas, mas é possível estimar que não passe de 26 mil dessas cabeças compostas de verbete. Além da lematização de “*idênti-co, dade, fica-r, ção, do*”, a palavra *identidade* aparece apenas mais uma vez, na acepção de “*mesm-o, amente, eidade, idade*”. Apesar das inovações, Verdelho (2002, p. 26) considera que essa obra “não contribuiu de modo apreciável para a modernização da lexicografia do português”, ocupando “um lugar modesto e pouco lisonjeiro na história da lexicografia”.²³ Para Torres (1994, p. 466) seu maior mérito está nessa decomposição de radicais, que permitiu o registro de um amplo acervo; entretanto, nota que “o vezo do autor pelo grego como estrato do português o fez cair em etimologias aberrantes”.

Manifestando um intenso patriotismo que perpassava a valorização purista do idioma nacional, os membros da Real Academia de Ciências de Lisboa, fundada em 1779, também elaboraram uma planta metodológica para a composição de um novo dicionário. Para Verdelho

²³ O Bacellar tinha um formato de 20x15 cm. Sua nomenclatura, dividida em coluna dupla, era precedida ainda por uma *Gramática filosófica* e uma *Ortografia filosófica*, que juntas ocupavam mais 65 páginas. O número de entradas foi estimado por média aritmética.

(2002, p. 28), este “é o mais significativo empreendimento da exercitação normativa sobre a língua portuguesa, [...] suscitado num momento de teorização linguística intensa”. Seus idealizadores reconheciam a autoridade do “infatigável e erudito” Bluteau, inclusive assumindo manter sua ascendência sobre “todas aquelas vozes que em nenhum outro escritor nosso se encontrarem”. Contudo, não deixavam de tecer-lhe críticas, a começar pelo próprio título do *Vocabulario*, passando pela “falta de inumeráveis vocábulos”, “má eleição [das] autoridades”, “definições ou explicações de termos por vários modos defeituosas”, “etimologias erradas ou pouco seguras”, “citações de Autores Portugueses impropriamente alegadas”, “além de outros defeitos assaz notáveis” (p. III). O primeiro tomo foi lançado em 1793, contendo 543 páginas grandes, *in-folio*, de nomenclatura exclusivamente dedicada à letra *a*, seguramente superando a casa das nove mil entradas. O projeto na íntegra deveria ser, portanto, maior e mais abrangente do que qualquer outro anterior, porém não teve continuidade. Assim, o lexema *identidade* não chegou a ser lematizado, constando apenas em duas acepções.²⁴

Em contraposição à pouca expressividade do Bacellar e à descontinuidade do dicionário da Real Academia, o lexicógrafo brasileiro Antônio de Morais Silva (1755-1824) iniciara, no emblemático ano de 1789, aquela que se tornaria a mais longa sequência editorial de um dicionário de língua portuguesa. E de início, no entanto, ele não se apresentava como uma obra inédita, mas como uma versão “reformada e acrescentada” do Bluteau, reduzida de dez para apenas dois volumes menores, *in-quarto*, que juntos somam 1.290 páginas de nomenclatura. Verdelho (2002, p. 27) o entende como “o primeiro dicionário moderno da lexicografia portuguesa”, tratando-se de “uma obra muito diferente da de Bluteau na sua concepção, nos seus objetivos, no tratamento do ‘corpus’ e até na própria fundamentação lexicográfica”. Com autoria de Morais Silva, no seu entender, “incontestável desde a primeira edição”. De acordo com os levantamentos de Telmo Verdelho (2003, p. 478), um quarto da nomenclatura original – 16 mil entradas – fora eliminada, sobretudo de teor enciclopédico, onomástico e histórico, tendo acrescentado, em contrapartida, cerca de 22 mil itens novos, todos recolhidos de autores portugueses, chegando a um total que “anda à volta de” 70 mil entradas. Em se tratando das ampliações da nomenclatura em cada edição, Dieter Messner (2008, p. 37) contabilizou, entre

²⁴ Ver as entradas *aresto* (p. 399) e *authentica* (p. 531). Ou, nessa obra, p. 75-76. Seu formato, com 45 cm, possuía, portanto, praticamente o dobro do tamanho da folha das demais obras do período. Além da referida *Planta para se formar o dicionário*, com 20 páginas, sua macroestrutura trazia uma compilação de *Memórias e louvores da língua portuguesa*, com mais 20 páginas, e um *Catálogo dos autores e obras*, distribuído ao longo de 147 páginas. Todos esses elementos pré-textuais, assim como a nomenclatura, estavam organizados em coluna dupla. O número de entradas foi estimado por média aritmética.

novos registros e alterações de acepções, um acréscimo de 59% na segunda edição (1813), 6% na terceira (1823), 30% na quarta (1831), 16% na quinta (1844), e 32 % na sexta (1858).

O sucesso do *Diccionario da lingua portugueza* de Morais Silva no mercado editorial fez dele “um testemunho privilegiado da evolução do vocabulário português e simultaneamente um fator de referência e de padronização” (Verdelho, 2002, p. 27). Até a segunda edição (1813), ele consistiu em um trabalho exclusivo de Morais Silva. Na terceira (1823), coordenada por Pedro José de Figueiredo (1762-1826), sua colaboração se deu de modo indireto. A quarta (1831), trata-se de uma obra póstuma, conduzida por Teotônio de Oliveira Velho (1776?-1837?), mas que teria contado com a inserção de manuscritos elaborados ainda em vida pelo autor. Não tivemos acesso, nessa pesquisa, à quinta edição (1844), atribuída a Dâmaso de Sousa Monteiro (1807-1842) e outros colaboradores, que ainda teria conservado o “sistema de Morais” e recorrido a um manuscrito seu, “ao que parece com pouco aproveitamento” (Verdelho, 2003, p. 491). Em 1858, no primeiro tomo do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876) atribuiria a Monteiro a negligência de “riscar e omitir muitos artigos de Morais para substituí-los por outros que ele textualmente copiava do Dicionário de Constâncio” (p. 209). Nessas primeiras edições, de autoria direta ou ainda sob certa influência de Morais Silva, os registros do substantivo *identidade*, do adjetivo *idêntico* e do verbo *identificar* se mantiveram inalterados.

Somente na sexta edição (1858), revisada por Agostinho Póvoas (1783-1854), surgiram as primeiras modificações na dicionarização desse lexema. Telmo Verdelho (2003, p. 491) descreve essa versão como “uma das mais louváveis”, mencionando seu “renovado trabalho lexicográfico e filológico”, a inserção “sistemática” de informações etimológicas – apontada como influência dos trabalhos de Constâncio (1836) –, e a ampliação da terminologia especializada e do vocabulário autorizado. Dieter Messner (2008, p. 33) estabelece essa obra, última editada pela Borel Borel & Companhia, como marco final de sua proposta de periodização histórica da lexicografia portuguesa. Contudo, para os interesses dessa pesquisa, essa fase inicial avança até a sétima edição (1877/78), já publicada pelo editor Joaquim Germano de Sousa Neves, mas que, em relação aos itens aqui analisados, permanece com poucas alterações. Como veremos, as diferenças mais significativas, que se vinculam a uma mudança epistemológica mais abrangente, seriam efetuadas apenas na oitava edição (1890/91). A primeira edição (1789), registra o substantivo *identidade*, o adjetivo *idêntico*, o verbo *identificar* e o particípio *identificado*. Além disso, o lexema consta na acepção de outras 14

entradas, número que na segunda edição (1813) sobe para 15. A partir da terceira (1823) passa-se a registrar também o advérbio *identicamente* e a reincidência do lexema nas definições de outros vocábulos sobe para 16. Na quarta edição, para 29, na sexta, 33, e na sétima, 45 casos.²⁵

Em paralelo à presença tutelar do *Vocabulario* de Bluteau, e sobretudo das reedições do *Diccionario* de Morais Silva, que “serviu de fonte e de modelo teórico para os restantes”, Verdelho (2002, p. 31 e 36) aponta que a divulgação e a conversão dos dicionários de língua em manuais escolares, durante o século XIX, “constitui o fato mais relevante na história da lexicografia portuguesa”. Divisão que, no entanto, se revelou pouco operativa para esse estudo. Excetuando-se o projeto da Real Academia, a demanda por obras menores e mais baratas está presente em todos os demais casos, incluindo a reformulação que Morais Silva faz do Bluteau, assim como o método compactado de registros do Bacellar. Algumas obras, porém, destacam-se pela aparente praticidade de uso. A primeira delas, cujo anonimato da autoria talvez se deva justamente à semelhança em relação ao Morais Silva, é o *Novo diccionario da lingua portuguesa*, de 1806, que segundo Telmo Verdelho (2002, p. 33) “deu verdadeiramente início à lexicografia portuguesa monolíngue de uso geral”. Lançado com cerca de 30 mil entradas distribuídas em quase 900 páginas pequenas, *in-quarto*, essa obra teve pelo menos duas reimpressões em 1817 e 1835. Além das entradas *identidade*, *idêntico* e *identificar*, nela o lexema reaparece nas acepções de mais cinco registros, incluindo *mesmo* e *mesmeidade*.²⁶

O lexicógrafo José da Fonseca (1788-1866) também lançou, em 1829, o seu *Novo diccionario da lingua portugueza*. Uma obra que, segundo Verdelho (2002, p. 34-35), “pode ser tomada como referência modelo dos dicionários práticos escolares”, parecendo ter sido aquela “que melhor correspondeu ao uso quotidiano, à solicitação popular e à institucionalização do estudo da palavra no ensino secundário liceal”. A primeira edição possuía 600 páginas em formato de bolso e se justificava pelo menor custo, maior comodidade de uso e ausência do que chamava de “superficialidades” das obras maiores (1843, p. III). Seu sucesso editorial deu lugar a sucessivas reimpressões em 1830, 1831, 1833, 1836, 1840 e 1843. A partir de 1833 elas passaram a vir acompanhadas por um *Diccionario de synonymos* com mais 300 páginas, no qual Fonseca (1833, p. II-III) alegava aproveitar todas as listas de equivalências estabelecidas pelo “doutíssimo” Bluteau, além de garantir ter acrescentado outras tantas. Nessa

²⁵ Na oitava há 46 casos, mas com a supressão de algumas entradas e o registro de outras novas.

²⁶ Ver as entradas *commodatario*, *commodato*, *concordância* (*s/p.*). Ou, nessa obra, p. 70 e 76. Esse dicionário, além de não possuir autoria, não traz textos introdutórios e paginação.

pesquisa, tivemos acesso a edição original do dicionário de sinônimos, de 1833, e à última reimpressão do dicionário de língua, de 1843, que registra o adjetivo *idêntico*, o verbo *identificar* e o advérbio *identicamente*. A forma substantiva da *identidade* não foi dicionarizada, mas variações são empregadas na definição *mesmo, mesmeidade e consubstancialidade*.²⁷

Em 1836 Francisco Solano Constâncio (1777-1846) deu início a outra profícua sequência editorial, que, como dito, inauguraria uma nova linhagem de influência lexicográfica. Trata-se do *Novo dicionario critico e etymologico da lingua portugueza*, com 976 páginas de nomenclatura em formato *in-quarto* e volume único. Obra que contaria com mais de dez reedições até pelo menos 1877, possivelmente sem ter passado por qualquer revisão ou ampliação significativa. Na opinião de Verdelho (2002, p. 34), “sendo uma obra mista entre o prático e o erudito, [...] revela um bom conhecimento da lexicografia europeia do tempo”. Conforme indica o próprio nome, algumas das suas principais contribuições estão nos levantamentos etimológicos e nas críticas sinonímicas, responsáveis por estabelecer diferenciações lógico-semânticas entre termos de significados semelhantes. Constâncio (1836, p. 05-06) manifesta admiração por Bento Pereira, Rafael Bluteau e Morais Silva, dos quais alegava manter todos os vocábulos em uma obra menor e mais barata, sem deixar de acusar, porém, as suas “tantas e tão graves imperfeições”, especialmente pela ausência ou imprecisão das informações etimológicas. Tivemos acesso à primeira edição, de 1836, e à nona, de 1868, nas quais as entradas pesquisadas se mantiveram inalteradas, contendo as formas substantiva, adjetiva, adverbial, verbal e o particípio passado do lexema *identidade*. É significativo o fato de que o seu uso nas acepções de outros vocábulos tenha saltado para 42 casos.²⁸

Em 1848, o dicionário de José da Fonseca foi retomado para uma intensa reestruturação, “feito inteiramente novo e consideravelmente aumentado” por José Inácio Roquete (1801-1870), que lhe assumiu a coautoria. Entendendo o trabalho inicial “mui acanhado, imperfeito e às vezes inexato” (1856, p. IX), o revisor dizia partir de um resumo do *Nouveau dictionnaire portugais-français*, por ele mesmo publicado em 1841. Essa nova versão, que seria reimpressa até pelo menos 1875, prometia “o dobro de matéria” da anterior, atingindo cerca de 50 mil entradas, distribuídas em quase mil páginas também em formato de bolso. Com base em um argumento de diferenciação sinonímica semelhante ao de Solano Constâncio, Roquete alterou

²⁷ Ver entrada *consubstancialidade* (1829, p. 220). Ou, nessa obra, nota 41, p. 66. Este dicionário tinha folhas relativamente pequenas, mediando 11x16cm, diagramadas em coluna dupla.

²⁸ Essa obra era antecedida por uma *Introdução gramatical* de 43 páginas. Suas folhas possuíam 27x20 cm, com textos organizados em três colunas.

o título do anexo de Fonseca para *Diccionario dos synonymos, poetico e de epitetos*. Isso para diferenciá-lo do seu novo *Diccionario de synonymos*, com 866 artigos que buscavam esmiuçar aos “filósofos, oradores e facultativos”, em suas 550 páginas, “as mais pequenas modificações das ideias gerais, que apenas se distinguem no uso comum” (1856, p. XXI). O dicionário de língua, cuja versão consultada é a sétima reimpressão de 1856, além de registrar a forma substantiva da *identidade*, omitida por José da Fonseca, emprega o lexema nas acepções das entradas *mesmo*, *mesmeidade*, *distinto*, *outro* e mais três ocorrências.²⁹

No ano de 1849 veio a lume o *Novo diccionario da lingua portugueza*, o primeiro compilado por Eduardo de Faria (1823-1860). Para Telmo Verdelho (2002, p. 37), ele abre uma série de dicionários universais que, a partir da segunda metade do século XIX, mesmo “sem atingirem dimensões impressionantes, podem ser considerados grandes, tendo em conta o espaço editorial, científico e nomeadamente o modesto investimento filológico”, contribuindo assim para a “reelaboração e o aprofundamento da pesquisa lexicográfica sobre a língua portuguesa”. A incompletude do Bluteau e do Moraes Silva eram argumentos utilizados por Eduardo de Faria (v. 1, *s/p*) para justificar uma nova obra em quatro volumes divididos em dois tomos, que juntos chegavam à casa das 1.500 páginas de nomenclatura, impressas no formato *in-quarto*. O último exemplar traz anexo um *Diccionario de synonymos portuguezes* com uma lista que ocupa aproximadamente mais 200 páginas. Apesar da amplitude, para os termos pesquisados nesse estudo essa obra pode ser considerada uma reprodução do Solano Constâncio, ainda que sem as devidas referências. Talvez seja por isso que Telmo Verdelho (2002, p. 38-39) cite a “inospitalidade crítica com que foi recebida”, acusada que era de proceder “sem escrúpulos de atribuição de autoria e de propriedade literária, segundo a opinião dos seus contemporâneos”. O projeto, porém, obteve êxito editorial, com sete reedições até 1874. Nele constam o substantivo *identidade*, o adjetivo *idêntico*, o verbo *identificar*, o particípio *identificado* e o advérbio *identicamente*, cujas variações lexicais se repetem na aceção de outras 24.³⁰

²⁹ Ver as estradas *congenial* (p. 299), *congenialidade* (p. 299), *consustancialidade* (p. 303), *distinto* (p. 402), e *outro* (p. 724). Ou, nessa obra, respectivamente p. 71 (nota 43), p. 71 (nota 43), p. 66 (nota 41), p. 70 e p. 70. Há ainda o registro de *outro* no Apêndice C. O Roquete era composto por folhas com cerca de 16 cm, distribuídas em colunas duplas. Como elementos pré-textuais, ele também trazia informações sobre conjugação de verbos e formações de palavras plurais, femininas e superlativas, que juntas ocupavam em torno de 20 páginas.

³⁰ Essa obra possuía folhas de 30 cm, com textos da nomenclatura distribuídos em coluna dupla. Ela também reproduzia, no início do primeiro volume, as mesmas informações sobre conjugação de verbos e formação de palavras plurais, femininas e superlativas que haviam sido publicadas por Roquete.

Sua quarta edição portuguesa, de 1858, ficou a cargo do lexicógrafo José Corrêa de Lacerda (1803-1877). Para fins de redução e barateamento, o revisor alega ter “expurgado” da obra grande parte de seu vocabulário especializado (histórico, médico, comercial, mitológico, geográfico etc.) (1859, v. 1 *s/p.*). Dessa forma, as 1.500 páginas iniciais de nomenclatura foram reduzidas para 930, também no formato *in-quarto*, e seus quatro volumes condensados apenas para dois. Essa versão também substituiu o dicionário de sinônimos original por um novo *Diccionario de synonymos com reflexões criticas*, contendo mais 72 páginas com descrições detalhadas sobre as diferenciações semânticas entre palavras muitas vezes consideradas equivalentes. No prefácio, Lacerda (1859, v. 1 *s/p.*) afirma se tratar de um “ensaio”, já que, segundo sua concepção linguística, não haveria sinônimos e nem dicionários perfeitos. Procurando rebater a má reputação de Eduardo de Faria, e ao mesmo tempo antecipando possíveis acusações de plágio, reconhece o caráter compilatório da sua obra. Registra a opção substantiva *identificação*, além de repetir as variantes da primeira edição que, apesar da redução na nomenclatura, sobem para 28 recorrências em outras acepções.³¹

A quarta edição brasileira, publicada em 1859, foi comandada pelo próprio Eduardo de Faria. Confessando ter extraído entradas “de todos os Dicionários portugueses conhecidos”, o autor também tentava afastar acusações de plágio chamando atenção para o contínuo registro que vinha fazendo do vocabulário de todos os tipos de artes e ofícios, garantindo assim ser a sua nomenclatura “a mais abundante, a mais rica que até hoje se tenha encontrado” (1858, v. 1, p. II-III). Essa ampliação subiu de 1500 para a casa das 2.500 páginas *in-quarto*, divididas em dois volumes que continuavam trazendo anexo o *Diccionario de synonymos portuguezes*. No prólogo, porém, Faria (1859, v. 1, p. III) separava esses “sinônimos simples”, cuja existência se dava apenas em relação ao sentido geral de outro termo, e em muitos casos utilizados para evitar repetições, daquilo que chamava de “sinônimos comparados”, referindo-se às descrições mais detalhadas de diferenciações semânticas que ele acrescentara não em volume separado, mas integradas às próprias acepções de diversas entradas. Sobre os registros de *identidade*, limita-se a repetir as mesmas variantes da sua primeira edição. Contudo, nessa ampliação, os verbetes e entradas que recorrem a esse lexema em suas acepções chegam a um total de 68

³¹ Essa versão traz ainda uma *Introdução gramatical* de 16 páginas e um pequeno *Vocabulário da língua Tupy*, com mais 22 páginas. Suas folhas mantinham o tamanho de 30x21cm, mas nessa edição com os textos da nomenclatura distribuídos em colunas triplas.

casos, fazendo dessa sequência editorial um dos principais testemunhos da intensificação do uso desses termos a partir da segunda metade do século XIX.³²

Ainda em 1858, Miguel Martins Dantas (1823-1910) lançou o seu *Novo dicionario portatil da lingua portugueza*, contendo 760 páginas de nomenclatura, que seria reimpresso em 1879. Em formato de bolso, Verdelho (2002, p. 36) o considera um dicionário de sinônimos, mas para os objetivos dessa pesquisa ele pode ser vinculado ao grupo mais geral dos manuais escolares. Registra a forma substantiva da *identidade*, o adjetivo *idêntico*, o verbo *identificar* e o reflexivo *identificar-se*. Além disso, o lexema reaparece nas acepções de três outras entradas.³³

Com Martins Dantas e Eduardo de Faria, encerra-se a primeira fase dessa lexicografia portuguesa monolíngue, iniciada ainda no final do século XVIII com a edição única do Bacellar. O intervalo de tempo que elas compreendem abrigou a importante sequência editorial do Morais Silva, iniciada em 1789; o dicionário anônimo de 1806, com pelo menos duas reedições em 1817 e 1835; o José da Fonseca, reimpresso por várias vezes entre 1829 e 1843; a sua versão reelaborada por Roquete, que permaneceu no mercado de 1848 até 1875; o Solano Constâncio, lançado em 1836 e que chegou à 11ª edição em 1877; o Eduardo de Faria, que também contou com sete reedições entre 1849 e 1874; e o Martins Dantas, reimpresso até 1879. Obras que, em termos de cronologia, possuem dois aspectos em comum: concepções teóricas e metodológicas formuladas entre o final do século XVIII e meados do XIX, e uma vida lexicográfica útil, a julgar pelo mercado editorial, que não ultrapassa a década de 1870. A última edição do *Diccionario* de Morais Silva, publicada em 1890, já pertenceria a outro contexto dicionarístico, recobrando outro regime epistemológico.

2.2 SIGNIFICADOS DE *IDENTIDADE* NOS DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES

No geral, o caráter monolíngue dos dicionários praticamente eliminou os termos latinos de sua nomenclatura. Dos itens perseguidos, apenas o *idem* e o *ibidem* continuam sendo ocasionalmente aplicados na referência de citações. Até mesmo os casos enfático-reflexivos

³² O tamanho dessa edição também era de 30x22 cm, com nomenclatura em coluna dupla. Ela trazia um *Resumo da gramática portuguesa*, que ocupava 34 páginas e indicava ter sido extraída do dicionário de Constâncio.

³³ Ver as entras *congenial* (p. 182), *congenialidade* (p. 182) e *consustancialidade* (p. 185). Ou, nessa obra, p. 71 (nota 43) e p. 66 (nota 41). Com texto distribuído em colunas duplas e em folhas em formato de bolso – possivelmente tendo 11x16 cm –, esse dicionário não possuía elementos pré-textuais de maior destaque.

do “*eu mesmo*”, “*tu mesmo*” e “*ele mesmo*”, não parecem exigir menção à especialidade da diferenciação entre *idem* e *ipse*. As origens latinas desses vocábulos dão a impressão de ser tão ofuscadas pelo estranhamento mórfico e fonético entre vocábulos como o *mesmo*, o *ipse* e o *idem*, quanto encobertas pelo crescente distanciamento histórico das duas línguas. Isso torna cada vez mais velado o radical presente nas variantes do lexema *idem-tidade*, o que traz implicações para a recordação do seu significado como *mesmeidade*. Os registros abreviados do Bacellar (1783), por exemplo, abrem as dicionarizações monolíngues de “*mesm-o, amente, idade, idade*” com a informação etimológica referente ao enfático *met-*, mas sem mencionar sua aplicação original aos radicais *idem* ou *ipse*, ainda que a acepção dessa entrada seja estabelecida por uma correspondência exclusiva à *identidade*.³⁴

Somente com Solano Constâncio (1836) há um retorno explícito a esses referentes latinos, mas agora não mais como equivalentes linguísticos a certos vocábulos da língua portuguesa, e sim enquanto origens etimológicas deles. Ao lado do francês *identique*, *idem* consta como étimo do adjetivo *idêntico*, que não por acaso necessita de uma complementação que o designe como “*o mesmo*”. O *ipse*, por sua vez, aparece na entrada *mesmo*, ao lado dos franceses *mesme/même* e do italiano *medesimo*, porém especificado como uma contração da expressão latina “*egomet ipse*”, traduzida por “*eu mesmo*”. Parece haver, entre o *idem* e o *mesmo*, um olvido fonético e morfológico de consequências semânticas que cada vez mais precisa ser mediado, traduzido, explicado. As definições e etimologias do Constâncio são reproduzidas praticamente sem alterações pelas revisões do Eduardo de Faria (1858 e 1859). No Morais Silva, elementos etimológicos passam a ser acrescentados a esses itens lexicais apenas na sexta edição (1858), neste caso restrito a apontar o latino *idem*, para o *idêntico*, e o italiano *medesimo*, para o *mesmo*. Como parte desse encobrimento, não existe, no léxico português, qualquer variação de uma “ipseidade”. A trajetória do vocábulo *alter* é semelhante, com a referência etimológica recuperada por Constâncio no registro do *outro*, reproduzida nas obras de Eduardo de Faria e nas reedições de Morais Silva, mas sem a ocorrência de qualquer noção de “outridade/alteridade”.

Dessa forma, em princípio sem referências bilíngues ou etimológicas, a entrada *mesmo* do Morais Silva (1789) traz outra diferença em relação a Bluteau e aos lexicógrafos anteriores: ser classificada como adjetivo e não como pronome. Até a terceira edição (1823), sua primeira

³⁴ Nos apêndices [A](#), [B](#), [C](#), [D](#), [E](#) e [F](#) estão compilados, em ordem cronológica, os registros das entradas *mesmo*, *mesmeidade*, *identidade*, *idêntico* e declinações do verbo *identificar*.

acepção se dá a partir de uma negação: o *mesmo* é “*oposto a outro, ou diverso*”. O que vem ao encontro do *identicus* da *Prosodia* (1697, p. 318), que havia sido registrado como “*cousa a mesma, sem diversidade*”. Uma segunda acepção estabelece a correspondência direta entre o *mesmo* e o *idêntico*, seguida de duas exemplificações. Uma que marca o caráter enfático-reflexivo do “*eu mesmo*” que se opunha a “*um outro*”: “*fui eu mesmo; i. é. em pessoa, e não mandei outrem*”. Outra que evoca a mesmidade das pessoas divinas: “*o mesmo Deus desceu à terra para encarnar*”. Uma terceira acepção, dedicada à expressão “*sempre o mesmo*” – depois classificada como “*locução figurada*” – autoriza uma correspondência entre o *mesmo* e o *igual*, mas principalmente assume uma conotação temporalizada, pois o *sempre* reforçava que o *mesmo* era o “*não vario, constante*”. Em todas essas edições, *mesmidade* segue tendo por sinônimo, equivalente e única acepção, a forma substantiva da *identidade*.

No dicionário anônimo de 1806, a palavra *mesmo* traz uma classificação gramatical dupla, podendo ser adjetivo ou pronome. Sua acepção contém três das opções do Morais Silva: a definição principal de ser “*oposto a outro*” – porém sem mencionar o *diverso* –; a correspondência ao *idêntico*; e a abertura semântica de que “*às vezes significa igual*”, mas nesse registro sem denotar qualquer dimensão temporalizada. José da Fonseca praticamente repete essa dicionarização: um pronome ou adjetivo que é, em primeiro lugar, e por antonímia, “*oposto a outro*”; em segundo lugar, e por sinonímia, *idêntico*; mas que também pode equivaler, em terceiro lugar, ao *igual*. A revisão de José Inácio Roquete mantém praticamente inalterada essa definição. Do mesmo modo, Miguel Martins Dantas dicionariza *mesmo* como pronome ou adjetivo que é “*oposto a outro*” ou correspondente a *idêntico* e *igual*. Em todas essas obras, o substantivo feminino *mesmidade* também significa simplesmente *identidade*. Nas listas do dicionário de sinônimos de José da Fonseca (1833, p. 206), *mesmo* poderia equivaler ainda a *idêntico*; ao temporalizado *constante*; e aos comparativos gerais *igual*, *parecido* e *semelhante*.

Na quarta edição do Morais Silva (1831), a conotação temporal passa a fazer parte da primeira acepção do *mesmo*, através do acréscimo do *alterado* e do *mudado* à parte opositiva do *outro* e do *diverso*. Contando com exemplificação e citação temporalizadas: “*a cor do cadáver estava a mesma (que tinha em vida)*”; “*a graça do rosto tão constante e tão a mesma*”. Nessa edição, há também o registro de um segundo sentido inédito, representado pela expressão “*ser a mesma coisa com alguém*”. Seu significado é de ser “*idêntico, muito semelhante, conforme; unido em vontade, em interesses*”. Em termos de adjetivação comparativa, traz a

possibilidade de sinonímia entre o *mesmo*, o *idêntico*, o *conforme* e o “*muito semelhante*”. Ainda mais significativo é o seu emprego metafórico que promove a *união* entre pessoas por um tipo de afinidade, como a *vontade* ou o *interesse*. O que vem a se conectar à reincidência, nos registros anteriores, da *identidade* na descrição de sentimentos. A entrada *mesmeidade*, como visto, não sofrera mudanças, seguindo apenas como *identidade*.

Advertindo que muitos termos, mesmo sendo de origem latina, haviam adentrado o léxico português por intermédio de outras línguas, Solano Constâncio, conforme mencionado, indica que a palavra *mesmo* tem suas raízes no francês antigo *mesme*, moderno *même*; no italiano *medesimo*; e no enfático latino *metipse*, descrito como uma contração de “*egomet ipse*”, traduzida por “*eu mesmo*”. Ao contrário dos registros anteriores, sua acepção não se dá por oposição ou antonímia, mas tem por principal significado a correspondência direta ao *idêntico*. Seguida por uma aplicação enfático-reflexiva – talvez sugerida por etimologia – “*eu mesmo*”, isto é, “*a minha própria pessoa*”. Uma segunda acepção equipara o *mesmo* ao *igual*, abrindo-o definitivamente para uma similitude comparativa entre entes “*que se não pode diferenciar*”. Por exemplo: “*tem ambos o mesmo semblante*”, “*isso mesmo queria eu*”.³⁵

De modo geral, o registro do *mesmo* nas sucessivas edições do Eduardo de Faria limita-se a repetir as dicionarizações do Constâncio. As origens etimológicas nos franceses *mesme/même*, no italiano *medesimo* e no latino *metipse*; a correspondência principal ao *idêntico*; a exemplificação reflexiva “*eu mesmo*”, explicada como “*a minha própria pessoa*”; e a abertura para o comparativo *igual*, descrito como aquilo “*que se não pode diferenciar*”. Seus dicionários de sinônimos replicam a lista de José da Fonseca, com as equivalências entre o *mesmo*, o *idêntico*, o *constante*, o *igual*, o *parecido* e o *semelhante*. Em todas elas, *mesmeidade* equivale a *identidade*.

Quanto ao pronome *outro*, cuja antonímia em relação ao *mesmo* tinha sido apenas inferida no Bluteau e na lexicografia latinoportuguesa, agora, nos dicionários monolíngues, passa a ser a sua principal definição, ainda que por antonímia. O que pode ser verificado nos registros do Morais Silva, estes replicados no dicionário anônimo de 1806, no Fonseca, no Roquete e no Martins Dantas. Todos indicam o “*oposto a outro*” como o principal significado para o *mesmo*.³⁶ Reciprocamente, a acepção mais importante da entrada *outro*, nas sete

³⁵ Constâncio (1836, p. 690) registra ainda o superlativo *mesmíssimo* como um modo *jocosos* de se referir ao *idêntico*; e uma entrada exclusiva para o *mesmo* como advérbio.

³⁶ Solano Constâncio e as edições revisadas do Eduardo de Faria, como vimos, priorizavam o *idêntico* como única acepção para o *mesmo*.

primeiras edições do Morais Silva (1789 a 1878), será sempre, de um lado, o “*não o mesmo, não idêntico*”; e de outro, o “*diverso, mudado*”. As exemplificações e citações que o acompanham, assim como as indicações gramaticais de poder se juntar a pronomes para expressar designações reflexivas – *outro eu, outro tu, outro ele, outro si* –, não deixam dúvidas sobre as duas modalidades de comparação que ele pode efetuar: a simultaneidade espacializada entre entes particulares e estáticos, avaliada em termos de *identidade/mesmidade*; e a unidade temporalizada de um ente consigo mesmo, avaliada em função de *mudança/diversidade*. Contudo, segue sem registro qualquer vocábulo que evoque uma noção de *alteridade/outridade*.

O dicionário anônimo de 1806, o Fonseca, o Solano Constâncio e todas as edições do Eduardo de Faria, resumem tais definições registrando o *outro* como “*não o mesmo, diverso*”. Martins Dantas limita-se a “*não o mesmo*”. A revisão de Roquete, no entanto, como fizera Morais Silva, acrescenta o “*não idêntico*” à parte antonímica. A parte sinonímica, por sua vez, passa a contar com a inédita equivalência ao *conforme* e ao “*que tem muita similhaça*”. Há aqui, portanto, um importante deslocamento no significado do *outro*, que vai de uma *diversidade* manifesta, no registro original de Fonseca, à repetição de uma *conformidade* ou *semelhança* que, na edição revisada, contrapunha-se à *identidade*. Lembremo-nos que, na expressão “*ser a mesma coisa com alguém*”, da quarta edição do Morais Silva (1831), “*muito semelhante*” e *conforme* apareciam como equivalentes ao *mesmo/idêntico*, e não como seu oposto, como acabara de fazer Roquete. Veremos que isso pode ter sido influência do rigor lógico-semântico dos verbetes incorporados dos dicionários científicos e filosóficos de sinônimos, responsáveis pela formulação de uma noção de “*identidade absoluta*” que, a partir de uma necessária conjugação entre *mesmidade* e *unidade numérica*, fazia o *idêntico* transitar de sinônimo a antônimo do *conforme* e do *semelhante*.

Portanto, se o *mesmo* era, preferencialmente, “*oposto a outro*” ou *idêntico*; e em contrapartida o *outro* era “*não o mesmo*”, “*não idêntico*” ou *diverso*; então os vocábulos iniciados pelo morfema *identi-* só poderiam significar, por sinonímia, o *mesmo*, e por antonímia, “*sem diversidade*”. Pelo menos foi essa a acepção com que o Bacellar inaugurou os registros modernos do lexema “*idênti-co, dade, fica-r, ção, do*”. Nas primeiras quatro edições do Morais Silva (1789 a 1831), a forma substantiva da *identidade* tinha menos proximidade com o Bluteau, que dizia reformular, do que com essa definição do Bacellar: “*qualidade de ser a mesma coisa,*

e não diversa”.³⁷ Algo que mais uma vez vinha ao encontro do *identicus* da *Prosodia* de Bento Pereira (1697, p. 318): “*cousa a mesma, sem diversidade*”. Assim como Bluteau, Morais Silva relacionava o termo a um campo semântico específico, mas que agora era particularmente o da *lógica*, e não mais o *teológico* ou *filosófico*. De igual entre eles, restava a designação da *identidade* como uma *qualidade*.

Nos registros de Morais Silva, *qualidade* (1789, v. 2, p. 269) seria um “*acidente, propriedade das coisas e do ânimo*”, ou seja, um “*atributo menos essencial*”. Assim, ela representaria mais uma similitude comparativa do que a um atributo ôntico em que se reconhecesse a singularidade do ser. No entanto, as duas exemplificações presentes na entrada *identidade* apontavam para ambas as possibilidades. A primeira, uma aplicação jurídica e textual que aferia o grau de similitude entre duas enunciações distintas: “*rejeitar-se os embargos pela identidade da matéria, ou por não conterem matéria nova, mas o mesmo que já se expôs*”. A segunda, o indubitável rigor do sentido metafísico-teológico, copiado do Bluteau: “*nas três pessoas Divinas há identidade de natureza*”. Apesar de ser classificada como um termo lógico, não consta referências diretas ao princípio filosófico de identidade.

Os dicionários subsequentes deixam de recorrer à antonímia ao *diverso* para definir *identidade*. O anônimo de 1806 repete a nomeação como *qualidade*, porém inaugurando uma acepção literal derivada da forma adjetiva, “*qualidade de idêntico*”, além do complemento “*de ser o mesmo*”. José da Fonseca não registra o substantivo *identidade*, mas na revisão feita por Roquete ele reaparece também como “*a qualidade de idêntico*”. Solano Constâncio difere em dois pontos: primeiro, pela inserção da referência etimológica ao latino *identitas* – ou à variante *identitatis* –; segundo, pela definição como “*o ser o mesmo*”. Escolhas que são replicadas por todas as edições do Eduardo de Faria. Martins Dantas parece sintetizar os dois conteúdos disponíveis: “*o ser idêntico*”. A sexta e sétima edições do Morais Silva (1858 e 1878) já aparecem com a literalidade da qualidade “*de ser idêntico*” acrescentada à acepção original. Também trazem uma indicação etimológica, mas que, diferente de Constâncio, não aponta o termo *identitas*, mas o francês *identité* e o latino *idem*, este devidamente traduzido: “*o mesmo*”.

Essas últimas versões do Morais Silva também foram responsáveis por captar um novo significado de *identidade*, tributário de um sentido jurídico-individual. Desde pelo menos a sexta edição (1858), ele consta como uma segunda acepção, classificada como *forense*, que

³⁷ No Bluteau (1713, v. 4, p. 29): “*Qualidade com que duas cousas são da mesma natureza, ou uma mesma cousa com outra*”.

nomeia um processo de “*reconhecimento, verificação de pessoa*”. A quarta edição portuguesa do Eduardo de Faria (1858), coordenada por Lacerda, também acrescentou uma definição *jurídica* de *identidade*, descrita como a “*verificação especial da coisa vencida ou contratada*”. Do mesmo modo, a quarta edição brasileira (1859), realizada pelo próprio Eduardo de Faria, passou a trazer esse significado *jurídico*, porém, com a cópia quase integral do verbete de onde ele fora retirado, o *Diccionario juridico-commercial* de José Ferreira Borges (1786-1838).

Escrita na década de 1830, essa obra trazia uma entrada exclusiva para o termo *identidade* (Borges, 1856, p. 197), que versava basicamente sobre os procedimentos de aferimento da autenticidade de uma dada mercadoria (*fazenda*) que fosse objeto de transação comercial. A primeira frase do artigo era aquela definição inserida, sem citação, por Lacerda: “*verificação especial da coisa vencida ou contratada*”. Eduardo de Faria, contudo, com a devida referência, transcrevera o texto praticamente inteiro. Menos o último parágrafo, que, dentre outras coisas, mencionava uma segunda hipótese jurídica da chamada “*prova de identidade*”, voltada especificamente para o reconhecimento de pessoa, como na definição do Morais Silva. Nesse ponto, o manual de Ferreira Borges indicava outra obra sua, as *Instituições de medicina forense* (1832, p. 60-63), que possuía uma seção exclusivamente dedicada a esse fim. Nela, defendia-se um princípio jurídico de *identidade*: “*a ninguém pode nem deve impor-se pena criminal [...] sem previamente se haver verificado que a pessoa acusada [...] é o mesmo criminoso*”. Para tanto, seria o juízo médico o mais eficiente na detecção de sinais, cicatrizes e outras marcas individuais “*precedidas do decurso do tempo*”. Como vemos, nos dicionários de terminologias especializadas parecia estar ocorrendo uma maior dinamização do significado, além da intensificação do uso, do termo *identidade*. Fenômeno que, por sua vez, trazia consequências para a lexicografia não apenas pela elaboração desses glossários temáticos, mas pela pressão que tais definições exerciam sobre os dicionários de língua.

Para o adjetivo *idêntico*, o Morais Silva preservara a acepção dada por Bluteau: um termo classificado como *lógico* e definido diretamente por uma exemplificação proposicional: “*proposição idêntica*; *i. é, que é a mesma, e não diversa de outra*”. Desse modo, reafirmava-se a sobreposição principal entre o *mesmo* e o *idêntico*, assim como a oposição ao *diverso*, mas continuava em aberto a questão da *unidade*, como podia ser observada na manutenção do exemplo: “*escrever livros idênticos*; *i. é, que dizem o mesmo que outro, sem novidade, nem variedade*”. A citação que Morais Silva acrescentou, “*ordens idênticas às que ficam referidas*; *i. é, conformes em tudo às mesmas*”, deixava claro que sua *mesmeidade* se dava pela

conformidade de um atributo universal compartilhado entre duas coisas particulares, e não pelo descortinar de uma unidade numérica.

No dicionário anônimo de 1806, a acepção de *idêntico* constitui uma transcrição dos principais conteúdos semânticos presentes no Morais Silva: a sinonímia, “*que é o mesmo*”; a antonímia, “*que não é diverso*”; e a especificação proposicional, “*que diz o mesmo*”. Contudo, todas as demais obras se limitam a estabelecer uma simples equivalência para com “*o mesmo*”. As únicas diferenças ficam por conta das informações etimológicas, o francês *identique* e o latino *idem/mesmo*, inseridas por Solano Constâncio e copiadas pelas edições revisadas do Eduardo de Faria. Na sexta edição do Morais Silva (1858), a correspondência a “*o mesmo*” também passou a anteceder a definição proposicional original, e foi inserido o étimo *idem*, mais uma vez traduzido como “*o mesmo*”.

O verbo *identificar*, no Morais Silva, também repete a definição de Bluteau: “*fazer de duas ou mais coisas uma só*”. Porém com o reforço e o acréscimo da noção de *mesmeidade*: “*fazer de duas ou mais coisas uma só, e a mesma*”. Portanto, a entrada segue tendo apenas esse significado de um tipo profundo e radical de união, exemplificado pelas mesmas citações autorizadas que constavam no Bluteau. A primeira relacionada a um fenômeno sentimental: “*sendo o amor um ser lhe identifica*”, de Nuno Barreto Fuzeiro. E a segunda que evoca um princípio metafísico teologicamente afirmado: “*as pessoas Divinas se unem todas (não falo bem) se identificam todas em uma só essência*”, do padre Antônio Vieira.

O dicionário anônimo de 1806 reproduz a acepção do Morais Silva: “*fazer de duas ou mais coisas uma só, e a mesma coisa*”. No Fonseca o verbo *identificar* significa, como no Bluteau e no Morais Silva, “*fazer de duas ou mais cousas uma só*”, mas com a revisão de Roquete, retorna o complemento: “*ou a mesma*”. Martins Dantas repete o enunciado da união, porém sem essa especificação de *mesmeidade*. Solano Constâncio, por seu turno, além de indicar a etimologia em relação aos latinos *identifico* ou *identificare*, opta por uma definição mais literal: “*tornar idênticas duas cousas*”. Dicionarização que, como de costume, seria reproduzida pelas obras de Eduardo de Faria. A revisão portuguesa de Lacerda, no entanto, opta por compor as duas tendências: “*tornar idênticas duas cousas*” e “*fazer de duas ou mais coisas uma só*”. A sexta edição do Morais Silva (1858), mantém inalterada a acepção inicial, mas acrescenta a vinculação etimológica ao francês *identifier* e ao latino *idem*, que sempre necessita ser traduzido como “*o mesmo*”.

Para além da estabilidade dessa definição principal, denotando um tipo radical de *união* que engendra ou descobre uma *identidade/mesmidade*, os dicionários monolíngues captam outros dois significados que até então não eram atribuídos diretamente ao verbo *identificar*. O primeiro deles se vincula ao sentido jurídico-individual, anteriormente mencionado na análise da forma substantiva da *identidade*. Sua primeira aparição deve ser creditada a Solano Constâncio, que traz a acepção alternativa de “*reconhecer pelo mesmo indivíduo*”. De agora em diante, as informações lexicográficas autorizam que *identificar* também pode referir um processo de reconhecimento de singularidades individuais, como na exemplificação que se seguia: “*identificar os autores do crime*”. Dessa forma, no Solano Constâncio, a inédita dicionarização do particípio passado *identificado* corresponde apenas a algo “*reconhecido por ser o mesmo indivíduo*”. Mais uma vez, as edições do Eduardo de Faria replicam tais informações em suas respectivas entradas para o *identificar* e o *identificado*. Morais Silva, apesar de ter registrado no substantivo *identidade* o termo *forense* que remetia a esse mesmo processo de “*reconhecimento, verificação de pessoa*”, não o estende para a variante verbal.

O segundo novo significado diz respeito aos registros do reflexivo *identificar-se*. Das versões do Morais Silva a que tivemos acesso, ele aparece apenas na sexta edição (1858), designando um processo radical de unificação entre entes distintos: “*confundir, fundir juntamente o seu ser, a sua existência com a de outrem*”. Uma definição praticamente igual, em que a expressão “*identificar-se (com, em)*” equivalia a “*confundir seu ser, sua existência, etc. com outro*”, já constava no Roquete. Portanto, existe a possibilidade de que ela tenha sido registrada pela primeira vez na quinta edição do Morais Silva (1844), à qual não tivemos acesso. Pelo fato de ter puxado para si a exemplificação metafísica-teológica creditada ao padre Antônio Vieira – “*as pessoas Divinas se unem todas (não falo bem) se identificam todas em uma só essência*” –, esse significado deve ser compreendido antes como um processo literal de assimilação do que como um tipo figurado de união por afinidade ou sentimento. Tanto que, quando Lacerda revisa o Eduardo de Faria, ele credita tal acepção a Vieira, mesmo sem reproduzir sua citação. Martins Dantas também dedica uma entrada ao reflexivo *identificar-se*, resumindo-o ao ato de “*confundir seu ser, etc., com*”.

Morais Silva foi responsável ainda por dicionarizar, desde a terceira edição (1823), o adverbio *identicamente*. Em princípio definido de modo literal e redundante, apenas predicando um ato “*com identidade, de modo idêntico*”, mas que na quarta edição (1831) passou a ser complementado por uma oposição: “*sem a mínima diferença ou discrepância*”. No Fonseca e

no Roquete, no Solano Constâncio e nas edições do Eduardo de Faria, *identicamente* aparecerá apenas como “*de modo idêntico*”. Na sua quarta edição portuguesa, Lacerda registra, ao que tudo indica de modo até então isolado, a variação substantiva da *identificação*, entendida apenas como o “*ato ou efeito de identificar*”.

2.3 SENTIDOS DE *IDENTIDADE* NA LEXICOGRAFIA CLÁSSICA

Nos registros de Morais Silva (1789 a 1878), a sinonímia entre *mesmo* e *idêntico* contava sempre com a exemplificação de que “*o mesmo Deus desceu à terra para encarnar*”; assim como na entrada *identidade*, segue constando o exemplo copiado do Bluteau (1713), que através da noção de *natureza* conjugava *mesmidade* com *unidade/indivisibilidade*: “*nas três pessoas Divinas há identidade de natureza*”. Apesar disso, é possível avaliar que nesses dicionários monolíngues a ocorrência do sentido teológico de *identidade* sofre uma redução considerável. Até mesmo a acepção da palavra *trindade*, cuja estabilização lógico-semântica, em Martinius e no Bluteau, era tão exemplar do uso – e até da própria formulação – desse princípio, no Morais Silva (1789, v. 2, p. 492) passa a priorizar o significado de *união/unidade* em detrimento de *identidade*: “*a união de três pessoas distintas em uma unidade, ou numa só Divindade, mistério de Fé*”. As demais obras basicamente reproduzem o Morais Silva.³⁸

Do mesmo modo, o adjetivo *consustancial*, classificado como “*termo teológico*”, é descrito por Morais Silva (1789, v. 1, p. 316) como algo “*de uma única sustância, essência e natureza*”. Como na textualização de que “*o filho é consustancial ao Eterno Padre*”. Portanto, assim como já fizera Bluteau, sem recorrer ao lexema *identidade* para descrevê-lo. Essa conotação de uma *mesmidade* que, em termos literais, era de *substância*, mas que, por sinonímia, poderia ser de *essência* ou *natureza*, se verifica também no Bacellar (1783) e na obra anônima de 1806.³⁹ Contudo, com a dicionarização do substantivo *consustancialidade* pela

³⁸ Tri-na,ar,ado,eo,ieo,ndade,nitário; de 3; c. religiosa: fazer 3 sons na garganta: c. mistério (Bacellar, 1783, p. 548); Trindade, s. f. A união das três pessoas Divinas numa só Divindade (*anônimo*, 1806, *s/p.*); TRINDADE, s. f. união das três divinas pessoas numa só (Fonseca, 1829, p. 582); TRINDADE, s. f. (Lat. trinitas,tis), união de três pessoas, entidades distintas em uma só divindade, mistério da religião cristã (Constâncio, 1836, p. 944); TRINDADE, s. f. união das três divinas pessoas numa só unidade; mistério inefável da Fé católica; ordem religiosa (Roquete; Fonseca, 1848, p. 940); TRINDADE, s. f. (Lat. trinitas,tis) união de três pessoas, entidades distintas em uma só divindade, mistério da religião cristã [...] (Faria, 1849, v. 4, p. 222; 1858, v. 2, p. 365; 1859, v. 2, p. 1257); TRINDADE, s. f. Divindade (em três Pessoas); ordem religiosa (Martins Dantas, 1858, p. 710).

³⁹ Consustancia-l,idade,lmente, da mesma substância (Bacellar, 1783, p. 120); Consustancial, *adj.* Da mesma essência e natureza (*anônimo*, 1806, *s/p.*).

terceira edição do Morais Silva (1823, v. 1, p. 470), esse estado de coisas se altera, de certo modo retomando a relação que o registro de Matthias Martinius estabelecera entre os latinos *identitas* e *coessentialis*. Sua definição é a de uma “*unidade, **identidade** de substância*”, explicada como aquilo que “*diz-se teologicamente do mistério da Trindade*”. As citações apontam a “*consustancialidade de Cristo com seu eterno no Pai, quanto à natureza Divina*”; além de evocar o fato histórico de que “*os Arianos negaram a consustancialidade do Filho com o Pai, que é a **identidade** numérica no ser Divino*”. A partir de então, os dicionários passam a apresentar *consustancialidade* basicamente como uma “***identidade** de substância*”, às vezes especificada como um dogma religioso, sempre associada de modo fundamental ao princípio da *identidade*.⁴⁰

Com exceção, portanto, ao termo *consustancialidade*, que desponta como uma das principais palavras no campo semântico de *identidade* nesse contexto linguístico, são muito restritas as demais entradas que, por definição ou por uso, evocariam seu sentido teológico. Elas se resumem ao substantivo *deificação*, que até a terceira edição do Morais Silva (1823, v. 1, p. 538) designa apenas um tipo de “*apoteose do Gentilismo*”, mas que na quarta (1831, v. 1, p. 516) recebe uma segunda acepção: “***identificação** mística com Deus*”. Assim, em Solano Constâncio (1836, p. 350), *deificação* já aparece como uma “*apoteose gentilica*”, ou seja, a “*elevação de um mortal a ordem dos deuses*”, mas também como uma “***identificação** mística com Deus*”, conforme uso atribuído ao padre Antônio Vieira. Por conjugação, *deificado* designa algo “***identificado** com Deus*”. Ainda no Constâncio (1836, p. 141), outro participio, *aúnado*, foi dicionarizado como correspondente a algo “*unido em um*”, porém exemplificado pela citação: “*não só unidos, mas aúnados com Cristo, **identificados***”.

Noutra direção, a lexicografia monolíngue é responsável por captar a inédita postulação lógica, fora do campo dogmático e religioso, de uma necessária sobreposição entre as noções de *identidade* e *unidade numérica*. Essa crescente especialização semântica, que o Cardeal Saraiva (1766-1845) designou por “*identidade absoluta*”, envolveu dois movimentos em seu registro. Por um lado, assim como aconteceu em relação ao sentido teológico, há uma

⁴⁰ CONSUSTANCIALIDADE, s. f. identidade de substância (Fonseca, 1829, p. 220); CONSUSTANCIALIDADE, s. f. identidade de substância. Diz-se do mistério da Trindade. Os arianos negaram a consustancialidade do Filho com o Pai, que é a identidade numérica no ser divino. Bernard. Florest. (Cosntancio, 1836, p. 303); CONSUSTANCIALIDADE, s. f. identidade de substância (Roquete; Fonseca, 1848, p. 308); CONSUSTANCIALIDADE, s. f. (teol.) unidade e identidade de substância das três Pessoas da Trindade (Faria, 1849, v. 2, p. 166; 1858, v. 1, p. 283; 1859, v. 1, p. 892); CONSUSTANCIALIDADE, s. f. identidade de substância (Martins Dantas, 1858, p. 185).

diminuição de enunciação da conotação filosófica pelos dicionários de língua, sobretudo nas versões que tendiam a priorizar acepções mais polissêmicas e menos rigorosas. Mesmo que os vocábulos *identidade* e *idêntico* tenham sido sempre classificados por Morais Silva como “*termos lógicos*”, neles não constam quaisquer definições, exemplos ou citações que evoquem diretamente esse significado. Nas demais obras, sequer essa classificação fora mencionada, em que pese a ascendência que o Morais Silva exercia sobre elas.

Foi uma nova modalidade de dicionários de sinônimos, interessada mais nas diferenciações do que nas possíveis equivalências semânticas, que acabou por sistematizar uma especialização lógica de *identidade*. Essas obras tinham o objetivo de estabelecer distinções da natureza “científica” e “filosófica” – no sentido lato com que empregavam esses termos – das palavras que definiam por comparação, e que posteriormente iam sendo anexadas aos dicionários de língua. Contudo, esse significado rigoroso não necessariamente afetava a acepção e a utilização fora de seu campo terminológico específico. Tampouco é possível falar, nesses trabalhos, do registro de um *princípio de identidade* propriamente dito, cuja palavra não chegou a ser contemplada por essas obras com entradas particulares. Trata-se antes da tentativa de construção de uma nomenclatura científica sem espaço para ambiguidades, em que as descrições de alguns poucos itens lexicais, sobretudo aqueles de função lógico-comparativa, revelam a importância epistemológica da *identidade* para esse regime de saber.

O caso de maior relevância, e pioneiro, é o da comparação da tríade substantiva *distinção*, *diferença* e *diversidade*, desenvolvida na primeira edição do *Ensaio sobre alguns synonymos da lingua portugueza*, elaborado por Francisco de São Luiz, futuro Cardeal Saraiva (1821, p. 42-43). Seu verbete estabelece que “a diversidade *exclui a conformidade e supõe a quase total, ou total, dissemelhança*”; que “a diferença *exclui a perfeita semelhança*”; e que “a distinção *exclui a perfeita **identidade** ou a unidade*”. Ou seja, dois objetos seriam *diversos*, “quando ou em nada conformam, ou há entre eles uma grande, e quase total, dissemelhança”; seriam *semelhantes* – e *comparáveis* –, quando “diferençam-se por um só carácter, nota, propriedade ou acidente que não seja comum a ambos”; e seriam *distintos*, “pela simples razão de serem dois, ainda que aliás sejam perfeitamente semelhantes”. Em suma, segundo o Cardeal Saraiva, “o número basta para excluir a perfeita **identidade**”.

Criava-se assim uma gradação crescente de similitudes que partia do *diverso*, passava pelo *semelhante* e chegava na *identidade*, lugar onde a *perfeita semelhança* se revelava impossível: porque necessariamente negada por uma *diferença*, ou porque desfeita pela

descoberta de uma *unidade* que anulava a própria comparação que lhe dera ensejo. Por consequência, negava-se a similitude pelo encontro de uma *mesmeidade* que, nesse esquema, estaria diametralmente oposta à *diversidade*. Para Saraiva (1821, p. 43), esses eram princípios fundamentais para a indagação que o filósofo lançava sobre os objetos da natureza: “*conhecer a diferença dos que parecem mais semelhantes, e a semelhança ou conformidade dos que parecem mais diversos, são os dois extremos da ciência, e o mais nobre emprego do espírito filosófico*”. A postulação do princípio lógico da *identidade numérica*, ou *absoluta*, tem implicação em todo este sistema comparativo. Não só pelo papel de oposição que exerce em relação à *diversidade*, mas pela rigidez da singularidade ôntica que pode fazer com que o *diferente* e o *semelhante* sejam sinônimos: “*pela simples razão de serem dois*”.

A quarta edição do Moraes Silva (1831, v. 1, p. 622, 609 e 624) não apenas incorporou – *ipsis litteris*, quase na íntegra, e com a devida referência – esse verbete do Saraiva na entrada *distinção*, como indicou sua leitura nos registros de *diferença* e *diversidade*. Apenas substituindo *identidade* por “*perfeita semelhança*” na frase que indicava o que era excluído pela *unidade numérica*, que, nessa lógica, seriam de fato a mesma coisa. Contudo, tal anexação não pareceu ter encontrado contradições suficientes para exigir alterações nos registros que já vinham sendo feitos desses vocábulos no dicionário de língua. A entrada *diferença*, por exemplo, seguiu constando como sinônimo acrítico de *diversidade*, especificada como uma “*dessemelhança que há entre duas coisas, ou de uma à outra*”; ou ainda como um termo lógico – possivelmente de inspiração porfiriana – que representaria “*o carácter que distingue uma espécie de outra, ou o indivíduo um do outro*”. *Diversidade*, por inversão, continuava podendo ser a “*dessemelhança que uma coisa tem da outra*”, equivalente a *variedade*. Em contrapartida, constava já desde a primeira edição do Moraes Silva (1789, v. 1, p. 448) – portanto anterior ao Saraiva, mas em consonância com ele – que *diversidade* “*opõe-se a identidade*”. A definição de *distinção*, por sua vez, se restringe a um procedimento silogístico, sem uma aplicação ontológica direta: “*ato de distinguir as partes e sentidos em que uma proposição é verdadeira e admissível do sentido em que o não é*”.

O novo *Diccionario de synonymos* que Roquete (1848, p. 227) anexou à sua obra, por oposição ao que reintitulou como *Diccionario poetico e de epitetos* de Fonseca (1833), e que buscava estabelecer diferenciações críticas entre termos com significados semelhantes, também trouxe um verbete que comparava os adjetivos *distinto*, *diferente* e *diverso*. Ainda que não haja referências diretas, é certo que seus preceitos foram recolhidos no Cardeal Saraiva (1821),

bastante elogiado no prefácio da obra (1848, p. XX). Seu registro coteja o *distinto*, que “recai sobre a **identidade** mesma do sujeito”, ao *diferente* e ao *diverso*, que remeteriam mais “sobre seus predicamentos”. Enquanto a *distinção* seria a absoluta “falta de **identidade**”, a *diferença* seria “a negação da perfeita semelhança” e a *diversidade* excluiria qualquer tipo de *conformidade*, supondo “tal ou qual oposição”. Nessa definição, é a observância da unidade numérica, designada no *mesmo* e no *idêntico*, o fator responsável por transformar o *conforme* e o *semelhante*, ainda que “quase perfeitos”, em *outro*. Nesse afastamento entre o *mesmo* e o *outro*, que perpassava justamente uma questão de singularidade ôntica, o *idêntico* deixa de ser sinônimo para se transformar em antônimo do *conforme* e do *semelhante*. Estabelece-se assim uma diferenciação entre similitude comparativa e *identidade/mesmidade* que, como antecipado, pode ter sido determinante na descrita revisão da entrada *outro* no dicionário de língua.

Essas definições teóricas de Roquete (1848, p. 227) eram seguidas ainda de um exemplo que reforçava a conjugação entre *unidade numérica* e o que ele chamou de “*identidade mesma do sujeito*”: “Pedro e João são duas pessoas distintas, isto é, não é de um homem só que se fala, senão de dois indivíduos da espécie humana”. Para além de estender a categoria universal dos entes comparados para *indivíduo*, *sujeito* e *pessoa*, que no Cardeal Saraiva remetiam apenas aos “*objetos da natureza*”, sua definição se diferencia por optar pela utilização do pronome *mesmo*. É possivelmente essa sobreposição básica entre as noções de *identidade* e *mesmidade*, aliada ao rigor da *unidade*, que o leva a revisar a acepção do *outro*. Agora, não lhe bastava ser o *diverso*, era preciso enfatizar que o *conforme*, e até o “*que tem muita semelhança*”, também eram, antes de qualquer coisa, *outro*. Do mesmo modo, no dicionário de língua, o adjetivo *distinto*, que no Fonseca (1829, p. 271) tinha o *diverso* por primeiro significado, com Roquete (1848, p. 402) passou a ser prioritariamente “*o que não é idênticamente o mesmo*”.⁴¹

Para o *conforme*, e com ele para todo um campo lexical formado pelo prefixo *con-*, o uso epistemológico fundamentado em alguma modalidade de *com-par-ação* fica restrito a um

⁴¹ Há outros sinônimos comparados no Roquete que originalmente não empregavam o lexema *identidade*, mas que a partir de sua incorporação passam a fazê-lo. Do Saraiva (1921, p. 178), a diferenciação entre *civilizado*, *policionado* e *polido* envolve uma transcrição do preceito de que “*a civilização estabelece-se quando se identificam com a educação as leis que formão os bons costumes*” (1848, p. 161). Também ao refazer o cotejo entre *exemplo* e *exemplar* (saraiva, 1928, v. 2, p. 63), Roquete (1848, p. 276) evoca o mesmo espelhamento moral em Cristo, mas agora descrito como “*o exemplar com que se identificou o Serafim de Assis*”. No primeiro caso, recorre-se ao sentido de união radical do verbo *identificar* para designar uma *mesmidade*. No segundo, o sentido afetivo-sentimental de *identidade* estabeleceu uma relação de afinidade entre dois entes. As diferenciações entre *guardida* e *albergue*, *homônimo* e *equivoco*, ao que tudo indica de autoria do próprio Roquete (1848, p. 358 e 366), aplicam a forma substantiva de *identidade* para indicar meras similitudes de nomes ou significados.

procedimento analógico, jamais designando a descoberta de uma unidade ôntica. Em outras palavras, *conformidade* e *identidade* só se encontram na representação dos atributos universais, parciais, e por isso *com-par-tilháveis*, do ente, jamais no seu recorte metafísico. Exceção feita ao descrito sentido metafísico-teológico da *con-substancialidade*, cujo elemento compartilhado era – à beira de um oxímoro – de *substância*, e não accidental. Desde a primeira edição do Moraes Silva (1789, v. 1, p. 304 e 309), *concordância* estava exemplificada como o “*livro em que se apontam todos os lugares paralelos ou **idênticos** de algum autor*”; e *conforme* como “*opiniões conformes, semelhantes, **idênticas***”. Na quarta edição (1831, v. 1, p. 430 e 436), o adjetivo *concordante* foi registrado como as “*palavras concordantes com as obras, lugares paralelos e conformes, coincidentes, **idênticos***”; e a entrada *conforme* recebeu o acréscimo da “*cópia com o original, semelhante, **idêntica***”. Visivelmente influenciado pelo Moraes Silva, no dicionário anônimo de 1806 *concordância*, definida como a “*ação de conciliar*”, traz o mesmo exemplo dos “*livros em que se apontam lugares **idênticos** de uma obra*”, equiparada ainda a uma *concordata*, *pacto* ou *conformidade*.

Cardeal Saraiva (1821, p. 101) dedicara um verbete inteiro à diferenciação entre *concorde* e *conforme*. Enquanto o primeiro “*refere-se propriamente ao acordo do ânimo, do coração; e diz-se de duas ou mais pessoas que têm as mesmas opiniões, os mesmos gostos, os mesmos sentimentos*”; o segundo “*refere-se mais particularmente à **identidade** ou analogia das formas; e diz-se de duas ou mais cousas que têm entre si formas **idênticas**, ou semelhantes*”. Inclusive nesse autor de deliberada rigidez conceitual, o princípio da “*identidade absoluta*”, por ele mesmo registrado, não é citado na descrição de termos comparativos que recorrentemente incluem variações desse lexema em seus campos semânticos. Ainda menos rigorosos, os demais dicionários continuaram basicamente registrando *concordância* como uma “*identidade de opinião*”, e *conformidade* como uma “*identidade de forma*”. Repetindo os exemplos do Moraes Silva, como fizera Solano Constâncio (1836, p. 290), ou incorporando o verbete de Saraiva, como na sexta edição do próprio Moraes Silva (1858, v. 1, p. 512) e nas revisões do Eduardo de Faria (1858, p. 17; 1859, p. 868).⁴²

⁴² Nesse aspecto, são dignos de nota ainda os registros, na quarta edição do Moraes Silva (1831, v. 1, p. 438), do adjetivo *congenial*, designando algo “*de gênio idêntico com outros*”, e da forma substantiva *congenialidade*, equivalendo diretamente a “*identidade; afinidade de gênios, índoles, costumes, filha de iguais temperamentos, educação e ideias habituais*”. Roquete (1848, p. 299), Martins Dantas (1858, p. 182) e todas as edições do Eduardo de Faria (1849, v. 1, p. 159; 8, 184p. 278; 1859, v. 1, p. 877), dicionarizam *congenial* como algo “*de gênio idêntico*”, e *congenialidade* como uma “*identidade de gênio*”. Solano Constâncio, por sua vez, registrou *consonância* (1836, p. 301), dentre outros significados, como uma “*identidade de som*”.

Nos dicionários de sinônimos comparados, por outro lado, como na revisão que Lacerda realizou da obra de Eduardo de Faria (1858, v. 2, p. 23), vicejavam as diferenciações rígidas e especializadas do princípio de *identidade absoluta* enunciado por Saraiva: o *distinto*, “*que não é idêntico*”; o *diferente*, “*que não é semelhante em todas as propriedades, condições, etc.*”; e o *diverso*, “*que nos efeitos é oposto, ou contrário*”. Na revisão brasileira feita pelo próprio Faria (1858, v. 1, p. 1135), a entrada *distinto* passou a conter, ao final de sua acepção, uma sinonímia comparada entre o *distinto*, que “*recai sobre a **identidade** mesma do sujeito*”; e o *diferente* e o *diverso*, “*sobre seus predicamentos*”. No entanto, “*diverso indica certa oposição, incoerência ou disparidade, do que prescinde por si só o diferente*”. Em suma, *distinção* seria a “*falta de **identidade***”; *diferença*, “*a negação da perfeita semelhança*”; e *diversidade*, aquilo que “*exclui a conformidade e supõe tal ou qual oposição*”. A isso, seguiam-se os mesmos exemplos dados por Roquete, ou seja, prescrevendo as condições de possibilidade de atribuição de *identidade* a indivíduos, sujeitos, pessoas.

Numa leitura ontológica, fica claro que, nessas diferenciações, o termo *identidade* é utilizado para designar o ente em si, na sua completude indivisa, e não qualquer um dos atributos universais que possam ser reencontrados em outros entes. Entretanto, a contraposição que Eduardo de Faria (1859, v. 1, p. 854) estabelece entre os verbos *comparar* e *julgar*, torna um tanto mais complexa essa relação entre ontologia, episteme e linguagem. Com a indicação de ter sido retirada do glossário anexo às *Prelecções philosophicas* (1813, p. 12-13) de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), explica-se que, até certo ponto, os dois verbos significariam a mesma coisa, já que ambos “*reconhecem a **identidade** ou a diferença de duas únicas ideias simultaneamente presentes ao nosso espírito*”. Mas quando se trata da “*diferença de dois compostos, cujas respectivas ideias parciais de um temos sucessivamente comparado com as correspondentes e homogêneas de outro*”, essa comparação deixa de ser uma “*asserção de **identidade** ou de diferença dos dois todos entre si*”. Isso porque, segundo a positividade de tal empiria, “*dois complexos de muitas e várias ideias não se acham simultaneamente presentes ao espírito*”. Nesse caso, haveria um juízo “*discursivo ou de ilação*”, que “*se reduz a asserção de **identidade** ou diferença dos nomes ou sinais daqueles dois complexos*”. O que se afasta da comparação entre ideias imediatamente disponíveis, que nessa perspectiva prescindem de representações linguísticas.

Com Pinheiro Ferreira, o problema da *identidade* e da *diferença*, que permite assim organizar uma ontologia, é deslocado para os limites do próprio fundamento metafísico que faz

recortar um ente, compará-lo a outros e inseri-lo em um dado quadro classificatório. A velha querela escolástica entre os *universais* e os *particulares* se desdobra na relação entre o *simples* e o *composto*. A unidade ôntica, antes desfeita por uma subdivisão que estava *aquém* do ente, cindido em qualidades acidentais, agora passa a ser questionada também por um *além* dele, concebendo-o como parte de um complexo maior que constitui, em si mesmo, outro tipo de entidade. O primeiro gesto, Pinheiro Ferreira (1813, p. 115), evoca na restituição de Aristóteles: “incomparavelmente superior a todos os Filósofos [...] que o nosso século amigo das luzes lhe não teria negado, se a estulta idolatria de absurdos escolásticos dos dois séculos precedentes não tivesse indisposto os ânimos”. Vinte das suas 29 preleções são, basicamente, exposições das categorias aristotélicas e apologia de sua aplicabilidade nas classificações científicas modernas. O segundo, busca referência na monadologia de Leibniz (1646-1716): “se várias substâncias simples tocando-se formarem um sistema, chamar-se-á a cada uma delas monade, átomo, princípio, elemento, princípio elementar, elemento primitivo ou simples do sistema”; “dizia o grande Leibniz que tudo estava ligado [...] que qualquer corpo, qualquer das monades de que o Universo se compõe, era representativo do mesmo Universo” (1813, p. 40 e 49).

Mas a teoria representacional da linguagem e sua função epistêmica Pinheiro Ferreira (1813, p. 97) busca, ainda que de modo crítico, na perspectiva empirista de Condillac: “tem razão Condillac quando se empenha em mostrar que os *princípios dos humanos conhecimentos* somente o são as observações analíticas dos objetos da ciência” [grifo original]; “as línguas nada mais são do que análises bem feitas, ou métodos analíticos muito próprios para o descobrimento da verdade”. Se a diferenciação metafísica, por um lado, faz vislumbrar entes simples e sistemas complexos, o horizonte do cultivo científico da língua exige, por outro, nomes distintos para o processo de conhecimento de cada um deles. Enquanto em um há uma justaposição entre sensação externa, ideia interna e palavra designativa; noutra a ideia interna dependeria mais de um conceito designativo prévio do que da própria sensação externa, essa que, indisponível na completude para a experiência, só poderia ser apreendida parte por parte. É aí que Pinheiro Ferreira descreve, e ao mesmo tempo prescreve, sua diferenciação entre os termos *comparar* e *julgar*.

A incorporação das definições de Pinheiro Ferreira pelos dicionários de língua consolida, com certo atraso cronológico, a captação de um sentido indubitavelmente epistemológico do lexema *identidade*, relativamente novo no âmbito da língua portuguesa. As edições revisadas do Eduardo de Faria, por exemplo, recorrem a elas para registrar

demonstração como o procedimento silogístico de “*substituir sucessivamente as diferentes palavras de que ela se compõe as suas definições, até resultar uma proposição concebida em termos **idênticos**, cuja presença mostra a verdade ou falsidade da asserção*”. Assim, um discurso não passaria da “*sucessiva transformação de uma frase primária em outras equivalentes pela substituição das definições em vez das palavras que lhes correspondem, até chegarmos finalmente a uma frase concebida em termos **idênticos***”. Portanto, evidente seria aquilo que “*se aplica às proposições concebidas em termos **idênticos***”. Ao passo que equivocação consistiria em “*dar a uma expressão o sentido que só compete a outra*”. Em suma, equívocos seriam os casos de “*concluirmos da **identidade** dos nomes, realmente **idênticos**, a **identidade** de objetos realmente diferentes*”. Um erro, por sua vez, teria uma dimensão mais empírica do que linguística, já que “*consiste em concluirmos pela **identidade** das qualidades, que contemplamos no objeto, a daquelas que não contemplamos; sendo assim que se as contemplássemos acharíamos serem diferentes*”.⁴³

Apesar da consolidação e ampliação do uso do sentido lógico-filosófico de *identidade* nesse regime epistemológico que ele mesmo recobria e configurava, nem mesmo os dicionários de sinônimos comparados chegam a estabelecer uma definição específica do termo *identidade*. Ele parece ser esse *a priori* que fundamenta os demais termos lógico-comparativos, esse princípio demasiado fundamental para precisar ser definido ou problematizado. Se, nas *Prelecções philosophicas* de Pinheiro Ferreira, salta aos olhos a recorrência desse lexema, sempre no sentido lógico-filosófico – 136 ocorrências em cerca de 600 páginas –, chama igualmente atenção o fato de não haver entrada para ele no glossário que acompanha a obra. Seja pela divisibilidade do ente ou pela composição do sistema, a sobreposição entre *identidade* e uma noção mais rigorosa de *unidade numérica*, em termos ontológicos, também seguia se dando apenas de modo contingencial, sempre estático e espacial, jamais temporalizado.

Concomitantemente, se expandia e consolidava o sentido afetivo-sentimental de uma identificação que se dava por acordo, por afinidade, por vontade, por conformidade de opiniões, por interesses comuns. Em especial aquele significado emergido da aplicação dos lexemas *conforme* e *concorde* que, se cotejado ao rigor do princípio lógico-filosófico, assumiria o lugar linguístico de uma figuração. Desde o registro de Bluteau, o contexto da citação sobre as conveniências do casamento já citava a *concordia* como uma *semelhança* que se *contrapunha*

⁴³ Ver: Faria, 1859, v. 1, p. 1025, 1129, 1407, 1293, 1293 e 1300; Faria, Lacerda, 1858, v. 1, p. 444 e 445.

a uma *identidade/unidade*.⁴⁴ Também na sua dicionarização do verbo *identificar* havia a menção à frase: “*sendo o amor um ser lhe identifica*”, retirada de um tratado de filosofia sobre Demócrito e Heráclito.⁴⁵ Sem falar nos verbetes do *Vocabulário de synonymos*, em que Bluteau utilizava esse lexema para definir os mais variados sentimentos, com o uso metafórico de uma *união* por afinidade preferencialmente expressada pelas conjugações do verbo *identificar*.

Na quarta edição do Moraes Silva (1831, v. 2, p. 307) a expressão “*ser a mesma cousa com alguém*” foi registrada como a segunda acepção da entrada *mesmo*. Seu significado de ser “*idêntico, muito semelhante, conforme; unido em vontade, em interesses*”, novamente estabelece uma sobreposição entre as noções de *mesmidade, identidade, união e semelhança*, mas que se dá por um vínculo afetivo de *conformidade, vontade* ou *interesse*. É certo que a *conformidade* poderia se referir também a uma comparação que não envolvesse necessariamente sentimentos, daí a necessidade de diferenciação estabelecida por Saraiva. Entre literalidades e metáforas, *desconforme* significa, em todas as edições do Moraes Silva (1789, v. 1, p. 400), o “*não parecido; não idêntico*”, mas também o “*não conforme no voto, parecer; desavindo nas vontades*”. A partir da quarta edição (1831, v. 1, p. 29), a entrada *acompanhar* recebe a acepção de “*unir em um contexto*”, como no exemplo de “*acompanhar o caso que relata de circunstâncias idênticas; de todos os acidentes*”. No entanto, essa conotação afetivo-sentimental não chegou a ser registrada nas acepções das entradas do Moraes Silva dedicadas especificamente às variantes do lexema *identidade*, ficando tal associação restrita aos referidos casos de definição de outros vocábulos. Tampouco foi replicada pelos demais dicionários do período. Além disso, *identidade* deixou de ser aquele termo recorrente que fora nas acepções específicas dos vocábulos que designam sentimentos.

Na ampliação que fez da obra de José da Fonseca, Roquete (1848) até dicionarizou a conjugação reflexiva *identificar-se*, que nesse caso necessariamente transitava (*com, em*), tendo a acepção de “*confundir seu ser, sua existência, etc. com outro*”. Mas apesar do ineditismo em termos de registro lexicográfico, tal significado parecia estar disponível há certo tempo na literatura de língua portuguesa. Tanto que na reformulação do Eduardo de Faria (1858), a reprodução dessa entrada seria creditada aos escritos pretéritos do padre Antônio Vieira. Tudo indica se tratar de uma simples derivação da única acepção registrada até então para a forma

⁴⁴ Sebastião Pacheco Varella (1702, p. 566): “*se a concórdia fraterna se exagera pela semelhança, esta união se define pela identidade*”. Apenas a segunda parte da sentença é citada no *Vocabulário* de Bluteau.

⁴⁵ Nuno Barreto Fuzeiro, 1693, p. 14. Infelizmente, não tivemos acesso a essa obra.

verbal do *identificar*, que desde Bluteau, passando pelas quatro primeiras edições do Morais Silva, incluindo o dicionário anônimo de 1806 e o José da Fonseca, consistia em “*fazer de duas ou mais coisas uma só*” e/ou “*a mesma*”. Miguel Martins Dantas também replica *identificar-se* como o ato de “*confundir seu ser, etc., com*”. Esses casos parecem evocar mais um processo literal de assimilação do que a representação figurada de um tipo de união que se daria por acordo ou afinidade.⁴⁶

Em contrapartida, Solano Constâncio (1836, p. 610) dicionarizou um novo significado para o verbo *identificar* – e por extensão para seu lexema: “*reconhecer pelo mesmo indivíduo*”, como no exemplo de “*identificar os autores do crime*”. Acepção que foi copiada pelas revisões do Eduardo de Faria, responsáveis ainda pela inserção do conceito classificado como *jurídico* de *identidade*: “*verificação especial da coisa vencida ou contratada*”. Como vimos, essa definição fora extraída do *Diccionario juridico-commercial* de Ferreira Borges (1830, p. 197), que descrevia um processo de “*prova de identidade*” aplicado à autenticação de mercadorias e ao reconhecimento de pessoas. Especialmente nas *Instituições de medicina forense* (1832, p. 60-63), o jurista defendia esse último procedimento por meio de um juízo médico baseado em marcas individuais “*precedidas do decurso do tempo*”. Na sexta edição do Morais Silva (1858), consta igualmente a classificação do substantivo *identidade* como um “*termo forense*” que descreve o “*reconhecimento, verificação de pessoa*”.

Desde a primeira edição (1789, v. 1, p. 152) o substantivo *autenticidade* já era definido no Morais Silva não apenas com o significado literal de representar “*a qualidade de ser autêntico*”, mas também a “*notoriedade pública da verdade*”, ou seja, a “*identidade da coisa*”. No inconcluso dicionário da Real Academia (1793, p. 531), o substantivo *authentica* expandia o campo semântico, se referindo a um “*despacho ou certidão com que se testifica a identidade e verdade das relíquias para a pública veneração*”. Além de ampliar seu lastro histórico, referindo um termo *forense* que indicava “*qualquer das constituições recopiladas por ordem de Justiniano no fim do Código*”, informação creditada a Bluteau. Na segunda edição do Morais Silva (1813, v. 1, p. 234), foi inserida a textualização da “*autenticidade do caso, milagre, desta*

⁴⁶ Em outros casos, no entanto, a carga semântica afetivo-sentimental continuava disponível: Solano Constâncio (1836, p. 298) atribui ao verbo *conaturalizar*, reproduzido pelo Eduardo de Faria (1858, v. 1, p. 280; 1859, v. 1, p. 881), a acepção de “*admitir alguém à naturalização, dar-lhe a qualidade de natural*”, mas também o registro reflexivo e figurado de “*identificar com a natureza própria*”, cujo particípio passado traz uma exemplificação afetiva: “*tão conaturalizados temos este amor próprio, estas aversões*”. Do mesmo modo, com Francisco Solano Constâncio (1836, p. 312) e Eduardo de Faria (1859, v. 1, p. 908), o particípio *convertido* traz o exemplo figurado de “*dois corações convertidos em um, unânimes, unidos em vontades, sentimentos, identificados*”.

reliquia”. Ambas as acepções, classificadas como *forense* e *eclesiástica*, foram reproduzidas no Eduardo de Faria (1849, v. 1, p. 232; 1858, v. 1, p. 147).

Os lexicógrafos da Real Academia (1793, p. 399) classificaram *aresto* como um termo *forense* que indicava um “*caso julgado, que se traz para exemplo de outro idêntico, sobre que se litiga*”. Na quarta edição do Moraes Silva (1831, v. 1, p. 812 e 511), *extensivo* predica uma lei que se *alonga*, que se *dilata*, para “*todos os casos idênticos*”; e *decreto* foi descrito como a resolução que “*depois fica tendo força e vigor de Lei geral, em casos idênticos*”. Essa segunda entrada foi replicada por Solano Constâncio (1836, p. 347). Na revisão do Eduardo de Faria (1859, v. 2, p. 93), *fórmula* consiste em um modelo prevacente de contrato caso “*verificada a sua identidade e provada a estipulação precisa*”. No dicionário anônimo de 1806, *comodato* e *comodatário* eram “*termos forenses*” que designavam um “*empréstimo gratuito de coisa para ser restituída idênticamente*”. Nas revisões do Eduardo de Faria (1858, v. 1, p. 532; 1859, v. 1, p. 138), não *fungíveis*, no direito, eram as coisas que “*não podendo ser exatamente representadas por outras, devem ser entregues idênticamente*”.

Trata-se assim de um sentido jurídico-individual, captado pela lexicografia monolíngue da primeira metade do século XIX, que não se confunde com o uso normal-pragmático de *identidade*. Pelo contrário, opõe-se a ele, na medida em que tem a *unidade numérica* como pressuposto básico. A variação temporal constitui outro fator determinante implicado nesse procedimento, uma vez que o referente de *verificação* se projeta necessariamente em outra situação, dado que a imediatidade do *mesmo* fora contestada ou se revelara insuficiente. Mas que também não representa uma extensão da conotação temporalizada da *mesmidade* ensejada pela comparação do ente consigo mesmo. Nesse tipo particular de *reconhecimento*, a referência principal não é um *outro*, que corre o risco de ser ou não ser o *mesmo*, mas um registro, um nome, um sinal, um conjunto de signos e de particularidades que atestem ser esse indivíduo em questão, e não *outro*, aquele *mesmo* que fora antes documentado. No Solano Constâncio (1836, p. 890), assim como em todas as edições do Eduardo de Faria (1849, v. 2, p. 314; 1858, v. 2, p. 133; 1859, p. 1157), a expressão adverbial “*pôr sinal*” significa “*em prova de ser verdade o que se afirmou, ou para se reconhecer a identidade de pessoa ou coisa*”.

Esse tipo de *identidade* não é reflexivo, imediato e paradoxal, que compara um ente consigo mesmo; mas questionado, averiguado e atestado, sempre por um terceiro. Ele não está baseado em uma propriedade metafísica atemporal, como as noções de *essência*, *natureza* ou *substância*, mas sim num atributo *acidental* e temporalizado, porém particular: “*algum sinal,*

cicatriz de ferida, nevo, marca de doença ou desfiguração precedida do decurso do tempo”, como prescrito pelo manual de medicina forense de Ferreira Borges (1832, p. 63). É por isso que, mais uma vez, no Solano Constâncio (1836, p. 715) e em todas as edições do Eduardo de Faria (1849, v. 2, p. 290; 1858, v. 2, p. 153; 1859, p. 781), o reflexivo *negar-se* passou a corresponder também à ação de “*não se reconhecer por aquele a quem nomeiam, que se busca*”, ou seja, de “*não admitir a **identidade** da própria pessoa*”. Neste caso, poderia até haver a negação ou afirmação reflexiva de uma “*identidade pessoal*”, contudo ela continuaria necessitando de um terceiro que reconhecesse a sua inequívoca autenticidade.

O fator temporal representa, portanto, uma condição inerente à formulação de um sentido jurídico-individual de *identidade*. Porém, a lexicografia de língua portuguesa até meados do século XIX não chega a registrar, de modo direto e consciente, uma conotação temporalizada para esse lexema. No Morais Silva, o movimento mais destacado nessa direção fica restrito às acepções do *mesmo* e da *mesmidade*, que só indiretamente, por sinonímia e etimologia, podem ser associadas aos significados de *identidade*. No Bluteau, essa dimensão temporal, como vimos, só foi captada no aparte dedicado ao “*outro diferente*”. No Morais Silva (1789), a expressão “*sempre o mesmo*” foi equiparada ao “*não vario*” e ao *constante*. Na quarta edição (1831) essa definição principal do *mesmo* foi temporalizada, com o registro de sua oposição ao *alterado* e ao *mudado*. Como nas textualizações: “*a cor do cadáver estava a mesma (que tinha em vida)*”; “*a graça do rosto tão constante, e tão a mesma*”.

Mas, apesar de todos os registros lexicográficos colocarem *mesmidade* e *identidade* como sinônimos diretos, neste período os dicionários não captam a dimensão temporal daquela como uma questão a ser referida pela perspectiva lógico-filosófica desta. A não ser que atribuamos à reflexividade da dicionarização do *si*, a partir da quarta edição do Morais Silva (1831, v. 2, p. 723), uma conotação temporal que não lhe é explícita. Sua definição consiste em uma “*variação do pronome da terceira pessoa, que se usa com as preposições: a si, de si, para si*”. Como na exemplificação: “*este que aqui está é outro si, e outro para si*”, seguida da explicação de estar “*considerando a terceira pessoa em duas relações*”. Na mesma entrada, a expressão “*outro ele*” descreve algo que “*se diz quando é **idêntico** de uma terceira pessoa de quem falamos: o valido do Rei seja outro ele*”. A consideração de uma mesma pessoa em ocasiões distintas demandaria, necessariamente, uma perspectiva temporal diacrônica. Mas a variação que recorre ao adjetivo *idêntico*, no entanto, é do âmbito espacial, de uma ubiquidade

sincrônica que, por representação legal, desafiaria a própria unidade numérica do representado, ainda que metaforicamente, por procuração.

O sentido normal-pragmático, que historicamente acompanha os registros do lexema *identidade*, ao longo do século XIX foi sendo cada vez mais integrado às próprias definições de outros termos comparativos. Um movimento que tende a se afastar do rigor da sobreposição entre *mesmeidade*, *identidade* e *unidade* para se abrir à polissemia das várias modalidades de similitudes. No Morais Silva, a entrada *igualdade* (1789, v. 1, p. 692), por exemplo, sempre contou, em todas as edições, com a *identidade* no lugar de sua primeira acepção. Nessa obra, *semelhança* significava antes uma *conformidade*, mas a partir da sexta edição (1858, v. 2, p. 798), reproduziu a diferenciação do Saraiva (1821, p. 123-124) entre *analogia*, uma espécie de comparação racional entre coisas distintas, e *semelhança*, descrita como “*essa identidade, que [...] não sabemos determinar a sua diferença*”. Mesmo nessa definição marcada pela busca de precisão conceitual, o termo *identidade* é utilizado para designar o tipo mais básico de similitude, consideravelmente distante do rigor lógico que, em outro verbete, a contrapunha à própria *distinção* em função da *unidade numérica* que representava.

No José da Fonseca (1829, p. 169), no Roquete (1848, p. 163) e no Eduardo de Faria (1849, v. 2, p. 390; 1859, v. 2, p. 1408), *identidade* equivale a *igualdade*, seja nas definições dos dicionários de língua ou nas suas listas de sinônimos poéticos. O mesmo ocorre entre o *idêntico* e os registros do adjetivo *indistinto* feitos por José da Fonseca (1829, p. 177), Solano Constâncio (1836, p. 622), Roquete (1848, p. 171) e Eduardo de Faria (1849, v. 2, p. 390; 1858, v. 2, p. 55; 1859, v. 2, p. 1412). Constâncio (1836, p. 426) menciona ainda o “*não idêntico*” na acepção do *diverso*. Os significados do lexema *semelhança*, por seu turno, costumam se manter afastados de *identidade*. Ainda que Solano Constâncio (1836, p. 816), assim como todas as edições do Eduardo de Faria (1849, v. 2, p. 07; 1858, v. 2, p. 245; 1859, v. 2, p. 1010), dicionarizem *qual* como um adjetivo que “*exprime identidade ou semelhança perfeita*”.

Nesse contexto semântico-lexical, a radicalização de uma similitude comparativa não significa a descoberta de uma *mesmeidade* que desfaria a própria comparação na afirmação de uma *identidade*; mas sim a mera descrição de uma semelhança profunda. A *identidade* não seria outra coisa, mas o mesmo que *igualdade*, *semelhança* e *paridade*, porém intensas, quase indiscerníveis. Em todas as edições do Morais Silva (1789, v. 2, p. 143), uma das acepções para a entrada *um* até o equipara ao *idêntico*, mas as suas funções como artigo indefinido prevalecem sobre a possibilidade dessa adjetivação numérica. Assim, a expressão “*ajuntar-se em um*”, ou

a sinonímia em relação ao *mesmo*, soam quase que contraditórias à sua definição de algo “*que limita o nome a que se ajunta indicando indivíduo único da espécie, mas incerto*”, ou às adjetivações que o equiparam ao “*não variado*”, *igual*, *semelhante*, e ao *idêntico*.

Essa enunciação de uma comparação nem sempre criteriosa, que poderia ir da descrição de uma similitude qualquer à incorporação parcial de um termo científico, ocorria sobretudo pelo uso do adjetivo *idêntico*. Em todas as edições do Moraes Silva (1789, v. 2, p. 143) a expressão “*outro tanto*”, por exemplo, podia significar uma “*igual proporção; a mesma coisa, ou coisa idêntica*”. A partir da quarta edição (1831, v 1, p. 394), o movimento da *circunvolução* foi exemplificado por uma citação que o compara a “*um periodismo de efeitos idênticos e renovados*”. Na sexta edição (1858, v. 2, p. 21 e 548) consta que o *pinulado* representa certa característica de folhas que “*apresentam uma disposição idêntica*”; e que todas as coisas que eram chamadas de *fécula* estão “*longe de serem idênticas, pelo contrário diferem muito umas das outras*”. Essa segunda entrada foi copiada na quarta edição brasileira do Eduardo de Faria (1859, v. 2, p. 33). No Solano Constâncio (1836, p. 518) e no Eduardo de Faria (1849, v. 2, p. 450), os *essenos* são apresentados como um povo cujos “*costumes eram idênticos aos dos cristãos*”. Nessas obras, o “*signo samão*” foi descrito como “*idêntica à [certa] estrela*” dos egípcios (1836, p. 889; 1849, v. 4, p. 131; 1859, v. 2, p. 1106).

Nas sucessivas reedições do Eduardo de Faria, consta que *eletricidade* é algo que “*produz efeitos análogos ou ainda idênticos aos do raio*” (1849, v. 2, p. 352; 1858, v. 1, p. 398; 1859, v. 1, p. 1194); que “*os fluidos elétrico, galvânico e magnético são idênticos*” (1858, v. 2, p. 05; 1859, v. 2, p. 161); que *estólhoso* é um formato que “*se diz da raiz quando oferece uma idêntica disposição*” (1858, v. 1, p. 476; 1859, v. 1, p. 1377); que no processo da *destilação* “*os produtos extraídos das mesmas substâncias eram sempre idênticos*” (1859, v. 1, p. 1134); que *dimorfismo* nomeia a “*diferença que apresentam em suas formas os corpos cuja composição química é idêntica, mas cujo estado molecular é diferente*” (1859, v. 1, p. 1117); que *ensiforme* “*se diz do estilete quando oferece uma idêntica disposição*” (1859, v. 1, p. 1256); que *envaginante* “*também se diz do pecíolo quando tem uma disposição idêntica*” (1859, v. 1, p. 1273). Palavras como *gade*, *hipnalo*, *geleia*, *glicina*, *holahrrena*, *icacoréa* e *lepidolitha* são tidas como *idênticas* – ou não – a respectivos peixes, cobras, extratos químicos, substâncias, plantas e minerais que possuam nomes iguais ou diferentes (1859, v. 2, p. 145, 319, 181, 219, 330, 374 e 580). *Terra* e *noz*, por sua vez, são referidos como vocábulos “*quase idênticos*” em muitas línguas (1849, v. 4, p. 189; 1859, v. 2, p. 1226 e 802).

As definições gramaticais constituem outro subcampo onde o adjetivo *idêntico* segue sendo bastante empregado para equiparar casos, formas, ortografias, sons, sinónimas, sujeitos, pacientes, significações, significados, acepções, letras, consoantes, termos, palavras, frases, nomes, pronomes, prefixos, terminações, efeitos.⁴⁷ Os dicionários de sinónimos comparados, como os de Saraiva, advertem para se não inferir “*idêntica significação*” entre os termos dos quais buscam ressaltar as diferenças.⁴⁸ No Moraes Silva destacam-se os usos pronominais. Desde a segunda edição (1813, v. 2, p. 774) a variação *ti* cita um possível uso “*semelhante ou idêntico*”. Na primeira (1789, v. 1, p. 557), a entrada *esse* traz a indicação de que “*designa identidade individual*”, o que na quarta (1831, v. 1, p. 648) se estende ao *ele*. Nessa mesma obra (1831, v. 1, p. 188), *artigo* recebe a informação de que “*indica a identidade da pessoa*”. Contudo, o caráter nominativo que recorre ao lexema *identidade* para refletir sobre a relação entre palavras e coisas não aparece com a incidência que aparecera no Bluteau.⁴⁹

2.4 A LEXICOGRAFIA, A IDADE CLÁSSICA E A EPISTEME CLÁSSICA

2.4.1 A temporalidade clássica e a percepção do caráter histórico da língua

O gradual desaparecimento da necessidade de referências ao latim, ou melhor, a diminuição das tentativas de espelhamento entre os tesouros lexicais de uma língua viva e moderna face outra morta e antiga, constitui fator de produção, e ao mesmo tempo é resultado de um deslocamento na temporalidade dos registros lexicográficos portugueses. Como vimos, aquilo que Bluteau (1712, v. 1, p. *s/p*) descrevera como o “trabalho de exprimir com perífrases e circunloquções latinas os nomes portugueses”, já fora na ocasião por ele mesmo classificado como algo “inútil”, “sobre tedioso” e “ridículo”. Isso não impediu, contudo, que alguns dos velhos dicionários bilíngues do século XVII, como o *Index* de Antônio Velez e a *Prosodia* de

⁴⁷ No Moraes Silva ver as entradas: *longe, lastro, hum, verbo, hipóthesis, nunca, benevolência, geminação, geminado, arrócovia, artigo, as, comprimento, meu, motu próprio*. No Eduardo de Faria ver as entradas: *escuro, insano, monte, ão, arreios, comprimento, açúcar, alpha, cada, clandestino, fazer, plano, próximo, dever*.

⁴⁸ No Saraiva ver as entradas: *suposição, hipótese; benevolência, bemquerença; nunca, jamais; livraria, biblioteca; manar, estilar, pingar, gotejar; tolerar, aprovar, consentir, permitir*. No Manoel Passos ver a entrada: *miserável, desgraçado*. No Lacerda ver a entrada: *achaque, moléstia, enfermidade, doença*.

⁴⁹ Moraes Silva apenas se aproxima, timidamente, dessa questão quando menciona que *sobrenome* tem a função de “*distinguir quem tem nome idêntico*”; quando aponta que alguns casos empregam pronomes de tratamento “*identificando a realeza com mercê*”; ou quando define *sinónimo* como algo “*de significação idêntica, ou semelhante*”.

Bento Pereira, continuassem a ser reeditados até meados do XVIII. O novo *Magnum lexicon*, por exemplo, publicado em 1780 pelo franciscano Manuel de Pina Cabral (1746-?), costuma ser apontado como a conclusão da reformulação que os jesuítas vinham empreendendo na *Prosodia* antes da sua expulsão do Reino de Portugal em 1759 (Nunes, 2006). Esse dicionário teria pelo menos onze reedições ao longo do século XIX, até 1867, porém cada vez mais restrito ao objetivo específico de aprendizagem do latim. A advertência à quarta edição (1833) reconhecia que ele estaria “destinado particularmente à mocidade Portuguesa e Brasiliense”.

Na verdade, a função dos dicionários latinoportugueses permaneceu muito semelhante, o que mudou foi a prevalência do latim sobre as demais línguas. Movimento que, dentre outras coisas, está associado aos processos de consolidação dos Estados-nacionais e à intensificação dos sentimentos de pertencimento nacionalista, que perpassavam justamente a valorização do idioma vernáculo (Anderson, 2008). Entre o final do século XVIII e boa parte do XIX, a elaboração de um dicionário se confunde com um dever patriótico evocado por todos os lexicógrafos. A língua é tida como elemento fundamental da nação, e os novos dicionários de língua, monolíngues, se transformam assim nos dicionários por excelência. Depois de apresentar “as propriedades da melhor língua” em geral, segundo Voltaire, Bacellar (1783, p. VIII) refletia: “se eu, pelos sobreditos cinco intentos, alcançar que a nossa língua tenha tão relevantes propriedades e alguma precedência às mais línguas, que serviços não faço a amada Pátria?”. Em retrospecto, a fim de justificar a sua própria iniciativa, os dicionaristas da Real Academia de Ciências (1793, p. III) evocaram a “grata a memória do dito Bluteau pelos serviços que consagrou à Nação Portuguesa”. Do mesmo modo, Solano Constâncio (1836, p. V) diria que Morais Silva, ao resumi-lo, fizera “um notável serviço à nação”. Parafrazeando o escritor barroco Francisco Manuel de Mello (1608-1666), José da Fonseca (1829, p. III) desenvolvia seu argumento: “como as obrigações da pátria são tão grandes, parece que toda a vida estamos obrigados a lhas reconhecer, cada um como for possível”. E essas possibilidades certamente incluíam a confecção de dicionários.

Nesse contexto, a valorização da língua portuguesa costumava atender a duas demandas básicas e inter-relacionadas. A primeira delas, e a mais premente, era defender sua equiparação com aqueles que eram então considerados os idiomas mais cultos da Europa. Bacellar (1783, p. III) expressava uma queixa ao apresentar os objetivos de seus registros: “por me não sofrer o patriotismo o ouvir quase todos os dias que a nossa língua é *esteríssima*” [grifo original]. Morais Silva (1813, v. 1, p. IV) também reclamava da “injusta [...] acusação que contra a Língua

Portuguesa formam os que nunca a estudaram, taxando-a por isso de pobre, rude e áspera”, defendendo que ela “em riqueza, majestade e harmonia nada tem que invejar às mais cultas da Europa”. Roquete (1848, v. 2, p. XII) classificava o seu trabalho como um “testemunho do grande desejo que temos de ver nossa literatura a par da das nações cultas da Europa”.

Tratava-se do reconhecimento de uma noção ampla de literatura, que ia dos tratados técnico-científicos à inventividade poética, passando pelos códigos eclesiásticos, jurídicos e comerciais, cujo registro afirmaria sua própria existência em língua portuguesa. Essa era a outra forma de valorizá-la e colocá-la no patamar desejado. Dentre os lugares onde pesquisara, Bacellar (1783, p. III-IV) reconhece: “todos estes não me deram tantos vocábulos como os artistas, naturalistas, boticários, poetas e tradutores dos nossos tempos”. Os encarregados pela terceira edição do Moraes Silva (1823, v. 1, p. VII), também advertiam: “consistiu o nosso trabalho em recolher muitas palavras que ainda faltavam”, com destaque para as “Ciências e Artes, Comércio, Navegação, Agricultura, Fábricas, Política, Economia etc.”. De modo semelhante, entre as razões que Roquete (1848, v. 1, p. X) elencava para defender a vantagem de seu trabalho perante a versão anterior de José da Fonseca, estava o registro da “nomenclatura completa de história natural e de botânica segundo [Félix de Avelar] Brotero [1744-1828], e muitos outros termos de ciências, artes, comércio e marinha”. Os frontispícios do Eduardo de Faria (1849 e 1859) estampavam “todos os termos próprios das ciências, artes e ofícios etc.”

No entanto, por mais importante que fosse esse vocabulário, a necessidade de seu registro não era unanimidade. José da Fonseca (1829, p. III) optara por deixar “em silêncio” várias vozes de uso menos frequente e dispensáveis, alegando que “as pessoas que dão ao estudo das artes ou ciências a que eles pertencem, nos *lexicons* das mesmas lhe acham circunstanciada definição”. Opinião compartilhada por Solano Constâncio (1836, p. V), para quem “não deveriam entrar senão os termos geralmente usados, e não os de cada arte ou ciência, cujos dicionários especiais são em algumas tão abundantes como o da língua”. Para Eduardo de Faria (1849, v. 1, *s/p*), no entanto, “seria um erro omitir esses termos” indispensáveis à “prova do moderno progresso das ciências”. Seu revisor português (1858, v. 1, *s/p*), contudo, assevera que “o Dicionário de uma língua, pátria ou alheia, não pode atrever-se aos foros de Dicionário Universal”, motivo pelo qual teria “expurgado” termos como os oriundos da medicina e do comércio, entendidos como “províncias à parte”. Mas na reedição brasileira, Faria (1859, v. 1, p. II) reafirma: “desprezar o vocabulário das artes e ofícios é desprezar a linguagem essencial da civilização”, o que “na atualidade seria um anacronismo tão revoltante como insensato”.

Seja adentrando os dicionários de língua ou restritos aos vocabulários especializados, o fato é que essas obras sentem a necessidade de enunciar, com significativa recorrência, a existência de um léxico eminentemente moderno. Indicando a percepção cada vez mais patente de sua diferença não apenas em relação ao latim e outras línguas antigas, mas inclusive para com um português arcaico, constituindo assim um paulatino processo de historização da língua. Por conseguinte, levanta-se outro dilema sobre a necessidade desses registros. Bacellar (1783, p. III) respondia afirmativamente quando dizia recorrer a “vários impressos e manuscritos antigos modernos”. A Real Academia (1793, p. II) também ambicionava juntar “todos os cabedais” em “tesouro comum”, num dicionário que se pretendia “universal”. Morais Silva (1813, v. 1, p. VII-VIII) deixava de fora apenas os “termos alatinados”, pois seu intento seria “explicar o que só aparece como Português estreme”. José da Fonseca (1829, p. II) rejeitava “somente aqueles em que a ortografia era desusada, informe ou cujo significado já passou a arcaísmo”. Roquete (1848, v. 1, p. IX) trazia “vocábulos antigos e modernos”, ainda que seu volume “cômodo e portátil”, não tivesse por público-alvo “os eruditos, os filólogos, os doutos”. Já o frontispício de Solano Constâncio (1836) apresentava “os mais notáveis termos antigos e obsoletos cujo conhecimento é indispensável para a inteligência dos documentos antigos”. Tal qual os de Eduardo de Faria (1849 e 1859), que alegavam conter “todas as vozes da língua portuguesa, antigas ou modernas, com as suas várias acepções [...] e a indicação dos termos antiquados, latinos, bárbaros ou viciosos”.

E assim como os léxicos latinoportugueses e os vocabulários científicos, esses registros passaram a contar com um tipo de obra especializada, distinta dos dicionários de língua. Desde 1798, Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822) cumpria sua autodeclarada tarefa de “servir a Nação” (p. I), organizando o *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usarão e que hoje regularmente se ignorão*. Como informa o autor (1798, p. XVIII), “glossários de vozes latinas antiquadas” eram conhecidos há muito tempo, mas esforços para “elucidarem a linguagem fugitiva de seus antepassados”, a exemplo do que vinham fazendo “as Nações mais cultas da Europa”, ainda era uma novidade no português. A imagem projetada é a de um “tempo roedor”, “que tudo consome e altera”, de uma “revolução dos Séculos [que] tornou grandemente escuro, exótico e desconhecido” aquele “desencaminhado Thesouro”, ao qual a “razão” deveria “dar toda a luz possível” e, em nome da “Justiça”, “restituir ao trono”, “senão para o uso, para eternal memória” (1798, p. 7, I, III).

A advertência preliminar de Viterbo (1798, p. VIII-XVI) dividia a história da língua portuguesa “em cinco idades ou períodos”. O primeiro remetia a um tempo em negativo, de inexistência, onde o estatuto do português em relação ao espanhol constituía “antes uma verdadeira identidade que uma mera semelhança”. O ano de 1096, com a posse D. Henrique sobre “tudo o que se chamava Portugal”, fomentava o entendimento de que “a divisão dos territórios e dominantes [...] igualmente foi causa de que também na linguagem houvesse diferença”. “Desde então, os portugueses começaram a distinguir-se pelo seu dialeto dos mais povos de Espanha”, e por volta de meados do século XII já “se falava e escrevia [...] com bastante uniformidade nas vozes e expressão nos termos”. A virada para o século XIV, quando “a Nação e o Rei” D. Dinis fundaram as primeiras universidades, marcaria o início do terceiro período, aquele que “sem dúvida foi a época mais feliz da Literatura Portuguesa”, por ter “desterrado as sombras do latim” e “tomado posse de quase tudo o que era público e judicial”. A penúltima fase ia de fins do século XV, com a inserção da imprensa em Portugal durante o reinado de D. Afonso V, até o a morte de D. Sebastião e o início do domínio espanhol, no contexto da União Ibérica. Dessa data até o momento em que escrevia, estendia-se a época que Viterbo ainda considerava a sua, ou seja, atual e que, portanto, não deveria ser abrangida pelo seu dicionário de arcaísmos.

A periodização de Viterbo (1798, p. III) traça uma correlação entre a constituição de um reino independente, a formação de uma nação particular e o desenvolvimento de uma língua que, por oposição aos “tempos de barbaridade e grosseria”, enfim “chegou à sua idade perfeita e varonil”. Nesse sentido, de uma história que “foi subindo, como por degraus, à perfeição em que hoje a contemplamos” (p. VIII), ampliar seu espaço de experiência, ou, em outras palavras, realizar “o descobrimento da venerável antiguidade da Literatura Portuguesa” (p. 07), também significava enriquecer o lastro de seu cultivo. A dedicatória destinada a D. João, ao qual se refere pelo título de “príncipe do Brasil”, informa que nessa tarefa “se tem ocupado, e com glória não passageira, as Nações mais cultas da Europa”, do mesmo modo como “se ocupam atualmente os grandes gênios portugueses” (p. 08).

A obra de Viterbo comungava, por meio de um levantamento histórico, uma tese amplamente difundida entre os pensadores portugueses na passagem do século XVIII para o XIX: o paralelismo entre aperfeiçoamento linguístico e progresso civilizacional da nação. A primeira edição do Moraes Silva (1789, v. 1, p. III) pressupunha que “a riqueza das línguas, com justa razão, [é] considerada como uma balança fiel em que se pode pesar ouro e fio o

progresso da civilização das Nações”. No dicionário da Real Academia (1793, p. I), constava que, “em todas as idades, [...] correram sempre parselhas com a riqueza da língua os progressos das Artes e Ciências, e as Nações em geral só contam por luminosas épocas das suas letras, [...] naqueles tempos em que mais abundaram de eloquentes e polidos escritores”. Na concepção de Solano Constâncio (1836, p. IX), “a linguagem é filha do instinto natural do homem, desenvolvido pelas relações e precisões mútuas que o estado social estabelece entre os indivíduos e aperfeiçoado no progresso da civilização”. Eduardo de Faria, que defendera o registro de vocabulários especializados como “linguagem essencial da civilização” (1859, v. 1, p. II), explicava que a reforma e ampliação dos dicionários era uma demanda das épocas “assinaladas pelas grandes mudanças que se introduzem na linguagem das ciências, e que são uma consequência natural dos seus progressos” (1849, v. 1, *s/p*).

No entanto, apesar do recorrente emprego de categorias como civilização e progresso, esse afastamento entre presente e passado parecia ainda não instalar – não ao menos de modo predominante – uma experiência linear e unitária do tempo, tributária daquilo que Koselleck (2019) descreve como um conceito moderno de história. A necessidade de afirmação da “perfeição” do português, as exigências de sua equiparação com as outras línguas “cultas”, indicam antes o assombro de uma percepção oposta, formulada a partir de uma concepção mais cíclica e fragmentária do tempo: a decadência e degeneração da civilização portuguesa. Sobretudo quando comparada ao apogeu de um passado “clássico” ou contrastada às conquistas e progressos do presente vivenciado por outras nações europeias.

Apenas cinco anos antes de Viterbo, Bacellar (1783, p. 04) havia sugerido uma periodização que, até certo ponto, lhe seria compatível: uma fase de *infância e puerícia* da língua que encontrava sua *juventude* na formação do Reino de Portugal e a *virilidade* no reinado de D. Dinis. Mas o período entre meados dos séculos XIV e XV marcaria um interregno à parte, quando “as guerras de D. Fernando até D. João II reprimiram os seus progressos”. A partir do século XVI, Bacellar menciona uma série de produções gramaticais que “não só restauraram o perdido, mas lhe deram uma grande perfeição”. Porém, o “jugo Castelhana”, entre 1580 e 1640, “quase que a reduziram ao antigo estado”. No seu entendimento, o legado negativo da União Ibérica parecia ainda afetar aquele presente desde o qual ele falava, mas com perspectivas de superação, ao acreditar que desse estado se “vai saindo com os auxílios de Madureira, Argóte etc.”, referindo-se aos gramáticos de seu tempo. É como se, intercalados aos degraus progressos de Viterbo, tivessem sido inseridos dois períodos de decadência. E ainda mais grave, o período

que ainda se fazia presente, que deveria atestar a perfeição linguística e civilizacional da nação, contraditoriamente iniciava no contexto de um domínio estrangeiro.

Por volta dessa mesma época, Morais Silva (1789, v. 1, p. III), fazendo referência ao apogeu do império ultramarino dos séculos XV e XVI, vangloriava-se das conquistas dessa “Gente Portuguesa, cuja Língua em todos os conhecimentos humanos não só chegou a ter seu próprio cabedal preciso, mas ainda repartia com as outras Nações, que nas quatro partes do mundo conhecido dela tomaram muitos termos”. Contudo, lamentava que “a fatalidade dos tempos, sem diminuir a riqueza da Língua, empobreceu seus naturais; e um tão rico e formoso idioma veio a ser reputado defeituoso”. Morais Silva suspendia assim o paralelismo entre os progressos da língua e do Estado-nacional, reconhecendo a decadência deste, mas não daquela, ao mesmo tempo em que acusava outro fenômeno simultâneo: “começava a propagar-se entre os Portugueses a funesta liberdade de introduzir termos estranhos, que só fazia necessários a ignorância dos próprios”. Como em Bacellar, sua narrativa indica o presente por busca da restauração de um passado, ou ao menos pela restituição de seu correto juízo: “contra esta novidade perniciososa”, no caso os estrangeirismos, “se levantaram de pouco tempo a esta parte aqueles bons engenhos, que [...] animados de um nobre ardor e zelo entraram no generoso empenho de a restituir à posse de sua antiga abundância, esplendor e beleza” (1789, v. 1, p. IV).

Para Morais Silva, a tarefa não seria propriamente de enriquecer a língua ou regenerar a nação, mas registrar a sua literatura e demonstrar que ela “tinha, da pobreza de que era afrontada, mais infâmia que culpa” (1789, v. 1, p. IV). Porém, em sua segunda edição (1813, v. 1, p. IV), possivelmente influenciado pela resistência às invasões napoleônicas, o autor retoma a perspectiva paralelista, no entusiasmo de que “os Portugueses que seguem às armas estão mostrando, por seus assinalados e mais que ordinários feitos, que em nada têm degenerado, mas antes fielmente imitado, senão excedido, o valor daqueles de que procedem”. Dessa forma, sistematizações gramaticais e lexicográficas, como as que ele vinha fazendo, poderiam oferecer “aos que seguem as Letras meios com que, fazendo reviver os bons tempos da Literatura Portuguesa, convençam as Nações estranhas de que os Portugueses que hoje vivem nada tem perdido do que seus maiores mereceram (e na verdade mereceram muito) por Armas e Letras” (1813, v. 1, p. IV).

Desde o final do século XVIII, os membros da Real Academia (1793, p. I) advertiam: “não basta, porém, que os engenhos superiores hajam estabelecido o caráter de cada língua, [...] é demais necessário que este tal caráter [...] se conserve fixo e constante sobre estes unicamente

seguros e inalteráveis princípios, [...] sendo ao contrário coisa facilíma decair”. É com base nesse receio acerca da possibilidade de decadência, mas agora envolvendo a referência a um passado tido como mais elevado, que entra em cena a concepção e a função dos “clássicos”. O objetivo restaurador de Morais Silva (1789, v. 1, p. IV), por exemplo, passava não apenas pelo registro dos vocábulos, mas pela explicação que expusesse “a energia e propriedade de cada um e o uso que dele fizer aos Escritores Clássicos”.

No avançar do século XIX, os receios de ocupação estrangeira e o tema da decadência vão aos poucos diminuindo, mas a evocação da valorização e reconhecimento desse tipo de autoridade clássica se mantém. Os revisores da terceira edição do Morais Silva (1823, v.1, p. VII), afirmavam ter acrescentado muitas palavras “usadas nos escritores clássicos” da língua portuguesa, “em um tempo em que por desgraça digna de se lamentar tão pouco se estuda e frequenta, que quase se vai perdendo e acabando”. Os da quinta, preferiam inclusive essas definições autorizadas frente às análises filosóficas e etimológicas, tão difundidas no período (1858, v. 1, p. IV). Em contraposição, Solano Constâncio (1836, p. VI) entendia que seria um equívoco a prática de recolher das “passagens de autores o sentido das palavras, [...] muitas vezes imperfeitamente conhecido ainda dos clássicos por falta de estudo etimológico”. Assim mesmo, seu frontispício dizia compreender vocábulos com “suas diversas acepções, justificadas por citações dos autores clássicos”, mas apenas “quando o caso o pede”. Também Roquete (1848, v. 2, p. XIX), perante “o desacordo que algumas vezes se encontra entre a autoridade clássica e a sinonímia de termos modernos”, afirmava dar preferência a estes, mas somente “quando a razão está por sua parte”. José da Fonseca (1829, p. II) alega ter lido, “antes de tudo, com suma atenção, os clássicos de nosso bom século”.

Na planta da Real Academia (1793, p. XII), a cronologia dos clássicos “que autorizam as vozes do Dicionário” começa com o poeta renascentista Francisco de Sá de Miranda (1481-1558), que dá início a um período que “não deve ultrapassar o século XVII”. Em nota de rodapé, explica-se que tal fechamento “não é porque se entenda que, desde então até ao presente, deixara de haver entre nós quantidade de bons escritores em diferentes gêneros”; mas sim pela percepção de que, já a partir de meados do século XVII, “os estudos escolásticos e o espírito comum de subtilizar começaram a corromper a arte de bem dizer”. Além disso, compreendia-se que a língua portuguesa viera “depois com excesso a estragar-se quase de todo, pela leitura de livros estrangeiros, especialmente Franceses, em que muitos só se ocuparam e mais que tudo pelas péssimas traduções dos ditos livros”. Naquele mesmo ano de 1793, possivelmente com

base em argumentos semelhantes, António das Neves Pereira (?-1818) havia publicado pela Real Academia um sugestivo *Ensaio critico* “sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do Século XV, e XVI; e deixarão esquecer os que depois se seguirão até ao presente” (Verdelho, 2002, p. 29). Na mesma direção, Eduardo de Faria (1849, v. 1, *s/p*) asseverava que “o total desprezo ou esquecimento em que temos os nossos escritores clássicos”, estaria relacionado à “crassa ignorância dos modernos tradutores de novelas (salvas honrosas exceções), [que] têm adulterado por tal modo a Língua Portuguesa, que já se não reconhece nela graça e suavidade”.

Do ponto de vista do ato do registro lexicográfico, existe, portanto, um deslocamento básico que se opera na historicidade dos dicionários publicados entre o final do século XVIII e quase todo o XIX. Ele comporta duas temporalidades que, nesse período, parecem se sobrepor sem a necessária prevalência de uma sobre a outra. De um lado, o gradual desenvolvimento de uma experiência de tempo que poderíamos classificar como *moderna*, ou seja, que se constitui a partir da percepção de um crescente afastamento entre o passado e aquele tempo presente, que conseqüentemente, através de noções como a de progresso, estaria fadado a ser superado pelo futuro. De outro lado, uma experiência antiga – ou *pré-moderna* – do tempo, que não reconhece diferenças substantivas entre passado, presente e futuro, cuja passagem pode ser compreendida em sucessivos ciclos de degeneração, regeneração e restauração.

Na temporalidade que viria a prevalecer, a metáfora espacial do tempo é linear, e a *história* um conceito singular-coletivo que só possui sentido a partir de uma teleologia universalista. Na que prevalecera, a imagem do tempo é cíclica, e as *histórias*, porque plurais e fragmentárias, possuem um caráter exemplar e repetitivo. Em uma, valorizar a língua e a nação portuguesa – o que dava no mesmo – significava registrar e comprovar a existência de um tesouro lexical que, sobretudo nas artes e nas ciências, estaria à altura das civilizações mais cultas da Europa. Noutra, significava registrar e restaurar a literatura, no sentido mais amplo do termo, que remetia a uma idade clássica. Mas, afóra os criticados estrangeirismos modernos, esses dicionários ainda não captavam qualquer ruptura mais fundamental entre o seu tempo presente e as épocas renascentista e barroca. O *Elucidario* de Viterbo (1789, p. XVI), por exemplo, reconhecia que “já neste período poucos termos e palavras são desconhecidas”. Assim mesmo, registrava-os “ao lado das mais escuras e exóticas que nos restam dos três primeiros períodos”. A historização da língua – e das “coisas do mundo” – aos poucos se impunha, mas não o suficiente para superar a função pedagógica de uma história que ainda não instalava

limites disruptivos entre as experiências registradas e as expectativas que projetava: “procurando regular o presente e prevenir o futuro com os conhecimentos mais interessantes do passado”, conforme prometia Viterbo ao príncipe D. João (1798, *s/p*).

Essa é a historicidade específica que pode ser extraída dos dicionários de língua portuguesa compilados do final do século XVIII até a altura da década de 1870. As revoluções políticas e sociais, as reformas liberais e as independências americanas, assim como todos os tipos de modernização econômica e técnico-científica vivenciados nesse contexto, atestam que tanto em relação à realidade extralinguística mais imediata que lhe conformava, quanto às suas respectivas realizações linguísticas e registros lexicográficos, esse período apresenta um evidente caráter diacrônico em relação àquele comportado pelos dicionários latinoportugueses dos séculos XVI e XVII. Entre eles, o caso de Bluteau, do início do XVIII, figura como um elo que apresenta, simultaneamente, a manutenção de práticas antigas e a precursão de concepções modernas, sem deixar, é claro, de apresentar idiosincrasias.

2.4.2 O regime da representação e o privilégio semântico-lexical da gramática geral

Em termos epistemológicos, para além da dimensão representativa da linguagem – que à parte as similitudes entre signo e significante da episteme renascentista, poderia até certo ponto remontar à antiguidade estoica e fazer passar toda a filosofia escolástico-medieval – é a descoberta de uma dimensão analítica da língua o principal fator que diferencia os primeiros lexicógrafos estritos da língua portuguesa daquela filosofia da linguagem que orientava seus precedentes bilíngues, incluindo Bluteau (1638-1734). Daí a ênfase que Bacellar (1736-?) atribui às produções gramaticais nos processos de restauração nacional. No âmbito do que então se entendia por literatura, as gramáticas detinham, ao lado dos dicionários, o privilégio metalinguístico não apenas de exemplificar o que havia sido realizado naquele idioma, mas de registrar todo o seu tesouro lexical numa listagem alfabética e racional, além de analisar, filosoficamente, as classes de elementos que compunham o seu sistema, regras de composição, princípios lógicos de funcionamento. Não por acaso, alguns desses lexicógrafos foram ao mesmo tempo gramáticos.

A prática de editar em conjunto esses dois tipos de obra não era exatamente nova, mas a projeção de que ela contribuiria para o aperfeiçoamento do idioma, para a construção do que se costumava chamar de uma “língua bem feita”, ou para aprimorar a “arte de bem dizer”, como

alegaram em 1793 os lexicógrafos da Real Academia, essa, sim, aparece como uma novidade. É isso que distingue as gramáticas “gerais”, “analíticas”, “filosóficas”, como passaram a ser designadas, de suas antecessoras. Sua implicação para com os dicionários vai além da publicação anexa ou da incorporação de informações gramaticais nas acepções das entradas. A busca e prescrição de definições mais precisas do ponto de vista lógico, científico ou filosófico, exercera cada vez mais pressão na significação de diversas palavras da língua natural, assim como dos vocabulários especializados. Movimento que não chega a afetar diretamente o termo *identidade*, que, no entanto, passa a assumir uma função fundamental nesse regime de saber.

Foucault situa na transição entre o Renascimento e o Barroco, no âmago do século XVII, uma profunda mudança epistemológica, que ele designa por *idade clássica*. Uma descontinuidade histórica que, de modo geral, envolveria a mudança de ênfase nas categorias lógico-comparativas: “abriu-se o espaço de um saber onde, por uma ruptura essencial no mundo ocidental, a questão não será mais a das similitudes, mas a das identidades e das diferenças” (1999, p. 68). Esse passo fundamental na direção de uma racionalidade científica envolve dois procedimentos: a *medida*, que reduz o *continuum* indefinido das semelhanças a um estatuto de igualdade/desigualdade, capaz de atestar de modo inequívoco qualquer relação de *identidade*; e a *ordem*, responsável por determinar seu lugar exato no *quadro* de um sistema predefinido de *diferenças*. Em nível arqueológico, é isso que separa a prática *analógica*, com sua aproximação infinita de *similitudes* cada vez mais prováveis, porém jamais certas; do método *analítico*, que discerne as *diferenças* de uma dada totalidade e as dispõe em um sistema que organiza e institui limiares absolutos de *identidade* (Foucault, 1999, p. 74-76).

Essa ciência geral da medida e da ordem, descrita por Foucault como uma *máthêsis* que permanece inalterada durante todo o século XVIII, constitui um método universal que se estende inclusive ao âmbito das coisas não-mensuráveis, fazendo surgir domínios empíricos até então inéditos, fundamentados não pelo modelo algébrico, mas pelo *sistema de signos*. Entre eles se destaca uma história natural, como ciência da ordem dos seres, e a gramática geral, como ciência da ordem das palavras. Mas em contraposição ao modelo trino-unitário da episteme renascentista, quando significante e significado se reuniam sob um terceiro elemento, a similitude, que tornava o signo, como diz Foucault (1999, p. 87-88), “quase a mesma coisa” ao que ele designava; o enfraquecimento epistêmico da semelhança passa a conformar uma teoria binária, que não reconhece qualquer liame de intermediação, reduzindo a relação entre significante e significado a uma mera ligação de duas ideias. Daí o caráter representativo que o

signo adquire, não apenas em relação a um referente, mas na complexidade de um quadro analítico à imagem do pensamento, que torna possível percorrê-lo em toda a sua extensão.

Assim destituído de seu pertencimento às coisas do mundo, e por compensação alçado a uma condição de neutralidade e transparência representativa delas, o signo é concebido como algo convencional e arbitrário. Esse estatuto também não era em si uma novidade, o que muda, no entanto, é a prevalência que essas artificialidades adquirem perante o que seria a sua contrapartida natural, numa valorização diametralmente oposta àquela que havia prevalecido desde a Antiguidade. Movimento que se repete na elaboração de sistemas artificiais que, em detrimento daqueles que eram vistos como “naturais”, poderiam “fazer aparecer a natureza desde seus elementos de origem até a simultaneidade de todas as suas combinações possíveis”. É por isso que, “na sua perfeição, o sistema dos signos é essa língua simples, absolutamente transparente, que é capaz de nomear o elementar; é também esse conjunto de operações que define todas as conjunções possíveis”. Mediante o caráter inculto da língua natural, o horizonte científico da episteme clássica consistirá na busca de “fabricar uma língua bem-feita”, isto é, “analisante e combinante” (Foucault, 1999, p. 85-86).

Esse funcionamento representativo da linguagem assume, portanto, duas formas importantes. Uma delas está associada a uma crítica “filosófica” das possibilidades de referenciação particular entre palavras e ideias, que acusa a imprecisão semântica dos vocábulos herdados da tradição e instala a “necessidade de constituir o tesouro de uma língua perfeitamente analítica” (Foucault, 1999, p. 110-111). A outra diz respeito à análise sistemática do papel representativo da ordem gramatical face ao percurso do raciocínio que ela mesma executa, delineando a inédita empiricidade de uma *gramática geral* como “ciência dos signos pelos quais os homens reagrupam a singularidade de suas percepções e recortam o movimento contínuo de seus pensamentos” (Foucault, 1999, p. 101). É essa capacidade da linguagem de analisar a representação, numa concatenação necessariamente sucessiva, que a coloca, frente ao pensamento, numa função análoga àquela desempenhada pela álgebra na geometria: “não simples repartição, mas instauração profunda da ordem no espaço [...], o discurso entendido como sequência de signos verbais” (Foucault, 1999, p. 114-115).

Se em Bluteau, como visto, o horizonte da perfectibilidade linguística remetia ao caráter “quiditativo” de um vocabulário adâmico, “na época clássica o que se designa por língua universal não é o falar primitivo, intato e puro, capaz de restaurar, se fosse reencontrado para além dos castigos do esquecimento, o entendimento anterior a Babel” (Foucault, 1999, p. 116).

O novo horizonte, pelo contrário, trata da construção “de uma língua que seria suscetível de atribuir a cada representação e a cada elemento de cada representação o signo pelo qual podem ser marcados de um modo unívoco” (Foucault, 1999, p. 117). A generalidade da *gramática geral* reside na pretensão de “fazer surgir, por sob as regras da gramática, mas ao nível do seu fundamento, a função representativa do discurso — quer seja a função vertical que designa um representado, ou a horizontal que o liga do mesmo modo que o pensamento”. No aspecto lógico-semântico-lexical, ela “definirá o sistema de identidades e de diferenças que esses caracteres espontâneos supõem e utilizam” (Foucault, 1999, p. 128). A elaboração de uma espécie de taxonomia científica da própria língua, como que numa reduplicação representativa de si mesma, converte-se no principal mecanismo de seu aperfeiçoamento.

E assim como na lexicologia, os estudos gramatológicos em perspectiva histórica também situam a predominância, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, da prática de uma gramática latinoportuguesa, que buscava descrever e normatizar a língua vernácula através dos modelos tradicionalmente aplicados ao ensino do latim (Ponce de León, 2015; Schäfer-Priess, 2015; Verdelho, 2001). Do mesmo modo que Foucault (1999, p. 79) – porém raramente aplicando os pressupostos da arqueologia foucaultiana em suas análises –, essas pesquisas apontam um marco de ruptura com essa tradição em 1660, ano de publicação da *Grammaire générale et raisonnée* pelos franceses de Port-Royal, Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695). No âmbito da língua portuguesa, a influência da *gramática geral*, enquanto fundamento epistemológico para as reflexões metalinguísticas, só se tornaria uma realidade a partir do final do século XVIII (Torres, 1994; Gonçalves, 2006; Lupetti, 2015; Santos, 2015; Polachini, 2018). Em termos contextuais, eventos como as reformas pombalinas e a expulsão dos jesuítas costumam ser elencados como decisivos para os processos de retração da filosofia escolástica, de propagação das ideias iluministas e de influência da corrente eclética portuguesa, representada por pensadores como Luís Antônio Verney (1713-1792).

Monica Lupetti (2015, p. 58) descreve a virada do século XVIII para o XIX como o momento de realização conceitual dessa *gramática filosófica e geral*, caracterizada pelo “afastamento progressivo do modelo latino dos textos escritos com fins de aprendizagem linguística”. Sem desconsiderar os diversos tipos de racionalismos acumulados desde os gramáticos do Renascimento, tal “viragem epistemológica” estaria baseada sobretudo na adaptação do método cartesiano nos estudos de Port-Royal, tornando possível as “gramáticas filosóficas elaboradas a partir do axioma segundo o qual a língua é a expressão do pensamento,

e este último é regulado por leis universais a todos os seres humanos” (Lupetti, 2015, p. 58). Traçando um percurso histórico desde o estoicismo, passando pelos escolásticos e humanistas, Maria Helena Santos (2015, p. 85) também defende que as gramáticas portuguesas do século XIX, em sua maioria, “se inscrevem no grande movimento da *gramática geral*, prevalecendo – não obstante o ecletismo – a vertente iluminista”. Corrente que adquiriu configurações “ora tendencialmente empirista, na linha de Nicolas Beauzée [1717-1789], ora explicitamente empirista, na linha de Condillac [1714-1780] e, de forma mais radical, na linha dos Ideólogos franceses” (Santos, 2015, p. 85).

Sem deixar igualmente de mencionar o débito para com os estudos gramaticais renascentistas, e de fazer referência a autores portugueses e estrangeiros de diferentes tradições intelectuais, Amadeu Torres (1994, p. 459-460) estabelece um contraste entre esse primeiro movimento racionalista e cartesiano, iniciado em Port-Royal, que predominara desde meados do século XVII, e uma corrente empirista que, priorizando formulações teóricas como o mecanicismo de Francis Bacon (1561-1626) e o sensismo de John Locke (1632-1704), ao longo do século XVIII desaguaria na grande influência exercida pela filosofia, pela lógica e pela gramática de Condillac, publicada em 1775. Processo no qual “a metafísica cede o lugar ao surto experimentalista”, em que “à palavra-signo, serve do pensamento como que orgulhoso da sua aparente suficiência, sucede o pensamento-indigente e servo da palavra-signo cujo conteúdo radica na sensação e percepção; e o ‘*cogito, ergo sum*’ do espírito é substituído pelo ‘*sentio, ergo sum*’ da estátua” (Torres, 1994, p. 460).

Partindo de uma contextualização de maior ênfase política e social, Maria Filomena Gonçalves (2006, p. 147) acusa certo “atraso” no desenvolvimento do que chama de “iluminismo linguístico português”. A autora é a única que busca em Foucault – ainda que de passagem – o domínio epistemológico de uma *gramática geral* que remontaria a René Descartes (1596-1650) e Port-Royal, mas que em Portugal assumira uma “feição eclética”, “sensualista e ideologista”, influenciada pelos artigos enciclopédicos de Beauzée e Du Marsais (1676-1756), ou pelas teorizações de Locke e Condillac, dentre outros (Gonçalves, 2006, p. 151-161). Barbara Schäfer-Priess (2002, p. 160) também menciona um “atraso relativamente grande” nos estudos da língua portuguesa, que somente por volta de 1800 adotaram os métodos da *gramática geral* francesa, seja através da corrente racionalista e Beauzée ou a sensualista de Condillac, ambas inspiradas na tradição cartesiana iniciada em Port-Royal.

Há uma extensa lista de obras brasileiras e portuguesas que, nesses estudos, são analisadas e classificadas, a partir de critérios variados, como pertencentes ao recorte de predomínio do modelo científico da *gramática geral*, e aqui tomado como de sobreposição epistêmica e cronológica à *idade clássica*. Como ponto inicial de referência, pode ser tomada a *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770) de António José dos Reis Lobato (?-1804), que de acordo com Lupetti (2015, p. 64) já adota os princípios de Port-Royal, inclusive contendo menções nominais a Lancelot. A obra mais importante, por sua vez, é creditada por Schäfer-Priess (2002, p. 159) à obra de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), publicada em 1822, que “pode ser considerada como o apogeu da gramática filosófica na tradição da *grammaire générale* francesa”. Sua sétima edição, de 1881, é apontada por Amadeu Torres (1994, p. 466) como a última reimpressão portuguesa de uma corrente “logicista-empirista” que, na França, já havia deixado de ser produzida desde 1828, e na Inglaterra desde 1849. Para Schäfer-Priess (2002, p. 159), o trabalho de 1868 de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), já se vincularia ao modelo da “linguística histórico-comparativa de feição alemã”. Maria Helena Santos (2015, p. 89), no entanto, entende que em Portugal “o termo *gramática geral* dá conta do resultado da transição epistemológica para o movimento da *gramática histórica e comparativa*” somente em 1870 com Augusto da Silva Dias (1841-1916). O que não impediu, contudo, que em 1880 Domingos José de Azevedo (1841-1910) ainda viesse a reproduzir “o paradigma da *gramática geral* setecentista” (Santos, 2015, p. 89).

Em relação às gramáticas publicadas no Brasil, ou por autores brasileiros, Bruna Soares Polachini (2018, p. 68) demonstra que a maioria das periodizações atesta que uma “ruptura se deu entre uma gramática denominada, por vezes, filosófica, racionalista, lógica, empírica ou baseada na *grammaire générale*, e uma gramática baseada no método histórico-comparativo, que é, por alguns, denominada científica, vernaculista ou gramatical”. Não há convergência na proposição de uma data inicial, que oscila entre distintas obras situadas na virada para o século XIX. Reflexo das dificuldades mais gerais em estabelecer critérios precisos, nesse contexto específico, tanto para a distinção de uma nacionalidade e de um Estado brasileiro como individualidades históricas separadas de Portugal, quanto para uma diferenciação linguística do português falado em ambos os lados do Atlântico. Para a data final, porém, demarcada a partir de critérios eminentemente teórico-gramaticais, Polachini (2018, p. 57-63) demonstra que os estudos de Maciel (1910), Nascentes (1939), Castilho (1962), Elia

(1975), Cavaliere (2001) e Azevedo Filho (2002), são unânimes em apontar a obra de Júlio Ribeiro (1845-1890), de 1881, como pioneira na adoção do método histórico-comparativo.

De modo geral, as gramáticas especificamente publicadas junto aos dicionários clássicos-monolíngues têm consciência desse novo regime epistemológico, ao qual costumam se vincular de quatro maneiras. Primeiro, pelos títulos adotados, que oscilam entre os termos *científica, racional, filosófica, geral, universal* etc., geralmente por oposição a um tipo de *gramática particular*, restrita a um procedimento de análise da língua que não se desdobra em uma analítica do pensamento. Decorre dessa diferenciação a necessidade de aprofundar a distinção dos objetivos e dos conteúdos dessas novas gramáticas em relação às anteriores, o que constitui um segundo ponto de clareza epistemológica. O terceiro refere-se justamente à enunciação desses princípios analíticos que orientam as obras, responsáveis por instalar uma justaposição básica entre raciocínio lógico e a função representativa das palavras. Por último, as citações diretas de obras e pensadores estrangeiros – sobretudo franceses – associados à corrente da *gramática geral*, nomeadamente o racionalismo de Arnauld e Lancelot, representantes de Port-Royal, os artigos enciclopédicos elaborados por Du Marsais e Beauzée, a vertente ideológica de Destutt de Tracy (1754-1836) e, principalmente, o sensismo de Condillac. Com destaque ainda para autores ingleses, como Locke, comumente apontado como predecessor empirista de Condillac, e James Harris (1709-1780), muitas vezes a partir da tradução francesa do *Hermes*.

Em que pese os concursos promovidos pela Real Academia para a elaboração de uma “gramática filosófica” (Verdelho, 2002, p. 28), o seu dicionário não continha uma propriamente dita. Porém, podemos inferir que seu amplo espectro de objetivos adentrava, em certa medida, esse campo do saber: “não intenta a Academia dar à luz, debaixo deste título, um simples Vocabulário de palavras Portuguesas; mas fixar em geral [...] a diferença dos significados em seus vocábulos, a variedade de seus usos, as suas sintaxes, frases, anomalias e elegâncias” (1793, *s/p.*). Trabalho para o qual alegava não ter havido “exemplar que seguir, nem nos nossos, nem nos estranhos Dicionários das línguas vulgares”. Na sua planta teórica, elaborada em 1780, esse misto de registros lexicográficos que avançavam por sobre análises gramaticais, “fundado na propriedade e energia das vozes” e ao mesmo tempo na “correção da frase e regras de analogia”, trazia uma nota de Condillac que correlacionava perfeição linguística e adequação analítica; que insistia na analogia entre o raciocínio com palavras, para “arte de pensar”, e o

cálculo algébrico, para a geometria; que estabelecia uma reciprocidade entre os progressos da linguagem e do método científico, convertidos praticamente na mesma coisa.⁵⁰

A gramática que precede o dicionário de Bernardo Bacellar, reprodução da obra em separado que ele publicara por outra editora naquele mesmo ano, constitui a primeira da língua portuguesa que recebe o título de *filosófica*. Anterior inclusive à sua adoção pelos gramáticos franceses, que antes da *Grammaire philosophique* de Thiebau (1733-1807), editada em 1802, preferiam os adjetivos *geral*, *racional* e *universal* (Torres, 1994). Bacellar (1783, p. 01-02) a apresenta como “um novo método de reflexões novíssimas e importantíssimas”, que na busca por “precisão e clareza” nos “modos de compor e ajuntar” os vocábulos, chegaria a resultados “que não se alcança pelas Gramáticas que até o presente tem saído”. Em termos etimológicos, explica que “*Grammaticae* significa no Grego e Latim a coleção de Leis sobre as letras e seus sons”, princípio compartilhado com as gramáticas anteriores. A diferença estaria na “palavra *Philosophós*, [que] denota o raciocínio que se faz sobre todas as ditas Leis e seus objetos”.

Ainda que Bacellar faça menção a apenas um desses gramáticos iluministas franceses, nomeadamente Pierre Restaut (?), Torres (1994, p. 463-465) reconhece nele princípios logicistas-empiristas de Port-Royal, Du Marsais, James Harris e, principalmente, Condillac. No intuito de demonstrar tais afinidades, chega a aproximar a definição deste último com a de Bacellar (1783, p. 02): “a Gramática Filosófica é uma coleção de Leis com que arrazoadamente fabricamos e dispomos os sons que comunicam aos outros os nossos conceitos”, estes entendidos como aquilo “vimos, ouvimos e ideamos”.⁵¹ Monica Lupetti (2015, p. 65) se refere

⁵⁰ Condillac *apud* Real Academia (1793, p. I-II) : “*Les langues sont donc plus ou moins parfaites, à proportion qu'elles sont plus ou moins propres aux analyses. Plus elles les facilitent, plus elles donnent de secours à l'esprit. En effet, nous jugeons & nous raisonnons avec des mots, comme nous calculons avec des chiffres; & les langues sont pour les peuples ce qu'est l'algebre pour les geometres. En un mot, les langues ne sont que des méthodes, & les méthodes ne sont que des langues. Par consequent, si les géometres n'ont sait des progres, qu'autant qu' ils ont perfectionné leurs méthodes; l'esprit d'un peuple ne sera des progrès, qu'autant qu'il perfectionnera sa langue: & comme l'imperfection des methodes met des bornes à l'art de calculer, l'imperfection du langage met des bornes à l'art de penser.*” [livre tradução: As línguas são, portanto, mais ou menos perfeitas na proporção em que são mais ou menos adequadas para análise. Quanto mais os facilitam, mais ajuda dão ao espírito. De fato, julgamos e raciocinamos com palavras, assim como calculamos com números; e as línguas são para os povos o que a álgebra é para os geômetras. Em uma palavra, as linguagens são apenas métodos e os métodos são apenas linguagens. Consequentemente, se os geômetras conheceram o progresso apenas na medida em que aperfeiçoaram seus métodos; a mente de um povo só será progresso na medida em que aperfeiçoar sua linguagem: e assim como a imperfeição dos métodos põe limites à arte de calcular, a imperfeição da linguagem põe limites à arte de pensar.] (Real Academia de Ciências De Lisboa, 1793, p. I-II)

⁵¹ Condillac *paud* Torres (1994, p. 464): “*Qu'est-ce que la grammaire? C'est un systeme de mots qui represente le systeme des idees dans l'esprit, lorsque nous les voulons communiquer dans l'ordret avec les rapports que nous apercevons.*” [livre tradução: “O que é gramática? É um sistema de palavras que representa o sistema de ideias na mente, quando queremos que elas se comuniquem em ordem com as relações que percebemos.”]

a Bacellar como “atento seguidor de Port-Royal”. Cabe mencionar ainda que sua epígrafe era formada pela já comentada citação de Voltaire (1694-1778) – no original francês – sobre as qualidades gerais de uma língua. Das quais sua interpretação destaca “a maior regularidade das palavras e suas significações”.⁵²

A *Epitome da grammatica portugueza* de Antônio de Morais Silva (1755-1824), concluída em 1802, publicada individualmente em 1806 e anexada à segunda edição do seu dicionário em 1813, não possui maiores adjetivações qualificativas no título. Assim mesmo, reconhece uma subdivisão entre *gramática universal*, que “ensina os métodos e princípios de falar comuns a todas as línguas”, e *gramática particular*, que “aplica os princípios comuns de todos os idiomas ao nosso”. Que por sua vez denotam uma alteridade teórica: “propus-me nesta Gramática dar-te ideias mais claras e exatas do que comumente se acham nos livros deste assunto que tenho visto no nosso idioma”. Mais especificamente, não abordaria apenas as “partes elementares da oração” – “quase todos os gramáticos que tenho visto engrossam os seus livros com conjugações” –; mas analisaria as suas “regras de composição” – “eu cuido que te expliquei esta parte da gramática com assaz curiosidade” (1813, v. 1, p. I). Segundo Polachini (2018, p. 348), “Morais Silva autopercebia-se em um período de transição, no qual ele se via responsável por romper com modelos antigos”. Contudo, enxerga certo “ecletismo” em sua obra, “um ponto de vista híbrido, em que se procura explicar a língua portuguesa com base em princípios sua universalidade ao mesmo tempo em que há intenção apresentar a língua usada pelos [clássicos] que melhor falam” (Polachini, 2018, p. 170).

Nesse jogo entre regras gerais e elementos particulares, Morais Silva (1813, p. III) define que “a Gramática é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras”, cujo objeto trataria tanto da “sentença”, que “ensina a fazer proposições, ou sentidos perfeitos”, quanto “das diversas partes de que elas se compõem”. Concebida como “quantidade de som articulado que significa algum conceito”, a função da palavra, numa “língua analisada e discursada”, tal qual almejada por Morais Silva, significaria: “1º os objetos que se apresentam à nossa alma, coisas ou suas qualidades; ou 2º o que ela julga, afirma e quer acerca

⁵² Voltaire *apud* Bacellar (1783, p. II): “*Le plus beau de tous les langages doit être celui qui est à la fois le plus complet, le plus sonore, le plus varié dans ses tours, et le plus régulier dans sa marche; Celui qui a le plus de mots composés, celui qui, par sa Prosodie, exprime le mieux les movemens lents et impetueux de l’ ame, celui que ressemble le plus à la Musique. Le Grec a tous ces avantages.*” [Livre tradução: “A mais bela de todas as línguas deve ser aquela que é ao mesmo tempo a mais completa, a mais sonora, a mais variada em seus giros e a mais regular em sua marcha; aquele que tem as palavras mais compostas, aquele que, pela sua Prosódia, melhor exprime os movimentos lentos e impetuosos da alma, aquele que mais se assemelha à Música. O grego tem todas essas vantagens”].]

deles; ou 3º as correlações, que ela vê entre eles; e entre os juízos que forma deles”. Ricardo Cavaliere (2006, p. 541) destaca a opção de Morais Silva por uma “sintaxe analítica” como método de descrição da língua vernácula, por oposição ao antigo modelo latinoportuguês.

Sua epígrafe – também em francês – era de fato uma citação de Condillac que reprovava a gramática latina e pregava uma análise voltada para a ligação entre as expressões e os elementos do discurso.⁵³ Somada à adoção de outros pontos relevantes para o regime linguístico moderno, Clotilde Murakawa (2006, p. 59-60) utiliza essa citação para defender Morais Silva como autor de “uma obra inovadora, com fundamentação lexicográfica e gramatical própria e de acordo com o pensamento iluminista que circulava em seu tempo”. Além dessas passagens que, conforme aponta Maria Helena Santos (2015, p. 93), “estribam-se, plenamente, no pensamento de Condillac”, Morais Silva fundamentava seus argumentos em ideias expressamente retiradas dos verbetes de Du Marsais e Beauzée na *Encyclopédie*, ou do *Hermes* de James Harris (1796). Maria Filomena Gonçalves (2006, p. 154) reconhece nele ainda a repercussão de Port-Royal, que, no entanto, “não se contentou com a transposição das novidades da gramática geral francesa para a portuguesa”.

O dicionário de José da Fonseca (1788-1866), de 1829, não possui uma gramática, e a revisão que Roquete (1801-1870) faz em 1848, limita-se a incluir listas com regras para formação de plurais, superlativos, terminações femininas e conjugações verbais, estas incorporadas na primeira edição de 1849 do Eduardo de Faria (1823-1860). Da mesma forma, a *Introdução grammatical* que Francisco Arthur da Silva (?) insere na sua quarta edição portuguesa (1858, v. 1, p. I) define simplesmente que “gramática é a ciência que trata dos elementos das línguas”, subdividida em *geral e particular*. Sendo que a primeira não vai além da “ciência dos princípios gerais e comuns a todas as línguas”, por oposição àquela que seria “a arte que ensina a falar e a escrever sem erros qualquer língua em particular”. Na quarta edição brasileira, Eduardo de Faria (1859, v. 1, p. XXXIX) já indica ter extraído seu *Resumo da gramática portuguesa* da obra de Solano Constâncio (1777-1846).

Ele se referia à *Grammatica analytica da lingua portuguesa*, de 1831, que partia do pressuposto de que as línguas “têm regras invariáveis, as quais derivam da relação natural que

⁵³ Condillac *apud* Morais Silva (1813, v. 1, p. I) : “Nous avons compliqué nôtre Grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'après les Grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu' autant que nous rappellerons les expressions aux élémens du discours”. [tradução: “Complicamos nossa Gramática, porque desejamos fazê-la de acordo com a Gramática Latina. Não a simplificaremos até que retomemos a ligação entre as expressões e os elementos do discurso” (Polachini, 2018, p. 140)].

existe entre as nossas sensações, ideias e pensamentos, e por conseguinte entre as vozes com que os exprimimos”. Dessa forma, apesar de suas diferenças aparentes, “nota-se entre as mais delas grande conformidade de estrutura” e “os mesmos elementos intelectuais”. É por isso que seriam “pouco numerosos”, segundo Constâncio, “os sistemas de linguagem natural que servem de base às diversas famílias de línguas conhecidas”. Em suma, “todas as línguas têm em comum regras ou princípios que constituem a gramática geral analítica” (1831, p. 01-02). Esse conjunto de definições leva Maria Helena Santos (2015, p. 87) a compreendê-lo “sob a influência de Condillac e, portanto, na linha do pensamento filosófico lockiano”. Como apontara Schafer-Priess (2002, p. 167), “com a ideia de que a língua é a expressão do pensamento, e este o resultado da percepção sensual, Constâncio adota a teoria linguística sensualista, representada sobretudo por Condillac e os ‘Idéologues’ franceses”.

Entretanto, não são raras as passagens em que sua gramática se fundamenta antes em descrições históricas das “numerosas semelhanças e analogias” entre as famílias de línguas, do que a partir de análises puramente lógico-filosóficas: “isto se verifica comparando as línguas da família arábica com as sanscricas, e as dos indígenas de quase toda a América com as precedentes” (Constâncio, 1831, p. 02). O *Resumo da grammatica portugueza* que complementa o seu dicionário (Constâncio, 1836, p. VII) teria sido “em grande parte extraída” dessa obra precedente, porém “melhorada em alguns artigos”. Entre os acréscimos, destaca-se a referência às distinções que Schlegel (1772-1829) propõe entre línguas *sintéticas*, cuja origem “se perde na mais remota antiguidade”, e as línguas *analíticas*, que “são de criação moderna e formadas pela decomposição das sintéticas”. No entanto, apesar de demonstrar conhecimento desses estudos, Solano Constâncio (1836, p. X) parece ainda não aderir de modo contundente aos métodos da linguística comparada: “não posso admitir esta distinção e não vejo razão para adotar as denominações *sintética* e *analítica*”. Assim mesmo, Maria Helena Santos (2015, p. 92) percebe nele um “conhecimento – ainda limitado – de resultados de aplicação às línguas naturais de um método histórico e comparativo de análise linguística”, que em Portugal só seria retomado décadas mais tarde por Augusto da Silva Dias, em 1870.

Schafer-Priess (2002, p. 161), por um lado, também entende esse deslizamento dos métodos dedutivos aos indutivos como um princípio da ciência linguística que, ao longo do século XIX, se irradiava desde a Alemanha, sobretudo com as descobertas realizadas acerca das línguas indo-europeias. Segundo sua leitura, é comum os gramáticos portugueses desse período “mostrarem indícios da linguística histórico-comparativa sem fazerem, no entanto, parte dos

representantes típicos” (Schäfer-Priess, 2002, p. 165). Por outro lado, explica que o caráter estático e universalista das análises gramaticais já havia sido relativizado pelos sensualistas, como Locke e Condillac, que mesmo mantendo-se “no quadro teórico da *Grammaire Générale*”, introduzem “uma componente histórica, especulando sobre a origem e a evolução da língua em geral”. Esse seria o caso de Solano Constâncio, que apesar de se situar nessa corrente, “distancia-se, às vezes consideravelmente, dos seus postulados quando se trata da descrição concreta das línguas” (Schäfer-Priess, 2002, p. 169-170).

A autora reconhece na tese de Constâncio sobre a origem das línguas, por exemplo, uma afinidade não apenas com as ideias de Condillac, sobre o conjunto limitado de sons instintivos e inarticulados da linguagem de ação, que no processo de desenvolvimento de um idioma combinam-se para formar vocábulos miméticos e significativos; mas também em relação à teoria etimológica de Horne Tooke (1736-1812) – expressamente citado – que buscava justamente recuperar, nos repositórios das línguas antigas, essas raízes semânticas originais (Schäfer-Priess, 2002, p.168). A mesma perspectiva se faz presente na gramática de Manoel Dias de Souza (1753-1827), neste caso atribuída a Court de Gébelin, mas que Santos (2015, p. 86) reconhece igualmente em Charles de Brosses (1709-1777). Bacellar (1783, p. IV-V) também estava “persuadido que todas as Nações conservaram sempre as etimologias, ou todas as letras, que os vocábulos tinham nas línguas de que os tiraram para os seus idiomas”. Para ele, “não há outro modo de aproximar os idiomas à regularidade científica, do que decompor analiticamente as palavras que haviam derivado das combinações e recombinações desses radicais semânticos mais elementares”.

Na verdade, nessas gramáticas podem ser encontrados tanto elementos descritivos e prescritivos do português que recorrem ao modelo latino, o que poderia ser interpretado como a continuidade de uma tradição, quanto indícios de uma crescente historização da língua, que por sua vez poderia ser entendida como a antecipação de um novo domínio científico que, entre esses lexicógrafos, parecia ainda não estar totalmente aderido ou disponível. O fato é que, fatores tão basilares, como a descendência românica ou a sua dimensão temporal, são aspectos por demais incontornáveis para ficarem fora de qualquer reflexão sobre a língua portuguesa. Ainda que, a depender do regime epistemológico em vigor, a eles possa ser atribuída maior ou menor relevância, e até distintos significados. Assim, há todo um arcabouço intelectual latinoportuguês que mantém, até certo ponto, sua importância nesse outro contexto que se configurou a partir do final do século XVIII. Ele é representado por autores nacionais e

estrangeiros, antigos e modernos, que continuam sendo citados, sobretudo no subcampo daquilo que se convencionou chamar de *gramática particular*. Conhecimentos ainda passíveis de ser evocados para corroborar alguma tese específica, mas também para serem apenas refutados. Reprovação que, contudo, não resultava necessariamente de uma contradição entre um modelo obsoleto e os novos pressupostos teóricos que se instalavam. Isso poderia sim – e costumava – acontecer, mas havia também a replicação de querelas e polêmicas escolásticas e renascentistas, e até a possibilidade pontual, porém idiossincrática, de uma formulação original.

Sobre a historicização da língua, os estudos etimológicos praticamente abrem um campo à parte, que apesar de relacionado às teorizações gramaticais e lexicográficas mais gerais, possui sua própria história de métodos e procedimentos. Para a episteme clássica, Foucault (1999, p. 146-147) explica que o caráter natural e ao mesmo tempo arbitrário da linguagem faz conceber um momento designador primitivo, que substitui a reação fisiológica espontaneamente provocada pela impressão de uma exterioridade designada, através da convenção de um signo de permanente capacidade designativa, que por sua vez pode ser recuperado pelo estudo das raízes. Doutrina aplicável, como vimos, à gênese da linguagem narrada por Condillac, mas igualmente compatível com a teoria etimológica de Horne Tooke, ambas encontradas em Solano Constâncio. Em relação à escola histórico-comparativa propriamente dita, que começa a se irradiar a partir da Alemanha já no início do século XIX, a citação isolada de Schlegel indica não haver seu total desconhecimento pelos gramáticos portugueses, ao menos por parte de alguns deles. Mas a ausência de referências a este e a outros representantes dessa corrente nas demais obras, somada à refutação que Solano Constâncio faz da única ideia mencionada, sugere que a questão não era apenas de disponibilidade epistemológica, mas também de uma recusa deliberada. Cenário que só viria a ser alterado, em Portugal e no Brasil, na altura das décadas de 1870 e 1880.

O que fica evidente é que, desde por volta de 1770/1780 até a data dessa outra viragem, houve, nos estudos do idioma português, um predomínio dos métodos racionalistas e empiristas de origem francesa, ancorados no domínio daquilo que foi designado como *gramática geral*. As gramáticas publicadas nesse intervalo de aproximadamente cem anos se valem de uma série de conceitualizações operatórias, enunciam todo um arcabouço de princípios teórico-filosóficos, e citam um conjunto de pensadores pertencentes a uma tradição que ainda não estava presente em Bluteau, no início do século XVIII, tampouco se fazia disponível aos demais intelectuais latinoportugueses dos séculos XVI e XVII. E que não mais gozaria do mesmo

prestígio pelos linguistas do final do século XIX. Com algum deslizamento cronológico – de aproximadamente um século – esse período representa o levante e o poente, no âmbito da língua portuguesa, daquilo que Foucault classificou como *idade clássica*, que por oposição à episteme renascentista, que lhe antecederia, e a moderna, que lhe sucederia, dominou o saber ocidental – ou das “nações mais cultas da Europa” – entre meados do século XVII e o final do XVIII.

A inédita relação entre tempo e linguagem que se estabelece nesse novo regime, assim como a historicidade intrínseca à *epistémê clássica*, poderia ser aprofundada a partir de Foucault, sobretudo no que diz respeito à correlação entre o paradigma representacional e a analítica da imaginação, que por sua vez sustentam os sistemas de classificação e taxonomia tão característicos desse episódio da história da ciência. Ou à teoria da derivação e as dimensões espaciotemporais acionadas pelo método analítico. Poderiam ainda ser perscrutados muitos pressupostos característicos da concepção de linguagem comportada pela *gramática geral*: as decomposições analíticas e recomposições sintéticas entre proposições, palavras e discursos; as formas de subdivisão e nomenclatura das partes essenciais de uma sentença; o privilégio dado à função afirmativa do verbo; os limites ontológicos da qualidade substantiva atribuída ao verbo *ser*; e, finalmente, a metafísica que funda uma generalidade do *nome*, seja na redundância substantiva da substância singular, seja na articulação dos adjetivos que nomeiam as qualidades acidentais, porém universais, que a elas possam ser atribuídas.

Todas essas questões poderiam ser discutidas ou exemplificadas a partir de passagens retiradas das gramáticas portuguesas publicadas entre o final do século XVIII e a década de 1870. O exposto até aqui, no entanto, é suficiente para demonstrar que esse período esteve sob a égide da *episteme clássica* e, por extensão, da concepção de que “as ciências são línguas bem-feitas na mesma medida em que as línguas são ciências incultas” (Foucault, 1999, p. 121). Horizonte linguístico que afetaria a prática lexicográfica por quatro vias principais: 1) o surgimento de um novo tipo de dicionário de sinônimos, fundamentado em princípios científicos e filosóficos; 2) a pressão exercida pela univocidade das definições científicas e filosóficas sobre a polissemia dos registros dos dicionários de língua; 3) o desdobramento dos tratados de ciência e filosofia em verdadeiros dicionários de sua própria nomenclatura; e 4) o esboço de uma teoria lexicográfica que defendia um sistema de classificação organizado a partir da raiz semântica das palavras, e não da mera ordenação alfabética dos signos linguísticos.

2.4.3 Pinheiro Ferreira e os dicionários de sinônimos: a língua como filosofia

O último suplemento do dicionário de Rafael Bluteau (1638-1734), publicado em 1828, já trazia anexo um *Vocabulario de synonymos e phrases portuguezas* que, de acordo com o próprio título, serviria “para facilitar composições em prosa e em versos”. Recorrendo a uma tradição antiga que o autor fazia remontar a Cícero, justificava-se que, nele, “o mais eloquente retórico, o mais sutil filósofo, o mais sábio jurisconsulto, o mais profundo teólogo”, poderiam encontrar alternativas para “não repetir muitas vezes o mesmo vocábulo, ou para ornar com a variedade das dicções o seu dizer”. Um horizonte, portanto, mais estético e retórico do que epistemológico. Se os “potentados da literatura”, os “magnates da erudição”, os “mestres professores de soberbas ciências” o viessem a reprovar, como parecia recear Bluteau, seria pela simplicidade de uma obra que apenas recompilava, numa listagem alfabética e abreviada, o que já estava disperso pela nomenclatura. No entanto, não deixava de advertir sobre a impossibilidade da existência de “sinônimos perfeitos, que debaixo de nomes diversos, sempre signifiquem a mesma cousa”, duvidando que “em nenhuma língua se achem termos com esta idêntica semelhança” (Bluteau, 1828, v. 8, p. 57-58).

Na linguagem metafísica de Bluteau, assim como para cada coisa particular deveria haver um nome, cada nome, por sua vez, deveria corresponder a uma coisa *quid fit*. Isso colocava um limite representacional aos *sinônimos* que, uma vez tomados como *homônimos*, se revelariam, na verdade, *equivocos*: “com o mesmo nome significam os *equivocos* cousas diversas” (Bluteau, 1712, v. 1, *s/p.*). Como subterfúgio, entrava em cena uma noção alternativa e ampliada de *epítetos*, “os quais, inda que não sejam sinônimos, significam o mesmo que o nome ao qual se aplicam” (Bluteau, 1828, v. 8, p. 57-58). A partir dessa licença poética, admite-se um tipo possível – ainda que provisório – de sinonímia, que como por antonomásia suspende o fundamento metafísico do nome por outro signo que signifique *quase* o mesmo significante. Na primeira metade do século XVIII, é Bluteau que inaugura essa tradição poético-retórica de sinônimos na lexicografia de língua portuguesa.

Contra essa dimensão estética permanecia, portanto, sempre a ameaça de uma impossibilidade epistêmica que era posta em suspenso, porém jamais esquecida ou superada. Os novos dicionários de sinônimos que em Portugal surgem no início do século XIX, por seu turno, comumente autodesignados “científicos” ou “filosóficos”, têm por objetivo aperfeiçoar a capacidade analítica da linguagem natural justamente iluminando-a a partir desse campo até

então obscuro e pouco cultivado. O trajeto que eles percorrem é inverso: não listar palavras relativamente equivalentes, baseadas numa suposta igualdade de significados que poderiam ser alternados em uma composição artística, mas descrever de modo científico exatamente a diferença entre vocábulos que costumavam ser confundidos como sinônimos.

Ambos os tipos de registros, estéticos e epistemológicos, irão conviver ao longo de todo o século XIX, eles mesmos representando um caso de homonímia em que a própria noção de “sinônimo” poderia suscitar equívocos e exigir diferenciações críticas. No primeiro caso, temos os *Diccionários poéticos* organizados por Francisco José Freire (1719-1773), sob o pseudônimo de Cândido Lusitano (1765 e 1794), além dos *Diccionarios de synonymos* que acompanhavam o José da Fonseca (1788-1866), de 1829, e o Eduardo de Faria (1823-1860), de 1849, seguidores diretos da tradição de Bluteau. No segundo caso, temos as obras comparadas exclusivamente dedicadas a esse fim, como o *Ensaio sobre alguns synonymos*, do Cardeal Saraiva (1766-1845), publicados em 1821, 1824 e 1828, e os *Estudos sobre alguns synonymos*, de Manoel Joaquim Alves Passos (1816-?), de 1840, além do *Diccionario de synonymos* que vinha anexo ao Roquete (1801-1870), de 1848, e das sinonímias comparadas incorporadas nas entradas regulares, como ocorrera de modo sistemático a partir da quarta edição, de 1831, do Morais Silva (1755-1824), e nas versões revisadas, de 1858 e 1859, do Eduardo de Faria (1823-1860).

Anunciando certo paralelismo da “eloquência poética e oratória” enquanto “suprema árbitra” de uma “Nação polida”, em 1765 Francisco José Freire (*s/p*) publicou um tipo de dicionário que ele pressupunha inédito: “eu não sei se a ideia de um tal livro foi em algum tempo intentada, sei que nunca se praticou neste reino, nem em algum desses que hoje mais cultivam as flores da poesia e os frutos da oratória”. Seu *Discurso preliminar*, porém, mesmo reivindicando uma obra “jamais tratada por algum escritor das línguas cultas da Europa”, mencionava, ainda que para delas se diferenciar, iniciativas semelhantes no latim e no italiano. Freire também demonstrava consciência dos limites teóricos de suas sinonímias, sobretudo perante o que chamava de “rigoroso sentido gramatical”, que era por ele admitido, mas logo posto à parte: “damos a cada vocábulo os seus sinônimos, não segundo o rigoroso sentido e significação da nossa língua, mas segundo aquela ampla liberdade que somente sofre a linguagem poética, tendo por verdadeiros sinônimos os que na realidade não o são”. É certo que a novidade autoafirmada deveria conceber diferenças básicas entre seu trabalho e o de Bluteau, o que não o impedia, contudo, que nesse aspecto a justificativa fosse nele buscada: “remetemo-nos neste ponto ao que escreveu o Padre Bluteau no princípio do seu *Vocabulario*

de synonymos e phrases portuguezas etc., prevenindo-se para a mesma censura”. Se sua relação com Bluteau era de diferença, mas também de proximidade, com as definições filosóficas, em contrapartida, era de oposição. Em 1794, partindo dos mesmos pressupostos, Freire conduziu uma segunda edição desse *Diccionario poetico*, revisada e acrescentada em mais de mil artigos.

Somente no início do século XIX, em 1821, Francisco de São Luiz Saraiva inaugurou a modalidade científico-filosófica de sinônimos na lexicografia de língua portuguesa. Cardeal Saraiva, como ficaria conhecido, era sócio da Real Academia de Ciências, de onde alegava ter surgido a demanda e custeamento da obra. Sua justificativa era muito semelhante àquela do dicionário de 1793, admitindo um paralelismo entre progresso nacional e desenvolvimento linguístico-literário: “em todos os tempos parece que a criação ou restauração da literatura e belas-artes tem precedido das ciências severas e exatas; [...] lei que se observa na História das nações sábias” (1821, p. I-II). Contudo, enquanto naquele diagnóstico nada faltaria à língua e à nação portuguesa, senão o devido registro, agora se observa a necessidade de alcançar o “progresso das nações cultas da Europa”. Nessa nova leitura, os “muitos e ilustres clássicos” do passado contrastavam com a ausência “de obras científicas e didáticas em que lhes fosse necessário determinar e fixar com toda a precisão filosófica”. Era esse o objetivo de Saraiva, que afirmava buscar referência teórica em Locke e Condillac. Sua epígrafe era composta por uma citação do filósofo suíço François de Weiss (1751-1818), que advogava uma correlação entre aperfeiçoamento linguístico e os progressos da inteligência nacional.⁵⁴ Nessa perspectiva, Bluteau passa a ser criticado pela “promiscuidade” dos seus registros, com “vocábulos definidos ou explicados uns pelos outros, omitindo totalmente as diferenças” (Saraiva, 1821, p. IV). A primeira edição possuía 180 artigos. Na segunda, de 1824, o número subiu para 214. Um segundo tomo, com mais 200 verbetes, veio à lume em 1828. Todos possuíam cerca de 200 páginas *in-quarto*, reeditadas até o final da década de 1870.

Há uma profunda reciprocidade que marca a prática lexicográfica. Assim, em que pese a ascendência que o Morais Silva exercera sobre os demais dicionários de língua, servindo-lhes muitas vezes de modelo, era comum que a sucessiva ampliação de sua nomenclatura envolvesse, em contrapartida, não apenas o registro de vocábulos inéditos, mas também a

⁵⁴ De Weiss *apud* Saraiva (1821): “*Le premier pas vers la raison devoit être de savoir parler: cela est plus rare qu' on ne pense, et en général, un des moyens les plus directs pour perfectionner l'intelligence d'un peuple, c'est d'épurer son langage*”. [Livre tradução: “O primeiro passo para a sanidade deve ser saber falar: isso é mais raro do que se pensa e, em geral, um dos meios mais diretos de aperfeiçoar a inteligência de um povo é purificar sua língua”.]

incorporação daqueles efetuados nessas outras iniciativas. A sequência de seus prefácios, por exemplo, reconhece que a segunda edição (1813 v. 1, p. VII) foi acrescentada pelas entradas extraídas do dicionário da Real Academia e pelos arcaísmos de Viterbo. Os revisores da terceira edição (1823, v. 1, p. VII) apontam que, além desses dois, haviam lançado mão de “todos os que posteriormente se tem publicado”, valendo-se em particular do bilíngue português e francês de Joaquim Costa e Sá (1740-1803). Foi nesse sentido que, a quarta edição (1831, v. 1, p. VII) informou, sem maiores especificações, ter-se enriquecido com “grande número de sinônimos da língua”. A quinta edição, de 1844, informava se tratar da obra do Cardeal Saraiva, cuja assimilação se completara não apenas com a cópia de todos os sinônimos, mas igualmente do seu glossário de galicismos (*apud* 1858, v. 1, p. IV). Sem contar o grande volume de informações etimológicas transferidas do Constâncio, ou ao menos por ele influenciadas. A sexta edição (1858, v. 1, p. II), advertia que, entre os milhares de aditamentos e correções, vários passavam pelo registro de “significados que faltavam em muitas palavras, e sobre sinônimos”. Como essa obra coloca um asterisco para referenciar os verbetes oriundos do Saraiva, pressupõe-se a inclusão de diferenciações semânticas de outros autores. No Morais Silva, essas sinonímias comparadas não constituíam uma seção à parte, eram sempre acrescentadas como um adendo às entradas dos termos a que estavam relacionadas.

Por outro lado, a raridade da obra do “doutíssimo Bluteau” é o argumento usado por José da Fonseca (1833, p. II-III) para retomar a tradição do seu dicionário de sinônimos, prometendo uma versão aumentada, mas “em volume maneiro e pouco dispendioso”. Listagem sinonímica que passou a ser publicada em anexo às reedições do seu dicionário de língua a partir de 1833. A justificativa teórica, no entanto, Fonseca buscava em uma citação do dicionário poético de Francisco José Freire, ou Cândido Lusitano:

Talvez nos criticará (o leitor) em darmos por sinônimos vários termos que rigorosamente o não são, mas desculpamo-lo, pois não tem lido nos preceitos poéticos, nem observado na praxe dos poetas, que a poesia tem por especialíssimo privilégio (que nunca se concedeu à prosa) o tomar por sinônimas vozes que em rigoroso sentido gramatical não o poderiam ser (Freire, 1765 *apud* Fonseca, 1833, p. I).

Já a obra publicada por Manoel Joaquim Alves Passos em 1840, possivelmente em edição única, como diz o próprio título, tratava-se de um *Estudo sobre alguns sinonimos da lingua portugueza*. A iniciativa, com cerca de 130 páginas em formato de bolso, era confessadamente inspirada nos tratados estrangeiros similares, mas principalmente nos ensaios de Saraiva, julgados como “obra perfeita, mas incompleta”. Procurando antecipar acusações de

“plagiato ou copista”, o autor admitia a reprodução de muitos desses verbetes (1840, p. V-VII). Também buscava justificar seu trabalho na ideia de que seria “a precisão da linguagem a diretora dos progressos da razão humana”. Seu prefácio recorria a um argumento bastante difundido no período: “não há sinônimos perfeitos, por que não podem haver duas línguas numa mesma língua”, ao mesmo tempo almejando uma “precisão exata da significação dos vocábulos” (1840, p. IX). Reconhecia a existência de dois segmentos sinonímicos: o seu, em que “as diferenças parciais das palavras havidas como sinônimas são um recurso indispensável ao filósofo para dar a seus discursos a clareza e o rigor metafísico”; e outro, que diria respeito ao “poeta e orador, que necessitam a miúdo de carregar os traços, moderar e diversificar os movimentos do seu mágico pincel” (1840, p. VI-VII).

Com base nesses mesmos argumentos, Roquete (1848, p. XXI) alterou o título do anexo de Fonseca para *Diccionario dos synonymos, poetico e de epitetos*. Isso para diferenciá-lo do seu novo *Diccionario de synonymos*, com 866 artigos que buscavam “esmiuçar” aos “filósofos, oradores e facultativos”, em suas 550 páginas, “as mais pequenas modificações das ideias gerais, que apenas se distinguem no uso comum”. Ainda que citasse antecedentes antigos e modernos, seu principal modelo na “fruta nova [d]este gênero de escritura” também era a “douta e elegante pena” de Saraiva, porém reconhecendo “que seu trabalho fora um ensaio, e por certo não mui completo nem bem acabado”. Por isso, seu “segundo ensaio” incluía todos os 380 verbetes de Saraiva reformulados, que tanto “contribuíra a um melhoramento real de sua língua”, quanto servira “de testemunho do grande desejo que temos de ver nossa literatura a par da das nações cultas da Europa” (1848, p. XI-XII). O paradoxo de tal trabalho era assim colocado: “alguns querem que, propriamente falando, não haja *sinônimos* [...], pois que as palavras a que se dá este nome, posto que se refiram a uma mesma ideia, a qualificam de distinto modo, e por conseguinte não significam a mesma cousa e não são *sinônimos*”. Ato contínuo, buscava nos autores franceses, sobretudo Guizot (1787-1784) e Roubaud (1731-1791), uma teoria para explicar a origem dos sinônimos e apresentar uma metodologia adequada ao seu registro: “não uma série de palavras soltas acumuladas umas sobre outras, às vezes com pouca relação ou com acepções que nada se parecem, senão um tratado discursado em que se reúnam aqueles termos cujo sentido tem grandes relações e leves diferenças, mas reais” (1840, p. XXI).

A primeira edição do Eduardo de Faria, de 1849, não trazia qualquer teorização acerca do seu *Diccionario de synonymos* anexo, basicamente recompilado do Bluteau e do Fonseca. Na quarta edição portuguesa (Faria, 1858, v. 2, *s/p.*), no entanto, Lacerda a substituiu por um

Diccionario de synonymos com reflexões criticas que, uma vez admitido como “obra impossível em qualquer língua”, também é qualificado como um “ensaio”. Seus registros distinguem os verbetes de autoria própria daqueles reconhecidamente compilados de Passos, Roquete e Saraiva. Buscando se defender das acusações de “plagiato”, explica o caráter cumulativo da lexicografia, que contribuiria para “promover o seu progressivo aperfeiçoamento”. Sobre a existência ou não de sinônimos, ao mesmo tempo em que menospreza tal debate – “donde não vemos que possa vir nenhuma vantagem real” – sente a necessidade de se posicionar: “inclinamo-nos a que os não há, pela razão sabida de que não podem haver duas línguas numa mesma língua”. Com base não em pensadores modernos, mas no estoicismo de Quintiliano, explicava que “o uso tem aplicado diferentes vocábulos à significação da mesma ideia”, algo que exigia crítica: “ou explicando a ideia comum a todos com diferentes relações, ou atribuindo a cada um deles ideias acessórias que modificam a principal, de sorte que não se pode usar indistintamente de qualquer deles com igual energia e propriedade em todos os casos”.

A quarta edição brasileira, coordenada pelo próprio Eduardo de Faria (1859, v. 1, p. III), continuava trazendo anexo o *Diccionario de synonymos* original. No prólogo, porém, entendendo que “não há sinônimos numa língua senão relativamente ao sentido geral dos termos”, o lexicógrafo separa esses “sinônimos simples, isto é, as palavras que em grande número de casos se podem empregar umas por outras, quer para evitar uma repetição sempre desagradável, quer para lançar a variedade nas orações”; do que classificava como “sinônimos comparados”, referindo-se às descrições mais detalhadas de diferenciações semânticas que ele integrara às acepções de diversas entradas, como fora feito no Morais Silva. Nessa obra, em específico, destaca-se a busca de precisão no registro de termos lógico-comparativos extraídos das *Prelecções philosophicas* (1813) de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846).

Não somente as teorizações acerca do estatuto existencial dos sinônimos, recolhidas nos elementos pré-textuais dos dicionários publicados a partir de meados do século XVIII, mas a própria relevância desta outra modalidade de registro lexicográfico, designada *sinônimos filosóficos, cítricos* ou *comparados*, que no âmbito da língua portuguesa surge no início do século XIX e não transpõe o seu final, são emblemáticas da episteme clássica que elas produzem e comportam. Sua condição de possibilidade é, de um lado, o paradigma representacional inequívoco entre as palavras que nomeiam e o recorte metafísico das coisas que são por elas nomeadas; e, de outro lado, o refinamento de um quadro simultâneo que as dispõe num sistema

de *identidades e diferenças* absolutas, que permite uma ciência como taxonomia e uma taxonomia como ciência. Até certo ponto, o horizonte de uma língua analiticamente bem-feita, a partir do cultivo e do melhoramento da língua natural, perpassa os mesmos objetivos – e se depara com os mesmos paradoxos – dos registros sinonímicos: no limite, quando o são, já deixaram de ser. Nesse regime de saber, entre a dicionarização de um tesouro lexical polissêmico e a busca pelas definições unívocas de cada termo, parece haver uma contradição incontornável que, no entanto, os dicionários costumavam contornar. Fosse registrando-as lado a lado, fosse inclusive chamando-as pelo mesmo nome: *sinônimos*. Signos linguísticos ao mesmo tempo iguais e diferentes.

A análise do campo semântico de *identidade*, por exemplo, demonstra que nem sempre a incorporação de uma definição analítica, na condição de um sinônimo comparado, afetava o registro da acepção do mesmo vocábulo no dicionário de língua. Os dois tipos de registros, poético-retórico e científico-filosófico, funcionavam como que a imagem em negativo um do outro. A depender do contexto de enunciação, poderiam exercer maior pressão semântica que pendia para um ou outro lado, mas no geral tendiam a conservar ambos seus espaços próprios de representação. Com exceção às diferenciações mencionadas,⁵⁵ não consta um uso difundido ou o registro particular de *identidade* nos dicionários de sinônimos críticos, que na maioria das vezes utilizam a forma adjetiva para indicar meras similitudes comparativas. Os dicionários de língua, por sua vez, se limitaram a replicar tais definições. A diferença fica mesmo por conta do glossário epistemológico que Eduardo de Faria busca nas *Prelecções philosophicas* escritas por Silvestre Pinheiro Ferreira, obra onde não apenas o princípio da identidade assume uma função epistemológica fundamental, como o lexema *identidade* passa a designá-lo de modo amplo e deliberado.

Se, no Bluteau (1712, v. 1, *s/p*), a diferenciação entre *sinônimo*, *homônimo* e *equivoco* passava preferencialmente pelo reconhecimento do “mesmo” e do “diverso”, contudo sem deixar de recorrer à noção de uma “idêntica semelhança”, no Roquete (1848, p. 366) “*homônimo* é uma espécie de *equivoco* que consiste na identidade do nome”. Mas não necessariamente a mesma coisa, já que “toda palavra *homônima* faz *equivoco*, mas nem todo o *equivoco* é palavra *homônima*” [grifos originais]. Eduardo de Faria (1859, v. 1, p. 1293) também registra que uma *equivocação* consistiria no silogismo de “*dar a uma expressão o*

⁵⁵ *Distincção, diferença e diversidade; concorde e conforme; analogia e similhaça.*

sentido que só compete a outra”. Contudo, tributário da distinção de Pinheiro Ferreira sobre entes simples e complexos, ou sobre *comparar* e *julgar* como procedimento distintos de conhecimento, destaca que um *equivoco* pode ocorrer de dois modos. Por *sinonímia*, “quando com efeito existe uma identidade entre os dois objetos a que pertencem aqueles dois nomes, não da totalidade de suas qualidades (pois que então não haveria *erro*), mas sim e tão somente de uma parte delas”; ou por *homonímia*, “quando os dois objetos não têm de comum senão o nome”. Em suma, *equivocos* (1858, v. 1, p. 444; 1859, v. 1, p. 1293) seriam os casos de “concluirmos da identidade dos nomes, realmente idênticos, a identidade de objetos realmente diferentes”; e *homônimo* (1859, v. 2, p. 341) seria “uma espécie de equivoco que consiste na identidade do nome [...], de modo que toda a palavra homônima faz equivoco, mas nem todo o equivoco é palavra homônima”. O desdobramento ontológico registrado por Faria promove um refinamento epistemológico que perpassa a formulação e a intensificação do uso deliberado de um conceito lógico-filosófico de *identidade*, por sua vez recolhido na obra de Pinheiro Ferreira, uma das mais influentes no cenário intelectual português e brasileiro do século XIX.

Mesmo se tratando da descrição de um sistema filosófico propriamente dito, e não apenas de justificativas teóricas pontuais para trabalhos metalinguísticos, como no caso das gramáticas e dos dicionários, Pinheiro Ferreira (1813, p. 02-04) evoca uma série de princípios que o vinculam, de modo indubitável, ao modelo científico da *gramática geral*: “assim, a *Lógica*, a *Gramática Universal* e a *Retórica*, vêm todas três a não ser mais do que uma única e mesma Arte”. Lamentando o tempo que entendia como sendo de “infância da ciência”, quando a gramática geral e a retórica haviam sido “repudiadas pelos Filósofos, como que também da sua parte prescindirão da Filosofia”, o autor anunciava a alteridade temporal de um regime presente, ao qual pretendia se vincular: “os Filósofos que hoje respeitamos como Mestres assentam suas doutrinas sobre a base de que a *teórica do raciocínio e do discurso* é inseparável da *teórica da linguagem*” [grifos originais]. Portanto, apesar de ministrar e publicar suas preleções entre Portugal e o Brasil justamente no fim da idade clássica, conforme periodização de Foucault (1999), sua obra representa a mais elaborada e original formulação dessa episteme no âmbito da língua portuguesa, onde gozaria de grande influência ao longo de quase todo o século XIX.

Para além de uma noção de *teoria* marcada pelos princípios de causalidade provenientes da mecânica newtoniana; e de um *método* que, em Pinheiro Ferreira, fazia restituir e aperfeiçoar o antigo silogismo aristotélico; os outros três requisitos por ele elencados para que se

constituísse o que chamava de “um corpo de ciência”, perpassavam dois pressupostos básicos. Primeiro, uma “teoria das sensações”, espécie de radicalização do empirismo de Locke (1632-1704) muito semelhante ao sensismo de Condillac (1714-1780); segundo, o paradigma representacional de uma linguagem que fosse capaz de enunciar, univocamente, cada sensação externa e a impressão correlata por ela provocada no espírito, além de poder discursar o raciocínio que ambas tornavam possível. Dessa forma, os *factos* de uma ciência eram compostos pelos seus objetos individuais de observação; a *nomenclatura*, pelos nomes e frases que os designavam com clareza; e o *sistema*, pela sua disposição em uma dada ordem classificatória. Pinheiro Ferreira chega a propor um exercício flagrantemente inspirado na conhecida estátua de Condillac, no intuito de defender que: “*sentir*, ou ter *sensações*, é ter *ideias*; e que, portanto, uma *sensação* é sempre uma *ideia*”. Dessa forma, a exata *definição*, seja das palavras ou das expressões, ela mesma definida como o procedimento de “enumerar as ideias comuns que se costuma suscitar em todos os que dela se servem em semelhante caso”, é elevada à condição de “infalível pedra de toque para conhecer a verdade ou falsidade das doutrinas”. Ou, em outras palavras, como o “fio de Ariadna no imenso labirinto das Ciências” (1813, p. 15-17).

Esse horizonte requer que Pinheiro Ferreira registre uma série de definições filosóficas, no sentido de como à época eram qualificadas a rigorosidade e a precisão semânticas, para cada vocábulo empregado em sua própria filosofia. Grande parte da obra, assim, se converte em um verdadeiro dicionário de sua própria nomenclatura. Isso recobria toda uma terminologia que contemplava os sistemas classificatórios e seus critérios gerais de ordenação, assim como as distintas modalidades de associação entre sensações e ideias, com suas regras e variáveis de relações causais. Como se não bastasse, ao final do livro havia um índice anexo, composto por uma lista alfabética que trazia a definição e descrição dos seus principais termos. Foi especificamente nesse glossário que as edições revisadas do dicionário de Eduardo de Faria foram recolher muitos de seus sinônimos comparados. A justaposição entre lógica e linguagem, entre raciocínio e discurso, havia feito do filósofo um tipo de gramático e lexicógrafo, assim como fizera da lexicografia e da gramática uma filosofia.

Se, por um lado, estes pensamentos estavam muito próximos aos de Condillac, especialmente quando se esforçavam “em mostrar que os princípios dos humanos conhecimentos somente o são as observações analíticas dos objetos da Ciência”; por outro lado, dele se afastavam justamente no que concernia à relevância atribuída ao expediente da *definição*. Segundo explicação do próprio Pinheiro Ferreira, enquanto para ele “são pois as

definições princípios dos nossos discursos, por isso que não há discurso sem palavras”, para Condillac “as definições nada nos ensinam além do que a observação nos mostrara: ou o que nos ensinam são entidades absolutamente imaginárias e quiméricas”. Concepção que, na opinião do português, produziria uma dissociação total entre percepção e linguagem, que por sua vez poderia ser “inteiramente aplicável contra o raciocínio e até contra as palavras”. Para ele, isso cairia em contradição à doutrina que Condillac professava e reivindicava como sendo de sua autoria, de que “as Línguas nada mais são do que análises bem feitas, ou métodos analíticos muito próprios para o descobrimento da verdade” (1813, p. 95-97).

Essa opção de Pinheiro Ferreira pelo cultivo científico da língua, incorria ainda em outra oposição a Condillac. Ao passo que este recomendava a transformação das proposições da linguagem natural em equações matemáticas, aquele buscava demonstrar a “identidade deste modo de discorrer” para com “a arte silogística dos antigos”, injustamente condenada pelo que chamava de “tribunal da Filosofia Moderna” (1813, p. 102-105). O sumário indicava Locke como um dos principais desses pensadores, mas o verbete complementar sobre Aristóteles condenava a reprovação que dele haviam feito “os congregados de Port-Royal, na sua *Arte de Pensar*, e modernamente Destutt-Tracy” (1813, p. 05). Para Pinheiro Ferreira, a “distribuição sistemática das palavras” formulada por Aristóteles ainda permanecia como uma metodologia basilar para as principais concepções lógicas e gramaticais de seu tempo. A partir daí, suas preleções se tornavam basicamente exposições das *Categorias* aristotélicas, que ele mesmo, em outra obra, traduzira para o português, buscando restituí-la livre do que entendia por “absurdos escolásticos”, compatibilizando-a aos procedimentos científicos e preceitos filosóficos modernos (1813, p. 115-116).

Podemos dizer que, o que havia de mais *clássico* no seu pensamento, era uma teoria do signo que compreendia que “as palavras são indispensáveis para distinguirmos as nossas ideias e para executarmos com elas os nossos raciocínios”, sendo, portanto, “sinais por convenção equivalentes aos objetos”, mas que “pela sua simplicidade nos tornam possíveis aquelas operações que sem o seu socorro seriam as mais das vezes impraticáveis”. Apesar dessa ruptura entre signo e significante, à qual Foucault contraporía a contínua similitude entre as palavras e as coisas, típica da epistémê renascentista, o paradigma representacional é o elemento que permite religá-las. Se Pinheiro Ferreira (1813, p. 117-118) o fazia a partir de Aristóteles, era na crença de que “as nossas ideias distribuem-se no nosso espírito em classes, ordens, etc. segundo as afinidades das suas semelhanças, independentemente da nossa imaginação e arbítrio”.

De acordo com as *Prelecções*, Aristóteles assinalara duas espécies de metáforas: o *sinônimo*, quando “com efeito existem entre os dois objetos as qualidades comuns que os seus nomes indicam”, e o *homônimo*, quando “aquela identidade é meramente nominal, sendo inteiramente diferentes entre si as qualidades dos dois objetos” (1813, p. 121-124). Como um *homônimo* era um *equivoco*, já que referia o “caso em que a identidade, mesmo absoluta, dos nomes, não designa identidade de classe”, Pinheiro Ferreira (1813, p. 133-136) insere o termo *unívoco* em substituição a *sinônimo*, deduzindo a “regra geral de nunca jamais empregarmos, para designar alguma ideia nova, expressão anteriormente usada por alguém”.

Em contrariedade à tese corrente sobre a inexistência e a impossibilidade dos sinônimos, defendia que “em todas as Línguas há, nem pode deixar de haver, sinônimos; pois que em nenhuma pode deixar de haver palavras cuja afinidade de significação seja tal, que em *muitos casos, posto que nem sempre*, seja indiferente o servimo-nos desta ou daquela”. Para Pinheiro Ferreira (1813, p. 144-150), “a razão deste erro” residia na própria “má definição desta palavra”, pois “expressões *sempre* equivalentes entre si, pode se dizer que não existem em nenhuma Língua”. Referindo-se à nova modalidade de sinônimos críticos, afirmava que aqueles que faziam tais comparações, “menos para mostrarem o que entre eles há de comum do que para fazerem ver em que diferem, [...] em lugar de darem às suas obras o título de Tratados dos sinônimos, os deveriam intitular Tratados das diferenças dos sinônimos”. Com Pinheiro Ferreira, a perspectiva sinonímica se invertia para, contudo, permanecer no domínio do mesmo regime epistemológico: as palavras eram liberadas da necessária, porém impossível, identidade absoluta entre as coisas que representavam, para passarem a depender, no entanto, de um limiar sempre cambiante de diferença, por mais conscientes que fossem a sua prática classificatória e a parcialidade das novas relações de identidades que reconhecia e possibilitava.

Do mesmo modo, a distinção aristotélica entre *sinônimos* e *parônimos* – ou *cognominados*, na tradução latina de Pinheiro Ferreira – era associada à teoria dos radicais semânticos originários: “em todas as Línguas existe um certo número de palavras, donde todas as outras derivam [...], mas entre todos estes derivados de diferentes ordens há uma significação que lhes é comum com a raiz primária” (1813, p. 175). Ensejo para realizar uma crítica à tradição da gramática latina, afirmando que muitas das “anomalias e irregularidades das Línguas, nada mais são do que outras tantas provas da imperícia ou da negligência dos mesmos Gramáticos, dos quais uns adotaram as Divisões da Língua Latina, por exemplo”. Ou ainda para instalar a conhecida tese paralelista entre língua, literatura e civilização: “a razão entre a cultura

da Língua e a sua perfeição é muito mais forte, do que a que existe entre esta e a civilização nacional, [...] de duas Nações igualmente civilizadas, possuirá indubitavelmente uma Língua mais perfeita aquela em que mais se houver escrito” (1813, p. 180-181).

Dado os sucessivos processos de tentativa e erro acumulados nos atos designativos pelos diversos povos ao longo do tempo, Pinheiro Ferreira (1813, p. 184-185) acreditava, assim como Condillac, “que as Línguas vulgares nos ofereçam mais regularidade, e menos desvios das Leis da Analogia, do que as Nomenclaturas das Ciências”. No entanto, ao passo que Condillac buscava superação analítica substituindo a linguagem natural pela adoção de operações e signos matemáticos, Pinheiro Ferreira insistia no seu cultivo e aperfeiçoamento: “vos tenho recomendado sobre os requisitos tanto de uma Língua, como de uma Nomenclatura bem formada”. É por causa dessa centralidade da função nomeadora e representativa da palavra, que as *definições* se transformam nas “chaves do tesouro das verdades” (1813, p. 272). São elas que desdobram o movimento designativo vertical, entre as palavras e as coisas, no movimento analítico horizontal, de justaposição entre discurso e raciocínio, neste caso silogístico:

Se tomadas várias frases, cuja inteligência seja clara, (quer elas sejam verdadeiras, quer falsas) e nas quais todas se ache uma determinada palavra empregada em um mesmo sentido; pusermos nessas frases, em vez da dita palavra, a sua definição, e isso não alterar o sentido daquelas frases, deveremos concluir que a definição é exata [...] (Pinheiro Ferreira, 1813, p. 272).

Ao passo que, na tradição escolástica que ecoava Bluteau, o principal problema epistemológico passava pelo estatuto existencial dos atributos universais, a “arte de observar” de Pinheiro Ferreira (1813, p. 193) preconizava que, para “todas as expressões aplicáveis a qualquer indivíduo, é forçoso que signifiquem uma de quatro cousas”: “as suas qualidades essenciais”; “as suas qualidades acidentais”; as qualidades que, sendo-lhe acidentais a ele, são essenciais a algum de seus acidentes”; ou “o mesmo indivíduo”. Logo, a todas essas modalidades de comparação poderia ser estabelecida uma relação inequívoca de identidade ou de diferença. Isso porque, na episteme clássica, o lugar privilegiado do saber havia se deslocado dos objetos de conhecimento em si para uma ciência do sistema que os dispunha em quadro. Se quisermos, havia passado da metafísica à ontologia, uma vez que entendamos esta não como uma oposição ou superação daquela, mas como a busca de uma classificação ordenada dos entes plurais que, no entanto, seguem sendo pensados – ou impensados – em termos metafísicos.

Na perspectiva da linguagem, as atribuições de *identidade* e de *diferença* poderiam referir ainda a relação entre uma palavra e a coisa que ela designava, ou a própria relação entre

os vocábulos, na medida em que eles detinham a capacidade reduplicada de representar os seus próprios signos linguísticos. Uma vez superados os erros mais básicos de percepção empírica, os equívocos das nomeações inadequadas, e os homônimos que viciavam o léxico natural bruto, o horizonte do cultivo científico de uma língua natural estaria sempre assegurado pela verdade da necessária harmonia entre a nomenclatura e o sistema. Estabelecida a partir de asserções de identidade *ou* de diferença, a relação entre linguagem e saber era de um juízo falso *ou* verdadeiro, jamais relativizada como subjetividade ou episódio culturalmente circunscrito.

Em certa medida, pode-se dizer que o limite da restituição de Aristóteles pretendida por Pinheiro Ferreira, nos albores do século XIX, passava pela justificação – e por conseguinte na subordinação – que ele precisa fazer dos antigos *tropos* e figuras retóricas à luz do paradigma representacional da linguagem, assim como no ajuste das *Categorias* perante as exigências das novas taxonomias científicas. Isso fazia fincar os dois pés de sua filosofia nos estertores da idade clássica, por mais que ela invocasse a antiguidade do pensamento aristotélico, ou tivesse que prestar contas junto ao pensamento moderno, representado pela crítica kantiana e pelo idealismo de Fichte e Schelling, acusados de “dar a nomes antigos novas e arbitrárias acepções, e revestir de novos nomes ideias triviais” (1813, p. 135):

[...] deixemo-los gozar dentro em si mesmos do prazer de assim se remontarem a uma superior esfera de ideias transcendentais, a uma sublime Filosofia de Razão Pura [...]. Quanto a nós, contentemo-nos com a Filosofia da Linguagem; não malbaratemos o nosso tempo em falar sobre ideias para que não há palavras, e assim limitados a aquelas para que os homens tem convencionado certas expressões, seja o nosso único empenho entrar no sentido, entender, definir essas expressões; ou nós as consideremos cada uma de per si, e desligadas, ou as contemplemos unidas em diferentes frases, e formando diferentes discursos (Pinheiro Ferreira, 1813, p. 467-468).

Pinheiro Ferreira distinguia dois tipos de sistemas classificatórios: o *natural* e o *artificial*. Numa divisão compatível com aquela que Foucault identifica entre as epistemes do Renascimento e da idade clássica, tal distinção perpassava um profundo deslocamento nas categorias lógico-comparativas. Um, avaliado como “o mais agigantado”, era baseado na continuidade compacta e ilimitada das relações de *semelhança*. Seu arquétipo era a antiga *historia naturalis*. Outro, entendido como “um passo progressivo da Ciência”, era fundamentado na segmentação das *identidades* e *diferenças* dispostas em quadros delimitados. Seu modelo eram as taxonomias científicas modernas (1813, p. 287-289). O *sistema natural* “consiste em um certo golpe de vista, que abrangendo os extremos, e progredindo deles para o centro, vai marcando os objetos mais distintos entre si; posto que esta distinção vai ao mesmo tempo diminuindo progressivamente à medida que nos aproximamos do mesmo centro”. O

sistema artificial, consiste em “analisar as qualidades dos objetos da Ciência de que se trata; e depois de as havermos disposto debaixo de uma certa e determinada ordem, passamos a marcar as que cada um dos mesmos objetos têm de comum com cada um dos outros, e as em que difere” (1813, p. 341).

Dos dois, Pinheiro Ferreira decretava (1813, p. 341): “o segundo não só é mais metódico, mas até mesmo o mais próprio para com segurança distinguirmos o que é distinto e identificarmos o que é realmente idêntico entre si”. Contudo, não deixava de lhe acusar estranhezas, como aquelas observadas no sistema zoológico de Lineu (1813, p. 199). Mas era do primeiro, onde “de cada um dos gêneros existe para cada um dos que lhe são vizinhos uma transição gradual que consiste em certas espécies que, além das qualidades próprias desse mesmo gênero, contêm outras próprias já deste, já daquele outro gênero” (1813, p. 165-166), que provinham os maiores inconvenientes. O principal era que, para nele achar o exato lugar de um determinado ente, para “ler na História que tenho diante dos olhos a sua descrição [...], seria muitas vezes preciso discorrer pela descrição de todos eles antes de acharmos aquele que procuramos”. Além disso, “frequentemente aconteceria que, não tendo sido esse objeto observado pelo Historiador que consultamos, debalde leríamos e releríamos a sua História, porque jamais poderíamos ali encontrar o que ele nunca viu nem por conseguinte descreveu” (1813, p. 199-200). Nas *Prelecções philosophicas*, o trunfo dos sistemas naturais residia no “felicíssimo raio da luz” da observância de um tipo específico de atributo, que não sendo mero acidente, tampouco se confundindo com uma característica essencial, porém acompanhando-a com grande regularidade, permitia segmentar famílias debaixo de um pequeno número de rubricas. Era essa noção intermediária, designada *qualidade capital*, que possibilitava dispor com facilidade o ente no domínio de um quadro circunscrito, porém sempre aberto à inserção daquilo que porventura ainda não tivesse sido descrito. Em sua denominação alternativa, Pinheiro Ferreira (1813, p. 200) contrapunha a amplitude *exegética* do sistema natural à eficiência *diagnóstica* do sistema artificial.

Aplicada na prática lexicográfica, a ordenação puramente alfabética dos vocábulos, “curando mui pouco de todas as outras relações que as mesmas palavras podiam ter umas com as outras”, exemplificaria a eficiência dos diagnósticos executados pelo sistema artificial. Os encadeamentos que, por sua vez, “deixando de parte a semelhança ou diferença ortográfica das palavras, atenderam unicamente as analogias dos seus significados e conforme a estes as distribuíram em diferentes rubricas”, corresponderiam à exegese dos sistemas naturais. No

entanto, o desdobramento representativo da linguagem fazia com que os dicionários organizados ainda em função de uma sequência alfabética, mas voltados para o registro daquilo que se acreditava ser o complexo elementar das raízes semânticas originárias, fossem concebidos como mais próximos aos sistemas naturais, porém aproximando-se da perfeição apenas na medida em que progredia a ciência etimológica particular que lhes tornava viável. Sem subordinar um modelo a outro, mas também sem romper com o paradigma representacional da episteme clássica, Pinheiro Ferreira (1813, p. 474-475) ambicionava a composição de um sistema “perfeito”, que distribuísse os radicais, e não as palavras, conforme um sistema natural, ou seja, de acordo com as suas significações, e não com as suas ortografias.

Contra os conhecimentos produzidos pela *gramática geral*, que Pinheiro Ferreira designava *universal* e avaliava como sendo, “talvez, a Ciência que está mais longe de se lhe poder dar uma forma metódica e de se lhe assinarem os seus princípios filosóficos”, projetava-se uma espécie de *léxico geral*. Um tipo de taxonomia etimologicamente fundamentada, mas dependente da concepção particular de etimologia, própria daquele regime específico de saber. Ou ainda uma modalidade “natural” da *pasigrafia* tão almejados pelos intelectuais do período, que sistematizasse o conjunto dos signos universais e estabelecesse relações sinonímicas entre os vocábulos de qualquer língua. Para Pinheiro Ferreira, a chave para realizar tal classificação, para o aperfeiçoamento dos estudos gramaticais e dos registros lexicográficos, residia na disposição de seus elementos sob as dez categorias de Aristóteles. Para a filosofia, como se não bastasse ter que atender às demandas de se converter em um dicionário da sua própria nomenclatura, era incontornável ainda que desenvolvesse uma teorização lexicológica, sempre à luz do vínculo representacional que a idade clássica admitia entre as palavras e as coisas.

2.4.4 O Brasil representado: singularidade nacional e história destemporalizada

Partindo dos pressupostos koselleckianos sobre as realizações linguísticas enquanto produtoras e produtos das transformações históricas, assim como da modernidade como um tipo específico de temporalidade instituído pelo crescente afastamento entre experiência e expectativa, Valdeci Araujo (2008, p. 19) busca descrever a formação do conceito moderno de história no contexto luso-brasileiro a partir do que apresenta como o “processo geral de historicização da realidade”, acelerado e intensificado pelos acontecimentos que perpassam a Independência do Brasil em 1822. A comparação dos escritos de José Bonifácio de Andrada e

Silva (1763-1838), produzidos antes e depois da permanência da Corte no Rio de Janeiro, simultaneamente pensados durante e após a própria estadia do autor na Europa, revela uma tensão nos respectivos quadros conceituais por ele utilizados. Em contraste ao vocabulário herdado do século XVIII, tributário de uma experiência cíclica do tempo, que instalava para a nação portuguesa o horizonte da *restauração* de um passado clássico, Araujo reconhece, no início do século XIX, “um novo momento conceitual”, cujo horizonte é a superação do passado e o uso do “conceito de *regeneração* parece mais permeável ao movimento” (2008, p. 20).

Alguns dos temas abordados por José Bonifácio são aqueles mesmos debatidos pelos gramáticos e lexicógrafos da língua portuguesa. O paralelismo entre literatura e civilização nacional: “o aumento ou decadência das Letras em qualquer Nação é o critério mais seguro para ajuizarmos da sua civilização e prosperidade” (Bonifácio, *apud* Araujo, 2008, p. 33). A suposta desconformidade entre Portugal e as ditas “nações cultas da Europa”, que na imbricação entre história e historiografia da leitura de Araujo (2008, p. 37-38) envolve tanto a experiência e si – “na história europeia foi possível identificar um desenvolvimento linear e progressivo a partir do século XVI, em Portugal, essa mesma história era formada por lacunas e retrocessos” – quanto o seu relato – “em comparação com as demais nações europeias, faltavam a Portugal um grande historiador e uma história filosófica”. A dimensão exemplar e pedagógica do gênero historiográfico: “por trás da arbitrariedade das ações da história existiriam certos padrões que, uma vez identificados, poderiam explicar o passado e prevenir o presente”.

Para delinear as bases epistemológicas do conceito de história que faz predominar o horizonte da *restauração*, Araujo (2008, p. 28-33) profere uma série de enunciados autorizados pela obra de José Bonifácio, mas que revelam também sua afinidade com o pensamento metafísico que reconhecemos em Bluteau, assim como com o sistema filosófico de Pinheiro Ferreira (1769-1846) e os pressupostos que a arqueologia foucaultiana atribui ao período pré-moderno: que “a natureza objetiva do conhecimento é garantida pela própria objetividade da natureza”; que “a estabilidade da natureza serve como pano de fundo fixo a partir do qual essas ‘histórias’ poderiam ser repetidas e ultrapassadas”; que, para “esse método comparativo [...] é o lugar, mais do que o tempo, a unidade fundamental da análise”; que essa espacialidade “organiza um conjunto de representações que se imagina ainda poder totalizar sem que nada de fundamental se perca da ‘imagem’ histórica original”; que “os acontecimentos antigos são apenas informações a serem interpretadas pelo sistema e arrumadas nas prateleiras do museu natural ou nas entradas das enciclopédias”; que a “imagem pode vir do passado, mas cujos

princípios eternos são ditados pela natureza e sua ciência maior, a História Natural”; enfim, “como se a ciência moderna, contra sua própria natureza analítica, fosse capaz de reapresentar um mundo em sua integridade”. Em suma, que, nesse conceito de história, “prepara-se assim um tipo de interesse *no passado*, mas não *pelo passado*” [grifos originais].

Daí por diante, o estudo de Araujo oscila entre a dimensão temporal de um *já*, entendido como a experiência viva de uma crescente “historicização da realidade”; e de um *ainda não*, representado pela ausência de um “conceito moderno de história” que fosse capaz de realizar essas mesmas experiências em termos linguísticos e narrativos. No avançar da obra de José Bonifácio e da geração subsequente de intelectuais brasileiros, por mais que esse movimento tenda à sua realização, não chega a ser por eles completado. É mais ou menos esse o interstício conceitual que gera o horizonte da *regeneração*. Contexto em que, por um lado negativo, constata-se que “o ‘passado’ não é visto como uma dimensão fundamentalmente diferente do presente”. Mas que, por outro lado positivo, permite reconhecer um deslocamento que “parece denunciar aquilo que Koselleck descreveu como o afastamento entre experiência e expectativa nos tempos modernos” (Araujo, 2008, p. 49).

Em José Bonifácio, por exemplo, a crescente demanda por erudição sugere a superação do antigo modelo do historiador como cronista do presente. Isso comportaria, também, uma mudança na relação entre tempo e conhecimento, uma vez que a questão da verdade de sua representação se deslocaria da parcialidade do registro para o privilégio hermenêutico do afastamento heurístico. Entretanto, a ênfase no objetivo de “reunir essas histórias dispersas e preencher as lacunas de modo que fosse possível *apreciar* o passado em um quadro geral” [grifo original], conforme palavras de Araujo (2008, p. 51), guarda uma “óbvia ambiguidade”. Assim como a objetividade e a estabilidade da natureza permitiam a sua íntegra representação em uma *história natural*, a mera compilação desses fatos, sem a necessidade de uma releitura diacrônica, poderia reforçar ao presente a tarefa de apenas organizar os passados já registrados – por seus próprios presentes-passados – em *histórias*. Sua inovação estaria, no máximo, em dispô-las em um sistema de classificação “artificial”, que segmentasse e esquadrinhasse a pluralidade dos fatos de modo diferente – e mais eficiente – do que a continuidade “natural” induzida pelo simples encadeamento cronológico. Araujo (2008, p. 52) cita a busca pelas “leis do desenvolvimento das civilizações e dos povos” para apontar que, em alguns textos de Bonifácio, a “imagem do passado já está em movimento”, onde “interessam menos os quadros individuais, os fragmentos, as épocas isoladas, e mais o desenrolar”. Contudo, a subordinação desse gesto

à inserção de Portugal naquilo que então se entendia por *História Universal*, pode indicar justamente o contrário, na medida em que esta designasse mais o modelo clássico de um quadro geral do que aquilo que entendemos por um conceito moderno de história.

Neste período, como observa Araujo (2008, p. 87), por mais que estivessem passando “por uma profunda reorientação, conduzida pela historicização de diversas camadas da realidade”, vários dos conceitos que compõem o campo semântico de *história*, como *nação*, *civilização* e *modernidade*, “não adquiriram ainda a espessura ‘histórica’ que lhes será atribuída mais tarde”. Podemos dizer que eles eram mais os elementos que determinavam algumas das bordas, dos segmentos, dos limiares de identidade e diferença dispostos pelo quadro, do que o complexo de uma dimensão histórica que o escavasse em profundidade, tornando-se ela própria seu principal fator de organização. Araujo (2008, p. 75) compara essa concepção de tempo com aquela registrada pelo verbete *crônica*, na segunda edição de 1813 do dicionário de Morais Silva (1755-1824): “história escrita conforme a ordem dos tempos, referindo a eles as coisas, que se narram”. Segundo Araujo (2008, p. e 69), “o uso do substantivo plural indica uma percepção mais concreta do tempo, como se fosse um conjunto de pontos em uma tábua cronológica ou, o que era muito comum, o espaço entre as sucessivas dinastias”.

Em contraste geométrico à noção *linear* da temporalidade moderna, costuma-se atribuir um caráter *cíclico* a esse outro modo de conceber o tempo e a história. No entanto, insisto que o mais fundamental é a sua destemporalização. Que nele, a principal dimensão de análise seja uma espacialização que permite dispor todos os fatos – naturais e históricos – em um quadro limitado e estável. Aqui, a passagem do *mesmo* ao *outro*, ainda que ocorrida através do tempo, sempre leva a um lugar pré-definido da grade classificatória, jamais se abrindo para um *tempo novo*, tampouco ensejando uma alteridade reflexiva do *mesmo* como *outro*, que se desenrola em sua própria história. É por isso que, como conclui Araujo (2008, p. 75-76), “no sistema da história universal que Bonifácio tinha em mente, a ordem natural conduzia as sociedades, gradualmente, da barbárie à civilização”. Contudo, fadadas a permanecerem sempre presas às leis das sucessivas degenerações e decadências que retornavam aos graus anteriores dessa ordenação temporal fechada.

Essa temporalidade comportava – não sem alguma diferenciação – a fórmula de Leibniz (1646-1716), tão estranha à experiência moderna do tempo, mas recorrentemente citada por Pinheiro Ferreira (1813, p. 51) e mencionada por José Bonifácio (*apud* Araujo, 2008, p. 96): “o presente está prenhe de futuro”. Araujo recorre a Heidegger, e não a Foucault, para

explicar a ideia do “mundo como quadro e o homem como sujeito empenhado em sua representação” (2008, p. 95-96). Perspectiva que trata de vincular ao modelo científico de “uma gramática geral que atribuisse cada fenômeno um nome próprio e um lugar em um sistema de classificação”, e da qual extrai uma temporalidade em que, na verdade, “não há distância temporal, apenas uma grande unidade ontológica visível a partir de uma perspectiva superior”. Neste ponto específico, sobre os fundamentos do regime epistemológico a que pertenceria a obra de Bonifácio e a experiência de tempo que ela comportava, para pensar o que intitula “os limites do quadro”, Araujo (2008, p. 93) se vale justamente das *Preleções* de Pinheiro Ferreira, para ele o pensador que “apresentou uma das mais vigorosas sínteses do universo conceitual disponível no mundo de língua portuguesa nas primeiras décadas do século XIX”.

À teoria de base mecanicista que estrutura as noções de *conservação*, *perfeição*, *decadência*, *transformação* e *regeneração* na cosmovisão de Pinheiro Ferreira, Araujo (2008, p. 94-96) associa uma prática historiográfica na qual “a tarefa do tempo presente passa a ser a descrição e a organização exaustiva dos fatos”, buscando sistematizar a completude de uma “cadeia hierárquico-causal”, onde “tanto o passado quanto o futuro estariam contraídos nesse instante, seja como desenvolvimento-efeito, seja como causa-potência”. Na interpretação de Araujo (2008, p. 96), a chave para compreender o progressivo abandono dos horizontes da *restauração* e da *regeneração*, no contexto luso-brasileiro, estaria na perda da expectativa de manutenção da identidade daquilo que até então era concebido como um sistema imperial unitário, composto por colônia e metrópole, Portugal e Brasil. Provocada sobretudo pelas rupturas políticas da década de 1820, mas também associada a uma “ideia de aclimação” que projetava a “América como produtora de diferença”, foi a crescente disponibilidade do Brasil enquanto entidade histórica singular que, segundo Araujo (2008, p. 99), possibilitou um cenário onde “novas operações cronológicas foram necessárias para situar esse futuro em fuga em uma cronologia longa e contínua, em que a ideia de desenvolvimento progressivo começa a movimentar o quadro, [...] e o presente se contrai, perde sua força epistemológica”.

No quadro, o novo não caracteriza uma ruptura, uma singularidade irreduzível, mas a realização extrema de um tipo. [Em contrapartida] Tanto um passado quanto um futuro afastado exigem técnicas de perspectivização. O observador está envolvido não de fora, olhando de um ponto de vista universal a partir do qual todos os pontos são equidistantes, mas de dentro do quadro. O relato da constituição dessas técnicas de perspectivização diacrônica é um desafio que deverá ser enfrentado nas décadas seguintes. [...] O esforço de descrição do universo precisaria ser estabelecido em novas bases, e o presente precisaria re-situar a sua identidade para além de si mesmo, incorporando as várias camadas de alteridade que os sistemas passavam a produzir, contrariando todas as expectativas de harmonização (Araujo, 2008, p. 99).

A segunda parte do estudo transfere atenção para a produção dos intelectuais brasileiros do pós-Independência, atuantes sobretudo a partir da década de 1830. Uma geração que testemunha, instala e reage ao contexto de “historicização progressiva do campo discursivo como resposta à experiência de aceleração do tempo e ao desafio de explicar a constituição da nação enquanto indivíduo histórico” (Araujo, 2008, p. 20). Neste período, já se verifica uma progressiva historicização conceitual, como dos termos *nação* e *civilização*, mas que não se aplica totalmente ao conceito de *história* em si. Para este caso, Araujo (2008, p. 121-122) trabalha com a tese de que, por estar vinculado a um “campo semântico sobrecarregado de prescrições e normas retóricas”, o conceito de *história* enfrentou maiores dificuldades e resistências em assumir sentidos que superassem o modelo representacional do sistema e incorporassem uma temporalidade propriamente moderna. Processo que, em contrapartida, acabou sendo deslocado para outras realizações linguísticas, como a emergência de um novo conceito de *literatura* “que, além de designar a necessária representação da realidade, passa a nominar a própria realidade a ser expressa”.

Ao passo que, em José Bonifácio, “a questão da nacionalidade da literatura não se constituía como problema”, nessa nova conjuntura “a existência de uma literatura nacional é tão certa quanto a materialidade dos livros e manuscritos que lhe dão forma”, porém sistematizada a partir de um modelo de histórica no qual “a forma e os procedimentos utilizados deixam pouco a dever às coleções de História Natural” (Araujo, 2008, p. 92 e 108). Seu horizonte parece ainda estar voltado para a ideia de *restauração*, sua temporalidade, ainda baseada no esgotamento cíclico dos tipos dispostos e previstos pela espacialidade do quadro. Trata-se de uma coleção e classificação de exemplares que, por um lado, assim como as gramáticas e os dicionários de seu tempo, estabelecia uma correlação entre o aperfeiçoamento da língua, a civilização da nação e o desenvolvimento de uma literatura artística e científica; mas que, por outro lado, permanecia sempre ameaçada pela irrupção de uma fase de decadência ou degeneração. Para Araujo (2008, p. 114-115), na medida em que o Brasil se estabelecia enquanto individualidade histórica, essa associação necessária entre Estado independente e progresso literário seria um dos fatores que iria aos pouco proporcionar tanto uma inédita experiência linear do tempo, quanto sua realização no âmbito da língua portuguesa: “este tipo de descompasso revela que era cada vez mais difícil conciliar o modelo cíclico com as exigências de uma crescente consciência da singularidade do tempo presente”.

Mas um ambiente onde “a literatura era, e devia ser, a expressão de uma individualidade orgânico-teleológica”, onde ela “assume funções que, na modernidade, seriam atributos característicos do conceito de história”, seria visto apenas no circuito intelectual da *Revista Nitheroy* (Araujo, 2008, p. 120). Especialmente no *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, publicado em 1836 por Gonçalves de Magalhães (1811-1882), verifica-se uma progressiva singularização da pátria, que na equação de Araujo (2008, p. 124-125) demandava uma crescente historicização da realidade e, além disso, “multiplicava a quantidade dos fatos do sistema” a um ponto que “a simples referência a uma cadeia causal ou a leis gerais parecia ser insuficiente para explicar e totalizar esse conjunto virtualmente infinito de lugares e épocas”. Segundo Araujo (2008, p. 125), é aí que entra em cena o expediente da narrativa, mais adequado “para se obter, de um conjunto heterogêneo, uma unidade”, que convertendo a “simples sucessão de uma cadeia de eventos em uma linha temporal com começo, meio e fim, adquiria a figura de um todo e a coesão estético-dramática exigida”. Conforme conclui, “no texto de Magalhães estão reunidos, pela primeira vez, os instrumentos mentais capazes de compreender um fenômeno em seu desenvolvimento progressivo no tempo”, fenômeno este que “só [é] possível pela compreensão plural do tempo aberta pela consciência da simultaneidade do não contemporâneo”, como na fórmula: “o passado nos pertence, assim como nós pertencemos ao futuro” (Araujo, p. 128). Contudo, a exclusão de certos períodos e obras, aliada à imaginação de uma “estrada pelos nossos ilustres maiores aberta, que podemos considerá-la *traçada em caracol* numa montanha, [que] não tocou ainda o seu cume” [grifos originais], leva Araujo (2008, p. 133) a advertir: “ainda é impossível para Magalhães livrar-se totalmente de uma experiência cíclica do tempo, [...] a história é repleta de idas e vindas, acelerações e retardos”.

Sobre o processo de historicização da própria *história*, ou, em outras palavras, da formulação de seu conceito moderno, Araujo (2008, p. 139-140) destaca o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 e que mantinha certa relação de continuidade com a *Revista Nitheroy*, como um lugar privilegiado onde “fabricavam-se novas armas conceituais e ideológicas, e implementava-se um programa ao mesmo tempo político e intelectual”. Araujo (p. 143-147) recorre às distintas formulações de Pocock e Koselleck sobre as características da historiografia moderna para acusar o que apresenta como um “curioso índice das hesitações iniciais do Instituto”, que desde sua ênfase na demanda por erudição e coleta documental, semelhante à proposta da história da literatura de Magalhães – e até em alguns textos de Bonifácio –, opta por “um modelo de História Geral como um grande e

exaustivo levantamento de informações diversas”. Porém, se antes sua epistemologia era dada na relação entre tempo e verdade, seja no registro do presente ou numa interpretação posterior, agora “são outros os instrumentos, assentados fundamentalmente no esforço de estabelecimento e crítica documental” (Araujo, 2008, p. 152). Ainda que permaneça a figura de um tempo que age para destruir documentos e produzir esquecimentos, mas que também possibilita o afastamento necessário à imparcialidade de sua melhor leitura.

O mais importante é que, de acordo com Araujo (2008, p. 155), nesse novo regime “a história e o tempo passam a ser experimentados enquanto dimensões ontológicas autônomas”. Sua tese é de que “a Independência torna-se o marco de uma abertura epistemológica, um evento a partir do qual todo o passado colonial pode ser compreendido como a formação da nacionalidade”. O passado então deixa de ser visto apenas como um acúmulo de fatos dos quais apenas a exemplaridade de alguns interessa, para ser concebido como “o campo de experiências que, sempre iluminado pelo presente, traz a figura total de uma identidade”. Ou seja, a emergência do Brasil enquanto entidade histórica individual requer e possibilita uma releitura do passado, agora reivindicado como *seu*. Com ele, o presente estabelece uma relação que é de identidade e continuidade, no sentido de sua formação, mas ao mesmo tempo de alteridade e ruptura, no que diz respeito à novidade da época aberta pelos acontecimentos mais recentes. Nas palavras de Araujo (2008, p. 160), “o que o IHGB iniciava era a interpretação do período colonial sob a luz de um relativismo histórico, de uma perspectivização que procurava entender os limites de cada época e, ao mesmo tempo, encontrar nelas os precursores do presente”.

Do mesmo modo como fazia a literatura brasileira em relação à portuguesa, o projeto de escrita de uma História Geral do Brasil pelo IHGB consistia, basicamente, nessa apropriação do passado colonial. Porém, a necessidade de alargamento do espaço de experiência que legitimava a nação, também expandia o interesse histórico para um tempo primitivo, anterior à chegada dos europeus. Como aponta Araujo (2008, p. 165), a incessante procura, ao longo da década de 1840, pelas ruínas de uma civilização que tivesse surgido e desaparecido no território brasileiro, indica uma noção de progresso e de civilização que “não é ainda claramente cumulativa, já que ela admite o esgotamento cíclico”. Assim como vimos no modelo da gramática geral, que atribuía às palavras o estatuto de princípios fundamentais de significação, Araujo (2008, p. 169) descreve essa prática historiográfica como a perspectiva moderna de uma “organização teleológica da realidade, [...] cujas partes pretéritas e futuras escapam à apreensão imediata”, mas que era resolvida pela “compreensão do fato histórico como fragmento

semântico desse todo”. Há, portanto, a manutenção de um horizonte epistemológico em que “a positividade dos fatos é transformada em único critério de verdade”, do qual Araujo (2008, p. 187) não deixa de destacar, contudo, a diferença entre a busca de uma totalidade dinâmica, usada como meio de decifrar “o sentido da história”, ligada a uma “compreensão hermenêutica e narrativa”; e a totalidade estática do “sistema” de Bonifácio, entendido como “procedimento suficiente” e “herdeiro de uma concepção de história ligada à crônica e à cronologia”.

Para Araujo (2008, p. 174-181), o projeto de uma História Geral do Brasil, tal qual desenvolvido pelo IHGB, oscilava entre a impossibilidade dos vazios que não permitiam alcançar a completude de um quadro geral dos fatos, e essa possibilidade de compreendê-los como fragmentos semânticos dispostos não em um sistema de classificação, mas sim como elementos positivos de uma solução narrativa na qual “a Independência fora transformada em princípio organizador da história do Brasil, pois estava presente, como ideia, ao longo de toda a ‘nossa história’”. Entre um posicionamento e outro, o significado de *época*, por exemplo, poderia referir um fator eminentemente histórico ou uma mera categoria de ordenação factual: “na diferença entre os dois caminhos, confrontavam-se uma *compreensão moderna de época*, enquanto período histórico com identidade e definição intrínsecas, e uma *compreensão tradicional*, ligada à cronologia, que entendia as épocas como simples marcos temporais” (Araujo, 2008, p. 173, grifos originais). Também a percepção de finitude e as práticas de monumentalização do presente conduzem Araujo a concluir: “não restam dúvidas de que essa geração muito avançou na compreensão da história como processo [...], mas ainda estavam por demais afetados pela experiência do desenvolvimento cíclico das civilizações”.

Na sua interpretação, isso era provocado, de modo geral, pela adesão vacilante das modernas filosofias da história desenvolvidas na Europa a partir do final do século XVIII, mas que, “no Brasil, até 1845, a recepção dessas filosofias é fragmentada e eclética”; e em particular pela ausência de um conceito de *evolução*, o que “tornou a escrita da história uma operação ambígua e complexa, pois apenas por ele seria possível juntar passado, presente e futuro em um progresso linear e sem ruptura” (Araujo, 2008, p. 183-184). Seu estudo utiliza os registros dos dicionários de Moraes Silva e Eduardo de Faria (1823-1860) para demonstrar que, apenas no final da década de 1870, “o conceito de evolução receberá um desenvolvimento plenamente histórico, social e político”. E conclui que, durante esse período, “na verdade, havia ainda certo descompasso entre as novas experiências do tempo, como produtor de singularidade, linear e progressivo, e a herança multissecular de um tempo cíclico” (Araujo, 2008, p. 188).

Thamara de Oliveira Rodrigues estuda esse mesmo contexto histórico, porém na perspectiva portuguesa a partir da trajetória intelectual de Solano Constâncio (1777-1846), que além dos estudos gramaticais e lexicográficos, produziu escritos sobre política, economia e, inclusive, uma *História do Brasil* publicada em 1839. Orientada pela tese de Araujo (2008), a historiadora situa a obra de Constâncio, num primeiro momento, entre os quadros conceituais da *restauração* e da *regeneração*, tributários de uma experiência cíclica do tempo, onde a invasão napoleônica costumava ser associada ao período de degeneração e decadência representado pelo antigo domínio espanhol. No entanto, o ineditismo da transferência da Corte para o Brasil e as decepções provocadas pelo malogro das possibilidades que poderiam ter sido abertas com a ocupação francesa, são fatores que teriam levado Constâncio a adotar, sobretudo após os acontecimentos de 1820, uma *linguagem revolucionária*, que “intensificou a necessidade de distanciamento em relação ao passado”, e que, portanto, “aponta para uma relação distinta com a temporalidade” da *restauração* e da *regeneração* (Rodrigues, 2014, p. 106). No paralelo traçado por Rodrigues (2014, p. 93), seria possível dizer que, “se a Revolução do Porto levou à Independência do Brasil, por outro lado, a Independência (enquanto ainda não) fora um dos fatores decisivos para o vintismo”. Contudo, em Solano Constâncio há uma grande resistência em admitir Portugal e Brasil enquanto singularidades históricas distintas. Mesmo com a separação política, a ex-colônia estaria condenada ao fado da decadência e do atraso que herdara da metrópole. Para Rodrigues (2014, p. 87 e 140), algo que dificulta a concretização de “uma concepção de progresso linear”, e que confirma, no contexto luso-brasileiro, “a modernidade como um fenômeno composto por ambivalências e dificuldades significativas no que tange a tentativa de realinhamento entre a experiência e o horizonte histórico”.

Para além da abordagem geral entre tempo, experiência e linguagem, há pelo menos três outras maneiras com que esses estudos vêm ao encontro dessa pesquisa sobre o conceito de identidade nos dicionários de língua portuguesa. Em primeiro lugar, na forma de um complemento, que ao abordar outros conceitos a partir de outras fontes, auxiliam na compreensão do contexto linguístico do século XIX. Em segundo lugar, porque o fazem em relação a experiências circunscritas, neste caso de natureza política, que extravasa, ao mesmo tempo em que é produzida e produz, o quadro conceitual então disponível. A indicação de uma crescente aceleração do tempo, articulada aos acontecimentos desencadeados pela Revolução Francesa e pela Independência do Brasil, também é fundamental para a compreensão da

diacronia registrada e enunciada pelos lexicógrafos do período. Em terceiro lugar – e num movimento inverso –, as alterações detectadas nas significações de *identidade*, associadas ao modelo da gramática geral e ao paradigma epistemológico representacional da idade clássica, fatores que perpassavam a maioria das realizações linguísticas possíveis, ajudam a iluminar não apenas a reciprocidade das modificações conceituais em questão, mas também a temporalidade específica dos procedimentos científicos que tentavam apreendê-las em sua própria contemporaneidade. Dessa forma, a dimensão metafísica que temos destacado na concepção pré-moderna das histórias plurais, assim como a ontologia de simultaneidades espacializadas que organiza seus fatos, demonstrasse-se uma ferramenta heurística interessante para compreender a prática de um tipo particular de *história geral*, que não se confunde nem à antiga função exemplar e pedagógica da *historia magistra vitae*, nem à temporalização daquilo que viria a ser referido pelo seu conceito moderno de *história*.

Do ponto de vista de uma história intelectual, para justificar que “sua compreensão da história filosófico-pragmática é ainda aquela desenvolvida ao longo do século XVIII”, Araujo (2008, p. 40) observa em José Bonifácio não apenas uma proximidade ao historiador Edward Gibbon (1737-1794), mas também seu débito para com as filosofias de David Hume (1711-1776), Adam Smith (1723-1790) e Voltaire (1694-1778), além de ter dado destaque para a citação de Leibniz. Típicos representantes, segundo Foucault, da episteme que animava a idade clássica. Araujo faz questão de salientar que “José Bonifácio não tinha disponível os mesmos instrumentos conceituais que Hegel (1770-1831) utiliza”, referindo-se ao arcabouço da filosofia idealista moderna. No pós-Independência, a principal influência apontada é o ecletismo de Victor Cousin (1792-1867), que “teria uma rica fortuna entre os intelectuais atuantes na Corte” (Araujo, 2008, p. 105). Como o idealismo era uma das doutrinas que tal escola buscava conciliar, é de se presumir que ele não estava de todo indisponível para essa geração, por mais que permanecesse longe de uma adesão deliberada.

Contudo, fiel à sua tese da maior flexibilidade teórica em relação ao conceito de literatura, é justamente quando aborda esse campo, sobretudo em seu aspecto estético e linguístico, que Araujo se permite inserir notas e comentários que aproximam a postura de alguns dos pensadores luso-brasileiros estudados aos representantes diretos da corrente idealista, ou da linguística histórico-comparada de matriz alemã. Seja para mencionar que: “não é de admirar que a reflexão de Bonifácio seja tão compatível com as que na ‘Alemanha’ estavam em curso com os Humboldts [1767-1835], Schlegels [1772-1829] e outros”, já que seria

“conhecedor da vida intelectual germânica, tendo travado contato com vários intelectuais que realizavam percurso semelhante naquele contexto” (Araujo, 2008, p. 88). Seja para apontar, entre os contribuidores da *Revista Nitheroy*, que a exemplo do que fazia Magalhães, “outros textos da primeira metade do século XIX, parecem operar a mesma ampliação do conceito de literatura — me refiro, especialmente, a Schlegel” (Araujo, 2008, p. 121). Ou apenas para sublinhar as citações presentes nos *Estudos sobre a literatura* de João Manoel Pereira da Silva (1817-1898): “repleto, desde Herder (1744-1803), Hegel, [Duns] Scott (1266-1308), até as referências obrigatórias como Cousin, [Madame] Stael (1766-1817) e [Benjamin] Constant (1767-1830)” (Araujo, 2008, p. 123).

O texto de Heidegger (1997) que Araujo utiliza como referência, *The age of the world picture*, antecipa, em 1938, muitos dos pressupostos da arqueologia que, em 1966, seria empreendida por Foucault em *As palavras e as coisas*. Com destaque para uma definição de ciência que tem sua propriedade essencial no procedimento de dispor [*stellen*] os entes naturais e históricos no limite de um quadro classificatório [*grundriss*]. Foucault se esforça, no entanto, em estabelecer uma ruptura entre o regime de saber dessa primeira modernidade, designada por idade clássica, e a configuração de uma episteme eminentemente moderna, baseada sobretudo na dissolução do caráter representativo da linguagem e na entrada da subjetividade humana no campo do conhecimento. Em Heidegger, contudo, prevalece um sentido de continuidade dessa profunda relação entre saber e representação [*vorstellen*], e o subjetivismo colocado pela emergência do humano como sujeito do conhecimento. O que temos visto, e que defendo, é que há um significativo ganho analítico em admitir a diferenciação foucaultiana, seja para a apreensão da historicidade do conceito de *identidade*, para a compreensão da particularidade dos pressupostos teóricos que orientavam a lexicografia monolíngue e a *gramática geral*, ou para um melhor entendimento do processo de formação da concepção moderna de história.

De acordo com Foucault (1999, p. 169), no sistema de *identidades e diferenças* que fundava a experiência clássica da linguagem, “o discurso ocidental foi o lugar da ontologia”: “quando ele nomeava o ser de toda representação em geral, era filosofia [...], quando atribuía a cada coisa representada o nome que convinha e, sobre todo o campo da representação, dispunha a rede de uma língua bem-feita, era ciência — nomenclatura e taxinomia”. Uma ontologia que, como descreve Heidegger (1997), de fato poderia estar vinculada à questão essencialmente moderna da “imagem do mundo” [*weltbild*], mas que permanecia demasiado estática e espacializada, como atestam os tipos de relação de *identidade* autorizados pelos léxicos do

período, para se aproximar de uma ontologia reflexiva e temporalizada (Heidegger, 2012). Contudo, o registro do sentido jurídico-individual de *identidade*, por exemplo, já indica uma inerente temporalização, que, no entanto, ainda não se realiza em nível linguístico e epistêmico. Fenômeno semelhante à crescente consciência de uma historicização da língua, conferida entre os lexicógrafos, e ao processo geral de historicização da realidade, conforme caracterizado por Araujo (2008), que ainda não se deixavam representar em uma *história* propriamente dita, mas que parecem encontrar realização suficiente em um novo conceito de *literatura*.

Se o avaliarmos em função do conceito moderno de *história*, conforme Koselleck (2019), perceberemos se tratar, sem dúvida, de um singular-coletivo, mas que continua tendo na espacialidade das comparações imediatas do quadro a sua unidade fundamental da análise. O que existe aí de temporal é somente a natureza cronológica das singularidades factuais que, assim recortadas, serão sempre apenas o que são, estáticas. Sua singularidade está no *sistema*, é da mesma ordem que as coisas, ainda não reside em uma *história em si*, que seria fator reflexivo não apenas de sua própria organização, como de ordenação temporal de todas as coisas. Como bem representa Araujo nos títulos de cada parte de seu estudo, trata-se mais de uma “história do sistema” do que do “sistema da história”. As produções do IHGB (Araujo 2008, p. 171-181) revelam as possibilidades já colocadas de se escrever uma *História Geral do Brasil* em termos modernos e temporalizados, mas que ainda não seria capaz, até o aproximar do final do século XIX, de superar todas os limites impostos por uma generalidade que, ao modo das crônicas antigas, demandava a disposição exaustiva dos fatos no espaço simultâneo de um quadro. A resposta metodológica dada por Abreu e Lima (1794-1869) por ocasião das críticas que Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) fizera ao seu *Compêndio da História do Brasil*, publicado em 1843, demonstra que, como os seus colegas da *história natural*, os historiadores dos fatos históricos continuavam sendo, em grande medida, classificadores:

Achava-se portanto feito o meu quadro sinótico das diferentes épocas da nossa história, quando alguém me sugeriu o projeto de um compêndio. Ora, esse primeiro esboço, pela maneira que estava feito, tanto poderia servir para uma história em grande como para um resumo ou compêndio; pois que só faltava preencher os períodos de cada época, colocando os fatos secundários na ordem cronológica, e fazendo-os entrar no lugar e tempo correspondente por meio de uma narração adequada; isto é, obrar do mesmo modo que se tivesse de levantar uma Carta sobre um terreno perfeitamente triangulado (Lima, 1844, *apud* Araujo, 2008, p. 175).

3 NAS APORIAS DA HISTÓRIA: O CONCEITO MODERNO DE IDENTIDADE

3.1 OS DICIONÁRIOS MODERNOS DOS SÉCULOS XIX E XX

A passagem da lexicografia monolíngue-clássica para uma lexicografia moderna ocorre no final do século XIX, por meio de cinco obras principais que dominarão o contexto dos registros de língua portuguesa até pelo menos a metade do século XX, mas que em alguns casos se estendem até o tempo presente. Apesar de sua efêmera vitalidade editorial, o dicionário organizado a partir dos espólios de Domingos Vieira (1775-1857), publicado entre 1871 e 1874, é responsável por estabelecer uma cisão com o modelo da *gramática geral* e instalar uma adesão deliberada aos pressupostos da nova filologia de perspectiva história e comparada, sobretudo pelos elementos pré-textuais escritos por Adolfo Coelho (1847-1919) e Teófilo Braga (1843-1924). O lugar de destaque que Adolfo Coelho ocupa na história das reflexões metalinguísticas da língua portuguesa, desde a relevância de sua gramática publicada em 1868, credencia a inclusão do seu menos afortunado dicionário etimológico, de 1890, no grupo dessas obras de ruptura teórica. No entanto, são as profícuas sequências editoriais do Caldas Aulete (1823-1878) e do Cândido de Figueiredo (1846-1925), respectivamente iniciadas em 1881 e 1899, que exercem maior ascendência sobre os registros lexicográficos desse período. Algo que de certo modo se aplica também à oitava edição do Morais Silva, lançada em 1890/1891, porém com uma influência bem menor do que a verificada por suas predecessoras no regime anterior.

Diferente dessas obras, no avançar da primeira metade do século XX a organização de novos dicionários se justifica cada vez menos por motivos epistemológicos, sendo marcada pela crescente afirmação de uma tradição lexicográfica brasileira.⁵⁶ As sucessivas edições do *Pequeno dicionário brasileiro de língua portuguesa*, por exemplo, trabalho coletivo iniciado em 1938, produzem uma combinação de definições sintéticas, inspiradas particularmente no Cândido de Figueiredo, com a busca sistemática de registro dos chamados “brasileirismos”, como atesta o próprio nome. Algo semelhante ao projeto de Laudelino Freire (1873-1937), publicado entre 1939 e 1944, este, porém, apesar de reconhecer a autoridade de Cândido de Figueiredo, para os itens pesquisados parece estar mais em acordo com as definições do Caldas Aulete. Enquanto isso, em Portugal, entre 1948 e 1952 foi organizado o dicionário geral de Artur Bivar (1881-1946), reconhecidamente compilado a partir da nomenclatura do Caldas Aulete, do Cândido de Figueiredo e da *Enciclopédia portuguesa e brasileira*, mas que visava

⁵⁶ A constituição de uma lexicografia portuguesa não produzida em Portugal ou no Brasil, mas sobretudo nos países localizados no continente africano, será um fenômeno verificado apenas na segunda metade do século XX.

principalmente a edição do seu dicionário analógico, em 1958, justificado pelo emprego do método onomasiológico.

Nos dois lados do Atlântico, a fase moderna se estende, de modo inequívoco até meados do século XX, ainda que as edições portuguesas e brasileiras do Caldas Aulete e do Cândido de Figueiredo avancem até o final do século. Em Portugal, pode-se dizer que esse percurso atinge seu ápice com os doze volumes da monumental décima edição do Morais Silva, entre os anos de 1949 e 1959, com seu amplo caráter compilatório de tudo o que havia sido até então dicionarizado, aliado ao avanço efetivo sobre tesouro lexical da língua portuguesa, com a realização de uma infinidade de novos registros. De certo modo, ela encerra a sequência editorial dessa obra, iniciada ainda no final do século XVIII, em que pese uma versão compactada ter sido reeditada até o ano de 1999. No Brasil, o projeto da Academia Brasileira de Letras, que atravessou praticamente toda a primeira metade do século XX, foi finalmente concluído com a publicação, entre 1961 e 1967, do dicionário que Antenor Nascentes (1886-1972) havia coordenado ainda no início da década de 1940.⁵⁷ Anunciava como modelo o léxico da Real Academia Espanhola, além de fazer referência aos arcaísmos do Morais Silva, aos neologismos do Caldas Aulete e do Cândido de Figueiredo, e aos brasileirismos que Beaugreffe Rohan (1812-1894) havia registrado em 1889.

A fase moderna da lexicografia de língua portuguesa começa, portanto, com os cinco volumes, somando 5.430 páginas de nomenclatura, do *Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*, do Frei Domingos Vieira (1775-1857), publicados entre os anos de 1871 e 1874. Justificada pela “grande superioridade [...] sobre todos os trabalhos do mesmo gênero publicados até aqui, e o descrédito em que eles caíram pelas suas inúmeras lacunas e pelos seus grandes erros” (v. 1, p. 01), esta obra é, segundo Verdelho (2002, p. 40), “a mais

⁵⁷ Ao contrário da lexicografia latinoportuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII, quando todas as obras disponíveis à pesquisa puderam ser de fato analisadas; ou da lexicografia monolíngue-clássica dos séculos XVIII e XIX, quando a seleção das obras relevantes também não apresentou maiores dificuldades; para a lexicografia moderna dos séculos XIX e XX foi preciso recorrer de modo mais efetivo à tradição lexicográfica e lexicológica, conforme apresentado no *prolegômeno*, para realizar as escolhas das obras analisadas. Especialmente para o século XX, é evidente que a quantidade de dicionários não contemplados nesse estudo é muito maior do que aquela que foi contemplada. Para uma visão dessa produção geral da lexicografia de língua portuguesa, ver: DIÉGUEZ, Ignacio Vázquez. Quinientos años de diccionarios en portugués, **Revista de Lexicografia**, Coruña, v. 17, p. 209-236, 2011. Para uma narrativa histórica dessa mesma produção, ver: VERDELHO, Telmo. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, José Horta; PETER, Margarida (org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 2002. p.15-62. Para a apresentação de alguns critérios de escolha, ver: KRIEGER, Maria da Graça; MÜLLER, Alexandra Feldekircher; GARCIA, Andréa Roberta da Rocha; BATISTA, Rosinalda Pereira. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009.

volumosa, de mais trabalho original e mais especificamente linguística, entre a lexicografia portuguesa do século XIX”. Trata-se de uma publicação póstuma, que traz no frontispício a informação de que o “manuscrito original” de Domingos Viera havia sido “inteiramente revisto e consideravelmente aumentado” por um grupo de colaboradores, incluindo Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) e Teófilo Braga (1843-1924), que assinaram respectivamente os dois textos introdutórios, *Sobre a lingua portugueza* e *Sobre a litteratura portugueza*. Entre os elementos revisados, uma advertência preliminar destaca as modificações sinonímicas e gramaticais, o acréscimo de informações etimológicas, o registro de novas entradas e a inserção de “inúmeras acepções das palavras que nem Frei Domingos Vieira nem seus predecessores conheceram ou mencionaram” (v. 1, p. 01). Sua nomenclatura privilegia certo patrimônio literário, buscando abonações em extensas citações dos “bons autores”, possivelmente acrescentadas na revisão e nem sempre aplicadas com metodologia segura e eficiente.

Se a obra de Domingos Vieira teve edição única, o *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza* inaugurou, em 1881, outra importante sequência editorial da lexicografia monolíngue. Seu subtítulo anuncia um trabalho “feito sobre um plano inteiramente novo”, desenvolvido por Francisco Júlio Caldas Aulete (1826-1878), que, no entanto, veio a falecer logo na primeira fase de compilação dos vocábulos, tendo sido então concluído por um grupo de pesquisadores dirigidos por Antônio Lopes dos Santos Valente (1839-1896). Sua apresentação responde à alegada “falta de um dicionário de língua portuguesa que satisfizesse as exigências e necessidades do estado atual a que a levou à sua natural evolução e progresso, e o maior desenvolvimento dos conhecimentos humanos” (v. 1, *s/p*). Tais melhoramentos envolveriam os trabalhos de “definir muita palavra que não estava definida”, de “retificar as definições existentes”, de acrescentar “muitos centos de palavras e frases que não estavam registradas”, de inserir exemplos dos “melhores escritores modernos”, de contemplar a “notação científica nos termos de zoologia e de botânica”, de proceder a “cópia de noções gramaticais”; diferenciais estes que assegurariam à obra “manifesta superioridade sobre todas as outras deste gênero”. Dos dicionários anteriores, critica-se a “falta de uniformidade e coerência”, o “pouco cuidado na revisão” e principalmente a tradição de “copiar-se uns aos outros quase sem critério algum” (v. 1, *s/p*).

Apresentação esta que vinha ao encontro do plano lexicográfico deixado por Caldas Aulete, com sua acusação de que os dicionários portugueses “são maquinalmente copiados uns dos outros”, ainda baseados nos registros quase bicentenários de Bluteau (1638-1734),

realizados “segundo os preconceitos científicos da sua época, e para os mais vocábulos, acepções umas vezes errôneas, outras deficientes, omitindo aquelas a que o progresso os tem aplicado” (v. 1, p. I-II). Através de uma análise comparada, Caldas Aulete busca demonstrar tais deficiências cotejando o Roquete (1801-1870), o Lacerda (1803-1877) e o Morais Silva (1755-1824), considerados por ele “os três vocabulários melhormente reputados e geralmente admitidos no ensino oficial e no uso comum”. Não inclui o Eduardo de Faria (1823-1860) “por ser o mesmo que o de Lacerda” (v. 1, p. V e XIII). Para superar o que chama de “dificuldades filológicas”, Aulete recorre ao expediente das citações, repetindo que “um dicionário sem exemplos é uma casa às escuras”, mas principalmente atualizando os registros em consonância com os estudos linguísticos mais recentes sobre etimologia, ortografia, pronúncia, significação e emprego sintático. Estas reunidas em um “dicionário portátil para a maioria das pessoas que falam a língua portuguesa”, “como ela é hodiernamente”, seja nas inovações da conversação mais geral ou nos neologismos da política e da ciência (v. 1, p. I-V). Para Verdelho (2002, p. 43), essa obra se caracteriza “por uma importante actualização da nomenclatura lexical da língua portuguesa, por um esforço de rigor na utilização e nas referências das abonações, pela informação etimológica e gramatical e por uma cuidadosa classificação das variedades diacrónicas, geográficas e estilísticas”.

A edição original de 1881 possuía 1.913 páginas de nomenclatura. Em 1925, a segunda, “ampliada e atualizada”, elevou esse número para 2.435 páginas, ambas divididas em dois volumes. O detalhamento do plano de Caldas Aulete deixou de ser reproduzido, mas sua autoridade, como afirma o responsável pela nova versão, José Timóteo da Silva Bastos (1852-1939), que também havia colaborado na primeira edição, manteve-se inalterada: “entraram milhares e milhares de novos vocábulos [...]; as novas definições entraram, é certo, no corpo do vocábulo antigo, mas sem lhe alterar o plano; apenas acrescentos” (v. 1, *s/p*). A demanda por uma reedição parecia surgir pura e simplesmente da concorrência de dicionários maiores publicados no início do século XX, que “ao seu cabedal lexicográfico, em comparação com os trabalhos no gênero que vinham surgindo à publicidade, impunha o dever de o alargar”. Consistia, portanto, em uma atualização: “cinco anos passados sobre um Dicionário — quanto mais dez, vinte, quarenta! — bastam a roubar-lhe o seu carácter de atual”. De resto, entendia-se que o *Diccionario contemporaneo* “foi, é, e será sempre um documento de grande valor filológico, gramatical, prosódico e etimológico”. Em que pese o reconhecimento da inerente incompletude ao registro do tesouro de uma “língua [que] vive”, onde “os novos

descobrimentos, nas ciências mormente de aplicação, criam novas necessidades vocabularistas”. Dessa metáfora de “mina inesgotável”, dessa perspectiva que é, acima de tudo, “questão de tempo”, a provocação de que os dicionários vão sendo feitos “uns pelos outros, como os gatos andam pelo cheiro uns dos outros”, já não parece tão reprovável, desde que siga “as publicações de caráter filológico, prosódico, etimológico, a evolução gramatical, em suma, pois só assim se alcançará a ambicionada riqueza do vocabulário” (v. 1, *s/p*).

Um histórico do dicionário Caldas Aulete, escrito para as suas edições brasileiras, explica que a terceira edição portuguesa, de 1948 e com reimpressão em 1952, havia começado a ser “atualizada” por Vasco Botelho de Amaral (1912-1980) e Margarida de Brito Botelho de Amaral (?), trabalho logo repassado ao filólogo Jorge Frederico Guimarães Daupias (1885-1947), que já havia coordenado a quinta edição de 1939 do Cândido de Figueiredo. Mas com seu falecimento, a sua filha, Dulce Daupias (?), foi quem acabou por concluir o projeto (1985, v. 1, p. XI). Também comercializada em dois volumes, essa edição alcançou a cifra das 2.926 páginas de nomenclatura.

A partir de 1958, os direitos editoriais do Caldas Aulete deixaram de ser propriedade exclusiva da Parceria Antonio Maria Pereira, sediada em Lisboa, e o dicionário passou a ser produzido também no Rio de Janeiro, pela Editora Delta. A primeira edição brasileira, portanto, corresponde à quarta portuguesa. Unificação que se acreditava representante de uma “fusão de certo alcance histórico”, buscando “integrar esses dois mananciais do vernáculo”. Seu organizador, o filólogo Hamilcar de Garcia (1913-1991), destaca no prefácio dois “pontos essenciais” que embasaram o novo plano: primeiro, o “duplo ponto de vista português e brasileiro”; segundo, a opção por “respeitar, nas linhas gerais, a escola filológica seguida pelos primeiros autores”, nomeadamente Caldas Aulete e Santos Valente, “guardando assim, sem as desfigurar, a envergadura e a tradição da obra”. Contudo, sem deixar “que esta norma prejudicasse a adoção dos modernos princípios de lexicografia, quais sejam, entre outros, o registro dos aspectos dinâmicos do vocabulário e a atenção constante à função prática de um dicionário”. Sem limitações de tamanho e garantido ter consultado todos os “atuais dicionários da língua, grandes ou pequenos, gerais ou especializados”, além dos “melhores dicionários de línguas estrangeiras”, a ampliação da nomenclatura atingiu a casa das 5.535 páginas, de agora em diante distribuídas em cinco volumes. Com a introdução de 30.000 novos vocábulos e o registro de 280.000 novas acepções, Hamilcar de Garcia estimava que “mais de metade da obra foi reescrita” (1985, p. V e X-XI).

A segunda edição brasileira, de 1964, acrescentou 10.000 novos verbetes e operou cerca de 250.000 emendas de acepções, porém sofrendo uma redução para 4.438 páginas. Quanto aos princípios que orientaram o trabalho, Hamilcar de Garcia, que continua responsável pela obra, afirma: “em linhas gerais, podemos repetir o que dissemos na edição precedente quanto à amplitude da atualização, à revisão das definições, à abundância das citações e ao aumento do vocabulário” (1985, v. 1, p. VI e IX). Princípios que valem também para a terceira edição, de 1974, que apesar da redução para 3.998 páginas, justifica-se pelo aumento da nomenclatura e das abonações: “ampliamos em boas fontes o respeitável acervo apresentado na segunda edição” (1985, v. 1, p. VI). Embora o prefácio de Hamilcar de Garcia, numa esquisita e um tanto anacrônica combinação de surto nacionalista com independência idiomática, sustente que essa edição fora “elaborada segundo um plano mais desinibidamente brasileiro”. Ao mesmo tempo em que reconhece vinculação a uma tradição de valorização do “vocabulário brasílico”, à qual credita pioneirismo a Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1910-1989) e Antônio Houaiss (1915-1999), Hamilcar de Garcia alega estar dando um “passo maior” na direção não apenas do registro “da simples extensão do vocabulário” ou da “riqueza de matizes semânticos”, mas de uma dicionarização da “plena e madura eloquência da fala brasileira, com o seu gênio já enraizado na História” (1985, v. 1, p. VII-VIII). Provavelmente – e curiosamente – não existe uma quarta edição brasileira do Caldas Aulete, e a quinta, de 1985, deixou de trazer elementos pré-textuais próprios, limitando-se à reprodução dos prefácios e das notas editoriais das versões anteriores. Com nova redução para 2.120 páginas, essa edição pode ser encontrada nos formatos de dois ou de cinco volumes (1985, v. 1, p. VI e IX).

As edições brasileiras do Caldas Aulete sempre se apresentaram como “novamente revisadas, atualizadas e aumentadas pela introdução de termos da tecnologia recente, pelo exaustivo registro dos vocábulos usados no Brasil e pela extensão dos apêndices por Hamilcar de Garcia”. Além disso, traziam quatro pequenos textos escritos por Antenor Nascentes (1886-1972): uma breve história sobre a *Origem e evolução da língua portuguesa*, outra sobre a *Expansão da língua portuguesa no Brasil*, uma descrição um pouco maior da *Pronúncia normal brasileira da língua portuguesa*, e uma espécie de apologia intitulada *O que vale o ‘Dicionário Contemporâneo, de Caldas Aulete*. Neste último, Antenor Nascentes (1985, p. XVIII-XIX) defendia que a língua portuguesa possuía dois dicionários, o Moares Silva, típico representante do século XIX, mas que “com o progresso, tornou-se deficiente e mesmo inexato em alguns pontos”; e o Caldas Aulete, seu único “substituto digno deste nome”, que para não se tornar

obsoleto, passara ao longo do século XX por sucessivas atualizações. Ainda que isso envolvesse ampliação de nomenclatura, Nascentes alega que o vocabulário de uma língua não ultrapassa os 100.000 vocábulos, e que muitos das obras maiores, o eram “à custa de variantes, regionalismos, arcaísmos, neologismos sem raízes e até palavras duvidosas”, concluindo que, “o Dicionário Contemporâneo de Caldas Aulete é o melhor dos que há em nossa língua”.

No presente estudo, a primeira e segunda edições portuguesas (1881 e 1925) foram comparadas aos registros da quinta edição brasileira (1985), estes que, para os itens pesquisados, em nada diferiram da edição anterior (1974), verificada a partir de uma reimpressão de 1980. Especialmente para os registros do lexema *identidade*, a sequência editorial de mais de um século do Caldas Aulete revela grande estabilidade semântica. As maiores alterações ficariam por conta da sua total revisão e adaptação ao formato *online* através do *Aulete Digital*, colocado à disposição no ano de 2007.

Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), que já havia colaborado e escrito um dos textos introdutórios do dicionário de Domingos Vieira em 1871, lançou em 1890 o seu próprio *Diccionario manual etymologico da lingua portugueza*. Edição única que deve ter desfrutado de algum sucesso editorial, indicado pelos “milhares” reimpressos estampados na folha de rosto dos seus exemplares. Apesar disso, Verdelho (2002, p. 40), ainda que aponte o reconhecimento de Adolfo Coelho como “um dos introdutores da ciência filológica em Portugal”, não atribui grande importância à essa obra lexicográfica, inserindo-a no grupo dos dicionários práticos e escolares de uso pouco especializado. De fato, sua “prefação” ambiciosa, como sugere o título, um “dicionário resumido”, “que no todo se distingue dos dicionários manuais portugueses existentes, por maior rigor, simplicidade e clareza na maioria das definições e o esforço para conservar fiel aos preceitos do método científico à parte etimológica” (1890, p. V). Assim como seus antecessores, Adolfo Coelho faz um diagnóstico negativo sobre a lexicografia de sua época: “o número de dicionários existentes da língua portuguesa é já considerável, mas faltamos ainda um trabalho largo em que tenham sido aproveitadas de modo tão completo quanto possível todas as fontes da língua” (1890, p. V). Porém, coloca-se mais como um continuador do que como o anunciador de uma ruptura com essa tradição: “é evidente para quem conhece este gênero de trabalhos que não podia deixar de me aproveitar; muitas vezes sem modificação, das definições dadas em trabalhos lexicológicos nacionais e estrangeiros”. Entre os mais utilizados, cita o Bluteau, o Morais Silva, o Solano Constâncio, o Roquete e o próprio

Diccionario contemporaneo de Caldas Aulete, assim como o francês Littré e os dicionários das academias francesa e espanhola (1890, p. VIII).

Também em 1890 e em 1891 foram publicados o primeiro e segundo volumes da oitava edição, “revista e melhorada”, do *Diccionario da lingua portugueza* de Morais Silva. Em princípio, poderíamos esperar uma continuidade em relação à sequência editorial iniciada ainda no final do século XVIII, ela mesma surgida, lembremos, como um trabalho “reformado e acrescentado” do Bluteau. Suas reedições, quase década a década, haviam sempre se apresentado como “recompiladas”, “emendadas”, “corrigidas”, “reformadas”, “melhoradas”, “aperfeiçoadas”, “enriquecidas”, “acrescentadas”, “muito acrescentadas” etc., mas apenas esta última se define como “revisada”. Adjetivações à parte, seus editores são de fato os primeiros a falar abertamente que “não nos limitamos nesta edição à uma cópia servil das anteriores”. A alteração parece advir de conhecimentos relativamente recentes – “aproveitando o progresso e o desenvolvimento da ciência linguística” –, que teriam provocado, como dizem, mudanças qualitativas na obra: “revimos cuidadosamente o trabalho, fazendo com refletido e demorado estudo numerosas alterações, corrigindo-o e ampliando-o de maneira que não lhe poder ser disputado o primeiro lugar em crédito literário e autoridade científica” (v. 1, p. 05).

Por um lado, as modificações efetuadas se demonstram comuns ao fazer lexicográfico, como “o maior cuidado em retirar as definições que tinham menos clareza, ou eram difusas, ou se revestiam de uma forma antiquada e às vezes obsoleta”. Também estão presentes o recorrente avanço cumulativo sobre o tesouro lexical e a atualização que deve acompanhar a vitalidade da língua: “à muitas palavras acrescentaram-se novos significados e aumentou-se o vocabulário com muitos termos novos que o progresso em todos os ramos do saber humano tem introduzido na sociedade culta”. Por outro lado, o parecer sobre à *Epitome da Grammatica Portugueza*, anexa ao dicionário desde a segunda edição (1813), indica uma mudança mais profunda na sua concepção de linguagem. Se os novos editores decidem manter sua reprodução, creditando a ela “o conhecimento profundo da gramática geral e da gramática da língua”, isso se justifica a partir de um ponto de vista que não é propriamente linguístico ou gramatical, mas sobretudo histórico, devendo “valer de muito à consulta dos estudiosos, que acharão um poderoso elemento de comparação entre as antigas e as modernas teorias linguísticas e gramaticais”. Dessa forma, alegam estar “longe de concordar com todas as teorias expostas”, entendendo-as limitadas “ao tempo em que estes estudos eram imperfeitissimamente dirigidos, conservando-se por assim dizer anarquizados” (v. 1, p. 06). Apesar de classificar o Morais Silva como “um

precioso testemunho do percurso da língua, da sua modernização ou constante actualização lexical”, Verdelho (2003, p. 487), assim como os outros estudos lexicológicos, não costuma dar destaque para essa alteração teórica ocorrida na oitava edição (1890). Dieter Messner (2008, p. 33), como dissemos, estabelece um corte cronológico entre a sexta (1858) e sétima (1877), baseado sobretudo na mudança das editoras que as veiculam. Em 1922, por ocasião das comemorações do centenário da Independência do Brasil, Laudelino Freire (1873-1927) coordenaria uma nona edição do Moraes Silva, que na verdade era, conforme sua própria apresentação, um “exemplar fac-similar da edição de 1813”, da “grande obra clássica da lexicografia em língua portuguesa”, acompanhada de “extensa explicação de gramática”.

Em 1899, Cândido de Figueiredo (1846-1925) lançou o *Nôvo dictionário da lingua portugêsa*, cuja capa afirmava compreender, “além do vocabulário comum aos mais modernos dicionários da língua, muito mais de 30.000 vocábulos”. Na sua “conversação preliminar”, o autor faz uma leitura aparentemente positiva da “história dos dicionários da língua portuguesa”, que, segundo sua opinião, excetuando alguns casos, “oferece à nossa admiração, perduráveis monumentos de muito saber, de laboriosas e inestimáveis investigações, de honestíssimo e proficuo trabalho”. Entre aqueles que fariam justiça a essa avaliação, menciona o Bluteau, o Moraes Silva, a iniciativa não concluída da Real Academia e o *Diccionario contemporaneo* de Caldas Aulete. Porém, passa logo a lamentar o fato de que, “sendo cada dicionário geralmente vazado nos moldes dos dicionários que o precederam, sucedeu que a língua andou e os dicionários pararam”. Isso “sem que ao menos tivessem conglobado em vocabulário a maior parte dos tesouros”, tampouco registrado “a esfera da linguagem [que] foi-se ampliando sucessivamente”, seja “por efeito de numerosas derivações internas”, “pela formação e difusão da moderna tecnologia científica, artística e industrial”, “pela permutação internacional”, “pela febre do neologismo” ou “pela necessidade de dar nome a coisas e fatos que nossos avós desconhecaram”. Foi para remediar essa “assombrosa deficiência de vocábulos ou artigos”, que o autor afirma ter dedicado vinte e dois anos de trabalho lexicográfico (v. 1, p. V-VI).

Em detrimento de um formato caro e volumoso, Figueiredo (v. 1, p. XII) opta por uma “índole visivelmente sintética”, praticamente sem citações e com acepções simplificadas, buscando uma obra dividida em dois volumes, “cujo preço a não tornasse incompatível com os recursos pecuniários da maioria do público que lê”. A primeira edição, de 1899, somava mais de 1.650 páginas de nomenclatura, que logo na segunda, de 1913, “essencialmente refundida, corrigida e copiosamente ampliada”, superou a cifra das 2.000 páginas, alegando conter “quase

o dobro dos vocábulos até agora registrados em todos os dicionários portugueses”. Nessa revisão, um preâmbulo fora inserido para ressaltar que o trabalho havia sido “redigido em harmonia com os modernos princípios da ciência da linguagem”, além de estar em conformidade com a reforma ortográfica aprovada pela República Portuguesa em 1911, que teve na sua comissão de pareceristas, dentre outras pessoas, Carolina Michaelis (1851-1925), Francisco Adolfo Coelho e o próprio Cândido de Figueiredo (1913, v. 1). A “conversação preliminar” original fora mantida, apenas com o acréscimo de algumas notas de rodapé. Aos moldes desta, e ainda sob a coordenação de Figueiredo, falecido em 1925, saíram mais duas edições em 1922 e 1926. De acordo com Verdelho (2002, p. 43-44), essa obra “completa o ciclo dos dicionários de acumulação, que se caracterizam pela excessiva valorização da quantidade da nomenclatura”, tendo iniciado com cerca de 110 mil entradas e ultrapassado as 136 mil na quarta edição, publicada em Portugal e no Brasil.

A quinta edição, de 1939, doravante publicada pela Editora Bertrand, suprimiu o prólogo original de Figueiredo. O responsável pela obra, Jorge Daupias (v. 1, p. XIII), justifica que, como um dos principais motivos da revisão era a sua adequação ao acordo ortográfico luso-brasileiro de 1931, “a maior parte das explicações em que o autor do *Novo Dicionário* se expandiu na Introdução das edições anteriores já não tinha razão de ser”. Contudo, no seu entendimento, como “esta muito importa à lexicografia e também à história da ortografia”, fora reproduzida nas páginas finais “a título de documentação para os curiosos ou os eruditos nestes assuntos”. Mas engana-se quem desse movimento deduzir qualquer tipo de ruptura teórico-metodológica. Jorge Daupias (v. 1, p. XIV-XV) faz questão de sublinhar que os princípios lexicográficos do autor continuavam sendo respeitados, seja no modo conciso de efetuar os registros, no recurso aos mesmos termos usados por Figueiredo para definir palavras semelhantes, na opção de indicar as raízes etimológicas sem adentrar a significação, na busca por manter as acepções originais – “salvo em caso de confusão manifesta” –, ou na continuidade de preencher as entradas com exemplificações autorizadas, esforço que já vinha sendo realizado por Figueiredo nas edições anteriores. Citava-se Voltaire (1694-1778): “um dicionário sem abonações é um esqueleto”. Tal qual estampado na folha de rosto, a primeira característica da quinta edição é que ela era “actualizada na grafia”, mas sem esquecer do complemento: “e copiosamente aumentada”. Daupias receava que “tão útil monumento se não podia cristalizar na forma em que a deixou o seu autor, sob pena de passar em breve para o rol das antigualhas”, advertindo ser “indispensável que um dicionário esteja sempre actualizado”.

Os três apresentadores da obra concordavam. Júlio Dantas (1876-1972) evocava a imagem já disseminada do português como “uma língua viva”, como “um organismo em incessante transformação”, onde “a cada momento alguma coisa nasce e alguma coisa morre”, tornando incontornável o fato de que “os seus léxicos, inventários etimológicos e históricos das riquezas vocabulares, envelhecem”. Porque “o afluxo das palavras novas é constante”, porque “a evolução semântica atribui às velhas palavras novos valores”, porque “os regimes ortográficos se sucedem”, e até mesmo porque “os próprios processos e a própria técnica lexicográfica se modificam sem cessar”. Enfim, que o Cândido de Figueiredo era “o melhor dicionário da língua portuguesa; o mais opulento, o mais 'vivo', e, tecnicamente, o mais perfeito”, mas que “a permanência da ortografia antiga desatualizava-a e desvalorizava-a” (v. 1, p. VII). A partir de uma visão histórico-linguística semelhante, Agostinho de Campos (1870-1944) observava que “as novas exigências que o andar dos tempos impôs e obrigam os vivos, com ânimo sincero de fazer perdurar e frutificar ainda a obra dos mortos, a pôr nela a sua mão para alterá-la”. Nesse sentido, “alterar é fazer por conservar, e a adaptação vale como sinónimo de homenagem” (v. 1, p. IX). Tarefa para a qual Rebêlo Gonçalves (1907-1982) endossava a competência de Daupias, que por sua vez insistia: “não somos autor deste Dicionário; limitou-se o nosso papel a reorganizá-lo na ortografia vigente e a enriquecê-lo com vocábulos novos. [...] O que fizemos foi procurar penetrar a psicologia do autor e em tudo operar como ele próprio teria feito” (v. 1, p. X).

Dez anos mais tarde, em 1949, pela altura de sua décima edição, outra revisão precisou ser efetuada por motivos muito semelhantes: o novo acordo de 1945 e a necessidade de atualização perante o *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, organizado pela Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras em 1947. A partir dessa edição, o título do Cândido de Figueiredo foi levemente alterado para *Dicionário da língua portuguesa*, perdendo o adjetivo “novo”, ainda dividido em dois volumes que somavam mais de 2.700 páginas. Isso exigiu que Júlio Dantas (1949) realizasse modificações no último parágrafo da sua introdução, mencionando as mudanças ortográficas aprovadas na conferência luso-brasileira que ele mesmo presidira. Do mais, alegava que “daí não provém alteração substancial da obra, que permanece a mesma”, não havendo assim “nenhum prejuízo, também, para a genuinidade do trabalho de um dicionarista — antes, benefício sensível — resulta do facto da inclusão de novos vocábulos”, que mantinham “a unidade do método lexicográfico seguido pelo autor, com os princípios doutrinários ou com a orientação técnica que presidiram

à sua concepção e realização”. Esse passou a ser o principal elemento pré-textual das versões que se seguiram até pelo menos a 23ª edição de 1986, muitas vezes anunciando a autoridade do prefácio de Júlio Dantas no próprio subtítulo.

Nesta pesquisa, estabelecemos uma comparação entre as duas primeiras edições do Cândido de Figueiredo, de 1899 e 1913, a quinta, de 1939, a décima, de 1949, a vigésima terceira, de 1986, e a vigésima quinta, de 1996. Para os vocábulos buscados, as principais alterações foram verificadas entre a primeira e a segunda edição. A quinta é marcada pela busca de aprimoramento das citações e de indicação das referências das abonações, que em sua maioria já constavam nas anteriores. Entre esta e as versões subsequentes praticamente não há alterações, ao menos para os itens perseguidos neste estudo. A última edição parece se limitar a uma reorganização da microestrutura, sem mudanças no conteúdo semântico.

O primeiro dicionário de língua portuguesa incontestavelmente brasileiro – e não apenas destinado ao mercado brasileiro, ao registro dos chamados “brasileirismos” ou composto por autores brasileiros, ou luso-brasileiros – é o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, publicado pela Editora Civilização Brasileira em 1938. Apesar da intitulação “pequeno”, e de estar concentrado de fato em volume único, que no início mal superava as mil páginas de vinte centímetros, ele pode ser incluído no grupo de dicionários referenciais classificados como “fundadores da lexicografia brasileira” (Krieger *et al*, 2006, p. 176 e 181). Seja pela proposta de registrar as particularidades lexicais brasileiras, pelo prestígio de seus autores, pelo sucesso editorial ou pela abrangência de nomenclatura, que neste caso manteve uma média de 60.000 entradas, permitindo caracterizá-lo como um dicionário de língua padrão. Apresentado como um “trabalho elaborado por vários filólogos” e “a primeira tentativa de um dicionário genuinamente brasileiro”, afirmava-se “enriquecido de grande número de vocábulos novos e aliviado de palavras arcaicas, já completamente em desuso em Portugal e principalmente no Brasil”. O frontispício informava que seu vocabulário estava “redigido nas ortografias simplificada e etimológica”, o que, de acordo com a breve nota editorial que o antecedia, “lhe aumenta a utilidade neste período de transição ortográfica”.

Apesar de não trazer os nomes dos autores, sabemos que a primeira edição foi organizada por Hildebrando de Lima (1904-?) – um dos fundadores da editora Civilização Brasileira –, e Gustavo Barroso (1888-1959), com revisão de José Baptista da Luz (?) e Manuel Bandeira (1886-1968). Segundo Biderman (2002, p. 77), essa versão inicial “tinha 1.045 páginas incluindo mais de 72.000 verbetes, pouco elaborados, contendo informações sucintas

sobre o lema; em geral, apenas a definição”. No ano seguinte, a segunda edição (1939), com 1.084 páginas, já se apresenta como “revista e aumentada” por Antenor Nascentes. A terceira, quarta e quinta edições (1942, 1943 e 1944), definidas como “refundadas, revisadas e aumentadas”, superaram as 1.200 páginas, e, além de Antenor Nascentes, destacam a colaboração, dentre “outros”, do geógrafo Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980) e do linguista Aurélio Buarque de Hollanda.

A sexta, sétima, oitava e nona edições (1946, 1948, 1949 e 1951), que atingem o ápice das 1.300 páginas, aparecem como “inteiramente revisadas e consideravelmente aumentadas”. Principal responsável pela obra, Aurélio Buarque de Hollanda (1951, p. VII) afirma tê-la submetido a uma “revisão rigorosa, não apenas quanto à redação, mas ainda quanto ao método”, além do acréscimo de “numerossimos termos, sobretudo brasileirismos”, como já vinha fazendo desde as edições anteriores. Correções que exigiam, segundo sua avaliação, “alguns esclarecimentos” sobre as opções pelo registro mais abrangente das flexões irregulares, pela manutenção de arcaísmos, pelo acréscimo de homônimos, parônimos, antônimos e principalmente de sinônimos, que ao final das definições fornecem ao leitor “boa ocasião de enriquecer o a seu vocabulário”. O prefácio era seguido ainda da reprodução das “Instruções para a organização do vocabulário ortográfico”, aprovada pela Academia Brasileira de Letras em 1943 e assinada pelo seu presidente, José Carlos de Macedo Soares (1883-1968). A décima e décima primeira edições (1960 e 1964), apesar de “supervisionadas e consideravelmente aumentadas”, traziam os mesmos elementos pré-textuais das anteriores, tendo possivelmente assim permanecido nas treze reimpressões que se seguiram até pelo menos 1987. Seus últimos exemplares indicam estar em conformidade com o acordo ortográfico de 1971 e possuir um “apêndice de palavras e expressões estrangeiras de autoria de Paulo Rónai [1907-1992]”.

Nessa pesquisa, tivemos acesso à primeira edição do *Pequeno dicionário brasileiro de língua portuguesa*, de 1938, à nona edição, de 1951, e a uma das reimpressões (1967) da décima primeira edição, de 1964. Todas elas apresentam variações de registro entre si, tanto na incorporação de vocábulos, quanto na inclusão de novas acepções ou na revisão das antigas.

Como explicaria adiante Austregésilo de Athayde (1898-1993), futuro presidente da Academia Brasileira de Letras, no ato de fundação da instituição, em 1887, não se previa em seus estatutos a missão de organizar um dicionário de língua. Proposta que fora apresentada apenas em 1910 por Mário de Alencar (1872-1925), e que apesar de aceita, não teve andamento efetivo. Em 1924, um de seus membros, Laudelino Freire (1873-1937), que havia acabado de

coordenar a nona edição comemorativa do Morais Silva, voltou a apresentar um plano lexicográfico semelhante. Dessa vez, uma comissão foi organizada, e depois de quatro anos teria chegado a publicar o primeiro fascículo do dicionário (Nascentes, v. 1, 1961, p. III-IV). No entanto, com a dissolução da referida comissão e a paralização dos trabalhos em 1934, Freire acabou executando o empreendimento por conta própria, até sua morte em 1937. Entre os anos de 1939 e 1944, a editora A Noite publicaria os cinco volumes póstumos do *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. A introdução deixada pelo autor (1954, v. 1, p. II) assume que “o surto incessante de palavras novas [...] mostra não ser possível a existência de um dicionário absolutamente completo”, contudo pondera que “há sempre um que é o melhor, ou o mais rico de palavras”. Segundo sua avaliação, na língua portuguesa esse lugar seria ocupado por Cândido de Figueiredo, em quem reconhece autoridade: “sem dúvida o dicionarista que mais ingente esforço despendeu para recolher e abecedar o maior número de palavras novas, dispersas, esquecidas ou ignoradas, chegando a organizar o mais copioso léxico de quantos opulentam o nosso patrimônio lexicográfico”. Assim mesmo, prometia superar essa obra com um “grande aumento de palavras, registrando número de termos simples e compostos que nenhum dicionário jamais atingiu”.

Dado o fato de Morais Silva ter compilado seu dicionário “em Lisboa e Londres, inteiramente estranho à sua terra e à sua gente”, e sem fazer referência ao *Pequeno dicionário brasileiro*, recém lançado no ano anterior, Laudelino Freire diagnostica que, à altura da década de 1930, “o Brasil, país civilizado e de vida mais que quatro vezes secular, ainda não possui o seu dicionário, sendo um dos poucos ou talvez o único nestas condições”. Para ele, o *Grande e novíssimo dicionário* era resultado da “perseverança no desejo de ser útil à minha pátria, dotando-a de uma obra fundamental, que é ao mesmo passo o primeiro livro que toda nação deve ter” (1954, v. 1, p. XIV-XV). De suas qualidades, Maria Tereza Biderman (2002, p. 76) destaca “a riqueza vocabular, com a inclusão de muitas locuções e expressões, neologismos e termos técnicos, além de outras qualidades, como numerar as acepções das palavras-entrada”. Contudo, não deixa de acusar-lhe o problema de “não ter cuidado com a inclusão de vocábulos meramente virtuais e não documentados na língua”. Entre “virtudes e defeitos”, a lexicóloga sugere que a obra “não chegou a ocupar o lugar que poderia ter ocupado, devido talvez ao fato de ser um dicionário volumoso em cinco tomos e, logo, caro, não satisfazendo às condições do momento no que concerne custo de produção e dificuldade de distribuição”.

Sempre dividido em cinco volumes de 28 cm., que juntos somavam mais de 5.300 páginas, a primeira edição do *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa* (1939-1944) se apresentava como “organizada por Laudelino Freire, com a colaboração técnica do professor J. L. de Campos”. Há uma segunda edição de 1954, editada pela Livraria José Olympio, que, no entanto, em termos de nomenclatura, deve ter consistido em mera reprodução da anterior, sem qualquer tipo de revisão ou ampliação. Seu principal acréscimo é indicado do seguinte modo: “enriquece a obra, na atual edição, em apêndice ao quinto volume, magnífica nota do professor Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, fazendo comparação entre os sistemas ortográficos de 31 e 43”. Lembremos que os registros de Freire haviam priorizado a escrita simplificada do acordo de 1931, firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, do qual ele próprio fora relator e ao qual fazia enfática defesa no prólogo de 1954 (v. 1, p. IX-XIII). Seguindo esses mesmos parâmetros, ou seja, parecendo se limitar a uma simples reimpressão da edição original, apenas com atualizações e esclarecimentos de natureza ortográfica, uma terceira edição foi posta no mercado em 1957.

Nessa pesquisa, cotejamos a segunda edição, de 1954, do "Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa" de Laudelino Freire, com a terceira, de 1957, para verificar que, de modo geral, não houve alteração nos registros. O que deve se aplicar também para a relação destas com a edição original, tratando-se assim de reimpressões dela.

Enquanto no Brasil o preço e o tamanho do dicionário de Laudelino Freire pareciam não afetar seu desempenho comercial, a ponto de demandar essas reedições, em Portugal estava sendo preparada outra obra igualmente volumosa, porém que não teria sequência editorial. Trata-se dos espólios deixados por Artur Bivar (1881-1946), publicados postumamente por Manuel dos Santos Ferreira e Maria Vitória Garcia dos Santos Ferreira, sob o título de "Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa". Como indica o nome, seus três volumes de 26 cm se subdividem em duas partes separadas, mas prevendo indexação numérica das entradas para utilização complementar. Os dois primeiros, editados em 1948 e 1952, possuem cerca de 1.500 páginas cada um e formam o "Dicionário Geral", um registro lexicográfico tradicional que reconhece retomar a nomenclatura do "Caldas Aulete", do "Cândido de Figueiredo" e da "Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". O terceiro volume, com cerca de 1.800 páginas publicadas em 1958, diz respeito ao "Dicionário Analógico", organizado em função de domínios semânticos, com breves definições seguidas de um campo composto por sinônimos, antônimos, parônimos, hiperônimos etc. No seu prefácio, Gaspar Machado explica que, em

termos etimológicos, “ainda pode quadrar-lhe a designação de dicionário, porque nas suas páginas ficam, é certo, registradas as dicções”, mas que “em vez do aspecto museiforme que apresentam as palavras no dicionário vulgar, o dicionário analógico anima-as com a vida do próprio pensamento”. Por isso, apresenta-o como um trabalho “absolutamente inédito”, que “pela grandiosidade do seu plano de concepção, é o único em língua portuguesa”, e que “pelo alcance dos seus objetivos, é um extraordinário agente de cultura”. A iniciativa precursora de Carlos Spitzer (1883-?), que no Brasil havia lançado o seu "Dicionário Analógico da Língua Portuguesa", em 1936, é citada, porém julgada de “expansão muito limitada”, que “nem de longe atingia o volume de interesses materiais e espirituais englobados no presente dicionário”. O coordenador e a coordenadora informam que, após a morte de Artur Bivar, o trabalho de mais de vinte anos que ele deixara “apresentava já uma forma segura que permitia a conclusão da obra sem fugir às diretrizes e aos objetivos traçados”. E comprometiam-se: “nessa conformidade coube-nos, principalmente, a tarefa de completar em pormenor, mais na forma do que no pensamento, pequena parte do vastíssimo material carregado”. Na história da lexicografia, Telmo Verdelho (2002, p. 45) destaca o “escasso aproveitamento” desse dicionário, “não obstante a sua originalidade”.

Nesse mesmo período, Augusto Moreno (1870-1955) comandava, desde 1949, um projeto ainda maior e mais audacioso: a décima edição “revista, corrigida, muito aumentada e atualizada” do "Morais Silva". Até o ano de sua morte, em 1955, foram publicados, praticamente ano a ano, os primeiros sete tomos. Depois disso, os trabalhos foram assumidos por José Francisco Cardoso Júnior (?), que até 1959 lançaria os cinco tomos restantes do "Grande Dicionário da Língua Portuguesa", chegando a um total de doze volumes de 26 cm, com mais de 14.400 páginas e cobrindo uma nomenclatura de praticamente 307.000 entradas. Este empreendimento constitui, segundo Telmo Verdelho (2002, p. 46) “uma das últimas e, até ao momento, a mais importante realização da dicionarística portuguesa”, da qual destaca como “aspecto mais meritório”, a “textualização sistemática e medianamente rigorosa do léxico português, variando e referenciando as abonações, recolhidas num alargado patrimônio escritural pancrônico, em que abundam também os autores modernos, portugueses e brasileiros”.

Seu prefácio (1949, v. 1, p. 13-16) reconhece que, se de um lado o dicionário de Morais Silva “é ainda hoje, pelo que toca à exatidão de significados, diversidade de sentidos e segurança e riqueza de abonações clássicas, o mais autorizado dos que possuímos”, de outro

lado ele constitui “um verdadeiro caos ortográfico e prosódico, com esdrúxulos inadmissíveis [...], etimologias impossíveis em luta aberta com as leis fonéticas, sem contar com as grandes e graves deficiências e inexatidões no registo e definição do vocabulário científico”. Para seus editores, com exceção das três primeiras reedições que contaram com a participação de Morais Silva, “ nenhuns melhoramentos o têm até hoje beneficiado nas posteriores, muito ao contrário”. Dentre outros objetivos, o novo plano contemplava a “atualização rigorosa da ortografia e da prosódia”; a “emenda das etimologias evidentemente erradas”; a “ampliação e acertamento do vocabulário científico”; e a “extensão da abonação clássica também aos escritores modernos, principalmente dos séculos XIX e XX, e tanto de Portugal como do Brasil”. Dessa forma, seja em relação ao “pecúlio de brasileirismos” ou das “formas arcaicas e quinhentistas”, garantia superar “qualquer dicionário da nossa língua, quer dos publicados em Portugal, quer na Pátria-irmã”. Sobre a gramática, optou-se pela supressão do epítome original de Moares Silva, “já porque o lugar próprio da Gramática não é o vestibulo de qualquer léxico, já porque a doutrina no mesmo Epítome expendida se encontra quase toda ela inteiramente antiquada”.

Apesar do sucesso comercial, a obra não passou por qualquer reedição integral. Uma versão menor, designada "Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa", foi lançada em 1961, apresentando-se como uma “edição compacta do texto fundamental do Grande Dicionário da Língua Portuguesa”, especificamente “aliviada de etimologia, formas verbais e abonações, constituindo, apesar do seu relativamente reduzido formato, o maior repertório de vocábulos da língua falada e escrita em Portugal e no Brasil”. Mesmo com essa redução de doze para dois volumes de 26 cm, ainda compunha uma obra relativamente volumosa, que ultrapassava as 2.500 páginas. Em 1980, uma segunda edição do "Novo Dicionário Compacto" operaria outra alteração de formato, dessa vez aumentando de dois para cinco volumes de 26 cm, porém mantendo praticamente a mesma quantidade de páginas. Esse formato chegaria até pelo menos a sua nona edição em 1999.

Na Academia Brasileira de Letras, em 1940 Afrânio Peixoto (1876-1947) havia retomado o projeto do dicionário de língua, dessa vez entregue ao lexicólogo Antenor Nascentes, que tendo iniciado imediatamente o trabalho, em 1943 lia aos acadêmicos o plano que embasava a obra concluída. Nele, destacava a inspiração no modelo do léxico da Real Academia Espanhola, além de fazer referência ao que chamava de “obras fundamentais em português”: o Morais Silva, “para o que é antigo”; o Caldas Aulete e o Cândido de Figueiredo, “para os neologismos posteriores”; e o dicionário de Beaurepaire Rohan (1812-1894), para os

brasileirismos. Sua nomenclatura possuía cerca de 100 mil vocábulos, acompanhados de escrita fonética e etimologia. O autor evocava o parecer de Gonçalves Viana (1840-1914), “sem dúvida a maior autoridade em lexicografia portuguesa”, que no prefácio de seu vocabulário ortográfico teria afirmado ser esse o número de palavras existentes na língua portuguesa. Se Cândido de Figueiredo teria chegado às 136.533 entradas, “para tanto reuniu palavras correntes na Ásia e na África, arcaísmos, neologismos sem vida, etc., etc”, o que levava Nascentes a concluir: “se há trabalho necessário em nosso tesouro lexical é o de cortar todas essas inutilidades, apresentando-se a língua viva do Brasil de hoje com as palavras que verdadeiramente possui”. Além disso, fazia questão de diferenciar e afastar seu dicionário, com “definições singelas e concisas”, do enciclopedismo, que “além da definição, apresenta histórico, indicação de utilidade, processos de fabricação, etc., etc.”. E enfatizava: “levei em conta as transformações que trouxeram à vida as novas invenções, os novos hábitos, etc. Assim, o cinema, o automóvel, o aeroplano, o rádio, alteraram velhos conceitos de muitas palavras” (1961, p. IX-XI).

Embora concluído e aprovado, o dicionário da Academia Brasileira de Letras teria que esperar por mais treze anos até que em 1956 Josué Montello (1917-2006) renovasse o seu interesse na publicação. Finalmente, em 1961, o presidente Austregésilo de Athayde (p. III-IV) prefaciava o primeiro volume, que apesar de toda a demora e maturação, era apresentado ainda “com a consciência de que não se trata de uma obra acabada, com caráter definitivo, e sim de um ensaio”. Mais especificamente, advertia sobre a presença de “muitos vocábulos novos, trazidos pela última guerra e pelos progressos da medicina, da física nuclear, da evolução política”. Ao passo que “omitiram-se, porém, barbarismos, estrangeirismos inúteis, palavras chulas, de gíria ou pouco decentes, e significações do mesmo gênero”. Contrariando o desejo de Nascentes, que ambicionava “um só volume, de formato grande, com três colunas por página”, acabou sendo impresso em quatro volumes de cerca de 600 páginas cada, diagramadas em colunas duplas. O último tomo sairia apenas em 1967, portanto 24 anos após a sua conclusão, 43 anos depois que Laudelino Freire principiara os trabalhos, 57 anos depois que Mário de Alencar lançara a ideia inicial, e quando a academia já era uma instituição octogenária. Para Maria Tereza Biderman (2002, p.77), “apesar das muitas qualidades deste dicionário, ele também não teve grande fortuna”, ou “porque foi publicado muitos anos depois de concluído e não há nada que envelheça mais do que o léxico”, ou porque “o público comprovadamente prefere compulsar uma obra lexicográfica em apenas um volume e que lhe custe menos”.

A história das ideias linguísticas aponta que a transição para o que poderíamos chamar de uma lexicografia contemporânea deveria ser buscada na adesão teórica aos pressupostos da corrente sincrônica, especialmente representada pelos estudos de Saussure (1857-1913). Entretanto, há alguns aspectos dessa passagem que precisariam ser melhor verificados e que diferem significativamente dos elementos considerados nas periodizações anteriores. Em primeiro lugar, seria indispensável avaliar o grau de ruptura epistemológica realizado pela perspectiva sincrônica face à gramática histórico-comparativa. Estariam elas, uma para a outra, como o modelo da gramática latina esteve para o paradigma da gramática geral? E como este esteve para a filologia moderna? Ou trata-se antes de escolas que se opõem dentro de um mesmo regime? Tal qual a querela escolástica entre realismo e nominalismo, a contraposição clássica entre o racionalismo cartesiano e o empirismo dos ideólogos, as variantes modernas do idealismo, do positivismo e até da fenomenologia, e assim por diante. Em outros termos, qual seria o lugar epistemológico ocupado pelo estruturalismo na história do saber ocidental? E mais, quais os jogos de alteridade e identidade perpassam a sua concepção de linguagem em relação ao pensamento pós-estruturalista que emerge na segunda metade do século XX?

Como tais indagações fogem aos objetivos mais específicos colocados por este estudo, deixo tais questões em aberto, destinadas a um trabalho futuro. Como o gesto hermenêutico dessa pesquisa parte, em grande medida, de um conceito político e social de identidade que marca o nosso tempo presente, assim como de uma concepção pós-estruturalista da linguagem que lhe é intrínseca, retomarei alguns desses pontos na conclusão. O que por hora posso adiantar é que, no domínio da lexicografia de língua portuguesa, a adesão explícita à perspectiva sincrônica e a uma linguística saussuriana ocorrerá apenas em 1976, com a nova tentativa da Academia das Ciências de Lisboa de elaborar o seu "Dicionário de Língua Portuguesa", outra vez interrompida no primeiro volume. No Brasil, ainda que sem enunciações de rupturas teóricas mais diretas, um novo cenário editorial, para dizer o mínimo, será instalado a partir de 1975, com o início das publicações autorais do "Novo Dicionário da Língua Portuguesa" de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Por isso, os meados do século XX são tomados como limite provisório de uma proposta de periodização para aquilo que chamo de lexicografia moderna.

3.2 SIGNIFICADOS DE IDENTIDADE NOS DICIONÁRIOS MODERNOS

Pesquisas recentes, fundamentadas nas hipóteses distributivas gerais de perspectiva funcionalista, têm reafirmado o processo de gramaticalização pelo qual vem passando o item *mesmo* na história da língua portuguesa. Variação unidirecional de um vocábulo, originariamente lexical e de sentido concreto e objetivo, que assume funções cada vez mais gramaticais, subjetivas e abstratas (Amorim, 2009; Pereira, 2013; Oliveira, 2013). Tais mudanças categoriais, de caráter morfossintático e até fonético, estariam necessariamente implicadas em variações semânticas, no caminho de uma redução do significado particular que permite a sua aplicação generalizada, explicando assim a multifuncionalidade e a crescente polissemia no uso de lexemas como o *mesmo*. Combinando análises de *corpus* sincrônicos a registros diacrônicos que podem remontar ao português arcaico do século XIII, esses estudos tendem a recolher seu fundo semântico e lexical da língua latina, fazendo, portanto, da sondagem etimológica o primeiro problema da pesquisa.

Nesse aspecto específico, recorre-se à autoridade de obras como a gramática histórica de Ismael de Lima Coutinho (1938, p. 244-245) para admitir a tradição de relacionar o *mesmo* ao pronome latino de terceira pessoa, *ipse*. Havia no latim vulgar outra partícula de reforço, o pospositivo *-met*, que combinado a pronomes pessoais gerava demonstrativos compostos, como *egomet* (eu mesmo) e *semet* (ele mesmo). A combinação desses termos resultaria em expressões como *egomet ipse* e *semet ipsum*, sob um ponto de vista clássico condenadas como redundantes desde pelo menos os comentários gramaticais de Élio Donato, no século IV. Teria cabido ainda ao latim vulgar a tarefa de converter *-met* em prepositivo, contraindo-as nos vocábulos *metipse* e *metipsum*. Ao assumir a função de adjetivo e acrescidos do superlativo, mais uma vez enfático, *-isimus* (contração de *-isissimus*), a forma sintetizada *metipsimus*, particularmente no acusativo *metipsimu*, teria dado origem à palavra portuguesa *mesmo*. Não sem antes transitar pelos intermediários arcaicos *medês*, *medesmo*, *menesmo*, *maesmo*, *meesmo* etc.

Entretanto, existem pontos nebulosos nesse levantamento. Em primeiro lugar, a supressão do *thema* principal, *ipse*, nessa sequência de metaplasmos, leva inclusive a questionamento sobre os limites entre etimologia e variação lexical. Decorrente disso, em segundo lugar, o estranhamento morfofonêmico entre *metipse* e *mesmo*, somado à diferença consonantal entre o *t* (de *met-*) e o *d* (de *medês* e *medesmo*), abre espaço para a especulação de caminhos alternativos. A própria descrição convencional de Ismael de Lima Coutinho (1938, p. 245) prevê estágios intermediários que envolveriam as variantes lexicais *medipse* e *medipsimus*. É com base nesses argumentos que o dicionário etimológico de Antenor Nascentes

(1964) chega a sugerir que a grafia *metipsimu* consistiria em erro, sendo *medipsimu* possivelmente o vocábulo a par de *medesmo* no português arcaico. Anna Karolina Oliveira e Vanessa Cacciaguerra (2009, p. 04) apontam que essa origem, ainda que questionável, teria a seu favor a aproximação ao francês antigo *medesme* e ao italiano *medesimo*. No entanto, e em terceiro lugar, a falta de documentação histórica cria lacunas de difícil verificação. As variantes *metipsimu* ou do *medipsimu*, por exemplo, elementares nesse processo de construção lexical, são hipoteticamente atribuídas a um latim vulgar falado, porém sem registros escritos que atestem a ocorrência dessas formas superlativas específicas.

Anna Karolina Oliveira (2013, p. 96-97) explica que, no latim clássico, ao lado dos três pronomes demonstrativos dêiticos (*hic, iste, ille*), cujo referente apontava preferencialmente o contexto extralinguístico, existiam outros três pronomes demonstrativos fóricos (*is, idem* e *ipse*), restritos à função desempenhada na própria sentença. A autora observa que tal sistema se justificava pela diferença funcional que havia entre o pronome *is*, estritamente fórico; o *idem*, fórico e enfático, que “não só fazia referência, como também enfatizava o referente”; e o *ipse*, mais enfático do que propriamente fórico, “pois não retomava, mas enfatizava o referente”. Também observa que, no latim vulgar, ocorrera o abandono de *hic* e *is*, fundindo fóricos e dêiticos em um novo sistema tríplex simplificado, composto por *iste, ipse* e *ille/eccille*, originários dos modernos *este, esse* e *aquêle*. A primeira pessoa, antes associada ao pronome *hic*, passou a ser exercida pelo *iste*, que por sua vez deixou aberta a vaga de segunda pessoa, ocupada então pelo *ipse*, que assim transitou de demonstrativo fórico para um dêitico vago. Por fim, a necessidade de recuperar a sua antiga função fórico-enfática, perante certo enfraquecimento semântico enquanto reforçador de identidade, explicaria a incidência de uso da partícula *met-* e a subsequente construção de *metipse*, da qual se deduz *metipsimus*. Dessa forma, Oliveira descreve o desaparecimento, no latim vulgar, não apenas de *hic* e *is*, mas também do *idem*, que se presume igualmente assimilado por *metipse*, que “acumulou em si os traços de um fórico efetivo, quer dizer, que de fato retoma, faz referência, e de enfatizador, intensificador, ambos relativos à identidade do referente”.

Mais importante para as dimensões epistêmico-ontológicas relacionadas ao conceito de *identidade* que tenho perseguido, são as conclusões semânticas sugeridas por essas análises funcionalistas e etimológicas acerca da gramaticalização do item *mesmo*. Neide de Amorim (2009, p. 75-76), por exemplo, destaca que o *mesmo*, por um lado, remonta a *idem*, constituindo um termo comparativo que denota *identidade* e *semelhança*, mas por outro, também remonta a

ipse, quando assume valores demonstrativos de reforço, no sentido de *próprio* e *em si*, ou de intensidade, no sentido de *precisão*, *exatidão* e *autenticidade*. Assim, infere que “o item *mesmo* traz em sua composição duas bases latinas: uma como palavra de referência (*idem*) e outra como palavra de reforço (*ipse*)”. De forma semelhante, Ivelã Pereira (2013, p. 15) levanta a hipótese de que possa existir dois termos distintos, porém morfológica e foneticamente indiscerníveis. Um, de caráter reforçativo, que teria se originado de *metipse*, e outro, com sentido de identidade, que poderia ter surgido da união entre *met* e *idem*. Assim, conjectura a autora, “é possível pensar que poderia se tratar, nessa altura do percurso dos itens, de um caso de homonímia, em que haveria dois *mesmos* diferentes, com apenas uma configuração”. Também o recorte analítico da construção “o mesmo”, de Anna Karolina Oliveira (2013), está em grande medida fundado na diferenciação entre um traço de reforço, ligado a *ipse*, e um traço de identidade, ligado a *idem*. Para além da exploração de questões sintáticas, a autora reconhece a influência recíproca entre um *mesmo-intensificador* e um *mesmo-referenciador*, com processos paralelos de abstratização ocorridos desde o âmbito da própria língua latina, onde o *ipse* aos poucos assimila o valor de *idem*, mas sem deixar de sofrer a interferência do significado referencial deste, o que lhe permite, por conseguinte, assumir sua função de relacional e comparativa.

No Bluteau (1746, v. 5, p. 449-450), o registro de *mesmo* como um “*pronome pessoal, que individua, ou particulariza as cousas, & as differença de todas as mais*”, já possui uma acepção de significado predominantemente intensificador, mas que ainda traz a diferenciação de que, quando antecedido por artigo, equivale a *idem*, e quando seguido de pronome, equivale a *ipse*. Seu entrelugar temporal, no início do século XVIII, ainda está próximo o bastante do latim para não esquecer da relação entre *idem* e *mesmo*. Contudo, o afastamento histórico entre as duas línguas e a crescente valorização do idioma vernáculo, associadas ao estranhamento morfofonético entre os dois vocábulos, abrirão espaço para que o lexema *idem-*, sobretudo na forma adjetiva do *idêntico*, assumia cada vez mais a polissemia verificada no processo de gramaticalização do *mesmo-intensificador* que assimilara o *mesmo-referenciador*. Quando, um século mais tarde, a informação latina retornar aos dicionários monolíngues-clássicos portugueses, na condição particular de raiz etimológica, Solano Constâncio (1836, p. 690) dará início à tradição de indicar apenas a contração *metipse*, oriunda da expressão reforçadora *egomet ipse*, equivalente a “eu mesmo”.

Ao final do século XIX, com o advento da lexicografia moderna, fica dispensável dizer que a tentativa de estabelecer equivalências lexicais entre as línguas latina e portuguesa se

restringe a um tipo muito específico de dicionário bilingue, particularmente destinado ao ensino do latim. Nos dicionários gerais, quando os registros latinos ocorrem, eles costumam ser de dois tipos. Ou como raízes etimológicas, mas não mais procuradas nos significados básicos oriundos da linguagem de ação, como buscava fazer a gramática geral do período clássico, mas sim inferidas das transformações fonéticas recuperadas por uma filologia renovada, fundada nos novos métodos científicos da gramática histórico-comparativa. Ou como latinismos incorporados ao vocabulário da língua portuguesa, seja pelo uso corrente, seja como termo técnico especializado ou ainda indicando algum arcaísmo.

É nesse segundo caso, especializado, que se enquadra o registro da entrada *idem* por Domingos Vieira (1873, v. 3, p. 1006), classificada como advérbio e com a acepção de ser uma “palavra latina, que significa o mesmo, e que se emprega para evitar de repetir o que acaba de se dizer ou escrever”.⁵⁸ Seguindo esse princípio, de registrar latinismos mais do que termos latinos propriamente ditos, *ipse* não chega a ser lematizado, mas a expressão *ipso facto* (1873, v. 3, p. 1166) entra como uma “expressão adverbial tirada do latim e significando por o facto, pelo mesmo facto”. Do mesmo modo, não consta uma entrada exclusiva para *alter*, mas *alter ego* (1871, v. 1, p. 337) é registrado como uma locução adverbial ou um substantivo masculino, “literalmente traduzido do latim: outro eu”, que “na linguagem familiar e ordinariamente chula”, significa “um amigalhão, um companheiro de aventuras, um amphitrião”, e em política refere “um titulo official usado nas Duas Sicilias, em Virtude do qual o Rei transferia para um supplente o pleno e inteiro exercício da soberania”, observando que “também se deu em Hespanha este titulo aos ministros pleniponciarios”.

A primeira edição do Caldas Aulete dicionariza *idem* (1881, v. 1, p. 917) como um adjetivo latino “que significa o mesmo” e “emprega-se para evitar a repetição do que se acaba de dizer ou escrever”. Ao que acrescenta a expressão *idem per idem*, que no campo específico da lógica evocaria um “argumento vicioso que consiste em querer demonstrar uma coisa por palavras que significam a mesma coisa”. Assim como Domingos Vieira, não lematiza *ipse* e *alter*, mas contempla o que classifica como as locuções adverbiais latinas *ipso-facto*, correspondente a “pelo proprio facto; por isso mesmo; só por esse facto”, e *ipsis-verbis*, “pelas próprias palavras; textualmente, palavra por palavra, litteralmente”; além da locução

⁵⁸ No Domingos Vieira, tal registro é precedido das informações etimológicas de ser derivado de *is*, que significa *este*, acrescido da partícula *dem*, que de acordo com filólogo alemão Wilhelm Paul Corssen (1820-1875), corresponderia a *diem*, traduzido por *dia*.

substantiva *alter-ego* (1881, v. 1, p. 71), enquanto junção dos latinos *alter* e *ego*, equivalente a “*outro eu, pessoa em quem se deposita illimitada confiança*”. Até a quinta edição brasileira, de 1985, esses registros permaneceriam praticamente sem alteração. As informações contidas no dicionário etimológico de Adolfo Coelho (1890) são basicamente uma versão compactada do Caldas Aulete, sem os exemplos e as abonações literárias.⁵⁹

A oitava edição do Moraes Silva optou por não dicionarizar qualquer destes termos latinos, tampouco os latinismos deles derivados. Inclusive *idem* e *ipso facto*, que ainda constavam na sétima edição de 1877, foram suprimidos na reformulação de 1890/1891. O retorno desses itens ocorreria apenas com a monumental ampliação da nomenclatura realizada por Augusto Moreno na décima edição. Nela, *idem* (1953, v. 5, p. 819) seria dicionarizado como um pronome oriundo do latim, que significa “*o mesmo*” e que “*emprega-se para evitar repetição do que se acaba de dizer ou escrever, especialmente em citações bibliográficas*”. Uma acepção alternativa apontaria e exemplificaria a sua função adverbial, correspondendo a “*da mesma maneira*”. O *ipse* seguiria sem registro particular, mas as locuções adverbiais *ipso-facto* e *ipsis-verbis* (1953, v. 5, p. 1040) ganhariam registros semelhantes aos que vinham sendo efetuados até então. Do mesmo modo, *alter* não foi contemplado, mas *alter ego* (1949, v. 1, p. 683) aparece revisitando os significados de “*outro eu*”, de “*pessoa em que se deposita a maior confiança*”, e citando os títulos antigos utilizados na Espanha e nas Duas Sicílias.

A primeira edição do Cândido de Figueiredo (1899, v. 1, p. 723) também havia trazido o “*termo latino*” *idem* como um adjetivo que significava “*o mesmo, a mesma coisa*”. Porém sem registrar *ipse* e *alter*, mas perpassando as “*locuções latinas*” *ipso-facto*, *ipsis-verbis* e *alter-ego* (1899, v. 1, p. 66 e 774).⁶⁰ A segunda edição, além de não registrar itens novos, removeu *idem*, *ipso-facto* e *ipsis-verbis*, deixando apenas *alter-ego* (1913, p. 94) sem qualquer mudança significativa na acepção. Até a 25ª edição, de 1996, o Cândido de Figueiredo

⁵⁹ Adolfo Coelho, portanto, lematiza o *idem* (1890, p. 736), indicado uma palavra latina, classificada por adjetivo, que equivale simplesmente a *mesmo*, mas não dedica entradas para *ipse* e *alter*. Porém contemplando as locuções adverbiais latinas *ipso facto*, “*pelo mesmo facto, por isso mesmo*”, e *ipsis verbis*, “*pelas, com as mesmas palavras*” (1890, p. 779); assim como o substantivo *alter ego* (1890, p. 88), apresentado como o “*título dado principalmente no reino das Duas Sicílias e na Hespanha a uma pessoa encarregada de substituir o chefe do estado*”, mas que em sentido “*familiar*” significava o “*outro eu, o meu maior amigo*”. A única diferença em relação ao Aulete é a ênfase reflexiva de Adolfo Coelho na explicação etimológica, avaliando que, em latim, *alter ego* significava algo como “*outro eu mesmo*”.

⁶⁰ Todas precedidas pelo sinal que indicava itens estrangeiros (†). Apenas o *idem* era precedido pelo asterisco, que deveria indicar um vocábulo jamais registrado na lexicografia portuguesa, o que, nesse caso, parece ser um erro tipográfico.

permaneceria nesse estado, passando apenas por atualizações ortográficas, alterações na microestrutura e remoção de algumas abonações.

A primeira edição do *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* registra *idem* (1938, p. 503), gramaticalmente classificado como *nome* ou *advérbio*, que corresponde a uma “palavra latina, empregada para evitar repetições”, mas com o acréscimo da informação de ser “abreviada muitas vezes em *id.*”, com o significado de “a mesma coisa; no mesmo autor; na mesma obra, etc.”. Não existem entradas para *alter*, *alter-ego* e *ipse*, mas *ipso-facto* e *ipsis-verbis* (1938, p. 537) são registradas como locuções adverbiais latinas. Nas revisões efetuadas na quinta e na última edições (1951 e 1967), *idem*, *ipso-facto* e *ipsis-verbis* deixaram igualmente de ser registrados. No dicionário geral de Artur Bivar, *idem* (1952, v. 2, p. 90) é redundantemente definido como um adjetivo latino que significa “o mesmo que mesmo”. Não há entradas para *alter* e nem para *ipse*, tampouco outras derivações diretas que nos interessem, para além de *ipso facto* e *ipsis verbis* (1952, v. 2, p. 174). Podemos verificar, nessas obras, uma espécie de sedimentação da tendência lexicográfica moderna, iniciada desde Domingos Vieira, de cada vez mais evitar o registro de termos latinos.

Nesse sentido, o primeiro sinal de variação diacrônica ocorreria em meados do século XX, com o trabalho de Laudelino Freire e a revisão praticamente simultânea de Augusto Moreno para a décima edição do Morais Silva. No seu *Grande e novíssimo dicionário*, Freire traz a entrada *idem* (1954, v. 3, p. 2892) sem qualquer novidade aparente⁶¹, o que se aplica ao não registro de *ipse*, mas sim de *ipso facto* e *ipsis verbis* (1954, v. 3, p. 3026). A grande novidade fica por conta de *alter*, que apesar de continuar sem registro particular e trazer *alter-ego* (1954, v. 1, p. 442) com as mesmas acepções já conhecidas, dela deriva a forma substantiva *alter-egoísmo*, referente ao “sentimento de simpatia somente para com pessoas nas mesmas condições de vida”. Ainda mais importante é o registro inédito de *alteridade*, apresentada como formada pelo latino *alter* mais o sufixo português *-dade*, e significando o “estado ou qualidade do que é outro, distinto, diferente”. Como no exemplo: “alguns gêmeos se parecem tanto, que só se distinguem pela alteridade”.

Logo no seu primeiro volume, o *Grande dicionário* Morais Silva também dicionariza *alteridade* (1949, v. 1, p. 684), definindo-a como o “*facto de ser outro*”. Depois disso, seu

⁶¹ Antecedida pelo sinal de vocábulo estrangeiro (†), classificada como *pronomo latino*, “que significa o mesmo e se emprega para evitar a repetição do que se acaba de dizer ou escrever”, e inclusive acrescida da expressão lógica *idem per idem*, exatamente igual à do Caldas Aulete.

registro repete a primeira acepção de Freire, “estado ou qualidade do que é outro, distinto, diferente”, sem a exemplificação, mas com o acréscimo de outros três significados mais especializados. O segundo afirma que *alteridade* representa “negação da identidade numérica ou pessoal”. O terceiro lembra que, “na Filosofia escolástica”, era “o facto ou a qualidade de uma coisa ser diferente de outra”, que, portanto, “opõe-se-lhe a identidade”. Já o quarto explica que, “na linguagem filosófica corrente, significa objectividade, mundo exterior, não-eu”, e que, “neste sentido, opõe-se à subjectividade” [grifos originais]. Apesar de indicar sua derivação do latino *alter*, não lematiza esse vocábulo, apenas revisitando *alter ego* com as acepções tradicionais do “outro eu”, da “confiança” e dos títulos políticos. Por outro lado, dicionariza *alter-egoísmo* exatamente como fizera Freire. As edições consultadas não permitem inferir quem o fez primeiro.⁶²

No *Dicionário da língua portuguesa* que Antenor Nascentes organizou para a Academia Brasileira de Letras, publicado em 1961, não consta nenhum dos itens procurados. Contudo, dicionariza a forma inédita da substantivação portuguesa *ipseísmo* (v. 2, p. 588), apresentada como etimologicamente derivada do latino *ipse*, combinado ao sufixo *-ismo*, e com o significado direto de corresponder a “identidade própria”.

Quanto aos equivalentes vernáculos, lembremos que, nos primeiros lexicógrafos dos séculos XVI e XVII, a palavra *mesmo* não chegou a ser lematizada nos formatos lusitânico-latinos; e que nos latino-portugueses, onde “o mesmo” constava como acepção principal de *ipse* e *idem*, as classificações gramaticais eram bastante raras. Somente na virada para o século XVIII, com a sétima edição da *Prosodia* de Bento Pereira (1697, p. 318 e 348), esses itens aparecem como pronomes. Talvez por causa dessa relativa proximidade que ainda existia entre as duas línguas, quando Bluteau (1716, v. 5, p. 449) dicionarizou *mesmo*, ele o definiu como um “pronome pessoal, que individua, ou particulariza as cousas”. Em 1789, Morais Silva inovou ao registrá-lo como adjetivo. Na lexicografia clássica do século XIX, *mesmo* foi prioritariamente classificado como adjetivo, e às vezes como pronome. Contudo, Roquete (1848, p. 676), faz um adendo para indicar o que chama de um “galicismo escusado”, em que *mesmo* é “usado como adverbio, em lugar de até, também”. Eduardo de Faria (1849, v. 3, p.

⁶² Nessa edição, também voltaram a ser contempladas as entradas *idem*, *ipso-facto* e *ipsis-verbis* (1953, v. 5, p. 819 e 1040). Que seriam mantidas, com acepções um pouco resumidas, nas nove edições compactas do dicionário lançadas entre 1961 e 1999 (v. 3, p. 286 e 223). O mesmo vale para *alter-ego*. Já *alter-egoísmo* deixou de constar na versão simplificada, assim como o verbete *alteridade* (1999, v. 1, p. 155) perdeu as explicações filosóficas.

248) aponta que o advérbio *mesmamente* era um termo *jocosos* e “*pouco usado*”. Lacerda (1858, v. 2, p. 128) acrescenta que *mesmo*: “*substantiva-se na locução: o mesmo fiz eu*”.

Nos dicionários modernos do final do século XIX e do século XX, a multiplicação dos registros de acepções que informam a multifuncionalidade polissêmica assumida pelo *mesmo*, é algo que, quando observado nessa perspectiva lexicológica de longa duração, vem depor a favor das teses funcionalistas sobre o processo de gramaticalização desse item. Se *mesmo*, por um lado, continua sendo classificado preferencialmente como adjetivo, por outro, nas suas acepções secundárias, pululam definições, sinonímias e exemplos de sua atuação como substantivo, advérbio e pronome, seja isolado ou através de locuções. Uma obviedade para qualquer falante natural do idioma nesse estado em que, já há algum bom tempo, é o nosso. Para me ater às dimensões ontológicas e epistemológicas que mais interessam a esse estudo, analiso na sequência os registros mormente lexicais, em detrimento de suas funções de natureza mais gramatical, ainda que as fronteiras entre uns e outros sejam de difícil delimitação.

Nesse sentido, Domingos Vieira credita três acepções ao *mesmo* (1873, v. 4, p. 215), todas elas acompanhadas de extensas abonações literárias. A primeira e a segunda enfáticas e reflexivas, respectivamente definindo o que é “*próprio, falando das pessoas*”, e aquilo que tem “*a mesma significação, falando das cousas*”. A terceira, uma correspondência direta a “*igual, idêntico, semelhante*”. Na sua primeira edição, o Caldas Aulete (1881, v. 2, p. 1150) traz uma especificação dos termos comparativos. A definição de *mesmo* estabelece uma equivalência ao *idêntico*, mas reforçado como o “*exactamente igual*”. Assim, as adjetivações comparativas “*semelhante, análogo, parecido*” representam um segundo tipo de significado; seguido de uma antonímia, “*não diverso, não outro; tal qual*”; e de uma acepção temporalizada, o “*não alterado; que não apresenta mudança no carácter ou na aparência; invariável*”, acompanhada da citação: “*ele só não mudou; foi sempre o mesmo*”. Apenas depois aparece um significado que se aproxima do *próprio* priorizado por Domingos Vieira: “*que figura em pessoa, que se apresenta figurando pessoalmente*”. Nas edições seguintes, essas acepções não sofreriam maiores alterações. A principal mudança ficou por conta da raiz etimológica, onde o italiano *medesimo*, das primeiras edições, foi substituído pelo latino *metipsimu*, nas últimas.

A definição de Adolfo Coelho (1890, p. 856) se restringe a referir o *mesmo*, derivado do latino *semetipsimus*, pela opositiva do “*que não é outro; que não é diferente*”. Em compensação, a lista de acepções da oitava edição do Morais Silva (1891, v. 2, p. 343) é bastante extensa. A correspondência ao *idêntico*, que nas duas edições anteriores chegara a ocupar a

principal posição, caiu para a segunda, e agora reforçada por uma nova especificação, “*perfeitamente igual*”, como no Aulete, além de ter puxado para si a temporalização do “*não alterada, [não] mudada*”. A oposição ao *outro*, ao *diverso* e ao *diferente*, que até a quarta edição fora ela a principal, de certo modo voltou a fazer parte da primeira acepção, mas perdendo qualquer significado necessariamente temporalizado, além de estar precedida por “*o próprio*”, este sim, que não constava nas edições anteriores e que nessa, acrescido da negação, “*e não outro*”, passa a constituir a primeira definição de *mesmo*, tal qual ocorrera no Domingos Vieira. Marcando a abertura para as similitudes comparativas do *semelhante* e do *parecido*, a terceira acepção também é inédita. O que se aplica à quinta e à sexta, com as informações gramaticais, de que *mesmo* “*vale por qualquer dos demonstrativos*” (*este, esse, aquele*), e de que “*junto aos pronomes pessoais designa que é a própria pessoa e não outra*” (*eu mesmo, tu mesmo, ele mesmo*); e à sétima, que fazia um novo registro temporal, copiado do Aulete: “*que não apresenta mudança nas feições, no carácter, etc.; invariável*”. Das acepções replicadas de suas próprias edições anteriores, a afeição de “*ser a mesma coisa com alguém; ser idêntico, muito semelhante, conforme; unido em vontade, em interesses*”, aparece apenas na oitava posição; e a temporalização figurada de “*ser sempre o mesmo*”, de “*ser igual, não vario*”, “*constante no proceder, no ânimo*”, “*invariável, na fortuna, trabalhos, desgraças, como na prosperidade e felicidades*”, apenas em nono. A etimologia, como nas primeiras versões do Aulete, era atribuída ao italiano *medesimo*.

A definição do Cândido de Figueiredo (1899, v. 2, p. 121) funciona como uma espécie de espelho invertido das demais opositoras, optando pela sutileza da afirmação de que o *mesmo* significa aquilo “*que é como outra coisa*”, para só depois equipará-lo ao *idêntico* e redundar na negação daquilo “*que não é outro*”. Ou seja, a inserção do “*como*” prescinde da unidade numérica, abrindo-se de modo coerente para a correspondência seguinte, com o *semelhante*, que por sua vez contribui para o enfraquecimento do significado lógico do “*idêntico*”. Do mais, temporalizava-o: “*que não sofreu alteração*”. E só ao final registrava o enfático-reflexivo daquilo “*que é o próprio*”, que Domingos Vieira e Caldas Aulete haviam privilegiado. Sua etimologia era dupla, prevendo tanto o italiano *medesimo* quanto *semetipse*, indicado como um termo latino hipotético. As edições subsequentes não apresentam variações relevantes nas acepções, mas a partir da quinta (1939, v. 2, p. 332) consta a informação, creditada ao filólogo suíço Jules Cornu (1849-1919), de que *mesmo* derivaria da forma hipotética *semetipsissimus*, que por haplogogia teria dado em *mesissimus*.

Em todas as suas edições, os autores do *Pequeno dicionário brasileiro* (1938, p. 631) simplesmente repetem as acepções do Cândido de Figueiredo, apenas operando breve alteração de ordem.⁶³ Mas apesar da pouca originalidade, coube a essa obra resgatar a classificação gramatical do *mesmo* como pronome, que secunda a função adjetiva. Laudelino Freire (1954, v. 4, p. 3399), por seu turno, busca referência na combinação dos registros do Caldas Aulete e do Morais Silva.⁶⁴ Já Artur Bivar (1952, v. 2, p. 426) faz uma versão resumida do Cândido de Figueiredo, inclusive copiando as mesmas abonações, mas que curiosamente evita as suas primeiras acepções, começando pelo *semelhante*, passando ao “*que é o próprio*”, e fundindo-o ao “*que não sofreu alteração*”.

A grandiosidade da décima edição do Morais Silva (1954, v. 6, p. 713) também parece se fundamentar na compilação dos demais dicionários. A definição principal de *mesmo*, “*que é como outra coisa*”, provém do Cândido de Figueiredo. A primeira acepção da sua oitava edição, formada pelo “*próprio, e não outro*”, e complementada pela oposição a *outro, diverso, diferente*, foi suprimida. Em seu lugar, aparece na quarta, quinta e sexta opções, o “*próprio (relativo a pessoas)*” e o “*próprio (relativo a coisas)*”, além do “*que é o próprio*”, que parecem estar diretamente inspiradas nos registros de Domingos Vieira. A segunda e terceira acepções revelam ser cópias das diferenciações comparativas do Caldas Aulete: “*exatamente igual; idêntico*” e “*semelhante, análogo, parecido*”. O mesmo vale para a sétima, oitava e nona acepções, respectivamente, “*que não sofreu alteração; que não apresenta mudança na aparência ou no caráter; invariável*”; “*não diverso; não outro; tal qual*”; e “*que figura em pessoa; que se apresenta figurando pessoalmente*”. A etimologia era relacionada a *metipsimu*. O dicionário da Academia Brasileira de Letras, organizado por Antenor Nascentes (1961, v. 3, p. 154), também aparenta não passar de uma versão simplificada da Caldas Aulete.⁶⁵

Em relação ao substantivo *mesmidade*, Domingos Vieira (1873, v. 4, p. 215) e a oitava edição do Morais Silva (1891, v. 2, p. 343), seguem a tradição de simplesmente remetê-lo a

⁶³ Assim, *mesmo* seria o “*que é como outra coisa*”, correspondente a *idêntico*, mas também a *semelhante*, redundando naquilo “*que não é outro*”, enfim, “*que é o próprio*”.

⁶⁴ Do Caldas Aulete, recolhe a primeira definição, “*exatamente igual; idêntico*”; a segunda, “*semelhante, análogo, parecido*”; a quarta “*este, esse, aquele*”; a quinta, “*que figura em pessoa, que se apresenta figurando pessoalmente*”; e a sexta, “*não diverso, não outro; tal qual*”. Do Morais Silva, recolhe a terceira acepção, *próprio*; e a sétima, “*que não apresenta mudança no caráter ou na aparência; não alterado; invariável*”.

⁶⁵ Nele, *mesmo* corresponde a *idêntico*, especificado como “*exatamente igual*”, por oposição ao “*não diverso*”, ou seja, “*tal qual outro*”. Que também se temporaliza no “*invariável, que não se altera, que não é outro, que não apresenta mudança no caráter ou na aparência*”; ou que enfatiza o “*que se apresenta pessoalmente, que figura em pessoa*”. A etimologia explica sua derivação “*do latim vulgar metpsimu, superlativo de metipse, resultante da combinação do demonstrativo ipse, mesmo, com a partícula met*”.

identidade, este inclusive conservando a velha abonação da *Brachilogia de Princepes* (1671). Assim como no Adolfo Coelho (1890), não há registro de *mesmeidade* na primeira edição do Caldas Aulete, que só a partir da segunda (1925, v. 2, p. 285) passa a ser definida como “*qualidade do que é idêntico*”, em seguida redundantemente equiparada à *identidade*. Cândido de Figueiredo também dicionariza *mesmeidade* somente a partir da sua segunda edição (1913, p. 1281), especificando a literalidade da “*qualidade daquilo ou daquele que é o mesmo que outro*”, e a correspondência à “*qualidade do que é idêntico, identidade*”, referendado pelo romance *O esqueleto*, de Camillo Castelo Branco (1865). O *Pequeno dicionário brasileiro* (1938) e o Antenor Nascentes/ABL (1961) não registram *mesmeidade*. Laudelino Freire (1954, v. 4, p. 3399) e Artur Bivar (1952, v. 2, p. 426) apenas copiam o Cândido de Figueiredo, do qual a décima edição do Moraes Silva (1954, v. 6, p. 712) também compila a definição literal de “*qualidade do que é o mesmo que outro*”, porém inserindo uma abonação inédita, retirada dos estudos filológicos de Mário Barreto (1911): “*A esta mesmeidade de formas, que fazia com que certos casos não fossem discerníveis à primeira vista pela estrutura, devemos acrescentar que as mais das vezes as relações por eles indicadas eram de modo variados*”; e repete a definição tradicional de “*qualidade do que é idêntico; identidade*”, acrescida do comparativo *igualdade*, e da citação que fora apenas indicada no Cândido de Figueiredo: “*da mesmeidade dos anos, da amizade da infância... resultou que o morgado... comunicasse ao primo os pormenores da sua angústia*”.

Mais significativa é a diferenciação que a décima edição do Moraes Silva estabelece entre o descrito verbete *mesmeidade* e o registro de uma entrada inédita, *mesmidade* (1954, v. 6, p. 712), que não seriam assim meras variações ortográficas, mas lexias distintas. É nesse sentido que *mesmidade* consta como “*o mesmo que mesmice*”, acompanhada de uma abonação atribuída a António Sérgio, publicada em uma obra da década de 1940: “*a identidade ou mesmidade dos dois sóis sucessivos*”. Escolha polêmica, já que, se associada a *identidade*, *mesmidade* tenderia a se afastar do significado de *mesmice*, dicionarizado na segunda edição do Cândido de Figueiredo (1913, p. 1281) como um neologismo que sim, denotava “*qualidade daquele ou daquilo que em tudo é o mesmo que outro*”, mas no sentido de uma “*falta de variedade*”, como utilizado por Eça de Queirós. A segunda edição do Caldas Aulete (1925, v. 2, p. 285) repetia essa definição, e reforçava uma “*permanência de carácter, de atributos, qualidades, etc.*”, como na frase de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida (1937): “*o espírito modorro enfastiava-se da mesmice do campo*”, registrada pela terceira edição brasileira

(1974, v. 3, p. 2335). Foi essa ênfase na “*ausência de variedade*” que o *Pequeno dicionário brasileiro* (1951, p. 804) escolheu como única acepção de *mesmice*, quando o vocábulo apareceu na sua nona edição. Laudelino Freire (1954, v. 4, p. 3399), como de costume, apenas replicou o Cândido de Figueiredo. Mas Artur Bivar (1952, p. 426), que também assim procedia, fez questão de puxar a “*falta de variedade*” para o primeiro lugar. Da mesma forma, Antenor Nascentes (1961, v. 3, p. 154) priorizara a “*falta de variedade, presença constante das mesmas coisas*”. Apenas a versão compacta do Morais Silva (1999, v. 3, p. 484) seguiria diferenciando *mesmeidade* e *mesmidade*, insistindo na sinonímia desta para com os comparativos *igualdade* e *identidade*, e só depois disso assumindo o sentido monótono de uma “*falta de variedade*”.

Nesse regime linguístico, portanto, podemos perceber uma maior complexificação dos registros do *mesmo* em relação ao *outro*. Ainda que Caldas Aulete, replicado pelo Laudelino Freire, o tenha colocado após o *diverso*, mas antecedendo o *alterado*, Adolfo Coelho restabelece sua prioridade, quando *outro* antecipa o *diferente*. O que se aplica à oitava edição do Morais Silva, que antepõe o *outro* ao *diverso* e ao *diferente*; e ao Cândido de Figueiredo, onde *outro* é o único termo de destaque na negação do *mesmo*. As compilações de Artur Bivar e da décima edição do Morais Silva acabariam priorizando, de modo indireto, uma temporalização do “alterado”, deduzido do “*que não sofreu alteração*”. Somente após isso é que Morais Silva registra a negação do *diverso* e, enfim, do *outro*. Antenor Nascentes dá preferência ao *diverso*, ao “*que não se altera*” e, por último, ao *outro*.

Em contrapartida, o *outro* começa a ocupar a parte afirmativa do *mesmo*. O caso mais significativo é quando Cândido de Figueiredo define que o *mesmo* “*é como outra coisa*”. Nele, o advérbio “como” altera o valor existencial do verbo “ser”, admitindo uma relação como aquela estabelecida pelos vários tipos de similitudes comparativas: o *igual*, o *semelhante*, o *parecido* etc. Enunciação que, em princípio, prescinde da unidade numérica que poderia ser referida pelo *idêntico*, porém adentrando o âmago da distinção do *mesmo* para com um *outro*. Como sintetiza o *Pequeno dicionário brasileiro*, o *mesmo* “*que é como outra coisa*”, o *mesmo* “*que não é outro*”; o *mesmo* “*que é o próprio*”. Intercalados a essas definições, os adjetivos *idêntico* e *semelhante* atestam, de um lado, a polissemia e o abrandamento lógico-semântico desses termos acerca da evocação de uma singularidade ôntica. De outro lado, associados à reflexividade não apenas enfática, mas paradoxal, de um *próprio* necessariamente submetido à dialética das *alterações* e *permanências* no tempo, faz emergir suas próprias modalidades lógicas de comparação: modernas porque históricas, históricas porque modernas. Essa constitui

uma das principais condições de possibilidade para a elaboração de noções como aquela designada pelo vocábulo *ipse-ismo*.

É por isso que a polissemia do *outro* pode indicar, como registra Domingos Vieira (1873, v. 4, p. 605), a alteridade do “*que não é o mesmo, [...] falando das pessoas, de uma distinta d’aquela a que nos referimos*”; a alterabilidade do “*que não é a mesma coisa, diversa, mudada*”; mas também, e ao contrário, a identidade de uma “*grande semelhança que existe entre duas pessoas ou cousas*”, a exemplo da expressão: “*é outro Cervantes*”. Caldas Aulete (1881, v. 2, p. 1275) também prioriza o significado individualizante do que é “*distinto de uma pessoa ou coisa especificada*”, do *diferente*, que pode comportar a citação temporalizada do padre Antônio Vieira (séc. XVII): “*no mesmo ponto ficou totalmente mudado em outro do que era*”. Porém sem deixar de mencionar o *outro* não como antônimo, mas sinônimo do *igual*, do *segundo*, do *idêntico* e do *semelhante*: “*o Cairo é uma outra Constantinopla*”. Adolfo Coelho (1890, p. 924) opta apenas pela singularidade do “*que é diferente, distinto*”, do “*que não é o que está presente*”. Mas a oitava edição do Moraes Silva (1891, v. 2, p. 454), explica que *outro* pode ser um adjetivo determinativo ou um pronome, demonstrativo ou indefinido, que refere o “*não o mesmo, não idêntico; diverso, diferente, mudado*”; o “*não eu, mas alguma pessoa, seja quem for*”; porém, dentre outras acepções, menciona que “*outro, também indica de algum modo a semelhança, a igualdade de talentos, ou méritos*”; e que, em termos gramaticais, “*junto aos pronomes eu, e tu, faz que estes não se variem a mim, e ti nas relações de pacientes*”. Sem deixar de ponderar o costume usual de dizer “*outro ele*”, mas que alguns escritores preferem o reflexivo *si*: “*anda homem tão diferente daquele outro si, que trouxe de Adão*”.

No *Cândido* de Figueiredo (1899, v. 2, p. 238) e no *Pequeno dicionário brasileiro* (1938, p. 703), *outro* possui acepções como *diferente*, “*distinto de uma coisa ou pessoa*”, mas também equivale a *semelhante* e, no caso brasileiro, *quejando*, referindo algo como de uma mesma natureza. O Laudelino Freire (1954, v. 4, p. 3746) basicamente repete o Caldas Aulete. Artur Bivar (1952, v. 2, p. 600) classifica o *outro* como adjetivo e pronome indefinido, podendo oscilar entre “*um distinto do que está presente*” e apenas o *semelhante*. A décima edição do Moraes Silva (1954, v. 7, p. 616) não faz mais do que compilar os registros anteriores, onde *outro*, como no Aulete, pode ir do “*distinto de uma pessoa ou coisa especificada*”, do *diferente*, ao “*igual, segundo, idêntico*”. Nesse aspecto aparentemente contraditório, Antenor Nascentes (1961, v. 3, p. 290) é um pouco mais cauteloso, na medida em que complementa o “*diferente, distinto de coisa ou pessoa*” pelo “*seguinte, restante*”.

Para além da distinção entre os valores intensificadores e referenciadores dos latinos *ipse* e *idem*, conforme sugerido por Anna Karolina Oliveira (2013), estar atento também à reciprocidade semântica para com o *outro*, radicado no latino *alter*, é algo que certamente contribui para uma melhor descrição das funções gramaticais adquiridas pelo item *mesmo* na história da língua portuguesa. Há um processo concomitante – menos intenso e menos estudado, é verdade – de gramaticalização do *outro*. Ele explica sua crescente polissemia, mas também a manutenção de um significado especializado que permitirá, senão o surgimento de neologismos, ao menos o aumento de uma relevância lexical que, ao longo do século XX, tornará possível a dicionarização de termos como *alter-idade* e *alter-egoísmo*. Sem essa oposição, fica difícil de compreender as transformações de sentido verificadas no conceito de *identidade*, e, por extensão, o princípio lógico e o tipo de *mesmeidade* que ele institui.

Os registros de *identidade* tornam ainda mais evidente a ruptura que a obra de Domingos Vieira (1873, v. 3, p. 1006) representa em relação aos demais dicionários do século XIX.⁶⁶ Sua primeira acepção dispensa logo qualquer indício de mesmeidade, tampouco de unidade numérica, quando equipara *identidade* preferencialmente a *paridade* e *igualdade*, para só depois registrar a literalidade da “*qualidade do que é idêntico*”. A segunda acepção se abre em definitivo para uma similitude comparativa, fundada na *similhança*, e na *parecença*. A terceira volta a evocar *identidade* como um “*termo de filosofia*”, mas a partir do significado inédito, reflexivo e epistemológico, de uma “*consciência de si mesmo, certeza do que se tem experimentado*”. Ainda nesse sentido, mas em aparente contradição às primeiras definições, a quarta acepção apresenta o que é designado por “*sistema da identidade*”, referindo-se à “*doutrina sustentada por Schelling, filósofo alemão, na qual todos os objetos existentes são considerados sob o ponto de vista de identidade, ou da unidade da existência*”. A quinta e a sexta remetem ao sentido jurídico-individual, ao indicar que “*identidade de pessoa*” seria a “*ficção de direito, em virtude da qual o herdeiro e o testador se consideram como uma mesma pessoa, quanto às ações ativas e passivas*”; e prevendo o “*reconhecimento judicial de uma pessoa morta ou viva, necessário para se proceder com a precisão e clareza devidas*”. A sétima volta a levantar uma questão epistemológica, advertindo que “*identidade de razão*” seria uma forma equivocada de “*apreensão do entendimento, que pretende que uma coisa seja igual a outra, com quanto seja realmente diferente*”.

⁶⁶ A começar pela etimologia, indicada no caso acusativo, *identitatem*.

Na primeira edição do Caldas Aulete (1881, v. 1, p. 917), a definição de *identidade*, ainda que não elimine a evocação de pluralidades ônticas, restringe-as na radicalidade dos tipos de similitude comparativa que institui, “*qualidade que uma coisa ou pessoa tem de ser perfeitamente igual a outra ou outras; paridade absoluta*”, exemplifica através de um caso destacadamente ideal: “*a identidade de duas theorias*”.⁶⁷ A isso, segue o sentido forense, de “*verificar ou reconhecer a identidade de uma pessoa ou de um cadáver, certificar que essa pessoa ou esse cadáver é o mesmo de que se trata e não outro*”. A “*identidade pessoal*” trazida pela terceira acepção não corresponde à individualidade jurídica da anterior, mas ao significado reflexivo moderno que havia sido registrado por Domingos Vieira: “*persistência da consciência que um indivíduo tem de si mesmo; consciência que uma pessoa tem de si*”. A última acepção especifica que, no campo da álgebra, *identidade* representava uma “*especie de equação ou de igualdade, cujos membros são identicamente os mesmos, ou igualdade que se verifica para todos os valores da incógnita*”. A segunda edição (1925, v. 2, p. 04) abriu outra acepção para “*bilhete de identidade*”, descrito como o “*cartão em que está o nome e às vezes sinais característicos do seu portador, e serve para sua identificação*”. A partir da terceira edição brasileira (1974, v 3, p. 1895) constaria que, no Brasil, este mesmo documento era chamado de “*carteira de identidade*”. Além de ter acrescentado à definição principal outra abonação de teor espiritualista, porém de maior conotação sentimental, com insinuações éticas e culturais, recolhida na literatura de Eça de Queirós (1913): “*não pode haver ligação de almas onde não exista identidade de ideias, de crenças e de costumes*”.

O dicionário etimológico de Adolfo Coelho (1890, p. 736) define que *identidade* constitui simplesmente a literalidade da “*qualidade do que é idêntico*”.⁶⁸ Como no “*termo da álgebra*”, que representa a “*equação cujos membros são idênticos*”. A oitava edição do Moraes Silva (1891, v. 2, p. 149) classifica *identidade* como um “*termo lógico*”, cuja definição principal segue sendo, como nas edições anteriores, a “*qualidade de ser a mesma coisa, e não diversa, [...] idêntica*”, porém de agora em diante restringida, como fizera Caldas Aulete, pelo acréscimo da opção de “*ser perfeitamente igual a outra; paridade absoluta*”.⁶⁹ Suas exemplificações também permanecem as mesmas. Uma jurídica e enunciativa, “*rejeitar-se os embargos pela identidade da matéria, ou por não conterem matéria nova, mas o mesmo que já*

⁶⁷ Apresenta a etimologia de *identidade* a partir do nominativo latino *identitas*.

⁶⁸ O caso etimológico escolhido é o ablativo *identitate*.

⁶⁹ Insiste, como as edições anteriores, que a etimologia de *identidade* pode ser buscada tanto no francês *identité* quanto no latino *idem*, traduzido como “*o mesmo*”.

se expôs”; e outra teológica e metafísica, “*nas três pessoas Divinas há identidade de natureza*”. Certamente por influência dos registros de Domingos Vieira e do Caldas Aulete, a segunda acepção, sobre o “*termo forense*” que designava o processo de “*reconhecimento, verificação de pessoa*”, recebera a complementação: “*ou de cadáver*”.

Em todas as edições do *Cândido* de Figueiredo (1899, v. 1, p. 723), o substantivo *identidade* é definido pela literalidade adjetiva da “*qualidade daquilo que é idêntico*”; depois, pela mesmidade etimológica da “*qualidade de uma coisa que é o mesmo que outra*”; e depois pela velha e complexa relação entre união e unidade: “*qualidade de duas ou mais coisas que fazem uma só*”.⁷⁰ A quarta e quinta acepções evocam os sentidos verificáveis da “*circunstância de que um indivíduo é o mesmo que se pretende ou que se presume ser*”, ou da “*circunstância de que um cadáver ou um esqueleto é o de determinado indivíduo*”. A sexta menciona a “*equação algébrica, em que os dois membros são identicamente os mesmos*”. E somente a última considera a reflexividade aporética de uma “*consciência de si próprio*”.

A primeira edição do *Pequeno dicionário brasileiro* (1938, p. 503) registra as formas sucintas da “*qualidade de idêntico*”, do “*reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio*” e o caso da equação algébrica. Na sua última edição (1967, p. 651), constaria também a descrição do “*conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa, tais como o nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc.*”. A entrada *identidade* do Laudelino Freire (1954, v. 3, p. 2892) é praticamente uma reprodução do Caldas Aulete, com alguns resumos e sem as abonações.⁷¹ O mesmo vale para o Artur Bivar, mas nesse caso com a supressão dos sentidos forenses, assim como do registro reflexivo da “*identidade pessoal*”.

A décima edição do Moraes Silva (1953, v. 5, p. 820) é responsável por definir *identidade*, pela primeira vez, como um *carácter*, que só depois é descrito como “*qualidade do que é idêntico*”, equiparado a *igualdade*, e exemplificado a partir de uma relação afetivo-sentimental: “*entre nós dois há identidade de sentimentos e de gostos*”. Como nos demais dicionários modernos, reconhece o caso reflexivo, na segunda acepção, da “*consciência que uma pessoa tem de si própria*”. A terceira acepção promove uma fusão entre mesmidade e individualidade jurídica, “*o facto de uma coisa ser ela mesma e não outra, de ser autêntica, de não haver substituição*”; a quarta, prevê o “*conjunto de elementos que permitem saber quem*

⁷⁰ Etimologicamente radicado no latino *identitas*, de *idem*.

⁷¹ Sua etimologia remete às formas latinas *identitas* e *identitatem*.

uma pessoa é”; e a quinta, particulariza o “*documento ou documentos que permitem ao portador provar quem ele é*”. Todas acompanhadas de exemplificações.⁷² Essa edição registra ainda *inidentidade* como um termo *matemático* que significa “*o mesmo que desigualdade propriamente dita*”.

No dicionário da Academia Brasileira de Letras, de Antenor Nascentes (1961, v. 2, p. 518), a entrada *identidade* é registrada primeiro com o significado literal da “*qualidade de idêntico*”, mas em seguida com a expansão figurativa de um “*acordo íntimo*”, assim exemplificada: “*há identidade entre o vício e o crime*”.⁷³ Por fim, traz o “*conjunto de dados que fazem com que alguém seja determinada pessoa*”: “*não receberás o vale sem provar tua identidade*”; e a terminologia matemática de uma “*igualdade cujos membros são idênticos*”.

Quanto ao adjetivo *idêntico*, Domingos Vieira (1873, v. 3, p. 1006) estabelece uma equivalência simples e direta ao *igual*. Depois cita breves usos desse termo em equações matemáticas, na análise de angulações minerais e na nomeação de compostos químicos. Por consequência, a forma pronominal *identicamente* corresponde a *igualmente*, a *análogo* ou *igual*, mas entre essas similitudes comparativas prevê também o velho sentido metafísico do *essencialmente*. Coerente com seus registros de *identidade*, em todas as edições do Caldas Aulete (1881, v. 1, p. 917) *idêntico* é definido pela ênfase do “*que se apresenta perfeitamente igual a outro ou outros*”. Seguindo para o significado idealista daquilo “*que é compreendido sob uma mesma ideia*”, e se abrindo para as pluralidades do *semelhante* e do *análogo*, mas também sem deixar de evocar o tom metafísico daquilo que é “*da mesma natureza que um outro*”. Por fim, resgata o pressuposto filosófico de que uma “*proposição idêntica*”, seria “*aquela cujo atributo é implícita ou explicitamente idêntico ao sujeito*”, assim como no caso matemático de uma “*equação idêntica*”. O registro adverbial apenas reforça algo “*de modo idêntico, sem a mínima diferença*”. Na mesma direção, Adolfo Coelho (1890, p. 736) define que *idêntico* equivale ao “*que é inteiramente igual a outro ou outros*”, mencionando ainda a existência de uma “*equação idêntica*” no campo dos estudos em mecânica.⁷⁴

A oitava edição do Moraes Silva (1891, v. 2, p. 149), assim como fizera na entrada *identidade*, também classifica a sua variação adjetiva a como um termo lógico que, diferente

⁷² Segue abonando sua etimologia no francês *identité*, em detrimento dos termos latinos. Nas versões compactas posteriores (1999, v. 3, p. 223), as exemplificações e a acepção reflexiva da *identidade pessoal* seriam excluídas.

⁷³ Estabelece etimologia no latim *identitate*.

⁷⁴ Todos esses lexicógrafos apontaram a raiz etimológica de *idêntico* no latino *identicus*, apenas a oitava edição do Moraes Silva traz o francês *identique* e o *idem*.

dos demais registros, e fiel às suas edições anteriores, mantém “*o mesmo*” como primeira acepção do *idêntico*, acompanhada pelo reforço relacional, quase contraditório em termos comparativos, daquilo que seria “*perfeitamente igual a outro*”. A segunda acepção repete seus registros enunciativos centenários, de que uma “*proposição idêntica*” seria “*a mesma, e não diversa de outra*”. Como nos velhos exemplos: “*escrever livros idênticos; que dizem o mesmo que outro, sem novidade, nem variedade*”; “*ordens idênticas às que ficam referidas; i. é, conformes, em tudo as mesmas*”. No final, insere uma terceira acepção, possivelmente inspirada no Caldas Aulete, que vai na direção acidental do *semelhante* e do *análogo*, mas prevendo também o que seria “*da mesma natureza que outra*”, exemplificado na expressão “*causas idênticas*”. Sua definição de *identicamente* circula em torno da literalidade, “*com identidade, de modo idêntico*”; e da profundidade de uma similitude, “*sem a mínima diferença, ou discrepância*”.

Como no Moraes Silva, em todas as edições do Cândido de Figueiredo (1899, v. 1, p. 723) *idêntico* se define prioritariamente pelo “*que é o mesmo que outro ou outros*”, secundado pelo “*perfeitamente igual*”. Ele também é o primeiro dicionário moderno que resgata o sentido metafísico-teológico do *consustanciado*, além de reconhecer a similitude parcial do *análogo*. Seu registro de *identicamente* se limita a “*de modo idêntico*” e a equivalência adverbial do *semelhantemente*. Com exceção à definição principal pelo *mesmo*, o *Pequeno dicionário brasileiro* (1938, p. 503) replica essas acepções em ordem diferente: “*perfeitamente igual; semelhante; análogo; consustanciado*”, sem o registro de advérbios. O verbete do Laudelino Freire (1954, v. 3, p. 2892), mais uma vez, consiste na replicação do Caldas Aulete. Artur Bivar (1952 v. 2, p. 90), por seu turno, baseia-se no Cândido de Figueiredo: “*que é o mesmo que o outro*”, “*perfeitamente igual*” e *análogo*. Deixando de referir o *consustanciado*.

A décima edição do Moraes Silva (1953, v. 5, p. 819) define o *idêntico* não pelas noções de mesmidade e perfeição, como sua versão anterior, mas pela evocação de uma essencialidade reflexiva, temporal e gramaticalizada: “*cuja natureza não muda; que se conserva sempre igual a si mesmo no próprio e no figurado*”. Abonada por uma passagem de Eça de Queirós (1880): “*voltei ao quarto: tudo lá repousava tranquilo, idêntico, real*”. A segunda acepção trata de uma similitude comparativa, do “*que é igual a outro; que não tem diferença alguma de outro*”: “*estes dois espelhos são idênticos*”. A terceira remete a uma comparação ideal e enunciativa, “*que se encerra dentro da mesma ideia que outra coisa, apesar da divergência de forma*”, ou que retoma uma relação causal, “*similar, quanto ao resultado*”: “*estas duas propostas, no fundo,*

são idênticas”. Mas que traz também uma citação de conotação sentimental, creditada a Camilo Castelo Branco (1854): “*é que os sentimentos da alma, contrários e repugnantes, excitam na matéria sensações idênticas*”. Da edição anterior, conserva a quarta e quinta acepções, autorizadas por novas abonações: “*o semelhante, análogo, da mesma natureza que outro*”, que possivelmente já fora copiada do Caldas Aulete; e a “*proposição cujo atributo é implícita ou explicitamente o mesmo que o sujeito*”. A variação adverbial não traz maiores informações: “*de modo idêntico; da mesma maneira*”. Antenor Nascentes (1961, v. 2, p. 518) explica que *idêntico* provém especificamente “*do latim escolástico identicu, calcado em idem, mesmo*”. Seu significado é composto pela radicalidade comparativa de ser “*perfeitamente igual*”, reforçada pela mesmidade de ser “*absolutamente o mesmo*”, e pela inédita indiscernibilidade do “*que não se pode distinguir de outro*”. Não registra advérbio.

Sobre o verbo *identificar*, Domingos Vieira (1873, v. 3, p. 1006) inicia as dicionarizações modernas priorizando a antiga definição pela união radical que constava desde Bluteau: “*igualar, compreender duas cousas sob uma mesma ideia, sob uma mesma natureza, fazer d’elas uma*”. Ainda que o *igualar* previsse uma pluralidade ôntica e o *compreender* fosse especificado em perspectiva idealista. Uma acepção para o reflexivo *identificar-se* também retomava a tradição dos registros do século XIX: “*confundir o próprio ser, ou a própria natureza com outro ser, ou com outra natureza*”. A forma substantiva da *identificação*, até então registrada de modo isolado pelo Eduardo de Faria (1858, v. 2, p. 42), reaparece como a “*ação e efeito de identificar*”.

No Caldas Aulete (1881, v. 1, p. 917) a primeira definição de *identificar* ainda se dá pela noção de união, “*fazer (de duas ou mais coisas) uma só*”, abonada por uma citação um tanto abstrata da obra oitocentista de Mont’Alverne: “*a verdadeira ilustração estava identificada com as ignominias do século*”. A segunda, porém, já recorre ao significado epistemológico: “*reconhecer pelo mesmo indivíduo*”. A terceira, traz a conjugação reflexiva e retoma o ato de “*confundir o seu com o de outrem*”; complementado pela enunciação de afetividades ético-sentimentais, “*compenetrar-se das ideias ou sentimentos de outrem*”; “*adquirir (uma pessoa ou coisa) a índole ou natureza de uma outra pessoa ou coisa*”. Como no exemplo de Almeida Garrett: “*necessário é que o deputado... bem se identifique com suas razões e consequências*”. Ao fim, registra um sentido metafórico inédito enquanto acepção direta de *identificar*: “*conformar-se; ajustar-se*”. As alterações das edições seguintes viriam a reforçar esses últimos sentidos. A segunda (1925, v. 2, p. 04) lematizaria o adjetivo *identificável*

como o “*que pode ser identificado*”. A terceira (1974, v. 3, p. 1896), *identificador*, que no Brasil poderia se substantivar para nomear “*aquele que identifica, e especialmente o que recolhe elementos para o bilhete ou carteira de identidade*”. *Identificação*, que antes era apenas a “*ação e efeito de identificar ou de identificar-se*”, na terceira passa a vir acompanhada da abonação de Afrânio Peixoto (1940): “*nós hoje fazemos falar os recém-nascidos, voz do sangue, pela identificação dos grupos sanguíneos, que são hereditários e dão pista*. Além disso, recebe outra acepção: “*reconhecimento de um indivíduo ou de uma coisa como os próprios*”. Na entrada principal, “*reconhecer pelo mesmo indivíduo*” se expressa por “*estabelecer a identidade de*”. E o significado figurado de “*conformar-se; ajustar-se*” recebe um exemplo recolhido em Aloísio Azevedo (1882): “*A mulher... só chega a amar deveras depois de muito conviver, depois de muito se identificar com o homem a quem se deu*”.

Com Adolfo Coelho (1890, p. 736), *identificar* é, literalmente, “*fazer idêntico*”; mas é também, epistemologicamente, “*reconhecer como idêntico*”; ontologicamente, “*confundir o seu com o alheio*”; e, enfim, figurada e transitivamente, “*compenetrar-se de*”, “*conformar-se com*”. Enquanto que *identificação* se limita à “*ação e efeito de identificar*”. Na oitava edição do Moraes Silva (1891, v. 2, p. 149), a definição pela noção de união ganha o complemento de que *identificar* significa, ainda, “*tornar idêntico; unir, assimilar*”. Também passa a constar, na forma verbal, o sentido epistemológico que até então, nessa obra, havia sido registrado somente no substantivo *identidade*: “*reconhecer a identidade; reconhecer por idêntico*”. A inserção de sua função transitiva prevê a acepção afetiva e figurada: “*compenetra-se das ideias ou sentimentos ou dos sentimentos de outrem*”. Assim como a reflexividade do *conformar-se*. A entrada *identificação* repete a “*ação ou efeito de identificar, ou identificar-se*”; e a dicionarização do *identificado* indica apenas o particípio passado de *identificar*.

No Cândido de Figueiredo (1899, v. 1, p. 723), o verbete *identificar* obedece mais ou menos esses parâmetros, assumindo a seguinte sequência de significados: “*tornar idêntico*”, “*reconhecer como idêntico*”; “*confundir o que é seu com o alheio*”; “*compenetrar-se do que outrem sente ou pensa*”; “*conformar-se*”. E a forma substantiva da *identificação*, o “*ato ou efeito de identificar*”. O registro do particípio passado *identificado*, presente na primeira edição, da segunda em diante dá lugar à adjetivação *identificável*, como o “*que se pôde identificar*”. Também a partir dessa data, “*reconhecer como idêntico*” passa a ser especificado pelo exemplo do ato de “*identificar um cadáver*”. O *Pequeno dicionário brasileiro*, como de costume, se assemelha muito ao Cândido de Figueiredo. Nele, o verbo classificado como transitivo,

identificar, equivale respectivamente a: “*tornar idêntico a*”; “*estabelecer a identificação de*”; “*confundir o que é seu com o alheio*”; “*compenetrar-se do que outrem sente ou pensa*”; e *conformar-se*, este que na nona edição (1951, p. 658) aparece acompanhado de *afazer-se*, fruto de uma provável busca de diferenciação lexical através do registro de brasileirismos. Essa edição também trouxe outras três acepções: uma que contemplou a união do “*fazer (de duas ou mais coisas) uma só*”; outra para especificar a função “*transitiva relativa*” de “*tornar idêntico*”; e outra a *pronominal* de “*tomar o caráter de (uma coisa)*”. A última edição (1967, p. 651), dicionarizou *identificável* como algo “*suscetível de ser identificado*”.

Laudelino Freire (1954, v. 3, p. 2892), mesmo mantendo-se fortemente vinculado ao Caldas Aulete, no registro de *identificar* apresenta particularidades que vão além do seu resumo. Na definição principal, inspira-se no “*tornar ou declarar idêntico*”, apresentado com as funções transitiva direta e bitransitiva quando acompanhado das preposições *a* e *com*, e abonado por exemplos que parecem enfatizar o sentido de uma união radical. Duas atribuídas a Camilo Castelo Branco: “*decide-te por um dos conselheiros, que nunca poderás identificar os dois*”; e “*êxtasis celeste, que modificava a natureza do homem, identificando-a à natureza dos anjos*”. E outra a Rui Barbosa: “*e quer à fina fôrça identificá-lo com o el, lo, la espanhol*”. Mas a acepção em si de “*fazer uma só de (duas ou mais cousas)*”, como no exemplo “*identificou os diversos gêneros*”, foi deslocada da primeira para a terceira acepção. A segunda, que no Aulete era “*reconhecer pelo mesmo indivíduo*”, foi transcrita por Freire como “*achar a identidade de*”, exemplificada na frase “*identificar criminosos*”, e novamente abonada em Rui Barbosa: “*Pasteur descobriu a procedência dessas contaminações funestas, identificando o micróbio que as determina*”. Na sequência, a afinidade metafórica de “*confundir o seu com o de outrem; compenetrar-se das ideias ou sentimentos de outrem; adquirir a índole ou natureza de outro*”. Porém, como novas citações. Algumas colhidas nos escritos de Carneiro Ribeiro: “*as duas opiniões não se identificam*”; “*o seu espírito identificou-se ao do velho professor*”; “*com ele se identifica o ponto que o acompanha em todas as suas vicissitudes*”. Outras em Almeida Garret: “*todos os seus pensamentos se identificam em um só anseio*”; “*necessário é que o deputado... bem se identifique com suas razões e consequências*”, essa última repetida do Aulete. Ao final, o sentido de “*conformar-se, ajustar-se*”, exemplificado: “*identificou-se com o ambiente*”. Do mais, lematizava *identificável* e *identificação* sem alterações.

Artur Bivar (1952, v. 2, p. 90) funde os significados de união radical e epistemológico da função transitiva: “*tornar idêntico ou reconhecer como idêntico*”. Ao que acrescenta a

função pronominal: “*conformar-se, ajustar-se*”. A variante substantiva, *identificação*, como “*ação ou efeito de identificar ou identificar-se*”; a adjetiva, *identificável*, como o “*que se pode identificar*”; e o particípio passado, *identificado*, como o “*que se identificou; tornado idêntico*”, mas também como equivalente a *semelhante e igualado*.

Na décima edição do Morais Silva (1953, v. 5, p. 820), a primeira definição de *identificar* é constituída pela episteme idealista de “*compreender duas coisas na mesma ideia*”. Explicada na segunda acepção, “*considerar duas coisas como idênticas, dando a uma o carácter da outra*”, ilustrada por um raro exemplo que remonta a unidade teológica: “*os panteístas identificavam Deus e o mundo*”. A terceira, se funda num tipo de descoberta verificável, “*provar a identidade de alguém*”, como nos casos de “*identificar um cadáver, um criminoso*”. A quarta, é a única que representa um procedimento taxonômico e científico, “*reconhecer; dar um nome preciso a cada coisa; classificar*”: “*Norberto reconheceu imediatamente a garça, o jaburu, o bem-te-vi e infinitas mais aves, que só a sua memória prodigiosa identificaria na multidão e variedade sem fim*”. Essa obra cria uma entrada particular para o reflexivo *identificar-se*, primeiro definido por uma relação comparativa, “*tornar-se idêntico, semelhante, parecido; assimilar-se*”, abonado por um sermão do padre Antônio Vieira: “*...pela transformação, transformando-se em Deus; pela identidade, identificando-se com Ele*”. Depois, estendido a outro tipo de relação, ética e afetiva: “*fazer seu, adoptar, abraçar*”. Autorizado por excertos de António Feliciano de Castilho (1849), “*identificou-se com as nossas teorias*”, “*...identifiquemo-nos com o seu pensar, com o seu fazer, com o seu exprimir*”; e de Antônio Sérgio (1937), “*de aí resulta que o partidário se não identifica com uma dada ideia, mas sim com os seus chefes*”. Registra ainda o verbo *desidentificar* como “*fazer que o que era idêntico deixe de o ser; desigualar, diferenciar, desassemelhar*”.

Assim, o significado de *identificação*, no grande Morais Silva, era a “*ação ou efeito de identificar ou de se identificar*”, ou seja, podia representar “*a identificação de um criminoso*”; mas também um tipo de empatia sentimental, tal qual nos ensaios de Antônio Sérgio: “*se o amor do poeta foi o que li na Lírica — no seu caso, mais que em nenhum, não importa talvez a identificação das Damas*”. Há ainda uma entrada particular para a forma contrária da *desidentificação*, definida como a “*acção ou efeito de desidentificar*”. Em *identificável* e *identificador*, por sua vez, na condição do “*que se pode identificar*” e do “*que, aquele ou aquilo que identifica*”, não parece haver muito espaço para afetos e reflexividade: “*o criminoso era*

facilmente identificável”. Mas o particípio *identificado* pode evocar tanto o “*que se identificou; tornado idêntico, semelhante; igualado; reconhecido como o próprio*”; quanto o “*que abraçou, que adotou costume, ideia igual; que pensa e obra da mesma forma*”, como na prosa de Andrade Corvo (1851): “*estava por tal forma identificada com as ideias e costumes de sua ama, que se podia considerar apenas como um reflexo da Tia Brízida*”. Essa obra registra ainda *inidentificável* como o “*não identificável; que se não pode identificar*”.

No dicionário da Academia Brasileira de Letras, Antenor Nascentes (1961, v. 2, p. 518) dá ao verbo transitivo *identificar* a definição de “*tornar idêntico, estabelecer a identidade*”; e ao pronominal a acepção inequívoca de “*confundir-se intelectual ou sentimentalmente com outrem*”. Assim, o derivado *identificação* pode corresponder ao “*ato ou efeito de identificar*”, assim como à “*determinação da identidade*”. *Identificável* é simplesmente o “*que pode ser identificado*”; e *identificador* o “*que identifica*”, mas que nesse caso pode se substantivar na “*pessoa identificadora*” ou no “*funcionário encarregado de proceder a identificações*”.

3.3 SENTIDOS DE IDENTIDADE NA LEXICOGRAFIA MODERNA

Consideremos as questões etimológicas que envolvem a passagem de certos vocábulos do latim para as línguas românicas. Consideremos também o contínuo processo de mudança verificado em cada um dos idiomas vernáculos, mediante suas respectivas relações com fatores extralinguísticos de ordem social, política, cultural etc. Então, podemos sugerir que a história da palavra *identidade* deve ser buscada a partir de dois caminhos distintos, porém correlacionados. O primeiro é a passagem do *ipse* ao *mesmo*. Uma evolução que se dá no âmbito da língua natural, que perpassa os estágios intermediários, falados, do latim vulgar e do português arcaico. Revela-se um item amplamente polissêmico, seja pelo próprio modo espontâneo, naturalmente comunicativo e não teorizado de constituição, seja pelo seu crescente processo de gramaticalização, pela supressão do étimo principal, ou, enfim, pela carga semântica herdada do *ipse* – fórica e dêítica, enfática e reflexiva, intensiva e referencial, lexical e gramatical, concreta e abstrata. Ao assumir funções pronominais, adjetivas, substantivas e até adverbiais, o significado do *mesmo* varia entre as demonstrações ônticas mais simples e o estabelecimento das relações ontológicas mais complexas. É por isso que, para as questões abordadas nesta pesquisa, ele sempre pôde assumir o sentido individual, de ser *o mesmo*; o

temporalizado, de continuar sendo *o mesmo*; e o reflexivo, de conceber uma relação *consigo mesmo*.

O segundo modo de apreender a história da palavra *identidade* deve ser buscado no resgate do seu étimo direto, o *idem*. Ao contrário da passagem entre o *ipse* e o *mesmo*, aqui não há processo de mudanças linguísticas operadas naturalmente na língua falada, mas a busca intencional da transferência, via erudita e lexical, de um conceito altamente teorizado. Ao passo que em *mesmo* o *thema* latino, *ipse*, desaparece por completo, em *identidade* o *thema* latino, *idem*, segue não apenas sendo o principal elemento mórfico, como também o seu *sema* mais básico. Sua diferença para com a *identitas* latina é meramente sufixal. Desconsideremos a breve epêntese do *ti*, então ela se revela uma espécie de *idem-dade*; reconsideremo-la, e então podemos especular sobre a sua aptidão *ôn-ti-ca*. Enquanto item linguístico, a função propositiva da *identidade* é justamente evitar a polissemia, seja no desdobramento de seu próprio significado, seja como princípio lógico que refere entes, qualidades ou noções que ela mesma recorta e relaciona. Se, ao longo da história, o signo que lhe designa assume vários sentidos, é porque ele é repetido pelos diferentes regimes epistemológicos que se contrapõem, se complementam e se sucedem no tempo, com suas maneiras variadas de comparar.

No contexto de uma sociedade teocêntrica, que não estabelecia limites rígidos entre filosofia e religião, os registros lexicográficos demonstram que o discurso teológico cristão foi um dos principais meios de continuação, reentrada ou da própria constituição de um conceito teorizado de *identitas* na língua latina. Os debates metafísicos acerca da natureza da Santíssima Trindade, travados sobretudo por ocasião dos concílios ecumênicos realizados desde a Antiguidade tardia, definiram, em grego, o que seria herético e canônico nas interpretações e explicações dadas para uma das maiores contradições lógicas da cultura Ocidental. Esta que, ao se cristianizar, tornava-se monoteísta e românica. Com isso, também instituía limites claros entre o que pertencia e o que não pertencia ao conjunto dos que professavam o seu credo.

A palavra *identidade* adentra a lexicografia de língua portuguesa em 1634, na primeira edição da *Prosodia* de Bento Pereira (1605-1681), dicionarizada como equivalente direto do latino *identitas*, e com o significado de “*ser o mesmo*”. Em 1697, seus revisores acrescentaram a referência ao *Lexicon Philologicum* de Matthias Martinius (1572-1630), que há mais de um século refletia sobre as possibilidades de traslado do grego *homousius* para o latino *coessentialis*, recorrendo a *identitas* para estabelecer uma relação essencial entre o Pai e o Filho. Trata-se de um termo lógico-filosófico, em sentido geral, especificamente aplicado ao campo

da teologia. Para evitar anacronismos, mas sem deixar de captar sua historicidade, cumpre-nos classificá-lo como uma categoria à parte, metafísico-teológica, justificada mais por sua aplicabilidade factual a uma área especializada do saber em determinado período, do que por princípios lógicos ou conteúdos semânticos particulares. Em 1713, Rafael Bluteau (1638-1734) registra *identidade* como um termo ao mesmo tempo *filosófico* e *teológico*. Ainda que a enunciação de uma individualidade numérica e temporalizada se restringisse ao dogma da *unidade afirmativa*, sua ocorrência era de fato captada também pelo campo semântico dos preceitos escolásticos e aristotélicos mais gerais. Em ambos os casos, verifica-se um uso teorizado de *identidade* como princípio lógico que busca dirimir polissemias categórico-nominais, equívocos proposicionais e confusões ontológicas.

Contudo, no horizonte latinoportuguês desses atos lexicográficos, o registro de tais vocábulos possivelmente se dava mais pela sua emergência de um léxico latino, antigo ou medieval, do que pela relevância no português corrente. O próprio Bluteau contextualiza que o conceito de *homousius* havia sido formulado no século IV, durante o Concílio de Niceia, convocado pelo Imperador do Oriente para debater, dentre outras coisas, a polêmica do arianismo propagado pela Igreja de Alexandria. Nas Reformas Religiosas do século XVI, mais coetâneas a esses lexicógrafos, os debates e as rupturas promovidas pelos não-trinitários, como passaram a ser designadas algumas correntes dissidentes, ocupam ainda um lugar de destaque, mas relativamente distante daquele desempenhado nos primeiros concílios.

Nos registros monolíngues-clássicos, no entanto, o conceito monoteísta da Trindade deixará aos poucos de ser formulado em termos lógicos e metafísicos. Do final do século XVIII ao final do XIX, a sequência editorial do Morais Silva (1755-1824) parece se satisfazer com a noção de *mesmeidade* para explicar a relação entre o Deus Criador e o Deus Encarnado. Se, nessa obra, ainda constava a textualização de que nas três pessoas divinas havia “*identidade de natureza*”, assim como a citação do padre Antônio Vieira (1608-1697) de que elas “*se identificavam todas em uma só essência*”, não deixa de ser revelador que elas consistiam em duas reminiscências do Bluteau. Nos dicionários desse período, inclusive as definições de *trindade* e *consubstancial* priorizavam os significados de *união* e *unidade*. Somente a partir de 1823, com a dicionarização do substantivo *consubstancialidade* pela terceira edição do Morais Silva, seria retomada a tradição greco-latina de evocar uma “*identidade de substância*”, literalidade seguida pelos demais lexicógrafos. No entanto, também sentia a necessidade de contextualizar: “*os arianos negaram a substancialidade do Filho com o Pai, que é a*

identidade numérica no ser divino". Informação replicada por Solano Constâncio (1777-1846), que a remetia a uma das alegorias do livro *Nova Floresta*, publicado em 1706 por Manuel Bernardes (1644-1710). Verifica-se, assim, uma retração do sentido metafísico-teológico de *identidade*, cuja incidência não passava de alguns registros de *deificação*, a "*identificação mística com Deus*", e de um exemplo isolado dado por Solano Constâncio: "*não só unidos, mas aünados com Cristo, identificados*".

Na lexicografia moderna, os registros da oitava edição do Moraes Silva (1891, v. 2, p. 149) seguem trazendo, portanto, no substantivo *identidade* e no reflexivo *identificar-se*, as velhas citações de que "*nas três pessoas Divinas há identidade de natureza*", e de que elas "*se identificam todas em uma só essência*". Ambas herdadas, conforme dito, dos registros latinoportugueses de Bluteau. Assim como, na entrada *mesmo* (1891 v. 2, p. 343), o exemplo de que "*o mesmo Deus desceu à terra para encarnar*" era uma permanência da sua primeira edição, ainda do final do século XVIII. Textualização que, até a quarta edição, estivera especialmente localizada na acepção do *mesmo* como *idêntico*, mas que a partir da sexta havia sido deslocada para a oposição ao *outro* ou ao *diverso* – que na sétima passou a opor também o *diferente*. Na décima edição, de 1954, seria totalmente removida.

Se interpretarmos isso como um sutil movimento lexical do dogma religioso, que aos poucos se afasta do princípio de *identidade* para ir ao encontro da noção de *mesmeidade*, ficaremos surpresos ao descobrir que, nessa longa sequência editorial, a única abonação que retoma explicitamente a temática da Trindade, não por acaso, aparece no registro do superlativo *mesmíssimo* (1954, v. 6, p. 713). Seria somente na décima edição, já em meados do século XX, que se acrescentaria uma questão do tipo: "*pois se a mesmíssima Divindade que está no Pai, está também no filho e no Espírito Santo, por onde se distinguem as Pessoas entre si?*". Considerando que fora retirada de outra obra de Manuel Bernardes, também do início do século XVIII, pode-se ponderar que o referido deslocamento estaria ocorrendo mais nas escolhas dos próprios lexicógrafos do que nos textos de onde eles as recolhiam. Além disso, a presença, nessa entrada, de uma acepção que reconhece o *mesmíssimo* como aquilo "*que é absolutamente idêntico*", volta a borrar as fronteiras analíticas entre *identidade* e *mesmeidade*.

Nos outros dicionários, podemos dizer que, nas entradas específicas referentes ao lexema *identidade*, há apenas resquícios desse sentido metafísico-teológico. Quando, por exemplo, no Domingos Vieira (1775-1857), o advérbio *essencialmente* (1873, v. 3, p. 1006) aparece de modo discreto entre os possíveis sinônimos de *identicamente*; e quando, no Cândido

de Figueiredo (1846-1925) e no *Pequeno dicionário brasileiro, consubstanciado* surge de repente como um dos significados do adjetivo *idêntico* (1899, v. 1, p. 723; 1938, p. 503).

No registro do verbo *identificar*, de Laudelino Freire (1873-1937), também consta a frase: “*êxtases celeste, que modificava a natureza do homem, **identificando-a** à natureza dos anjos*” (1954, v. 3, p. 2892). Trata-se de uma citação mais recente, do século XIX, creditada a Camilo Castelo Branco. Porém, nesse caso, apesar da referência à “natureza dos anjos”, as dimensões teológicas são semanticamente menos decisivas do que a passagem poética de um processo natural de assimilação a um tipo de afetação sentimental. O mesmo deve valer para a o registro do reflexivo *identificar-se*, com seus significados de “*tornar-se **idêntico**, semelhante, parecido; assimilar-se*”, que a décima edição do Moraes Silva busca mais uma vez abonar nos sermões do padre Antônio Vieira: “*pela transformação, transformando-se em Deus; pela **identidade, identificando-se com Ele***”. Nesses enunciados, é claro que pode haver uma carga metafísica de *deificação*, porém num sentido demasiadamente figurado. Por sua vez, o exemplo da segunda acepção do verbo *identificar* (1953, v. 5, p. 820), “*considerar duas coisas como **idênticas**, dando a uma o carácter da outra*”, ao apontar que “*os panteístas **identificavam** Deus e o mundo*”, já se vincula a um sentido filosófico propriamente dito, tributário de uma corrente eminentemente moderna de pensamento, tal qual praticada desde o século XIX. Sua condição de possibilidade é que Deus, assim como o mundo ao qual ele está colocado em relação, seja enunciado mais como uma ideia subjetiva do que como uma entidade metafísica.

Essas são todas as ocorrências do sentido metafísico-teológico presentes diretamente nas entradas do lexema *identidade* da lexicografia moderna. Noutra direção, verifica-se a incidência de seu emprego nas definições de outros vocábulos, estes sim relacionados a um campo semântico metafísico e teológico. Como no período clássico, ela se dá especialmente em *consubstancialidade*, mantendo assim certa continuidade para com a *coessentialis* latina e a *homousius* grega, se aceitarmos a proximidade histórica e epistemológica entre as noções de *essência* e *substância*. Domingos Vieira (1873, v. 2, p. 445) continua classificando *consubstancial* como um termo teológico, que indica o “*que é uno pela substância*”, a exemplo de que “*o Filho é consubstancial ao Pai, segundo as ideias cristãs*”; e que “*as três pessoas da Trindade são consubstanciais*”. Então, *consubstancialidade* seria a “*unidade e **identidade** de substância da trindade*”; *consubstanciar*, o ato de “*ligar, **identificar**, unir em uma substância*”; e *consubstanciado*, algo “***identificado** com outra substância*”.

No Caldas Aulete (1881, v. 1, p. 387) há uma modificação. O termo *teológico consubstanciação* refere a “*união de dois ou mais corpos na mesma substância*”, com um exemplo que não recorre ao mistério da Trindade, mas a outro dogma cristão: “*a presença real de Jesus Cristo na eucaristia*”. Ao mesmo tempo, registra um sentido *figurado* de *consubstanciação*, cuja definição, só então, recorre ao emprego do lexema *identidade*: “*acordo completo, união íntima, **identificação***”. Do mesmo modo, o verbo *consubstanciar* significa “*unir para formar uma substância, ligar, unificar; consolidar*”, sendo que apenas a sua forma pronominal corresponderia a “*unificar-se, unir-se intimamente, **identificar-se***”. E o adjetivo *consubstanciado*, definido como “*unido em uma única substância*”, somente na segunda acepção, apresentada como “*por exagero*”, evoca algo “*bem unido ou conforme com outro, a ponto de parecer um só; **identificado***”. Sua abonação reproduz uma situação profana – e pagã –, proveniente da obra de Almeida Garret: “*Vasco ficou sobre o cavalo, tão consubstanciadas as duas formas e naturezas, como se as duas partes de um centauro, que estivessem divididas, se tornassem a reunir para viver a sua vida natural e primitiva*”. O termo *consubstancial*, por outro lado, não perpassa *identidade*, ainda que classificado como *teológico*, definido pelo “*que tem uma só substância*”, e abonado como o que “*diz-se particularmente das três pessoas da Santíssima Trindade: o Filho é consubstancial com o Pai*”.

Todos os registros do Adolfo Coelho (1890, p. 393) e do Cândido de Figueiredo (1899, v. 1, p. 336) para *consubstancialidade* preferem a relação de *união/unidade* em detrimento de *identidade*. Também no Moraes Silva, desde as edições anteriores (1877, v. 1, p. 438), o uso do lexema *identidade* já não era necessário à acepção de entradas como *consubstancial*, *consubstanciação* e *consubstanciado*. A oitava edição (1890, v. 1, p. 524-525) seguiu mantendo apenas a forma substantiva da *consubstancialidade* como um termo *teológico*, uma “*unidade, **identidade** de substância*”, que “*diz-se do mistério da Trindade*”, como “*a consubstancialidade de Cristo com seu eterno no Pai, quanto à natureza Divina*”. Removeu a contextualização sobre a heresia dos arianos, porém acrescentou variantes lexicais e novas acepções. Se o verbo *consubstanciar* optou apenas pelos significados de “*unir para formar uma substância; ligar, unificar; consolidar*”; sua conjugação reflexiva foi equiparada a “*unificar-se; **identificar-se***”. Se o sentido *extensivo* de *consubstanciado* seria “*unido com outro a ponto de parecer um só*”, exemplificado pela mesma citação de Vasco e do cavalo; o novo sentido *figurado* de *identificação* previu um tipo de “*acordo completo; **identificação***”.

Na décima edição do Moraes Silva (1951, v. 3, p. 446), até mesmo *consustancialidade* perderia o recurso ao lexema *identidade*, mesmo mantendo as abonações trinitárias das edições anteriores. O que se aplica também ao adjetivo *consustancial*. A variante substantiva e a adjetiva, *consustanciação* e *consustanciado*, repetiam basicamente as entradas de 1890, ambas definidas prioritariamente pela noção de *união*. A primeira com a mesma aplicação conceitual ao rito da eucaristia, seguida pelo sentido *figurado* do “*acordo completo; identificação*”; a segunda contando com a inserção de uma sinonímia ao *solidarizado* e de uma abonação pouco relevante, mas mantendo a expansão na direção de um *identificado* que seria como Vasco e o cavalo. O verbo *consustanciar* também passou a contar com mais um sinônimo, *identificar*, e o reflexivo, que já equivalia a “*unificar-se; identificar-se*”, foi entendido a *unir-se* e *ligar-se*. Suas textualizações poderiam remeter a um tipo de afetação sentimental, como as de Camilo Castelo Branco – “*consustanciaram-se com ele, vociferando petulantes chacotas*” –, mas iam além disso. Recolhidas junto à obra *Republica e Monarchia*, publicada no ano de 1889 por José Maria Latino Coelho (1825-1891), elas podiam evocar uma potente metáfora daquilo que fundava a coesão de coletividades políticas e sociais mais amplas: “*duas glórias que resumem e consustanciam o que há de mais puro e generoso no coração de Portugal*”; “*em nenhum povo foi mais estreita... a união, ou antes a consustanciação em um só corpo entre a sociedade religiosa e a civil do que no povo de Israel*”.

Portanto, nenhum destes registros mais recentes, que autorizavam certa confluência semântica entre *identidade* e *consustancialidade*, correspondiam a uma aplicação estritamente metafísica ou teológica. É certo que a lexicografia moderna captou outro dogma religioso. Os debates sobre a natureza da presença do corpo de Cristo no rito da eucaristia também possuíam uma história tão longa quanto a vinculada ao mistério da Trindade, mas tinham se estabelecido como uma oposição conceitual entre *transustanciação* e *consustanciação* somente a partir das Reformas Religiosas do século XVI. Seja como for, só no final do século XIX os dicionários captaram sua associação ao conceito de *consustanciação*, e através dele, ainda que de modo indireto, a um sentido metafísico-teológico de *identidade*. Caldas Aulete (1881, v. 1, p. 387) o definiu como “*a presença real de Jesus Cristo na eucaristia*”; situado pelo Moraes Silva (1890, v. 1, p. 525; 1951, v. 3, p. 446) como a “*união do corpo de Cristo com a substância de pão, segundo os que negam a transustanciação na Eucaristia*”.

É preciso ainda notar que, em *transfiguração*, “*o estado glorioso em que Cristo apareceu no Thabor*”, Domingos Vieira apresenta uma sinonímia comparada, como aquelas

críticas e filosóficas da idade clássica, cotejando-a com *transformação*, com comentários lógicos concludentes: “*estes dous termos [têm] uma diferença idêntica à que há entre forma e figura*”. No Adolfo Coelho (1890, p. 441) e na oitava edição do Morais Silva (1890, v. 1, p. 597), *deificação* segue sendo, como nas obras anteriores, uma “*identificação mística com Deus*”, este que, noutra direção, registra *transhumanar* por “*identificar-se ao homem, humanar-se*”. Mas a décima edição (1951, v. 2, p. 861) prefere apresentá-la como uma *categoria*. A noção em si parece ser melhor captada por *teopatia* (1957, v. 10, p. 767), registrada como um *neologismo* que significa a “*paixão mística daquele que se crê em contacto permanente com Deus e com Ele identificado*”. Assim, *teopático* “*diz-se do estado afetivo do místico em que este tem o sentimento de estar em permanente identificação e em união indissolúvel com Deus*”.

Em paralelo, Caldas Aulete define o verbo *espiritualizar* como o ato linguístico de “*converter o sentido literal (de um trecho ou frase) em sentido alegórico*”, ou o místico de “*assimilar (alguma coisa, na essência e na forma) ao espírito*”. Poderia ser ainda, como termo da *química*, o procedimento de “*destilar; extrair a essência, o espírito*”. Mas na sua flexão pronominal corresponderia prioritariamente a “*identificar-se com as coisas espirituais; despir-se de afeições terrenas*”. Por extensão, *espiritualizado* seria, em primeiro lugar, algo “*identificado com as coisas espirituais; despido de afeições terrenas; ascético; místico*”. A décima edição do Morais Silva (1952, v. 4, p. 783) concordaria que *espiritualizar*, dentre outras coisas, correspondia a “*identificar-se com as coisas espirituais*”; e, por inversão, registraria *reencarnar-se* como “*unir-se a novos corpos humanos, identificar-se (o espírito) com eles*”. Nesse sentido, ainda religioso, porém não mais metafísico, Domingos Vieira (1873, v. 4, p. 176) e a oitava edição do Morais Silva (1891, v. 2, p. 328) registram *mediatário* por aquilo “*que serve de meio de união ou identificação de cousas opostas, que se não unem bem*”, como o “*Cristo mediatário, e meio da união dos corações*”.

Localizamos aqui outro deslocamento lexical em que a definição do dogma da Trindade monoteísta aparece preferencialmente expressa pela noção de *união/unidade*, em detrimento do princípio da *identidade*, que por sua vez assume um significado cada vez mais genérico e figurado, inclusive quando evoca conteúdos teológicos. Sejam estes relacionados às novas práticas religiosas, ao novo lugar ocupado pela religião nas sociedades modernas, ou referentes aos cânones tradicionais da Igreja. Nesse processo de transfiguração do próprio sentido metafísico-teológico de *identidade*, via conceito de *consustanciação*, um dos pontos mais avançados e interessantes é a sua aplicação metafórica na representação de um vínculo afetivo-

sentimental que justificaria comunidades políticas mais amplas, como aquela que emergira sob o conceito moderno de *nação*. Mais uma vez, tanto para designar realidades políticas do presente, quanto para projetar expectativas futuras ou atualizar a realização linguística de experiências passadas. Sobretudo depois do anticlericalismo iluminista e das laicizações revolucionárias da virada do século XVIII para o XIX, a aporia da pátria como uma “religião cívica” havia se convertido em *topos* relevante do discurso político. Em termos históricos, seu efeito era tanto prospectivo quanto retrospectivo.

Um dos capítulos da obra de José Maria Latino Coelho (1789, p. 345-348), defendia a liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado. Seu modelo ideal parecia ser “a moderna união americana, onde os cultos mais antagonistas se encontram convivendo sob a proteção imparcial da mesma lei”. Um “estado político e mental” a seu ver inimaginável na antiguidade, quando “uma religião nacional era a parte mais importante e indispensável no organismo social”, e “o homem ao entrar na comunhão civil da sua pátria, entendia-se que abdicava inteiramente da sua consciência religiosa”. Para Latino Coelho, o conservadorismo de sua época ainda era orientado por essas duas tradições que conformavam as sociedades europeias. Do “consórcio indissolúvel” entre os cultos politeístas e os regimes políticos de Roma, havia-se herdado a civilização temporal. Do monoteísmo israelita que “cifrava na sua onipotência e na predileção pelo seu povo a própria individualidade nacional”, havia-se herdado, via cristianismo, a cultura espiritual. Foi dessa descrição específica que os revisores do Morais Silva tiraram a referida abonação: “*em nenhum povo foi mais estreita seguramente a união, ou antes a consubstanciação em um só corpo entre a sociedade religiosa e a civil do que no povo de Israel*”.

Adiante, Latino Coelho (1889, p. 239-243) tecia comentários sobre as recentes comemorações do centenário da Revolução Francesa, à qual atribuía valores civis, universais e democráticos, por oposição à servidão e ao egoísmo dinástico das monarquias absolutas. O autor entendia que, na ocasião, a França soubera demonstrar “a sua fé política, esta profana, mas grandiosa religião, em cujas aras se rende culto fervoroso ao mesmo passo à pátria e à liberdade, à honra de uma nação iniciadora e à emancipação da humanidade”. Lamentava a ausência, em Portugal, de cerimônias semelhantes em homenagem aos movimentos liberais de 1820. Para ele, as comemorações do “espírito da pátria”, no tricentenário de Luís de Camões, e o “despertar do ânimo português adormecido”, no centenário do Marquês de Pombal, haviam sido casos isolados de festividades populares nacionais. Foi da sua consideração acerca dessas

efemérides que os lexicógrafos retiraram a outra abonação: “*duas glorias que resumem e consubstanciam o que há de mais puro e generoso no coração de Portugal, a religião e a pátria, a consciência e a razão emancipadas da tirania clerical*”.

No final do século XIX, o Caldas Aulete foi o primeiro dicionário de língua portuguesa a aplicar diretamente o lexema *identidade* nas acepções desses substantivos-singulares-coletivos que emergiam como conceitos modernos acoplados a palavras antigas. O vocábulo *comunidade* (1881, v. 1, p. 358), definido como o “*estado ou qualidade do que é comum; participação em comum*”, possuía como segunda acepção a “*identidade, paridade, conformidade*”, abonada pelo historiador Alexandre Herculano (1810-1877): “*a espécie de mútua benevolência que inspira a comunidade de sensações, quer de prazer, quer de dor*”. A essas, seguiam opções de significado, como “*a totalidade dos cidadãos de um país, o estado*”; o “*grupo mais ou menos numeroso reunido pelas mesmas crenças, pelos mesmos usos*”; e a “*sociedade de pessoas que vivem em comum e se submetem à mesma regra com um fim religioso*”. Em meados do século XX, os registros do Morais Silva (1951, v. 3, p. 337 e 246) continuariam muito semelhantes, apenas remanejando “*identidade, conformidade, paridade*” para as últimas opções. Porém definindo a variante *comúnia* como uma “*comunhão, identificação, solidariedade, junção*”; e abonando o advérbio *coletivamente* com uma obra historiográfica de 1943 de Aquilino Ribeiro (1885-1963): “*a resistência tão celebrada à invasão, apenas possível quando animados coletivamente os povos, aqueles ao menos que representam idêntico ramo, pelo mesmo espírito*”.

Ainda mais direta, a entrada que Caldas Aulete (1881, v. 2, p. 1206) dedicara à palavra *nação* começava pela definição da “*comunidade dos cidadãos de um Estado sob o mesmo regimen e em comunhão de interesses*”, como “*a nação portuguesa*”. A segunda acepção especificava “*o povo de um país ou Estado (com exclusão do governante)*”; e a terceira, enfim, ampliava para “*a comunidade de indivíduos, embora sob vários regimens políticos, unidos por identidade de origem, língua, costumes, religião*”. O verbete apresentava ampla polissemia, com destaque para a equivalência às categorias de “*raça, origem; casta*”, e para o registro de seu significado *antigo*, que designava os judeus como “*gente de nação*”. Os demais dicionários não repetem essa aproximação semântica entre *nação* e *identidade*, mas a décima edição do Morais Silva (1954, v. p. 148) replica as mesmas acepções do Aulete, inclusive a comunidade de indivíduos “*unidos por identidade de origem, costumes, religião*”; além de incluir outras, como “*espécie, comunidade de indivíduos que têm caracteres comuns*”; “*grupo de gentes*

ligadas por analogia de caracteres, de índole”; e o *brasileirismo* “*tribo (de África)*”, exemplificado pela “*nação nagô*” e pela “*nação angola*”. Mais discreto e sem participar do vocabulário político subsequente com a mesma força que *nação*, o termo *igualha*, certamente pejorativo, foi dicionarizado por Caldas Aulete (1881, v. 1, p. 572) como uma “*identidade de condição ou posição social*”, no que seria seguido pelo Cândido de Figueiredo (1899, v. 1, p. 725) e pela décima edição do Moraes Silva (1953, v. 5, p. 831).

Do movimento entre o antigo sentido teológico de *identidade* e um dos pontos mais avançados de seu campo lexical, a saber, a aproximação da órbita de um sentido político tributário do conceito moderno de *nação*, podemos inferir como que uma explosão da singularidade metafísica. Desse conceito originário densamente teorizado, que afirmava a unidade numérica, no tempo e no espaço, de uma divindade monoteísta que se manifestava em três pessoas, temos uma fragmentação polissêmica em constante expansão, cujos significados nada conservam de seu sentido ôntico original, senão derivações metafóricas e figuradas. Ainda que exista todo um esforço teórico na formulação do conceito de *consustancialidade*, sua transferência para o campo político e social, sobretudo pelos livros de história do século XIX que tematizam a nação, representa uma realização meramente retórica. Se, nesse deslocamento linguístico, ele sempre pôde ser acompanhado pelo lexema *identidade*, é porque o próprio conceito de *identidade*, para além da rigidez lógica, também possuía aplicações mais dilatadas. A meio caminho do sócio-político, o sentido metafísico-teológico havia sido capturado pelo afetivo-sentimental. Já faz algum tempo, é dele que temos falado.

Ele que se insinuara no Bluteau pela reincidência na descrição de algumas sinonímias sentimentais, geralmente através do uso metafórico de um tipo de *união* por afinidade expressada por conjugações do verbo *identificar*. Que aparecera timidamente nas abonações atribuídas a Sebastião Pacheco Varela (1702), “*se a concórdia fraterna se exagera pela semelhança, esta união se define pela **identidade***”; e a Nuno Barreto Fuzeiro (1693), “*sendo o amor um ser **lhe identifica***”. Mesmo no vocabulário rígido de uma língua bem feita, construída sob um regime epistemológico que ia do racionalismo das identidades e diferenças absolutas ao empirismo radical da teoria das sensações, as sinonímias críticas e comparadas de termos lógico-semânticos, a exemplo de *conforme* e *concorde*, podiam facilmente assumir sentidos figurados de uma *identificação* por acordo, afinidade, vontade, conformidade, interesse. Nas primeiras edições do Moraes Silva, *desconforme* foi registrado como o “*não parecido; não **idêntico***”, mas também como o “*não conforme no voto, parecer; desavindo nas vontades*”; o

verbo *acompanhar*, “*unir em um contexto*”, assumiu “*o caso que relata de circunstâncias idênticas*”; e, mais importante, a expressão “*ser a mesma coisa com alguém*”, creditada ao padre Antônio Vieira e explicada pelo significado de ser “*idêntico, muito semelhante, conforme; unido em vontade, em interesses*”, conquistou o lugar de segunda acepção do *mesmo*. Isso tudo contribuíra para consolidar, na lexicografia monolíngue-clássica, um sentido afetivo-sentimental de *identidade*, porém que continuava sem constar nas acepções diretas do lexema.

Sobre a acepção do *mesmo*, essa permaneceu uma particularidade do Moraes Silva (1891, v. 2, p. 343), que replicou “*ser a mesma coisa com alguém*” na oitava edição, porém realocada para as últimas opções. No substantivo *identidade*, o registro de um significado explicitamente afetivo-sentimental também se revela restrito e tardio. Somente na décima edição do Moraes Silva (1953, v. 5, p. 820) a definição de um “*carácter, qualidade do que é idêntico, igualdade*”, veio acompanhada de uma textualização: “*entre nós dois há identidade de sentimentos e de gostos*”. Algo semelhante ao que ocorrera nas edições brasileiras do Caldas Aulete (1974, v. 3, p. 1895), onde a acepção restrita da “*qualidade que uma coisa ou pessoa tem de ser perfeitamente igual a outra ou outras; paridade absoluta*”, fora abonada por uma citação de sentido mais amplo, recolhida em Eça de Queirós (1913): “*não pode haver ligação de almas onde não exista identidade de ideias, de crenças e de costumes*”. No dicionário da Academia Brasileira de Letras, de Antenor Nascentes (1961, v. 2, p. 518), ao contrário, a segunda acepção de *identidade* era um tipo de “*acordo íntimo*”, mas seu exemplo parecia estabelecer outro tipo de relação: “*há identidade entre o vício e o crime*”.

A grande mudança foi verificada no verbo *identificar*, particularmente na sua forma reflexiva ou pronominal. Caldas Aulete (1881, v. 1, p. 917) registrou, como segunda opção, uma acepção que se tornaria padrão: “*compenetrar-se das ideias ou sentimentos de outrem; adquirir (uma pessoa ou coisa) a índole ou natureza de uma outra pessoa ou coisa*”. Que foi seguida por Adolfo Coelho (1890, p. 736), “*compenetrar-se de*”; pela oitava edição do Moraes Silva (1891, v. 2, p. 149), “*compenetra-se das ideias ou sentimentos ou dos sentimentos de outrem*”; pelo Cândido de Figueiredo (1899, v. 1, p. 723) e pelo *Pequeno dicionário brasileiro* (1938, p. 503), “*compenetrar-se do que outrem sente ou pensa*”; e por Laudelino Freire (1954, v. 3, p. 2892), “*compenetrar-se das ideias ou sentimentos de outrem*”, este que acrescentou abonações de Carneiro Ribeiro (1839-1920): “*o seu espírito identificou-se ao do velho professor*”, “*com ele se identifica o ponto que o acompanha em todas as suas vicissitudes*”.

Na décima edição do Moraes Silva (1953, v. 5, p. 820), a segunda acepção da entrada dedicada exclusivamente ao reflexivo *identificar-se* corresponde a “*fazer seu, adotar, abraçar*”, acompanhada de algumas abonações. De António Feliciano de Castilho (1849): “*identificou-se com as nossas teorias*”; “*identifiquemo-nos com o seu pensar, com o seu fazer, com o seu exprimir*”. De Antônio Sérgio (1937), “*de aí resulta que o partidário se não identifica com uma dada ideia, mas sim com os seus chefes*”. Dicionário que, também no particípio *identificado*, registra uma segunda acepção, referente ao “*que abraçou, que adoptou costume, ideia igual; que pensa e obra da mesma forma*”, como no exemplo de Andrade Corvo (1851): “*estava por tal forma identificada com as ideias e costumes de sua ama, que se podia considerar apenas como um reflexo da Tia Brizida*”. No Antenor Nascentes (1961, v. 2, p. 518), o verbo pronominal significa “*confundir-se intelectual ou sentimentalmente com outrem*”.

Nos dicionários modernos, vários termos captam esse significado afetivo-sentimental em suas acepções. Em primeiro lugar, com o desvanecimento do paradigma representacional da episteme clássica, e com ele o abandono do horizonte de uma língua analiticamente bem-feita, a distinção sinonímica entre *concorde* e *conforme*, jamais adotada pela linguagem natural, fica definitivamente livre para ser registrada em seus sentidos literais e figurados. Assim, *concordância* e *conformidade*, geralmente admitidas como equivalentes, podem tanto ser sinônimas de *identidade* quanto significar um “*acordo de opiniões*”. É verdade que, no Domingos Vieira e nas edições do Moraes Silva, ocorre uma curiosa permanência da velha sinonímia comparada entre *concorde*, que “*refere-se propriamente ao acordo do ânimo, do coração; e diz-se de duas ou mais pessoas, que têm as mesmas opiniões, os mesmos gostos, os mesmos se sentimentos*”, e *conforme*, que “*refere-se mais particularmente à identidade ou analogia das formas: diz-se de duas ou mais coisas que tem entre si formas idênticas ou semelhantes*”. Entretanto, os demais registros desses lexemas, mesmo quando buscam respeitar essa prescrição semântica entre *forma* e *acordo*, recorrem ambos ao lexema *identidade*, pois este conservara seu significado lógico comparativo ao mesmo tempo em que desenvolvera sentidos figurados dele, de conotações afetivas, sentimentais e intelectuais.

Para os demais vocábulos iniciados pela partícula *con-*, que no geral instituem uma *comparação*, segue prevalecendo os procedimentos analógicos. Como visto, até mesmo o princípio da *con-substancialidade*, uma vez transferido para fora do campo teológico, perdera sua capacidade designativa de uma singularidade metafísica. O termo *congenialidade*, do Caldas Aulete, recebera como única acepção o significado afetivo-sentimental de “*igualdade*,

identidade de indoles e caracteres”. As edições do Morais Silva explicam *congenial* como algo “de gênio **idêntico** com outros”, e *congenialidade* como “**identidade**; afinidade de gênios, indoles, costumes, filha de iguais temperamentos, educação, e ideias habituais”. Do mesmo modo, *congênere*, que Caldas Aulete dicionariza como o “que é do mesmo gênero ou espécie”, pode significar, por extensão, o “que é semelhante, que tem caracteres **idênticos**”. No *Cândido* de Figueiredo, é o “que tem o mesmo gênero; **idêntico**”; e na décima edição do Morais Silva, o “que tem caracteres **idênticos**, que é semelhante, parecido, análogo”. Assim, na segunda edição do Caldas Aulete (1925) e na décima edição do Morais Silva, *incongenere* aparece como o “que não é do mesmo gênero; que não é **idêntico**; dessemelhante”. Como veremos, *confundir* denota um tipo de união, e por extensão o lugar negativo do erro, em oposição a um *identificar* que assume definitivamente o polo positivo do saber. *Coincidir*, de antigo referente a um ajuste de formas, adquire o inédito significado de um comparativo que evoca *identidade* no tempo.

Ao *acompanhar*, mantido na oitava edição do Morais Silva como “*acompanhar o caso que relata de circunstâncias idênticas*”, vieram se somar outros verbos que adquiriram um sentido afetivo-sentimental. O lexema *identidade* aparece nos significados das conjugações de *agermanar*, ou *germanar*, *familiarizar*, *apoiar*, *encontrar*, *confraternizar*, *connaturalizar*, *amigar-se*, *tocar-se*, *submergir-se*. A décima edição do Morais Silva trouxe o adjetivo *fiel* com uma exemplificação que citava certa “*simpatia e identidade de índole que o prendia a outro tolo*”. Assim como a locução “*ler pela mesma cartilha*” foi dicionarizada como “*ter idêntica opinião*”; e *anacnose* como uma “*figura retórica pela qual atribuímos a nós identificação ou participação nas palavras, atos ou sentimentos alheios*”. Essa obra, que já havia registrado *solidarizado* e *solidariedade* como possíveis significados de *consubstanciado* e *comúnia*, abriu ainda uma entrada exclusiva para sua forma substantiva, que previa uma “*identidade de sentimentos, de ideias, de doutrinas*”. As acepções figuradas de *consubstancialidade*, como dito, designando um tipo de identificação por acordo e afinidade, participam mais desse campo afetivo-sentimental do que da rigidez semântica dos conceitos metafísico-teológicos.

Mas existe, podemos dizer, um aquém e um além que tornam esse sentido afetivo-sentimental de *identidade* um dos mais difíceis de delimitar. Abaixo dele, e num significado que hoje nos parece estranho, consta, quase sempre contíguo às acepções do *identificar-se* como uma “*compenetração de ideias e sentimentos*”, o “*conformar-se; ajustar-se*”. Ele foi registrado no Caldas Aulete (1881, v. 1, p. 917), a que as edições brasileiras (1974, v. 3, p. 1896) melhor especificaram com um exemplo retirado de Aloísio Azevedo (1882): “*a mulher... só chega a*

amar deveras depois de muito conviver, depois de muito se identificar com o homem a quem se deu". Fórmula seguida por Adolfo Coelho (1890, p. 736), "*conformar-se com*"; pela oitava edição do Morais Silva (1891, v. 2, p. 149), *conformar-se*; pelo Cândido de Figueiredo (1899, v. 1, p. 723) e pelo *Pequeno dicionário brasileiro* (1938, p. 503), este que, na sua nona edição (1951, p. 658) acrescentou a sinonímia *afazer-se*; e igualmente por Artur Bivar (1952, p. 90) e por Laudelino Freire (1954, v. 3, p. 2892), "*conformar-se, ajustar-se*", que acrescentou um breve exemplo, "*identificou-se com o ambiente*". Um tipo de *identificação* que não se dá por decisão voluntária, mas antes pela necessidade de adaptação, às vezes coerciva, a uma dada situação. Em termos humanos, ela é como o significado figurado de *aclimar-se*, literalmente "*identificar-se com as condições vitais de um novo clima*", mas que nos registros de Caldas Aulete assume também o significado de *habituar*, como "*aclimar-se aos usos da corte*".

Acima dele, o sentido afetivo-sentimental permanece sempre atraído pelo campo gravitacional do significado mais original do verbo *identificar*: "*fazer de duas, ou mais cousas, uma só, e a mesma*". Sua dimensão ôntica é um tipo de *mesmeidade* que necessariamente conjuga *unidade numérica*. Poucas palavras orbitam esse risco de absorção pela singularidade como o verbo *assimilar*. Domingos Vieira explica que ele, como termo da *fisiologia*, significa "*converter em sua própria substância*", desse modo, corresponde a "*identificar; confundir em si*". Porém adverte que, sobretudo na sua forma reflexiva, pode ser "*usado na linguagem científica e figurada*". Caldas Aulete registra esse sentido *figurado*, de "*apropriar, incorporar, identificar-se com, compenetrar-se de, tornar semelhante*". O dicionário etimológico de Adolfo Coelho descreve ainda seu significado *gramatical*, que representa a "*lei fonética pela qual uma consoante ou uma vogal transforma uma outra [...] ou a **identifica** inteiramente a si*". A oitava edição do Morais Silva traz o sentido *figurado* de "*apropriar ideias ou sentimentos de outrem; identificar-se, compenetrar-se*". O Cândido de Figueiredo reconhece tanto a "*apropriação (de ideias)*", quanto a "*identificação, por eufonia, de uma letra por outra*". A décima edição do Morais Silva equipara *assimilar-se* a *identificar-se*; além de prever a *assimilação* como um termo *gramatical*, apontando-a ser "*completa quando os dois sons se **identificam** completamente*"; e de registrar seu sentido *figurado* de "*apropriação das ideias ou sentimentos alheios, aprendendo-lhes o sentido e incorporando-os ao próprio conhecimento*". Contudo, em todos esses casos, a primeira acepção permanece um tipo de união radical que transforma duas coisas em uma. O mesmo vale para o termo *simbiose*, oriundo da *biologia*, definido na décima edição do Morais Silva como "*associação permanente ou duradora entre dois organismos*".

diferentes”, porém prevendo uma aplicação *figurada*, enquanto “**identificação**, representação de duas personagens que são, de fato, uma só”.

No âmbito fisiológico, *assimilar* funciona como deveria funcionar no geral o verbo *aunar*, registrado no reflexivo por Domingos Vieira com os significados de “*unificar-se, identificar-se; juntarem-se cousas diversas, confundindo-se os seus atributos e qualidades*”. Mas para esse vocábulo, classificado como *antigo*, não havia registro de usos figurados. No léxico moderno, o próprio adjetivo *um* começa a receber significados de *idêntico*, como pode ser verificado em quase todos os dicionários. Para Caldas Aulete, por exemplo, *um* pode referir uma “*coisa idêntica ou homogênea, perfeitamente semelhante*”, mas passível de assumir a figuração daquilo que “*diz-se de várias pessoas semelhantes no gênio, no modo de pensar, nos costumes, nas tendências ou no modo de proceder*”. Por derivação, *unidade*, *uniformidade* e *unissonância* também adentram o campo semântico da *identidade*. O que se aplica aos vocábulos formados pelo prefixo grego *homo* – *homogêneo*, *homólogo* –, ele mesmo definido pela décima edição do Moraes Silva como um “*elemento de composição que exprime a ideia de semelhança, igualdade, identidade*”.

Em outra sinonímia comparada, como aquelas dos dicionários críticos do século XIX, mas que para Domingos Vieira estavam em uma relação que ainda era de contiguidade histórica, diferencia-se três verbos. O primeiro, *ajuntar*, teria “*uma significação mais extensa, tanto no sentido próprio, como no figurado*”, e “*exprime a ideia de aproximar para um certo lugar, pessoas ou cousas, por meio de um laço, motivo, fim, ou intenção moral*”. O segundo, *unir*, teria a particularidade de exprimir “*a ideia de identificar, de ajuntar, de formar um todo em que desaparece a individualidade*”. O terceiro, *coligir*, não passa do procedimento de “*escolher cousas semelhantes, com o fim, ao mesmo tempo, de as reunir e ter juntas*”. Como vemos, essa distinção lógico-semântica reservou o lexema *identidade* para o único caso que implica unidade ôntica, evitando usos figurados e similitudes comparativas.

No entanto, tal gesto não passa de uma irrupção anacrônica do racionalismo representacional da idade clássica em pleno advento da lexicografia moderna, que sobrevive como que fossilizado entre os registros mais recentes. No novo estado de língua e de ciência, o lexema *identidade* possui um amplo e pouco controlável espectro de polissemias. Quando ele é especialmente empregado em sentido lógico-filosófico, já não estabelece modelos ideais de comparações entre entes concretos – “*pessoas ou cousas*” –, mas perscruta os limites epistemológicos da associação entre as ideias desse “eu mesmo interno” e as ideias de um “outro

eu externo”. Por isso, quando finalmente se volta para inquirir o *ser*, seu sistema já não está baseado na objetividade de simultaneidades espacializadas, mas é fundamentalmente subjetivo, reflexivo e, conseqüentemente, temporalizado.

Desde os registros latinoportugueses, antes mesmo de todo este processo de figuração e metaforização, o lexema *identidade* já revelava facilidade em assumir significados que se afastavam do rigor de seu sentido lógico. Aliás, pudemos verificar que ele só conjugava noções rígidas e teorizadas de *individualidade*, *indivisibilidade* e *mesmeidade* no conceito escolástico de *unidade afirmativa*, utilizado para evocar a Trindade monoteísta. Nas demais ocorrências, sobretudo na forma adjetiva, ele costumava referir e estabelecer algum tipo de similitude comparativa entre entes distintos, ou entre as qualidade e acidentes que lhes eram intrínsecos, porém compartilhados. No Bluteau, por exemplo, os cruzamentos semânticos permitem inferir uma proximidade do *idêntico* para com o *mesmo*, o *igual*, o *único* e o *próximo*. Contudo, no domínio das próprias acepções, para além do entrelaçamento, inclusive etimológico, entre o *mesmo* e o *idêntico*, sua equivalência para com esses outros termos parece ser evitada. Exceção feita ao registro de *idem* na *Prosodia* revisada de 1697, que sugeriu uma sinonímia entre o *mesmo*, o *igual* e o *semelhante*.

No contexto da lexicografia clássica, esse cenário básico segue prevalecendo. A entrada dedicada ao *idêntico* corresponde exclusivamente ao *mesmo*. Apenas as textualizações do Morais Silva, e não as suas definições, permitem deduzir uma tímida aproximação ao *conforme* e ao *uniforme*. Em contrapartida, em vários dicionários, *identidade* começa a aparecer na acepção de *igualdade*, assim como *idêntico* passa a constar na acepção de *indistinto*, de *um* e até da expressão “*outro tanto*”. Os significados do *semelhante*, contudo, tendem a se manter afastados. Quando aproximados, são quase sempre na forma hiperbólica e paradoxal da *identidade* como um tipo de “*semelhança perfeita*”. Porém, isso não impede que, na prática, a definição, descrição e exemplificação de vários verbetes recorram ao *idêntico* para estabelecer os mais variados tipos de relação e comparação.

Na lexicografia moderna, em contrapartida, verifica-se uma abrupta expansão dos registros de outros termos comparativos nas acepções das próprias variantes do lexema *identidade*. No Domingos Vieira (1873), a primeira acepção do *idêntico* é uma simples equivalência ao *igual*. No Caldas Aulete (1881), sua definição é aquilo “*que se apresenta perfeitamente igual a outro ou outros*”; e a terceira, “*semelhante, análogo, da mesma natureza que um outro*”. Adolfo Coelho (1890) define-o como o “*que é inteiramente igual a outro ou*

outros”. A oitava edição do Moraes Silva (1891), depois de apontar a equivalência entre o *idêntico* e “*o mesmo*”, acrescenta a alternativa: “*ou perfeitamente igual a outro*”. Além de repetir, ao final, a mesma definição do Aulete. No Cândido de Figueiredo (1899), *idêntico* significa, em primeiro lugar, “*que é o mesmo que outro ou outros*”; em segundo, “*perfeitamente igual*”; em terceiro, *consubstanciado*; e por fim, *análogo*. No *Pequeno dicionário brasileiro*, na ordem, “*perfeitamente igual*”, *semelhante*, *análogo* e *consubstanciado*. O Laudelino Freire (1954) reproduz as acepções do Aulete. E Artur Bivar (1952), praticamente as mesmas do Figueiredo: “*que é o mesmo que o outro; perfeitamente igual; análogo*”. A décima edição do Moraes Silva (1953) altera a sua definição de *idêntico*, assim, a correspondência ao “*que é igual a outro; que não tem diferença alguma de outro*”, passa a ocupar o seu segundo significado; e a acepção copiada do Aulete, “*semelhante, análogo, da mesma natureza que outro*”, aparece como penúltima. No Antenor Nascentes (1961), sua primeira definição é “*perfeitamente igual*”. Além disso, as acepções do advérbio *identicamente* reconhecem suas sinonímias para com *igualmente*, *essencialmente*, *análogo e igual*, segundo Domingos Vieira; e *semelhantemente*, de acordo com Cândido de Figueiredo e Laudelino Freire.

Nos registros do substantivo *identidade*, a polissemia autorizada é ainda mais ampla, porém não generalizada. Domingos Vieira (1873) elenca “*paridade, igualdade*”, e só depois a literalidade da “*qualidade do que é idêntico*”, para então acrescentar “*similhança, parecença*”. Caldas Aulete (1881) define-a como a “*qualidade que uma coisa ou pessoa tem de ser perfeitamente igual a outra ou outras; paridade absoluta*”. E a oitava edição do Moraes Silva (1891), depois de apresentá-la como a “*qualidade de ser a mesma coisa, e não diversa*”, complementa: “*ou de ser perfeitamente igual a outra; paridade absoluta, idêntica*”. Adolfo Coelho, Cândido de Figueiredo e o *Pequeno dicionário brasileiro* evitam similitudes comparativas. Mas Laudelino Freire (1954) repete o Aulete: “*qualidade que uma coisa ou pessoa tem de ser perfeitamente igual a outra ou outras; paridade absoluta*”. Artur Bivar (1952), depois de iniciar pela literalidade da “*qualidade daquilo que é idêntico*”, acrescenta “*paridade absoluta*”. A décima edição do Moraes Silva e o Antenor Nascentes também preferem se limitar ao *mesmo* e ao *idêntico*. Mas no Domingos Vieira (1873), inclusive o verbo *identificar* equivale a *igualar*. O reflexivo *identificar-se*, na décima edição do Moraes Silva (1953), “*tornar-se idêntico, semelhante, parecido*”. E o particípio *identificado*, nessa mesma obra e no Artur Bivar (1952), pode significar “*semelhante, igualado*”.

Nesse ponto, fica dispensado descrever com maiores detalhes a frequência do lexema *identidade* na acepção de adjetivos como *igual, análogo, semelhante, indistinto, invariável, parecido, parêlo, tanto, coincidente, exato, conteste, frisante, sinônimo, gêmeo, sócia, natural, isômero, engembrado*; de substantivos como *igualdade, semelhança, parêla, série, gemeidade, holodria, circunvolução, rotação*; de expressões como “*sem tirar nem pôr*” e “*qual tal*”; de substantivos de oposição, como *distinção e diversidade*. O *diferente*, no entanto, definido como o “*que não é igual ou idêntico; dissemelhante; distinto*”, tal qual registrado pela décima edição do Moraes Silva, somente em meados do século XX começaria a receber acepções que adentram, de modo mais decisivo, o campo semântico de *identidade*.

Podemos conjecturar que essa expansão polissêmica da palavra *identidade* seja índice e ao mesmo tempo fator de suas possibilidades em assumir um significado eminentemente epistemológico. Por um lado, ao ter recebido, nas línguas românicas, o valor designativo do princípio lógico mais fundamental da cultura filosófica ocidental, *identidade* sempre pôde ser considerado um termo epistemológico, em sentido lato. Por outro lado, a gaiola metafísica a que essa episteme esteve durante muito tempo presa, impedia que, em particular a forma verbal do *identificar*, representasse um ato de saber, de conhecimento. A singularidade ôntica que ele referia, irrefletida porque imprescindível, limitava sempre o seu significado à noção de uma união radical. Em 1713, Bluteau (v. 4, p. 29) dicionarizou, pela primeira vez na língua portuguesa, *identificar* como “*fazer de duas, ou mais cousas, uma*”.

A posterior ruptura das grades metafísicas do universo conceitual escolástico e aristotélico, primeiro pelo racionalismo clássico, depois pelas correntes filosóficas modernas, constitui uma das principais condições para que o verbo *identificar* pudesse se afastar desse seu significado originário e assumir valores cada vez mais polissêmicos. Polissemia essa que, a seu modo, também contribuía na realização linguística e na projeção desses novos regimes epistemológicos que se sucediam e intercalavam. Podemos distinguir, em termos analíticos, dois movimentos paralelos, um de natureza lexical e outro de dimensão epistemológica, porém sem perder de vista que entre eles existe uma inescapável interdependência. Quando, em 1836, Solano Constâncio (p. 610) registrou a inédita acepção do verbo *identificar* como o procedimento de “*reconhecer pelo mesmo indivíduo*”, isso só o fora possível por causa da dilatação semântica de um lexema que não cessava de adquirir valores figurados e equiparações sinonímicas para com as mais variadas modalidades de similitudes comparativas. Em contrapartida, seu significado epistemológico provinha justamente da capacidade de referir

aquela singularidade ôntica original, a mesma que outrora lhe tornara impossível. Só assim ele pôde equivaler a *reconhecer*, mas também adentrar o campo semântico do *autêntico*.

É por isso que não necessitamos categorizar um sentido especialmente epistemológico de *identidade*, na medida em que ele não passa de um desdobramento moderno do sentido lógico-filosófico. No entanto, assim como ocorrera na delimitação metafísico-teológica, podemos melhor compreender a sua historicidade se observarmos as nuances de um sentido jurídico-individual. Foi sobretudo enquanto termo forense, que o lexema *identidade* começou a ser captado pelos dicionários do período clássico em seu significado epistêmico. Do sentido normal-pragmático, ele se distanciava na medida em que tinha a *unidade numérica* por necessidade básica. A descoberta dessa individualidade, porém, não anulava o próprio ato comparativo que lhe dera ensejo, na descoberta de uma confusão entre “duas ou mais cousas”, como no conceito de *identidade absoluta* preconizado pelo racionalismo lógico-semântico daquele período. Articulado ao desenvolvimento de uma burocracia estatal cada vez mais ampla e complexa, seu procedimento de verificação é mais simples, baseado na conformidade a um conjunto de signos e registros previamente documentados. Mais do que um ato de conhecimento, é antes um gesto de *re-conhecimento*, sempre averiguado por um terceiro que questiona, compara e atesta a *identidade* de um determinado *in-divíduo*.

No registro de Domingos Vieira, a definição de *identidade* citava apenas o seu significado original pela noção de um tipo radical de *união*. Caldas Aulete (1881), no entanto, como segunda opção, retoma a acepção do Solano Constâncio (1836) e das reedições do Eduardo de Faria (1849): “*reconhecer pelo mesmo indivíduo*”. Que as edições brasileiras (1974) complementariam por: “*estabelecer a identidade de*”. Adolfo Coelho (1890) contrapõe o “*fazer idêntico*”, do primeiro significado, ao “*reconhecer como idêntico*”, do segundo. A oitava edição do Moraes Silva (1891) realizou o que ficara pendente nas anteriores: à repetição da velha acepção do “*fazer de duas, ou mais cousas, uma só, e a mesma*”, adicionou o ato de “*reconhecer a identidade; reconhecer por idêntico*”. Cândido de Figueiredo (1899) também contrapõe o “*tornar idêntico*” ao “*reconhecer como idêntico*”, a que a segunda edição (1913) adiciona o exemplo: “*identificar um cadáver*”. No *Pequeno dicionário brasileiro* (1938), por sua vez, “*tornar idêntico a*” é sucedido por “*estabelecer a identificação de*”. No Laudelino Freire (1954), a segunda acepção para o verbo *identificar*, “*achar a identidade de*”, vem acompanhada da velha exemplificação forense, “*identificar criminosos*”, e de uma abonação científica recolhida em Rui Barbosa: “*Pasteur descobriu a procedência dessas contaminações funestas,*

identificando o micróbio que as determina". Na décima edição do Moraes Silva (1953), há uma acepção forense, "*provar a identidade de alguém*", como no exemplo: "*identificar um cadáver, um criminoso*". E outra não apenas científica, mas especificamente taxonômica, "*reconhecer; dar um nome preciso a cada coisa; classificar*", como na citação: "*Norberto reconheceu imediatamente a garça, o jaburu, o bem-te-vi e infinitas mais aves, que só a sua memória prodigiosa identificaria na multidão e variedade sem fim*". Antenor Nascentes (1961), por fim, contrapõe "*tornar idêntico*" a "*estabelecer a identidade*".

A variante substantiva *identificação*, geralmente definida como "*ação ou efeito de identificar, ou identificar-se*", em alguns registros deixa claro que a forma transitiva refere antes esse ato epistêmico. As edições brasileiras do Caldas Aulete (1974), especificam o "*reconhecimento de um indivíduo ou de uma coisa como os próprios*", com uma abonação creditada a Afrânio Peixoto (1940): "*nós hoje fazemos falar os recém-nascidos, voz do sangue, pela identificação dos grupos sanguíneos, que são hereditários e dão pista*". O *Pequeno dicionário brasileiro* (1938) estabelece a acepção de "*determinação da identidade; reconhecimento de uma coisa ou de um indivíduo como os próprios*". A décima edição do Moraes Silva (1953), ao exemplo da "*identificação de um criminoso*"; acrescenta uma abonação contemporânea, retirada da obra de Antônio Sérgio: "*se o amor do poeta foi o que li na Lírica — no seu caso, mais que em nenhum, não importa talvez a identificação das Damas*". Também Antenor Nascentes (1961), admite *identificação* como "*determinação da identidade*".

A forma adjetiva do *idêntico* parece resistir em assumir esse sentido epistemológico, mas as variantes *identificado* e *identificável*, facilitadas pelas conjugações genéricas do "*que se identificou*" e do que "*pode se identificar*", na décima edição do Moraes Silva (1953) recebem acepções particulares. A definição "*reconhecido como o próprio*"; e o exemplo de que "*o criminoso era facilmente identificável*". Para que não reste dúvidas acerca de um procedimento de verificação realizado por um terceiro, o adjetivo *identificador* se substantiva, sendo registrado no Caldas Aulete como um termo que, no Brasil, designa "*que, ou aquele que identifica, e especialmente o que recolhe elementos para o bilhete ou carteira de identidade*". Na décima edição do Moraes Silva (1953), "*que, aquele ou aquilo que identifica*". No dicionário da Academia Brasileira de Letras de Antenor Nascentes (1961), "*que identifica*"; "*pessoa identificadora*"; ou o "*funcionário encarregado de proceder a identificações*".

Enfim, a definição forense que havia aparecido nos registros dos dicionários do período clássico, através da quinta (1844) ou da sexta (1858) edição do Moraes Silva, "*reconhecimento,*

verificação de pessoa”, tornou-se uma das principais acepções da palavra *identidade* no advento da lexicografia moderna. No Domingos Vieira (1873), o quinto e o sexto significado em sequência: “*identidade de pessoa, ficção de direito, em virtude da qual o herdeiro e o testador se consideram como uma mesma pessoa, quanto às ações ativas e passivas*”; “*reconhecimento judicial de uma pessoa morta ou viva, necessário para se proceder com a precisão e clareza devidas*”. No Caldas Aulete (1881), a segunda opção: “*verificar ou reconhecer a identidade de uma pessoa ou de um cadáver, certificar que essa pessoa ou esse cadáver é o mesmo de que se trata e não outro*”. Na oitava edição do Moraes Silva (1891), a última acepção com um breve complemento: “*reconhecimento, verificação de pessoa, ou de cadáver*”. No Cândido de Figueiredo (1899), o quarto e o quinto significados registrados, na ordem: “*circunstância de que um indivíduo é o mesmo que se pretende ou que se presume ser*”; “*circunstância de que um cadáver ou um esqueleto é o de determinado indivíduo*”. No *Pequeno dicionário brasileiro* (1938), a segunda alternativa, “*reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio*”. Na sua décima primeira edição (1967), precedida pela seguinte descrição: “*conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa, tais como o nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc.*”. No Laudelino Freire (1954), a segunda opção: “*reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio*”. Na décima edição do Moraes Silva (1953), o verbete *identidade* é em sua maior parte dedicado a esse significado, acompanhado de textualizações triviais. A quarta acepção, “*o facto de uma coisa ser ela mesma e não outra, de ser autêntica, de não haver substituição*”. A quinta, “*conjunto de elementos que permitem saber quem uma pessoa é*”. No Antenor Nascentes (1961): “*conjunto de dados que fazem com que alguém seja determinada pessoa*”, como no exemplo: “*não receberás o vale sem provar tua identidade*”.

Mais do que isso, *identidade* passa a nomear o próprio documento civil que contém esse conjunto de caracteres que permite reconhecê-la, verificá-la, certifi-cá-la, determiná-la, autenticá-la, comprová-la. A segunda edição do Caldas Aulete (1925) registrou “*bilhete de identidade*” como o “*cartão em que está o nome e às vezes sinais característicos do seu portador, e serve para sua identificação*”. As edições brasileiras (1974), observaram que, no Brasil, esse documento se chama “*carteira de identidade*”. A décima edição do Moraes Silva (1953), trouxe “*em particular, documento ou documentos que permitem ao portador provar quem ele é*”, como no exemplo: “*mostrou o bilhete de identidade, e o retrato nele colado disse tudo, sem a mínima dúvida*”.

Com variações desse mesmo significado signo-documental, os dicionários modernos captam *nome, bilhete de identidade, placa de identidade, ficha de identidade, ficha antropométrica, impressão digital, carteira profissional, cédula, documento, inscrição, chapa, escacha, papéis, papeleta, senha, resenha, marcação, anilha* e até *muiraquitã*. Como procedimentos e técnicas de *identificação*, Domingos Vieira (1871), citando Bluteau, apresenta *acareamento* como uma antiga “*cerimônia judicial, em que se confrontam as caras de muitos para se vir em conhecimento do delinquente*”; que ele atualiza explicando que, “*no acareamento, procurava-se, pondo a testemunha em frente do réu, verificar a **identidade** da pessoa do criminoso*”. Na primeira edição do Cândido de Figueiredo (1899), *dactyloscopia* aparece como uma “*suposta adivinhação por meio dos dedos*”. Mas na segunda (1913), já consta como um “*moderno sistema de **identificação** dos criminosos, por meio das impressões digitais em tinta*”. Que se repete na segunda edição do Aulete (1925) e na décima do Morais Silva (1951). Do mesmo modo, *sinalética* foi dicionarizada em 1913 pelo Cândido de Figueiredo como “*processo de observar e registrar os sinais ou marcas ou cicatrizes, para a **identificação** dos criminosos*”, replicado pelo Aulete em 1925 e pelo Morais em 1957. Este último que já tinha registrado *bertilhonagem* como um “*processo de **identificação** antropométrica*”; *antropo-sinalético* como “*um processo de **identificação** que consiste numa associação do método Bertillou com a fotografia do indivíduo de frente, de perfil, descrição de cicatrizes, tatuagens, sinais particulares, etc.*”; e *resenho* como um exame “*necessário à **identificação** dos animais*”.

Os profissionais que realizavam esses procedimentos. A segunda edição do Cândido de Figueiredo (1913) substantivou *mensurador* como o “*funcionário que nos postos antropométricos é encarregado da medida e **identificação** dos criminosos*”. Assim como o fizera a décima edição do Morais Silva (1954). Os lugares onde esses procedimentos ocorriam. A oitava edição do Morais Silva (1892) registrou *necrotério* como a “*casa, sala, ou capela onde se expõem, antes de levados à sepultura, os cadáveres de pessoas mortas por acidente, para ser reconhecida a sua **identidade**, proceder-se a autópsia, ou para outros fins policiais*”. A segunda do Cândido de Figueiredo (1913), como o “*lugar onde se expõem os cadáveres que vão ser autopsiados, ou cuja **identidade** é necessário reconhecer antes de sepultados*”. Mesma acepção dada pela décima edição do Morais Silva (1954), que ainda dicionarizou *morgue* como sinônimo, “*lugar em que se expõem os mortos [...] para que se possam **identificar***”.

O advérbio *contestemente*, que desde a primeira edição do Caldas Aulete (1881) era equiparado a algo “*de um modo conforme e idêntico*”, no Cândido de Figueiredo (1899) ganhou o registro particular de “*identicamente; com depoimento igual*”, o que se repete na décima edição do Moraes Silva (1951). Nesse vocabulário jurídico, *aresto* e *decreto* continuam sendo descritos como o que se aplica em “*casos idênticos*”; *autêntica*, “*o despacho com que se justifica a identidade e verdade das relíquias ou milagres*”, no Domingos Vieira (1871), e a “*notoriedade pública da verdade, identidade da coisa*”, no Moraes Silva (1890 e 1949). Na décima edição deste, o verbo *verificar* foi definido como o ato de “*examinar se uma coisa é o que deve ser ou o que se declarou ou julga ser*”, como no exemplo: “*estalar a fechadura da caixa para verificar a identidade dos objetos*”.

Podemos, portanto, discernir três tipos de *identificar*, que enunciam atos distintos quando de fato “identificam” algo. Em primeiro lugar, “tornar idêntico”, “fazer idêntico”, costuma corresponder ao modelo radical de união em que ao menos um dos entes “identificados” perde a sua individualidade existencial. Esse é o sentido metafísico dos registros latinoportugueses de Bluteau, onde o verbo *identificar* não consegue assumir a designação de um ato de conhecimento. Pelo contrário, quando inadvertidamente equiparado ao *confundir*, o que lhe é permitido pelos significados de *unir* e *misturar*, converte-se no lugar do erro, sobretudo em um modelo de saber feito para *separar* e *ordenar*.

Domingos Vieira (1873), por exemplo, registra *confundido* como sinônimo de “*identificado, unido*”, mas definido como “*posto em confusão, em desordem; transtornado, misturado com outros*”. Caldas Aulete também admite “*unir, identificar*” como uma das acepções de *confundir*, cuja definição é “*reunir sem ordem, misturar (coisas diferentes) [...] fazer desaparecer a separação de*”. Adolfo Coelho (1890), também prevê *confundido*, “*posto em confusão, desordem*”, como equivalente a “*identificado, unido*”. A oitava edição do Moraes Silva (1890) evita essa associação entre *confundir* e *identificar*, mas o Cândido de Figueiredo (1899) a restabelece no sentido de “*unir desordenadamente; misturar; não distinguir*”. Assim como a sua décima edição (1951), que apresenta *confundido* como algo “*posto em confusão em desordem*”, e adiante o equipara a “*identificado, unido*”.

Em segundo lugar, “identificar” pode designar o ato de reconhecer algo. Ele ainda guarda em si uma ideia de união, mas não mais no sentido metafísico do primeiro caso, e sim no de atestar, em uma determinada situação, a conformidade do ente em questão a um referente que não é exatamente ele mesmo – tampouco deve ser outro –, mas o registro prévio de um

conjunto de referências que, apesar de acidentais, são capazes de representar a sua individualidade inequívoca. Esse é o sentido captado pelos dicionários do período clássico, mas que não se restringe ao advento da sua episteme. Ele sobrevive no vocabulário jurídico e forense, aplicado, na prática, das maneiras mais formais até as mais informais. E também na terminologia científica, sempre que um dado objeto é submetido a um procedimento taxonômico que descobre o seu lugar exato dentro de um quadro classificatório. Só assim é possível *re-conhecer* algo que na verdade nunca fora antes conhecido. Porque ele pode ser “identificado” em relação a um conjunto de caracteres que, independentemente da disponibilidade empírica, já haviam sido antecipados pelo sistema. Desnecessário dizer que, no sentido normal-pragmático, o uso desses termos não necessita observar qualquer rigor metodológico, podendo se tornar sinônimo de qualquer ato de conhecimento.

Isso permite que a *mineralogia*, conforme registro de Domingos Vieira (1873), possa adotar nomenclaturas como “*ângulos idênticos*” e “*cal idêntica*”. Que Caldas Aulete (1881) dicionarize *analogia*, dentre outras coisas, como o “*ponto ou circunstância idêntica em dois ou mais objetos diferentes*”. Como no exemplo retirado da *História de Portugal* de Alexandre Herculano (1846-1853): “*examinar se nas instituições, nos factos sociais que diversificam... se encontram analogias, que tornem possível a sua distribuição em grupos determinados pela identidade*”. Que Moraes Silva (1891), desde sua sexta edição (1858), viesse reproduzindo a diferença estabelecida pelo dicionário de sinônimos críticos do Cardeal Saraiva (1821) entre *analogia*, uma modalidade racional de comparação, e *semelhança*, “*essa identidade, que [...] não sabemos determinar a sua diferença*”. Assim, Caldas Aulete (1881) registra *espécie*, no domínio da *química*, como a “*coleção de indivíduos idênticos pela sua composição elementar e imediata*”. O que se repetirá na entrada *especiaria* da décima edição do Moraes Silva (1952). Nesse sistema lógico-comparativo, a *identidade*, numa oposição absoluta à *diferença*, converte o verbo *identificar* em um ato de conhecimento. O Caldas Aulete (1899) traz *escapar*, no sentido *figurado*, como o “*não ser compreendido; não ser percebido; não poder ser avaliado ou sentido*”, como no romantismo de Antônio Feliciano de Castilho: “*mas esta desidentificação incessante do corpo escapa às nossas percepções*”. No entanto, sua presença na acepção do *reconhecer* será tardia, captada somente pela décima edição do Moraes Silva (1956), que o registra como “*caracterizar, identificar*”, a exemplo de “*reconhecer os criminosos*”. O mesmo se dá em *reconhecido*, “*conhecido ou identificado novamente*”; e *reconhecimento*, “*operação que identifica uma força militar ou um indivíduo*”.

Em terceiro lugar, “estabelecer a identidade” pode evocar uma operação fundamentalmente filosófica. Ela ainda guarda um significativo teor de união, mas que não passa da associação de uma ideia com outra ideia. Nesse caso, denota uma operação de reconhecimento, mas que não vai de um objeto do conhecimento ao referente racional que já não é mais capaz de lhe representar, e sim que parte de um conhecimento “interno” ao sujeito de conhecimento face a uma concepção daquilo que lhe seria “externo”, porém ainda – e necessariamente – subjetivo. Aqui, a *identidade* não resulta passivamente de um procedimento lógico-comparativo da realidade imanente, mas emerge como um conceito transcendental constituído pela própria mente humana. Trata-se de um sistema filosófico de matriz idealista, propagado sobretudo desde a Alemanha a partir da virada do século XVIII para o XIX, cujo vocabulário é explicitamente captado pelos registros de Domingos Vieira (1873).

Em seu dicionário, “*proposição analítica*” é apresentada como o que “*diz-se, na filosofia de Kant, daquela cuja certeza se funda na **identidade** dos conceitos*”. Uma das acepções da própria *identidade*, informa que “*sistema da **identidade***” seria a “*doutrina sustentada por Schelling, filósofo alemão, na qual todos os objetos existentes são considerados sob o ponto de vista de **identidade**, ou da unidade da existência*”. Em outro lugar, “*intuição intelectual*” é explicada como um “*termo traduzido do alemão Anschammg, no sistema de Schelling, que significa um ato transcendente, indefinível, por meio do qual a inteligência compreende o absoluto na sua **identidade***”, ou seja, “*tal como ele é em si mesmo, acima de toda a distinção e de toda a diferença, e reunindo na sua natureza absolutamente simples todas as oposições e todos os contrários*”. O verbete *evidência* diferencia vários tipos: “*a que se obtém ou adquire pelos sentidos*”; a “*que parece certa só pelo sentimento, sem que se possa dar conta dela*”; a “*factual, que se adquire por meio da observação*”; e, por fim, a “*evidência da razão, que se obtém pelo raciocínio*”, particularmente descrita como a que “*consiste unicamente na **identidade***”. Contudo, em outro regime, “*identidade de razão*”, pode ser a “*apreensão do entendimento que pretende que uma coisa seja igual a outra, com quanto seja realmente diferente*”.

Entre os demais lexicógrafos, as referências não são tão flagrantes, mas podemos considerar essa mudança epistemológica uma condição de possibilidade para vários de seus registros do lexema *identidade*. Fiel aos preceitos descritos, Domingos Vieira traz o verbo *identificar*, em primeiro lugar, como o gesto de “*compreender duas cousas sob uma mesma ideia, sob uma mesma natureza*”, e, só depois, “*fazer delas uma*”. Definição que seria replicada

pela décima edição do Morais Silva (1953), “*compreender duas coisas na mesma ideia*”; e pelo segundo significado dado ao *idêntico* tanto Caldas Aulete (1881) quanto por Laudelino Freire (1954): “*que é compreendido sob uma mesma ideia*”. São eles que autorizam textualizações como estas: “*a identidade de duas theorias*”; “*a verdadeira ilustração estava identificada com as ignominias do século*”; “*quer à fina força identificá-lo com o el, lo, la espanhol*”; “*identificou os diversos gêneros*”. Elas possuem em comum o fato de estabelecer relações de identidade entre concepções que não referem qualquer objeto da realidade, mas concepções deles.

É claro que a distinção entre esses três tipos ideais de identificação, articulados a três modelos epistêmicos distintos, não se define em termos sintáticos e lexicais, sendo que todos podem ser enunciados pelas mesmas sentenças. Tampouco podem ser inferidos de breves citações. Sua devida recuperação necessita da observância de contextos discursivos e procedimentos mais amplos. No entanto, nossa análise de longa duração é capaz de localizar um tipo particular de construção linguística que é característica dos registros lexicográficos modernos do final do século XIX e do XX, mas cujos efeitos epistêmicos eram, assim como ocorre em relação ao conceito moderno de *nação*, prospectivos e retrospectivos.

Cândido de Figueiredo (1899) e a décima edição do Morais Silva (1954) dicionarizaram o adjetivo *megárico* como “*relativo a uma escola filosófica, fundada em Mégara por Euclides, escola que duvidava do testemunho dos sentidos, admitia a unidade absoluta e considerava o ser e o bem como **idênticos***”. Este último, registrou ainda *averroísmo* como a “*doutrina filosófica [...] segundo a qual a humanidade consistia essencialmente num só homem, havendo **identidade** em todas as inteligências humanas*”. *Instrumentismo*, classificado enquanto *neologismo*, como a “*escola estética que pretende **identificar** a poesia com a música*”. *Pragmatismo*, como a “*doutrina filosófica, que adopta como critério da verdade a utilidade prática **identificando** o verdadeiro com o útil*”. *Panteísmo*, como a “*doutrina filosófica que **identifica** Deus e o Mundo, o criador e a criação, isto é, considera Deus como a universalidade dos seres ou conjunto de tudo quanto existe*”; e “*panteísmo cosmológico*” como o “*sistema que considera o Universo e Deus como sendo **identicamente** o mesmo ser*”. É por isso que sua presença como exemplo na acepção do verbo *identificar*, como dito, já habita um horizonte filosófico moderno, e não mais pertence ao domínio metafísico-teológico. Quando, em meados do século XX, o dicionário registrar *marcelianismo* como uma “*doutrina cristã, do século IV, que exagerava a consubstanciação das duas primeiras pessoas da Santíssima Trindade, identificando uma com a outra*”, o enunciado que não seria uma heresia necessária para a

teologia antiga, o é para o regime epistemológico moderno, pois lhe falta uma metafísica que especificasse o *tipo de identidade* que pudesse professar ou anular as singularidades sagradas.

A meio caminho entre o idealismo moderno e o antigo pensamento metafísico, encontram-se duas formas particulares de enunciado que, pela sua distinção representacional, merecem atenção à parte em relação ao sentido lógico-filosófico dos registros lexicográficos de *identidade*. O primeiro deles é o proposicional, que consta desde o primeiro registro de *idêntico* dado por Bluteau (1713), “*proposição idêntica é a que é a mesma que outra*”, e o exemplo que a acompanhava: “*estas proposições que parecem diversas, são idênticas*”. Se a estendermos para uma concepção ampla de representação linguística, então podemos considerar que também na primeira edição do Moraes Silva (1789), há textualizações que retomam essa dimensão da relação de identidade entre o real e o que é dele enunciado: “*escrever livros idênticos, i. e. que dizem o mesmo que outro, sem novidade, nem variedade*”; “*rejeitar-se os embargos pela identidade da matéria, ou por não conterem matéria nova, mas o mesmo que já se expôs*”. A oitava edição (1891) mantém todos esses exemplos. No Caldas Aulete (1881), no Laudelino Freire (1954) e na décima edição do Moraes Silva (1953), a entrada *idêntico* possui uma acepção que versa sobre a “*proposição idêntica, aquela cujo atributo é implícita ou explicitamente idêntico ao sujeito*”. Em entradas específicas, Moraes Silva (1955) distinguiria ainda “*proposição analítica, aquela cuja certeza se funda na **identidade** dos conceitos*”; de “*proposição **idêntica**, aquela cujo atributo é **idêntico** ao sujeito*”; e “*proposição sintética, aquela cuja certeza se baseia na **identidade** dos conceitos*”.

A outra forma de abstração é matemática, esta que, por sua vez, só começa a ser captada pelos dicionários do final do século XIX. Domingos Vieira (1873) registra *idêntico* como “*termo de matemática*”, sendo “*equação idêntica; aquela cujos dois membros contém as mesmas quantidades, sob a mesma forma, ou sob formas diferentes*”. Para o Caldas Aulete (1881), “*equação idêntica*” é “*o mesmo que identidade*”. No que é seguido por Adolfo Coelho (1890). Na entrada *identidade*, a última acepção do Caldas Aulete (1881) refere um termo da álgebra que constitui uma “*espécie de equação ou de igualdade, cujos membros são idênticamente os mesmos, ou igualdade que se verifica para todos os valores da incógnita*”. Cândido de Figueiredo (1899) menciona a “*equação algébrica, em que os dois membros são idênticamente os mesmos*”. Adolfo Coelho (1890) e a primeira edição do *Pequeno dicionário brasileiro* (1938), registram a “*equação cujos membros são idênticos*”. Que a nona edição (1951), atualizaria para “*igualdade que contém letras e é satisfeita para quaisquer valores*

dessas letras". Laudelino Freire (1954) e Artur Bivar (1952) repetem o registro do Caldas Aulete. A última acepção do Antenor Nascentes (1961) é "*igualdade cujos membros são idênticos*". A décima edição do Moraes Silva (1955) registra *inidentidade* como um termo matemático que significaria "*o mesmo que desigualdade propriamente dita*".

Por fim, é somente no âmbito desse subjetivismo moderno, capaz de colocar o próprio *ego* do sujeito cognoscente em perspectiva, que pela primeira vez emerge um significado reflexivo de *identidade*. Que não apenas torna-se capaz de colocar o *si-mesmo* em questão, conforme já observado e descrito na evolução desses próprios lexemas, como os realiza linguisticamente através de um conceito renovado, lógico-filosófico, de *identidade*. Nessa perspectivação, a modalidade básica de comparação, até então estática, plural e espacializada, apresenta-se fundamentalmente fluída, individual e temporalizada. É justamente porque ela permite uma dialética de mudanças e permanências que não ameaçam a constituição ôntica do indivíduo, que ela se revela ainda aporética, de um *si-mesmo-como-outro*.

Para Domingo Vieira (1873), *identidade* é um termo da *filosofia* que significa a "*consciência de si mesmo, certeza do que se tem experimentado*". No Caldas Aulete (1881) e no Laudelino Freire (1954), "*identidade pessoal*" é a "*persistência da consciência que um indivíduo tem de si mesmo; consciência que uma pessoa tem de si*". Na décima edição do Moraes Silva (1953), *identidade* é a "*consciência que uma pessoa tem de si própria*"; e *idêntico* é algo "*cuja natureza não muda; que se conserva sempre igual a si*". Caldas Aulete (1881) atribuiu ao adjetivo *próprio* o significado de "*idêntico, que é exatamente o mesmo e não outro*", como uma citação não menos reflexiva e aporética, de Almeida Garret: "*se eu a mim próprio me não sei guiar*". Cândido de Figueiredo, dentre outros sinônimos, apresenta o *próprio* como *peculiar, idêntico, exacto*. Na décima edição do Moraes Silva (1955), *próprio* corresponde ao "*que é exactamente o mesmo e não outro; idêntico; mesmo*". Domingos Vieira (1874) e a oitava edição do Moraes Silva (1891), apresentam *si* como um pronome usado quando é "*idêntico de terceira pessoa*", mas a décima edição (1955) explica que, quando *reflexivo*, equivale ao "*sujeito de idêntica pessoa gramatical*", como na "*voz reflexiva*", "*quando o objeto-direto está em relação de identidade com o sujeito*".

3.4 O FATOR LINGUÍSTICO DA MODERNIDADE EPISTEMOLÓGICA

3.4.1 A historicidade moderna e a descoberta da dimensão temporal da língua

A relação entre os léxicos português e latino, que até o século XVIII ainda não era concebida a partir de uma dimensão eminentemente temporal, mas que, em contrapartida, tinha nas “circunlocuções sobre tediosas” de espelhar uma língua morta e outra viva um dos fatores de apreensão de uma complexa temporalidade, ao final do século XIX estaria realizada em termos plenamente históricos. No final do século XIX, Caldas Aulete (1826-1878) compara a sua língua, “hodierna”, com a do século XVI, para assegurar que “quem pretendesse representar a vida física e moral das sociedades modernas com os termos exclusivamente empregados pelos autores daquele período, o mais brilhante da literatura clássica, dificilmente o conseguiria”. E acrescenta: “é por isto que a alta latinidade é ainda uma língua mais pobre que a língua portuguesa do século XVI” (1881, p. XXIII). Para justificar a segunda edição de seu dicionário (1825, p. *s/p*), os prefaciadores alegariam que “a língua vive, os novos descobrimentos, nas ciências mormente de aplicação, criam novas necessidades vocabularistas”. Cândido de Figueiredo (1846-1925) também buscava atualizar os registros de uma linguagem que se ampliava, dentre outros motivos, “pela necessidade de dar nome a coisas e fatos que nossos avós desconheciam” (1899, p. V).

Se, para extrair algum tipo de historicidade do período recoberto pela lexicografia monolíngue-clássica, foi preciso avaliar o jogo de arcaísmos e neologismos, considerar a autoridade dos clássicos, determinar o lugar da etimologia, nos dicionários que lhe sucederam, em contrapartida, a presença de um sentido histórico é explícita e imediata. Essa é uma das principais características que os fazem *modernos*, em sentido estrito. Neles, a história não aparece apenas como mais um elemento da língua, mas torna-se o seu fator de constituição mais decisivo. De modo que todos os demais passam a ser analisados sob um ponto de vista histórico. No artigo *Sobre a língua portuguesa*, publicado em 1871 como texto que antecede o dicionário de Domingos Vieira (1775-1857), o filólogo Adolfo Coelho (1847-1919) defende que, “na ciência da linguagem, a primeira ideia, o primeiro princípio, é que a linguagem se transforma” (p. XVII-XVIII). Percepção que, reconhece, não era nova, sendo familiar também à Antiguidade e aos gramáticos dos séculos XVI, XVII e XVIII. A diferença moderna residiria na constatação do caráter não arbitrário de tais transformações, na busca de determinação das

leis que regem o que chama de “metamorfismos”. Discorre então sobre cinco tipos de mudança linguística, sendo que as duas primeiras são de natureza particularmente lexical, contra o teor gramatical que predomina nas outras três.

O *arcaísmo*, primeiro metamorfismo, é definido como “o esquecimento, o desuso de palavras usadas anteriormente” (Coelho, 1871, p. XVIII). Porém, como põe em perspectiva Caldas Aulete (1881, p. XXIII), “o neologismo em algum tempo também virá a ser arcaísmo, como o arcaísmo já foi em outra época neologismo”. Do mesmo modo, Adolfo Coelho (1871, p. XVIII-XXIII) pondera que, “o que ele hoje aprova, amanhã é condenado pelo uso, o que ele hoje supõe morto, amanhã reaparece vivo na linguagem”. No seu entendimento, o arcaísmo poderia ocorrer pelo desaparecimento da coisa designada, por cair em desuso ao adquirir sentido obscuro, ou pela mera substituição sinonímica. Haveria ainda a possibilidade de mudança semântica, quando a mesma palavra perde ou adquire significados, e a mudança mórfica, quando um vocábulo é substituído, sem grandes alterações de significação, por derivados vocabulares do mesmo *thema*.

Cândido de Figueiredo (1899, p. VII e XIV) observa que numerosos termos tratados como arcaísmos sobrevivem nos rincões provincianos, “donde o caminho de ferro e a concomitante civilização ainda não expungiram tudo que há de usanças e locuções avoengas”. Sua visão crítica do processo civilizatório atribui à lexicografia a missão de salvar “a boa e antiga linguagem portuguesa”, desenvolvendo uma metáfora na qual “a locomotiva, ou antes, a locomotora, esfumou aqueles cerros e vales, e a vegetação secular vai cedendo terreno a plantas novas, entanguidas e efêmeras”, referindo-se à “gíria da cidade” e ao “neologismo, ora inútil, ora tolíssimo”. A utilidade desses registros seria múltipla. De um lado, “a Filologia terá neles valiosos subsídios para a história crítica da língua”, de outro, seu usuário “poderá continuar a ufanar-se da sua excepcional flexibilidade e beleza, e do seu numeroso vocabulário, irrealizável talvez, se o defrontarmos com o das outras línguas românicas”. Adiante, menciona ainda uma função heurística e particularmente historiográfica: “muitas expressões, realmente de cunho antigo, tendo pertencido a usos e instituições que passaram, hão de necessariamente empregar-se ainda hoje, sempre que tenhamos de nos referir a essas instituições e usos”.

Em 1939, na apresentação da quinta edição do Cândido de Figueiredo, Júlio Dantas (1876-1962), na condição de presidente da Academia das Ciências, enfatizaria uma perspectiva que podemos classificar como progressista e metalexigráfica. De acordo com a sua percepção, os léxicos envelheceriam “não apenas porque o afluxo das palavras novas é

constante, e porque a evolução semântica atribui às velhas palavras novos valores”, mas também porque “os regimes ortográficos se sucedem, conseguindo muitas vezes de vicissitudes da política da língua”, ou ainda “porque os próprios processos e a própria técnica lexicológica se modificam sem cessar no sentido da maior perfeição” (1939, p. VII).

O segundo tipo de metamorfismo trazido por Adolfo Coelho diz respeito à introdução de *neologismos*. De acordo com a concepção historicista de Caldas Aulete (1881, p. XXII-XXIII), “as palavras novas representam o progresso, como as antigas a tradição”, são expressão da “lei inevitável que abrange tudo que existe”, “pois só não admitem neologismos as línguas mortas”. Os revisores do Moraes Silva (1890, p. 06), apontam que “a muitas palavras acrescentaram-se novos significados e aumentou-se o vocabulário com muitos termos novos, que o progresso em todos os ramos do saber humano tem introduzido na sociedade culta”. Na descrição de Adolfo Coelho (1871, p. XXV-XXVI), a primeira maneira de produção de neologismos seria através de recombinações dos elementos da própria língua. Mas costumava ocorrer também reintroduções do tesouro lexical das línguas clássicas, que neste caso, como aponta, não se trataria de “verdadeiros neologismos, mas apenas de renovações”. Observa que “os escritores do século XVI engrossaram consideravelmente o léxico português com palavras dessa natureza”, e que “essa obra foi continuada pelos dos séculos seguintes”. Poderiam ser produzidas ainda combinações inéditas de elementos greco-latinos, “o que se dá principalmente na tecnologia científica”. Caldas Aulete (1881, p. XVIII) diferencia que “os termos científicos quase todos são formados artificial e sistematicamente de palavras gregas”, e que “os das artes e ofícios são tirados, em geral, da linguagem comum”. Também para Cândido de Figueiredo (1899, p. V), a ampliação do léxico ocorria “não só por efeito de numerosas derivações internas, senão também, e principalmente, pela formação e difusão da moderna tecnologia científica, artística e industrial”. Assim como Adolfo Coelho, Figueiredo mencionava a “febre de neologismos” transferidos de outras línguas modernas, com destaque para o francês.

No contexto anterior, das ameaças e ocupações estrangeiras que haviam marcado o cenário político da lexicografia clássica, Moraes Silva (1755-1824), no ano de 1789 (p. III), acusava nos escritores nacionais “a funesta liberdade de introduzir termos estranhos”. Os lexicógrafos da Real Academia (1793, p. XII) lamentavam que o Português viera “a estragar-se quase de todo, pela leitura de livros estrangeiros, especialmente Franceses”. Um pouco mais tarde, Eduardo de Faria (1823-1860) ainda era capaz de reclamar da “crassa ignorância dos modernos tradutores de novelas” (1849, *s/p*). Quase um século depois dessas primeiras

explosões revolucionárias, entretanto, com a consolidação dos valores liberais e modernos que elas representavam – ou que acabaram assumindo – em Portugal a chamada Geração de 1870 se notabilizava por divulgar um tipo de modernismo heterodoxo, formado por correntes plurais como o positivismo, o darwinismo, o liberalismo, o anarquismo, o marxismo etc., mas que tinham como ponto comum o forte viés historicista. Nesse novo contexto, Adolfo Coelho (1871, p. XXVIII), ele mesmo um dos principais representantes desse movimento político e intelectual, subestimava os “conselhos dos puristas” em relação à língua, alegando que “não é às regras acadêmicas que ela obedece” [...], mas suas tendências naturais e espontâneas”. Cândido de Figueiredo (1899, p. VIII) receava: “onde a crítica fácil mais convictamente me alvejará é na inscrição, que eu faço, de galicismos intoleráveis”. Alegando ser impossível saber se um vocábulo dessa procedência “será amanhã palavra portuguesa e, como tal, fará parte do Tesouro da língua”, incerteza que relegava a ser “confirmada pela história”. Um tanto mais pragmático, Caldas Aulete (1881, p. XXII) dizia evitar dicionarizar vocábulos “que têm termos equivalentes na língua, e que não servem senão de criar uma sinonímia embaraçosa”, porém admitindo inserir “todos aqueles que estão autorizados pelo uso e pela necessidade”.

Em 1798, o *Elucidario* de Viterbo (p. 07) era capaz de projetar, sobre o destino dos arcaísmos, que “se restituísse ao trono em que antigamente e pela maior parte logrou tão honrado nascimento”. O receio da decadência e o horizonte da restauração, tributários de uma concepção cíclica do tempo, levavam o dicionário da Real Academia (1793, p. 07) a preconizar que “o caráter de cada língua”, uma vez elevado a níveis superiores, “se conserve fixo e constante sobre estes unicamente seguros e inalteráveis princípios, [...] sendo ao contrário cousa facilíma decair”. Os registros de Morais Silva (1789, p. IV), buscavam dar aos vocábulos acepções que correspondessem ao “uso que dele fizeram os Escritores Clássicos”. Autoridade que os revisores da terceira edição (1823, p. VII) lamentariam esquecida: “tão pouco se estuda [...], que quase se vai perdendo e acabando”. Assim como os responsáveis pela quinta edição (1858, p. IV), que preferiam a exemplaridade dos clássicos às definições filosóficas e etimológicas. Eduardo de Faria (1849, *s/p*) condenava “o total desprezo ou esquecimento em que temos os nossos escritores clássicos”. José da Fonseca (1829, p. II) afirmava ter lido, “antes de tudo, com suma atenção, os clássicos de nosso bom século”. Que na cronologia da Real Academia (1793, p. XII), começava no século XVI e não deveria ultrapassar o XVII.

Ao final do século XIX, em contrapartida, Caldas Aulete (1881, p. I) se negava a “coordenar um dicionário exclusivamente clássico, em que só inseríssemos os vocábulos

abonados pelos mestres da língua, e suas diversas acepções nos diferentes períodos”. Pelo contrário, para ele, são “arcaísmos, que com mais frequência se encontram nos clássicos dos séculos XVI e XVII”. Para Adolfo Coelho (1871, p. XXVIII), “os puristas são forças conservadoras que atuam sobre a linguagem”, chegando a projetar o cenário hipotético de que, “ainda que eles trabalhassem todos numa direção uniforme e tivessem exclusivamente nas suas mãos o ensino da língua, e o dessem a todos os indivíduos que a falam, as forças inovadoras da linguagem haviam de poder sempre mais”. Isso porque “as mudanças nas instituições, nos costumes, nas ideias, os descobrimentos, o progresso das ciências e indústrias, o comércio com as outras nações, a moda, trazem consigo necessariamente a introdução de neologismos”. Em apologia ao registro da linguagem popular, Cândido de Figueiredo (1899, p. VII), parafraseando Camilo Castelo Branco (1825-1890), declara o “povo o melhor dos nossos clássicos”.

Na concepção moderna, portanto, a questão da mudança lexical não envolve apenas a alteridade entre um vocabulário moderno e outro antigo ou arcaico, tampouco se resume à constatação de uma terminologia recente e especializada. É o seu próprio metamorfismo que produz e revela um contínuo mecanismo de mudança histórica da língua. Podemos diferenciar duas tendências dessa relação. Em uma delas, a ênfase recai sobre aquilo que se compreende, de modo geral, como história. Seus fatores são externos à língua, e só a dizem respeito na medida em que esta busca referir um mundo em transformação nas suas dimensões social, política, econômica, científica etc. Dentre as possíveis fontes do léxico português, Caldas Aulete (1881, p. XVII e XXI) reserva um lugar específico para “a história, compreendendo por esta denominação os termos que se criaram em resultado de um acontecimento histórico”, a que dá o exemplo de um novo termo introduzido pelo vocabulário político do século XIX. Seu ponto central, portanto, é de natureza semântica. Contudo, era justamente essa área que, segundo Aulete, se apresentava como a “mais indeterminada da lexicologia”. Adolfo Coelho (1871, p. XXIX) também lamenta: “infelizmente, a ciência não formou ainda um sistema de princípios de variabilidade de significação”. Debilidade que resultava sobretudo de sua comparação com a positividade creditada à fonética, de onde estariam sendo deduzidas as leis mais importantes. Nesse outro tipo de mudança linguística, a ênfase recaía sobre os seus elementos internos de funcionamento. Em tese, ela não indicava ou resultava da representação de uma história lhe era externa, mas sim revelava uma historicidade que lhe era inerente.

Sobre o alcance dessa dialética entre arcaísmos e neologismos, Adolfo Coelho (1871, p. XXX) explica que, por mais significativos que fossem, “a perda de uma palavra, a adoção de

uma nova, em nada lesam o organismo gramatical de uma língua, que é o que lhe dá a sua fisionomia própria”. A não ser nos raros casos de modificações sintáticas, que só ocorreria com pronomes, preposições e conjunções. Por outro lado, havia “outras muito mais profundas, que atacam a linguagem no íntimo do seu organismo”. Trata-se das alterações fônicas, mórficas e sintáticas, às quais são atribuídas os outros três tipos de mudança. Para o novo modelo da gramática histórico-comparativa defendida por Adolfo Coelho (1871, p. XXXI), as *alterações fônicas*, portanto o quarto tipo de metamorfismo indicado, “não são arbitrárias, mas ao contrário se baseiam sobre tendências regulares, sobre verdadeiras leis de transformação”. Designada fonética ou fonologia, é essa área que “examina, por categorias, as modificações fônicas que se dão no seio de uma língua, de uma família ou de um grupo de línguas; estuda o encadeamento histórico desses fenômenos”.

Isso implica consequências para o que se entendia como “português clássico”. Apesar de continuar tendo o século XVI como marco inicial, ele deixa de remeter a um cânone literário purista que necessita ser preservado, resgatado e imitado. Restringe-se, agora, a descrever um período a partir do qual a presença de “uma literatura fortemente constituída”, assim como de “uma legislação gramatical e lexicológica”, teriam contribuído para atenuar a ocorrência de alterações fonéticas e, por extensão, atuado para fixar um determinado estado de língua que, apesar de suas incontroláveis mudanças, ainda podia ser reconhecido, naquele presente, como sendo o mesmo. Adolfo Coelho (1871, p. XXXI) distinguia duas espécies de variações presentes na língua portuguesa, uma de “maior desviação do tipo latino, e [que] tem uma origem puramente popular e orgânica, resultante das tendências geniais da língua”; e outra, “numa aproximação ao tipo latino, que as mais das vezes é antes aparente que real, e [que] tem uma origem puramente erudita”. Era essa introdução de neolatinismos que constituiria a principal diferença entre o português clássico e sua modalidade anterior, designada como “português medieval”. Isso porque as alterações fonéticas mais abrangentes, extensivas a todo o sistema gramatical, teriam se limitado aos períodos anteriores. Depois disso, a autoridade das obras literárias renascentistas, como dos humanistas Gil Vicente e João de Barros, ou a normatividade estabelecida pelas primeiras gramáticas, tradição iniciada por Fernão de Oliveira em 1536, teriam inibido tais transformações.

Caldas Aulete (1881, p. XVI-XVIII) concordaria que, no processo de formação do léxico português, era preciso distinguir “dois caminhos por onde vieram para a nossa língua os vocábulos latinos”. O literário, recebido diretamente “dos escritos da alta e baixa latinidade”; e

o popular, “que nos dá a feição do português primordial”, a partir do qual “as inflexões latinas transformam-se noutras, segundo a índole da língua portuguesa”, e de onde “vê-se que houve, entre estes dois idiomas, larga promiscuidade”. No prefácio de seu próprio dicionário etimológico, Adolfo Coelho (1890, p. IX) voltaria a afirmar que “a maior parte das palavras da língua portuguesa tem etimologia fácil de determinar: ou derivam doutras da língua ou claramente do latim, já numa forma popular, já numa forma erudita, literária”.

Influenciado pelos estudos das línguas indo-germânicas, dos quais demonstrava ser profundo conhecedor, Adolfo Coelho (1871, p. XXXI-XXXIII) apresentava as *mudanças mórficas*, onde ocorria o quarto tipo de metamorfismo, dividindo-as em dois grupos. As raízes seriam “os elementos fundamentais e primordiais das palavras, donde nascem posteriormente todos os outros”, e os sufixos, por sua vez, seriam as partículas com que as raízes se combinariam para produzir variações de tema, caso, número, tempo, modo, pessoa etc. Para a morfologia, área da gramática responsável por estudar as alterações ocorridas nesse nível da língua, “essas transformações e essas perdas das formas gramaticais têm diversas causas, das quais a mais importante é a alteração fônica”. Além desta, apontava a analogia, ou seja, a disposição das palavras à uniformização, e a tendência analítica, que segundo Schleicher (1821-1868) consistia no processo de simplificação da língua pela redução das formas gramaticais.

No horizonte de uma língua adâmica, a fonte sagrada do Português poderia remeter ao hebraico, tido como resquício da comunicação perdida em Babel. Desde os primeiros dicionários do século XVI, era comum apresentar a língua portuguesa como “filha da latina”, mas enquanto resultado de um processo de “corrupção”, em maior ou menor grau, dos clássicos romanos (Martín, 2020). A partir do final do século XVIII, das estranhezas morfossintáticas entre os dois sistemas, o modelo da gramática geral retirou outras especulações que se desviavam do latim. Entre os lexicógrafos clássicos, Bernardo Bacellar (1736-?) chegou a defender a sua procedência grega (Verdelho, 2002, p. 26). O Cardeal Saraiva (1766-1845), pretendendo ressaltar aspectos de distinção nacional por meio de uma valorização retrospectiva do idioma vernáculo, se notabilizou pela defesa de uma origem céltica, no que foi seguido por outros pensadores (Schäfer-Priess, 2004).

Com os estudos em perspectiva histórica e comparada, porém, consolida-se o entendimento de que a família das línguas românicas derivava de uma modalidade vulgar do latim falado. Sua principal diferença em relação à vertente literária clássica seria a substituição do complexo sistema de síntese entre raízes e sufixos por uma decomposição simplificada dos

vocábulos, por sua vez auxiliados pelo maior emprego de preposições, conjunções, artigos e pronomes. Para os referenciais de Adolfo Coelho (1871, p. CCIII), como Schleicher e Diez (1794-1876), era dessa tendência analítica, inerente ao próprio latim, combinada à interferência externa provocada pelas invasões germânicas, de onde provinha o português, o espanhol, o provençal, o francês, o italiano. É por isso que Caldas Aulete (1881, p. XVII) sentia a necessidade de advertir que o português popular não havia derivado do latim, ao menos não de modo direto e de sua versão clássica, e que, dentre as fontes do português literário, estavam os poucos registros de um latim rústico. A diferença entre línguas analíticas e sintéticas, que tanta alteridade havia provocado entre o português do latim; que Solano Constâncio (1836, p. X), evitando Schlegel (1772-1829), tinha se recusado a pôr em relação processual, de agora em diante, fundada na positividade dos metamorfismos morfofonéticos ocorridos no decurso do tempo, convertia-se na principal interpretação sobre as origens da língua portuguesa. Estava colocada, entre ela e o latim, uma inescapável relação histórica.

As modificações *sintáticas*, último tipo de metamorfismo, seriam estudadas pelo que Adolfo Coelho (1871, p. XXXIII), “em vez de lhe dar o nome mesmo do objeto”, sugere chamar de “sintaxiologia”. Segundo sua definição, “a sintaxe de uma língua não é mais que a coleção de modas por que essa língua emprega as suas formas para a expressão do pensamento, das condições desse emprego, das funções dessas formas, e dos tipos de construção promocional”. Em termos de relação causal, se as alterações fônicas antecederiam as alterações mórnicas, estas precederiam as alterações sintáticas, fazendo dela “a parte de uma língua que se sujeita mais às influências puramente individuais; por muitos lados está em contato com o estilo”. Jacob Grimm (1785-1863), aponta Coelho, “julgou até o seu estudo distinto da gramática”. Concebidos fundamentalmente como históricos, os novos estudos gramaticais ameaçavam inclusive colocar de fora os fenômenos que não o fossem assim considerados.

Nesse novo tipo de historicidade, a relação entre língua e nação, como no período anterior, continua muito importante, mas se dá de outra maneira. O conceito mais fundamental, que justificaria a existência de um singular-coletivo ao qual poderia se vincular uma língua e considerar uma nação, parecia ser a *raça*. No caso ideal, contar a história de uma equivaleria a sobrepor a história das três: uma raça, uma língua, uma nação. Acontece que várias nações poderiam pertencer a uma mesma raça, assim como mais de uma nação poderia utilizar a mesma língua. Mas o problema de Portugal, em particular, e das denominadas nações românicas ou neolatinas, em geral, era o contrário. Elas não formavam uma raça “comparável à eslava ou à

germânica”, como indica Adolfo Coelho (1871, p. IX), já que “as populações que a constituem resultaram duma mistura íntima de elementos mais ou menos heterogêneos”. Segundo seu parecer, “o que produz a ilusão que faz ver nelas a alguns uma raça, é uma certa unidade de caracteres étnicos, e entre eles como o mais saliente e apreciável a linguagem”. Despojada de seu elemento racial moderno, em uma época em que as velhas comunidades de referência, como a religião e a dinastia, já não eram suficientes (Anderson, 2008), a unidade linguística, com seu lastro temporal, tornava-se um dos principais elementos a partir do qual a nação poderia ser narrada, justificada e projetada. A língua estava para a nação não mais como o índice paralelo que representava o seu grau de civilização, mas como resultado e ao mesmo tempo condição de possibilidade de sua própria existência.

Se julgarmos a generalidade do título, *Sobre a língua portuguesa*, o tema do texto de Adolfo Coelho não precisava ser exatamente sobre história. Contudo, fiel a esse novo regime epistemológico, ele começa justamente com uma discussão que poderíamos chamar de historiográfica. Primeiro, contrariando as teses de Antônio Ribeiro dos Santos (1745-1818) e do Cardeal Saraiva, que “pretendem que o português, e portanto as outras línguas das nações românicas são dialetos célticos modernos”. Com base nos estudos de Max Müller (1823-1900), Adolfo Coelho (1871, p. IX-X) questiona: “quem no nosso século se fazem defensores estrênuos dos absurdos da celtomania?”. Com Alexandre Herculano (1810-1877), concorda a respeito de se buscar tal origem no latim vulgar, contudo faz severas críticas contra seu entendimento acerca desse tema. Herculano, assim como outros estudiosos portugueses e europeus do século XIX, classificava o latim vulgar como um dialeto latino, falado pelas “classes inferiores”, que não conhecera registros escritos até a Idade Média. Sua diferença em relação ao latim literário, das “classes superiores”, dava-se sobretudo pela estrutura simplificada de conjugações e aplicação de sufixos, que exigia o maior uso de preposições para encadear as palavras em uma ordenação natural, sem inversões.

No fechamento do texto, Adolfo Coelho (1871, p. CXCVII) descreve um quadro pormenorizado do que chama de “classificação genealógica da língua portuguesa”. Ao grupo principal, indo-europeu, pertenceriam três classes: a asiática, a europeia setentrional e a europeia meridional. Cada uma delas se subdividiria em famílias, sendo a itálica, pertencente à classe europeia meridional, a que abrigaria línguas antigas como o osco, o úmbrio e o latim. Em sua narrativa, ao processo político de romanização da Península Ibérica, a partir do século III a. C., corresponderia também um natural processo de latinização. Adolfo Coelho (1871, p.

CXCIX-CC) menciona a diversidade dos povos que habitavam a região, incluindo os bascos, os celtas, os iberos, os fenícios, os gregos, os cartagineses etc., para concluir que, “sob a influência benéfica da civilização romana, os elementos discordantes da população hispânica foram reduzidos à unidade”. Em outras palavras: “A *tribo* desapareceu, a *nacionalidade* surgia” [grifos originais]. Da Hispânia dominada, admite não haver registros sobre o processo de “romanização dos bárbaros”, o que não o impede de deduzir fórmulas historicistas, como a de que “os hábitos da vida bárbara cediam facilmente diante das vantagens de uma civilização adiantada”, que “a *forma* do mundo romano era para o celta e para o ibero um quadro cheio de encantos”, que “a conquista como Roma a entendia achava-se por tanto facilitada por esses poderosos meios de atração” [grifo original]. Afirma ainda saber que “um dos pontos para que mais convergiam os esforços dos conquistadores era fazer esquecer àqueles a sua língua, já porque eles conheciam que a língua é um dos mais fortes laços de nacionalidade”. Um argumento para essa associação retrospectiva entre língua e nação, advinha da interpretação do termo *barbarismus*, “essa denominação, a única desprezível que os romanos davam aos que não falavam latim”.

Antes de ser incorporada ao dicionário de Domingos Vieira, essa mesma genealogia, já havia sido publicada por Adolfo Coelho em 1868, no livro *A língua portuguesa: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Na sequência editorial brasileira do Caldas Aulete, iniciada em 1958, portanto quase um século depois, constaria um breve texto sobre *A origem e evolução da língua portuguesa*, escrito por Antenor Nascentes (1974, p. XX), baseado em uma compreensão histórica bastante semelhante do processo de romanização e latinização. Primeiro, destacando uma península habitada sobretudo por iberos e celtas, mas também por gregos, cartagineses e fenícios, em menor proporção. Tendo se tornado província em 197 a. C., “da conquista romana resultou a implantação do latim como língua oficial”. Na explicação de Antenor Nascentes, “o latim, além de ser o idioma dos dominadores, era superior à língua que então falavam os habitantes da região; daí a fácil absorção da língua existente”.

Sobre a ideia de que “o latim falado pelo povo de Roma e das províncias não era idêntico ao latim clássico”, Adolfo Coelho (1871, p. CCII-CCIII) recorre aos apontamentos de Diez sobre as diferenças gerais entre as modalidades escrita e falada de todas as línguas, e aos estudos de George Cornewall Lewis (1806-1863) sobre a formação das línguas românicas, para declarar “tal sistema absurdo”. Reconhece que, no latim rústico, manifestavam-se “tendências para a dissolução de algumas formas gramaticais”, e que nele existia, “em gérmen, todos os processos

analíticos das línguas romanas”. Contudo, ao contrário do que pensava Alexandre Herculano, “só com completo desconhecimento dos fatos” poder-se-ia afirmar que ele diferia do latim clássico “a ponto de constituir uma língua ou mesmo um dialeto à parte”. Para Adolfo Coelho, todos as declinações e casos gramaticais do latim escrito estariam presentes no latim vulgar, porém “cada vez mais obscurecidas pela pronúncia desleixada das classes baixas, tendendo sem cessar a serem suprimidas por processos analíticos que dessem à frase a clareza que a alteração fonética lhes tirava”. No entanto, essas tendências analíticas “tinham um limite, que lhes impunha a cultura literária”. Equilíbrio que só poderia ser desfeito pela influência de um fator externo: “se uma revolução política lança essa cultura por terra, essas tendências irão por diante sem o mínimo obstáculo e os efeitos que nelas germinam aparecerão em todo o seu desenvolvimento”.

Em resumo, o processo de diferenciação dialetal do latim, que dera origem à família das línguas românicas, não estaria vinculado a uma diferença estabelecida desde as suas formas vulgar e literária. Teria sido sim causado por duas modalidades capitais de mudança linguística, cada qual explicada na sua própria historicidade. Uma interna, do âmbito gramatical, e outra externa, relacionada a fatores eminentemente históricos. A primeira, que Adolfo Coelho (1871, p. CCIII) descreva como “a principal, eram tendências dissolventes que no último período dessa língua se tinham tornado bem manifestas em o seu seio”. A segunda, “exterior, e, por assim dizer, puramente ocasional, que permitiu a essas tendências o transformar-se em princípios de operação ativa, foi a invasão do império do ocidente pelos bárbaros do norte”.

Os primeiros povos germânicos a chegar na Península Ibérica no início do século V, segundo Adolfo Coelho (1871, p. CCIII-CCIV), foram os vândalos e os suevos. "Colocados em baixo grau de civilização, animados pela sede ardente do ouro e da carnificina que caracterizava o bárbaro, essas tribos deixaram na Hespanha memória amaldiçoada", afirma ele. Antenor Nascentes (1974, p. XX) acrescenta que “houve também uma invasão de alanos, povo de origem cita que ocupou parte do Alentejo e do Algarve ocidental, mas não deixou nada de apreciável”. Pouco tempo depois, prossegue Adolfo Coelho, esses grupos foram expulsos pelos visigodos, “ou godos do ocidente, para os distinguir dos ostro ou ostrogodos, godos do oriente, eram um dos principais ramos da raça germânica e os menos rudes dos bárbaros do norte”. Foram ainda “os primeiros que lhes fizeram conhecer a religião do Evangelho [...] para abandonarem a sua religião naturalística pelo cristianismo”, primeiro aderindo ao arianismo, depois confessando o catolicismo. Nesse ínterim, por causa das necessidades de comunicação

com uma população romanizada, aliadas à institucionalização política e eclesiástica do latim, “deu-se um fenômeno ao primeiro aspecto singular: em vez de os conquistadores imporem a sua língua aos conquistados sucedeu o contrário”. No entender de Antenor Nascentes (1974, p. XX), “apesar de ser idioma de povos vencedores, não tinha qualidades para dominar o latim a língua falada por estes povos germânicos, de cultura inferior à dos romanos”.

Seguindo a hipótese defendida por Adolfo Coelho (1871, p. CCIII-CCIV), “na convulsão geral da sociedade submergiu-se a cultura literária”, “as escolas desapareceram e a ignorância da idade média surgiu”. Ao longo dos mil anos compreendidos por esse período subsequente da história, “só a gente da igreja guardou uns restos miseráveis da antiga cultura, mas a sua aversão pelo paganismo, lançando um traço negro por sobre as obras dos escritores gregos e romanos, cavou mais fundo o abismo de ignorância em que caiu a Europa Ocidental”. Aos bárbaros, portanto, caberia em primeiro lugar essa “influência indireta que tiveram sobre a formação das línguas românicas, pela desordem em que lançaram os povos de língua latina”. Haviam provocado também um tipo direto de alteração, de natureza lexical, representado pelos “numerosos idiotismos e sobretudo vocábulos importantes que em as novas línguas se encontram devem a sua existência aos conquistadores germânicos”. Antenor Nascentes (1974, p. XX), no entanto, com base em estudos realizados na primeira metade do século XX, como os de Édouard Bourciez (1854-1946), observa que “quando os visigodos passaram à Espanha, deviam já servir-se pouco do seu idioma nacional, pois as palavras espanholas de proveniência germânica pouco se referem em geral às formas góticas”.

A ocupação árabe a partir do século VIII, classificada por Adolfo Coelho (1871, p. CCV) como uma “civilização adiantadíssima”, haveria de “naturalmente deixar nas línguas da península vestígios da sua presença”. Porém, conforme explicado, “a mistura da população cristã com a muçulmana foi íntima, mas não se repetiu, o que já duas vezes se dera na Espanha: nem os conquistados nem os conquistadores abandonaram a própria língua”. O motivo seria que “entre as línguas semíticas e as línguas indo-germânicas há profundíssimas diferenças, que abrangem todas as ramificações dos seus organismos”. Além disso, envolvia também uma questão de tempo, pois, “para que a imensa distância que havia entre o idioma dos árabes e o dos seus vassallos hispânicos fosse vencida, era necessário que a assimilação destes tivesse sido muito íntima, e o domínio daqueles tivesse maior duração do que teve”. Ou seja, do domínio árabe, que “começou muito cedo a ver os seus limites estreitarem-se cada vez mais”, resultou que “os cristãos se *misturaram* mas não se *assimilharam* aos conquistadores, adquirindo os

hábitos exteriores deles (moçárabes) e não abandonaram a sua religião um momento” [grifos originais]. Assim como em relação às línguas germânicas, mas por motivos diferentes, “a influência do árabe sobre o espanhol e o português se reduziu à introdução nestes de um número bastante considerável de vocábulos, e de modo algum se estendeu à gramática”.

Antenor Nascentes (1974, p. XX) divide a ocupação árabe no território que viria a ser Portugal em três zonas, onde teriam predominado diferentes tipos de dominação. No norte, acima do rio Douro, “a influência dos dominadores foi quase nula”; no sul, por sua vez, abaixo do Tejo, “o mouro predominava”. Na zona central, compreendida entre essas duas faixas, “as povoações, do século VIII ao XII, pertencem ora aos cristãos ora aos mouros, nome que os portugueses davam aos árabes”. Nascentes também salienta que “os moçárabes, isto é, os cristãos arabizados que viviam sob o domínio sarraceno, mantiveram um antigo falar românico e foram bilingues; falavam românico e árabe”.

Coloca-se então uma questão. Nessa série de mudanças linguísticas, pergunta-se Adolfo Coelho (1871, p. CCIV-CCV), “quando tinha o português adquirido pouco mais ou menos a forma em que o conhecemos?”. Mas se furta a responder, alegando que “não é por conjecturas nem dados históricos que ela se resolve”. Do mesmo modo, “até que dados doutra ordem possam ser compreendidos”, deixa em suspenso questões conexas, como “se o português é uma língua independente ou (o que já tem sido afirmado) um dialeto do espanhol, ou (o que pretendeu o francês Raynouard [1761-1836]) um dialeto do provençal”.

Quase um século mais tarde, Antenor Nascentes (1974, p. XX) responderia, ainda que de modo vago, que “a língua portuguesa formou-se na parte ocidental da Península Ibérica, num período que vai do quinto ao oitavo século da era cristã”. Apresenta essa parte noroeste da península, não ocupada pelos árabes, como um território que “desde as épocas primitivas sempre obedeceu a destinos próprios, diferentes dos do resto da região”. Cita o antigo domínio celta, o efêmero reino suevo e “um feudo mais tarde livre de laços de dependência”. Por conseguinte, segundo seu entendimento, “graças a estes antecedentes, desenvolveu-se sempre ali um falar que se distinguia dos outros por traços bem característicos”. Foi nesse local que se estabeleceu o condado de *Portus Cale*, recebido por D. Henrique de Borgonha em 1096 para auxiliar na guerra de reconquista. Com a proclamação da independência do Reino de Portugal por seu filho, D. Afonso Henriques, em 1140, teria aumentado a diferenciação do falar galiciano, do norte do Minho, para com o do sul, que dera origem à língua portuguesa. Com a expansão até o Algarve, por D. Afonso II em 1250, “o progresso da conquista portuguesa até lá

trouxe a absorção, pelo português, do aravio ou moçárabe, língua das populações que tinham ficado sob o domínio dos mouros”.

Adolfo Coelho (1871, p. CCIV-CCV) menciona que “o português só nos aparece escrito do século XII por diante”. Porém refuta a afirmação de que D. Dinis, filho de D. Afonso III, tivesse criado leis para o uso do vernáculo nos papéis diplomáticos, como fizera Afonso X na Espanha. Defende que, na passagem do século XIII para o XIV, “a importância que o português adquiriu repentinamente, e que o fez adoptar quase em todos os documentos públicos, resultou da introdução da cultura poética na corte portuguesa”. Para Adolfo Coelho, somente “no século XV adquiriu a literatura portuguesa um grande desenvolvimento”, e no XVI “adquiriu a sua forma clássica, que em vão tentou conservar-se na tradição literária”. Para Antenor Nascentes (1974, p. XX), havia sido D. Pedro I, neto de D. Dinis e filho de D. Afonso IV, quem ordenara, somente em 1400, a adoção do português nos atos e instrumentos públicos. Concordando que “essa língua vulgar se tornou cada vez mais polida, alcançando seu período mais brilhante no século XVI, a época clássica”.

No tempo do paralelismo estabelecido entre língua e nação pelas leituras do período clássico, a história da língua portuguesa, sobretudo em relação ao castelhano, tinha na constituição de Portugal como reino independente uma condição fundamental de possibilidade. Ela estava subordinada, por assim dizer, aos eventos da história política. Desse modo, a posse de D. Henrique, em 1096, e a valorização do vernáculo na corte de D. Dinis, na virada para o século XIV, eram acontecimentos que adquiriam grande relevância. Para Bernardo Bacellar (1783, p. 04), era o que fizera a língua passar da puerícia à juventude e à virilidade. Para Viterbo (1744-1822), “a divisão dos territórios [...] foi causa de que também na linguagem houvesse diferença” e, “desde então, os portugueses começaram a distinguir-se pelo seu dialeto dos mais povos de Espanha” (1789, p. VIII).

Na concepção moderna de Adolfo Coelho, esses eventos continuam sendo importantes, porém não mais determinantes. A língua portuguesa, ao menos enquanto germe do que um dia viria a ser, possuía uma história muito mais profunda, que se perdia nas raízes indo-europeias, que tinha sua origem nas “tendências dissolventes” do próprio latim, que sofrera influências dos distintos povos que ocuparam a Península Ibérica. A língua não depende da nação-Estado, mas torna-se ela um dos principais elementos que, na ausência de uma raça, revela “uma certa unidade de caracteres étnicos” que tornam possível a nação enquanto coletividade geral. Para Antenor Nascentes, a formação do reino independente não fundou a

separação linguística, apenas “aumentou a diferenciação que já se notava”. Ela possuía antecedentes regionais que podiam ser buscados nos celtas e nos suevos, perpassava certa imunidade árabe, mas que também não se deixava confundir com a língua falada no restante da Galiza, situada mais ao norte.

Isso emancipa a língua dos destinos políticos da nação e a permite desconectar dos ciclos de decadência, vinculados às ocupações estrangeiras e às crises dinásticas. Sua história é constituída por um processo de mudanças ocorrido na longa duração. Assim, a produção de gramáticas e dicionários, a consolidação de uma vida literária, não são concebidos como ferramentas de restauração linguística e nacional, tal qual projetavam Bacellar (1783, p. 04) e Morais Silva (1789, p. IV). Representam, pelo contrário, ferramentas normativas que regulam e coíbem, mas que não impedem, o contínuo mecanismo de alterações lexicais, fonéticas, mórficas, sintáticas e gramaticais inerentes à própria dinâmica da língua e da história. Resta saber, como questiona – mas não responde – Adolfo Coelho, a partir de que ponto “tinha o português adquirido pouco mais ou menos a forma em que o conhecemos”. Assim como definir os limites de até que ponto, apesar das mudanças, ele ainda continuaria sendo o mesmo, e já não outro. De uma temporalização interna à uma historização externa, entrelaçada ao processo de formação da nação, a descrição da língua convertia-se em uma questão de asserção de identidade, mas em seu sentido temporalizado, reflexivo e aporético. Era isso que a tornava, ao mesmo tempo, histórica porque moderna, moderna porque histórica.

No domínio do pensamento metafísico latinoportuguês, Bluteau pôde defender a originalidade da língua portuguesa em relação à castelhana admitindo que elas “andam tão unidas que quase se identificam” (1712, v. 1, p. 37), entretanto que, “si todas fueran idênticas, no serian dos lenguas” (1721, v. 8, p. 06). No *continuum* das similitudes que havia entre ambas, o risco de identificação, no sentido de uma união radical que descobriria uma unidade numérica, seria capaz, portanto, de anular a singularidade de ao menos uma delas, o que não ocorria pelo simples fato de serem, desde sempre, duas. No âmbito do regime racionalista do período clássico, Viterbo (1789, p. VIII) ainda podia evocar uma espécie de tempo em negativo, quando o estatuto do português frente ao espanhol constituía “antes uma verdadeira identidade que uma mera semelhança”. No rigor lógico-comparativo das simultaneidades espacializadas, a projeção retrospectiva da identidade, ao descortinar uma unidade numérica, é o gesto que desfaz a pluralidade existencial de um procedimento que fica livre, então, para operar sem anterioridade. No historicismo moderno, Adolfo Coelho (1871, p. XIV) pergunta: se todas essas línguas “têm

relações tão íntimas que só se podem explicar por identidade de origem, como é que ao mesmo tempo oferecem muitas diferenças consideráveis?”. E dessa vez aponta o caminho para uma resposta: “para que a ciência da linguagem desse a solução de um tal problema, era absolutamente necessário que ela seguisse e conciliasse duas direções novas para ela: a histórica e a comparativa”. A histórica também era comparativa, podemos dizer, na medida em que comparava a língua consigo mesma, para desse gesto reflexivo deduzir suas alterações ao longo do tempo. A comparativa, por sua vez, estaria fadada a também ser histórica, uma vez que cada língua cotejada, no espaço, deveria ser escavada na sua própria temporalidade. Seu novo sistema comparativo é um complexo de simultaneidades não-simultâneas.

Citando as ideias de Schleicher, Adolfo Coelho (1871, p. XV-XVI) defende que, por constituir a principal característica humana, a linguagem “possa fornecer um princípio distintivo para uma classificação científica e sistemática da humanidade, que na linguagem haja a base de um sistema natural do *genus homo*”. Inclusive argumentando que a diferença linguística forneceria indicadores mais constantes do que os próprios caracteres cranianos utilizados pra determinar as raças. Mais do que isso, “a linguagem não nos parece somente importante para a construção de um sistema natural e científico da humanidade, como ela se oferece agora à observação, mas também para a história do seu desenvolvimento”. Para descobrir a familiaridade histórica de povos aparentemente distantes, como os da Grécia e da Índia, ou para perceber que os bascos, apesar das aparências, pertenciam a uma família inteiramente diversa, Adolfo Coelho se alegrava que “agora a antropologia vai já aproveitando o que fornece a ciência da linguagem”. Apenas lastimava que “os antropologistas não façam desta ciência senão um estudo superficial”.

Em Portugal, como visto, a equação entre a ausência de uma raça e a presença da nação era em grande medida resolvida pela positividade da língua. Acontece que, como observava Cândido de Figueiredo (1899, p. IX), “o português não é somente a língua de Portugal e das suas possessões: fala-o uma grande nação, que se emancipou da nossa velha soberania, mas que não enjeitou o idioma, com que levámos a civilização europeia aos sertões da América do Sul”. Se, no entanto, o idioma utilizado no Brasil ainda era o mesmo de Portugal, ou se já poderia falar-se em uma “língua brasileira”, essa constituía outra questão, acerca de uma outra identidade. De outra individualidade política, em busca de sua própria diferenciação legitimadora, com seus processos particulares de formação nacional, e que, desde pelo menos 1822, consistia também em um Estado independente.

3.4.2 O fim da representação e a regularidade linguística das alterações sem sentido

Situar o lugar da gramática diante da lexicografia moderna como uma dissociação ou como uma substituição seria, de fato, uma afirmação imediata e até certo ponto correta. Contudo, essa visão não captura a real complexidade que constitui tal relação. Ao contrário do que havia sido comum nos períodos anteriores, as exposições gramaticais anexas aos dicionários tornam-se cada vez menos comuns. Isso pode ser explicado não apenas pela perda do privilégio epistemológico das gramáticas filosóficas, mas também pela crescente especialização da lexicografia como campo distinto de conhecimento, ou ainda pelas escolhas do mercado editorial em expansão.

Cândido de Figueiredo (1899, p. XXVI) explica que esse costume, “de reconhecida conveniência em tempos que raros compêndios gramaticais nos deixaram, não legitimaria hoje a reiteração de tal processo”. Ele apresenta dois motivos para não incluir uma gramática em seu dicionário. Em primeiro lugar, “o estudo das leis que regulam a linguagem não me mereceu nunca entranhado afeto, por me parecer circunscrita no domínio de uma casuística, sem vantagens imediatas para o conhecimento prático da língua”. Na perspectiva de Figueiredo, avessa à gramática normativa, “o escritor consigna factos, constituídos pela gênese, pela índole e pela evolução fonética e morfológica da língua”, e, somente depois, “vem o gramático e deduz desses factos teorias e sistemas, que ele arvora em códigos, mais ou menos falíveis, mais ou menos incompletos”. Em segundo lugar, “aqueles que, para o estudo da língua, têm a ingenuidade de procurar gramáticas em vez de procurar os bons escritores, não lutam hoje com a deficiência de compêndios, como nos tempos idos”, recomenda.

Mesmo assim, os elementos pré-textuais desses dicionários modernos deixam claro que continuam a fundamentar suas escolhas teóricas e metodológicas em consonância com os pressupostos gramaticais que lhes são contemporâneos. É dessa correlação que podemos esboçar em grande parte uma espécie de história das ideias metalinguísticas do português. Isso é especialmente evidente quando consideramos o auxílio indispensável das pesquisas gramatológicas em perspectiva histórica, mais abundantes e sofisticadas do que a maioria de suas congêneres lexicológicas. Ao mesmo tempo, se o racionalismo gramatical da idade clássica parece ceder lugar às genealogias históricas modernas, não é porque houve propriamente uma substituição da gramática pela história, mas porque a própria gramática adquiriu uma temporalidade que reconhecemos como histórica.

Os dicionários dos séculos XVI, XVII e XVIII refletiam as artes gramaticais que visavam a ajustar a descrição vernácula ao modelo latino. O *Index Totius Artis*, por exemplo, escrito por Antônio Velez em 1599, foi publicado como complemento à gramática de Manuel Álvares até pelo menos 1744. No contexto do humanismo renascentista ao qual pertenciam, o principal objetivo dessas obras didáticas era prescrever a imitação literária dos clássicos, tendo, portanto, nas regras de construção sintática uma das preocupações centrais (Ponce de León, 2015). O autor de *Raizes da lingoa latina*, Amaro de Roboredo, desenvolveu ao longo do século XVII uma série de estudos gramaticais que buscavam descrever o português a partir do latim, porém já procurando observar a tendência analítica natural das línguas modernas, e não mais a ordenação sintética das elipses latinas (Schäfer-Priess, 2015). Podemos dizer que a contrapartida lexicográfica dessa concepção gramatical, cujo horizonte era a emulação retórica, consistia no estabelecimento de equivalência entre frases, provérbios e expressões das duas línguas. Estas encontram-se anunciadas nos frontispícios e espalhadas nas nomenclaturas de quase todas as obras analisadas, com destaque para os adágios registrados no *Dictionarium* de Jerônimo Cardoso de 1570. O *Vocabulario de synonymos e phrases portuguezas* de Bluteau, de 1728, ainda que monolíngue, também pode ser interpretado sob esse ponto de vista prioritariamente estético.

A seu modo, a lexicografia produzida entre o final do século XVIII e o final do XIX também reflete o advento do racionalismo clássico nas reflexões metalinguísticas do português. O privilégio que o âmbito lexical desfruta nesse regime epistemológico da gramática geral faz dele o caso mais emblemático de correlação entre os dicionários e as gramáticas que os antecederam como anexo. Bernardo Bacellar, Morais Silva e Solano Constâncio foram, ao mesmo tempo, destacados gramáticos e lexicógrafos de seu tempo. Para se distinguirem do que classificavam como “gramática particular, cujo foco estava na norma e no bom uso da língua, geralmente suas especulações teóricas se apresentavam com o epíteto “filosóficas” (Lupetti, 2015). Além da dimensão representativa da linguagem, um dos principais diferenciais desses autores foi a descoberta de uma capacidade analítica do pensamento por meio dos mecanismos de funcionamento gramatical. Por isso, seu horizonte não era a imitação dos antigos, mas a construção de uma língua analiticamente bem-feita. Sua preocupação principal era a capacidade designativa entre as palavras e as coisas, tornando a semântica uma das áreas mais importantes. Sua contrapartida lexicográfica consistia nos dicionários de sinônimos críticos e comparados, com tentativas de estabelecer um vocabulário lógico e unívoco, o que, por sua vez, pressionava

as acepções naturalmente polissêmicas do universo lexical registrado no restante da nomenclatura.

A partir do final do século XIX, esse paradigma representativo e analítico da linguagem se desvanece. A lexicografia moderna, que emerge em seu lugar, ainda está associada à gramática, mas de um novo tipo, fundada nos procedimentos históricos e comparativos. Sua descrição descobre uma temporalidade que lhe é inerente. A positividade de seu saber reside na dedução de leis de alteração fonética, e seu estudo, a fonologia, atinge o ponto fundamental. As transformações morfossintáticas são presididas por ela. A língua natural, falada, e seus registros, passam a ser o principal objeto de estudo, ocupando o lugar que outrora pertencera à literatura ou à terminologia filosófica. Seus praticantes atribuem a si um estatuto científico que negam aos estudos similares dos períodos anteriores. Nesse contexto, a velha filologia ou a própria gramática adquirem novas concepções, e fala-se cada vez mais em uma ciência "linguística", chegando-se até a propor um termo novo para diferenciá-la: *glótica*. Sua contrapartida lexicográfica são os dicionários etimológicos, construídos a partir de uma etimologia que também se pretende original. Não mais voltada para o *sema* elementar de uma linguagem de ação originária, mas sim para a inevitabilidade das regras de alteração mórfica sem sentido. Frente à positividade da fonologia, a semântica se apresenta como uma carência epistemológica. As questões estritamente lexicais parecem se limitar ao registro de arcaísmos e neologismos, buscando, no máximo, ordenar sua polissemia numa sequência cronológica.

Para Foucault (199, p. 298-299), assim como na ruptura do regime de saber renascentista do século XVII, que substituíra as fórmulas circulares das *similitudes* parciais pelo quadro ordenado das *identidades* e das *diferenças*; o final do século XVIII marca outra descontinuidade na episteme ocidental. Desse ponto em diante, o espaço geral do saber não mais será o quadro contínuo das simultaneidades espacializadas, mas a imagem de *organizações* descontínuas, cujos elementos mantêm entre si relações funcionais que ainda podem ser dispostas lado a lado, mas que também se desdobram em sequências lineares. Ao passo que uma ciência geral da medida e da ordem havia permitido trocar o antigo procedimento *analógico*, que conformava o *continuum* visível das semelhanças indefinidas, pelo método *analítico* de um *sistema* de igualdades e desigualdades absolutas e comensuráveis; agora os princípios organizadores estarão novamente submetidos às regras da *analogia*, porém recombinadas às da *sucessão*. Sua asserção de identidade deixa de ser de nível individual ou classificatório, entre entes, para estabelecer uma relação de funções inaparentes, intra entes,

desempenhadas por cada elemento comparado. Essas funções possibilitam fundar um novo quadro classificatório, o qual remete menos a uma disposição espacial do que ao encadeamento temporal de um processo de formação.

Na idade clássica, a cronologia não fazia mais do que percorrer a superfície dos espaços pré-definidos pelo quadro classificatório, que comportava nos limites de suas bordas todas as possibilidades de uma sucessão que era o mero percurso entre um lugar e outro. Para o pensamento moderno, essas diferenças observáveis não serão mais do que o índice de uma composição simultânea que escava o quadro em sua profundidade. É essa “sucessão que procede de analogia em analogia”, segundo palavras de Foucault (1999, p. 299-300), que fará a *história* assumir a condição de uma verdadeira categoria lógico-comparativa, que “vai desenrolar numa série temporal as analogias que aproximam umas das outras as organizações distintas”. A partir do século XIX, a *História* abrigará as organizações analógicas na sucessão do tempo, como até então a *Ordem* havia abrigado as identidades e as diferenças na sucessão do espaço classificatório. Mas não apenas como um novo sistema de classificação. Mais do que isso, ela “define o lugar de nascimento do que é empírico, lugar onde, aquém de toda cronologia estabelecida, ele assume o ser que lhe é próprio”.

De acordo com Foucault (1999, p. 300-301), é dessa implicação conceitual da História enquanto domínio epistemológico de uma ciência empírica e ao mesmo tempo dimensão ontológica de um modo de ser fundamental, que surge o que ele considera “um equívoco que sem dúvida não é possível vencer”. Em contraposição à ordem espacializada pela metafísica do pensamento clássico, “basta reconhecer aí uma filosofia já desprendida de certa metafísica, porque desligada do espaço da ordem, mas votada ao Tempo, ao seu fluxo, a seus retornos, porque presa ao modo de ser da História”. Para que ela pudesse avançar progressivamente sobre o quadro dos seres da *história natural*, transformando-o em *biologia*, e sobre a análise do discurso efetuada pela *gramática geral*, transformando-a em *filologia*, foi necessária uma ruptura profunda na positividade do saber: o desvanecimento do paradigma representacional.

No domínio da história natural, a definição do caráter classificatório, que sempre fora estabelecido pela comparação das estruturas visíveis dos seres, estas que detinham, então, a capacidade de representar a sua própria identidade, no final do século XVIII passaram a ser determinadas por princípios de sua organização interna, que não mais podiam ser reduzidos ao jogo recíproco da representação. Sua capacidade classificatória não se dá em termos de ausência ou presença, mas a partir de uma hierarquização que concerne à importância que determinado

carácter desempenha na manutenção da vida. Daí que a noção de vida se torna indispensável em tais determinações. Na superfície, o carácter apenas assinala a função mais essencial a que está subordinado. Na medida em que a organização não está imediatamente visível, não existe mais correspondência direta entre esse tipo de classificação, dado na profundidade interna, e uma nomenclatura que se efetuasse na superfície aparente. Para Foucault (1999, p. 317-319), “a ordem das palavras e a ordem dos seres não se recortam mais senão numa linha artificialmente definida”, “começa-se a falar sobre coisas que têm *lugar* num espaço diverso do das palavras”, “vê-se como, fraturando em profundidade o grande quadro da história natural, alguma coisa como uma biologia vai tornar-se possível”. Como seus colegas empenhados em descobrir e narrar uma filosofia da história, esses classificadores dos entes naturais de agora em diante precisarão ser, eles próprios, em alguma medida *historiadores*.

No âmbito da linguagem ocorre processo análogo, ainda que mais lento e discreto, dado o privilégio epistêmico que a analítica do discurso possuía como representação do pensamento. Nos pressupostos da gramática geral, cada palavra detinha uma significação básica, que remetia ao vínculo interno de sua raiz originária com a linguagem de ação. As aproximações entre línguas distintas serviam para cotejar e atestar trajetórias diferentes desses mesmos valores ocultos, derivadas de modos variados sob a influência, ao longo do tempo, de fatores externos igualmente diversificados. No final do século XVIII, contudo, da comparação entre as línguas emerge uma figura intermediária que ganha atenção inédita. Trata-se da flexão, fenômeno que não é avaliado em termos semânticos, mas sim pela regularidade de seus metamorfismos morfossintáticos: “descobria-se que em duas línguas diferentes havia uma relação constante entre uma série determinada de alterações formais e uma série igualmente determinada de funções gramaticais, de valores sintáticos ou de modificações sem sentido” (Foucault, 1999, p. 323). Assim como na organização dos seres, introduz-se um elemento de poder representativo reduzido, porém portador de outro tipo irreduzível de positividade. Surge então a fonética como mera análise da mudança nos sons, e os primeiros ensaios de gramática comparada confrontam a constância significativa desses itens aparentemente insignificantes. A história da língua deixa de ser a representação de um paralelismo civilizatório para descortinar o mecanismo de uma temporalidade que lhe é inerente: “é ele que, portador de identidade e de diferença, signo de vizinhança, marca do parentesco, vai tornar-se suporte da história. Por ele, a historicidade poderá introduzir-se na espessura da própria palavra” (Foucault, p. 325). A *gramática geral* dá lugar à linguística moderna, à uma filologia renovada ou a uma outra gramática histórica.

Na idade clássica, a gramática geral e a história natural estavam subordinadas a algo que lhes era exterior, mas que seu sistema de signos era capaz de captar de modo fidedigno. Havia uma gramática das palavras porque elas podiam representar outra gramática, formada pelo próprio liame das coisas designadas. Na concepção moderna, a língua possui uma gramática justamente porque busca representar essa outra gramática que não é a sua, porém nada mais assegura que o externo e o interno operem sob os mesmos princípios. A positividade do saber se desloca dos métodos e dos objetos do conhecimento para a relação problemática entre aquilo que se busca representar e a representação em si, que não mais é dada no referente, mas reside, segundo explicação de Foucault (1999, p. 329-330), “para além de sua imediata visibilidade, numa espécie de mundo-subjacente, mais profundo que ela própria e mais espesso”. As coisas escapam ao modelo pré-estabelecido do quadro e “se enrolam sobre si mesmas, dão-se um volume próprio, definem para si um espaço *interno* que, para nossa representação, está no *exterior*”. A representação, limitada a um ato posterior que pretende capturá-las, permanece ela própria presa a “uma subjetividade, a uma consciência, ao esforço singular de um conhecimento, ao indivíduo ‘psicológico’ que, do fundo de sua própria história, ou a partir da tradição que se lhe transmitiu, tenta saber”.

No final do século XVIII, os chamados ideólogos franceses, liderados por Destutt de Tracy (1754-1836), buscavam ainda uma espécie de ciência geral das ideias no nível de sua representação lógica e gramatical. Baseados no empirismo de Condillac (1714-1780), encontravam então na teoria das sensações o conteúdo mínimo de um pensamento fundado nas condições fisiológicas humanas, habitando assim os estertores do pensamento clássico. De modo concomitante – e partilhando o mesmo problema –, Kant (1724-1804) demarca o limiar de nossa modernidade ao deslocar a questão da representação em si para as suas condições gerais de possibilidade, não no *a posteriori* das constatações empíricas, mas no *a priori* daquilo que permite qualquer experiência ou representação. De um lado, a crítica kantiana denuncia a dimensão metafísica dos ideólogos franceses; de outro, abre um campo puramente transcendental do conhecimento, no qual os idealistas alemães iriam encontrar filosofias universalistas como as da *vida* e da *linguagem*. Que não se dão elas mesmas, enquanto objeto, à representação, mas que a refletem desde a consciência do próprio sujeito que vive, fala e representa: “o que mudou, na curva do século, e sofreu uma alteração irreparável foi o próprio saber como modo de ser prévio e indiviso entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento” (Foucault, 1999, p. 346). É a transcendência do conceito moderno de *vida*, por

exemplo, que funda a empiricidade da função e os métodos analógicos que revelam sua organização. Assim como é a transcendência do conceito moderno de *linguagem* que permite perceber a regularidade das mudanças morfossintáticas sem sentido, de cujas analogias se pode desvelar, por comparação, uma familiaridade histórica.

O poder representativo da palavra fica sobredeterminado pela totalidade da organização gramatical de que ela participa, sendo que a procura do que a constitui de fato não é de ordem semântica, não deve ser buscado em um *sema* original, mas no metamorfismo interno dos *fonemas* e *morfemas* que a compõem, nas funções gramaticais que ela desempenha. Para Foucault (1999, p. 388), as obras filológicas de Grimm (1785-1863), Schlegel (1772-1829), Rask (1787-1832) e de Bopp (1791-1867) não remontam apenas a fundação de uma nova disciplina, mas são responsáveis por operar uma modificação profunda no próprio ser da linguagem ocidental moderna.

Em primeiro lugar, pela possibilidade comparativa em nível puramente gramatical. Fora do âmbito representativo, as línguas deixam de ser hierarquizadas por um suposto grau de cultivo científico para se tornar equivalentes em analogias estruturais. Onde Schlegel localizara uma distinção entre tendências analíticas e sintéticas, por exemplo, Bopp logo atestará uma origem comum. Em segundo lugar, porque o estudo das variações internas via alterações fonéticas desloca o lugar representativo do signo, ao mesmo tempo em que fornece constância de transformações formais através do tempo. Se, na idade clássica, a derivação linguística de uma significação atemporal era afetada pelos acontecimentos de uma história que lhe era externa, agora a língua guarda seus próprios princípios de evolução, uma espécie de memória interna de onde se pode extrair uma história.

Isso permite, em terceiro lugar, um novo método etimológico que não visa retornar ao significado primitivo associado a um radical aparente, mas que na análise retrospectiva de seus metaplasmos consegue depurar a sequência dos afixos para chegar até a raiz que dera origem ao vocábulo. Nessa inversão, os substantivos e adjetivos perdem espaço para os verbos e pronomes pessoais, designando menos o que se vê e mais o que se sente, faz e sofre: “a linguagem ‘enraíza-se’ não do lado das coisas percebidas, mas do lado do sujeito em sua atividade” (Foucault, 1999, p. 400-401). Por fim, em quarto lugar, liberada da verticalidade das raízes primitivas e da horizontalidade das representações, as diversas línguas puderam ser comparadas pelas analogias de flexões e afixos, cuja evolução permitia indicar o grau de

parentesco e a idade aproximada de cada uma delas. Em alguns casos, onde Schlegel via ainda uma relação de descendência, Bopp já pôde reconhecer fraternidade e concomitância.

De qualquer modo, um fator diacrônico incontornável havia sido inserido no estudo das línguas. “A empiricidade — trata-se tanto dos indivíduos naturais quanto das palavras com que podem ser nomeados — está doravante atravessada pela História e em toda a espessura de seu ser. A ordem do tempo começa” (Foucault, 1999, p. 406). No entanto, na passagem da história natural à biologia, a historicidade tornar-se-á cada vez mais exterior, com a subordinação da evolução dos seres a um processo de adaptação às alterações do meio, que por sua vez equivalem a uma “história da natureza”. Ao passo que, na passagem da gramática geral à nova filologia, uma crescente objetividade dos conhecimentos será verificada no domínio de seus próprios metamorfismos interiores, que por sua vez poderão acorrer em auxílio da história propriamente dita.

Recorrendo às imagens foucaultianas, no pensamento moderno a historicidade não mais se realiza em termos de uma origem real ou fictícia, como nos períodos anteriores, mas projeta em retrospecto a necessidade de um começo que é, exatamente quando deixa de sê-lo: “como o vértice virtual de um cone onde todas as diferenças, todas as dispersões, todas as discontinuidades fossem estreitadas até formarem não mais que um ponto de identidade, a impalpável figura do Mesmo, com o poder, entretanto, de explodir sobre si e de tornar-se outra” (Foucault, 1999, p. 455). A idade da história, enquanto sinônimo de modernidade, corresponde à modalidade reflexiva – “a identidade separada de si mesma numa distância que lhe é, em certo sentido, interior, mas que, em outro, a constitui” –, e conseqüentemente aporética – “a repetição que oferece o idêntico mas na forma do afastamento” – de uma relação de identidade que só assim se temporaliza – “estão [ambas], sem dúvida, no coração desse pensamento moderno ao qual, apressadamente, se atribui a descoberta do tempo” (Foucault, 1999, p. 470).

De acordo com os estudos histórico-gramaticais de Bárbara Schäfer-Priess (2002, p. 159), a gramática de Francisco Adolfo Coelho, de 1868, é a primeira de língua portuguesa que se vincula à corrente da “linguística histórico-comparativa de feição alemã”. Maria Filomena Gonçalves (2012) também reconhece como marco do que classifica por “período científico” da gramatografia portuguesa, a obra de Adolfo Coelho, que procurava se opor ao que chamava de “filologia filosófica ou metafísica” por uma noção de “organismo da língua”. Característica que se estenderia, posteriormente, aos trabalhos de Epifânio da Silva Dias (1870), Teófilo Braga (1876), entre outros. No contexto especificamente brasileiro, os levantamentos de Bruna

Polachini (2018, p. 57-63) indicam grande concordância por parte dos estudos gramatológicos em apontar a obra de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, como pioneira na adoção do método histórico-comparativo.

No domínio da lexicografia, é também a Adolfo Coelho que se pode atribuir a primeira manifestação explícita de pressupostos da gramática histórica. A obra que marca essa transição para um período estritamente moderno é o *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa* de Domingos Vieira (1871). Contudo, por se tratar de uma publicação póstuma, seus referenciais teóricos parecem pouco dever às escolhas do próprio autor a que fora atribuída. Pelo contrário, os editores advertem que os manuscritos precisaram ser revisados, a fim de poder “formar um Dicionário da língua portuguesa à altura da lexicologia moderna”. Algumas parecem não afetar qualquer concepção mais aprofundada de linguagem: o registro de novas palavras, a inserção de acepções desconhecidas à época da compilação dos originais, a inclusão de abonações textuais. Outras, no entanto, apontam a necessidade de “novas observações de gramática e sinonímia”, além de que “era sobretudo necessário fazer quase inteiramente de novo a parte relativa à etimologia” (1871, p. 01). Assim, pode-se dizer que a modernidade do dicionário de Domingos Vieira fica devida a seus editores, entre os quais estavam Adolfo Coelho e Teófilo Braga. E a explanação dela, por conta dos textos introdutórios de: escritos por Adolfo Coelho e Teófilo Braga.

Ao criticar as teses da descendência da língua portuguesa de um latim vulgar que, por suas diferenças flexionais, mantinha uma relação de alteridade para com o latim clássico, Adolfo Coelho (1871, p. XII) acusa, nos estudos de Augusto Soromenho (1833-1878), publicados em 1867, “um espírito inteiramente alheio ao método severo, não só da linguística, mas da ciência em geral”. Também desabona a referência ao modelo da gramática geral no *Génio da lingua portuguesa*, lançado em 1858 por Francisco Evaristo Leoni (1804-1874), afirmando que “o seu autor não sabe nada do que em linguística se fez desde Court de Gebelin [1725-1784] e o presidente de [Charles de] Brosses [1709-1777], a quem cita como autoridades capitais nas questões de que trata”. Em sua opinião, e por consequência, “resulta daí que no livro falta inteiramente o carácter científico”. Aponta nele a prática de uma “etimologia que reconhece ser absurda quem tiver o mais superficial conhecimento de fonologia”. De acordo com Adolfo Coelho (1871, p. XIII), estudos como estes “não valem mais”, revelando apenas que, para além dos progressos “das ciências que servem aos fins práticos e materiais da vida, como a química, a física, as matemáticas, a medicina”, Portugal estaria “fora do movimento das

ideias sociais e científicas do nosso tempo”. Em particular, “as ciências históricas e filológicas se acham quase exclusivamente representadas entre nós por uma erudição banal e superficial”.

Cândido de Figueiredo (1899, p. XVII) também lamenta que o “Português é ainda forma generalizada e autorizada pela prática de alguns mestres que nunca se preocuparam de filologia, até porque esta ciência pode dizer-se que nasceu há dois dias”. Refere-se a uma nova filologia que “erguia-se vigorosa, impunha-se aos grandes centros científicos, e ampliava a gramática, do estudo das leis, à exegese dos factos da linguagem”. Resultados que estariam “alargando e aprofundando os domínios da fonética, fazendo a anatomia morfológica das línguas e expungindo, em nome da ciência, convenções que a ignorância ou a rotina consagraram”. Reconhecia que, nessa área, “antecipou-se-nos o Brasil, onde, há anos já, a filologia vingou em bons frutos, mercê de talentos claros e renovadores que, antes de nós, compreenderam e perfilharam o movimento operado pela filologia na esfera das ciências modernas”. Sobre o caso de Portugal, ainda que com certo atraso, atestava “um largo e vigoroso ensaio de renovação dos estudos gramaticais”, citando nomeadamente os trabalhos de Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941) e Epifânio da Silva Dias (1841-1916). Entre os brasileiros, Júlio Ribeiro (1845-1890), Augusto Freire (1836-?), João Ribeiro (1860-1934), Sotero dos Reis (1800-1871), Lameira de Andrade (1839-1895), Baptista Caetano (1826-1882) e Pacheco da Silva (1843-1900) (Figueiredo, 1899, p. XXVII).

Os editores da oitava edição do Morais Silva (1890, p. 05-06) igualmente citam “o progresso e o desenvolvimento da moderna ciência linguística” como principal motivo para uma revisão que, entre suas numerosas alterações e correções, dizia não se limitar a “uma cópia servil das anteriores”. É essa compreensão de uma ruptura epistemológica que os leva a reputar a *Epitome da Gramática Portuguesa* como portadora de “conhecimento profundo da gramática geral e da gramática da língua”, porém circunscrito “ao tempo em que estes estudos eram imperfeitissimamente dirigidos, conservando-se por assim dizer anarquizados”. Se mantêm a sua publicação como anexo, é pelo valor como “um trabalho que pode valer de muito à consulta dos estudiosos, que acharão um poderoso elemento de comparação entre as antigas e as modernas teorias linguísticas e gramaticais”, embora reconheçam estar “longe de concordar com todas as teorias expostas”.

Adolfo Coelho (1871, p. XIII) enfatiza que a ciência da linguagem era antiga, mas que “só nos últimos tempos é que a criação dum método rigoroso de investigação a fez entrar numa fase em que pôde dar-se a muitos dos seus problemas capitais uma solução verdadeiramente

científica”. Depois dos progressos de Jussieu (1748-1836) na botânica e de Lavoisier (1743-1794) na química, a cronologia que ele relata estabelece que “a ciência da linguagem com Bopp e Grimm na Alemanha alcançava também o seu método natural e determinava o seu processo de análise”. Mudança que exigiria uma nova designação, a *glótica*, formada a partir do grego *glotta*, que significa língua e “indica bem a natureza do seu objeto”. Deveria substituir a *philologie comparée*, “que nada significa por si”, ou “a palavra mal formada e bárbara *linguistique*”, que ao agregar os sufixos *icu* e *ist* “à maneira românica”, compunha em termo “bem pouco científico”. Adolfo Coelho concorda com Theodor Benfey (1809-1881) que, face aos estudos práticos da filologia, “sua particularidade característica é formada pela fusão de quatro direções: a fisiológica, a filosófica, a histórica e a comparativa”. Na Alemanha havia sido Schlegel que, em 1808, ao perceber as analogias entre sânscrito e algumas línguas europeias, “explicou-as pela comum origem dessas línguas, e das raças que as falam”. Para Adolfo Coelho (1871, p. XIV) “apresentava-se naturalmente um problema”: se essas semelhanças “só se podem explicar por identidade de origem, como é que ao mesmo tempo oferecem muitas diferenças consideráveis?”. Para resolver essa aporia temporalizada de um mesmo que surge como outro, “era absolutamente necessário que ela seguisse e conciliasse duas direções novas para ela: a histórica e a comparativa”.

A moderna glótica é definida por Adolfo Coelho (1871, p. XIV-XVI) como uma ciência alemã, criada por Bopp no estudo das línguas indo-germânicas, aperfeiçoada por Schleicher, aplicada e aprimorada na análise das mais variadas línguas, por nomes como os de Benfey, Max Müller, Spiegel, Justi, Curtius, Ahrens, Meyer, Corssen, Mommsen, Kirchhoff, Aufrecht, Grimm, Scherer, Graff, Dobrowsky, Schaffarik, Miklosich, de Zeus e Ebel. Conhecida na França desde pelo menos 1824 por Burnouf, e divulgada na Inglaterra pela *Philological Society* desde 1842. Citando ainda destacados praticantes na Itália, na Rússia, nos Estados Unidos, na Escócia, na Irlanda e na Índia. Sendo que o primeiro que aplicara seus métodos de modo sistemático sobre as línguas românicas havia sido Friedrich Diez, expondo “uma transformação regular dos sons, das formas gramáticas, da sintaxe do latim”. A maior parte do trabalho em relação às línguas modernas particulares, no entanto, ainda estaria por ser feito, segundo diagnóstico formulado por de Adolfo Coelho na segunda metade do século XIX. Os organizadores da segunda edição do Caldas Aulete (1925, *s/p*), prestam grande reverência a Carolina Michaellis (1851-1925), descrita como “uma fada benéfica que a Alemanha enviou a

Portugal para ilustrar gloriosamente as letras peninsulares”. Cândido de Figueiredo (1899) menciona Diez, Schuchardt, Cornu, Bréal, Meyer-Lübke, Littré, Freund e Dozy.

Certamente, o campo que melhor se adequava à positividade desse conhecimento era o da fonologia. Era nela que Adolfo Coelho (1871, p. XXX) projetava, em um futuro não muito distante, o esgotamento de todas as leis gerais, como Humboldt, Pott e Schleicher já haviam feito a respeito de fenômenos fonéticos particulares. Entretanto, “a explicação final”, como ele diz ele, “pertence a uma outra ciência, à fisiologia dos sons da palavra”. Que não mais faria parte, portanto, da glótica, “mas sim da fisiologia geral do homem; por isso a classificação dos sons adoptada em fonologia é a que fornece esse ramo da fisiologia”. Dessa forma, a linguística moderna, em Adolfo Coelho, continuava vinculada a uma origem fisiológica, porém que já não era mais a linguagem de ação que transformava em ruído primeiro a causa de uma sensação originária e externa que ele, então, como que por uma espécie de mimese natural, representava e era capaz de designar. Apesar das derivações ao longo do tempo, guardava em seu interior uma significação básica, natural e fundamental. Agora, sua dimensão fisiológica dizia respeito apenas à mera capacidade vocálica humana de emitir sons que podem ser combinados de diferentes maneiras para formar os mais variados vocábulos, porém que não carregam em si nenhum significado que não tenha sido atribuído por uma história que lhe é externa.

Era esse aspecto fisiológico característico de cada povo, associado às contingências de sua história, que explicava, por exemplo, a enigmática transmutação do latim vulgar em português arcaico: “estas mudanças são devidas talvez a serem essas inflexões mais apropriadas ao aparelho vocal dos povos desta parte das Hespanhas, ou à tendência e vontade de as nacionalizar, dando-lhes uma forma imitativa de outros vocábulos da língua aborígene” (Aulete, 1881, p. XVI). De acordo com Adolfo Coelho (1871, p. CCV), “as modificações que se produzem na linguagem são um resultado de sugestões da razão espontânea e da atividade das leis fatais do organismo físico do homem, e numa e noutras se manifestam as tendências regularizadoras da natureza, não o capricho do acaso”.

É por isso que, na lexicografia moderna, a semântica se apresenta como uma ausência, enquanto a etimologia sofre uma profunda transformação teórica e metodológica. O prefácio de Cândido Figueiredo (1899) sequer trata dos significados. Adolfo Coelho (1871, p. XXIX) lamenta que “infelizmente a ciência não formou ainda um sistema de princípios de variabilidade de significação”. Recorre às pesquisas de Georg Curtius (1820-1885) para enfatizar tal dificuldade, demonstrando que, “enquanto a maior parte dos sons indo-germânicos

permaneceram inalterados no grego, e o resto foi mudando segundo leis simples”, por exemplo, “não pôde ser grande o número de raízes e palavras que tenham provavelmente conservado sem alteração a significação que tinham naquele tempo primitivo”. Em diálogo com um resenhista do dicionário de Grimm, arremata que as palavras “não seguem no desenvolvimento da sua significação um caminho lógico, em linha reta”; e que seria “um puro engano crermos poder marcar-lhe uma tal rota”. Com Reisig (1792-1829), coloca a demanda por “uma particular disciplina, a semiasologia ou teoria da significação”, estabelecida entre morfologia e a sintaxe”, que, abstraindo as flexões e formações nominais, pudesse “ter por fim mostrar de que modo particular as significações das palavras se desenvolveram nestas”.

Para Caldas Aulete (1881, p. XXI), a significação, “parte denominada exegética, é a mais indeterminada da lexicologia”. Elabora uma descrição metafórica onde “a mesma palavra de século para século umas vezes muda de acepção, outras perde, como sucede às famílias, o esplendor da sua antiga fidalguia, para viver uma vida obscura e humilhante”; “outras há de origem baixa que se empregam em estilo nobre”; “outras que o uso só emprega em estilo irônico ou depreciativo, sem que para isso haja razão nenhuma etimológica”.

É por isso também que uma nova etimologia, assentada sobre a regularidade dos metamorfismos flexionais das modificações sem sentido, tornará risíveis as especulações racionalistas anteriores, baseadas em uma linguagem de ação que agora aparece como ficção. Referindo-se a esses trabalhos, Caldas Aulete (1881, p. V-VII) alega que “sobre a etimologia das palavras os nossos lexicógrafos não se mostram mais habilitados”, já que “a fantasia e o palpito parece terem determinado grande parte delas”. Ao admitir a teoria que os orientava, “pode-se chegar às mais absurdas e risíveis conclusões filológicas: basta fazer uma arbitraria transmutação de letras para se provarem as derivações mais disparatadas”. Para ele, a etimologia deveria seguir três grandes preceitos que, em seu entendimento, não estariam sendo plenamente observados pelos lexicólogos franceses: a separação entre radicais e afixos, a regularidade das regras de formação dos vocábulos e a observação “de um modo uniforme da pronúncia de cada palavra, porque os sons dos vocábulos são um dos principais assumptos da linguística” (1881, p. XIV). O sufixo *issimus*, por exemplo, não se resumiria a um significado superlativo. Isso até era designado pelo enfático *imo*, mas da partícula *iss*, enquanto “simple elemento eufônico medial”, poderia ser deduzido outro tipo de lei.

Cândido de Figueiredo (1899, p. XXV) defende que, mesmo quando pouco percebida pelo leitor comum, “para a história da língua, para o estudo da linguagem e para a correção da

escrita, a etimologia é elemento de primeira ordem”. Mais do que isso, destaca que ela “tem merecido tal cuidado aos cultores e mestres da filologia moderna, que já hoje constitui um dos ramos capitais desta ciência, se é que não constitui já uma ciência, por si própria”. A contribuição de seus novos conhecimentos faz com que “a origem designada hoje a uma palavra pelos patriarcas da lexicografia, é amanhã rejeitada pelo descobrimento de um facto, que vem acrescer aos recentes progressos da filologia”.

O estatuto de cientificidade creditado a uma filologia renovada, porém por intermédio de uma positividade que é baseada na fonética, acarretava consequências importantes para a ortografia e para a pronúncia das palavras. De um lado, existe a ortografia etimológica, de fundamentação histórica e erudita, que recupera, via estudos filológicos, a maneira correta de escrever um vocábulo no isolamento estético de seus radicais originários. De outro, a ortografia fonética, de origem popular, formada pelas tentativas de reprodução gráfica dos sons. Podemos imaginar uma série de fatores, incluindo o avanço e a popularização das próprias pesquisas linguísticas e da cultura letrada, que levavam Caldas Aulete (1881, p. XIX-XX) a constatar que “a tendência moderna é ir substituindo o elemento popular pelo etimológico”. Para ele, a “ortografia fonética não tem outro princípio regulador senão o capricho individual, e suas regras pertencem ao domínio da imaginação”, sendo que “na literatura e na ciência não se pode prescindir do estudo da origem das palavras e da sua história”. Estabelece assim dualismos como o de que “o fim secundário da ortografia é pintar os sons, o primário é dar-nos a conhecer a palavra, dizer-nos a sua origem e a sua história”; que “a ortografia fonética trata de pintar, e mal, os sons que necessariamente se modificam de dia para dia, e concorre para a instabilidade das línguas”, e que “a ortografia etimológica tende ao contrário a fixá-las e determiná-las”; que “a ortografia fônica apresenta o esqueleto da palavra, a ortografia erudita mostra-nos o *verbum* tal qual ele viveu no vigor e brilho da sua existência”.

Cândido de Figueiredo (1899, p. XIV-XVI) situa a ortografia como “um intrincado e curioso problema”. Para ele, o “râncido argumento do uso” não seria suficiente, já que “a ortografia usual reduz-se à ortografia de cada um, o que dá em resultado cem ou duzentas”. Tampouco a “simples autoridade de qualquer escritor”, na medida em que “o uso do douto Garrett não é o uso do douto Herculano; o uso deste não é o de Castilho; o de Castilho não é o de Latino, e assim por diante”. Manifestando, portanto, preferência pelas regras “da etimologia, da derivação, ou da analogia”: “a história da língua e a forma que, em línguas irmãs, se dá a vocábulos de fonte comum a outros nossos, são seguros recursos de quem deseja escrever como

deve”. Contudo, adverte que, quando estas “não aconselham outro processo, o dicionarista não tem o direito de escrever somente como intende”, mas que “todos os vocábulos que ele viu escritos, sob a responsabilidade de um escritor antigo ou moderno ou sob a chancela da prática corrente numa época, tem de os reproduzir”. No caso de variações, deve-se “pôr na primeira plana, para o efeito da definição ou do significado, a forma que tem por si o uso mais geral, exceto quando tal uso é diametralmente oposto às regras e aos preceitos da ciência da linguagem”. E aconselhava, com fins pedagógicos: “sede embora etimologistas, mas sede-o como a Itália e a Hespanha, que [...] simplificaram a sua ortografia, uniformizando a sua escrita e facilitando o conhecimento da língua”.

Estava instalado um paradoxo. Independente das ilustrações filológicas, o peso de uma outra história que se dava não como origem em um passado remoto, mas como uma tradição longínqua que se desenrola até o presente, parece determinar que os vocábulos acabem fixados conforme eles simplesmente têm sido escritos. Desse modo, Caldas Aulete (1881, p. XX) afirma registrar “as palavras de origem erudita com os elementos etimológicos, que têm na sua origem própria”; assim como as “de origem popular com os elementos populares, embora a palavra donde haviam sido tomadas apresentem outros elementos”; e as “científicas e históricas, consideradas termos cosmopolitas, com a forma universalmente seguida”. Cândido de Figueiredo (1899, p. XVIII) revela que, “quando uma palavra perde o seu carácter erudito e se torna popular ou vulgar, a ortografia etimológica nem pelos mais intransigentes etimologistas é praticada”. Porém, que “a dificuldade está em traçar a linha divisória entre as palavras vulgares e as eruditas”. Na prática, espera que, “pelo menos com aproximação, quase todos poderão reconhecer num vocábulo o cunho erudito ou a feição popular”. Indica “louváveis precedentes em favor da ortografia fonética de muitos vocábulos vulgares”, e se contenta em “dotar o nosso vocabulário com um pouco de uniformidade e coerência”.

Algo semelhante, e quase que numa inversão polarizada, ocorre com a pronúncia. Caldas Aulete (1881, p. XXI) constata que “a pronúncia é transmitida de pais a filhos, e está como todas as cousas da língua sujeita a ser modificada”. Perante tal diversidade sociocultural, arbitra que “são as pessoas eruditas e ilustradas da corte as que dão a lei e estabelecem o tipo da mais aprimorada pronúncia das línguas”. Com base nesse princípio, chega a sugerir uma tabela de sons da língua portuguesa com suas respectivas correspondências gráficas. Por exemplo, “na determinação dos acentos tônicos, sempre que pudemos, tomamos por base a

etimologia, mormente se o vocábulo se filiava na língua horaciana”. No entanto, “quando o habitualismo formalmente se opunha, seguimos o uso”.

A resistência ao emprego de acentuação gráfica levava Cândido de Figueiredo (1899, p. XIX-XX) a concluir que “a fixação e representação da pronúncia é uma das mais graves dificuldades com que podem defrontar [os] dicionaristas portugueses”. Admitia que, por um lado, “quando o uso se impôs despoticamente, e no falar comum se chegou a perder a consciência do preceito científico, o dicionarista tem de registrar o facto, tal qual ele é, e indicar a pronúncia usual ou vulgar”. Por outro, “quando se trata da tecnologia científica, nunca é tarde para se corrigirem pronúncias defeituosas ou contraditórias, porque os homens letrados mais facilmente podem ver o bom caminho, do que o vulgo inconsciente, rotineiro e caprichoso”. A mesma questão se instalava: “onde acaba o carácter erudito e primitivo da palavra, e onde começa a sua feição vulgar ou popular? Ninguém marcou ainda a linha divisória; e o que hoje é erudito é amanhã popular”.

Na definição de Caldas Aulete (1881, p. XVIII), a etimologia “está hoje elevada à dignidade de uma ciência”, “já não há [...] aquelas fantásticas e tantas vezes cômicas origens, que alguns pseudo-etimologistas inventavam”, “deixou de ser o alvo dos motejos e epigramas dos homens de espírito”. Seguindo três instrumentos modernos, “a fonética, a história e a comparação”, seus resultados “deduzem-se e demonstram-se como uma proposição de Euclides”. Em contrapartida, Adolfo Coelho (1871, p. XXIX) admite que “falta ainda essa base à etimologia científica, que tem unicamente o critério ideológico, o encadeamento histórico e as analogias e paralelos por auxílio no estudo das filiações das significações”. Desse jogo entre a descoberta de uma regularidade de mudanças sem sentido e a carência de uma significação que as explique, brota um tipo de historicismo que busca projetar, na constância das experiências, as expectativas que se abrem ao devir. Desvela-se assim o *a priori* de uma espécie de sentido da História, porém fadado a se realizar apenas no *a posteriori*, jamais definido, do próprio processo histórico:

Até onde podem chegar essas alterações lexicológicas, fônicas, morfológicas e sintáticas? As línguas vivas dão-nos resposta a essa questão, mas só pelo que diz respeito ao passado; as suas transformações futuras podem-se, ainda assim, em parte prever, porque dadas certas condições determinadas pelo estudo da sua história, reproduzir-se-ão nelas naturalmente fenômenos já observados, ou desenvolver-se-á nelas o que hoje nos apresentam apenas em germen (Coelho, 1871, p. XXXIII).

3.4.3 Teófilo Braga, a filologia e a teoria da literatura: a língua como história

Nesta altura da pesquisa, podemos distinguir analiticamente três caminhos lexicais pelos quais, na longa duração, os campos semânticos de *nação* e *identidade* tenderam a confluir. Porém, ainda está por se realizar plenamente em um conceito literal de “*identidade nacional*”, fenômeno que só se completaria a partir da segunda metade do século XX.

O primeiro deles está relacionado de modo indireto ao sentido metafísico-teológico, cujos registros lexicográficos indicam, desde o final do século XVIII, uma crescente substituição do rigor lógico e do teor concreto por significados cada vez mais figurados e abstratos. É nesse deslocamento que noções intermediárias, como a de *consustanciação*, sobretudo no contexto discursivo de uma historiografia romântica, deixam de evocar a unidade numérica, prevista na “identidade de substância” da Trindade monoteísta, para referenciar uma espécie de amálgama entre indivíduos plurais que formam um “corpo de nação”. Para além dos fatores extralinguísticos que tornavam tal movimento possível, como o recrudescimento de correntes liberais que encontravam na pátria uma “religião cívica”, era a disponibilidade de um sentido afetivo-sentimental que permitia explicar a constituição desses substantivos-singulares-coletivos como processos de “identificação” que se davam por algum tipo de acordo, afinidade ou interesse comum. Figuração que já representa um segundo caminho lexical.

O terceiro provém diretamente do sentido lógico-filosófico. Ele permite a nação como uma categoria – a exemplo da raça, da casta, da tribo – na medida em que evidencia e ao mesmo tempo funda a “identidade” de certos caracteres compartilhados pelo grupo: crenças, origem, língua, costumes, religião etc. Que possibilita, na dimensão espacial, dispor um quadro classificatório geral de diferenças *inter-nacionais*, e, na dimensão temporal, escavar a história de uma singularidade que, apesar de todas as mudanças, mantém-se única, indivisa e, acima de tudo, idêntica a si mesma. A referência a um significado antigo, dos judeus como “gente de nação”, concentra a complexidade das dimensões sincrônicas e diacrônicas que envolvem a emergência da concepção moderna de *nação*, e de sua realização linguística: a laicização de uma categoria religiosa, a dissociação do Estado, a comunhão de elementos culturais, e, principalmente, uma identidade que se dá *na* história e *pela* história.

Interessa-nos perscrutar não apenas como a língua participa da construção de um sentimento de pertencimento a essa coletividade plural, que ela mesma contribui para converter em unidade. Não apenas como ela representa uma das características mais aparentes de sua

singularidade, dentro de um sistema geral de comunidades nacionais. Mas especialmente como, nesse novo regime historicista, ela é utilizada para justificar a soberania do Estado político que dela resulta, e desde onde ela costuma se manifestar. Narrativas como as de Adolfo Coelho tinham o mérito de atestar a reciprocidade constituinte entre língua e nação, porém pareciam não ser totalmente suficientes para a positividade exigida pelo saber científico da virada do século XIX para o XX. Podemos dizer que a contingência das mudanças verificadas no decorrer do tempo necessitava ser contrabalançada por algum tipo de elemento meta-histórico e atemporal, de carácter mais sólido e permanente do que os revelados pela língua e pela nação. Aquém delas, a dimensão biológica que tinha na origem uma *raça*. Além delas, o domínio moral que tinha por horizonte um *espírito*. Entre elas, o âmbito cultural que tinha a disponibilidade categórica de uma *etnia*.

Como mencionado, Adolfo Coelho (1871, p. IX) advertia para o fato de que os portugueses não formavam uma *raça*, mas sim uma “mistura íntima de elementos mais ou menos heterogêneos”. Na sua visão, a “ilusão” que fazia “ver nelas a alguns uma *raça*”, seria a existência de “uma certa unidade de caracteres étnicos”, dentre os quais a língua indicaria “o mais saliente e apreciável”. É por isso que o processo de romanização e latinização da Península Ibérica no século III a. C. torna-se central nessa história, pois ele é o primeiro a homogeneizar linguisticamente uma região que era até então étnica e politicamente fragmentária: “a *tribo* desapareceu, a *nacionalidade* surge” [grifos originais] (Coelho, 1871, p. CXCIX). Nessa narrativa, assim como na de Antenor Nascentes (1974, p. XX), a explicação para a ocorrência desse processo reside na suposta superioridade civilizacional do latim sobre as demais línguas. Por extensão, é a queda dessa mesma civilização, no contexto das chamadas invasões bárbaras do século V, que provoca um novo processo de transformação linguística. Porém, dessa vez, não se trata de uma substituição, como no caso anterior, mas de uma espécie de variação dialetal do próprio latim que, no processo de passagem da Antiguidade para a Idade Média, dá origem a toda uma família de idiomas românicos, incluindo a primeira versão de um português arcaico.

O que explicaria esse outro processo? No nível intralinguístico, a tendência analítica inerente ao latim falado, em detrimento da formatação sintética de sua modalidade escrita. No nível extralinguístico, a decadência da cultura literária, que por sua vez liberara as tendências analíticas que germinavam em seu próprio seio. Seja na forma clássica ou vulgar, a diferença entre o latim e o português não consistia mais em uma relação de alteridade. Ainda que em gérmen, as línguas românicas desde sempre habitavam-no. Elas eram como que ele mesmo,

porém manifestado como outro. Sua relação era antes de identidade, mas numa modalidade temporalizada, reflexiva e aporética. Era história, era moderna. Era isso que tornava possível a filologia de Adolfo Coelho e sua diferenciação para com os modelos gramaticais que ele criticava. Contudo, limiares de distinção precisavam ser preservados, era preciso enfatizar que nem a influência bárbara, nem a moura, haviam sido determinantes. A superfície das evidências de palavras árabes e germânicas presentes no léxico português se contrapunha então à profundidade inaparente de um organismo gramatical latino: “os cristãos se *misturaram* mas não se *assimilharam* aos conquistadores” [grifos originais] (Coelho, 1871, p. CCV). Língua e a nação faziam assim as escolhas de seus próprios elementos de identidade: a civilização latina, o cristianismo. E de alteridade: os mouros, a barbárie, o paganismo.

Mas se o mesmo processo valia, de modo geral, para toda aquela porção da Europa que emergira dos antigos domínios ocidentais do Império Romano, o que explicaria a sua proliferação em múltiplas direções? Múltiplas, porém não caóticas, já que, em muitos casos, como o de Portugal, elas tão bem se sobrepunham aos recortes de um Estado em formação que, na passagem para a Idade Moderna, converteria determinada variação desses “dialetos latinos” em *idio-ma*, literalmente privado. Apontar a própria independência política como condição de possibilidade para tal diferenciação idiomática equivaleria a uma resposta à maneira clássica, como as de Bacellar (1783) e Viterbo (1789), que “não valiam mais”. Inverter o polo da reciprocidade historicista e dizer que a soberania “aumentou a diferenciação que já se notava”, como fizera Antenor Nascentes (1974, p. XX), tampouco bastava. Por isso ele apela para uma espécie de distinção étnico-geográfica, de um noroeste peninsular que “desde as épocas primitivas sempre obedeceu a destinos próprios, diferentes dos do resto da região”. Seja lá o que isso viesse a significar, era utilizado para apontar a reincidência de uma singularidade mais primordial que ia dos celtas aos portugalenses, da qual a língua e a nacionalidade pareciam ser apenas indicadores posteriores. Havia assim uma “celtomania” moderna, só que ela não mais funcionava como o índice de uma diferença linguística, mas como a projeção de uma origem nacional quase mítica. Noutra escala de comparações, ela fornecia elementos alternativos de identidade que permitiam distingui-la de suas vizinhas mais próximas de Europa. Antes de passar pelo mesmo processo de homogeneização que nos conforma, já éramos outros.

Se, em nível extralinguístico, a origem da língua portuguesa estaria marcada por uma negatividade, qual seja, a ausência de uma cultura literária que inibisse suas tendências analíticas, onde morava então o elemento que pudesse funcionar como a sua causa positiva?

Mesmo em nível intralinguístico, a constância verificada nas regras dos metamorfismos fonéticos sem sentido não possuía “a explicação final”, como mencionado por Adolfo Coelho (1871, p. CCV), apesar de sua ascendência sobre as mudanças de natureza morfossintática, e destas sobre as variações semântico-lexicais. Tal atributo, acreditava-se, não pertenceria à glótica, mas sim a “uma outra ciência”, responsável por estudar a “fisiologia dos sons da palavra” face à “fisiologia geral do homem”. Quase um século antes de Antenor Nascentes, Adolfo Coelho supunha que essa passagem poderia ser tanto o “resultado de sugestões da razão espontânea”, quanto “da atividade das leis fatais do organismo físico do homem”. Seja como for, para ele, em ambas “se manifestam as tendências regularizadoras da natureza, não o capricho do acaso”. Caldas Aulete (1881, p. XVI) também sugere que as transformações do latim vulgar em português arcaico seriam provocadas, de um lado, pela “tendência e vontade de as nacionalizar, dando-lhes uma forma imitativa de outros vocábulos da língua aborígine”, e, de outro, “devidas talvez a serem essas inflexões mais apropriadas ao aparelho vocal dos povos desta parte das Hespanhas”.

Portanto, sua positividade era de ordem, senão racial, biológica. Senão biológica, fisiológica. O organismo metafórico da língua estaria, em última instância, sobredeterminado pelo corpo humano. Se Adolfo Coelho (1871, p. XV-XVI) chega a defender, com Schleicher, que a linguagem poderia “fornecer um princípio distintivo para uma classificação científica e sistemática da humanidade”, que nela haveria “a base de um sistema natural do *genus homo*”, não é por uma crítica ontológica à ideia de raça, mas meramente pela opção epistemológica de uma categoria mais constante do que aquelas deduzidas dos procedimentos craniométricos: “em a nossa opinião, a conformação exterior do cérebro, da face e do corpo, é menos essencial para o homem que a constituição física, não menos material, mas infinitamente mais delicada, de que a linguagem é o sintoma”. Com Foucault, podemos dizer que, na superfície, a língua era a manifestação mais evidente de um aparelho vocálico que, em profundidade, indicava a constituição de um organismo cujas diferenças analógicas eram concebidas, em última instância, como resultantes de uma *raça*. Ou seja, havia diferentes línguas porque os corpos falantes, ao menos em sua origem, seriam biológica e, nesse caso, também evolutivamente, distintos: “um alemão pode, em alguns casos, disputar pelos cabelos e o prognatismo com a mais pronunciada cabeça de negro, mas nunca falará bem uma língua de negro” (Coelho, 1871, p. XV-XVI). As nações aí se alojavam, nas contingências da história.

Contudo, aquilo que o aparelho vocálico era capaz de criar transcendia em muito a dimensão das demais aparências físicas que poderiam ser tomadas como signos externos da diferença racial. Como aponta Adolfo Coelho (1871, p. XV-XVI), “toda a mais alta atividade do homem está estreitamente unida à linguagem, de modo que acha na linguagem o meio da sua devida apreciação”. Ou seja, se as línguas eram, em certa medida, produto de um determinismo fisiológico, elas também eram, noutra direção, “capazes de exprimir as mais altas especulações do espírito”: “por quanto, sem dúvida, no modo porque um povo tirou proveito do espiritual na língua, se dá a conhecer de um modo especial a particular vida de espírito desse povo” (Coelho, 1871, p. XXX). As nações assim se constituíam, no fazer de sua história.

O outro texto que precedia o dicionário de Domingos Vieira, *Sobre a literatura portuguesa*, escrito por Teófilo Braga, iniciava com uma exposição sintética dessa complexa relação historicista entre raça, nação, língua e o que ela era capaz de expressar:

Desde o momento que um povo começa a sentir em si vida histórica, e conhece que aceitando os progressos realizados da humanidade contribui para a civilização com as tendências novas que distinguem a sua raça, imediatamente se cria a tradição que há de ser o vínculo moral da sua nacionalidade. Essa tradição torna-se a ideia móvel da atividade, e, como primeira manifestação da unidade desse povo, é o ponto em volta do qual se desenvolve uma literatura (Braga, 1871, p. CCIX).

Em primeiro lugar, a história não é apenas o produto inexorável da passagem natural do tempo, tampouco a sua mera narrativa, mas uma espécie de “consciência” que se acerca de sua própria historicidade. Ela possui um sentido geral, a noção de “progresso”, e um fim universal, a “civilização”. Caberia então a cada povo em particular descobrir o papel específico a ser por ele desempenhado no processo civilizatório da humanidade. Isso equivaleria ao destino natural de uma raça. Do movimento entre a valorização dessa suposta origem comum e a projeção de seu destino, estabelece-se um “vínculo moral” plasmado na ideia de “nação”. A nação é o fenômeno que manifesta a “unidade” de um povo, unidade que torna possível uma literatura, literatura que, por sua vez, nada mais seira do que a manifestação de uma “tradição” nacional.

Nesse circuito, o principal significado de raça não diz respeito a uma organização biológica mais profunda que, num movimento interno, pode ser indicada pelas diferentes propensões humanas para falar um determinado tipo língua, que seria, portanto, o seu produto fisiológico mais aparente. Ainda que não prescindia totalmente dessa materialidade, aqui o termo raça designa antes a evidência manifesta de uma dada coletividade que, num movimento externo, torna-se singular justamente pelas particularidades daquilo que demonstra ser capaz de produzir linguisticamente, ou seja, pela sua literatura. Essa diferença é o que permite a seguinte

distinção analítica operada por Teófilo Braga (1871, p. CCIX): “na ordem física, a raça é uma variedade; na ordem moral é uma individualidade imponente”. Para os naturalistas que esquadrinham um esquema classificatório, ela seria “mero acidente”, mas para os historiadores, que procuram encontrar um sentido entre a sua origem e o seu destino, ela constitui “uma concepção superior, uma filosofia”. Ao passo que “a ciência da linguagem trabalha sobre uma criação dependente da fatalidade da raça, da etimologia”; a história da literatura, igualmente concebida como uma ciência experimental, “trabalha sobre as concepções sentimentais ou artísticas em que a ideia da nacionalidade transparece em uma forma consciente”.

Para Teófilo Braga (1871, p. CCIX), esse gesto estava na base do que chama de “grande revolução da ciência da história”, iniciada na Alemanha e na França, que tinha “o seu ponto de partida do estudo das literaturas”. Aponta Giambattista Vico (1668-1744) como o primeiro a compreender a “aliança da Filosofia e da Filologia”, da qual Schlegel teria deduzido “os princípios para a crítica literária. Em seu entendimento, a unidade das línguas indo-germânicas demonstrava que “a história não era somente uma narração, mas uma indução, um processo para descobrir por um ato individual até aonde o homem, sob a pressão da fatalidade da natureza, pôde ter e afirmar a consciência de si”. Enfim, uma mudança no estudo das criações linguísticas que não se reduzia a uma questão metodológica, mas afetava o próprio sentido atribuído à história: “esta profunda alteração no senso histórico partiu das literaturas”.

No contexto brasileiro do início do século XIX, “a existência de uma literatura nacional [era] tão certa quanto a materialidade dos livros e manuscritos que lhe [davam] forma” (Araujo, 2008, p. 92). Na idade clássica, o conceito de literatura remontava ao conjunto de todas as produções escritas, cuja existência indicava o necessário paralelismo entre o cultivo da língua e o índice civilizacional da nação. Na perspectiva moderna defendida por Teófilo Braga (1871, p. CCIX), entretanto, “a verdadeira história da literatura portuguesa consiste em descobrir pelas realizações que ela nos apresenta, a vitalidade da raça, a consciência da nacionalidade, e até que ponto estas duas correntes naturais estão em harmonia ou em antinomia com a civilização”. Ela está mais próxima, portanto, daquela “expressão de uma individualidade orgânico-teleológica”, que Araujo (2008, p. 124) reconhece no ensaio de Gonçalves de Magalhães (1811-1882), publicado pela *Revista Nitheroy* em 1836. Nessa perspectiva, “reconhecer a existência da Literatura portuguesa não depende somente dos catálogos bibliográficos, mas do grau de alimento e vigor moral que o povo recebe por essas obras”. Por isso, entre milhões de volumes, Teófilo Braga afirma que bastaria alguns romances medievais, os *Lusíadas* de Camões e a

História Trágico-marítima de Bernardo Gomes de Brito “para sentir-se sob esses documentos agitar-se uma raça, uma nacionalidade”.

Conseqüentemente, por entender que “só merece o nome de literatura [...] a série das criações sentimentais e intelectuais em que o grau de consciência que esse povo tem de si chegou a ser revelado”, em Teófilo Braga (1871, p. CCIX-CCX), assim como entre os lexicógrafos modernos, o estatuto atribuído aos clássicos sofre uma drástica alteração. Eles não mais compunham um cânone a ser restituído ou imitado, conforme aqueles “que vêm nas obras do espírito apenas um corpo inorgânico adaptado aos modelos autoritários”. Pelo contrário, representavam “os meios que violaram a evolução do espírito nacional, abafando-o pela autoridade ou pelo prestígio”. O ideal da perfectibilidade cedia lugar à busca por autenticidade: “todos os povos que tiverem caracteres de raça profundos e acentuados, que haverem uma evolução histórica importante, que ao fato da nacionalidade ligarem um ideal de liberdade na esfera civil, política e filosófica, esses povos devem ter uma literatura original e fecunda”. Em suma, a relação da literatura face à nação, no diagnóstico do presente como realização de uma origem, servia para “mostrar o seu nível moral”, e, na projeção do futuro como antecipação de um destino, permitia “anunciar a aspiração que às vezes leva séculos a ser efetuada”.

Nessa temporalidade, Teófilo Braga (1871, p. CCX), observa que “a constituição da raça precede a nacionalidade”. No entanto, na condição de “um fato orgânico”, do qual “não pode determinar-se ao certo o dia em que começa”, a raça, ainda que possua seu próprio processo de evolução, em termos históricos permanece enfraquecida, ao menos para as possibilidades de acesso a esse passado remoto. Já a nação, concebida como uma “entidade individual e dependente da vontade, coadjuvada pelo meio etnográfico e pela tradição”, por sua vez, desponta como um fenômeno eminentemente histórico. Nessa percepção, para o caso português, não havia dúvidas de que “a raça resultou de migrações e de invasões anteriores”, ao passo que a “vida histórica” começara somente com a civilização romana. Mas a constituição da nação em si teria ainda que esperar a conjuntura favorável do século XII.

Segundo Teófilo Braga (1871, p. CCX- CCXI), a sociedade romana era marcada por um “desequilíbrio, em que o indivíduo estava anulado diante da entidade abstrata do Estado”, fator este que “impossibilitava o cruzamento, a fusão que fortalece uma raça”. Partindo desse pressuposto, que revelava ter como fundamento um forte ideal republicano de dissociação entre nação e Estado, chegava-se à conclusão de que, para compreender a formação das línguas

românicas, de seu período clássico bastaria demonstrar “a coexistência do dialeto vulgar em presença do latim urbano”.

De maior relevância, porém ainda não decisivos, seriam os eventos do século V, quando “entram na Península alguns dos ramos mais vigorosos da raça germânica”. Teófilo Braga divide os visigodos em duas classes, os senhores *werh-man* e os servos *lite*, afirmando que, neste caso, “a formação da raça operou-se em virtude das condições que separaram estes dois elementos”. Ao passo que o primeiro “permaneceu estéril, porque se desnaturou para adaptar-se a uma civilização [romana] que lhe não pertencia”, o segundo “não tinha vida política”, mas “tinha em sua alma o depósito das tradições germânicas”. Sua independência já era sentida, porém ainda não encontrava condições para se “formular em ideia”, necessitando “somente uma circunstância material que [a] libertasse”. Fato que teria ocorrido com a nova invasão árabe do século VIII, apresentado como o “momento em que os povos da Europa haviam acabado o seu período de fecundidade”. Nessa narrativa, é exatamente ao godo-lite, designado *moçárabe*, imitador do árabe, que atribui-se a responsabilidade por uma série de renovações religiosas, jurídicas, artísticas e políticas, onde o elemento árabe consta “sempre com um caráter de exterioridade”, cujo mimetismo “em nada altera a essência [da] alma germânica do godo-lite”.

No período da reconquista ibérica, contudo, “toda esta brilhante evolução natural”, conforme Teófilo Braga (1871, p. CCXI), teria sido “sacrificada” pelas tentativas da nobreza *werh-man* em “restabelecer a caduca civilização romana de que se apaixonara no momento da sua ruína”. Esse seria o momento crítico e ao mesmo tempo decisivo de diferenciação da nacionalidade portuguesa.

Até então, o processo de constituição do que é classificado como uma “raça moçárabe” não havia necessitado operar qualquer distinção entre portugueses e espanhóis. Na apreciação de Teófilo Braga, a *História de Portugal* de Alexandre Herculano, por exemplo, havia se limitado a descrever esse “fato fundamental”, mas que sem levar em conta a “lei superior que levou à realização ou consumação da nacionalidade [...], não se acha a razão de ser desse sucesso primordial, sem o qual não seríamos portugueses”. É neste ponto que recorre à *Filosofia da História* de Hegel (1770-1831) para afirmar que tal singularidade não resultava de uma raça, nem apenas decorria do território, mas sim que “a proximidade do oceano atlântico criou um instinto, que não nasceria longe deste meio”. Ou seja, o princípio de que “todas as vezes que o mar não é somente um limite, mas uma condição de atividade, aí está o germen para uma raça se erigir em nacionalidade”, formulado por Hegel para explicar a autonomia da Holanda perante

a Alemanha, era utilizado para discernir o “espírito transcendente” de Portugal em relação à Espanha. Retorna assim, em Teófilo Braga (1871, p. CCXI) uma materialidade de “caracteres étnicos” compreendidos como “consequência do meio exterior e da raça”. A linguagem, as tradições, os cantos, a arquitetura, as superstições e os usos são citados como seu produto.

Haveria ainda “uma outra circunstância não tão fatal, mas igualmente fecunda” para a constituição da individualidade nacional portuguesa. De acordo com Teófilo Braga (1871, p. CCXII), “o exemplo da história mostra-nos que as raças puras, para se constituírem em nacionalidade, precisam de um elemento estrangeiro que venha, por assim dizer, determinar esse ponto de ossificação”. Longe de corresponder a uma teoria da diferença precoce, tal enunciação provinha do entendimento de que o “dualismo da *tradição* e da *aspiração*” [grifos originais], necessitava encarnar em uma “raça primitiva, que se fortalece pelo seu passado”, e em outra “raça móvel, que se lança audaciosa à posse da liberdade pela força da união”. Dessa combinação, do “elemento moçárabe”, visto como demasiado estático e “bastante puro para poder consolidar-se em nação”, e da dinâmica atribuída ao “vigor estrangeiro”, representado pela posse de D. Henrique e a presença de colônias galo-francesas no reino de *Portus Cale* a partir do início do século XI, teria surgido “esse primeiro instinto de individualidade”.

As grandes navegações são tomadas então como uma espécie de metonímia da singularidade nacional portuguesa: “a prova mais imediata, é que a vida histórica de Portugal coincide com o período das suas expedições marítimas”. O que é indicado como “essa causa moral da proximidade do mar”, define também seu destino e, ao mesmo tempo, descobre seu papel particular na meta universal de civilização: “este povo foi grande, contribuiu para o progresso da humanidade, assinalou para sempre a sua passagem nos tempos, porque cumpriu aquilo para que estava organizado”. Tudo isso, segundo a “teoria da História da literatura portuguesa” formulada por Teófilo Braga (1871, p. CCXII), que ele alegava ir ao encontro do que já havia sido reconhecido pelo naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859) e pelo historiador Edgar Quinet (1803-1875), “se refletiu na literatura”: “a obra em que mais acentuadamente se determina este caráter, os *Lusíadas*, deixou de ser um poema de um herói para ficar a Bíblia de um povo”.

Parece não haver dúvidas de que a leitura de matriz positivista de Teófilo Braga (1871, p. CCXIV) está plenamente inscrita naquilo que Koselleck descreve como uma experiência moderna do tempo: a concepção linear, o afastamento decisivo entre experiências e expectativas, o caráter processual, a procura de uma teleologia, a disponibilidade de uma

filosofia da história, a conotação evolucionista, a noção de *progresso* como categoria meta-histórica: “nenhum dos progressos realizados pelo homem se perde; tudo se transmite, tudo se assimila”. Tampouco que, por conseguinte, ela já realiza e projeta um conceito igualmente moderno de *história*: a forma substantiva de um singular-coletivo, a dimensão universal, o ideal civilizatório, a concepção hegeliana. No entanto, sobretudo na relação do espírito nacional com o Estado, ainda havia espaço para o que chamava de “antinomias da civilização”. Por um lado, “a evolução da atividade da inteligência dá-se dentro do Estado, que se vai tornando por assim dizer uma vontade abstrata, como síntese de todas as vontades individuais”: “no Estado, o moçárabe compenetrava-se da independência que o fez no século XV tornar-se conhecido como povo”. A esse “equilíbrio da liberdade e da autoridade”, dá-se o nome de “Civilização”. Por outro lado, na medida em que se conforma e fortalece, os interesses do Estado podem prevalecer sobre o da nação, provocando um desequilíbrio pernicioso, como ocorrera em Roma.

É por isso que a tentativa de restabelecimento da civilização romana por parte da nobreza gótica das Astúrias, em detrimento do “moçárabe fecundo e original”, era interpretada como um verdadeiro “anacronismo”: “como uma nação recente, que devia tirar a lei das suas necessidades, estava com os olhos no passado!”. É por isso que a tradição latina do século XVI também é descrita como um “foco da reação”, acusando a inutilidade do método de ensino empregado pelos jesuítas, especialmente os preceitos metalinguísticos da gramática de Manoel Álvares. Daqui fomos levados, afirma Teófilo Braga (1871, p. CCXV), “à intolerância religiosa, ao cesarismo romano, que atingiu o seu esplendor em Dom João V e se formulou em doutrina política durante o governo do Marquês de Pombal”. Isso tudo seria “consequência [de] inocularmos em nós o vício da civilização romana”. Como resultado dessa indevida apropriação, “o indivíduo ficou nulo diante da ação do estado; o agente despertador da nacionalidade, o mar, tornou-se apenas uma barreira, e assim acabada a vida histórica deste povo, representamos a nossa inanidade na pobreza e falta de ideia na literatura”.

Em síntese, essa era a fórmula que estava na base da Teoria da História da Literatura portuguesa de Teófilo Braga (1871, p. CCXV): “na luta entre as tradições latinas e o gênio das literaturas da idade média, a Literatura portuguesa foi a que mais sacrificou o caráter nacional ao classicismo e a que mais perdeu da sua originalidade”. Por mais progressista que pudesse se apresentar sua temporalidade, por mais moderno que fosse o conceito de história utilizado, o triste fado da realidade portuguesa no advento da modernidade parecia não conseguir se libertar em definitivo dos atavismos que marcavam as suas experiências de regresso,

independentemente de serem elas contrapostas ao horizonte da *restauração*, da *regeneração*, ou, agora, também da *revolução*: “a atual decadência não é somente por haver passado o período da nossa vida histórica; é porque o mar tornou-se também para nós um limite; os nossos portos servem para o refresco de outros navegadores que nos vão tornando de nação em feitoria”. Na revolução republicana de 1910, as ideias de Teófilo Braga ganhariam guarida e ele próprio assumiria o governo provisório do Estado, da República e da nação portuguesa. Como expressão do espírito transcendental da história desse povo, todos esses fatos deveriam ser comprovados pela evolução paralela das realizações mais autênticas da língua que ele falava, ou seja, pela sua literatura.

3.4.4 O Brasil narrado: temporalização da história e identidade nacional

Em *A independência narrada* (2022), Valdeci Araujo retoma, com significativa expansão de objetos, escopo temporal e abordagens, sua busca pela constituição de um conceito moderno de história na historiografia brasileira. Novamente admitindo o processo de Independência política de 1822 “na qualidade de evento fundador da nacionalidade”, seu questionamento, de perspectiva heurística, é essencialmente uma questão de identidade, em seu sentido que tenho classificado como lógico-filosófico moderno, ou seja, temporalizado, reflexivo e aporético. Em resumo, pretende compreender como a “narrativização histórica” daquele período buscou resolver o que é descrito como “o grande ponto cego do projeto nacional”: “por que a diferença não para de se produzir, apesar do desejo e dos esforços por uma nação homogênea e idêntica a si mesma?” (Araujo, 2022, p. 17-18).

No projeto britânico da *Universal History*, desenvolvido entre 1736 e 1768, Araujo (2022, p. 25-40) reconhece uma história universal com traços de modernização, que não toma a cristandade, mas sim o globo em sua plenitude geográfica, enquanto dimensão de universalidade; que não se atém apenas a uma história antiga, mas avança na direção de uma história moderna; que não se destina ao público leitor de latim, mas atende a um crescente mercado editorial vernáculo. Para os habitantes do império português, a seção sobre Portugal teria vindo a oferecer “uma versão moderna de sua história nacional”. O texto original se limitava a inserir Portugal no horizonte renascentista do humanismo comercial (Pocock, 2002). A edição francesa, de 1785, acrescentou especulações filosóficas sobre o ciclo de decadência, atribuído à dependência comercial da Inglaterra, e de regeneração, com a autonomia almejada

pelas reformas pombalinas. Versão que, em 1788, Antônio de Morais Silva (1757-1824) traduzira para a língua portuguesa, além de complementar sua narrativa até o ano de 1777. Na avaliação de Araujo (2022, p. 46-50), o texto de Morais Silva está, “por um lado, prenhe de progresso, por outro, imerso na ignorância, o que demonstrava bem as incertezas quanto ao significado dessa distância histórica entre o presente e o passado do reino”. No entanto, a mesma análise permite-nos localizar os objetivos e pressupostos que já estavam presentes nos dicionários, pertencentes e constituintes de um regime epistemológico clássico: a “atualização de Portugal com relação aos avanços literários que aconteciam em outras nações”, a “experiência moderna da história como um singular coletivo [que] pressupunha certo horizonte estável em sua representação”. Na edição de 1809, realizada por Hipólito José da Costa (1774-1823), Araújo percebe novos traços modernizantes, defendendo que, somente nela, “a crise da representação e as transformações na experiência da história problematizariam esse modelo de escrita, levando [...] à necessidade moderna de contínua reescrita da história” (2022, p. 50).

Um cenário diferente se configura no período designado joanino-brasílico, aberto pela transferência da corte para o Rio de Janeiro em 1808, e marcado por aquilo que Araujo (2022, p. 18-19) classifica como uma espécie de “independência prefigurada”, onde “a história do Brasil só teria sentido como forma de regenerar o projeto de uma monarquia absoluta atualizada com os novos tempos”. Se o horizonte da regeneração ainda poderia remeter a uma concepção cíclica do tempo, “esses [mesmos] relatos permitiram às elites brasílicas imaginarem no tempo e no espaço uma unidade até então precariamente disponível”, que por sua vez já correspondia a uma “nova experiência da realidade historicizada, lentamente construída a partir de transformações sociais, culturais e econômicas”. Volta a citar a recorrência de Leibniz nesse contexto intelectual, “o presente está prenhe de futuro”, que, de acordo com a sua interpretação, “era um esforço de reafirmar a capacidade de organizar as transformações com os olhos voltados ainda para o passado, mas também podia ser ressignificado como uma convocação a analisar o potencial transformador do presente” (Araujo, 2022, p. 61-62).

No posto de redator do *Correio Braziliense*, editado em Londres entre os anos de 1808 e 1822, Hipólito José da Costa recorria às macronarrativas ilustradas para situar a história de Portugal nas histórias dos “progressos da civilização”, ao mesmo tempo em que precisava ressignificar, nessas mesmas leituras, as frequentes críticas que elas faziam ao decadente sistema colonial luso. Para tanto, chegava recorrer a um curioso determinismo lexical, porém que seria coerente ao privilégio semântico da episteme clássica:

“[...] na Europa não havia nem sequer ideia do que eram estabelecimentos de colônias, os Portugueses encetaram este novo ramo de política, e infelizmente lhe chamaram conquistas; porque era o único estabelecimento estranho de que havia então ideia na Europa. Este errado nome foi a causa das medidas erradas, que se tomaram na administração das colônias” (*Correio Baziliense*, 1808, *apud* Araujo, 2022, p. 63).

Como visto no caso da reativação da perspectiva paralelista entre os progressos da língua e do Estado-nacional, na segunda edição do Morais Silva (1813, v. 1, p. IV), Araújo (2022, p. 64) também identifica um incremento do discurso patriótico português no contexto da resistência às invasões napoleônicas. Entretanto, o ineditismo destes acontecimentos fazia ampliar as expectativas de futuro, abrindo-se cada vez mais para a projeção de “uma ideia de ‘Brasil’ como singularidade”, e por extensão para “a possibilidade de uma ‘história do Brasil’”, ainda que esta pudesse ser vislumbrada como “baluarte da regeneração política e moral da nação portuguesa”. Segundo Araújo (2022, p. 65-66), “tanto em Portugal como no Brasil essa nova percepção da história era acompanhada da necessidade da escrita de uma história geral e filosófica capaz de esclarecer as causas da crise e decadência”, ao passo em que convivia “com um intenso e persistente uso de referências clássicas, incluindo a da história como mestra da vida”. Conforme tenho insistido, no entrelugar temporal desse *já* e desse *ainda não*, tal modalidade de “história geral e filosófica”, tal qual o regime da “gramática geral e filosófica”, pode ser admitida em seu estatuto epistemológico particular, tão longe e tão próxima do caráter cíclico, exemplar e plural das concepções pré-modernas de história, quanto da dimensão linear, processual e singular de seu conceito moderno.

Na Academia das Ciências de Lisboa, apesar do predomínio de posicionamentos políticos contrários à realização do Brasil como singularidade, havia o gesto intelectual semelhante de “inserir a história do mundo luso-americano no interior da história universal a partir de uma perspectiva racionalista” (Araújo, 2022, p. 67). Iniciativa que vinha ao encontro de um programa de “restauração da língua portuguesa que passava pela leitura dos clássicos lusitanos, nitidamente atrelado a uma persistente concepção reformista da monarquia e da nação portuguesas”. Em contrapartida, Hipólito José da Costa quanto José Bonifácio (1763-1838) também procuravam ressaltar as origens germânicas da monarquia e da nação portuguesas, cujo argumento perpassava a constituição e a valorização dos idiomas vernáculos no contexto das invasões bárbaras. A história da literatura portuguesa elaborada por Bonifácio era organizada em ciclos de restauração e decadência, porém indicando a “existência da república das letras enquanto força trans-histórica”, conforme aponta Araujo (2022, p. 67-70). Segundo sua conclusão, “aos ‘azedos filósofos’ que veem na história apenas um cortejo caótico de fatos,

Bonifácio contrapõe as novas possibilidades, mesmo que acompanhadas de antigos argumentos da história exemplar”, onde “uma história filosófica e uma história exemplar convivem lado a lado sem aparentarem contradição”. Avaliar em que medida sua concepção de linguagem participaria do regime representacional da gramática geral, ou do perspectivismo da linguística histórica e comparada, poderia ser mais uma forma de acessar o índice de modernidade do seu conceito de história, assim como da história da língua e da nação que ele narrava.

Ao abordar a variedade das histórias escritas no Brasil joanino, Araújo (2022, p. 74-75) não deixa de destacar outro tipo de reciprocidade epistemológica, apontando a influência que o modelo da história natural exerceria sobre a imaginação histórica daquele período, sobretudo na modalidade de uma “história geral”, expressão cujo uso na imprensa brasileira aumenta exponencialmente entre os anos de 1820 e 1849 (p. 97). Ressalta que elas possuiriam em comum o fato de responder, a partir de uma distinção entre domínios culturais e naturais, à universalidade e ao *continuum* dos antigos sistemas classificatórios de fundamentação religiosa. Porém, adverte que “não se trata de dois tipos opostos, mas de dois projetos globais distintos de conhecimento que, embora se entrecruzem em alguns momentos, não podem ser completamente reduzidos a uma matriz comum”. Dessa perspectiva, analisa as obras de Aires De Casal (1754-1821), Fernandes Pinheiro (1774-1847), Monsenhor Pizarro (1753-1830), Robert Southey (1774-1843), Alphonse Beauchamp (1767-1832), José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (1756-1835), e Luis Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca (1767-1844).

No conjunto dessa produção historiográfica, Araújo circunscreve que “pela primeira vez, as teorias civilizatórias da ilustração europeia eram aplicadas para a escrita de uma ‘história do Brasil’ enquanto unidade autônoma com relação à história de Portugal” (p. 103). Em suma, uma “revisão do significado do processo de colonização” que não equivalia “apenas a ideia de uma naturalização dos portugueses na América, mas o relato da formação da civilização no Brasil” (p. 100). Uma “busca no passado colonial de elementos identitários” (p. 91), com tentativas de enfatizar a “participação de brancos, negros e nativos” (p. 80). Contudo, fadado a ficar “sempre sendo o patrimônio dum povo português, que fale a língua de Fernão Lopes, de Barros, de Camões e de Vieira” (p. 101). Com referências intelectuais que iam desde citações bíblicas, passando pelos oradores do mundo antigo, pelos autores do período clássico da literatura portuguesa, e chegando até pensadores britânicos como Robertson (1721-1793), Hume (1711-1776), Gibbon (1737-1794), Burke (1729-1797) e Smith (1723-1790), típicos representantes da idade clássica enquanto regime epistemológico (p. 119).

Mas o projeto de restaurar o Império Português, em sua unidade, através das novidades fornecidas pela parte americana de suas colônias, parece se esgotar com a Revolução Constitucionalista do Porto em 1820 e o retorno da corte para Lisboa em 1821. Para Araújo (2022, p. 130), a aceleração provocada por esses acontecimentos resulta em uma “bifurcação do processo de nacionalização dessas realidades”. Em sua classificação, sobretudo a partir de 1822, abre-se um segundo período, onde a emancipação brasileira deixa de ser apenas “prefigurada” e o próprio “evento/processo Independência coincide com a sua representação e apresentação em imagens, formas e narrativas de história”. Constituindo assim um tempo presente que, em nível historiográfico, possibilitou delinear a “singularização de uma experiência nacional que ressignificou o passado colonial como tirania e opressão, a fim de projetar o colapso das expectativas de restauração ou regeneração do legado português” (Araujo, 2022, p. 19-20).

Valdei Araujo explica que a experiência revolucionária, tão combatida por pensadores conservadores como Hipólito José da Costa e José Bonifácio, também precisava ser ressignificada e instrumentalizada frente à radicalidade posta em movimento pelos ideais de separação política. Embora ponderando que o encadeamento de tais acontecimentos, de suas realizações linguísticas e explicações historiográficas, esteja sempre à mercê de contingências históricas capazes de acarretar resultados que nem sempre foram planejados por seus principais atores, Araujo (2022, p. 133) assinala que “a crescente consciência que os sujeitos históricos adquirem da natureza deste procedimento e de sua importância na luta política”, constitui um dos principais elementos que marcam a modernidade. Gesto que envolveria, portanto, não apenas a realização do novo, mas igualmente a reapropriação do vocabulário e das formas anteriores de explicação: “a tentativa de reduzir o caráter moderno dessa experiência pelo apontamento de suas ambivalências e permanências parece não atentar para o próprio sentido do tempo moderno como capaz de incorporar e transformar essas dimensões”.

Na temporalidade dos acontecimentos da história do Brasil, o afastamento entre experiência e expectativa reconhecido na ruptura política com Portugal, de um lado, e, de outro, é sopesado pelo continuísmo materializado na atualização de uma monarquia nos trópicos, regida pelo próprio príncipe herdeiro do trono português. Contudo, nesse novo contexto global de “nacionalização dos mundos”, como descreve Araujo (2022, p. 141), “além de fundado em um contrato constitucional, o novo país deveria constituir-se enquanto identidade cultural”. Por isso, para justificar a soberania do novo Estado e ao mesmo tempo atestar e instituir a existência

desse novo coletivo-singular, fundado em um conceito renovado de *nação*, historiadores foram recrutados para “identificar suas singularidades, sem que isso pudesse significar, evidentemente, uma total negação do que se havia desenvolvido, no plano da história real, ao longo dos séculos passados”. O grau de modernidade dessas narrativas, no entanto, é algo que continua sendo perseguido pelo seu estudo. Se, em obras como as de Hippolyte Taunay (1785-1881), Araujo sublinha apenas “a crescente politização e nacionalização da história da América portuguesa” (2022, p. 154), sua análise das histórias escritas por Victor-Laurent de La Beaumelle (1772-1831), Alphonse Beauchamp (1767-1832) e Ferdinand Denis (1798-1890), por exemplo, permitem entrever alguns dos *topos* discursivos verificados na lexicografia moderna e no regime epistemológico de que ela participa.

O organismo como metáfora política: “assim como o corpo individual, também o corpo social teria um começo e um fim”, onde “corpos políticos se dissolveriam e a partir de seus elementos novas identidades surgiriam” (p. 157). A disponibilidade de uma filosofia teleológica da história: “a tese de que as causas da Independência não poderiam ser buscadas em ações individuais, mas em grandes leis históricas” (p. 20). A concepção temporal das simultaneidades não-simultâneas: “uma sucessão de etapas civilizatórias permitiria ver o passado no presente, já que coexistiriam povos em diferentes estágios em um mesmo tempo” (p. 157). A alteridade em relação aos vínculos antigos entre raça, religião e nação: “na Antiguidade a ideia de raça era mais forte, que a nacionalidade se ligava menos ao solo e mais a uma noção aristocrática de origem racial comum”, “também a religião reforçava essa fidelidade dos emigrantes aos costumes de suas origens” (p. 157). A nação formada por diferentes raças: “apropriação histórico-cultural do elemento nativo e africano como tema decisivo na produção da diferença e legitimidade nacional” (p. 167). A valorização de um passado moçárabe: “as guerras de reconquista contra os mouros são apontadas como o primeiro evento análogo com o qual se poderia compreender a colonização moderna”, “nesse sistema, os reis peninsulares seriam apenas chefes de seus vassallos, mas não senhores em sentido pleno” (p. 159). A correlação entre língua, nação e literatura: “quando publicaria o *Resumo da História Literária do Brasil*, essa tarefa seria um dos fatores de legitimação da autonomia nacional” (p. 168). Neste último ponto, inclusive, com citações de Humboldt, mas neste caso, tropical, “distante da civilização”, não o expoente da linguística histórica, Wilhelm, mas seu irmão naturalista, Alexander.

A essa altura do livro, Valdeí Araujo recorre aos pressupostos teóricos de Hans Ulrich Gumbrecht para explicar a modernidade através de uma metáfora de cascatas epistemológicas.

O início da modernidade no XVI, cujos marcos metonímicos escolhidos são a descoberta da América e a invenção da imprensa, seria marcado pela emergência do tipo ocidental de subjetividade que Gumbrecht (1998, p. 11-13), em diálogo com Niklas Luhmann, classifica como *observador de primeira ordem*. Em oposição à natureza divina do saber medieval, esse novo sujeito moderno, fundado numa divisão entre corpo e espírito, aparece em sua capacidade de produzir conhecimento acerca daquilo que lhe é tomado por objeto, cuja materialidade, então, passa a ser dispensada em detrimento de uma atribuição de sentido. Isso faz emergir aquilo que Gumbrecht designa por “campo hermenêutico”, que apesar de atingir seu auge ao longo do século XVIII, sofre desde o fim do Iluminismo uma série de crises e questionamentos, o que não o impede, contudo, de continuar operante nas concepções mais convencionais de arte, literatura e ciência. Para Araujo (2022, p. 181), “uma das características principais dessa cascata é o afastamento do corpo dos processos cognitivos, produzindo-se um grande otimismo sobre a possibilidade de uma representação universal de um mundo exterior”.

Uma segunda cascata epistemológica de modernidade teria entrado em cena na virada do século XVIII para o XIX, associada ao modelo que Gumbrecht (1998, p. 13-17), outra vez com Luhmann, apresenta como um *observador de segunda ordem*, “incapaz de deixar de se observar ao mesmo tempo em que observa o mundo”. Além disso, não deixa de apontar que essa compreensão corresponde exatamente à episteme moderna descrita por Foucault em *As palavras e as coisas*, e que nela é possível ainda reconhecer o processo de temporalização da história abordado por Koselleck. De certo modo, podemos dizer que a *idade da história*, de Foucault, vem ao encontro do *conceito moderno de história* de Koselleck, assim como ao *cronótopo tempo histórico* em que, segundo descrição de Gumbrecht, “o presente transforma-se naquele ‘instante imperceptivelmente curto’, naquele lugar estrutural em que cada passado se torna futuro [...], em que o papel do sujeito conecta-se ao tempo histórico”. Desse entendimento, Araujo (2022, p. 181) sublinha o caráter perspectivo a que o relato foucaultiano “chamou de crise da representação, ou seja, a tomada de consciência de que a representação de um determinado objeto ou fenômeno depende da posição ocupada pelo observador”.

É nesse esvanecimento do regime representacional, associado aos *efeitos de presença* que, segundo Gumbrecht, contrabalançam os *efeitos de sentido* gerados pelo predomínio do campo hermenêutico, que Araujo (2022, p. 182-183) busca fundamentos para as suas análises da cultura histórica que se instala no período pós-Independência. Para além da própria produção historiográfica, procura estabelecer correspondências epistemológicas com as práticas

jornalísticas do período, em seu “movimento [que] parece responder e, ao mesmo tempo, produzir uma experiência da história marcada pela simultaneidade e pela extensividade da leitura ou visão dos fatos” (2022, p. 185). Assim como as novas tecnologias e formas de entretenimento histórico, que envolveriam a passagem dos *panoramas* que, “fascinavam pelo estabelecimento de um ponto de vista de um observador distanciado” (2022, p. 186), aos *dioramas*, onde o “observador é enquadrado em um dispositivo técnico e arquitetônico pensado em congelar o seu ponto de vista – respondendo positivamente aos efeitos da crise da representação – e produzir efeitos de presença” (2022, p. 206).

Na ambiciosa encomenda da Coroa a José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, de escrever uma história geral do Brasil em dez volumes, dos quais apenas os quatro primeiros foram efetivados entre 1826 e 1831, Araujo reconhece ainda um terceiro período, nomeado “Independência domesticada”. Projeto marcado por uma tentativa de conciliação baseada na “ideia de que as sociedades modernas se fundam no comércio e na sociabilidade”, e que, nesse processo, “a civilização do Brasil, mesmo que sufocada em seu período colonial, herdou da história portuguesa o projeto civilizatório cujo emblema foram as Grandes Navegações”. Porém, não deixando de produzir uma diferença que constituía sua singularidade. Ao passo que “Portugal havia decaído primeiro com o sistema colonial, depois com o liberalismo radical e maçônico; o Brasil, desde 1808, seguia seu destino enquanto baluarte da liberdade bem entendida, temperada por um governo forte” (2002, p. 22).

Na obra do Visconde de Cairu, Araujo (2022, p. 222) identifica dois modelos concorrentes. De um lado, a crônica esperada por D. Pedro I, de outro, sua concepção de uma história geral de caráter não-representativo, com a perspectiva epistemológica moderna de que “sua relação com a história escrita não a confundia com os fatos ou o passado em si mesmo, mas já pressupunha a tarefa de uma constante reavaliação das interpretações disponíveis e, como consequência lógica, sua contínua reescrita”. Assim, sua macronarrativa ainda podia recorrer ao cumprimento dos desígnios de uma providência divina, da qual a monarquia era representante, mas também reivindicar a atuação de forças civilizatórias movidas pelo eterno conflito entre os ideais de liberdade e os entraves colocados pela autoridade, exercida pela mesma instituição monárquica (2022, p. 227-228).

Por fim, conclui que, embora este não seja um conceito heurístico que se aplique ao objeto estudado, Araújo (2022, p. 245) defende que o processo de Independência do Brasil deve ser compreendido a partir do conceito de *modernidade*. Uma modernidade concebida não

apenas em sua dimensão histórica, mas sobretudo como uma forma particular de historicidade, que ao mesmo tempo lhe evidencia e constitui: “um dos aspectos centrais dessa forma histórica da experiência é justamente a necessidade constante de organizar em processos e narrativas temporais a realidade em seus diversos aspectos”. Com suas práticas de classificação essencialmente temporalizadas, dispendo novos sistemas em que os limiares de identidade devem sempre se manifestar na forma paradoxal das simultaneidades não-simultâneas, e que, no nível ético-político, “tendiam sempre a lidar com a diferença em hierarquias de progresso e desenvolvimento”. Segregação perpassava tanto os complexos inter-nacionais, quanto seus diferentes segmentos intra-nacionais, a partir da sobreposição de critérios de distinção civil, social, racial etc. Assim, a tarefa interdependente de imaginar, identificar e representar/narrar uma identidade nacional envolvia dois gestos fundamentais: atualizá-la no tempo e homogeneizá-la no espaço. Para ambos, como bem observa Araújo, a resposta dada e buscada foi não apenas europeia, mas necessariamente eurocêntrica: “essa busca marca a modernidade brasileira como um projeto identitário predatório, incapaz de aceitar a diferença em um horizonte democrático” (Araújo, 2022, p. 247).

Nas precoces e recorrentes propostas de escrever a História do Brasil a partir de uma ode à miscigenação das três raças, a indígena, a negra e a portuguesa, como a que Carl Philipp Von Martius (1794-1868) formula por ocasião do concurso do IHGB em 1845, Araújo (2022, p. 247) acusa “uma solução conservadora para conviver com a diferença que persiste a ocupar o corpo da nação: aceitá-la, desde que hierarquicamente administrada em um tempo longo, quase imutável”. Essa “dimensão identitária fica ainda mais evidente”, de acordo com sua leitura, na medida em que “é o português, aqui liberado do espectro do atrasado, tomado como sinônimo de europeu que, tendo sido o descobridor e conquistador, foi o motor e deu as condições físicas e morais para a independência e a nacionalidade”. De uma questão heurística de identidade, em seu sentido lógico-filosófico de caráter moderno, a proposta hermenêutica de Araújo para compreender a história do processo de Independência do Brasil, converte-se em outra questão de identidade, que opera na dimensão ético-política de seu sentido contemporâneo. Já faz algum tempo, é com ele que estamos lidando.

Em seu estudo sobre *Língua e identidade nacional na segunda metade do século XIX* (2003), Olga Coelho procura compreender o que classifica como os “modos de tratamento do problema da autonomia linguística brasileira”, tendo por objeto de estudo algumas produções lexicográficas da segunda metade do século XIX. Para tanto, adota a metodologia sugerida por

Cristina Altman, buscando considerar uma rede de relações formada tanto por fatores externos, como o horizonte de seus agentes, os eventos aos quais reagiam, o contexto em que estavam inseridos, quanto por fatores internos, como os principais problemas científicos suscitados no período, a metalinguagem analítica utilizada, os métodos e procedimentos aplicados. No plano extralinguístico, “a ideia de que, no Brasil, havia uma nação ímpar e, ao mesmo tempo, equiparável às outras a que se juntara a partir de 1822”, segundo diagnóstico da autora, compunha “uma atmosfera favorável a que se aceitassem teses sobre a legitimidade da língua nacional”. Isso fazia com que “a sistematização do léxico brasileiro estivesse inserida em um programa mais amplo de organização dos símbolos da nação”, e que nesse projeto, “a língua, como veículo do pensamento e da cultura brasileira, teria desempenhado papel de destaque no processo de consolidação do Brasil como nação independente”. Não por acaso, alguns desses lexicógrafos também produziram suas obras no âmbito do IHGB.

Olga Coelho menciona o *Catalogo de las lenguas de las naciones conocidas*, publicado pelo italiano Lorenzo Hervás (1735-1809) nos primeiros anos do século XIX, que apresentava uma proposta de classificação “segundo a qual a cada língua corresponderia uma nação distinta”. Equação que a autora reconhece, ainda que de modo implícito, nos estudos metalinguísticos do português, desde a gramática de Fernão de Oliveira (1507-1581). Especialmente no contexto das independências da virada do século XVIII para o XIX, destaca que, para os novos Estados americanos em geral, “particularizar e valorizar o próprio idioma eram atitudes relevantes para a consolidação de uma identidade nacional”. No Brasil, elementos de diferenciação em relação ao português europeu foram buscados sobretudo nas transferências lexicais das línguas indígenas e africanas (Coelho, 2003, p. 53-55).

Seu estudo identifica certa ambiguidade nas singularidades idiomáticas pretendidas nas obras de Braz da Costa Rubim (1817-1871), Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan (1812-1894) e Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905). Por um lado, a percepção de que a diferença estava relacionada a campos semânticos bastante específicos, restritos a referentes que existiam apenas fora da Europa, advogava a favor de certa unidade linguística. O que vinha ao encontro da propagada ideia de tropicalizar a literatura imprimindo-lhe a chamada cor local, cujo objetivo seria distinguir e ao mesmo tempo equipará-la à literatura de Portugal, aproximá-la das línguas de civilização e, num gesto inverso, afastá-la das línguas rudes e ágrafas da África e da América. Neste caso, a reivindicação de um dialeto, e não de uma língua brasileira, apresentava-se como a nomenclatura mais adequada, tal qual defendia

Macedo Soares e os adeptos da linguística histórica e comparada, como Pott (1802-1887), Schleicher (1821-1868) e Adolfo Coelho (1847-1919) (Coelho, 2003, p. 68-74).

Por outro lado, quando o critério adotado era fonético, particularmente as distinções de uma pronúncia brasileira, e esta utilizada como substrato para a elaboração de uma ortografia sônica, como se costumava chamar, “a língua por aqui já estaria diferenciada da portuguesa a ponto de a empregarmos de um outro modo; o que faltava era registrar essa mudança no sistema de representação escrita, que se mantinha ainda naquela ‘outra língua’”, como observa Olga Coelho (2003, p. 74-76). Neste outro caso, apesar de mistura etnolinguística atribuída à língua brasileira, desenvolvia-se um argumento purista de superioridade sobre a vertente europeia, mais sujeita aos galicismos perniciosos. Segundo Olga Coelho, esses autores “afastavam-se e se aproximavam de Portugal, separavam e uniam sua língua à portuguesa, reivindicavam autonomia e desculpavam-se por isso. Tudo ao mesmo tempo”. Em contrapartida, os distintos vocabulários regionais aparecem sempre como variações de uma mesma linguagem nacional: “fica apenas declarado que a diferença entre ‘mandioca’ e ‘aipim’ é interna ao português do Brasil e configura unidades pertencentes à mesma língua, ao passo que a verificada entre ‘fósforos’ e ‘lumes prompts’ sinaliza a existência de línguas já não idênticas” (2003, p. 92).

Assim como a nação, também a descrição da língua, enquanto metonímia dela, torna-se outra paradoxal questão de identidade. No âmbito intralinguístico, Olga Coelho (2003, p. 12-14) aponta que, ao eleger a lexicografia como principal critério de diferenciação, esses autores “privilegiaram um nível de análise tomado, por eles próprios, como periférico”. Concluindo assim que “a opção pelo léxico como principal fonte de argumentos, aliada a uma prática descritiva afeita a subjetivismos, teria contribuído para o enfraquecimento da tese da língua ou dialeto brasileiro naquele momento”. Em certo momento, recorre a Saussure para admitir que os fatos lexicológicos poderiam se confundir com os fatos sintáticos, porém insiste que, na atribuição de singularidade de identidade de um “sistema linguístico”, o nível lexical seria “menos nuclear” do que outras formas gramaticais. Contudo, o privilégio semântico do regime representacional com que talvez ainda estivessem operando esses lexicógrafos, lembrava que não, que os quadros taxonômicos de seus itens lexicais deveriam ser postos lado a lado e cotejados a partir de limiares evidentes de diferença. Ao mesmo tempo, já tinham disponíveis para si outras formas de comparação mais modernas, temporalizadas, mas cuja positividade das modificações sem sentido indicaria uma identidade gramatical que não era desejada. A perspectiva sincrônica de Olga Coelho combina a concepção sistemática daquela com o caráter

não representacional desta. Resta saber o que há de particular nessa episteme e na sua respectiva concepção de linguagem. O tempo todo, foi com elas que estivemos trabalhando.

No âmbito cultural, a língua brasileira surgia tão anacrônica e deslocada quanto foi a instalação de uma monarquia nos trópicos. Seu paradoxo, assim como o da identidade nacional, residia no dilema de ser ou não ser moderna, adotar ou não adotar seus parâmetros civilizatórios eurocêntricos. Assumir a cor local de seus elementos não-europeus, negro e indígena, e se descobrir singular, porém atrasada; ou rejeitá-los e se descobrir igual, branca, porém ao custo de uma mesmidade que questionava a sua individualidade. É certo que, nesse contexto, a rejeição ético-política dos critérios de comparação impostos por tal modelo de modernidade, ainda não estava disponível enquanto projeto identitário viável, ao mesmo tempo não para esses homens que registravam e decidiam. Necessariamente temporalizada, a distinção permaneceria fadada a acontecer, e ser reconhecida, na história. Ao presente, caberia adotar políticas de aceleração e sincronização que antecipssem o futuro pretendido, mas também projetá-lo em retrospecto para ressignificar o passado e assim aumentar o seu lastro. Nesse movimento, a língua enquanto objeto acabaria saindo de cena, mas sem prescindir dela como instrumento, a literatura e a historiografia fariam o seu trabalho.

CONCLUSÃO

Sobre a história do conceito de identidade, desde uma perspectiva reflexiva sobre a relação entre os conceitos de *identidade* e de *história* ao longo do tempo, podemos dizer que, para um estado de língua e de ciência que ainda é o nosso – e somente para ele –, o advento da modernidade traz consigo uma profunda inversão ontológica, linguística e epistemológica, ao mesmo tempo em que é, necessariamente, constituído por ela.

Até os albores do século XIX, é como se a história, tal qual a conhecemos, não existisse. Curiosamente destemporalizada, seja com seus acontecimentos encadeados no *continuum* infinito das *semelhanças*, ou com seus fatos dispostos à exaustão nos recortes de um quadro com limiares absolutos de *diferença*, os regimes lógico-comparativos pré-modernos, fundamentalmente estáticos e espacializados, faziam da história um mero procedimento classificatório das entidades metafísicas de natureza cronológica. A *história* não existia, o que existia era a *identidade*. A história, em sua dimensão temporalizada, reflexiva e aporética, não se manifestava porque não era necessário que ela se manifestasse. Porque, nesse regime epistemológico, estava disponível a positividade forte do acesso objetivo à natureza de seus fatos e acontecimentos. Fosse pela revelação divina e pela interpretação “quiditativa” dos nomes das criaturas sagradas e humanas, fosse pela universalidade da razão ou da sensação, pelo caráter representativo da linguagem e da taxonomia científica.

A crítica da razão e o desvanecimento da representação fundam a modernidade em sua dimensão epistemológica. A indisponibilidade de acesso à verdade das coisas mesmas, a impossibilidade do expediente linguístico da *de-finição*, faz emergir o inédito e incontornável domínio subjetivo do conhecimento. Para acessá-lo, torna-se necessário, antes de mais nada, o gesto reflexivo de uma consciência de si, ou seja, do próprio ser cognoscente que busca conhecer. Que ao se comparar consigo mesmo, que ao se projetar como um outro que não descobre uma pluralidade ôntica no espaço, mas que, pelo contrário, descortina sua singularidade no deslocamento existencial entre um antes e um depois, constitui-se e revela-se num gesto fundamentalmente temporalizado. Nessa dimensão, e para um estado de língua e de ciência que não é mais o nosso, a positividade de sua asserção de identidade torna-se fraca. Agora, podemos dizer, a *identidade* não existe mais, o que existe é a *história*. Não apenas como experiência e realização linguística, mas enquanto procedimento lógico-comparativo decisivo e domínio ontológico fundamental, que se confunde à própria noção de modernidade.

A virada do século XX para o XXI, por sua vez, é recoberta por aquilo que podemos classificar como uma lexicografia contemporânea, possuidora de características suficientes para dissociá-la da sua predecessora moderna, mais cuja zona e elementos de intersecção se apresentam bastante complexos. Há pelo menos dois tipos de obras que pertencem a esse período. Em primeiro lugar, aquelas que, em termos de mídia, nada diferem das anteriores, ou seja, que são projetadas no formato de livro impresso, independente de terem sido ou não convertidas para versões *online*. Entre elas, podemos incluir a edição *online* do Caldas Aulete (2007), a sequência editorial do Aurélio (1975), os dicionários da Academia das Ciências de Lisboa (1976 e 2001) e da Academia Brasileira de Letras (1988), o Michaelis (1998) e o Houaiss (2001). Em segundo lugar, aquelas que adquirem relevância justamente por sua configuração no formato digital, mas que por isso se estendem aos dicionários pregressos que lhes serviram de nomenclatura original. O *Priberam* (2008), que se vincula aos dicionários da Editora Lello (1970 e 1996); e a *Infopédia* (2003), ligada aos dicionários da Porto Editora (1965 e 2002).

No aspecto puramente lexicográfico, portanto, com a disponibilidade do formato digital e de veiculação pela *web*, essa fase comporta importantes mudanças de registros que precisariam ser melhor verificadas. No que diz respeito aos seus fundamentos epistemológicos, podemos anteciper que a segunda metade do século XX marca a passagem da tradição filológica, e do predomínio da gramática histórico-comparativa, para a introdução da linguística sincrônica e da corrente estruturalista nos estudos metalinguísticos do português. Contexto em que as análises perdem sua prevalência histórica, porém sem abandoná-las em definitivo, para dar ênfase em um determinado “estado de língua”, concebido como *sistema*. Em que medida essas alterações afetam os significados dos itens pesquisados, é algo que deveria ser cotejado aos registros anteriores, com seus principais vetores de significação historicamente acumulados. No entanto, há um sentido político-social de *identidade* que, como tenho assinalado, desponta justamente neste recorte temporal e que, a depender do atraso temporal que marca as realizações linguísticas e suas respectivas estabilizações semânticas, deverá ou não ser captado por esse conjunto de registros.

Se cada fase lexicográfica tem seu sistema filosófico de maior influência, com sua respectiva filosofia da linguagem predominante – os latinoportugueses e as querelas escolásticas entre nominalismo e realismo, as tendências racionalistas e empiristas da idade clássica, as correntes idealista e positivista da modernidade –, podemos dizer que a contemporaneidade, nos debates entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, eles mesmos

constituídos sob os paradigmas de uma “virada linguística”, também possui uma filosofia para chamar de sua. Na sucessão das categorias lógico-comparativas de maior proeminência, o princípio da *identidade*, intacto desde a Antiguidade Clássica, depois de temporalizado pela era da *história*, passa a ser diretamente questionado por uma *filosofia da diferença*. Teorias como as de Foucault e Koselleck, se não narram esse fenômeno nas histórias que descrevem, constituem-no em sua próprio acontecer histórico. A passagem foucaultiana de uma fase arqueológica para a genealogia, a teorização koselleckiana dos tempos históricos que privilegiam a dimensão da simultaneidade, dialogam intimamente com a superação que Coseriu propõe da dicotomia entre sincronia e diacronia, estabelecida desde Saussure. Em países como o Brasil, a recepção do estruturalismo e do pós-estruturalismo, seja na linguística ou nas ciências sociais, ocorre de modo praticamente concomitante. Também nesse aspecto, já não há atraso, mas simultaneidade.

Essa confluência semântica, ao mesmo tempo lógico-filosófica e político-social, simultaneamente analítica e histórica, representa um ponto de culminância. Lançados em sua própria historicidade, há um momento em que os referenciais vão deixando o lugar da interlocução teórica para se dissolver, eles próprios, como fontes de autodescrição e projeção da realidade histórica contemporânea. Quando Foucault (1999, p. XX) fala de uma nova episteme que por volta de 1800 marca o “limiar de uma modernidade de que ainda não saímos”, já fala, na verdade, desde esse outro regime de saber que ele mesmo age para constituir. O termo *identidade*, incólume à “profunda mudança no significado dos *topoi* clássicos do discurso político” descrita por Koselleck (2011, p. 09), aparece nos atuais projetos de história conceitual não apenas como um dos termos básicos – *avant la lettre!* – atingidos pelo “grande terremoto político-conceitual” que se abateu sobre o mundo ocidental a partir do final do século XVIII, mas como um dos mais caros à própria fundamentação teórico-metodológica destes empreendimentos historiográficos (Sebastián, 2007, p. 168-169).

A emergência consciente da *filosofia de diferença* marca, no plano intelectual, um limiar para a nossa contemporaneidade. Sua transição concomitante para os campos político e social não constituía uma necessidade, e, no entanto, ela acontece. Dá-se justamente nesse período, segunda metade do século XX, a ascensão de movimentos de contestação não apenas às desigualdades – entre homens e mulheres, brancos e negros – mas aos próprios esquemas de classificação que os tornam possíveis: o gênero, a raça. O termo *identidade* – com seu outro, a *diferença* – assume então a inédita condição de um conceito político e social. O neologismo

identitário, utilizado para designar o conjunto das suas principais categorias de referência, mas que pode ser projetado em retrospecto a outras coletividades que referem experiências anteriores – a classe, a nação, a etnia –, apresenta toda sua atualidade e historicidade. Ele também marca, no plano sociopolítico, esse outro limiar para uma contemporaneidade que é a nossa. O tempo todo, é a partir deste posicionamento ético que tenho feito questão de falar.

As recentes propostas de uma história conceitual para o tempo presente têm atribuído grande atenção ao teorema do *Sattelzeit* formulado por Koselleck: o processo geral de *temporalização, democratização, ideologização e politização* dos conceitos, verificado no limiar da modernidade. Historiadores como Christian Geulen (2010) têm sugerido novos mecanismos de transformação linguística que, por outro lado, caracterizariam o século XX: *cientifização, popularização, espacialização e volatilização* dos significados dos conceitos mais básicos de nossa contemporaneidade (Hoffmann, Kollmeier, Bowman, 2012). Outros, como Willibald Steinmetz (2012) e Alf Lüdtke (2012), chamam a atenção para dinâmicas como a anglicização disseminada dos termos, a crescente reflexividade no uso da linguagem, o agenciamento dinâmico dos novos tipos de mídia, a inédita forma de temporalidade composta por múltiplas sincronias, as críticas ao eurocentrismo, a atenção sobre o vocabulário de grupos e indivíduos comuns.

O que a longa duração dos registros de *identidade* na lexicografia de língua portuguesa sugere é que, além destas, e ao mesmo tempo relacionada a todas elas, existe uma significativa transformação ética na linguagem, que fundamenta novas concepções semânticas do certo e do errado, e que tem cada vez mais consciência de que a linguagem não apenas refere desigualdades sociais, mas que a seu modo contribui na mesma medida para a sua conformação e manutenção, podendo conseqüentemente atuar de modo pragmático na busca por dispositivos mais justos e equalitários. Esse é um dos fatores que pode explicar a conversão de *identidade* em conceito político e social do nosso tempo presente. Se a modernidade, como *história*, representa o fim da *identidade*, o seu atual retorno significa, na verdade, a simples e pura emergência da *diferença*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Justino Mendes de. O primeiro lexicógrafo português da língua latina: Jerónimo Cardoso. *Euphrosyne*, v. 2, p. 139-152, jan. 1959. Disponível em: <<https://www.brepolsnl.net/doi/abs/10.1484/J.EUPHR.5.127736>>. Acesso em: 17 out. 2023.
- AMORIM, Neide Correia Santana de. **O item linguístico mesmo**: confrontando usos e funções no português do Brasil. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, Universidade Federal da Paraíba, 2009. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_ac70cbb6cd48ae98d163beb86865b24f>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAUJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- _____. **A independência narrada**: introdução à história da historiografia no Brasil. Niterói, RJ: Editora Proprietas, 2022.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Um dicionário para o português do Brasil. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). **O Léxico em Estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 173-183.
- _____. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (Orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002, p. 65-82.
- BRITO, João Soares de. **Apologia em que defende Joam Soares de Brito a poesia do príncipe dos poetas d’Hespanha Luis de Camoens**. Lisboa: officina de Lourenço de Anveres, 1641. Disponível em: <<https://purl.pt/14111>>. Acesso em: 22 fev. 2023.
- CAMERON, Helena Maria Serras Reis Silva Freire. **A Prosodia de Bento Pereira**: contributos para o estudo lexicográfico e filológico. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) - Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/handle/10773/10289>>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- CAVALIERE, Ricardo. Antônio de Moraes Silva e os estudos gramaticais do século XVIII. In: **SÉCULO DAS LUZES: PORTUGAL, ESPANHA, O BRASIL E A REGIÃO DO RIO DA PRATA**, 2003, Berlim. Actas do Congresso Século das Luzes: Portugal, Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata. Frankfurt am Main, 2006, p. 537-546. Disponível em: <https://publications.iai.spk-berlin.de/receive/riai_mods_00002532>. Acesso: 03 mar. 2023.

CIDADE, Hernani. **Lições de cultura e literatura portuguesas**. 6 ed. v. 2. Coimbra: Coimbra Editora, 1975.

COELHO, Olga Ferreira. **A anguzada lexicográfica luso-bundo-americana: língua e identidade nacional na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, 2003.

COELHO, José Maria Latino. **Republica e Monarchia**. Lisboa: M. Felicidade & Cia., 1889.

DEUS, Jacinto de. **Brachilogia de princepes**. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1671. Disponível em: <https://www.europeana.eu/pt/item/10501/bib_rnod_262267>. Acesso em: 22 fev. 2023.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)**. Porto: Campo das Letras, 2006.

DIÉGUEZ, Ignacio Vázquez. Quinientos años de diccionarios en portugués, **Revista de Lexicografía**, Coruña, v. 17, p. 209-236, 2011. Disponível em: <<https://revistas.udc.es/index.php/rlex/article/view/rlex.2011.17.0.3790>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

_____. O trabalho lexicográfico português a partir da década dos anos 50: os prólogos dos seus dicionários. In: FONSECA, Maria do Céu *et al.* **Língua portuguesa: história, diversidade e mundos de discurso**. Chamusca: Edições Cosmos, 2019.

DEJEAN, Joan. **Antigos contra modernos: As guerras culturais e a construção de um fin de siècle**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Prelecções philosophicas** sobre a theórica do discurso e da linguagem, a estética, a diceósyna e a cosmologia. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=33639>. Acesso em: 03 mar. 2023.

FIGUEIRA, Helena *et al.* Dicionário Priberam da língua portuguesa: uma plataforma lexicográfica. **Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa**, Padrão, n. 4, p. 54-67, 2011. Disponível em: <<http://arquivo.academiagalega.org/xmlui/handle/123456789/424>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. **Portugal na época da Restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GEULEN, Christian. Plädoyer für eine Geschichte der Grundbegriffe des 20. Jahrhunderts, **Zeithistorische Forschungen: studies in contemporary history**, Göttingen, v. 7, n. 1, p. 79-97, 2010. Disponível em: <https://zeitgeschichte-digital.de/doks/frontdoor/deliver/index/docId/1790/file/ZF_1_2010_79_97_Geulen.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

GONÇALVES, Maria Filomena. Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas. In: CONGRÉS DE LINGÜÍSTICA GENERAL, 7, 2006, Barcelona. Actas del VII Congrès de Lingüística General. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, p. 146-164. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3059/1/Barcelona%202006.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. Gramáticas do português na transição do século XIX para o século XX: a “gramática científica”. In: XVI CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA, 2012, Alcalá. Actas del XVI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística. Alcalá: Universidad de Alcalá. 2012. Disponível em: <<https://rdpc.uevora.pt/handle/10174/7128>>. Acesso em: 06 fev. 2024.

GOUVEIA, Antônio Camões. Estratégias de interiorização da disciplina. In: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Cascatas de modernidade. In: **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 09-32.

HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. **Ser e tempo**. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

_____. The Age of the World Picture. In: TAUBER, Alfred I. (ed.). **Science and the quest for reality**. New York: New York University Press, 1997, p. 70-88.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. O Tribunal das Letras: Rafael Bluteau e a cultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII. **Acervo**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 191–208, 2011. Disponível em: <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/154>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HOFFMANN, Stefan-Ludwig; KOLLMEIER, Kathrin; BOWMAN, Paul. Introduction: “Geschichtliche Grundbegriffe Reloaded?” Writing the Conceptual History of the Twentieth Century”, **Contributions to the History of Concepts**, Bielefeld, v. 7, n. 2, p. 79-86, 2012. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24573111>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. Introduction and Prefaces to the Geschichtliche Grundbegriffe. **Contributions to the History of Concepts**, Bielefeld, v. 6, issue 1, pp. 1–37, Summer 2011.

Disponível em: <<https://www.berghahnjournals.com/view/journals/contributions/6/1/choc060102.xml>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. Introduction and Prefaces to the Geschichtliche Grundbegriffe. **Contributions to the History of Concepts**, Bielefeld, v. 6, issue 1, pp. 1–37, Summer 2011. Disponível em: <<https://www.berghahnjournals.com/view/journals/contributions/6/1/choc060102.xml>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

KRIEGER, Maria da Graça; MÜLLER, Alexandra Feldekircher; GARCIA, Andréa Roberta da Rocha; BATISTA, Rosinalda Pereira. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1418>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

LEITE JUNIOR, Pedro. **O Problema dos Universais: a perspectiva de Boécio, Abelardo e Ockham**. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2001.

LÜDTKE, Alf. History of concepts, new edition: suitable for a better understanding of modern times?, **Contributions to the History of Concepts**, Bielefeld, v. 7, n. 2, p. 111-117, 2012. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24573114>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

LUPETTI, Monica. A gramática racionalista em Portugal no século XVIII. In.: DUARTE, Sónia; PONCE DE LEÓN, Rogelio (Orgs.). **A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Porto: FLUP, 2015, p. 55-71. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15325.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Léxico de étimo árabe em uso no período arcaico do português. **Entrepalavras**, Fortaleza, ano 3, v. 3, n. esp., p. 61-70, ago/dez 2013. Disponível em: <<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/175>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

MARAVALL, José Antônio. **A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica**, São Paulo: Edusp, 2009.

MARTÍN, Ana María García. 2020. Três teorias sobre a origem da língua portuguesa. **Quaderns de Filologia: Estudis Lingüístics**, Valencia, v. 25, p. 15-28, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uv.es/index.php/qfilologia/article/view/19065>> . Acesso em: 28 já. 2024.

MESSNER, Dieter. El dicionário dos dicionários portugueses. In: Congreso Internacional de Lexicografía Hispánica, 2, 2006, Alicante. Actas del II Congreso Internacional De Lexicografía Hispánica. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008, p. 33-38. Disponível em: <<https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcgm8p6>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Léxico e gramática no Dicionário da Língua Portuguesa (1813) de Antônio de Morais Silva. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/%20alfa/article/view/1411>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

NEVES, Lucia Bastos P.; FERREIRA, Fátima Sá e Melo; NEVES, Guilherme Pereira das. **Linguagens da identidade e da diferença no mundo Ibero-americano (1750-1890)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

NUNES. João Augusto Guerra da Rocha. Manuel De Pina Cabral: notas biográficas de um (des)conhecido latinista do século XVIII. **Millenium: Journal of Education, Technologies, and Health**, Viseu, n. 32, pp. 226-233, fev. 2006. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8405>>. Acesso em: 03 jan. 2023.

NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (Orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002.

OLIVEIRA, Anna Karolina Miranda. “O mesmo? Que mesmo? Ah, é mesmo...”: a dinamicidade linguística da construção referencial o mesmo na língua portuguesa. Dissertação (Mestrado Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002395213>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

_____; CACCIAGUERRA, Vanessa. A Gramaticalização do Item “mesmo”: a mudança nas línguas românicas. **Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, São Paulo, ano 3, set/nov 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35465>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PEREIRA, Ivelã. **A multifuncionalidade de um item linguístico camaleônico**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122975>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

POLACHINI, Bruna Soares. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa**. Tese (Doutorado em Letras) - Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-06072018-120101/publico/2018_BrunaSoaresPolachini_VCorr.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. A gramática racionalista em Portugal no século XVI (1497-1610). In.: DUARTE, Sónia; PONCE DE LEÓN, Rogelio (Orgs.). **A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Porto: FLUP, 2015, p. 09-40. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15325.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RODRIGUES, Tamara de Oliveira. **A independência de Portugal**: história, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/7498?locale=en>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SANTOS, Maria Helena. A gramática racionalista em Portugal no século XIX. In.: DUARTE, Sónia; PONCE DE LEÓN, Rogelio (Orgs.). **A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Porto: FLUP, 2015, p. 73-101. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15325.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). **O Léxico em Estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 173-183.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Iberconceptos: hacia una historia transnacional de los conceptos políticos en el mundo iberoamericano. **Isegoría: Revista de Filosofía Moral y Política**, n. 37, pp. 165-176, julio-diciembre 2007. Disponível em: <<https://isegoria.revistas.csic.es/index.php/isegoria/article/view/114>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. Identidades anacrónicas: el historiador ante el problema de las categorías e clasificaciones sociales. In: NEVES, Lucia Bastos P.; FERREIRA, Fátima Sá e Melo; NEVES, Guilherme Pereira das. **Linguagens da identidade e da diferença no mundo Ibero-americano (1750-1890)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, pp. 47-81.

_____; TORRES, Luis Fernández. Iberconceptos: um proyecto de investigación en red. **España contemporánea**, Torino, n. 51, pp. 153-175, 2017. Disponível em: <<https://www.spagnacontemporanea.it/index.php/spacon/article/%20view/71/32>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SEMMEDO, João Curvo. **Observações medicas**. Lisboa: officina de Antonio Pedrozo Calram, 1707. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/textecc/terminologia/page/book/>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SCHÄFER-PRIESS, Barbara. Entre a gramática filosófica e a linguística histórico-comparativa: Francisco Solano Constâncio e a sua Grammatica analytica da lingua portugueza de 1831. In: KEMMLER, Rolf; SCHÄFER-PRIESS, Barbara; SCHÖNBERGER Axel (eds.). **Estudos de história da gramaticografia e lexicografia portuguesas**. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, 2002, p. 159-175.

_____. A gramática racionalista em Portugal no século XVII: a obra de Amaro de Roboredo. In.: DUARTE, Sónia; PONCE DE LEÓN, Rogelio (Orgs.). **A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Porto: FLUP, 2015, p. 41-53. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15325.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

_____. p. 249-258. Zur “Keltomanie” in Portugal. In: NOLL, Volker; THIELE, Sylvia. **Sprachkontakte in der Romania**. Zum 75. Geburtstag von Gustav Ineichen. Tübingen: Max Niemeyer Verlag: 2004, p. 259-258.

SILVA, Inocência Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português**. t. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. Disponível: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5430>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In.: _____; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). **O Português quinhentista: estudos linguísticos**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Léxico e gramática no Dicionario da Lingua Portugueza (1813) de António de Morais Silva. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1411>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

SILVESTRE, João Paulo. O Vocabulario Portuguez, e Latino: principais características da obra lexicográfica de Rafael Bluteau. Comunicação apresentada no encontro **Dicionários da Língua Portuguesa: Património e renovação**, Cursos da Arrábida, 20 de Julho a 2 de Agosto de 2001, Portugal, p. 1-13. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/vocabulario_principais_caracteristicas.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

_____; BORGES, Ana Margarida. A escola lexicográfica de Évora: um contributo jesuíta para a reforma pombalina. In: PEREIRA, Sara Marques; VAZ, Francisco António Lourenço. (Coords.). **Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa**. Lisboa: Chiado Editora, 2012, pp. 323-334. Disponível em: <<http://sweet.ua.pt/jpsilvestre/22.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

STEINMETZ, Willibald. Some thoughts on a history of twentieth-century german basic concepts, **Contributions to the History of Concepts**, Bielefeld, v. 7, n. 2, p. 87-100, 2012. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24573112>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

TORRES, Amadeu. A "Grammatica Philosophical" de Bernardo de Lima e Melo Bacelar. **Revista Portuguesa de Filosofia**, Braga, v. 50, n. 1-3, p. 459-466, 1994. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40337101>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

VARELA, Sebastião Pacheco. **Numero Vocal**. Lisboa: officina de Manoel Lopes Ferreira, 1702. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/16560>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

VASCONCELLOS, Manoel Luis Cardoso. A Crítica de Anselmo a Roscelino na Epistola De Incarnatione Verbi. **Dissertatio** (UFPel), Pelotas, v. 17-18, p. 05-26, 2004. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/filosofiamedieval/pdf/anselmo_critica.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

VERDELHO, Telmo. Um remoto convívio interlinguístico: tradição teórica e herança metalinguística latino-portuguesas. In.: MATEUS, Maria Helena Mira (Coord.). **Caminhos do português**: exposição comemorativa do ano europeu das línguas. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 75-94.

_____. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, José Horta; PETER, Margarida (org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 2002. p.15-62.

_____. O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna. In: HISTÓRIA DA LÍNGUA E HISTÓRIA DA GRAMÁTICA, 2000, Braga. **Actas do encontro História da Língua e História da Gramática**. Braga: Universidade do Minho/ILCH, 2003, p. 473-490. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionario_Morais_Silva.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2022.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro metodo de estudar**. 2 v. Valensa [Nápoles]: Antonio Balle, 1746. Disponível em: <<https://purl.pt/118>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.

DICIONÁRIOS E GRAMÁTICAS CONSULTADOS

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. **Diccionario da lingua portugueza**. t.

1. Lisboa: Oficina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793. Disponível em:

<<https://purl.pt/29130>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

ACADEMIA das Ciências de Lisboa. **Dicionário da língua portuguesa**. v. 1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1976.

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. **Diccionario contemporaneo da lingua portugueza**. 2. v.

Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1881. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/c33718fd-d7aa-45c7-adb8-2aa18fcf5440>>.

Acesso em: 17 mai. 2021.

_____. **Diccionario contemporaneo da lingua portugueza**. 2. v. 2. ed. at. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1925. Disponível em: <<https://purl.pt/26648>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 5 v. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1980.

_____. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 5 v. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1987.

_____. **Aulete Digital**: Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, online. Lexikon Editora digital. Disponível em:

<<https://www.aulete.com.br/index.php>>. Acesso em 12 jul. 2021.

BACELLAR, Bernardo de Lima e Mello. **Diccionario da lingua portuguesa**. Lisboa:

officina de Jozé de Aquino Bulhons, 1783. Disponível em: <<https://archive.org/details/diccionariodeli00bacegoog/page/n10/mode/2up>>.

Acesso em: 27 fev. 2023.

BARBOSA, Agostinho. **Dictionarium lusitanico latinum**. Bracharae: typis, & expensis

Fructuosi Laurentii de Basto, 1611. Disponível em: <<https://purl.pt/14016>>. Acesso em: 20

fev. 2023.

BIVAR, Artur. **Dicionário geral e analógico da língua portuguêsã**. 3 v. Porto: Ed. do Ouro, 1948-1958.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez e latino**. 10 v. Coimbra: no Collegio das Artes

da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <<https://purl.pt/13969>>. Acesso em: 22

fev. 2023.

BORGES, José Ferreira. **Diccionario jurídico-commercial**. 2. ed. Porto: Typ. de Sebastião

José Pereira, 1856. Disponível em: <<https://purl.pt/298>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

_____. **Instituições de medicina forense**. Paris: J. P. Aillaud, 1832. Disponível em: <<https://books.google.co.uk/books?vid=BL:A0019861314>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRAGA, Teófilo. Sobre a lingua portugueza. In.: VIEIRA, Domingos. **Grande dictionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza**. v. 1. Porto: Ernesto Chardron e Bartolomeu H. de Moraes, 1871.

CABRAL, Manuel de Pina. **Magnum lexicon latinum et lusitanum**. Lisboa: Typis Simonis Thaddæi Ferreira, 1802. Disponível em: <https://browse.nypl.org/iii/encore/record/C__Rb13305017__SMagnum%20lexicon__Orightr esult__U__X6?lang=eng&suite=def>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CARDOSO, Jerônimo. **Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem**. Ulissypone: ex officina Ioannis Aluari, 1562. Disponível em: <<https://purl.pt/15192>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **Dictionarium latino lusitanicum & vice versa lusitanico latinum**. Conimbricæ: excussit Joan. Barrerius, 1570. Disponível em: <<https://purl.pt/14265>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **Dictionarium latino-lusitanicum, et lusitanico-latinum**. Ulyssipone: typis, & sumptibus Dominici Carneiro, trium Ordinum Militarum typographi, 1694. Disponível em: <<https://purl.pt/13977>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CARVALHO, António José de; DEUS, João de. **Diccionario prosodico de Portugal e Brazil**. Lisboa: Pacheco & Barbosa, 1877. Disponível em: <<https://searchworks.stanford.edu/view/2408706>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. **Diccionario prosodico de Portugal e Brazil**. 4ª ed. rev. e muito augment. Porto: Lopes & Companhia, 1890. Disponível em: <<https://purl.pt/13932>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. **Diccionario prosodico de Portugal e Brazil**. 5ª ed. rev. e muito augment. Porto: Lopes & Companhia, 1895. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26044>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

COELHO, Francisco Adolfo. **A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

_____. Sobre a lingua portugueza. In.: VIEIRA, Domingos. **Grande dictionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza**. v. 1. Porto: Ernesto Chardron e Bartolomeu H. de Moraes, 1871.

_____. **Diccionario manual etymologico da lingua portuguesa**. Lisboa: P. Plantier-Editor, 1890. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26038>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Grammatica analytica da lingua portugueza**: offerecida a mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil. Paris: J. P. Aillaud, 1831. Disponível em: <<https://opacplus.bsb-muenchen.de/title/BV001573854>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

_____. **Novo dicionario critico e etymologico da lingua portugueza**. Paris: Officina Typographica de Casimir, 1836. Disponível em: <http://digital.onb.ac.at/OnbViewer/viewer.faces?doc=ABO_%2BZ168006001>. Acesso em: 27 fev. 2023.

_____. **Novo dicionario critico e etymologico da lingua portugueza**. 9. ed. Paris: Angelo Francisco Carneiro, 1868. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044086625159&view=1up&seq=7>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramatica histórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <<https://archive.org/details/pontos-de-gramatica-histo-rica-ismael-de-lima-coutinho>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

DANTAS, Miguel Martins. **Novo dicionario portatil da lingua portugueza**. Paris: Aillaud/Guillard, 1858. Disponível em: <https://archive.org/details/novodiccioniop00anta_0>. Acesso em: 27 fev. 2023.

FARIA, Eduardo de. **Novo dicionario da lingua portugueza**. 4. v. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1849. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.10060246535&view=1up&seq=5>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

_____; LACERDA, José Corrêa de. **Novo dicionario d alingua portugueza**. 2. v. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1858/1859. Disponível em: <<http://olc1.ohiolink.edu/record=b14881662~S0>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

_____. **Novo dicionario d alingua portugueza**. 2. v. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E. C., 1859. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/f29f7f0f-d382-4aa8-9b20-886208ecdc46>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Prelecções philosophicas**: sobre a teórica do discurso e da linguagem, a estética, a diceósyna, e a cosmologia. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1379817/or1379817.pdf>. Acesso em 20 mar. 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FIGUEIREDO, Candido de. **Nôvo dicionário da língua portuguesa**. 2. v. Lisboa: Tavares Cordoso & Irmão, 1899. Disponível em: <<https://archive.org/details/novodiccioni00figugoo>>. Acesso em 09 mar. 2023.

_____. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Porto: Typ. Da Empr. Litter. e Typographyca, 1913. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/ebooks/31552>>.

Acesso em 09 mar. 2023.

FONSECA, José da. **Novo dicionario da lingua portugueza**. 1. ed. [1829] 7. reimp. Paris: J. – P. Aillaud, 1843. Disponível em: <<https://opacplus.bsb-muenchen.de/title/BV035147663>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

_____. **Diccionario de synonymos portuguezes**. 1. ed. Paris: J. – P. Aillaud, 1833. Disponível em: <<https://opacplus.bsb-muenchen.de/title/BV001575968>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

FREIRE, Francisco José [pseudônimo Candido Lusitano]. **Diccionario poetico, para uso os que principião a exercitar-se na poesia portugueza**. Lisboa: Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1765. Disponível em: <https://archive.org/details/bub_gb_BNwFAAAAQAAJ>. Acesso em: 03 mar. 2023.

_____. **Diccionario poetico, para uso os que principião a exercitar-se na poesia portugueza**. 2. ed. Lisboa: Of. Simão Thaddeo Ferreira, 1794. Disponível em: <<https://purl.pt/13947>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

FREIRE, Laudelino. **Grande e novíssimo dicionário da lingua portuguesa**. 5 v. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1954.

_____. **Grande e novíssimo dicionário da lingua portuguesa**. 5 v. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

MARTINIUS, Matthias. **Lexicon Philologicum, Præcipue Etymologicum**. Bremæ: Typis Villerianis, 1623. Disponível em: <<https://opacplus.bsb-muenchen.de/title/BV011863665>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário de língua portuguêsã**. 4 v. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, 1961-1967.

_____. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1964.

NOVO DICCCIONARIO da lingua portuguesa. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1806. Disponível em: <<https://archive.org/details/novodiccionario00unkngoog/page/n6/mode/2up>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

PASSOS, Manoel Joaquim Alves. **Estudo sobre alguns synonymos da lingua portugueza**. Porto: Faria & Silva, 1840. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/006789040>>. Acesso em: 04 mar. 2023.

PEQUENO dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Civilização Brasileira, 1938.

PEQUENO dicionário brasileiro da língua portuguesa. 9. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1951.

PEQUENO dicionário brasileiro da língua portuguesa. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PEREIRA, Bento. **Thesouro da lingoa portuguesa**. Lisboa: officina de Paulo Craesbeeck, 1647. Disponível em: <<https://purl.pt/29129>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **Prosodia in vocabularium trilingue, latinum, lusitanicum, et castellanicum digesta**. Ulissypone: ex officina & sumptibus Pauli Craesbeeck, 1653. Disponível em: <<https://catalogue.bm-lyon.fr/ark:/75584/pf0000305181?posInSet=%201&queryId=7939df05-3b39-413b-b70c-d5a772f7cdb7>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **Prosodia in vocabularium bilingue, latinum, et lusitanum digesta**. 7. ed. Eborae: ex Typographia Academiae, 1697. Disponível em: <<https://purl.pt/30226>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **Prosodia in vocabularium bilingue, latinum, et lusitanum digesta**. Eborae: ex Typographia Academiae, 1741. Disponível em: <<https://opacplus.bsb-muenchen.de/title/BV001537984>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ROBOREDO. Amaro de. **Raízes da língua latina**. Ulyssipoli: officina de Pedro Craesbeeck Impressor del Rei, 1621. Disponível em: <<http://webs.ucm.es/BUCM/nebrija/40334.php?q2=Roboredo%2C+Amaro+de>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ROQUETE, José Inácio; FONSECA, José da. **Diccionario da lingua portugueza e dictionario de synonymos seguido do dictionario poetico e de epithetos**. 2. v. 1. ed. [1848] 7. reimp. Paris: J. – P. Aillaud, 1856. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/008674640>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SARAIVA, Francisco de S. Luiz. **Ensaio sobre alguns synonymos da lingua portugueza**. Lisboa: Typ. da Academia R. das Ciencias, 1821. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Z11LAQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Ensaio sobre alguns synonymos da lingua portugueza**. 2. ed. t. 1. Lisboa: Typ. da Academia R. das Ciencias, 1824. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/2604>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Ensaio sobre alguns synonymos da lingua portugueza**. t. 2. Lisboa: Typ. da Academia R. das Ciencias, 1828. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Ensaio_sobre_alguns_synonymos_da_lingua.html?id=qiI5AQAAMAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau / reformado, e accrescentado**. 2. v. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <<https://purl.pt/29264>>. Acesso: 27 fev. 2023.

_____. **Diccionario da lingua portugueza**. 2. v. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<https://tolosana.univ-toulouse.fr/fr/notice/115097694>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

_____. **Diccionario da lingua portugueza**. 2. v. 3. ed. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823. Disponível em: <[https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b418683&view=1up&seq=4](https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b418683&view=1up&seq=4)>. Acesso em: 27 fev. 2023.

_____. **Diccionario da lingua portugueza**. 2. v. 4. ed. Lisboa: Impressão Regia, 1831. Disponível em: <http://digital.onb.ac.at/OnbViewer/viewer.faces?doc=ABO_%2BZ178867006>. Acesso em: 27 fev. 2023.

_____. **Diccionario da lingua portugueza**. 2. v. 6. ed. Lisboa: Typographia de António José de Rocha, 1858. Disponível em: <http://digital.onb.ac.at/OnbViewer/viewer.faces?doc=ABO_%2BZ228541901>. Acesso em: 27 fev. 2023.

_____. **Diccionario da lingua portugueza**. 2. v. 7. ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877/1878. Disponível em: <<http://doevirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibobpub&pagfis=12083>>. Acesso: 27 fev. 2023.

_____. **Diccionario da lingua portugueza**. 2. v. 8. ed. Lisboa: Empreza litteraria fluminense de A.A. da Silva Lobo, 1890/1891. Disponível em: <<https://newcatalog.library.cornell.edu/catalog/3569316>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

_____. **Diccionario de lingua portuguesa**. 2 v. 9. ed. Rio de Janeiro: Lithographia Typographia Fluminense, 1922.

_____. **Grande dicionário da língua portuguesa**. 11. v. 10. ed. Lisboa: Confluência, 1949-1959. Disponível em: <<https://purl.pt/35356>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

VELEZ, Antônio. Index totius artis. In.: ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres**. Eborae: excudebat Emmanuel de Lyra Vniersitatis Typogr., 1608. Disponível em: <<https://purl.pt/14009>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. Index totius artis. In.: ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres**. Eborae: ex Typographia Academiae, 1680. Disponível em: <<https://purl.pt/14124>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. Index totius artis. In.: ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres**. Eborae: ex Typographia Academiae, 1744. Disponível em: <<https://purl.pt/14821>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

VIEIRA, Domingos. **Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza**. 5. v. Porto: Ernesto Chardron e Bartolomeu H. de Morais, 1871-1874. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/28254>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. 2. v. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <<https://purl.pt/13944>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

APÊNDICE A

REGISTROS DE *MESMO* NA LEXICOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ano	Obra/autor	Registro
Lexicografia Latinoportuguesa		
1562	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1570	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1608	Antônio Velez (p. 31 e 36)	Idem, eadẽ, idẽ. O mesmo. Idem M. p. l. Ipse, a, um, O mesmo. Ajuntase com qualquer pessoa do verbo
1611	Agostinho Barbosa	[não registrado]
1621	Amaro de Roboredo (p. 169 e 189)	Idem, eadem, idem. 809. <i>O mesmo</i> . Hi. <i>El mesmo, o mismo</i> . ex iso&demũ. Itidem: similiter, eodem modo. Ipse, ipsa, ipsum. 238. <i>Mesmo</i> . Qui ipse, ille ipse, id ipsũ, hoc ipsum, &c. Ipsemet. 1144. <i>Eu mesmo</i> .
1634	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 1. ed.)	idem, eadem, idem, <i>o mesmo Masc. 1 lon. Virg. 10</i> . ipse, ipsa, ipsum. <i>Elle, ou eu mesmo</i> . [obra não acessada diretamente, ver nota 10]
1647	Bento Pereira (<i>Thesouro</i> , 1. ed.)	[não registrado]
1653	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 2. ed., p. 121 e 136)	idem, eadem, idem, <i>o mesmo Masc. 1 lon. Virg. 10</i> . ipse, ipsa, ipsum. <i>Elle, ou eu mesmo</i> .
1680	Antônio Velez (s/p.)	Idem, eadem, idem. <i>o mesmo</i> . Idem Mascul. pen. long. Ipse, a, um, <i>mesmo</i> . <i>Ajuntase com qualquer pessoa do verbo</i> .
1694	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1697	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 7. ed., p. 318 e 348)	Idem, eadem, idem, pronom. <i>O mesmo, essa mesma cousa, cousa igual, semelhante. Masc. 1. l. Virg. En. 10. Idem ego, nate, tuum macnlari crimine nomen. Nentr. 1. b. Virg. En. 11. Esset par aetas, & idem si robur abannis</i> . Ipse, a, um, pronom. <i>O mesmo, eu mesmo, esse mesmo, &c. Virg. Eneid. 2</i> .
1716	Raphael Bluteau (v. 5, p. 449-450)	Mesmo Pronome pessoal, que individua, ou particulariza as cousas, & as diferença de todas as mais. Quando este pronome se segue a algum destes artigos <i>o, a</i> , no singular, ou <i>as, & os</i> , no plural, em Latim se diz <i>Idem, eadem, idem. genit. ejusdem, dat. eidem</i> . E assim quando for necessario, se irá declinando o plural. [...] Mesmo (quando se segue a algũ destes pronomes, <i>Eu, tu, elle, e lles,</i> <i>ella, ellas, nõs, vòs, mi, si, &c.</i>) <i>Ipse, a, um</i> . [...] [o verbete segue com uma extensa série de exemplificações e citações no português e no latim]
1744	Antônio Velez	Idem, eadem, &c. <i>o mesmo</i> : ex Idem neutro geminato fit identidem, Adverb. <i>muitas vezes</i> . Ipse, a, um, <i>o mesmo</i> , ut: Ego ipse, tu ipse, ille ipse: Ipsemet, id est, ipse per se, & non per alios: ipsissimus superl. apud <i>Plaut</i> . Ipsi in plur. pro integri, vel toti apud <i>Cic</i> . ut: Triginta dies erant ipsi, quum, &c.
Lexicografia Clássica		
1783	Bernardo Bacellar	<i>Mesm-o</i> , amente, idade, idade (met) identidade.

	(p. 440)	
1789	Morais Silva (1. ed. v. 2, p. 77)	MESMO, adj. oposto a <i>outro</i> , ou diverso; idêntico v. g. “fui eu mesmo”, i. e. em pessoa, e não mandei outrem; <i>o mesmo Deus desceu á terra para encarnar</i> . § <i>Sempre o mesmo</i> , i. e. igual, não vario, constante.
1806	<i>anônimo</i> (s/p.)	Mesmo, adj. pron. Oposto a outro, Idêntico. Às vezes significa igual.
1813	Morais Silva (2. ed. v. 2, p. 293)	MESMO, adj. oposto a <i>outro</i> , ou diverso; idêntico v. g. “fui eu mesmo”, i. e. em pessoa, e não mandei outrem; <i>o mesmo Deus desceu á terra para encarnar</i> . § <i>Sempre o mesmo</i> , i. e. igual, não vario, constante.
1823	Morais Silva (3. ed. v. 2, p. 242)	MESMO, adj. oposto a <i>outro</i> , ou diverso; idêntico v. g. “fui eu mesmo”, i. e. em pessoa, e não mandei outrem; <i>o mesmo Deus desceu á terra para encarnar</i> . § <i>Sempre o mesmo</i> , i. e. igual, não vario, constante.
1829	José da Fonseca (p. 430)	MESMO, <i>adj. pron.</i> oposto a outro; idêntico; igual.
1831	Morais Silva (4. ed. v. 2, p. 307)	MÊSMO, adj. oposto a <i>outro</i> , ou diverso, alterado, mudado: “a còr do cadaver estava a <i>mesma</i> ” (que tinha em vida) <i>Vieira</i> . “a graça do rosto tão constante, e tão a <i>mesma</i> ” §. “ <i>Ser a mesma cousa com alguém</i> ” idêntico, muito semelhante, conforme; unido em vontade, em interesses. <i>Vieira</i> , 14. 40. “quem tem o officio de suggerir <i>seja a mesma cousa</i> com quem tem o officio de mandar” §. Idêntico: v. g. fui eu mesmo; i. é, em pessoa, e não mandei outrem: “ <i>o mesmo Deos desceo á Terra para encarnar</i> ” §. <i>Sempre o mesmo</i> ; i. é, igual, não vario, constante no proceder, no animo invariavel; na fortuna, trabalhos, desgraças, que na prosperidade, e felicidades. [Sobre o uso deste vocábulo V. <i>Glossario por D. Fr. Francisco de S. Luiz, pag. 96.</i>]
1836	Solano Constâncio (p. 690)	MESMO, A adj. (Fr. ant. <i>mesme</i> , moderno <i>même</i> ; Ital. <i>medesimo</i> , do Lat. <i>metipse</i> , contracção de <i>egomet ipse</i> , eu mesmo), idêntico. <i>Eu</i> —, a minha propria pessoa; igual, que se não pode differençar. <i>Tem ambos mesmo semblante. Isso mesmo queria eu. No mesmo dia</i> . Substantiva-se na locução. <i>O — fiz eu</i> , a mesma cousa.
1848	Roquete; Fonseca (p. 676)	Mesmo, a, <i>pron.</i> oposto a outro; idêntico; igual. — <i>amente, adv.</i> da mesma maneira. ☞ Usado como adverbio em lugar de <i>até, tambem</i> , é gallicismo escusado. Mesmeidade, s. f. identidade.
1849	Eduardo de Faria (1. ed. v. 3, p. 248)	MESMO, A, <i>adj.</i> idêntico <i>Eu</i> — : a minha propria pessoa; igual, que se não póde differençar, v. g. têm ambos o — semblante; isso — queria eu; no — dia. Substantiva-se na locução. <i>O — fiz eu</i> : a mesma cousa. — <i>mente, adv.</i> (jocoso) tambem, igualmente. É pouco usado.
1858	Morais Silva (6. ed. v. 2, p. 361)	MESMO, A , adj. (do Ital. <i>medesimo</i>) Idêntico; é opp. a <i>outro</i> , ou <i>diverso</i> , ou <i>differente</i> : v.g. fui eu <i>mesmo</i> ; i. é, em pessoa, e não mandei outrem: “ <i>o mesmo Deus desceu á terra para encarnar</i> ” “A còr do cadaver estava a <i>mesma</i> ” (que tinha em vida) <i>Vieir</i> . “a graça do rosto tão constante, e tão a <i>mesma</i> ” não alterada, mudada. §. <i>Ser a mesma cousa com alguém</i> ; ser idêntico, muito semelhante, conforme; unido em vontade, em interesses. <i>Vieira</i> , 14. 40. “quem tem oofficio de suggerir <i>seja a mesma cousa</i> com quem tem o officio de mandar” §. <i>Sempre o mesmo</i> ; loc. fig. ser igual, não vário, constante no proceder, no animo, invariavel; na fortuna, trabalhos, desgraças, como que na prosperidade, e felicidades.
1858	Martins Dantas	MESMO, A , <i>adj. pron.</i> oppôsto, a a outro; idêntico, a; igual.

	(p. 476).	
1858	Faria; Lacerda (4. ed. v. 2, p. 128)	MÊSMO, A , <i>adj.</i> (Fr. ant. <i>mesme</i> , moderno <i>même</i> ; Ital. <i>medesimo</i> , do Lat. <i>metipse</i> , contracção de <i>egomet ipse</i> , eu mesmo) idêntico. <i>Eu</i> —, a minha própria pessoa; igual, que se não pode diferenciar; v. g. <i>tem ambos</i> — <i>semblante</i> . Substantiva-se na locução. <i>O</i> — <i>fiz eu</i> , a mesma cousa.
1859	Eduardo de Faria (4. ed. v. 2. p. 712)	Mesmo, a , <i>adj.</i> (Fr. ant. <i>mesme</i> , moderno <i>même</i> ; ital. <i>medesimo</i> , do lat. <i>metipse</i> , contracção de <i>egomet ipse</i> , eu mesmo) idêntico. <i>Eu</i> —, a minha própria pessoa; igual, que se não pode diferenciar; v. g. <i>tem ambos</i> — <i>semblante</i> . Isso — queria eu. No — dia. Substantiva-se na locução. <i>O</i> — <i>fiz eu</i> , a mesma cousa: —, <i>adv.</i> até, ainda. v. g. — <i>assim</i> . E tão friorenta que traz camisas de lã, — no verão.
1878	Morais Silva (7. ed. v. 2, p. 303)	Mesmo, a , <i>adj.</i> (do Ital. <i>medesimo</i>) Idêntico; é opp. a <i>outro</i> , ou <i>diverso</i> , ou <i>differente</i> : v.g. fui eu <i>mesmo</i> ; i. é, em pessoa, e não mandei outrem: “o <i>mesmo</i> Deus desceu á terra para encarnar” “A còr do cadaver estava a <i>mesma</i> ” (que tinha em vida) <i>Vieir</i> . “a graça do rosto tão constante, e tão a <i>mesma</i> ” não alterada, mudada. §. <i>Ser a mesma cousa com alguém</i> ; ser idêntico, muito semelhante, conforme; unido em vontade, em interesses. <i>Vieira</i> , 14. 40. “quem tem oofficio de suggerir <i>seja a mesma cousa com quem tem o officio de mandar</i> ” §. <i>Sempre o mesmo</i> ; loc. fig. ser igual, não vário, constante no proceder, no animo, invariavel; na fortuna, trabalhos, desgraças, como que na prosperidade, e felicidades. §. <i>Mesmo</i> ; usado adverbialm. por <i>até</i> , <i>tambem</i> , é gallicismo, apesar de ser muito empregado.
Lexicografia Moderna		
1871 1874 ed. un. (5 v)	Domingos Vieira 1873, v. 4, p. 215 1873, v. 3, p. 1006	MESMO, A , <i>adj.</i> Proprio; fallando das pessoas. [...] — A mesma significação, falando das cousas. [...] — Igual, idêntico, semelhante. — <i>Todos estes frascos teem o mesmo cheiro</i> . [...] — Mencionado, dito, referido. [...] — <i>Ao mesmo tempo</i> ; juntamente, também [...] [as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de citações autorizadas, que nessa obra são bastante extensas.] MESMISSIMO , <i>adj. superl.</i> de Mesmo. IDEM , <i>adv.</i> (Do latim <i>idem</i> , de <i>is</i> , este, e a particula <i>dem</i> , que, segundo Corsen, está por <i>diem</i> , dia). Palavra latina, que significa o mesmo, e que se emprega para evitar de repetir o que acaba de se dizer ou escrever. [<i>ipse</i> : não dicionarizado]
1881 1ª ed. (2 v.)	Caldas Aulete	Mesmo (<i>mês-mu</i>), <i>adj.</i> idêntico; exactamente igual: [...] Semelhante, analogo, parecido: [...] Este, esse, aquelle: [...] Não diverso, não outro; tal qual: [...] Não alterado; que não apresenta mudança no character ou na apparencia; invariavel: Elle só não mudou; foi sempre o <i>mesmo</i> ... (Garrett.)

	<p>1881, v. 2, p. 1150</p> <p>1881, v. 1, p. 917</p>	<p> Que figura em pessoa, que se apresenta figurando pessoalmente [...] Um <i>mesmo</i>, um só, um único: Fazendo uma <i>mesma</i> a causa dos miseráveis e a sua. (J. Fr. de Andrade.) Isso <i>mesmo</i>, essa <i>mesma</i> coisa, não outra: Não altere uma só palavra, diga-lhe isso <i>mesmo</i>. (Castilho.) Usa-se ligando duas phrases com o verbo ser para significar a simultaneidade: [...] —, <i>s. m.</i> a mesma coisa: [...] —, <i>adv.</i> exactamente, justamente: [...] Até, ainda: [...] Aqui <i>mesmo</i>, n’este mesmo sitio: [...] Assim <i>mesmo</i> (loc. adv.), também, do mesmo modo: [...] Assim <i>mesmo</i> (loc. adv.), ainda assim, apesar d’isso, entretanto, todavia: [...] F. ital. <i>Medesimo</i>.</p> <p style="text-align: right;">[as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de citações autorizadas.]</p> <p>Mesmissimo (mes-mi-ssi-mu), <i>adj. superl.</i> exactamente o mesmo. F. <i>Mesmo</i> + <i>issimo</i>.</p> <p>Idem (i-den-n), <i>adj. lat.</i> que significa o <i>mesmo</i>. Emprega-se para evitar a repetição do que se acaba de dizer ou escrever. <i>Idem per idem</i> (log.), argumento vicioso que consiste em querer demonstrar uma coisa por palavras que significam a mesma coisa; ex.: Pedro é mortal porque tudo morre.</p> <p style="text-align: right;">[<i>ipse</i>: não dicionarizado]</p>
<p>1890 ed. un. (1 v.)</p>	<p>Adolfo Coelho</p> <p>1890, p. 856</p> <p>1890, p. 736</p>	<p>Mesmo, mè-smo, <i>adj.</i> Que não é outro; que não é diferente. (Lat. <i>semetipsimus</i>.)</p> <p>Mesmissimo, me-smi-si-mo, <i>adj.</i> O mesmo. (<i>Mesmo</i>, suf. <i>issimo</i>.)</p> <p>Idem, i-den, <i>adj.</i> Mesmo. (Palavra lat.)</p> <p style="text-align: right;">[<i>ipse</i>: não dicionarizado]</p>
<p>1890 1891 8ª ed. (2 v.)</p>	<p>Morais Silva</p>	<p>Mèsmo, a, <i>adj.</i> (do Ital. <i>medesimo</i>) O proprio, e não outro; é opp. a <i>outro</i> ou <i>diverso</i>, ou <i>diferente</i>: v. g. este chapéu é o <i>mesmo</i> que eu trazia hontem: elle não parece o <i>mesmo</i>: “o mesmo Deus desceu á terra para encarnar” § Perfeitamente igual, identico: as razões em que me fundo são as <i>mesmas</i>, que já apresentei: “a côr do cadaver estava a <i>mesma</i>” (que tinha em vida). <i>Vieira</i>. “a graça do rosto tão constante, e tão a <i>mesma</i>” não alterada, mudada. § Semelhante, parecido: a filha é a <i>mesma</i> cara da mãe: tem a <i>mesma</i> graça, o <i>mesmo</i> sorriso. § Vale por qualquer dos demonstrativos <i>este</i>, <i>esse</i>, <i>aquelle</i>: v. g. este homem parece o <i>mesmo</i> (<i>aquelle</i>) que estava no teatro: no mesmo dia; n’<i>este</i>, n’<i>esse</i> ou n’<i>aquelle</i> dia, etc.: parece a <i>mesma</i> pessoa; i. é, <i>aquella</i> pessoa que conhecemos, ou de quem se fallou. § Junto aos pron.</p>

	1891, v. 2, p. 343	<p>pessoas designa que é a própria pessoa e não outra: <i>eu mesmo; tu mesmo; elle mesmo</i>. § Que não apresenta mudança nas feições, no carácter, etc.; invariável: não se faz velho, está sempre o <i>mesmo</i>: é sempre o <i>mesmo</i> homem, digno, honrado, prestimoso. § <i>Ser a mesma cousa com alguém</i>; ser idêntico, muito semelhante, conforme; unido em vontade, em interesses. <i>Vieira</i>, 14. 40. “quem tem o officio de suggerir <i>seja a mesma cousa com quem tem o officio de mandar</i>” § <i>Ser sempre o mesmo</i>; (loc. fig.) ser igual, não vario; constante no proceder, no animo; invariável, na fortuna, trabalhos, desgraças, como na prosperidade, e felicidades. § <i>Isso mesmo</i>; essa mesma cousa, não outra, não diversa. § —, s. m. A mesma cousa: eu demiti-me, e ele fez o <i>mesmo</i>. § —, adv. Justamente, exactamente: o raio caiu <i>mesmo</i> ao pé da igreja. A bola caiu-lhe <i>mesmo</i> aos pés. § Até, ainda, sequer: a ladroagem anda tão desenfreada, que <i>mesmo</i> dentro de sua casa ninguém está seguro: o inimigo é tão barbaro, que não poupa <i>mesmo</i> os innocentes. § <i>Agora mesmo</i>; (loc. adv.) n’este momento: <i>agora mesmo</i> elles partiram. § <i>Aqui mesmo</i>; (loc. adv.) n’este lugar, n’este sitio: elles saíram <i>d’aqui mesmo</i> ha pouco. § <i>Assim mesmo</i>; (loc. adv.) do modo em que se acha: não vá mudar de fato, não faça cerimonia, venha <i>assim mesmo</i>. § <i>il</i> Apezar d’isso; não obstante, todavia, ainda assim: a geada não foi muita, mas <i>assim mesmo</i> causo grande damno ás plantações, § <i>Mesmo assim</i>; (loc. adv.) apezar de tudo: <i>mesmo assim</i>, o inverno não tem causado grandes prejuizos á agricultura.</p> <p>Mesmissimo, a, sup. de Mesmo. Certamente o mesmo; perfeitamente igual. <i>Eufr.</i> 3. 8. f. 139 v.</p> <p>[idem: não dicionarizado]</p> <p>[ipse: não dicionarizado]</p>
1899 1ª ed. (2 v.)	C. de Figueiredo 1899, v. 2, p. 121 1899, v. 1, p. 723	<p>Mesmo, <i>adj.</i> que é como outra coisa; idêntico; que não é outro; semelhante; que não soffreu alteração; que é o proprio; <i>m.</i> a mesma coisa; * aquillo que é indifferente, <i>ou</i> que não importa; <i>adv.</i> com exatidão; precisamente; até. Há quem duvide da vernaculidade dêste <i>adv.</i>; Filinto porém não o enjeitou: “...qualquer coisa, <i>mesmo</i> a ti nociva.” Filinto, II, 73; VIII, 60; XVII, 201; XIX, 182. (It. <i>Medesimo</i>, do lat. hyp. <i>semetipse</i>).</p> <p>Mesmissimo, <i>adj.</i> que é perfeitamente o mesmo; absolutamente idêntico. (De <i>mesmo</i>).</p> <p>* Idem, <i>adj.</i> o mesmo, a mesma coisa. (T. lat.)</p> <p>[ipse: não dicionarizado]</p>
1913 2ª ed. [2010] reimp. (1 v.)	C. de Figueiredo 1913, p. 1281	<p>mesmo <i>adj.</i> Que é como outra coisa; idêntico. Que não é outro. Semelhante. Que não soffreu alteração: <i>estás sempre o mesmo rapaz</i>. Que é o próprio: <i>êste é mesmo, de que falámos</i>. <i>M.</i> A mesma coisa: <i>a mim succedeu-me o mesmo</i>. * Aquillo que é indifferente, ou que não importa: <i>mintas ou não mintas, isso é o mesmo</i>. <i>Adv.</i> Com exatidão; precisamente; até: <i>mesmo depois de morto</i>... – Há quem duvide da vernaculidade dêste <i>adv.</i>; Filinto porém não o enjeitou: “...qualquer coisa, <i>mesmo</i> a ti nociva.” Filinto, II, 73; VIII, 60; XVII, 201; XIX, 182 e 218; XIX, 54, 68 e 121; Latino, <i>Hist. Pol.</i>, I, 43; Rebello, <i>Mocidade</i>, etc. (Do lat. hyp. <i>semetipsissimus</i>, que, por haplogia, daria <i>mesissimus</i>, seg. Cornu)</p>

		mesmíssimo <i>adj.</i> Que é perfeitamente o mesmo; absolutamente idêntico.
		[<i>idem</i> : não dicionarizado]
		[<i>ipse</i> : não dicionarizado]
1925 2ª ed. (2 v.)	Caldas Aulete 1925, v. 2, p. 285	Mesmo (<i>mês-mu</i>), <i>adj.</i> idêntico; exactamente igual: [...] Semelhante, analogo, parecido: [...] Este, esse, aquelle: [...] Não diverso, não outro; tal qual: [...] Não alterado; que não apresenta mudança no character ou na apparencia; invariavel: Elle só não mudou; foi sempre o <i>mesmo</i> ... (Garrett.) Que figura em pessoa, que se apresenta figurando pessoalmente [...] Um <i>mesmo</i> , um só, um único: Fazendo uma <i>mesma</i> a causa dos miseráveis e a sua. (J. Fr. de Andrade.) Isso <i>mesmo</i> , essa <i>mesma</i> coisa, não outra: Não altere uma só palavra, diga-lhe isso <i>mesmo</i> . (Castilho.) Usa-se ligando duas phrases com o verbo ser para significar a simultaneidade: [...] —, <i>s. m.</i> a mesma coisa: [...] —, <i>adv.</i> exactamente, justamente: [...] Até, ainda; precisamente [...] Aqui <i>mesmo</i> , n'este mesmo sitio: [...] Assim <i>mesmo</i> (<i>loc. adv.</i>), também, do mesmo modo: [...] Assim <i>mesmo</i> (<i>loc. adv.</i>), ainda assim, apesar d'isso, entretanto, todavia: [...] F. ital. <i>Medesimo</i> . [as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de citações autorizadas.]
		Mesmissimo (<i>mes-mi-ssi-mu</i>), <i>adj. superl.</i> exactamente o mesmo. F. <i>Mesmo</i> + <i>issimo</i> .
	1925, v. 2, p. 04	Idem (<i>i-den-n</i>), <i>adj. lat.</i> que significa o <i>mesmo</i> . Emprega-se para evitar a repetição do que se acaba de dizer ou escrever. <i>Idem per idem</i> (<i>log.</i>), argumento vicioso que consiste em querer demonstrar uma coisa por palavras que significam a mesma coisa; ex.: Pedro é mortal porque tudo morre.
		[<i>ipse</i> : não dicionarizado]
1938 1ª ed. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro 1938, p. 631 1938, p. 503	Mesmo , <i>adj. e pron.</i> Que é como outra cousa; idêntico; semelhante; que não é outro; que é o próprio; <i>n. m.</i> a mesma cousa; <i>adv.</i> com exatidão; precisamente; até; <i>assim</i> – : ainda assim, todavia.
		Mesmíssimo , <i>adj.</i> Que é perfeitamente o <i>mesmo</i> ; absolutamente idêntico.
		Idem , <i>n. e adv.</i> Palavra latina, empregada para evitar repetições e abreviada muitas vêzes em <i>id.</i> ; a mesma cousa; no mesmo autor; na mesma obra, etc..
		[<i>ipse</i> : não dicionarizado]
1939	Laudelino Freire	MESMO , <i>adj.</i> Exatamente igual; idêntico: [...]

<p>1944 [1954] 2ª ed. (4 v.)</p>	<p>1954, v. 4, p. 3399</p> <p>1954, v. 3, p. 2892</p>	<p> 2. Semelhante, análogo, parecido: [...] 3. Próprio: [...] 4. Êste, êsse, aquele: [...] 5. Que figura em pessoa, que se apresenta figurando pessoalmente: [...] 6. Não diverso, não outro; tal qual: [...] 7. Que não apresenta mudança no caráter ou na aparência; não alterado; invariável: “Sou sempre o <i>mesmo</i> homem”.</p> <p>MESMO, s. m. A mesma cousa: [...] 2. Aquilo que é indiferente ou que não importa: [...] 3. Indivíduo que não apresenta mudança no caráter ou na aparência: [...] 4. Usa-se ligando duas frases com o verbo <i>ser</i> para significar a simultaneidade: [...] MESMO, adv. Exatamente, justamente: [...] 2. Até, ainda: [...]</p> <p>[as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de exemplificações e citações autorizadas.]</p> <p>MESMÍSSIMO, adj. De <i>mesmo</i> + íssimo. Que é perfeitamente o mesmo; absolutamente idêntico.</p> <p>† IDEM, pron. Do <i>lat.</i> Têrmo que significa <i>o mesmo</i> e se emprega para evitar a repetição do que se acaba de dizer ou escrever.</p> <p>[<i>ipse</i>: não dicionarizado]</p>
<p>1948 1958 ed. un. (3. v.)</p>	<p>Artur Bivar</p> <p>1952, v. 2, p. 426</p> <p>1952, v. 2, p. 90</p>	<p>Mesmo, <i>adj.</i> Semelhante (113). Que é o próprio; que não sofreu alteração: <i>está sempre o mesmo rapaz</i>; s. m. a mesma coisa: <i>a mim sucedeu-me o mesmo</i> (112). <i>adj. det. dem.</i> Com os mesmos caracteres de outro, idêntico (precedido sempre do artigo) 5190-5194). <i>adv.</i> Com exactidão, de modo idêntico, com exactidão, precisamente, até (5202). <i>adj.</i> Próprio, real 5202). – que, <i>conj. concess.</i>, ainda que (5206).</p> <p>Mesmíssimo, <i>adj.</i> Que é perfeitamente o mesmo; absolutamente idêntico (112).</p> <p>Idem, <i>adj. lat.</i> O m. q. <i>mesmo</i>.</p> <p>[não consta remissão analógica] [<i>ipse</i>: não dicionarizado]</p>
<p>1949 1959 10ª ed. (12 v.)</p>	<p>Morais Silva</p> <p>1954, v. 6, p. 713</p>	<p>Mesmo¹, <i>adj.</i> (do <i>lat. metipsimu-</i>). Que é como outra coisa; exactamente igual; idêntico: [...] Semelhante, análogo, parecido: [...] Próprio (relativo a pessoas): [...] Próprio (relativo a coisas): [...] Que é o próprio: [...] Mencionado, dito, referido: [...] Que não sofreu alteração; que não apresenta mudança na aparência ou no caráter; invariável: “é sempre o <i>mesmo</i> guloso”; “é sempre o <i>mesmo</i> homem”. Não diverso; não outro; tal qual: “...é necessário oferecer o entendimento, tendo não só o <i>mesmo</i> querer mas também o <i>mesmo</i> pensar do superior”, Oliveira Martins, <i>História de Portugal</i>, II, 6, I, 86. Que figura em pessoa; que se apresenta figurando pessoalmente: “Afonso de Albuquerque por os sinais que lhe deram dos homens que havia pouco tempo que andava naquelas paragens, os quais ele <i>mesmo</i> pôs em terra no cabo Guardafu”, João de Barros, <i>Décadas</i>, II, 1. 7, cap. 6.</p> <p>[Há mais quatro entradas para a palavra <i>mesmo</i>,</p>

		duas como pronomes demonstrativos, uma como substantivo e outra como advérbio.
	1953, v. 5, p. 819	<p>Mesmíssimo, <i>adj.</i> superlativo de <i>mesmo</i>. Que é tal qual o mesmo; que é absolutamente idêntico: “Pois se a <i>mesmíssima</i> Divindade Que está no Pai, está também no filho e no Espírito Santo, por onde se distinguem as Pessoas entre si”, Manuel Bernardes, <i>Pão Partido em Pequeninos</i>, I, § 4, 44; “deslizavam barcaças daquele <i>mesmíssimo</i> feitio”, Júlio de Castilho, <i>Lisboa Antiga</i>, vol. I, 181, 2.ª ed.; “No fundo do seu ser cogitativo haviam ambos formulado igual anelo com a <i>mesmíssima</i> ânsia. Aquilino Ribeiro, <i>Aldeia</i>, 130.</p> <p>Idem, <i>pron.</i> (do lat.). O mesmo. Emprega-se para evitar repetição do que se acaba de dizer ou escrever, especialmente em citações bibliográficas: [...] <i>Adv.</i> Da mesma maneira: [...].</p> <p>[<i>ipse</i>: não dicionarizado]</p>
1951 9ª ed. (1 v.)	<i>Pequeno Dic. Brasileiro</i> 1951, p. 804	<p>Mesmo, <i>adj.</i> e <i>pron.</i> Que é como outra coisa; idêntico; semelhante; que não é outro; que é o próprio; <i>s. m.</i> a <i>mesma</i> coisa; <i>adv.</i> com exatidão; precisamente; até.</p> <p>Mesmíssimo, <i>adj.</i> Que é perfeitamente o <i>mesmo</i>; absolutamente idêntico.</p> <p>[<i>idem</i>: não dicionarizado]</p> <p>[<i>ipse</i>: não dicionarizado]</p>
1961 1967 1ª ed. (4 v.)	A. Nascentes ABL • 1961, v. 3, p. 154 1961, v. 2, p. 588	<p>mesmo, <i>a.</i> (‘mezmu, a) <i>Adj.</i> Idêntico, exatamente igual, não diverso, tal qual outro: Um tem o <i>mesmo</i> hábito que o outro. Invariável, que não se altera, que não é outro, que não apresenta mudança no caráter ou na aparência: És sempre o <i>mesmo</i>. Que se apresenta pessoalmente, que figura em pessoa: Ela <i>mesma</i> veio abrir a porta.</p> <p> <i>S. m.</i> A mesma coisa: Agradar ou desagradar é o <i>mesmo</i>; não adianta.</p> <p> <i>Adv.</i> Exatamente, justamente: O bonde parou <i>mesmo</i> à porta do cinema.</p> <p> – <i>que</i>, ainda que, embora: <i>Mesmo que</i> chova, irei.</p> <p>(Do lat. vulgar <i>metpsimu</i>, superlativo de <i>metipse</i>, resultante da combinação do demonstrativo <i>ipse</i>, mesmo, com a partícula <i>met</i>).</p> <p>[<i>mesmíssimo</i>: não dicionarizado]</p> <p>[<i>idem</i>: não dicionarizado]</p> <p>ipseísmo. (<i>ipse</i>’izmu) <i>S. m.</i> Identidade própria. (Do lat. <i>ipse</i>, mesmo, e suf. <i>-ismo</i>).</p>
1964 11ª ed. [1967] reimp. (1 v.)	<i>Pequeno Dic. Brasileiro</i> 1967, p. 799	<p>Mesmo (ê), <i>adj.</i> e <i>pron.</i> Que é como outra coisa; idêntico; semelhante; que não é outro; que é o próprio; <i>s. m.</i> a <i>mesma</i> coisa; <i>adv.</i> com exatidão; precisamente; até.</p> <p>Mesmíssimo, <i>adj.</i> Que é perfeitamente o <i>mesmo</i>; absolutamente idêntico.</p> <p>[<i>idem</i>: não dicionarizado]</p> <p>[<i>ipse</i>: não dicionarizado]</p>
	Caldas Aulete	MESMO (ê), <i>adj.</i> idêntico; exatamente igual: [...]

<p>1974 3ª ed. br. (5 v.)</p>	<p>1974. v. 3, p. 2335</p>	<p> Semelhante, análogo, parecido: [...] Este, esse, aquele: [...] Não diverso, não outro; tal qual: [...] Não alterado; que não apresenta mudança no caráter ou na aparência; invariável: Ele só não mudou; foi sempre o <i>mesmo</i>... (Garrett.) Que figura em pessoa, que se apresenta figurando pessoalmente [...] Um <i>mesmo</i>, um só, um único: Fazendo uma <i>mesma</i> a causa dos miseráveis e a sua. (J. Fr. de Andrade.) Isso <i>mesmo</i>, essa <i>mesma</i> coisa, não outra: Não altere uma só palavra, diga-lhe isso <i>mesmo</i>. (Castilho.) Usa-se ligando duas frases com o verbo ser para significar a simultaneidade: [...] —, <i>s. m.</i> a mesma coisa: [...] —, <i>adv.</i> exatamente, justamente: [...] Até, ainda; precisamente: [...] Aqui <i>mesmo</i>, neste mesmo sítio: [...] Assim <i>mesmo</i> (<i>loc. adv.</i>), também, do mesmo modo: [...] Assim <i>mesmo</i> (<i>loc. adv.</i>), ainda assim, apesar disso, entretanto, todavia: [...] F. lat. <i>Metipsimu</i>.</p> <p style="text-align: right;">[as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de citações autorizadas.]</p>
	<p>1974. v. 3, p. 1895</p>	<p>MESMÍSSIMO, <i>adj.</i> exatamente o mesmo; absolutamente idêntico. F. <i>Mesmo</i>.</p> <p>IDEM, <i>adj. lat.</i> que significa o <i>mesmo</i>. Emprega-se para evitar a repetição do que se acaba de dizer ou escrever. <i>Idem per idem</i> (<i>log.</i>), argumento vicioso que consiste em querer demonstrar uma coisa por palavras que significam a mesma coisa; ex.: Pedro é mortal porque tudo morre.</p> <p style="text-align: right;">[<i>ipse</i>: não dicionarizado]</p>

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

APÊNDICE B

REGISTROS DE *MESMIDADE* NA LEXICOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ano	Obra/autor	Registro
<i>Lexicografia Latinoportuguesa</i>		
1562	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1570	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1608	Antônio Velez	[não registrado]
1611	Agostinho Barbosa	[não registrado]
1621	Amaro de Roboredo	[não registrado]
1634	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 1. ed.)	[não registrado] [obra não acessada diretamente, ver nota 10]
1647	Bento Pereira (<i>Thesouro</i> , 1. ed.)	[não registrado]
1653	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 2. ed.)	[não registrado]
1680	Antônio Velez	[não registrado]
1694	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1697	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 7. ed.)	[não registrado]
1716	Raphael Bluteau (v. 5, p. 449)	Mesmeidade. Val o mesmo q Identidade. <i>Vid.</i> no seu lugar (A fortuna troca o estado, retem a mesmeidade da pessoa. Brachilog. de Príncipes, 262)
1744	Antônio Velez	[não registrado]
<i>Lexicografia Clássica</i>		
1783	Bernardo Bacellar (p. 440)	<i>Mesm-o</i> , amente, eidade, idade (met) identidade.
1789	Morais Silva (1. ed. v. 2, p. 77)	MESMEIDADE, s. f. v. identidade.
1806	<i>anônimo</i> (s/p.)	Mesmeidade, por Identidade.
1813	Morais Silva (2. ed. v. 2, p. 293)	MESMEIDADE, s. f. v. identidade.
1823	Morais Silva (3. ed. v. 2, p. 242)	MESMEIDADE, s. f. v. identidade.
1829	José da Fonseca (p. 430)	MESMEIDADE, s. f. identidade
1831	Morais Silva (4. ed. v. 2, p. 307)	MESMEIDADE, s. f. v. identidade.
1836	Solano Constâncio (p. 690)	MESMEIDADE. <i>V.</i> Identidade.
1848	Roquete; Fonseca (p. 676)	Mesmeidade, s. f. identidade.
1849	Eduardo de Faria (1. ed. v. 3, p. 248)	MESMEIDADE, s. f. <i>V.</i> Identidade.
1858	Morais Silva (6. ed. v. 2, p. 361)	MESMEIDADE , s. f. v. identidade. Brach. de Princ. p. 262. 1878, v. 2, p. 303; 1891, v. 2, p. 343). Na sexta, sétima e oitava edições (1858, 1878 e 1891), consta a seguinte referência na entrada <i>mesmeidade</i> :

1858	Martins Dantas (p. 476)	MESMEIDADE , <i>s. f.</i> identidade.
1858	Faria; Lacerda (4. ed. v. 2, p. 128)	MESMEIDÁDE , <i>V. Identidade</i> .
1859	Eduardo de Faria (4. ed. v. 2. p. 712)	Mesmeidade . <i>V. Identidade</i>
1878	Morais Silva (7. ed. v. 2, p. 303)	Mesmeidade , <i>s. f. v.</i> identidade. <i>Brach. de Princ.</i> p. 262.
Lexicografia Moderna		
1871 1874 ed. un. (5 v.)	Domingos Vieira 1873, v. 4, p. 215	MESMEIDADE . <i>Vid. Identidade</i> .
		[<i>mesmice</i> : não registrado]
1881 1ª ed. (2 v.)	Caldas Aulete	[<i>mesmeidade</i> : não registrado]
		[<i>mesmice</i> : não registrado]
1890 ed. un. (1 v.)	Adolfo Coelho	[<i>mesmeidade</i> : não registrado]
		[<i>mesmice</i> : não registrado]
1890 1891 8ª ed. (2 v.)	Morais Silva 1891, v. 2, p. 343	Mesmeidáde , <i>V. Identidade. Brachyl. de Princ.</i> p 262.
		[<i>mesmice</i> : não registrado]
1899 1ª ed. (2 v.)	C. de Figueiredo 1899 v. 2, p. 121	[<i>mesmeidade</i> : não registrado]
		* Mesmice <i>s. (neol.)</i> qualidade daquêlle <i>ou</i> daquillo que em tudo é o mesmo que outro. Falta de variedade. Cf. Eçaa de Queirós, no periódico <i>Ilustração</i> . (<i>De mesmo</i>)
1913 2ª ed. [2010] reimp. (1 v.)	C. de Figueiredo 1913, p. 1281	mesmeidade <i>s.</i> Qualidade daquillo <i>ou</i> daquelle que é o mesmo que outro. Qualidade do que é idêntico, identidade. Cf. Camillo, <i>Esqueleto</i> , 85.
		mesmice <i>s. Neol.</i> Qualidade daquelle <i>ou</i> daquillo que em tudo é o mesmo que outro. Falta de variedade. Cf. Eçaa de Queirós, no periódico <i>Ilustração</i> . (<i>De mesmo</i>)
1925 2ª ed. (2 v.)	Caldas Aulete 1925, v. 2, p. 285	Mesmeidade (<i>més-mei-dá-de</i>), <i>s. f.</i> qualidade do que é idêntico; identidade. <i>F. Mesmo + dade</i> .
		Mesmice (<i>mes-mi-sse</i>), <i>s. f.</i> o mesmo que outra ou outra coisa; falta de variedade; permanencia de caracter, de atributos, qualidades, etc. <i>F. Mesmo + ice</i> .
1938 1ª ed. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro	[<i>mesmeidade</i> : não registrado]
		[<i>mesmice</i> : não registrado]
1939 1944 [1954] 2ª ed. (4 v.)	Laudelino Freire 1954, v. 4, p. 3399	MESMEIDADE , <i>s. f.</i> Qualidade daquillo ou daquele que é o mesmo que outro. 2. Qualidade do que é idêntico; identidade.
		MESMICE , <i>s. f.</i> De <i>mesmo</i> . Qualidade daquele ou daquillo que em tudo é o mesmo que outro. 2. Falta de variedade.

1948 1958 ed. un. (3 v.)	Artur Bivar 1952, v. 2, p. 426	Mesmeidade , <i>s. f.</i> Qualidade daquilo ou daquele que é o mesmo que outro; qualidade do que é idêntico; identidade (112).
		Mesmice , <i>s. f.</i> Falta de variedade (118) Qualidade daquilo ou daquele que é o mesmo que outro (112).
1949 1959 10ª ed. (12 v.)	Morais Silva 1954, v. 6, p. 712	Mesmidade , <i>s. f.</i> (de <i>mesmo</i>). O mesmo que <i>mesmice</i> : “a identidade ou <i>mesmidade</i> dos dois sóis sucessivos”, António Sérgio, in <i>Ver e Crer</i> , n.º 13, 38.
		Mesmice , <i>s. f.</i> (de <i>mesmo</i>). <i>Neol.</i> Igualdade, identidade; falta de variedade: “O grande horror da nossa pátria é a <i>mesmice</i> ”, Eça de Queirós, <i>Notas Contemporâneas</i> , 108; “Com a partida dos Guacaris, o aldeamento volta à <i>mesmice</i> dos seus dias”, Gastão Cruts, <i>A Amazônia Misteriosa</i> , cap. 14, 263.
1951 9ª ed. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro 1951, p. 804	[<i>mesmeidade</i> : não registrado]
		Mesmice , <i>s. f.</i> Ausência de variedade.
1961 1967 1ª ed. (4 v.)	A. Nascentes ABL 1961, v. 3, p. 153	[<i>mesmeidade</i> : não registrado]
		mesmice . (mez'misi) <i>S. f.</i> Falta de variedade, presença constante das mesmas coisas.
1964 11ª ed. [1967] reimp. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro 1967, p. 799	[<i>mesmeidade</i> : não registrado]
		Mesmice , <i>s. f.</i> Ausência de variedade.
1974 3ª ed. br. (5 v.)	Caldas Aulete 1974, v. 3, p. 2335	MESMEIDADE , <i>s. f.</i> qualidade do que é idêntico; identidade. <i>F. Mesmo</i> .
		MESMICE , <i>s. f.</i> o mesmo que outra ou outra coisa; falta de variedade; permanência de caráter, de atributos, qualidades, etc.: O espírito modorro enfastiava-se da <i>mesmice</i> do campo. (José Américo de Almeida, <i>Bagaceira</i> , p. 214, ed. 1937.) <i>F. Mesmo</i> .

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

APÊNDICE C

REGISTROS DE *OUTRO* NA LEXICOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ano	Obra/autor	Registro
Lexicografia Latinoportuguesa		
1562	Jerônimo Cardoso (p. 82)	Outro de muitos Alius, a, ud. Outro de dous Alter, a, um.
1570	Jerônimo Cardoso (p. 11 e 63)	Alter, a, um. Hum dos dous. Outro de muitos. Alius, a, ud. Outro de dous. Alter, a, um.
1608	Antônio Velez (p. 07)	Alter, a, um, Hum de dous, ou segundo: ut Tu nunc eris altera b illo, Sereis o segundo despois dele, &c.
1611	Agostinho Barbosa (p. 611)	<i>Hum de dous.</i> Alter, altera, alterum, p c. adject. g alterius, dativo alteri. <i>Hum de muytos.</i> Alius, alia, aliud, adiectivum, genitivo alius; p. p. Dativo alij. Aliud alij natura iter osténdit. sal. in Catil. Aliae, genitivus feminini generis, Cic. lib. 2. de Divinat. Sed si eadem hora alie pecudis iecur nitidum, atq; plenũ est, alie horridũ, & exile, &c. Gell. lib. 17. cap. 9. inscriptio alia, aliae locum, & nomen teneret.
1621	Amaro de Roboredo (p. 48)	ALTER, era, rum. 304. <i>Hum de dous, o segundo, e quando se repete se toma por hum.</i> Hisp. <i>Uno de dos, &c.</i> Unus alt alter. <i>Hum ou dous.</i>
1634	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 1. ed.)	Alter, a, um, <i>Hum dos dous.</i> Uno de dos. br. Horat, I, Epist. 14 <i>cun placet alterius</i> – [obra não acessada diretamente, ver nota 10]
1647	Bento Pereira (<i>Thesouro</i> , 1. ed. p. 72)	outra ou outro de dous. <i>Alter, a, um.</i>
1653	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 2. ed. p. 13)	Alter, a, um, <i>Hum dos dous.</i> Uno de dos. br. Horat, I, Epist. 14 <i>cun placet alterius</i> –
1680	Antônio Velez (s/p.)	alter, a, um, partitiu. <i>hum de dous, ou segundo.</i> Ut tu nunc eris alter ab illo.
1694	Jerônimo Cardoso (p. 12 e 105)	Alter, ra, um. Hum dos dous. outro de muitos. Alius, a, ud. outro de dous. Alter, a, um.
1697	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 7. ed. p. 31)	Alter, a, um, <i>Hum dos dous: o segundo, ou o primeiro depois de outro.</i> <i>Virg. Eclog. 10. – tu nunc eris alter ab illo.</i> Alteritas, atis f. g. <i>A mudança. p. b. Caib.</i>
1720	Raphael Bluteau (v. 6, p. 156-158)	Outro. Outra pessoa, ou outra cousa. <i>Alius, a, um Cic. genitivo. Alius, penult. longa, dativo. Alii</i> (quando se falla de duas pessoas, ou de duas cousas.) <i>Alter, ra, rum Cic. genitivo Alterius, dativo Alteri.</i> Mas nem sempre se ha de usar desta regra, porque Autores muyto bons nem sempre a observão. No terceyro livro da guerra civil diz Cesar, <i>Duas leges promulgavit; unam qui mercedes habitetionum annuas conductoribus donavit; aliam tabularum novarum.</i> Propoz duas leys, huma que, &c. outra, &c. Às vezes poem Cicero <i>Alter</i> por <i>Alius</i> , como quãdo diz, <i>Nunquam committet, ut alienum appetat, & id, quod alteri detraxerit, sibi assumat.</i> Nunca desejarà o alheyo, nem tomará para si o que tiver tirado a outra pessoa, ou a outrem. Mas muytas vezes se poem o genitivo <i>Alterius</i> por <i>Alius</i> , como neste exemplo do mes mo

		<p>Cicero. <i>Subjiciunt se homines imperio alterius, & potestati pluribus de causis.</i> [...]</p> <p>Outro diferente. Diverso. Cuydais que hoje sou outro, de quem algum dia fuy? <i>Alium esse censes nunc me, at que olim Terent.</i> Outra cousa he a luz do Sol, que a das candeas. <i>Lux longè alia est solis, ate que lychnorum.</i> Cic. Isto he outra cousa. <i>Alia res est. Terent</i> Não seria eu outro do que agora sou. <i>Non alius essem, at que nunc sum.</i> Cic. Muy outro do que era. <i>Multùm mutatus ab illo, qui quondam fuerat.</i> Ex <i>Virgil.</i> Era outro homem. <i>Alius vir erat.</i> Livio. Naõ podião formar outro juizo do que tem feyto. <i>Non possent aliud judicare ac judicarunt.</i> Cic. [...]</p> <p>[o verbete se estende com mais detalhamentos gramaticais do plural de Alter e subentradas dedicadas às expressões como “Hum, & outro”; “Hum, ou outro”; “Nem hũ, nem outro”; “Por outro modo”, “Por outra parte, & para outra parte” etc.]</p>
1744	Antônio Velez (s/p.)	Alter, a, um, Partit. <i>outro, hum de dous, ou segundo</i> , ut: Tu nunc eris alter ab illo. <i>Alterum tantum, outro tanto</i> , apud Cic. & Plaut. Alter ego, <i>elegantè pro homine mihi charissimo.</i>
Lexicografia Clássica		
1783	Bernardo Bacellar (p. 459)	<i>Outr-o, a ora, a vez, em, o fim, o tanto</i> (oytèros, alterum) qualquer &c.
1789	Morais Silva (1. ed. v. 2, p. 143)	OUTRO, adj. articul. não o mesmo, não identico; diverso, mudado v. g. „ <i>não he este he outro o livro:</i> „, Paiva S. 1. f. 76. „ <i>dezejo que as coisas do mundo sejam outras do que são,</i> „ „ <i>tão outro do que era, em costumes,</i> „ V. do Arceb. 1. c. 6. § <i>Não he outro que</i> , por, não he senão. Arraes 5. 21. „ <i>a virtude não he outra coisa, que huma mediania entre dois extremos,</i> „
1806	anônimo (s/p.)	Outro, adj. Que não he o mesmo. Diverso. <i>Outro tanto</i> , Igual em quantidade, &c.
1813	Morais Silva (2. ed. v. 2, p. 377)	OUTRO, adj. articul. não o mesmo, não identico; diverso, mudado: v. g. <i>não he este, he outro o livro:</i> „, Paiva Serm. 1. f. 76. <i>dezejo que as coisas do mundo sejam outras do que são. tão outro do que era, em costumes.</i> V. do Arc. 1. c. 6. §. <i>Não he outro que</i> , por, não he senão. Arraes 5. 21. <i>a virtude não he outra coisa, que huma mediania entre dois extremos [...].</i> [Nesse registro Moraes Silva acrescenta uma regra gramatical sobre uso do <i>outro eu e outro mi.</i>]
1823	Morais Silva (3. ed. v. 2, p. 333)	OUTRO, adj. articul. não o mesmo, não identico; diverso, mudado: v. g. <i>não he este, he outro o livro:</i> „, Paiva Serm. 1. f. 76. <i>dezejo que as coisas do mundo sejam outras do que são. tão outro do que era, em costumes.</i> V. do Arc. 1. c. 6. §. <i>Não he outro que</i> , por, não he senão. Arraes 5. 21. <i>a virtude não he outra coisa, que huma mediania entre dois extremos [...].</i> [Nesse registro Moraes Silva acrescenta uma regra gramatical sobre uso do <i>outro eu e outro mi.</i>]
1829	José da Fonseca (p. 454)	OUTRO, <i>adj.</i> não o mesmo; diverso.
1831	Morais Silva (4. ed. v. 2, p. 394)	OUTRO, adj. articul. não o mesmo, não identico; diverso, mudado: v. g. <i>não he este, he outro o livro:</i> Paiva Serm. 1. f. 76. “ <i>dezejo que as coisas do mundo sejam outras do que são</i> ” “ <i>tão outro do que era, em costumes</i> ” V. do Arc. 1. c. 6. “ <i>muito outros do que dantes erão</i> ” Vieira, 7. 13. i. é, a respeito do <i>ser</i> , que antes erão, trocado, convertido, ou pervertido. §. <i>Não he outro que</i> , por, não he senão. Arraes 5. 21. “ <i>a virtude não he outra coisa, que huma mediania entre dois extremos</i> ” [...]. [Nesse registro Moraes Silva, além da regra gramatical sobre uso do <i>outro eu</i>

		e <i>outro mi</i> , incorpora a diferenciação entre <i>outro</i> e <i>outrem</i> do <i>Ensaio</i> de Saraiva.]
1836	Solano Constâncio (p. 735)	OUTRO, A, adj. articular (Lat. <i>alter</i> , Gr. <i>ἕτερος heteros</i> ; rad. <i>ἕτης étés</i> , socio; Fr. <i>autre</i>), não o mesmo, diverso. <i>Toma outro caminho, e não vás por este. Não ha outro meio. Outro eu</i> , isto he, pessoa que faz as minhas vezes, ou que eu considero como se fôra a minha própria pessoa. <i>De outro modo; por outra maneira. O outro dia</i> , proximo passado. <i>Outro dia</i> , hum dia proximo futuro, v. g. fica para outro dia.
1848	Roquete; Fonseca (p. 724)	Outro, a, adj. não o mesmo, não identico; diverso; conforme, que tem muita similhaça.
1849	Eduardo de Faria (1. ed. v. 3, p. 325)	OUTRO, A, adj. articular não o mesmo, diverso, v. g. toma — caminho, e não vás por este; não ha — meio, — eu, i . e. pessoa que faz as minhas vezes ou que eu considero como se fôra a minha propria pessoa. <i>O — dia</i> : proximo pasado. — <i>dia</i> : um dia proximo futuro, v. g. fica para — dia.
1858	Morais Silva (6. ed. v. 2, p. 462)	OUTRO, A , adj. articul. (do Fr. <i>autre</i> ; do Lat. <i>alter</i> ; do Gr. <i>heteros</i> , em Attico <i>heteros</i> , outro) Não o mesmo, não identico; diverso, mudado: v. g. <i>não é este, é outro o livro. Paiv. S. 1. f. 76. “dezejo que as cousas do mundo sejam outras do que são” “tão outro do que era em costumes” V. do Are. I. c. 6. “muito outros do que d’antes erão” Vieir. 9. 13. i. é, a respeito do ser, que antes eram, trocado, convertido, ou pervertido [...].</i> [No Moraes Silva seguem mais oito acepções para a entrada <i>outro</i> , além de uma sinonímia comparada que o distingue de <i>outrem</i> , mas sem fazer referência a Saraiva.]
1858	Martins Dantas (p. 518)	OUTRO, A , adj. não o mesmo, a;
1858	Faria; Lacerda (4. ed. v. 2, p. 171)	OUTRO, A , adj. articular (Lat. <i>alter</i> , gr. <i>heteros</i> ; rad. <i>étés</i> , socio; fr. <i>autre</i>) não o mesmo, diverso: — eu, isto é, pessoa que faz as minhas vezes, ou que eu considero como se fôra a minha própria pessoa. <i>O — dia</i> , proximo passado: — <i>dia</i> , um dia, proximo futuro.
1859	Eduardo de Faria (4. ed. v. 2, p. 841)	Outro, a , adj. articular (Lat. <i>alter</i> , gr. <i>heteros</i> ; rad. <i>étés</i> , socio; fr. <i>autre</i>) não o mesmo, diverso. <i>Toma — caminho, e não vás por este. Não ha — meio</i> : — eu, isto é, pessoa que faz as minhas vezes, ou que eu considero como se fôra a minha própria pessoa. <i>De — modo; por — maneira. O — dia</i> , proximo passado: — <i>dia</i> , um dia, proximo futuro, v. g. fica para outro dia.
1878	Morais Silva (7. ed. v. 2, p. 389)	Outro, a , adj. articul. (do Fr. <i>autre</i> ; do Lat. <i>alter</i> ; do Gr. <i>heteros</i> , em Attico <i>heteros</i> , outro) Não o mesmo, não identico; diverso, mudado: v. g. <i>não é este, é outro o livro. Paiv. S. 1. f. 76. “dezejo que as cousas do mundo sejam outras do que são” “tão outro do que era em costumes” V. do Are. I. c. 6. “muito outros do que d’antes erão” Vieir. 9. 13. i. é, a respeito do ser, que antes eram, trocado, convertido, ou pervertido [...].</i> [No Moraes Silva seguem mais oito acepções para a entrada <i>outro</i> , além de uma sinonímia comparada que o distingue de <i>outrem</i> , mas sem fazer referência a Saraiva.]
Lexicografia Moderna		

<p>1871 1874 ed. un. (5 v)</p>	<p>Domingos Vieira</p> <p>1873, v. 4, p. 605</p>	<p>OUTRO, <i>adj.</i> (Do latim <i>alter</i>, que tem a mesma radical que o sanscripto <i>anyas</i>, outro, que deu <i>alius</i>, e que tomando um suffixo comparativo, ficou <i>alter</i> em latim, e <i>ander</i> em allemão). Que não é o mesmo; diz-se fallando das pessoas, de uma distincta d'aquella a que nos referimos. [...] — Que não é a mesma cousa, diversa, mudada. [...] — Diz-se ás vezes para mostrar a grande semelhança que existe entre duas pessoas ou cousas — <i>É</i> outro <i>Cervantes</i>. [...] — Outra <i>alguma</i>; outra qualquer. [...] — <i>Ao</i> outro <i>dia</i>, <i>para o</i> outro <i>dia</i>; no dia seguinte. [...] — Outro <i>dia</i>; dia proximo futuro, dia que se ha de seguir. — Outro <i>que tal</i>; locução com que se exprime semelhança de algumas cousas. Hoje só se usa no estylo familiar. — <i>Ser, estar</i> outro; ser alguém mui differente do que era, ter variado ou mudado muito. — <i>Ser, ficar uma por</i> outra; pagar-se na mesma moeda, fazer o mesmo que se nos faz. — <i>Em</i> outro <i>tempo</i>; ao tempo passado, antigamente, outr'ora. [...] — Outra <i>vez</i>; ainda uma vez, mais uma vez, de novo. [...] — <i>Para a</i> outra <i>vez</i>; para a vez seguinte. — <i>Ahi temos nós</i> outra; usa-se para explicar, que o que se disse é um novo desproposito, ou impertinencia. — <i>Não é</i> outro <i>que</i>; não é senáo. — Um e outro; ambos. [...] — <i>Um ao</i> outro; reciprocamente, mutuamente. [...] — Outro <i>tanto</i>; igual em quantidade, numero, peso, e qualidade; o <i>mesmo</i>. [...] — <i>Aquelle</i> outro; vid. <i>Aquell'outro</i>. [...] — <i>Ontro sy</i>; tambem, demais, além d'isto. [...] [as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de citações autorizadas, que nessa obra são bastante extensas.] [alter: não registrado]</p>
<p>1881 1ª ed. (2 v.)</p>	<p>Caldas Aulete</p> <p>1881, v. 2, p. 1275</p>	<p>Outro (<i>ô-tru</i>), <i>adj.</i> distincto de uma pessoa ou coisa especificada; differente: Tens tu <i>outra</i> vontade. (José de Alencar.) No mesmo ponto ficou totalmente mudado em <i>outro</i> do que era. (Vieira.) <i>Outra</i> porta por baixo do centro da arcada. (R. da Silva.) Superior, maior, melhor: [...] Igual, segundo, idêntico, semelhante: O Cairo é uma <i>outra</i> Constantinopla; não há <i>outro</i> eu. Qualquer pessoa (sem ser a que fala): [...] Segundo (oppõe-se a um ou uns, uma ou umas): [...] Mais um, segundo, terceiro, quarto, etc.: [...] Seguinte, immediato: [...] Restante: Os <i>outros</i> Deuses todos assentados... (Camões.) [...] F. lat. <i>Alter</i> [as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de exemplificações e citações autorizadas. As acepções suprimidas são de expressões como "<i>outro tempo</i>", "<i>outro dia</i>", etc.] [alter: não registrado]</p>
<p>1890 ed. un. (1 v.)</p>	<p>Adolfo Coelho</p> <p>1890, p. 924</p>	<p>Outro, <i>ou-tro</i>, <i>adj.</i> Que é differente, distincto. Que não é o que está presente. (Lat. <i>alter</i>.) [alter: não registrado]</p>

<p>1890 1891 8ª ed. (2 v.)</p>	<p>Morais Silva</p> <p>1891, v. 2, p. 454</p>	<p>Outro, a, adj. determinativo, e pron. demonstr. e indef. (do Fr. <i>autre</i>; do Lat. <i>alter</i>; do Gr. <i>heteros</i>, em Attico <i>heteros</i>, outro) Não o mesmo, não idêntico; diverso, diferente, mudado: <i>v. g. não é este, é outro o livro. Paiv. S. 1. f. 76.</i> “dezejo que as cousas do mundo sejam <i>outras</i> do que são” “tão <i>outro</i> do que era em costumes”. <i>V. do Arc. 1. c. 6.</i> “muitos <i>outros</i> do que d’antes erão” <i>Vieir. 9. 13. i. é.</i> a respeito do ser, que antes eram, trocado, convertido, ou pervertido. § Não eu, mas alg. pessoa, seja quem fôr, não sendo eu. [...] § Melhor, superior: [...] § Mais um: [...] § Segundo; opp. a um, uma, etc.: [...] § Immediato, seguinte: [...] § <i>Outro</i>, junto aos pronomes <i>eu</i>, e <i>tu</i>, faz que estes não se variem a <i>mim</i>, e <i>ti</i> nas relações de pacientes; [...] § <i>Outro</i>, também indica de algum modo a semelhança, a igualdade de talentos, ou meritos: [...] [as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de exemplificações. As acepções que seguem são de expressões como “<i>outro tempo</i>”, “<i>outro dia</i>”, etc. No final há uma sinonímia comparada entre <i>outro</i> e <i>outrem</i>.] [alter: não registrado]</p>
<p>1899 1ª ed. (2 v.)</p>	<p>C. de Figueiredo</p> <p>1899, v. 2, p. 238</p>	<p>Outro, <i>adj.</i> diferente; distinto de uma coisa <i>ou</i> pessoa; Seguinte, restante. Que não está presente. Semelhante. Melhor. <i>Pl.</i> Outrem. A outra gente. (Do lat. <i>alter</i>) [alter: não registrado]</p>
<p>1913 2ª ed. [2010] reimp. (1 v.)</p>	<p>C. de Figueiredo</p> <p>1913, p. 1445</p>	<p>outro <i>adj.</i> Differente. Distinto de uma coisa <i>ou</i> pessoa; seguinte, restante; que não está presente; semelhante; melhor. <i>pl.</i> outrem; a outra gente. (Lat. <i>alter</i>) [alter: não registrado]</p>
<p>1925 2ª ed. (2 v.)</p>	<p>Caldas Aulete</p> <p>1925, v. 2, p. 438</p>	<p>Outro (<i>ô-tru</i>), <i>adj.</i> distinto de uma pessoa ou coisa especificada; diferente: Tens tu <i>outra</i> vontade. (José de Alencar.) No mesmo ponto ficou totalmente mudado em <i>outro</i> do que era. (Vieira.) <i>Outra</i> porta por baixo do centro da arcada. (R. da Silva.) Superior, maior, melhor: [...] Igual, segundo, idêntico, semelhante: O Cairo é uma <i>outra</i> Constantinopla; não há <i>outro</i> eu. Qualquer pessoa (sem ser a que fala): [...] Segundo (oppõe-se a um ou umas): [...] Mais um, segundo, terceiro, quarto, etc.: [...] Seguinte, imediato: [...] Restante: Os <i>outros</i> Deuses todos assentados... (Camões.) [...] F. lat. <i>Alter</i> [as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de exemplificações e citações autorizadas. As acepções suprimidas são de expressões como “<i>outro tempo</i>”, “<i>outro dia</i>”, etc.] [alter: não registrado]</p>
<p>1938 1ª ed. (1 v.)</p>	<p>Pequeno Dic. Brasileiro</p> <p>1938, p. 703</p>	<p>Outro, <i>pron.</i> Diverso do primeiro; diferente seguinte; mais um; restante; <i>pl.</i> a <i>outra</i> gente; <i>outrem</i>; – <i>que tal</i>: <i>outro</i> semelhante; quejando. [alter: não registrado]</p>

<p>1939 1944 [1954] 2ª ed. (4 v.)</p>	<p>Laudelino Freire</p> <p>1954, v. 4, p. 3746</p> <p>1954, v. 1, p. 442</p>	<p>OUTRO, adj. Lat. <i>alter</i>. Distinto de uma pessoa ou coisa especificada; diferente: [...] 2. Superior, maior, melhor: [...] 3. Igual, segundo, idêntico, semelhante: [...] 4. Que está em oposição: [...] 5. Mais algum ou alguns; novo, segundo: [...] 6. Seguente, imediato, ulterior: [...] 7. Restante: [...] 8. Junta-se aos pronomes pessoais <i>nós</i> e <i>vós</i> e ao adjetivos <i>êste</i>, <i>êsse</i>, <i>aquêle</i> para distinguir certo grupo de pessoas ou cousas: [...] OUTRO, pron. Qualquer pessoa ou coisa, distinta de outra pessoa ou coisa especificada: [...] 2. Opõe-se a <i>um</i> ou <i>uns</i>, <i>uma</i> ou <i>umas</i>: [...] OUTRO QUE TAL, adj. O mesmo que <i>outro tal</i>: [...] OUTROS, s. m. pl. Qualquer pessoa de um modo indeterminado; outrem, o próximo: [...] 2. Mais alguns: [...] OUTRO TAL, adj. Semelhante ou igual a outro do que já se falou. OUTRO TANTO, adj. <i>Pop.</i> Igual, parecido.</p> <p style="text-align: right;">[as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de exemplificações e citações autorizadas.]</p> <p>ALTERIDADE, s. f. Lat. <i>alter</i> + <i>dade</i>. Estado ou qualidade do que é outro, distinto, diferente: “Alguns gêmeos se parecem tanto, que só se distinguem pela <i>alteridade</i>”.</p> <p>ALTER-EGOÍSMO, s. m. Sentimento de simpatia sòmente para com pessoas nas mesmas condições de vida.</p>
<p>1948 1958 ed. un. (3. v.)</p>	<p>Artur Bivar</p> <p>1952, v. 2, p. 600</p>	<p>Outro, adj. e pron. indef. Um distinto do que está presente, do que falta ou é mencionado: <i>sigo outro rito; outro também virá de honrada fama</i>. Semelhante: <i>outro Aretimo fui</i>. Melhor: <i>essa é de outra laia; muito outro do que fora, vinha</i>. Mais um: <i>outra vez!</i> (5197).</p> <p style="text-align: right;">[alter: não registrado]</p>
<p>1949 1959 10ª ed. (12 v.)</p>	<p>Morais Silva</p> <p>1954, v. 7, p. 616</p> <p>1949, v. 1, p. 684</p>	<p>Outro, pron. ind. (do lat. <i>alteru</i>-). Distinto de uma pessoa ou coisa especificada; diferente: [...] Superior, maior, melhor: [...] Igual, segundo, idêntico, semelhante: [...] Que está em oposição: [...] Mais algum ou alguns; novo, segundo: [...] Seguente, imediato, ulterior: [...] Restante: [...] <i>Obs.</i> <i>Outro</i> junta-se aos pron. pess. <i>nós</i> e <i>vós</i> e aos pron. demonstr. <i>este</i>, <i>esse</i>, <i>aquêle</i>, para distinguir certo grupo de pessoas ou coisas: [...] [as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de citações e exemplificações. As acepções que seguem são de expressões como “<i>outro tempo</i>”, “<i>outro dia</i>”, etc.</p> <p>Alteridade, s. f. (de <i>alter</i>). Facto de ser outro. Estado ou qualidade do que é outro, distinto, diferente. Negação da identidade numérica ou pessoal.</p>

		<p> <i>Filos.</i> Na Filosofia escolástica, o facto ou a qualidade de uma coisa ser diferente de outra. Opõe-se-lhe a <i>identidade</i>.</p> <p> Na linguagem filosófica corrente, significa objectividade, mundo exterior, não-eu. Neste sentido, opõe-se à <i>subjectividade</i>.</p> <p>Alter-egoísmo, <i>s. m.</i> Sentimento de simpatia sòmente para com pessoas nas mesmas condições de vida.</p>
1951 9ª ed. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro 1951, p. 884	Outro , <i>adj.</i> Diverso do primeiro; diferente seguinte; mais um; restante; – <i>que tal</i> : outro semelhante; quejando; – <i>s pron. pl.</i> outra gente; <i>outrem</i> ; [alter: não registrado]
1961 1967 1ª ed. (4 v.)	A. Nascentes ABL 1961, v. 3, p. 290	outro , <i>a.</i> (‘otru, a) <i>Adj.</i> Diferente, distinto de coisa ou pessoa. Seguinte, restante. (Do latim <i>alteru</i>). [alter: não registrado]
1964 11ª ed. [1967] reimp. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro 1967, p. 878	Outro , <i>adj.</i> Diverso do primeiro; diferente seguinte; mais um; restante; – <i>que tal</i> : outro semelhante; quejando; – <i>s pron. pl.</i> outra gente; <i>outrem</i> ; [alter: não registrado]
1974 3ª ed. br. (5 v.)	Caldas Aulete 1974, v. 2, p. 1392	OUTRO , <i>adj.</i> distinto de uma pessoa ou coisa especificada; diferente: Tens tu <i>outra</i> vontade. (José de Alencar.) No mesmo ponto ficou totalmente mudado em <i>outro</i> do que era. (Vieira.) <i>Outra</i> porta por baixo do centro da arcada. (R. da Silva.) Superior, maior, melhor: [...] Igual, segundo, idêntico, semelhante: O Cairo é uma <i>outra</i> Constantinopla; não há <i>outro</i> eu. Qualquer pessoa (sem ser a que fala): [...] Segundo (opõe-se a um ou uns, uma ou umas): [...] Mais um, segundo, terceiro, quarto, etc.: [...] Seguinte, imediato: [...] Restante: Os <i>outros</i> Deuses todos assentados... (Camões.) [...] F. lat. <i>Alter</i> [as partes suprimidas, indicadas por [...], são apenas de exemplificações e citações autorizadas. As acepções suprimidas são de expressões como “ <i>outro tempo</i> ”, “ <i>outro dia</i> ”, etc.] [alter: não registrado]

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

APÊNDICE D

REGISTROS DE *IDENTIDADE* NA LEXICOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ano	Obra/autor	Registro
<i>Lexicografia Latinoportuguesa</i>		
1562	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1570	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1608	Antônio Velez	[não registrado]
1611	Agostinho Barbosa	[não registrado]
1621	Amaro de Roboredo	[não registrado]
1634	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 1. ed.)	Identitas, atis, <i>A identidade, ou ser o mesmo.</i> [obra não acessada diretamente, ver nota 10]
1647	Bento Pereira (<i>Thesouro</i> , 1. ed.)	[não registrado]
1653	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 2. ed., p. 121)	Identitas, atis, <i>A identidade, ou ser o mesmo. p. b.</i>
1680	Antônio Velez	[não registrado]
1694	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1697	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 7. ed., p. 318)	Identitas, atis, f. g. <i>A identidade, o ser o mesmo. 1.3.b.Ircr.l. Phil.</i>
1713	Raphael Bluteau (v. 4, p. 29)	IDENTIDADE (Termo Philosophico) Theologico, &c. Calidade, com que duas cousas são da mesma natureza, ou huma mesma cousa com outra. V. G. As agoas de dous rios misturados fazem hum só Rio. A alma racional unida cõ o corpo humano faz hum só homem. Nas tres pessoas divinas há identidade de natureza. <i>Duarum aut plurimum rerum natura una, eademque.</i> A imitação, diz semelhança, & não <i>Identidade</i> . João Soares, &c. Apologia de Camoens, pag. 8. verso. Esta uniaõ se define pella <i>Identidade</i> . Varella, Num.Vocal, pag. 560.
1744	Antônio Velez	[não registrado]
<i>Lexicografia Clássica</i>		
1783	Bernardo Bacellar (p. 401)	<i>Idênti-co, dade, fica-r, ção, do</i> ; O mesmo sem diversidade.
1789	Morais Silva (1. ed. v. 2, p. 690)	IDENTIDADE, s. f. Logico; qualidade de ser a mesma coisa, e não diversa: rejeitar-se os embargos <i>pela identidade da matéria</i> , ou por não contèrem materia nova, mas o mesmo que já se expòs: nas 3 pessoas Divinas <i>ha identidade de natureza</i> .
1806	<i>anônimo</i> (s/p.)	Identidade, s. f. Qualidade de identico, de ser o mesmo.
1813	Morais Silva (2. ed. v. 2, p. 126)	IDENTIDADE, s. f. t. Logico. Qualidade de ser a mesma coisa, e não diversa: rejeitar-se os embargos <i>pela identidade da materia</i> , ou por não contèrem materia nova, mas o mesmo que já se expòz. Nas 3. Pessoas Divinas <i>ha identidade de natureza</i> .
1823	Morais Silva (3. ed. v. 2, p. 64)	IDENTIDADE, s. f. t. Logico. Qualidade de ser a mesma coisa, e não diversa: rejeitar-se os embargos <i>pela identidade da materia</i> , ou por não

		contêm materia nova, mas o mesmo que já se expòz. Nas 3. Pessoas Divinas <i>ha</i> identidade <i>de natureza</i> .
1829	José da Fonseca (p. 384)	[não registrado]
1831	Morais Silva (4. ed. v. 2, p. 132)	IDENTIDADE, s. f. t. Logico. Qualidade de ser a mesma coisa, e não diversa: rejeitar-se os embargos <i>pela</i> identidade <i>da materia</i> , ou por não contêm materia nova, mas o mesmo que já se expòz. Nas 3. Pessoas Divinas <i>ha</i> identidade <i>de natureza</i> .
1836	Solano Constâncio (p. 610)	IDENTIDADE, s. (Lat. <i>identitas, tis</i>), o ser o mesmo.
1848	Roquete; Fonseca (p. 587)	Identidade, s. f. a qualidade de ser identico.
1849	Eduardo de Faria (1. ed. v. 3, p. 113)	IDENTIDADE, s. f. o ser o mesmo.
1858	Morais Silva (6. ed. v. 2, p. 160)	IDENTIDADE , s. f. t. (do Fr. <i>identité</i> ; do Lat. <i>idem</i> , o mesmo) t. logico; Qualidade de ser a mesma cousa, e não diversa; de ser identico: v. g. <i>rejeitar-se os embargos pela</i> identidade <i>da materia</i> , ou por não contêm materia nova, mas o mesmo que já se expòz. Nas tres pessoas Divinas <i>ha</i> identidade <i>de natureza</i> . § t. forense. Reconhecimento, verificação de pessoa.
1858	Martins Dantas (p. 398)	IDENTIDADE , s. f. o ser idêntico, a.
1858	Faria; Lacerda (4. ed. v. 2, p. 42)	IDENTIDADE , s. f. (Lat. <i>identitas, tis</i>) o ser o mesmo: — (jurid.) verificação especial da cousa vencida ou contractada.
1859	Eduardo de Faria (4. ed. v. 2, p. 378)	Identidade , s. f. (Lat. <i>identitas, tis</i>) o ser o mesmo. Identidade , (jurid.) verificação especial da cousa vencida ou contratada, circumstancia que é necessário provar tanto em o projecto de execução de contrato, como em caso de reivindicação. Justifica-se a identidade provando a qualidade, quantidade ou peso de uma fazenda, ou os accidentes que possam demonstrar-se mesmo por conjecturas, quando por inspecção ocular do juiz não póde conhecer-se. Uma pequena diferença de peso n'uma quantidade conderável de fazendas não é cousa digna de attender-se como exclusão da identidade da fazenda em si. A prova da identidade é tão rigorosa, que quer na acção <i>redhibitoria</i> , quer na <i>reivindicação</i> , qualquer exceção exclue o autor. Para estabelecer a identidade não basta o simples reconhecimento das notas ou marcas que se costumam pôr nas fazendas identicas, principalmente tratando-se de pessoas suspeitas, e avezadas a alterar as marcas para dar maior crédito ás suas mercadorias. Prova-se a identidade quando, além dos signaes e marcas, consta da correspondencia, contas e facturas dos negociantes a transmissão e entrega segundo ellas. Todo o que prova variação de fazendas o se oppõe á sua identidade, fazendo-se autor da exceção, deve prová-la concludentemente. No contrato de seguro, em caso de sinistro, é necessaria a prova rigorosa da identidade do risco, do navio em genero e especie, e da viagem segurada. Qualquér acção que possa introduzir-se para não fazer esta prova é sufficiente para annullar o contrato. (<i>F. Borges.</i>)
1878	Morais Silva (7. ed. v. 2, p. 136)	Identidade , s. f. t. (do Fr. <i>identité</i> ; do Lat. <i>idem</i> , o mesmo) t. logico; Qualidade de ser a mesma cousa, e não diversa; de ser identico: v. g. <i>rejeitar-se os embargos pela</i> identidade <i>da materia</i> , ou por não

		contêm materia nova, mas o mesmo que já se expôz. Nas tres pessoas Divinas <i>ha identidade de natureza</i> . § t. forens. Reconhecimento, verificação de pessoa.
Lexicografia Moderna		
1871 1874 ed. un. (5 v.)	Domingos Vieira 1873, v. 3, p. 1006	IDENTIDADE , <i>s. f.</i> (Do latim <i>identitatem</i>). Paridade, igualdade, qualidade do que é idêntico. — Similhança, parecença. — Termo de philosophia. Consciência de si mesmo, certeza do que se tem experimentado. — <i>Systema da identidade</i> ; doutrina sustentada por Schelling, philosopho alemão, na qual todos os objetos existentes são considerados sob o ponto de vista de identidade, ou da unidade da existência. — Identidade <i>de pessoa</i> ; ficção de direito, em virtude da qual o herdeiro e o testador se consideram como uma mesma pessoa, quanto ás acções ativas e passivas. — Reconhecimento judicial de uma pessoa morta ou viva, necessario para se proceder com a precisão e clareza devidas. — Identidade <i>de razão</i> ; apprehensão do entendimento, que pretende que uma cousa seja igual a outra, com quanto seja realmente differente.
1881 1ª ed. (2 v.)	Caldas Aulete 1881, v. 1, p. 917	Identidade (i-den-ti-dá-de), <i>s. f.</i> qualidade que uma coisa ou pessoa tem de ser perfeitamente igual a outra ou outras; paridade absoluta: A identidade de duas theorias. Verificar ou reconhecer a <i>identidade</i> de uma pessoa ou de um cadaver, certificar que essa pessoa ou esse cadaver é o mesmo de que se trata e não outro. <i>Identidade</i> pessoal, persistencia da consciencia que um individuo tem de si mesmo; consciencia que uma pessoa tem de si. (Alg.) Especie de equação ou de egualdade, cujos membros são identicamente os mesmos, ou egualdade que se verifica para todos os valores da incognita. F. lat. <i>Identitas</i> .
1890 ed. un. (1 v.)	Adolfo Coelho 1890, p. 736	Identidade, i-den-ti-dá-de, <i>s. f.</i> Qualidade do que é idêntico. <i>T. alg.</i> Equação cujos membros são identicos. (Lat. <i>identitate</i> .)
1890 1891 8ª ed. (2 v.)	Morais Silva 1891, v. 2, p. 149	Identidade , <i>s. f.</i> (do Fr. <i>identité</i> , do Lat. <i>idem</i> , o mesmo) (t. logico.). Qualidade de ser a mesma cousa, e não diversa, ou de ser perfeitamente igual a outra; paridade absoluta, identica. <i>v. g. rejeitar os embargos pela identidade da materia</i> , ou por não conterem materia nova, mas o mesmo que já se expôz. Nas tres pessoas Divinas <i>ha identidade de natureza</i> . § (t. forens.) Reconhecimento, verificação de pessoa, ou de cadaver.
1899 1ª ed. (2 v.)	C. de Figueiredo 1899, v. 1, p. 723	Identidade , <i>s.</i> qualidade daquillo que é idêntico; qualidade de uma coisa que é o mesmo que outra; qualidade de duas <i>ou</i> mais coisas que fazem uma só; circunstância de que um individuo é o mesmo que se pretende <i>ou</i> que se presume sêr; circunstância de que um cadáver <i>ou</i> um esqueleto é o de determinado individuo; equação algébrica, em que os dois membros são identicamente os mesmos; consciência de si próprio. (Lat. <i>identitas</i> , de <i>idem</i>).
1913	C. de Figueiredo	identidade <i>s.</i> Qualidade daquillo que é idêntico. Qualidade de uma coisa, que é o mesmo que outra. Qualidade de duas <i>ou</i> mais coisas que

2ª ed. [2010] reimp. (1 v.)	1913, p. 1049	fazem uma só. Circunstância de que um indivíduo é o mesmo que se pretende <i>ou</i> que se presume sêr. Circunstância de que um cadáver <i>ou</i> um esqueleto é o de determinado indivíduo. Equação algébrica, em que os dois membros são identicamente os mesmos. Consciência de si próprio. (Lat. <i>identitas</i>)
1925 2ª ed. (2 v.)	Caldas Aulete 1925, v. 2, p. 04	Identidade (i-den-ti-dá-de), <i>s. f.</i> qualidade que uma coisa ou pessoa tem de ser perfeitamente igual a outra ou outras; paridade absoluta: A identidade de duas theorias. Verificar ou reconhecer a <i>identidade</i> de uma pessoa ou de um cadaver, certificar que essa pessoa ou esse cadaver é o mesmo de que se trata e não outro. <i>Identidade</i> pessoal, persistencia da consciencia que um individuo tem de si mesmo; consciencia que uma pessoa tem de si. (Alg.) Espécie de equação ou de igualdade, cujos membros são identicamente os mesmos, ou igualdade que se verifica para todos os valores da incognita. Bilhete de <i>identidade</i> , cartão em que está o nome e ás vezes signaes característicos do seu portador, e serve para sua identificação. F. lat. <i>Identitas</i> .
1938 1ª ed. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro 1938, p. 503	Identidade , <i>n. f.</i> Qualidade de <i>idêntico</i> ; reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio; equação algébrica cujos membros são <i>idênticos</i> .
1939 1944 [1954] 2ª ed. (4 v.)	Laudelino Freire 1954, v. 3, p. 2892	IDENTIDADE , <i>s. f.</i> Lat. <i>identitas; identitatem</i> . Qualidade que uma cousa ou pessoa tem de ser perfeitamente igual a outra ou outras; paridade absoluta. 2. Reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio. 3. <i>Alg.</i> Espécie de equação ou de igualdade, cujos membros são idênticamente os mesmos, ou igualdade que se verifica para todos os valores da incógnita. IDENTIDADE PESSOAL , <i>s. f.</i> Persistência da consciência que um indivíduo tem de si mesmo; consciência que uma pessoa tem de si.
1948 1958 ed. un. (3. v.)	Artur Bivar 1952, v. 2, p. 90	Identidade , <i>s. f.</i> Qualidade daquilo que é idêntico; paridade absoluta (112). <i>Alg.</i> Espécie de equação ou de igualdade cujos membros são identicamente os mesmos, ou igualdade que se verifica para todos os valores da incógnita (4309).
1949 1959 10ª ed. (12 v.)	Morais Silva 1953, v. 5, p. 820	Identidade , <i>s. f.</i> (do lat. <i>identitate</i> -). Carácter, qualidade do que é idêntico, igualdade: “entre nós dois há <i>identidade</i> de sentimentos e de gostos”. Consciência que uma pessoa tem de si própria. O facto de uma coisa ser ela mesma e não outra, de ser autêntica, de não haver substituição: “Queira o sr. Bártolo estalar a fechadura da caixa, para verificar a <i>identidade</i> dos objectos”, Camilo, <i>Agulha em Palheiro</i> , 16, 197. Conjunto de elementos que permitem saber quem uma pessoa é: “desconheço a <i>identidade</i> deste indivíduo”; “E esta recordação outra força que te dou da minha <i>identidade</i> ”, Arnaldo Gama, <i>O Segredo do Abade</i> , cap. 3, 61; “Não será muito difícil esquadrihar a <i>identidade</i> desta actriz...”, Alberto Pimentel, <i>Torturado de Seide</i> , 48. Em particular, documento ou documentos que permitem ao portador provar quem ele é: “mostrou o bilhete de <i>identidade</i> , e o retrato nele colado disse tudo, sem a mínima dúvida”.
1951 9ª ed.	Pequeno Dic. Brasileiro	Identidade , <i>s. f.</i> Qualidade de <i>idêntico</i> ; reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio.

(1 v.)	1951, p. 658	
1961 1967 1ª ed. (4 v.)	A. Nascentes ABL 1961, v. 2, p. 518	identidade. (ideti'dadi) S. f. Qualidade de idêntico. Acôrdo íntimo: Há <i>identidade</i> entre o vício e o crime. Conjunto de dados que fazem com que alguém seja determinada pessoa: Não receberás o vale sem provar tua <i>identidade</i> . (Mat.) Igualdade cujos membros são idênticos. (Do v. latim <i>identitate</i>).
1964 11ª ed. [1967] reimp. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro 1967, p. 651	Identidade, s. f. Qualidade de <i>idêntico</i> ; Conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa, tais como o nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc.; reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio; (Mat.) igualdade que contém letras e é satisfeita para quaisquer valores dessas letras.
1974 3ª ed. br. (5 v.)	Caldas Aulete 1974, v. 3, p. 1895	IDENTIDADE, s. f. qualidade que uma coisa ou pessoa tem de ser perfeitamente igual a outra ou outras; paridade absoluta: A <i>identidade</i> de duas teorias; Não pode haver ligação de almas onde não exista <i>identidade</i> de idéias, de crenças e de costumes. (Eça, <i>Cartas Familiares</i> , p. 97, ed. 1913.) <i>Verificar</i> ou <i>reconhecer</i> a <i>identidade</i> de uma pessoa ou de um cadáver, certificar que essa pessoa ou esse cadáver é o mesmo de que se trata e não outro. <i>Identidade pessoal</i> , persistência da consciência que um indivíduo tem de si mesmo; consciência que uma pessoa tem de si. (Mat.) Espécie de equação ou de igualdade, cujos membros são identicamente os mesmos, ou igualdade que se verifica para todos os valores da incógnita; equação idêntica. <i>Bilhete de identidade</i> (Port.), ou <i>carteira de identidade</i> (Bras.), cartão em que está o nome e às vezes sinais característicos do seu portador, e serve para sua identificação. F. lat. <i>Identitas</i> .

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

APÊNDICE E

REGISTROS DE *IDÊNTICO* NA LEXICOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ano	Obra/autor	Registro
<i>Lexicografia Latinoportuguesa</i>		
1562	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1570	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1608	Antônio Velez	[não registrado]
1611	Agostinho Barbosa	[não registrado]
1621	Amaro de Roboredo	[não registrado]
1634	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 1. ed.)	[não registrado] [obra não acessada diretamente, ver nota 10]
1647	Bento Pereira (<i>Thesouro</i> , 1. ed.)	[não registrado]
1653	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 2. ed.)	[não registrado]
1680	Antônio Velez	[não registrado]
1694	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1697	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 7. ed., p. 318)	Identicus, a, um. <i>Cousa a mesma, sem diversidade. 1.p.b. Phil.</i>
1713	Raphael Bluteau (v. 4, p. 29)	IDENTICO. identico (Termo Logico) Proposição identica, he a que he a mesma que outra. Estas proposiçoens que parecem diversas, são identicas. <i>Hae propositiones, quae diversae videntur, sunc eadem, ou sunt una, eademque propositio.</i> No idioma Hebraico são <i>identicos</i> os nomes de Casto, & de Santo. Varella, Num.Vocal, pag. 560. Escrever livros <i>identicos</i> repizando argumentos. Chrysol Purificat. II. O mesmo caso em termos <i>identicos</i> succedeeo &c. Curvo, observac. 453.
1744	Antônio Velez	[não registrado]
<i>Lexicografia Clássica</i>		
1783	Bernardo Bacellar (p. 401)	<i>Idênti-co, dade, fica-r, ção, do</i> ; O mesmo sem diversidade.
1789	Morais Silva (1. ed. v. 2, p. 690)	IDÊNTICO, adj. Logico v. g. <i>, proposição identica, i. e.</i> que he a mesma, e não diversa de outra; <i>escrever livros identicos, i. e.</i> que dizem o mesmo que outro, sem novidade, nem variedade. <i>Prov. da Ded. Cron. fol. 297. ordens identicas ás que ficão referidas, i. e.</i> conformes em tudo ás mesmas.
1806	<i>anônimo</i> (s/p.)	Identico, adj. Que he o mesmo, que naõ he diverso, que diz o mesmo.
1813	Morais Silva (2. ed. v. 2, p.)	IDÊNTICO, adj. t. Logico: v. g. <i>proposição identica</i> ; i. é, que é a mesma, e não diversa de outra: <i>escrever livros identicos</i> ; i. é, que dizem o mesmo que outro, sem novidade, nem variedade. <i>Prov. da Ded. Cron. fol. 297. ordens identicas ás que ficão referidas</i> ; i. é, conformes em tudo ás mesmas.
1823	Morais Silva (3. ed. v. 2, p. 64)	IDÊNTICO, adj. t. Logico: v. g. <i>proposição identica</i> ; i. é, que é a mesma, e não diversa de outra: <i>escrever livros identicos</i> ; i. é, que dizem o mesmo que outro, sem novidade, nem variedade. <i>Prov. da</i>

		<i>Ded. Cron. fol. 297. ordens identicas ás que ficão referidas; i. é, conformes em tudo ás mesmas.</i>
		IDENTICAMENTE. adv. Com identidade, de modo identico. “Tão uniforme os seus ditames, e tão <i>identicamente</i> os mesmos” <i>Vieira. Serm. 8. 149.</i> sem a minima differença, ou discrepancia.
1829	José da Fonseca (p. 384)	IDENTICO, <i>adj.</i> o mesmo. IDENTICAMENTE, <i>adv.</i> de modo identico.
1831	Morais Silva (4. ed. v. 2, p. 132)	IDÊNTICO, <i>adj.</i> t. Logic. v. g. <i>proposição identica</i> ; i. é, que é a mesma, e não diversa de outra: <i>escrever livros identicos</i> ; que dizem o mesmo que outro, sem novidade, nem variedade. <i>Prov. da Ded. Cronolog. fol. 297. ordens identicas ás que ficão referidas; i. é, conformes em tudo ás mesmas.</i> IDENTICAMENTE. adv. Com identidade, de modo identico. “Tão uniforme os seus ditames, e tão <i>identicamente</i> os mesmos” <i>Vieira. Serm. 8. 149.</i> sem a minima differença, ou discrepancia.
1836	Solano Constâncio (p. 610)	IDENTICO, A <i>adj.</i> (Fr. <i>identique</i> , do Lat. <i>idem</i> , o mesmo), o mesmo. IDENTICAMENTE, <i>adv.</i> (<i>mente suff.</i>), de modo identico.
1848	Roquete; Fonseca (p. 587)	Identico, a, <i>adj.</i> o mesmo. — <i>amente, adv.</i> de modo identico.
1849	Eduardo de Faria (1. ed. v. 3, p. 113)	IDENTICO, A, <i>adj.</i> o mesmo. IDENTICAMENTE, <i>adv.</i> de modo identico.
1858	Morais Silva (6. ed. v. 2, p. 160)	IDÊNTICO, A, <i>adj.</i> (do Fr. <i>identique</i> ; do Lat. <i>idem</i> , o mesmo) t. logic. O mesmo: v. g. <i>proposição identica</i> ; i. é, que é a mesma, e não diversa de outra: <i>escrever livros identicos</i> ; que dizem o mesmo que outro, sem novidade, nem variedade. <i>Prov. de Ded. Chron. f. 297. ordens identicas ás que ficam referidas; i. é, conformes, em tudo as mesmas.</i> IDENTICAMENTE. adv. Com identidade, de modo identico; sem a minima differença, ou discrepancia. “tão uniforme os seus ditames, e tão <i>identicamente</i> os mesmos” <i>Vieira. Serm. 8. 149.</i>
1858	Martins Dantas (p. 398)	IDÊNTICO, A, <i>adj.</i> o, a mesmo, a.
1858	Faria; Lacerda (4. ed. v. 2, p. 42)	IDÊNTICO, A, <i>adj.</i> (Fr. <i>identique</i> , do lat. <i>idem</i> , o mesmo) o mesmo.
1859	Eduardo de Faria (4. ed. v. 2, p. 378)	Idêntico, a, <i>adj.</i> (Fr. <i>identique</i> , do lat. <i>idem</i> , o mesmo) o mesmo. Identicamente, <i>adv.</i> (<i>mente, suff.</i>) de modo identico.
1878	Morais Silva (7. ed. v. 2, p. 136)	Idêntico, a, <i>adj.</i> (do Fr. <i>identique</i> ; do Lat. <i>idem</i> , o mesmo) t. logic. O mesmo: v. g. <i>proposição identica</i> ; i. é, que é a mesma, e não diversa de outra: <i>escrever livros identicos</i> ; que dizem o mesmo que outro, sem novidade, nem variedade. <i>Prov. da Ded. Chron. f. 297. ordens identicas às que ficam referidas; i. é, conformes, em tudo as mesmas.</i> Idênticamente. adv. Com identidade, de modo identico; sem a minima differença, ou discrepância: “tão uniforme os seus ditames, e tão <i>identicamente</i> os mesmos” <i>Vieir. 17. 149.</i>
Lexicografia Moderna		
1871 1874	Domingos Vieira	IDENTICO, <i>adj.</i> (Do latim <i>identicus</i>). Igual. — Termo de mathematica. — <i>Equação</i> identica; aquella cujos dous membros contém as mesmas quantidades, sob a mesma forma, ou sob formas differentes.

ed. un. (5 v.)	1973, v. 3, p. 1006	— Termo de mineralogia. — <i>Ângulos</i> idênticos; os de um crystal, quando tem os lados respectivamente os mesmos, constando do mesmo numero de grãos, e formando parte de angulos solidos e iguaes. — <i>Cal</i> identica; variedade de cal carbonatada. IDENTICAMENTE , <i>adv.</i> (De identico, com o suffixo “mente”). Iguamente, essencialmente, analogo ou igual.
1881 1ª ed. (2 v.)	Caldas Aulete 1881, v. 1, p. 917	Identico (<i>i-den-ti-ku</i>), <i>adj.</i> que se apresenta perfeitamente igual a outro ou outros. Que é comprehendido sob uma mesma idéa. Semelhante, analogo, da mesma natureza que um outro: Em 1310, governando D. Diniz, a peste talvez nascida de causas <i>identicas</i> invadiu alguns districtos. (R. da Silva.) Proposição <i>identica</i> , aquella cujo attributo é implicita ou explicitamente <i>identico</i> ao sujeito. (Math.) Equação <i>identica</i> , o mesmo que identidade. F. lat. <i>Identicus</i> . Identicamente (<i>i-den-ti-ka-men-te</i>), <i>adv.</i> de modo identico, sem a minima differença. F. <i>Identico</i> + <i>mente</i> .
1890 ed. un. (1 v.)	Adolfo Coelho 1890, p. 736	Identico, <i>i-dên-ti-ko</i> , <i>adj.</i> Que é inteiramente igual a outro ou outros. <i>T. mech.</i> Equação — a: vid. Identidade. (Lat. <i>identicus</i> .) Identicamente, <i>i-dên-ti-ka-mên-te</i> , <i>adv.</i> De modo identico. (<i>Identico</i> , suf. <i>mente</i> .)
1890 1891 8ª ed. (2 v.)	Morais Silva 1891, v. 2, p. 149	Idêntico, a , <i>adj.</i> (do Fr. <i>identique</i> ; do Lat. <i>idem</i> , o mesmo) (t. logic.) O mesmo, ou perfeitamente igual a outro. § Proposição <i>identica</i> ; a mesma, e não diversa de outra: <i>escrever livros identicos</i> ; que dizem o mesmo que outro, sem novidade, nem variedade. <i>Prov. da Ded. Chron. f. 297. ordens identicas ás que ficam referidas</i> ; i. é, conformes, em tudo as mesmas. § Semelhante, analogo; da mesma natureza que outra: <i>causas identicas</i> . Idênticamênte , <i>adv.</i> Com identidade, de modo identico; sem a minima differença, ou discrepancia: “tão uniforme os seus ditames, e tão <i>identicamente</i> , os mesmos” <i>Vieir.</i> 17. 149.
1899 1ª ed. (2 v.)	C. de Figueiredo 1899, v. 1, p. 723	Idêntico <i>adj.</i> que é o mesmo que outro <i>ou</i> outros; perfeitamente igual; consubstanciado; análogo. (Do rad. de <i>identidade</i>) Identicamente , <i>adv.</i> de modo, <i>idêntico</i> ; semelhantemente.
1913 2ª ed. [2010] reimp. (1 v.)	C. de Figueiredo 1913, p. 1049	idêntico <i>adj.</i> Que é o mesmo que outro <i>ou</i> outros. Perfeitamente igual. Consubstanciado. Análogo. (Do rad. de <i>identidade</i>) identicamente <i>adv.</i> De modo idêntico; semelhantemente.
1925 2ª ed. (2 v.)	Caldas Aulete 1925, v. 2, p. 04	Identico (<i>i-den-ti-ku</i>), <i>adj.</i> que se apresenta perfeitamente igual a outro ou outros. Que é comprehendido sob uma mesma idéa. Semelhante, analogo, da mesma natureza que um outro: Em 1310, governando D. Diniz, a peste talvez nascida de causas <i>identicas</i> invadiu alguns districtos. (R. da Silva.) Proposição <i>identica</i> , aquella cujo attributo é implicita ou explicitamente <i>identico</i> ao sujeito. (Math.) Equação <i>identica</i> , o mesmo que identidade. F. lat. <i>Identicus</i> .

		Identicamente (i-den-ti-ka-men-te), <i>adv.</i> de modo idêntico, sem a mínima diferença. F. <i>Identico + mente</i> .
1938 1ª ed. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro 1938, p. 503	Idêntico , <i>adj.</i> Perfeitamente igual; semelhante; análogo; consubstanciado. [<i>identicamente</i> : não registrado]
1939 1944 [1954] 2ª ed. (4 v.)	Laudelino Freire 1954, v. 3, p. 2892	IDÊNTICO , <i>adj.</i> Lat. <i>identicus</i> . Que se apresenta perfeitamente igual a outro ou outros. 2. Que é compreendido sob uma mesma idéia. 3. Semelhante, análogo, da mesma natureza que um outro. 4. Diz-se da proposição cujo atributo é implícita ou explicitamente idêntico ao sujeito. IDENTICAMENTE , <i>adv.</i> De <i>idêntico + mente</i> . De modo idêntico; semelhantemente.
1948 1958 ed. un. (3. v.)	Artur Bivar 1952, v. 2, p. 90	Idêntico , <i>adj.</i> Que é o mesmo que o outro; perfeitamente igual; análogo (112-113-115) Identicamente , <i>adv.</i> De forma idêntica, sem a mínima diferença (112).
1949 1959 10ª ed. (12 v.)	Morais Silva 1953, v. 5, p. 819	Idêntico , <i>adj.</i> (do lat. esc. <i>identicu-</i>). Cujas natureza não muda; que se conserva sempre igual a si mesmo no <i>pr.</i> e no <i>fig.</i> : “Voltei ao quarto: tudo lá repousava tranquilo, <i>idêntico</i> , real”, Eça de Queirós, <i>O Mandarim</i> , cap. I, 28. Que é igual a outro; que não tem diferença alguma de outro: “estes dois espelhos são <i>idênticos</i> ”, “...ao reparar noutros que encontrava e com <i>idênticos</i> fins ali tinham ido...”, Tomás de Figueiredo, <i>Nó Cego</i> , 187. Que se encerra dentro da mesma ideia que outra coisa, apesar da divergência de forma; similar, quanto ao resultado: “Estas duas propostas, no fundo, são <i>idênticas</i> ”; “É que os sentimentos da alma, contrários e repugnantes, excitam na matéria sensações <i>idênticas</i> ”, Camilo, <i>Mistérios de Lisboa</i> , II, 3, 4, 30. Semelhante, análogo, da mesma natureza que outro: “O zelo dos padres, escrevendo a vida penitente e heróica de alguns santos, foi despertado por <i>idênticas</i> reflexões”, Castilho, <i>Fastos</i> , I, XII; “Calisto abriu outro livro da mesma idade, escrito por <i>idêntico</i> motivo, para averiguar se o autor...”, Camilo, <i>Queda de um Anjo</i> , cap. 4, 30. Diz-se da proposição cujo atributo é implícita ou explicitamente o mesmo que o sujeito. Idênticamente , <i>adv.</i> (de <i>idêntico</i>). De modo idêntico; da mesma maneira: “As duas irmãs vestiam, e pensavam <i>identicamente</i> ”.
1951 9ª ed. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro 1951, p. 658	Idêntico , <i>adj.</i> Perfeitamente igual; semelhante; análogo; consubstanciado. [<i>identicamente</i> : não registrado]
1961 1967 1ª ed. (4 v.)	A. Nascentes ABL 1961, v. 2, p. 518	idêntico , a. (idetiku, a) <i>Adj.</i> Perfeitamente igual, absolutamente o mesmo, o que não se pode distinguir de outro. (Do latim escolástico <i>identicu</i> , calcado em <i>idem</i> , mesmo). [<i>identicamente</i> : não registrado]

<p>1964 11ª ed. [1967] reimp. (1 v.)</p>	<p>Pequeno Dic. Brasileiro 1967, p. 651</p>	<p>Idêntico, <i>adj.</i> Perfeitamente igual; semelhante; análogo; consubstanciado. [<i>identicamente</i>: não registrado]</p>
<p>1974 3ª ed. br. (5 v.)</p>	<p>Caldas Aulete 1974, v. 3, p. 1014</p>	<p>IDÊNTICO <i>adj.</i> que se apresenta perfeitamente igual a outro ou outros. Que é compreendido sob uma mesma idéia. Semelhante, análogo, da mesma natureza que um outro: Em 1310, governando D. Diniz, a peste talvez nascida de causas <i>idênticas</i> invadiu alguns distritos. (R. da Silva.) <i>Proposição idêntica</i>, aquela cujo atributo é implícita ou explicitamente <i>idêntico</i> ao sujeito. (Math.) <i>Equação idêntica</i>, o mesmo que identidade. F. lat. <i>Identicus</i>.</p> <p>IDENTICAMENTE <i>adv.</i> de modo idêntico, sem a mínima diferença.</p>

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

APÊNDICE F

REGISTROS DE *IDENTIFICAR* NA LEXICOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ano	Obra/autor	Registro
Lexicografia Latinoportuguesa		
1562	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1570	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1608	Antônio Velez	[não registrado]
1611	Agostinho Barbosa	[não registrado]
1621	Amaro de Roboredo	[não registrado]
1634	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 1. ed.)	[não registrado] [obra não acessada diretamente, ver nota 10]
1647	Bento Pereira (<i>Thesouro</i> , 1. ed.)	[não registrado]
1653	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 2. ed.)	[não registrado]
1680	Antônio Velez	[não registrado]
1694	Jerônimo Cardoso	[não registrado]
1697	Bento Pereira (<i>Prosódia</i> , 7. ed.)	[não registrado]
1713	Raphael Bluteau (v. 4, p. 29)	IDENTIFICAR. Fazer de duas, ou mais cousas huma. <i>Duo, Vel plura inter se ita copulare, ut unum idemque sunt. Ex duobus, vel ex pluribus unum constare. Vid.</i> Identidade. Sendo o amor hũ ser, lho <i>idētifica</i> . Barret. Prat. entre Democ. & Hecl. pag. 14. As pessoas Divinas se unem todas (naõ fallo bem) porque se <i>identificaõ</i> todas em huma só essecia. Vieira. Tom. 9. pag. 100.
1744	Antônio Velez	[não registrado]
Lexicografia Clássica		
1783	Bernardo Bacellar (p. 401)	<i>Idênti-co, dade, fica-r, ção, do</i> ; O mesmo sem diversidade.
1789	Morais Silva (1. ed. v. 2, p. 690)	IDENTIFICAR, v. at. fazer de duas, ou mais coisas, huma só, e a mesma. <i>Barreto Prat. ,, sendo o amor hum ser lho identifica f. 14, Vieira ,, as pessoas Divinas se unem todas (não fallo bem) se identificação todas em huma só essencia ,, t. 9. f. 100.</i>
		IDENTIFICADO, part. pass. de identificar. <i>Vieira 4. n. 12.</i>
1806	<i>anônimo</i> (<i>s/p.</i>)	Identificar, v. a. Fazer de duas, ou mais cousas huma só, e a mesma, cousa.
1813	Morais Silva (2. ed. v. 2, p. 127)	IDENTIFICÁR, v. at. fazer de duas, ou mais coisas, uma só, e a mesma. <i>Barreto Prat. f. 14. sendo o amor hum ser lho identifica. Vieira. as pessoas Divinas se unem todas (não fallo bem) se identificação todas em huma só essencia. T. 9. f. 100.</i>
		IDENTIFICÁDO, part. pass. de identificar. <i>Vieira 4. n. 12.</i>
1823	Morais Silva (3. ed. v. 2, p. 64)	IDENTIFICÁR, v. at. fazer de duas, ou mais coisas, uma só, e a mesma. <i>Barreto Prat. f. 14. sendo o amor hum ser lho identifica. Vieira. as pessoas Divinas se unem todas (não fallo bem) se identificação todas em huma só essencia. T. 9. f. 100.</i>
		IDENTIFICÁDO, part. pass. de identificar. <i>Vieira 4. n. 12.</i>

1829	José da Fonseca (p. 384)	IDENTIFICAR, v. a. fazer de duas ou mais cousas huma so.
1831	Morais Silva (4. ed. v. 2, p. 132)	IDENTIFICÁR, v. at. fazer de duas, ou mais coisas, uma só, e a mesma. <i>Barret. Prat. f.</i> 14. “sendo o amor hum ser lho identifica” <i>Vieira</i> , 9. 100. “as pessoas Divinas se unem todas (não fallo bem) se identificação todas em huma só essencia. IDENTIFICÁDO, p. pass. de Identificar. <i>Vieira</i> 4. n. 12.
1836	Solano Constâncio (p. 610)	IDENTIFICAR, v. a. (Lat. <i>identifico, are</i>), tornar identicas duas cousas; reconhecer pelo mesmo individuo, v. g. — os autores do crime. IDENTIFICADO, p. p. sup. de Identificar, e adj., reconhecido por ser o mesmo individuo.
1848	Roquete; Fonseca (p. 587)	Identificar, v. a. fazer de duas ou mais cousas uma só ou a mesma. — <i>se (com, em)</i> , v. r. confundir seu ser, sua existencia, etc.
1849	Eduardo de Faria (1. ed. v. 3, p. 113)	IDENTIFICAR, v. a. tornar identicas duas cousas; reconhecer pelo mesmo individuo, v. g. — os autores do crime. IDENTIFICADO, A, p. p. de identificar; <i>adj.</i> reconhecido por ser o mesmo individuo.
1858	Morais Silva (6. ed. v. 2, p. 160)	IDENTIFICÁR , v. a. (do Fr. <i>identifier</i> ; do Lat. <i>idem</i> , o mesmo) Fazer de duas, ou mais cousas, uma só, e a mesma. <i>Barret. Prat. f.</i> 14. “sendo o amor hum ser l’ho identifica” §. (+ — se, v. r. Confundir, fundir juntamente o seu ser, a sua existência com a de outrem.) <i>Vieira</i> , 9. 100. “as pessoas Divinas distinctas humas das outras, se unem todas (não fallo bem) se <i>identificação</i> todas em huma só essencia” IDENTIFICÁDO , p. p. de Identificar. <i>Vieira</i> 4. n.º 12.
1858	Martins Dantas (p. 398)	IDENTIFICAR , v. a. fazer de duas, ou mais cousas, uma só. IDENTIFICAR , v. r. confundir seu ser, etc., com outro.
1858	Faria; Lacerda (4. ed. v. 2, p. 42)	IDENTIFICAR , v. a. (Lat. <i>identifico, are</i>) fazer de duas cousas uma só cousa; tornar idênticas duas cousas; reconhecer pelo mesmo individuo: — <i>se</i> , v. r. confundir , fundir juntamente o seu ser, a sua existencia com a de outrem. (<i>Vieira</i> .) IDENTIFICADO , A, p. p. de identificar, e <i>adj.</i> reconhecido por ser o mesmo individuo. IDENTIFICAÇÃO , s. f. acto ou effeito de identificar.
1859	Eduardo de Faria (4. ed. v. 2, p. 378)	Identificar , v. a. (Lat. <i>identifico, are</i>) tornar identicas duas cousas; reconhecer pelo mesmo individuo; v. g., — os autores do crime. Identificado , a, p. p. de identificar, e <i>adj.</i> reconhecido por ser o mesmo individuo.
1878	Morais Silva (7. ed. v. 2, p. 137)	Identificár , v. a. (do Fr. <i>identifier</i> ; do Lat. <i>idem</i> , o mesmo) Fazer de duas, ou mais cousas, uma só, e a mesma. <i>Barret. Prat. f.</i> 14. “sendo o amor hum ser l’ho <i>identifica</i> ” §. — se, v. r. Confundir, fundir juntamente o seu ser, a sua existência com a de outrem. <i>Vieira</i> , 9. 100. “as pessoas Divinas distinctas humas das outras, se unem todas (não fallo bem) <i>se identificação</i> todas em huma só essencia” Identificádo , p. p. de Identificar. <i>Vieira</i> 4. n.º 12.
Lexicografia Moderna		
1871 1874 ed. un.	Domingos Vieira 1873, v. 3, p. 1006	IDENTIFICAR , v. a. (Do latim <i>identificari</i>). Igualar, comprehender duas cousas sob uma mesma idea, sob uma mesma natureza, fazer d’ellas uma. — Identificar-se, v. <i>refl.</i> Confundir o proprio ser, ou a propria natureza com outro ser, ou com outra natureza.

(5 v)		IDENTIFICAÇÃO , <i>s. f.</i> (Do thema identifica, de identificar, com o sufixo “ação”). Acção e efeito de identificar.
1881 1ª ed. (2 v.)	Caldas Aulete 1881, v. 1, p. 917	Identificar (i-den-ti-fi-kár), <i>v. tr.</i> tornar identico; fazer (de duas ou mais coisas) uma só: A verdadeira illustração estava <i>identificada</i> com as ignominias do seculo. (Mont’Alverne.) Reconhecer pelo mesmo individuo. —, <i>v. pr.</i> confundir o seu com o de outrem; compenetrar-se das idéas ou sentimentos de outrem; adquirir (uma pessoa ou coisa) a indole ou natureza de uma outra pessoa ou coisa: Necessario é que o deputado... bem se <i>identifique</i> com suas razões e consequencias. (Garrett.) Conformer-se; ajustar-se. F. <i>Identico</i> + <i>mente</i> (suff.). Identificação (i-den-ti-fi-ka-ssão), <i>s. f.</i> acção e efeito de identificar ou de identificar-se. F. <i>Identificar</i> + <i>ão</i> .
1890 ed. un. (1 v.)	Adolfo Coelho 1890, p. 736	Identificar, i-den-ti-fi-kár, <i>v. a.</i> Fazer identico. Reconhecer como identico. Confundir o seu com o alheio. Compenetrar-se de. Conformer-se com. (<i>Identico</i> , e <i>ficar</i> , do lat. <i>facere</i>). Identificação, i-den-ti-fi-ka-são, <i>s. f.</i> Acção e efeito de identificar. (<i>Identificar</i> , suf. <i>ção</i> .)
1890 1891 8ª ed. (2 v.)	Morais Silva 1891, v. 2, p. 149	Identificár , <i>v. trans.</i> (do Fr. <i>identifier</i> ; do Lat. <i>idem</i> , o mesmo) Fazer de duas, ou mais cousas, huma só, e a mesma; tonar identico; unir, assimilar. <i>Barreto Prat. f. 14.</i> “sendo o amor um ser, l’ho <i>identifica</i> ” § Reconhecer a identidade; reconhecer por identico. § — <i>se</i> , <i>v. ref.</i> Confundir, fundir juntamente o seu ser, a sua existencia com a de outrem. <i>Vieira</i> , 9. 100. “as pessoas Divinas distinctas humas das outras, se unem todas (não fallo bem) <i>se identificação</i> todas em huma só essência” § Compenetra-se das idéas ou sentimentos ou dos sentimentos de outrem. § Conformer-se. Identificádo , <i>p. p.</i> de Identificar; e <i>adj.</i> <i>Vieira</i> . 4. <i>n.º</i> 12. Identificação , <i>s. f.</i> Acção ou efeito de identificar, ou identificar-se.
1899 1ª ed. (2 v.)	C. de Figueiredo 1899, v. 1, p. 723	Identificar , <i>v. t.</i> tornar idêntico; reconhecer como idêntico; <i>v. p.</i> confundir o que é seu com o alheio; compenetrar-se do que outrem sente <i>ou</i> pensa; conformar-se. (De <i>idêntico</i> + lat. <i>facere</i>) * Identificado , <i>part.</i> De [identificar]. Identificação , <i>s. acto</i> <i>ou</i> <i>efeito</i> de <i>identificar</i> .
1913 2ª ed. [2010] reimp. (1 v.)	C. de Figueiredo 1913, p. 1049	identificar <i>v. t.</i> Tornar idêntico. Reconhecer como idêntico: <i>identificar um cadáver</i> . <i>V. p.</i> Confundir o que é seu com o alheio. Compenetrar-se do que outrem sente <i>ou</i> pensa; conformar-se. (De <i>idêntico</i> + lat. <i>facere</i>) identificação <i>s.</i> Acto ou efeito de identificar. identificável <i>adj.</i> Que se póde identificar.
1925 2ª ed. (2 v.)	Caldas Aulete 1925, v. 2,	Identificar (i-den-ti-fi-kár), <i>v. tr.</i> tornar identico; fazer (de duas ou mais coisas) uma só: A verdadeira illustração estava <i>identificada</i> com as ignominias do seculo. (Mont’Alverne.) Reconhecer pelo mesmo individuo. —, <i>v. pr.</i> confundir o seu com o de outrem; compenetrar-se das idéas ou sentimentos de outrem; adquirir (uma pessoa ou coisa) a indole ou

	p. 04	natureza de uma outra pessoa ou coisa: Necessario é que o deputado... bem se <i>identifique</i> com suas razões e consequencias. (Garrett.) Conformar-se; ajustar-se. F. <i>Identico + mente</i> (suff.).
		Identificação (i-den-ti-fi-ka-ssão), <i>s. f.</i> acção e efeito de identificar ou de identificar-se. F. <i>Identificar + ão</i> .
		Identificavel (i-den-ti-fi-ká-vél). <i>adj.</i> que póde ser identificado. F. <i>Identificar + vel</i> .
1938 1ª ed. (1 v.)	Pequeno Dic. Brasileiro 1938, p. 503	Identificar , <i>v. t.</i> Tornar <i>idêntico</i> a; estabelecer a <i>identificação</i> de; <i>v. p.</i> confundir o que é seu com o alheio; compenetrar-se do que outrem sente ou pensa; conformar-se. Identificação , <i>n. f.</i> Determinação da <i>identidade</i> ; reconhecimento de uma cousa ou de um indivíduo como os próprios.
1939 1944 [1954] 2ª ed. (4 v.)	Laudelino Freire 1954, v. 3, p. 2892	IDENTIFICAR , <i>v. r. v.</i> Tornar ou declarar <i>idêntico</i> (<i>tr. dir.</i> ; <i>bitr.</i> , com prep. <i>a, com</i>): “Decide-te por um dos conselheiros, que nunca poderás <i>identificar</i> os <i>dous</i> ” (Camilo). “êxtasis celeste, que modificava a natureza do homem, <i>identificando-a</i> à natureza dos anjos” (Id.). “e quer à fina fôrça <i>identificá-lo com o el, lo, la</i> espanhol” (Rui). 2. Achar a identidade de (<i>tr. dir.</i>): “Identificar criminosos”. “Pasteur descobriu a procedência dessas contaminações funestas, <i>identificando o micróbio</i> que as determina” (Rui). 3. Fazer uma só de (duas ou mais cousas) (<i>tr. dir.</i>): “ <i>Identificou</i> os diversos <i>gêneros</i> ”. 4. Confundir o seu com o de outrem; compenetrar-se das idéias ou sentimentos de outrem; adquirir a índole ou natureza de outro (<i>pr.</i> ; <i>pr.</i> , com prep. <i>a, com, em</i>): “As duas opiniões não <i>se identificam</i> . O seu espírito <i>identificou-se ao</i> do velho professor”. “ <i>com</i> êle <i>se identifica</i> o ponto que o acompanha em tôdas as suas vicissitudes” (Carneiro Ribeiro). “Necessário é que o deputado... bem <i>se identifique</i> com suas razões e consequências” (Garrett). “Todos os seus pensamentos <i>se identificam em</i> um só anseio”, 5. Conformar-se, ajustar-se (<i>pr.</i> , com prep. <i>com</i>): “ <i>Identificou-se com</i> o ambiente”.
		IDENTIFICAÇÃO , <i>s. f.</i> De <i>identificar + ção</i> . Ato ou efeito de identificar.
		IDENTIFICÁVEL , <i>adj.</i> De <i>identificar + vel</i> . Que se pode identificar.
1948 1958 ed. un. (3. v.)	Artur Bivar 1952, v. 2, p. 90	Identificar , <i>v. t.</i> Tornar <i>idêntico</i> ou reconhecer como <i>idêntico</i> (115). <i>v. p.</i> Conformar-se, ajustar-se (108). Identificação , <i>s. f.</i> Acção ou efeito de identificar ou identificar-se (115). Identificável , <i>adj.</i> Que se pode identificar (112). Identificado , <i>adj.</i> Que se identificou; tornado <i>idêntico</i> , semelhante, igualado (112-115)
1949 1959	Morais Silva	Identificar , <i>v. t.</i> (de <i>idêntico</i> + lat. <i>fic</i> , raiz alterada de <i>facere</i>). Compreender duas coisas na mesma ideia. Considerar duas coisas como <i>idênticas</i> , dando a uma o carácter da outra: “os panteístas <i>identificavam</i> Deus e o mundo”. Provar a identidade de alguém: “ <i>identificar</i> um cadáver, um criminoso”. Reconhecer; dar um nome

<p>10ª ed. (12 v.)</p>	<p>1953, v. 5, p. 820</p>	<p>preciso a cada coisa; classificar: “Norberto reconheceu imediatamente a garça, o jaburu, o bem-te-vi e infinitas mais aves, que só a sua memória prodigiosa <i>identificaria</i> na multidão e variedade sem fim”.</p> <p>Identificação, <i>s. f.</i> (de <i>identificar</i>). Acção ou efeito de identificar ou de se identificar: “a <i>identificação</i> de um criminoso”; “Se o amor do poeta foi o que li na Lírica — no seu caso, mais que em nenhum, não importa talvez a <i>identificação</i> das Damas”, António Sérgio, <i>Ensaios</i>, IV, 85.</p> <p>Identificar-se, <i>v. r.</i> Tornar-se idêntico, semelhante, parecido; assimilar-se: “...pela transformação, transformando-se em Deus; pela identidade, <i>identificando-se</i> com Ele”, António Vieira, <i>Sermões</i>, XII, I, 4, § 5, n.º 269, 243. Fazer seu, adoptar, abraçar: “<i>identificou-se</i> com as nossas teorias”; “...<i>identifiquemo-nos</i> com o seu pensar, com o seu fazer, com o seu exprimir”, Castilho, <i>Camões</i>, 19; “De aí resulta que o partidário <i>se não identifica</i> com uma dada ideia, mas sim com os seus chefes”, António Sérgio, <i>Ensaios</i>, III, 215.</p> <p>Identificado, <i>adj. e p. p.</i> (de <i>identificar</i>). Que se identificou; tornado idêntico, semelhante; igualado; reconhecido como o próprio. Que abraçou, que adoptou costume, ideia igual; que pensa e obra da mesma forma: “estava por tal forma <i>identificada</i> com as ideias e costumes de sua ama, que se podia considerar apenas como um reflexo da Tia Brízida”, Andrade Corvo, <i>Um Ano na Corte</i>, II, 30, 168.</p> <p>Identificador (<i>ô</i>), <i>adj. e s. m.</i> (de <i>identificar</i>). Que, aquele ou aquilo que identifica.</p> <p>Identificável, <i>adj. 2 gèn.</i> (de <i>identificar</i>). Que se pode identificar: “o criminoso era facilmente <i>identificável</i>”.</p>
<p>1951 9ª ed. (1 v.)</p>	<p><i>Pequeno Dic. Brasileiro</i> 1951, p. 658</p>	<p>Identificar, <i>v. t.</i> Tornar <i>idêntico</i> a; estabelecer a <i>identificação</i> de; Fazer (de duas ou mais coisas) uma só; <i>t. -rel.</i> tornar <i>idêntico</i>; <i>p.</i> tomar o carácter de (uma coisa); confundir o que é seu com o alheio; compenetrar-se do que outrem sente ou pensa; conformar-se; afazer-se.</p> <p>Identificação, <i>s. f.</i> Determinação da <i>identidade</i>; reconhecimento de uma cousa ou de um indivíduo como os próprios.</p>
<p>1961 1967 1ª ed. (4 v.)</p>	<p>A. Nascentes ABL 1961, v. 2, p. 518</p>	<p>identificar. (idetifi'kar) V. tr. Tornar idêntico, estabelecer a identidade. V. pron. Confundir-se intelectual ou sentimentalmente com outrem. (Do lat. escolástico, <i>identicu</i>, iêntico, <i>fic</i>, raiz apofônica de <i>facere</i>, fazer e desin. <i>-ar</i>).</p> <p>identificação. (identifika'são) S. f. Ato ou efeito de identificar; determinação da identidade.</p> <p>identificável. (identifi'kavel) Adj. Que pode ser identificado.</p> <p>identificador, <i>a.</i> (identifika'dor, ra) Adj. Que identifica. U.t.c.s. Pessoa identificadora. S. m. Funcionário encarregado de proceder a identificações.</p>
<p>1964 11ª ed. [1967] reimp.</p>	<p><i>Pequeno Dic. Brasileiro</i> 1967, p. 651</p>	<p>Identificar, <i>v. t.</i> Tornar <i>idêntico</i> a; estabelecer a <i>identificação</i> de; Fazer (de duas ou mais coisas) uma só; <i>t. -rel.</i> tornar <i>idêntico</i>; <i>p.</i> tomar o carácter de (uma coisa); confundir o que é seu com o alheio; compenetrar-se do que outrem sente ou pensa; conformar-se; afazer-se.</p>

(1 v.)		<p>Identificação, <i>s. f.</i> Determinação da <i>identidade</i>; reconhecimento de uma coisa ou de um indivíduo como os próprios.</p> <p>Identificável, <i>adj.</i> 2 <i>gên.</i> Suscetível de ser <i>identificado</i>.</p>
<p>1974 3ª ed. br. (5 v.)</p>	<p>Caldas Aulete</p> <p>1974, v. 3, p. 1895-1896</p>	<p>IDENTIFICAR <i>v. tr.</i> tornar idêntico; fazer (de duas ou mais coisas) uma só: A verdadeira ilustração estava <i>identificada</i> com as ignomínias do século. (Montalverne.)</p> <p> Reconhecer pelo mesmo indivíduo; estabelecer a identidade de.</p> <p> —, <i>v. pr.</i> confundir o seu com o de outrem; compenetrar-se das idéias ou sentimentos de outrem; adquirir (uma pessoa ou coisa) a índole ou natureza de uma outra pessoa ou coisa: Necessário é que o deputado... bem <i>se identifique</i> com suas razões e consequências. (Garrett.)</p> <p> Conformar-se; ajustar-se: A mulher... só chega a amar de veras depois de muito conviver, depois de muito <i>se identificar</i> com o homem a quem se deu. (Aloísio Azevedo, <i>Girândola</i>, c. 4, p. 33.)</p> <p> F. <i>Idêntico</i> + lat. <i>fic</i>, de <i>ficare</i> (fazer) + <i>ar</i>.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO <i>s. f.</i> ação e efeito de identificar ou de identificar-se: Nós hoje fazemos falar os recém-nascidos, voz do sangue, pela <i>identificação</i> dos grupos sangüíneos, que são hereditários e dão pista. (Afrân. Peixoto, <i>Maias e Estevas</i>, p. 19, ed. 1940.)</p> <p> Reconhecimento de um indivíduo ou de uma coisa como os <i>próprios</i>.</p> <p> F. <i>Identificar</i>.</p> <p>IDENTIFICÁVEL <i>adj.</i> que pode ser identificado.</p> <p> F. <i>Identificar</i>.</p> <p>IDENTIFICADOR (<i>ô</i>), <i>adj.</i> e <i>s.m.</i> (Bras.) que, ou aquele que identifica, e especialmente o que recolhe elementos para o bilhete ou carteira de identidade.</p> <p> F. <i>Identificar</i>.</p>

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).